

VIRGINIA SITA FARIAS

**SOBRE A DEFINIÇÃO LEXICOGRÁFICA E SEUS PROBLEMAS
FUNDAMENTOS PARA UMA TEORIA GERAL DOS
MECANISMOS EXPLANATÓRIOS EM
DICIONÁRIOS SEMASIOLOGICOS**

**PORTO ALEGRE
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE: TEORIAS LINGUÍSTICAS DO LÉXICO
LINHA DE PESQUISA: LEXICOGRAFIA E TERMINOLOGIA: RELAÇÕES TEXTUAIS**

**SOBRE A DEFINIÇÃO LEXICOGRÁFICA E SEUS PROBLEMAS
FUNDAMENTOS PARA UMA TEORIA GERAL DOS
MECANISMOS EXPLANATÓRIOS EM
DICIONÁRIOS SEMASIOLÓGICOS**

VIRGINIA SITA FARIAS

ORIENTADOR: PROF. DR. FÉLIX VALENTÍN BUGUEÑO MIRANDA

**PERÍODO DE DOUTORADO-SANDUÍCHE NA UNIVERSITÄT PADERBORN / ALEMANHA
SOB A SUPERVISÃO DA PROFA. DRA. JUTTA LANGENBACHER-LIEBGOTT**

Tese de Doutorado em Lexicografia,
apresentada como requisito parcial para a
obtenção do título de Doutora pelo Programa
de Pós-Graduação em Letras da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.

**PORTO ALEGRE
2013**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

**SOBRE A DEFINIÇÃO LEXICOGRÁFICA E SEUS PROBLEMAS
FUNDAMENTOS PARA UMA TEORIA GERAL DOS
MECANISMOS EXPLANATÓRIOS EM
DICIONÁRIOS SEMASIOLÓGICOS**

VIRGINIA SITA FARIAS

ORIENTADOR: PROF. DR. FÉLIX VALENTÍN BUGUEÑO MIRANDA

Tese aprovada em 17 de dezembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Adja Balbino de Amorim Barbieri Durão
Centro de Comunicação e Expressão – UFSC

Profa. Dra. Marlene Gonçalves Mattes
Programa de Pós-Graduação em Letras – UNIRITTER

Prof. Dr. Marcos Goldnadel
Instituto de Letras – UFRGS

Aos meus pais, Afonso e Cecília
À minha irmã, Ester

AGRADECIMENTOS

Meus mais sinceros e profundos agradecimentos:

Ao meu orientador, Prof. Dr. Félix Valentín Bugueño Miranda, pela assistência constante e imprescindível durante o desenvolvimento de todas as etapas da presente pesquisa. Sobretudo, pela oportunidade de haver recebido uma formação intelectual sólida, iniciada ainda durante a graduação, e pelo exemplo de integridade moral e honestidade no trabalho acadêmico.

Quisiera agradecerle el tiempo dedicado a enseñarme e instruirme y la oportunidad de haber trabajado codo a codo con Usted durante diez años.

À supervisora do período de doutorado-sanduíche, Profa. Dra. Jutta Langenbacher-Liebgott, que, solicitadamente, aceitou receber-me na Universität Paderborn e responsabilizar-se por mim durante a estadia de pesquisa na Alemanha – sem a qual o desenvolvimento de parte substancial deste trabalho não teria sido possível.

Für die Unterstützung bei der Durchführung meines Forschungsvorhabens in Paderborn sowie das in mich gesetzte Vertrauen möchte ich mich bei Ihnen sehr herzlich bedanken.

A todos os membros do Institut für Romanistik da Universität Paderborn, pela acolhida calorosa. Nominalmente, à secretária do Institut für Romanistik, Sra. Martina Welling, e aos colegas mais próximos, Srta. Anna-Susan Franke, Dr. Vicente Álvarez Vives, Dra. Mireya Maldonado Cárdenas e Srta. Carolin Kohl. Em particular, também à Srta. Verena Welling, pela ajuda nas traduções especialmente complicadas do alemão ao português.

Ein herzliches Dankeschön sage ich an dieser Stelle allen, die mir meinen Aufenthalt in Paderborn viel angenehmer gemacht haben.

Aos funcionários do Carl Duisberg Centrum/Köln, em especial ao professor do curso preparatório de alemão, Sr. Dietmar Vogt. Também aos colegas e companheiros constantes ao longo dos quatro meses de estadia em Colônia, em especial a Rosyelle Cristina Corteletti, Tales de Vargas Lisbôa, Luciana Lamb, Tiago Martins da Cunha, Ana Angélica Ponte, Jonas Madureira, Felipe Magalhães Bambirra e Marwa Azzam.

Aos membros do Grupo de Estudos e Pesquisas em Metalexiconografia e Lexicografia (UFRGS/UFSC/UERJ), em especial à colega e amiga, Dra. Isabel Cristina Tedesco Selistre.

Por fim, de modo muito especial, aos meus pais, Afonso Farias e Cecília Joana Sita Farias, e à minha irmã, Ester Sita Farias, pelo amor, pela compreensão e, sobretudo, pelo apoio constante e incondicional em todos os momentos.

Agradeço ainda:

Ao CNPq, pela concessão da bolsa de pesquisa no Brasil, que permitiu minha dedicação exclusiva ao desenvolvimento deste trabalho, bem como pela concessão da bolsa de doutorado-sanduíche, que me proporcionou um período de valiosas pesquisas na Alemanha.

Ao DAAD, pela concessão da bolsa para realização do curso preparatório de alemão junto ao Carl Duisberg Centrum/Köln.

RESUMO

Os dicionários semasiológicos, como a própria designação evidencia, têm como principal função a explanação do significado das unidades léxicas. A definição – mecanismo explanatório por excelência – é não somente a técnica mais empregada nos dicionários, mas também um dos temas que mais instiga os estudiosos da área. No entanto, ainda não existe uma teoria integral da definição erigida no âmbito da (meta)lexicografia. Nesta tese, objetivamos, primeiramente, identificar e descrever os problemas atinentes à elucidação do significado em dicionários semasiológicos, e, a partir disso, propor os fundamentos para uma teoria geral dos mecanismos explanatórios. Assim, pois, duas questões centrais são tratadas. Em primeiro lugar, fixam-se as bases de uma “teoria da definição lexicográfica”. A edificação desse modelo pressupõe: (a) a formulação de uma tipologia de paráfrases explanatórias, (b) a elaboração de padrões sintáticos para a redação das paráfrases explanatórias, tendo em vista as especificidades de cada classe de palavras, e (c) a avaliação do potencial heurístico de distintas teorias semânticas como instrumentos para a apreensão do conteúdo semântico das unidades léxicas. Em segundo lugar, conscientes de que a obtenção de paráfrases elucidativas em determinados casos não depende apenas do método de definição empregado, mas da natureza até certo ponto intangível do seu objeto – o significado léxico –, amplia-se o escopo da pesquisa para uma “teoria geral dos mecanismos explanatórios”. Dessa forma, propõem-se critérios para o emprego e a elaboração de mecanismos explanatórios complementares e/ou alternativos às paráfrases definidoras, a saber, ilustrações, exemplos lexicográficos e pós-comentários semânticos.

PALAVRAS-CHAVE: Metalexicografia – Lexicografia – Mecanismos explanatórios – Definição lexicográfica – Significado – Teorias semânticas

RESUMEN

La principal función que se les asigna a los diccionarios semasiológicos, como su propio nombre lo indica, es la explicación del significado de las unidades léxicas. La definición – considerada, por antonomasia, como el mecanismo de explicitación del significado – no sólo es la técnica que más se emplea en los diccionarios, sino también uno de los temas que más les inspira interés a los especialistas en el área. Sin embargo, todavía no se ha elaborado una teoría integral de la definición en el ámbito (meta)lexicográfico. En esta tesis se plantea como objetivos, en primer lugar, la identificación y descripción de los problemas concernientes a la explicación del significado en diccionarios semasiológicos y, en segundo lugar, tomando como base los resultados obtenidos, proponer los fundamentos para una teoría general de los mecanismos de explicitación del significado. Así pues, se tratan dos cuestiones esenciales. Primeramente, se establecen las bases de una “teoría de la definición lexicográfica”. Para ello, se consideran tres variables: (a) la formulación de una tipología de paráfrasis explicativas, (b) la elaboración de patrones sintácticos para la redacción de las paráfrasis explicativas, teniendo en cuenta las características específicas de cada clase de palabras, y (c) la evaluación del potencial heurístico de distintas teorías semánticas como instrumentos que le permitan al lexicógrafo acceder al contenido semántico de las unidades léxicas. A continuación, con pleno conocimiento de que el éxito en la generación de las paráfrasis en determinados casos no sólo depende del método definitorio que se emplea, sino también de la naturaleza hasta cierto punto intangible de su objeto, es decir, del significado léxico, se amplía el enfoque del proyecto a una “teoría general de los mecanismos de explicitación del significado”. De esa forma, se proponen criterios para el empleo y la elaboración de mecanismos de explicitación del significado complementarios y/o alternativos a las paráfrasis explicativas, como las ilustraciones, los ejemplos lexicográficos y los postcomentarios semánticos.

PALABRAS CLAVE: Metalexicografía – Lexicografía – Mecanismos explicativos – Definición lexicográfica – Significado – Teorías semánticas

ZUSAMMENFASSUNG

Im Allgemeinen wird angenommen, dass die primäre Funktion eines semasiologischen Wörterbuches die Erläuterung der Wortbedeutung ist. Die Definition – die als der Erläuterungsmechanismus schlechthin gilt – ist nicht nur das am meisten angewendete Erläuterungsmittel in Wörterbüchern, sondern auch eines der am häufigsten von Lexikographen untersuchten Themen. Trotzdem ist eine Theorie der lexikographischen Definition noch nicht vorhanden. Die vorliegende Dissertation versteht sich als ein Versuch, die Probleme hinsichtlich der Bedeutungsdekodifizierung in semasiologischen Wörterbüchern festzustellen sowie sie zu beschreiben und auf der Grundlage der erzielten Ergebnisse eine allgemeine Theorie der Bedeutungserläuterungsmechanismen darzustellen. Es sind dementsprechend zwei Hauptfragestellungen zu behandeln. Zunächst einmal müssen die Grundlagen einer Theorie der lexikographischen Definition ausgearbeitet werden. Diesbezüglich ist eine Typologie verschiedener Bedeutungsparaphrasenangaben zu formulieren. Darüber hinaus sind verschiedene Redaktionsmuster für die Bedeutungsparaphrasen (je nach Wortklasse) vorzuschlagen. Schließlich ist die heuristische Leistung von semantischen Theorien beim Zugang zur Bedeutung der lexikalischen Einheiten zu bewerten. Anschließend ist es aber zu erwarten, dass nicht in allen Fällen der von uns vorgeschlagene theoretische Ansatz zu gut formulierten Definitionen führen wird. In solchen Fällen ist dies nicht auf die theoretischen Grundlagen, sondern auf die schwer erfassbare Natur des Objekts, also auf den Inhalt mancher Wörter, zurückzuführen. Deswegen erweitern wir unseren Forschungsbereich zu einer „allgemeinen Theorie der Erläuterungsmechanismen“, indem Kriterien für die Anwendung und die Ausarbeitung von ergänzenden bzw. alternativen Bedeutungserläuterungsmechanismen, d.h. Abbildungen, lexikographischen Beispielen und semantischen Postkommentaren, vorgeschlagen werden.

STICHWÖRTER: Metalexikographie – Lexikographie – Erläuterungsmechanismen – Lexikographische Definition – Bedeutung – Semantische Theorien

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E TABELAS

Esquema 1:	Definição macroestrutural de dicionários semasiológicos	42
Esquema 2:	Microestrutura concreta de <i>casinhola</i> em DDSM (2007)	47
Esquema 3:	Microestrutura concreta de <i>cefalotórax</i> em DDSM (2007)	47
Tabela 1:	Relação entre a microestrutura abstrata e as microestruturas concretas de DDSM (2007)	48
Figura 1:	Adaptação do esquema de representação da microestrutura simples de Wiegand (1989c)	51
Figura 2:	Adaptação do esquema de representação da microestrutura ampliada à esquerda de Wiegand (1989c)	52
Figura 3:	Adaptação do esquema de representação da microestrutura ampliada à direita de Wiegand (1989c)	53
Quadro 1:	Síntese da concepção de definição de William de Ockham	65
Quadro 2:	A definição de <i>definição real</i> e <i>definição nominal</i> em dicionários de linguística e filosofia	67
Quadro 3:	As definições de <i>definição</i> em dicionários de linguística e lexicografia	71
Quadro 4:	Relação entre lexicologia, lexicografia e metalexicografia segundo Pöll (2002)	77
Quadro 5:	Contraste da estrutura do verbete <i>estrella</i> em cinco dicionários de espanhol	80
Quadro 6:	O emprego da metalinguagem de conteúdo e da metalinguagem de signo segundo a teoria metalexicográfica	116
Esquema 4:	Síntese do estado da arte na pesquisa sobre a definição lexicográfica	119
Figura 4:	Ilustração de <i>rims</i> em CDAE (2006)	125
Esquema 5:	Modelo de uma “teoria da definição lexicográfica”	130
Quadro 7:	Comparação dos verbetes <i>abacaxi</i> em AuE (2009) e MiAu (2008)	138
Tabela 2:	Contraste da discriminação de acepções em quatro dicionários de português	143
Quadro 8:	A concepção do significado no âmbito dos modelos semânticos formal, estrutural e cognitivo	176
Quadro 9:	“Expressões com significado” <i>versus</i> “expressões sem significado”: Problema conceitual	177
Quadro 10:	“Expressões com significado” <i>versus</i> “expressões sem significado”: Problema designativo	181
Figura 5:	Figura 5: Ilustrações de <i>cobra</i> e <i>cencerro</i> em DIELE (2003)	203
Quadro 11:	As concepções de <i>categorização</i> , <i>intensão</i> e <i>extensão</i>	222
Quadro 12:	Classificação das definições dos substantivos concretos	227
Quadro 13:	Definições de nomes de animais em cinco dicionários de espanhol	235
Quadro 14:	Definições de nomes de cores em cinco dicionários de espanhol	238
Figura 6:	Principais linhas teóricas no desenvolvimento da semântica lexical segundo Geeraerts (2010)	244
Figura 7:	Proposta para a redação do verbete <i>Orange</i> em Kammerer (1999)	259
Figura 8:	Verbetes <i>os</i> em ANW	263
Tabela 3:	Análise de verbetes de substantivos que designam emoções/sentimentos em dicionários de português, espanhol, italiano e francês	271
Quadro 15:	Esquema da “estrutura cognitiva de definição” de Ostermann (2012)	275
Quadro 16:	Estrutura da definição de substantivos que designam emoções/sentimentos	280

Quadro 17:	Classificação das paráfrases definidoras com base na oposição transparência/opacidade	285
Esquema 6:	Modelo de uma “teoria geral dos mecanismos explanatórios”	290
Figura 9:	Verbetes <i>vírgula/vírgula</i> em nDFAEP (2014)	291
Figura 10:	Ilustração de <i>nêspera</i> em AuI (2008)	297
Figura 11:	Ilustração de <i>nêspera</i> em DPLPe (2010)	297
Figura 12:	Ilustração de “verbos de movimento” em LaTWDaF (2003)	302
Figura 13:	Exemplo de páginas ilustradas em MWPD (2005)	304
Figura 14:	Tipologia de dicionários escolares do PNLD 2012	305
Figura 15:	Exemplo de páginas ilustradas em AuI (2008)	307
Figura 16:	Ilustração de <i>lente</i> ¹ em MiCA (2004)	308
Figura 17:	Ilustrações de <i>elefante</i> e <i>elefante marino</i> em DPELE (2002)	309
Figura 18:	Ilustração do campo temático “café da manhã” em LaGWDaF (2008)	310
Figura 19:	Ilustração de <i>núpcias</i> em AuI (2008)	314
Figura 20:	Ilustração de <i>lã</i> em SJDI (2005)	314
Figura 21:	Ilustração de <i>romã</i> em DPLP (2013)	315
Figura 22:	Ilustração do campo temático “cachorro” em DILE (1997)	316
Figura 23:	Ilustração de <i>retângulo</i> em DIP (2009)	318
Figura 24:	Ilustração de <i>ojo</i> em DPELE (2002)	318
Figura 25:	Ilustração de <i>gomo</i> em AuI (2008)	318
Figura 26:	Ilustração de <i>Nagel</i> em LaGWDaF (2008)	318
Figura 27:	Ilustração de <i>bico-de-viúva</i> em DPC	319
Figura 28:	Ilustração de <i>jowls</i> em CDAE (2006)	319
Figura 29:	Ilustração de <i>focinheira</i> em DIP (2009)	319
Figura 30:	Ilustração de <i>parachute</i> em CDAE (2006)	319
Figura 31:	Ilustração de <i>fiorde</i> em DILP (2010)	320
Figura 32:	Ilustração de <i>represa</i> em DIP (2009)	320
Figura 33:	Ilustrações de <i>Gans</i> , <i>Ente</i> e <i>Schwan</i> em LaGWDaF (2008)	320
Figura 34:	Ilustração de <i>pans</i> em CDAE (2006)	321
Figura 35:	Ilustração do campo temático “mamíferos carnívoros” em ZMiVLI (2007)	322
Figura 36:	Ilustração do campo temático “eletricidade” em ZVLI (2011)	322
Figura 37:	Ilustração do campo temático “equipagens de acampamento” em ZMiVLI (2007)	323
Figura 38:	Ilustrações de <i>over</i> em CDAE (2006)	325
Figura 39:	Ilustração de <i>joaninha</i> em DIP (2009)	327
Figura 40:	Ilustração de <i>joaninha</i> em SJDI (2005)	327
Figura 41:	Ilustração do campo temático “frutas secas” em OALD (2005)	328
Figura 42:	Ilustração de <i>cereja</i> em AuI (2008)	328
Figura 43:	Ilustração do campo temático “meios de transporte” em PDELP (2008)	329
Figura 44:	Ilustração do campo temático “animais polares” em DMJE (1998)	330
Quadro 18:	Funções da exemplificação lexicográfica	346

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ac.	- acepção
cf.	- confira
e ss.	- e (páginas) seguintes
etc.	- <i>et cetera</i> , e outros
<i>i.e.</i>	- <i>id est</i> , isto é
p.	- página
PCI	- programa constante de informações
PCN	- Parâmetros Curriculares Nacionais
p.ex.	- por exemplo
PNLD	- Programa Nacional do Livro Didático
s.d.	- sem data
s.n.	- sem editora
s.p.	- sem página
s.v.	- <i>sub voce</i> , sob o lema
sc.	- <i>scilicet</i> , a saber
tb.	- também

LISTA DE SIGLAS DOS DICIONÁRIOS CITADOS

ANW	<i>Algemeen Nederlands Woordenboek</i>
AuE	<i>Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa</i>
AuI	<i>Dicionário Aurélio ilustrado</i>
CAe	<i>Dicionário contemporâneo de língua portuguesa Caldas Aulete</i>
CcLD	<i>Collins Cobuild Compact English Learner's Dictionary</i>
CCLDe	<i>Collins COBUILD Advanced Learner's Dictionary</i>
CDAE	<i>Cambridge Dictionary of American English</i>
CDAEP	<i>Cambridge Dictionary of American English: for speakers of Portuguese</i>
DCR	<i>Dicionário do Castelo Rá-Tim-Bum</i>
DDaFSWtb	<i>Duden Deutsche als Fremdsprache Standardwörterbuch</i>
DDSM	<i>Dicionário didático</i>
DEA	<i>Diccionario del Español Actual</i>
DEABL	<i>Dicionário escolar da língua portuguesa</i>
DEC	<i>Dictionnaire explicatif et combinatoire du français contemporain</i>
DGLI	<i>Il Garzantino della Lingua Italiana</i>
DGW	<i>Das große Wörterbuch der deutschen Sprache: in zehn Bänden</i>
DHaLF	<i>Dictionnaire Hachette</i>
DIELE	<i>Diccionario Ilustrado de la Lengua Española</i>
DILE	<i>Vox Diccionario General Ilustrado de la Lengua Española</i>
DILP	<i>Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa</i>
DIP	<i>Dicionário Ilustrado de Português</i>
DJLP	<i>Dicionário Júnior da língua portuguesa</i>
DMJE	<i>Diccionario Maxi Júnior de la lengua española</i>
DOPI	<i>Dicionário Oxford Escolar para estudantes brasileiros de inglês</i>
DPELE	<i>Señas: diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños</i>
DPC	<i>Dicionário UNESP do português contemporâneo</i>
DPLP	<i>Dicionário Priberam da língua portuguesa (em linha)</i>
DPRAE	<i>Diccionario práctico del estudiante</i>
DRAE	<i>Diccionario de la lengua española</i>
DRAEe	<i>Diccionario de la lengua española (en línea)</i>
DSLE	<i>Diccionario Salamanca de la Lengua Española</i>
DUEAe	<i>Diccionario de uso del español de América y España</i>
DUEe	<i>Diccionario de uso del español</i>
DUPB	<i>Dicionário de usos do português do Brasil</i>
DUWtb	<i>Duden Deutsches Universalwörterbuch</i>
GDLEe	<i>Gran diccionario de la lengua española</i>
HouE	<i>Dicionário Houaiss da língua portuguesa</i>
HouSi	<i>Dicionário Houaiss de sinônimos e antônimos da língua portuguesa</i>
LaGWDaF	<i>Langenscheidt Großwörterbuch Deutsch als Fremdsprache</i>

LaTWDaF	<i>Taschenwörterbuch Deutsch als Fremdsprache</i>
LDELc	<i>Dictionary of English Language and Culture</i>
LLiDF	<i>Dictionnaire de la langue française (en ligne)</i>
MDHou	<i>Meu primeiro dicionário Houaiss</i>
MiAu	<i>Miniaurélio: o dicionário da língua portuguesa</i>
MiCA	<i>Minidicionário contemporâneo da língua portuguesa</i>
MiE	<i>Moderno dicionário da língua portuguesa</i>
MiHou	<i>Minidicionário Houaiss da língua portuguesa</i>
MiLP	<i>Minidicionário escolar da língua portuguesa</i>
MiLu	<i>Dicionário escolar Luft da língua portuguesa</i>
MiMe	<i>Minidicionário Escolar da Língua Portuguesa</i>
MiRR	<i>Minidicionário da língua portuguesa</i>
MWPD	<i>Merriam-Webster's Primary Dictionary</i>
nDFAEP	<i>Novo Dicionário de Falsos Amigos Espanhol-Português</i>
NDW	<i>Neues deutsches Wörterbuch</i>
OALD	<i>Oxford Advanced Learner's Dictionary</i>
OWID	<i>Online Wortschatz-Informationssystem Deutsch</i>
PCDIIt	<i>Parola chiave: dizionario di italiano per brasiliani</i>
PDELP	<i>Primeiro dicionário escolar de língua portuguesa</i>
PEDSP	<i>Password English Dictionary for Speakers of Portuguese</i>
PGWDaF	<i>Großwörterbuch Deutsch als Fremdsprache</i>
PRobE	<i>Le Nouveau Petit Robert: Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française</i>
REDES	<i>Redes. Diccionario combinatorio del español contemporáneo</i>
SJDI	<i>Saraiva Júnior: dicionário de língua portuguesa ilustrado</i>
VTIe	<i>Vocabolario Treccani della lingua italiana</i>
WdW	<i>Das grosse deutsche Wörterbuch</i>
ZMiVLI	<i>Lo Zingarelli Minore. Vocabolario della lingua italiana</i>
ZVLI	<i>Vocabolario della lingua italiana</i>

SUMÁRIO

0 INTRODUÇÃO	18
0.1 Justificativa e pertinência da pesquisa	19
0.1.1 Dimensão social	19
0.1.2 Dimensão linguística e lexicográfica	23
0.2 Objetivos	25
0.3 Hipóteses de pesquisa	26
0.4 Estrutura geral do trabalho	27
PARTE I: O DICIONÁRIO E A DEFINIÇÃO: REVISÃO DA LITERATURA	29
1 DICIONÁRIOS DE LÍNGUA: CONCEITOS OPERACIONAIS BÁSICOS	30
1.1 Semasiologia versus onomasiologia	30
1.2 Os dicionários semasiológicos	35
1.2.1 Classificação dos dicionários semasiológicos	35
1.2.2 Níveis de estruturação dos dicionários semasiológicos	40
1.2.2.1 <i>Macroestrutura</i>	41
1.2.2.2 <i>Microestrutura</i>	45
1.2.2.2.1 <i>Microestrutura abstrata e microestrutura concreta</i>	45
1.2.2.2.2 <i>Comentário de forma, comentário semântico e formulação do PCI</i>	48
1.2.2.2.3 <i>Ampliação externa da microestrutura</i>	51
1.2.2.3 <i>Medioestrutura</i>	53
1.2.2.4 <i>Outside matter</i>	55
1.2.2.4.1 <i>Front matter</i>	56
1.2.2.4.2 <i>Middle e back matter</i>	57
2 PANORAMA GERAL DA PESQUISA SOBRE A DEFINIÇÃO LEXICOGRÁFICA	59
2.1 A teoria tradicional da definição	60
2.1.1 Definição real versus definição nominal	65
2.1.2 Os aportes de B. Pascal e G. Frege à teoria tradicional da definição	68
2.1.3 As definições de <i>definição</i> : reflexos dos postulados da teoria tradicional da definição ...	71
2.2 A definição do ponto de vista (meta)lexicográfico	73
2.2.1 O transcurso da prática à teoria lexicográfica	74
2.2.2 Princípios metalexográficos que regem a redação das definições	79
2.2.2.1 <i>Percurso histórico da definição lexicográfica: a recepção dos postulados da lógica no seio da lexicografia</i>	85
2.2.2.1.1 <i>J. Casares</i>	85
2.2.2.1.2 <i>L. Zgusta</i>	87
2.2.2.1.3 <i>J. Rey-Debove</i>	90
2.2.2.1.4 <i>G. Haensch et al.</i>	92
2.2.2.1.5 <i>H. E. Wiegand</i>	95
2.2.2.1.6 <i>Síntese e análise do percurso histórico da definição lexicográfica</i>	99
2.2.2.2 <i>Os manuais de lexicografia e os princípios elementares de redação das definições lexicográficas</i>	102
2.2.2.3 <i>Delimitação dos problemas pertinentes aos princípios elementares de redação das definições lexicográficas</i>	107
2.2.3.3.1 <i>Os modelos alternativos de redação das paráfrases</i>	107
2.2.3.3.2 <i>Os diferentes tipos de significado e suas consequências para a redação das definições lexicográficas</i>	114

PARTE II: PARA UMA TEORIA DA DEFINIÇÃO LEXICOGRÁFICA: O PROBLEMA ONTOLÓGICO DO SIGNIFICADO E SUA RELAÇÃO COM A DEFINIÇÃO	117
3 FUNDAMENTOS PARA UMA TEORIA DA DEFINIÇÃO LEXICOGRÁFICA	118
3.1 Delimitação dos problemas relativos à prática de redação das definições	120
3.1.1 Classificação das definições de acordo com seu potencial elucidativo	120
3.1.1.1 <i>Paráfrases transparentes</i>	120
3.1.1.2 <i>Paráfrases opacas</i>	121
3.1.1.2.1 <i>Paráfrases opacas deficitárias</i>	121
3.1.1.2.2 <i>Paráfrases opacas propriamente ditas</i>	124
3.2 Elaboração de uma teoria da definição lexicográfica	126
3.2.1 Escopo de uma teoria da definição lexicográfica	127
3.2.2 Esquema geral de uma teoria da definição lexicográfica	127
3.2.3 Dificuldades inerentes à elaboração de uma teoria da definição lexicográfica	130
3.2.3.1 <i>O conceito de definição elucidativa</i>	131
3.2.3.2 <i>A relação entre potencial elucidativo da definição e usuário</i>	132
3.2.3.3 <i>A natureza do significado</i>	141
3.2.3.3.1 <i>O significado e a discriminação das acepções</i>	142
3.2.3.3.2 <i>O significado e a ordenação das acepções</i>	145
3.2.3.3.3 <i>O significado e a redação das definições</i>	148
4 O PROBLEMA ONTOLÓGICO DO SIGNIFICADO	150
4.1 A relação entre (meta)lexicografia e teorias linguísticas	152
4.1.1 As funções fática e metalinguística da linguagem e sua relação com a definição	153
4.1.2 O lugar da semântica no âmbito de uma teoria da definição lexicográfica	156
4.2 Os aportes da semântica ao problema da definição lexicográfica	159
4.2.1 A concepção de <i>significado</i> no âmbito das teorias semânticas	160
4.2.1.1 <i>O modelo formal</i>	160
4.2.1.1.1 <i>Noção de categorização</i>	160
4.2.1.1.2 <i>Noções de intensão e extensão</i>	163
4.2.1.2 <i>O modelo estrutural</i>	165
4.2.1.2.1 <i>A análise componencial do significado</i>	166
4.2.1.2.2 <i>O modelo lexemático de E. Coseriu</i>	168
4.2.1.3 <i>O modelo cognitivo</i>	172
4.2.1.3.1 <i>A relação entre as noções de protótipo e de categorização</i>	172
4.2.1.3.2 <i>O significado no âmbito da semântica cognitiva</i>	174
4.2.1.4 <i>Síntese da concepção de significado no âmbito dos modelos semânticos analisados</i> ...	175
4.2.2 A teoria lexicológica tradicional e a metalinguagem da definição	176
4.2.2.1 <i>Significado lexical e significado categorial no âmbito da lexemática</i>	176
4.2.2.2 <i>A oposição significado lexical/significado categorial e a prática lexicográfica</i>	182
4.3 O aspecto pragmático do significado e sua indicação nos dicionários semasiológicos .	191
4.3.1 Informações pragmáticas nas definições	192
4.3.2 Informações pragmáticas nos exemplos	193
4.3.3 Informações pragmáticas em notas de uso	193
4.3.4 Informações pragmáticas por meio de marcas de uso	194
5 A EXPLICITAÇÃO DO SIGNIFICADO POR MEIO DE UMA FORMULAÇÃO LINGUÍSTICA I: A FORMA DA DEFINIÇÃO	197
5.1 A classificação taxonômica das paráfrases definidoras	198
5.1.1 A perspectiva do ato da comunicação	198
5.1.1.1 <i>Concepção intensional do signo linguístico</i>	199

5.1.1.1.1 <i>Paráfrases definidoras analíticas</i>	199
5.1.1.1.2 <i>Paráfrases definidoras sinonímicas</i>	199
5.1.1.2 <i>Concepção extensional do signo linguístico</i>	201
5.1.1.2.1 <i>Definição ostensiva</i>	202
5.1.1.2.2 <i>Substituição ostensiva</i>	203
5.1.2 <i>A metalinguagem</i>	203
5.1.2.1 <i>Paráfrases em metalinguagem de conteúdo</i>	204
5.1.2.2 <i>Paráfrases em metalinguagem de signo</i>	204
5.1.2.2.1 <i>Paráfrases em metalinguagem de signo indicadoras de uso</i>	204
5.1.2.2.2 <i>Paráfrases em metalinguagem de signo extensionais</i>	205
5.1.3 <i>Outros tipos de paráfrases definidoras</i>	205
5.2 Os <i>patterns</i> sintáticos das paráfrases definidoras	207
5.2.1 <i>Padrão sintático das paráfrases em metalinguagem de conteúdo</i>	209
5.2.1.1 <i>Paráfrases de substantivos em metalinguagem de conteúdo</i>	209
5.2.1.2 <i>Paráfrases de verbos em metalinguagem de conteúdo</i>	211
5.2.1.3 <i>Paráfrases de adjetivos em metalinguagem de conteúdo</i>	212
5.2.1.4 <i>Paráfrases de advérbios em metalinguagem de conteúdo</i>	213
5.2.2 <i>Padrão sintático das paráfrases em metalinguagem de signo</i>	213
5.2.2.1 <i>Paráfrases de substantivos em metalinguagem de signo</i>	213
5.2.2.2 <i>Paráfrases de adjetivos em metalinguagem de signo</i>	215
5.2.2.3 <i>Paráfrases de advérbios em metalinguagem de signo</i>	215
5.2.2.4 <i>Paráfrases de conjunções e preposições em metalinguagem de signo</i>	215
5.2.2.5 <i>Paráfrases de artigos e pronomes</i>	217
5.2.2.6 <i>Paráfrases de interjeições</i>	218
5.2.2.7 <i>Paráfrases de numerais</i>	218
6 A EXPLICITAÇÃO DO SIGNIFICADO POR MEIO DE UMA FORMULAÇÃO LINGUÍSTICA II: O CONTEÚDO DA DEFINIÇÃO	220
6.1 O rendimento dos modelos semânticos formal, estrutural e cognitivo na redação das paráfrases definidoras	220
6.1.1 <i>Pressupostos para a análise das definições de substantivos concretos</i>	225
6.1.1.1 <i>A natureza do significado dos substantivos concretos</i>	226
6.1.1.2 <i>As paráfrases definidoras de substantivos concretos</i>	227
6.1.2 <i>Análise das definições de substantivos concretos</i>	228
6.1.2.1 <i>Os modelos semânticos formal e estrutural na redação das definições</i>	229
6.1.2.2 <i>O modelo semântico cognitivo na redação das definições</i>	233
6.1.2.2.1 <i>Definições ostensivas em metalinguagem de conteúdo</i>	234
6.1.2.2.2 <i>Definições ostensivas em metalinguagem de signo</i>	239
6.1.3 <i>Síntese da análise das definições de substantivos concretos</i>	241
6.2 Desenvolvimento de uma metodologia para a seleção das informações veiculadas pelas paráfrases definidoras	241
6.2.1 <i>Os modelos semânticos pós-estruturais</i>	243
6.2.1.1 <i>A produtividade dos modelos neoestruturais e cognitivos em (meta)lexicografia</i>	246
6.2.2 <i>A noção de frame e sua relação com a (meta)lexicografia</i>	247
6.2.2.1 <i>A semântica de frames</i>	249
6.2.2.1.1 <i>O projeto FrameNet e suas possibilidades de aplicação à prática lexicográfica</i>	250
6.2.2.2 <i>Propostas de aplicação de frames à prática lexicográfica</i>	255
6.2.2.3 <i>Um exemplo concreto da aplicação de frames à prática lexicográfica</i>	262
6.2.3 <i>Metodologia para a seleção das informações veiculadas pelas paráfrases definidoras</i>	267
6.2.3.1 <i>Os substantivos que designam emoções/sentimentos nos dicionários semasiológicos</i> ..	268
6.2.3.2 <i>Proposta preliminar de um modelo baseado em frames para a definição de substantivos que designam emoções/sentimentos</i>	274
6.2.4 <i>Considerações finais</i>	281

PARTE III: PARA UMA TEORIA GERAL DOS MECANISMOS EXPLANATÓRIOS: ILUSTRAÇÕES, EXEMPLOS E PÓS-COMENTÁRIOS	283
7 FUNDAMENTOS PARA UMA TEORIA GERAL DOS MECANISMOS EXPLANATÓRIOS	284
7.1 A necessidade de ultrapassar os limites de uma teoria da definição lexicográfica	284
7.2 Elaboração de uma teoria geral dos mecanismos explanatórios	289
7.2.1 Esquema básico de uma teoria geral dos mecanismos explanatórios	289
7.2.2 Variáveis que sustentam uma teoria geral dos mecanismos explanatórios	292
7.2.2.1 <i>A concepção da microestrutura</i>	<i>292</i>
7.2.2.2 <i>A funcionalidade das informações na microestrutura</i>	<i>293</i>
7.2.2.3 <i>A relação entre o potencial elucidativo dos mecanismos explanatórios complementares/alternativos e o usuário</i>	<i>295</i>
8 MECANISMOS COMPLEMENTARES E/OU ALTERNATIVOS DE ELUCIDAÇÃO DO SIGNIFICADO DE CARÁTER NÃO LINGÜÍSTICO: ILUSTRAÇÕES	299
8.1 Considerações iniciais acerca das ilustrações nos dicionários semasiológicos	299
8.2 A relação entre o tipo de dicionário e o uso de ilustrações	301
8.2.1 Ilustrações em dicionários para falantes nativos	303
8.2.1.1 <i>As ilustrações nos dicionários gerais</i>	<i>303</i>
8.2.1.2 <i>As ilustrações nos dicionários escolares</i>	<i>304</i>
8.2.2 Ilustrações em dicionários para falantes não nativos	308
8.2.2.1 <i>As ilustrações nos learner's dictionaries</i>	<i>308</i>
8.2.3 Síntese da análise do uso de ilustrações em dicionários semasiológicos	310
8.3 A funcionalidade da ilustração nos dicionários semasiológicos	312
8.3.1 A relação entre funcionalidade e poder de representação da ilustração	312
8.3.1.1 <i>Tipos de ilustrações</i>	<i>317</i>
8.3.1.2 <i>Uso de legendas nas ilustrações</i>	<i>323</i>
8.3.2 A qualidade da ilustração	325
8.3.2.1 <i>Desenhos versus fotografias</i>	<i>325</i>
8.3.2.2 <i>Imagens coloridas versus imagens em preto e branco</i>	<i>327</i>
8.3.2.3 <i>Dimensões da imagem</i>	<i>329</i>
8.3.3 A articulação das ilustrações com outros componentes do dicionário	330
8.3.4 Síntese da discussão sobre a funcionalidade da ilustração	332
9 MECANISMOS COMPLEMENTARES E/OU ALTERNATIVOS DE ELUCIDAÇÃO DO SIGNIFICADO DE CARÁTER LINGÜÍSTICO: EXEMPLOS E PÓS-COMENTÁRIOS	335
9.1 Exemplos	335
9.1.1 Exemplos lexicográficos: sentenças, sintagmas, colocações?	337
9.1.2 Exemplos autênticos, inventados e adaptados	339
9.1.3 Funções do exemplo nos dicionários semasiológicos	343
9.1.3.1 <i>Exemplos para a compreensão nos dicionários semasiológicos</i>	<i>346</i>
9.2 Pós-comentários	348
9.2.1 O pós-comentário na microestrutura dos dicionários semasiológicos	349
9.2.1.1 <i>O pós-comentário na microestrutura dos dicionários gerais</i>	<i>349</i>
9.2.1.2 <i>O pós-comentário na microestrutura dos dicionários escolares</i>	<i>355</i>
9.2.1.3 <i>O pós-comentário na microestrutura dos learner's dictionaries</i>	<i>357</i>
9.2.1.4 <i>Síntese da análise do emprego do pós-comentário nos dicionários semasiológicos</i>	<i>358</i>
9.2.2 O pós-comentário como mecanismo complementar de explanação do significado	359
9.2.2.1 <i>Parâmetros para a obtenção da funcionalidade do pós-comentário</i>	<i>359</i>
9.2.2.2 <i>Modelos para a apresentação do pós-comentário</i>	<i>360</i>
9.2.2.2.1 <i>O pós-comentário como nota gramatical</i>	<i>360</i>
9.2.2.2.2 <i>O pós-comentário como nota de caráter extraordinário</i>	<i>362</i>

PARTE IV: BALANÇO GERAL E PERSPECTIVAS	364
10 CONCLUSÕES	365
10.1 Avaliação das hipóteses de pesquisa	367
10.2 Limites do estudo e perspectivas	368
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	370
DICIONÁRIOS	370
LITERATURA SECUNDÁRIA	373
PÁGINAS DA INTERNET	398

0 INTRODUÇÃO

As estatísticas apresentadas em Hartmann (2001: 82) e Jackson (2002:76) corroboram o senso comum, segundo o qual o significado seria a informação mais procurada pelos consulentes em dicionários de língua. Não surpreende, pois, que o segmento dedicado à explanação do significado seja tradicionalmente considerado o mais importante no interior da microestrutura dessas obras (cf. LANDAU 2001: 8-9; MARTÍNEZ DE SOUZA 2009: 151).

A definição é o mecanismo explanatório por excelência. Ela é, ao mesmo tempo, o recurso mais empregado e o mais estudado no âmbito da (meta)lexicografia¹. Para Hausmann (1989b), por exemplo, os dicionários gerais monolíngues [*allgemeine einsprachige Wörterbücher*] podem apresentar inúmeras diferenças em relação tanto à seleção quanto à organização das informações contidas neles. Entretanto, há um único segmento informativo obrigatório nessas obras, que é, justamente, a definição. Por esse motivo, o autor designa o dicionário geral monolíngue como “dicionário de definições” [*Definitionswörterbuch*].

Além da definição, no entanto, existem outros mecanismos de explanação do significado passíveis de emprego nos dicionários de língua. Malmkjær (2010: s.v. *Lexicography*) menciona a existência de sete distintas técnicas explanatórias [*explanatory techniques*]:

- a) a remissão explanatória [*explanatory cross-reference*]²;
- b) a ilustração [*illustration*];
- c) a exemplificação [*exemplification*];
- d) a expansão [*expansion*]³;
- e) a discussão [*discussion*]⁴;
- f) a definição propriamente tal [*definition*];
- g) a tradução [*translation*].

À exceção da tradução – recurso explanatório exclusivo de dicionários bilíngues –, as demais técnicas arroladas costumam ser amplamente empregadas nos dicionários de língua.

¹ Um apanhado geral da literatura referente ao tema da definição lexicográfica é oferecido no Capítulo 2.

² Cf., p.ex.: *became* “**Became** is the past tense of **become**” (CCLDe 2003: s.v.) e *condessa*¹ “Fem. de conde (1)” (AuE 2009: s.v., ac. 1).

³ Cf., p.ex.: *CD* “Sigla de *compact disc*, disco compacto” (DUEAe 2003: s.v.) e *no*¹ “Contr. da prep. *em* com o art. def. *o*” (CAe 2007: s.v.).

⁴ Segundo Malmkjær (2010: s.v. *Lexicography*), a discussão – também chamada “nota de uso” [*usage note*] – é “uma técnica discursiva e, no máximo, semiformalizada, que pode apresentar qualquer um dos tipos de informação lexicalmente relevantes” [a discursive and at most semi-formalised technique that can present any of the types of lexically relevant information]. Em consonância com a teoria microestrutural de Wiegand (1989c), identificamos o segmento da microestrutura destinado à discussão, de uma forma genérica, com o “pós-comentário” [*Postkommentar*]. A esse respeito, cf. 1.2.2.2.3 e 9.2.

Embora não nos caiba, neste momento, discutir o *status* de cada uma dessas técnicas como “mecanismos de explanação do significado”, deve ficar claro, desde já, que a remissão explanatória, por exemplo, não constitui um mecanismo explanatório *stricto sensu*, tratando-se, antes, de um recurso medioestrutural⁵. Caso similar é o da técnica denominada expansão, que funciona, a bem da verdade, como um misto entre etimologia e definição (cf. MALMKJÆR 2010: s.v. *Lexicography*). Por outro lado, estudos anteriores já nos permitiram refletir sobre o potencial expanatório de recursos como os exemplos (cf. FARIAS 2008a), as ilustrações (cf. FARIAS 2010b) e os pós-comentários semânticos (cf. FARIAS 2011b).

Em vista da importância da explanação do significado no âmbito dos estudos (meta)lexicográficos, a pesquisa que desenvolvemos versa não somente sobre a definição lexicográfica, mas, de uma forma mais abrangente, sobre os mecanismos explanatórios nos dicionários de língua. Nossa pretensão é propor as bases de uma “teoria geral dos mecanismos explanatórios”.

0.1 Justificativa e pertinência da pesquisa

O presente estudo justifica-se tanto do ponto de vista social quanto do ponto de vista linguístico e lexicográfico.

0.1.1 Dimensão social

A práxis lexicográfica no Brasil é ainda relativamente incipiente⁶. Embora a produção dicionarística no país tenha começado a tomar impulso ainda em meados do século XIX, é somente a partir de 1939, com a publicação da primeira edição do *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, que se passou a contar com uma obra de referência que pode ser considerada como “brasileira”. Entretanto, esse dicionário deixou de ser editado em 1967. A partir daí, o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira, cuja primeira edição data de 1975, passou a ocupar o posto de dicionário de referência da língua portuguesa no Brasil, o que justifica, em boa medida, mais do que o sucesso, a credibilidade outorgada a essa obra pelo público (cf. BIDERMAN 2006). Entretanto, não obstante o sucesso dessa e, mais recentemente, de outras obras lexicográficas

⁵ A respeito da medioestrutura no dicionário de língua, cf. 1.2.2.3.

⁶ Para um panorama da produção dicionarística brasileira, cf. Finatto (1993: 26-66), Biderman (2002; 2006) e Welker (2006c). Para uma revisão crítica do percurso da lexicografia no Brasil, cf. Bugeño Miranda (2011). Para um apanhado geral dos primórdios da lexicografia de língua portuguesa e uma síntese do desenvolvimento da lexicografia em Portugal, cf. Verdelho (1994).

entre o público brasileiro, a exemplo de HouE (2001) e MiE (1998)⁷, Biderman (2002: 80) assevera que “A sociedade brasileira ainda não possui um dicionário geral do português do Brasil elaborado dentro de critérios lexicográficos científicos e baseado em sólida teoria lexical”. De acordo com Pöll (1996), essa crítica poderia estender-se a toda a tradição lexicográfica de língua portuguesa:

Que não existem dicionários adequados de língua portuguesa – e isso diz respeito tanto aos dicionários de definições como aos de equivalências – os lusitanistas, tanto falantes nativos de alemão como lusófonos, já sabem há muito tempo. A falha torna-se especialmente evidente, se se estabelece uma comparação com outras grandes línguas de cultura, ou talvez até mesmo ingênuas, caso se deseje tirar conclusões sobre o estado da lexicografia a partir do número de falantes.⁸ (9)

Malgrado o atraso da lexicografia nacional em relação a outras tradições, como a alemã, a inglesa, a francesa e a hispânica, não se pode deixar de salientar que, nos últimos anos, vem se verificando um aumento do interesse por esse campo de estudos no Brasil, com vistas a suprir a deficiência constatada. Esse interesse é comprovado pelo surgimento de projetos tais como o *Dicionário Histórico do Português do Brasil – séculos XVI, XVII e XVIII*, coordenado atualmente pela Profa. Dra. Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa⁹. Além disso, ajuda a configurar e, principalmente, a caracterizar o atual cenário da lexicografia brasileira frente a outras tradições a atenção cada vez maior dedicada a uma área específica dessa disciplina, denominada lexicografia pedagógica¹⁰ (cf. HUMBLÉ 2009: 223). Nesse âmbito, destaca-se o que poderíamos chamar de “boom dos dicionários escolares”. Entre os fatores que desencadearam o interesse por esse tipo de obras, destacam-se:

- a) o reconhecimento de que os dicionários podem converter-se em ferramentas importantes no processo de ensino-aprendizagem (cf. RANGEL; BAGNO 2006);

⁷ Seguindo a tendência da metalexigrafia europeia, para as citações de dicionários, em vez da *Harvard Citation* (autor ano: página), usaremos abreviaturas (cf. HARTMANN 2001: 11).

⁸ [Daß es keine brauchbaren portugiesischen Wörterbücher – und das bezieht sich sowohl auf Definitions- als auch auf Äquivalenzwörterbücher – gibt, wissen die Lusitanisten, die deutschsprachigen wie die Lusophonen, schon lange. Besonders evident wird der Mangel, wenn man den Vergleich mit anderen großen Kultursprachen anstellt oder vielleicht sogar naiv von der Sprecherzahl auf den Stand der Lexikographie Rückschlüsse ziehen wollte]. Todas as traduções ao longo do texto são da autora.

⁹ Sobre a concepção e estrutura do referido dicionário, cujo projeto está em andamento, cf. Murakawa (2010).

¹⁰ A lexicografia pedagógica é definida como “[U]m complexo de atividades relacionadas com o desenho, a compilação, o uso e a avaliação de dicionários pedagógicos” [A complex of activities concerned with the design, compilation, use and evaluation of pedagogical dictionaries] (HARTMANN; JAMES 2001: s.v. *pedagogical lexicography*), sendo o dicionário pedagógico, por sua vez, definido como “[U]ma obra de referência desenhada especificamente para atender as necessidades didáticas práticas de professores e aprendizes de uma língua” [A reference work specifically designed for the practical didactic needs of teachers and learners of a language] (HARTMANN; JAMES 2001: s.v. *pedagogical dictionary*). Os dicionários pedagógicos podem ser divididos em dois grandes grupos, segundo estejam destinados a aprendizes de uma língua estrangeira (ou segunda língua), ou a falantes nativos de uma dada língua que se encontrem em processo de aprendizagem formal e sistematização dessa língua. O primeiro grupo de obras abrange os dicionários bilíngues e os dicionários monolíngues para aprendizes. Já o segundo grupo compreende os chamados dicionários escolares (cf. HERNÁNDEZ 1998).

- b) a inépcia de grande parte dos dicionários de cunho escolar – mormente os publicados até meados da década de 2000 – em relação à condição de material de apoio no processo de ensino-aprendizagem (cf., p.ex., FARIAS 2006a; 2006b; 2006c; 2007; 2008c);
- c) os investimentos do Governo Federal – sobretudo a partir da década de 1990 – na melhoria da educação, refletidos na implementação e aperfeiçoamento de diversos programas pela Secretaria de Educação Básica¹¹.

Esses fatores, conjuntamente, acabaram incitando o interesse pelos dicionários de cunho escolar, com o objetivo de promover o aperfeiçoamento dos instrumentos lexicográficos utilizados pelos alunos que frequentam a educação básica. Nesse sentido, o próprio Ministério da Educação do Brasil, dentro do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), passou a avaliar, além dos livros, os dicionários destinados aos estudantes do ensino fundamental. No plano metalexiconográfico, deve-se destacar o aparecimento de trabalhos que exploram o tema dos dicionários escolares, a exemplo de Damim (2005), Damim; Peruzzo (2006), Petri (2007), Farias (2008b; 2009a) e Bugueño Miranda; Farias (2008a; 2008b; 2009).

Não obstante o notório crescimento do interesse pela lexicografia no Brasil, como procuramos salientar acima, uma análise da produção dicionarística nacional, tanto monolíngue destinada a falantes nativos (cf., p.ex., MARETTO 1996; BIDERMAN 2004; ZANATTA 2006a: 48-55; 2007; FARIAS 2006a; 2007; 2008c; BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2006; 2009; 2011c) ou a aprendizes de uma língua estrangeira (cf., p.ex., BUGUEÑO MIRANDA 2006; ZANATTA 2008¹²), quanto bilíngue (cf., p.ex., BUGUEÑO MIRANDA 2000b; 2005b; BUGUEÑO MIRANDA; DAMIM 2005; HUMBLÉ 2006; BUGUEÑO MIRANDA; SELISTRE 2008; FARIAS 2009d; 2010a; ZANATTA 2010; DURÃO; WERNER 2011)¹³, deixa bastante claro que a lexicografia brasileira não

¹¹ Três exemplos concretos das políticas educacionais do governo brasileiro são o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), cujo exame foi aplicado pela primeira vez em 1990, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), criado em 1985, e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), elaborados entre 1997 e 2006 (cf. FARIAS 2009a: 19-21).

¹² Ambos os trabalhos citados versam sobre DPELE (2002). Esse dicionário, editado no Brasil, apresenta-se como “o primeiro dicionário de espanhol concebido especialmente para estudantes brasileiros” (DPELE 2002: VII). É importante salientar, no entanto, que essa obra consiste na adaptação, para o mercado brasileiro, de um dicionário espanhol – o *Diccionario para la enseñanza de la lengua española*, de 1995. Suas modificações restringem-se ao acréscimo de uma equivalência da palavra-entrada em língua portuguesa após cada definição, à tradução do *front matter* do espanhol ao português e à inclusão de um pequeno glossário português-espanhol no *back matter*. Essa decisão é, no entanto, do nosso ponto de vista, altamente reprovável, posto que a concepção de um dicionário específico para aprendizes brasileiros de língua espanhola deveria levar em conta não somente as convergências e divergências tipológicas entre o português e o espanhol, mas também, e principalmente, o público-alvo ao qual se destina (cf. BUGUEÑO MIRANDA 2006: 217).

¹³ Bugueño Miranda (2005b) e Durão; Werner (2011) analisam o panorama da lexicografia de falsos amigos, enfatizando a relação português-espanhol. Com o intuito de simplificar a questão, tratamos o dicionário de falsos

acompanha a discussão internacional, nem no que diz respeito a uma teoria geral do dicionário, nem no que diz respeito ao fazer prático em si. As consequências diretas disso são sentidas pelos usuários, que, muitas vezes, não obtêm respostas satisfatórias para as perguntas que os levaram a consultar uma obra de referência.

O panorama esboçado chama a atenção para a emergência de se desenvolver novas pesquisas em (meta)lexicografia no Brasil. O segmento editorial que se dedica à publicação de obras de cunho escolar é um dos setores que poderia ser diretamente beneficiado pelo implemento dessas pesquisas¹⁴. Não obstante, é evidente que o impacto benéfico não se restringiria ao âmbito dos dicionários escolares, mas, certamente, estender-se-ia ao âmbito dos dicionários monolíngues para falantes nativos em geral, dos dicionários para aprendizes de línguas estrangeiras e, até mesmo, dos dicionários bilíngues (considerando que, em alguns casos, não é possível oferecer equivalentes na língua de chegada [ou língua-alvo] para uma unidade léxica da língua de partida [ou língua-fonte]). Justifica-se, assim, a dimensão social desta tese, cujo tema a ser desenvolvido – os mecanismos de explanação do significado nos dicionários de língua – constitui um dos problemas nucleares da lexicografia. Um projeto que se proponha a discutir quaisquer questões, sejam elas teóricas ou práticas, acerca dos dicionários, atenderia, ao mesmo tempo, à necessidade premente de novos estudos (meta)lexicográficos e à demanda do mercado brasileiro consumidor de obras dicionarísticas, já que as pesquisas realizadas poderiam contribuir para tornar os dicionários produzidos no país instrumentos de consulta mais eficazes.

amigos no âmbito da lexicografia bilíngue, uma vez que esse tipo de obra, a exemplo do dicionário bilíngue, também se caracteriza por relacionar o léxico de duas línguas. Bugueño Miranda (2007b), no entanto, esclarece que o dicionário de falsos amigos e o dicionário bilíngue apresentam (ou, pelo menos, deveriam apresentar) concepções divergentes: (a) em relação à função da obra, o dicionário bilíngue propõe equivalências léxicas/semânticas entre duas línguas, visando possibilitar a transferência de material léxico de uma língua à outra, ao passo que o dicionário de falsos amigos tem como principal objetivo o contraste entre duas línguas; (b) em relação à perspectiva do signo linguístico, o dicionário bilíngue pode ser considerado uma obra de caráter onomasiológico (cf. tb. 1.1), enquanto o dicionário de falsos amigos é uma obra de caráter semasiológico; e (c) em relação à perspectiva por eixos da língua, o dicionário bilíngue está aberto à diatopia, à diafasia-diastratia e, parcialmente, também à diacronia, ao passo que o dicionário de falsos amigos deve ser rigorosamente sincrônico, e somente parcialmente aberto à diatopia e diafasia-diastratia.

¹⁴ O impacto social que o desenvolvimento de estudos voltados para o aperfeiçoamento dos dicionários escolares causaria fica ainda mais evidente se se considera o déficit do sistema educacional brasileiro, denunciado por resultados como os obtidos nas avaliações do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa). Conforme a matéria “Brasil melhora em avaliação internacional, mas continua um dos piores do mundo”, publicada na edição *on-line* do jornal *O Estado de São Paulo* em 07 de dezembro de 2010, os resultados do Pisa, divulgados pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), situaram o Brasil, entre 65 países, na 53ª posição em leitura, na 57ª posição em matemática e na 53ª posição em ciências. A existência de uma correlação entre a qualidade da educação e o desenvolvimento sócio-econômico de um país é incontestável. A obtenção de melhores resultados em termos de educação, por sua vez, passa, obrigatoriamente, pela implementação e pelo aprimoramento dos programas educacionais, bem como pelo aperfeiçoamento dos instrumentos que subsidiam o processo de ensino-aprendizagem (mormente os livros didáticos e os dicionários).

0.1.2 Dimensão linguística e lexicográfica

A *definição* é *grosso modo* o resultado da reescrita do conteúdo semântico de uma dada expressão linguística (cf., p.ex., MARTÍNEZ DE SOUZA 1995: s.v. *definición lingüística*; HARTMANN; JAMES 2001: s.v. *definition*; BUßMANN 2008: s.v. *Definition*; GLÜCK 2010: s.v. *Definition*). Estabelece-se, portanto, uma relação de equivalência ou igualdade entre o signo-lemma (unidade léxica definida) e a paráfrase resultante da reescrita do seu conteúdo semântico (definição), que se denomina “equação sêmica” [*équation sémique*] (cf. REY-DEBOVE 1966).

Rey (1990), não obstante, sustenta que o termo *definição* é ambíguo. O autor, em primeiro lugar, afirma que seu objetivo varia conforme o domínio do conhecimento no qual ele está inserido (filosofia, lógica, lexicografia, terminologia), e, no interior de cada um desses domínios, seu propósito também pode sofrer variação em virtude das teorias e práticas adotadas em cada caso (cf. REY 1990: 14). Além disso, contribui para a ambiguidade do termo *definição* o fato de que nem mesmo seu objeto é claro: a clássica oposição entre “definição de palavras” e “definição de coisas” não é completamente satisfatória, e “[S]ubstituir «palavra» por «signo estável de uma língua» e «coisa» por «referente de um dado signo» constitui um desenvolvimento e um refinamento úteis, mas não resolve o problema”¹⁵ (REY 1990: 14). Delimitam-se, desse modo, dois problemas essenciais:

- a) a existência de uma variada gama de possibilidades de reescrita de um determinado “conteúdo semântico” (cf. BUGUEÑO MIRANDA 2009a);
- b) a ausência de um consenso a respeito do que se entende por “conteúdo semântico” ou “significado” de uma expressão linguística (cf. BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2011b).

A fim de demonstrar como tais problemas se deixam perceber na prática lexicográfica, selecionamos quatro definições de dicionários de língua inglesa¹⁶:

- (1) **business** [...] **6** [U] important matters that need to be dealt with or discussed [...] (OALD 2005: s.v.)
- (2) **business** **7** You can **business** to refer to important matters that you have to deal with. [...] (CCLDe 2003: s.v.)
- (3) **business** [...] **n** [U] a matter or a situation [...] (CDAE 2006: s.v.)

¹⁵ [Remplacer «mot» par «signe stable d’un langage» et «chose» par «réfèrent d’un tel signe» constitue un élargissement et un raffinement utiles, mais ne résout pas le problème]

¹⁶ Neste momento, abster-nos-emos de emitir qualquer julgamento acerca da qualidade das paráfrases apresentadas, limitando-nos a observar a técnica definitória empregada em cada caso.

- (4) **that** [...] *conjunction* used to introduce a clause reporting something or giving further information, although it can often be omitted [...] (CDAE 2006: s.v.)

Os exemplos evidenciam quão simplista é o conceito de *definição* apresentado inicialmente. Muito embora, nas quatro situações, tenhamos, de fato, processos de reescrita do “conteúdo semântico” das unidades léxicas em questão, ele se dá de maneiras bem diversas. As diferenças, que apreendemos facilmente da mera leitura das definições apresentadas, decorrem dos seguintes fatores:

- a) Os signos léxicos definidos são de natureza distinta: encontramos uma palavra lexical nos três primeiros exemplos, frente a uma palavra gramatical no quarto exemplo.
- b) A técnica definitória empregada em cada situação é diferente: há divergências em relação à perspectiva do ato da comunicação adotada (semasiologia *versus* onomasiologia) e em relação à metalinguagem empregada (metalinguagem de conteúdo *versus* metalinguagem de signo).
- c) O padrão redacional (ou formulação sintática) é bastante diferente em cada caso.

A definição lexicográfica, como vemos, engloba diferentes aspectos. Isso justifica a abundância de trabalhos que abordam essa questão, tanto de cunho analítico (cf., p.ex., HAUSMANN 1990; LEW; DZIEMIANKO 2006a; 2006b; FARIAS 2009b; 2009c), quanto de cunho propositivo. Bugueño Miranda (2009a) subdivide estes últimos em três grupos:

- a) Estudos que abordam o problema da definição do ponto de vista taxonômico, visando a elaboração de uma tipologia de paráfrases definidoras (cf., p.ex., BOSQUE 1982; ILSON 1987; SCHLAEFER 2009: 94-97; BUGUEÑO MIRANDA 2009a);
- b) Estudos que abordam os princípios de redação das paráfrases definidoras (cf., p.ex., MARTÍNEZ DE SOUZA 1995: s.v. *definición lingüística*; LANDAU 2001: 153-189; HANKS 2003; THUMB 2004; BENEDUZI; BUGUEÑO; FARIAS 2005; RUNDELL 2008);
- c) Estudos que abordam a questão da definição do ponto de vista de uma teoria semântica que sirva como suporte teórico-metodológico para a apreensão do significado (cf., p.ex., POTTIER 1977; REY 1977: 98-113; WERNER 1984; GEERAERTS 2003).

Diante do panorama esboçado, e a despeito da profusão de trabalhos que versam sobre os mais diversos problemas atinentes à elaboração das paráfrases definidoras, Bugueño Miranda (2009a) sustenta que ainda não existe o que se poderia chamar de uma “teoria da definição lexicográfica”. Assim, pois, não deve surpreender o fato de que boa parte dos problemas relativos à definição carece de uma resposta minimamente satisfatória. Isso, entre

outros motivos, contribui para explicar porque as paráfrases que lemos nos dicionários de língua nem sempre são completamente elucidativas¹⁷.

Diante desse quadro, propusemo-nos os seguintes questionamentos de partida:

- a) A obtenção de paráfrases efetivamente elucidativas em todos os casos é um problema apenas de método (*i.e.*, atinente à explicitação do conteúdo semântico por meio de uma paráfrase), ou seria também um problema de objeto (*i.e.*, atinente à apreensão do conteúdo semântico em si)?
- b) Pressupondo que a obtenção de paráfrases elucidativas depende também de uma limitação intrínseca à natureza do objeto¹⁸, em que condições seria lícito ou, até mesmo, necessário, o emprego de mecanismos explanatórios complementares/alternativos (p.ex., exemplos, ilustrações, pós-comentários semânticos)?

A definição é, efetivamente, um procedimento lexicográfico que apresenta limitações. Isso se explica, em grande parte, pelo fato de que as palavras são, ao mesmo tempo, o *objeto* e a *ferramenta* de trabalho do lexicógrafo (cf. LEW 2010). Ademais, Bolinger (2008: 193) sustenta que uma “[D]efinição isenta de prejuízo é impossível, porque nós conhecemos nossas palavras não como partículas individuais, mas como partes de [...] estruturas de sentenças lexicalizadas, [...] convenientemente memorizadas para repetir – e adaptar – de acordo com a ocasião”¹⁹. Por outro lado, deve-se considerar que, malgrado as limitações intrínsecas à atividade lexicográfica e, em última instância, à própria língua, é perfeitamente possível apresentar definições que podem ser consideradas elucidativas (cf. 3.1.1.1). Isso nos leva a crer que a impossibilidade de se gerar paráfrases satisfatórias em determinadas circunstâncias não se deve apenas a um problema de método, mas também de objeto. Nessas situações, a solução seria o emprego de mecanismos explanatórios complementares ou, mesmo, alternativos às paráfrases definidoras (como exemplos, ilustrações, pós-comentários semânticos etc.). Isso justifica porque o problema da explanação do significado não deve restringir-se a uma “teoria da definição lexicográfica”, mas precisa ser tratado no âmbito de uma “teoria geral dos mecanismos explanatórios”.

0.2 Objetivos

Tendo em vista o exposto até o momento, os objetivos gerais desta tese são:

¹⁷ Um panorama geral dos principais problemas concernentes à elaboração das definições nos dicionários semasiológicos é oferecido no Capítulo 2.

¹⁸ Para tal pressuposto, tomam-se como base os estudos de Farias (2009c) e Bugueño Miranda; Farias (2011b).

¹⁹ [Undamaged definition is impossible because we know our words not as individual bits but as parts of [...] lexicalized sentence stems, [...] conveniently memorized to repeat – and adapt – as the occasion arises]

- a) localizar o problema da elucidação do significado no âmbito da (meta)lexicografia;
- b) identificar e descrever os problemas atinentes à elucidação do significado nos dicionários de língua;
- c) identificar os limites da definição lexicográfica em relação à elucidação do significado;
- d) propor os princípios sobre os quais uma “teoria da definição lexicográfica” deveria assentar-se;
- e) considerar o problema do significado do ponto de vista ontológico, em face da relação estabelecida com a (meta)lexicografia (mormente no que concerne à sua apreensão e explicitação por meio de uma paráfrase);
- f) desenvolver uma metodologia para a elaboração de mecanismos complementares/alternativos que possam contribuir para a elucidação do significado, nos casos em que uma definição seria, comprovadamente, pouco eficaz.

Ao cumprir os seis objetivos descritos acima, acreditamos estar propondo os fundamentos de uma “teoria geral dos mecanismos explanatórios”.

0.3 Hipóteses de pesquisa

Já deixamos claro, em 0.1.2, que a (meta)lexicografia carece de uma “teoria da definição”. Em consequência disso, as definições apresentadas nos dicionários de língua nem sempre são completamente elucidativas, em razão tanto de uma formulação deficiente como da dificuldade intrínseca à natureza do significado da unidade léxica que se define. Nos casos em que a definição *per se* não é completamente eficaz, os redatores das obras lexicográficas, não raramente, lançam mão de outros “recursos explanatórios”. Diante do quadro esboçado, pois, e tendo em vista que nosso objetivo final é propor as bases de uma “teoria geral dos mecanismos explanatórios”, elaboramos as seguintes hipóteses de pesquisa:

- a) A eficácia de uma “teoria da definição lexicográfica” está restringida pela natureza do significado das unidades léxicas, tendo em vista que o ato de definir engloba dois processos distintos – acessar o significado e explicitá-lo por meios linguísticos (cf. 3.2.2) –; assim, pois, ainda que a (meta)lexicografia pudesse contar com uma “teoria da definição”, não seria possível assegurar resultados completamente satisfatórios em todos os casos;
- b) O emprego de mecanismos complementares e/ou alternativos de elucidação do significado em dicionários de língua – referimo-nos, de modo especial, aos exemplos,

às ilustrações e às notas de uso, já analisados anteriormente (cf., respectivamente, FARIAS 2008a; 2010b; 2011b) – não obedece ao princípio de funcionalidade das informações (cf. BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2006; 2008a); sua apresentação não é sistemática e sua eficácia é discutível.

0.4 Estrutura geral do trabalho

Buscando atender de forma satisfatória aos objetivos gerais propostos, o presente trabalho apresentar-se-á dividido em quatro partes:

A primeira parte, intitulada “O dicionário e a definição: Revisão da literatura”, abriga dois capítulos. O Capítulo 1 – “Os dicionários de língua: conceitos operacionais básicos” – está destinado à apresentação de conceitos fundamentais para o desenvolvimento das discussões subsequentes. O Capítulo 2 – “Panorama geral da pesquisa sobre a definição lexicográfica” – tem como objetivo apresentar a chamada “teoria tradicional da definição”, desenvolvida no seio da lógica, e descrever sua recepção no âmbito (meta)lexicográfico. Ao final deste capítulo, são descritas, ainda, as limitações intrínsecas à aplicação irrefletida da teoria clássica ao fazer lexicográfico e suas consequências negativas.

A segunda parte, intitulada “Para uma teoria da definição lexicográfica: O problema ontológico do significado e sua relação com a definição”, desenvolve-se ao longo de quatro capítulos. O Capítulo 3 – “Fundamentos para uma teoria da definição lexicográfica” – apresenta os parâmetros sobre os quais deveria fundamentar-se uma “teoria integral da definição lexicográfica” e adianta parte da discussão acerca dos limites desse modelo em relação à explicitação do significado. O Capítulo 4 – “O problema ontológico do significado” – ocupa-se da descrição do significado a partir do ponto de vista de três modelos semânticos distintos – formal, estrutural e cognitivo – considerando sua importância nos dois processos envolvidos no ato de definir, ou seja, a sua apreensão e explicitação por meio de uma paráfrase. O Capítulo 5 – “A explicitação do significado por meio de uma formulação linguística I: A forma da paráfrase definidora” – objetiva, em primeiro lugar, propor uma classificação das paráfrases definidoras, e, em segundo lugar, descrever os padrões sintáticos que as paráfrases de cada tipo de unidade léxica podem assumir. Por fim, o Capítulo 6 – “A explicitação do significado por meio de uma formulação linguística II: O conteúdo da paráfrase definidora” – aborda o problema da definição do ponto de vista das informações que veicula, procurando estabelecer uma relação entre o conteúdo da definição e a teoria semântica que (presumidamente) lhe serve de suporte.

A terceira parte da tese intitula-se “Para uma teoria geral dos mecanismos explanatórios: Ilustrações, exemplos e pós-comentários”. A discussão em torno à edificação de um modelo integral dos mecanismos explanatórios é levada a cabo ao longo de três capítulos. O Capítulo 7 – “Fundamentos para uma teoria geral dos mecanismos explanatórios” – apresenta de forma sistematizada os problemas concernentes à explicitação do significado por meio de uma paráfrase definidora que o modelo proposto nos capítulos anteriores permite prever, e, a partir disso, formula as bases sobre as quais deve assentar-se uma teoria integral dos mecanismos explanatórios. O Capítulo 8 trata especificamente do problema da ilustração como mecanismo de elucidação do significado, intitulando-se “Mecanismos complementares e/ou alternativos de elucidação do significado de caráter não linguístico: ilustrações”. O Capítulo 9, por conseguinte, apresenta propostas para o emprego e a formulação de exemplos e de notas de uso – ou pós-comentários semânticos – como mecanismos de elucidação do significado, e se intitula “Mecanismos complementares e/ou alternativos de elucidação do significado de caráter linguístico: exemplos e notas de uso”.

Finalmente, a quarta e última parte da tese – “Balanço geral e perspectivas” – corresponde ao Capítulo 10 – “Conclusões” – e apresenta uma retomada das hipóteses iniciais de pesquisa, bem como uma avaliação acerca do cumprimento dos objetivos propostos e dos resultados alcançados.

PARTE I
O DICIONÁRIO E A DEFINIÇÃO:
REVISÃO DA LITERATURA

1 DICIONÁRIOS DE LÍNGUA: CONCEITOS OPERACIONAIS BÁSICOS

O capítulo de abertura da primeira parte desta tese doutoral está dedicado a um tópico elementar da discussão: a apresentação dos dicionários de língua. Este capítulo tem uma dupla função. A primeira função, diretamente relacionada com o tema central do trabalho, é localizar o problema da elucidação do significado no âmbito dos estudos (meta)lexicográficos. A segunda função, de ordem estritamente didática, é apresentar conceitos operacionais básicos, essenciais para o desenvolvimento das discussões subsequentes.

Inicialmente, tratar-se-á da distinção entre semasiologia e onomasiologia e seu reflexo no fazer lexicográfico. Em seguida, tendo em vista apenas os dicionários semasiológicos, apresentar-se-á uma breve classificação dessas obras e uma caracterização dos seus níveis de estruturação.

1.1 Semasiologia *versus* onomasiologia

Entre as transformações experimentadas pela linguística no período que abarca o final do século XIX e o início do século XX²⁰, destacam-se duas mudanças significativas. Em primeiro lugar, a “palavra” (ou *signo linguístico*) passa a ser considerada como uma unidade dual, consistente de forma e conteúdo (ou *significante* e *significado*, na terminologia de Saussure (2005: 97-100)). Essa nova concepção tem um forte impacto sobre os estudos etimológicos, uma vez que se toma consciência de que a mudança linguística afeta não somente o aspecto formal da palavra, mas também o seu aspecto semântico (cf. BUGUEÑO MIRANDA 1996). Assim, pois, a doutrina “etimologia-origem da palavra” (que objetiva tão somente rastrear o étimo das formas vernaculares) é substituída pela doutrina “etimologia-história da palavra” (que procura descrever, concomitantemente, as mudanças fonético-fonológicas e semânticas sofridas por uma dada forma) (cf. BUGUEÑO MIRANDA 2004). Em segundo lugar, após formalizar a distinção fundamental entre os dois tipos de linguística – a histórica ou diacrônica, e a descritiva ou sincrônica –, F. de Saussure enfatizou justamente o estudo sincrônico. Essa decisão metodológica é fundamental, na medida em que é somente a partir da análise de um determinado estado de língua, definido como “um espaço de tempo mais ou menos longo, durante o qual a soma das modificações ocorridas é mínima”²¹

²⁰ Sobre os estudos comparatistas do século XIX e o modelo neogramático, cf. Bynon (1978: 17-75; 173-197). Para um panorama geral da linguística estrutural no século XX, cf. Robins (1994: 218-264) e Matthews (2001).

²¹ [un espace de temps plus ou moins long pendant lequel la somme des modifications survenues est minime]

(SAUSSURE 2005: 142), que se pode chegar a reconhecer (e descrever) as relações estabelecidas entre os elementos do sistema²².

Baldinger (1966: 7-8) sumariza as transformações ocorridas no seio da linguística no início do século XX, destacando as seguintes tendências:

- a) deslocamento da atenção do som (fonética histórica) para a palavra (lexicologia histórica);
- b) passagem para uma concepção estrutural dos fenômenos linguísticos.

É nesse marco que o autor situa o advento da semasiologia e da onomasiologia como métodos de análise semântica.

A semasiologia é uma subdisciplina da semântica, que trata dos diversos aspectos ligados ao significado de expressões linguísticas isoladas. A onomasiologia, por sua vez, corresponde à subdisciplina da semântica que trata das expressões linguísticas relacionadas a um conceito particular (cf. BUBMANN 2008: s.v. *Semasiologie*; s.v. *Onomasiologie*). Baldinger (1966) faz notar que a bipartição do método de análise semântica entre semasiologia e onomasiologia é condicionada pelo aspecto dual do signo linguístico. Em outras palavras, a onomasiologia corresponde ao campo das designações e trabalha sobre o princípio da sinonímia, ao passo que a semasiologia corresponde ao campo das significações, fundamentando-se na existência do fenômeno da polissemia. Além disso, o autor esforça-se por demonstrar que as estruturas semasiológica e onomasiológica são interdependentes:

A onomasiologia visualiza os problemas sob o ângulo do que fala, daquele que deve escolher entre diferentes meios de expressão. A semasiologia focaliza os problemas sob o ângulo do que ouve, do interlocutor que deve determinar a significação da palavra que ele entende dentre todas as significações possíveis. (BALDINGER 1966: 30)

No âmbito do fazer lexicográfico, esses dois pontos de vista antagônicos, mas, ao mesmo tempo, complementares, permitem identificar os pontos de partida do ato da consulta: na recepção linguística, o consulente parte de uma dada designação a fim de encontrar o seu significado; na produção linguística, durante a resolução de problemas de seleção léxica, o consulente parte de um dado significado a fim de encontrar uma designação adequada para expressá-lo. O ponto de partida da consulta, portanto, fundamenta a oposição entre dicionários semasiológicos e onomasiológicos (cf. BALDINGER 1985a: 42-43; MANKEL 2001)²³.

²² Entende-se *sistema*, de acordo com a concepção saussuriana, como um conjunto de opções alternativas de uma língua, subordinadas a determinadas regras que possibilitam selecionar uma opção entre todas (cf. TRASK 2006: s.v. *sistema*; BUBMANN 2008: s.v. *Sprachsystem*).

²³ Merzagora (1987: 68) estabelece uma distinção, também com base no ponto de partida do ato da consulta, entre “dicionário alfabético” [*vocabolario alfabetico*] e “dicionário conceitual” [*vocabolario concettuale*]. O

Os dicionários semasiológicos tomam como ponto de partida a forma gráfica (ou fonético-fonológica) da palavra. São instrumentos que respondem, majoritariamente, à função de compreensão linguística²⁴, tendo como principal característica a explanação do significado das unidades léxicas, de um modo geral, por meio de paráfrases definidoras (cf. HARTMANN; JAMES 2001: s.v. *semasiological dictionary*; BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2011c). Em vista desse traço peculiar, os dicionários semasiológicos constituirão nosso material de trabalho ao longo da tese²⁵.

Os dicionários onomasiológicos, por sua vez, partem do conceito²⁶, caracterizando-se pelo estabelecimento de relações conceituais entre as palavras (cf. HARTMANN; JAMES 2001: s.v. *onomasiological dictionary*). São instrumentos desenhados tendo em vista a função de produção linguística. Sterkenburg (2003) distingue quatro tipos de dicionários onomasiológicos: dicionários sistemáticos [*systematic dictionaries*] ou *thesauri*, dicionários

primeiro equivale ao dicionário semasiológico, ao passo que o segundo corresponde ao dicionário onomasiológico. Haensch et al. (1982: 165-166), no entanto, observam, muito pertinentemente, que os dicionários semasiológicos, embora, via de regra, obedeçam à ordenação alfabética, podem, eventualmente, apresentar agrupamentos por famílias de palavras (p.ex., verbetes com subentradas). A este tipo de agrupamento, subjaz uma concepção onomasiológica. Por outro lado, seria igualmente precipitado associar uma concepção onomasiológica a uma ordenação não alfabética. A esse respeito, Haensch et al. (1982: 165-166) opinam que “[A] ideia fundamental do agrupamento onomasiológico é a de levar em conta as associações que existem entre conteúdos [...] Essas associações podem ser consideradas de distintas maneiras; contudo, os sistemas de ordenação assim criados nunca terão o mesmo rigor que o alfabético. Por isso, é conveniente pôr, ao final dos dicionários onomasiológicos [...], um índice alfabético de todas as palavras registradas” [La idea fundamental de la agrupación onomasiológica es la de tener en cuenta las asociaciones que existen entre contenidos [...] Estas asociaciones se pueden tener en cuenta de distintas maneras; pero los sistemas de ordenación así creados nunca tendrán el mismo rigor que el del alfabeto. Por esto, es conveniente poner, al fin de los diccionarios onomasiológicos [...], un índice alfabético de todas las voces registradas]. Além disso, como veremos a seguir, há dicionários que podem ser considerados onomasiológicos (p.ex., dicionários de sinônimos/antônimos), mas cujo material aparece ordenado alfabeticamente.

²⁴ À exceção das paráfrases definidoras – cuja potencialidade como instrumento de auxílio à codificação (cf. ATKINS; RUNDELL 2008: 407-411) carece de avaliação –, os demais tipos de informações presentes nos verbetes de dicionários semasiológicos também podem servir às tarefas de produção linguística. Muitas das indicações oferecidas no verbete têm, por assim dizer, um duplo viés, já que, em primeira instância, servem como suporte para a função de recepção linguística, mas, ao mesmo tempo, podem assumir uma função secundária de auxílio à produção linguística. Esse é o caso, por exemplo, da indicação ortográfica, das informações de regência e de valência verbal e, em certa medida, das marcas de uso. Por outro lado, a separação silábica e a flexão verbal e nominal estão exclusivamente a serviço da produção linguística. Além disso, muitos dicionários semasiológicos, a exemplo de PRobE (2001), DUEe (2001) e HouE (2001; 2009), integram à microestrutura segmentos de caráter onomasiológico, dedicados à apresentação de opções designativas (sinônimos, antônimos, merônimos etc.) para a produção textual (cf. FARIAS 2009a: 120-163).

²⁵ Os principais tipos de dicionários semasiológicos, bem como as características essenciais dessas obras são descritas em 1.2.

²⁶ Neste ponto, seria conveniente introduzir uma distinção entre “significado” e “conceito”. Muito embora ambos os termos estejam relacionados com o conteúdo semântico das unidades léxicas, o “significado” está, do ponto de vista de uma semântica estruturalista, intrinsecamente ligado a uma língua (cf. COSERIU 2004a), ao passo que o “conceito” serve como um *tertium comparationis* entre designações de duas línguas. Assim, por exemplo, ao conceito “parte móvel e articulada do corpo humano que fica na extremidade dos pés” corresponde a designação *dedo*, em português, e *Zeh*, em alemão. Entretanto, o significado de *dedo*, em português, e *Zeh*, em alemão, é próprio de cada uma dessas línguas, de tal modo que não há uma correspondência plena entre as duas designações: a designação em alemão aplica-se somente às extremidades dos pés, ao passo que a designação em português é aplicada tanto às extremidades dos pés quanto às extremidades das mãos.

de sinônimos [*synonym dictionaries*], dicionários pela imagem [*pictorial dictionaries*] e dicionários reversos [*reverse dictionaries*]. Bugueño Miranda (2008a: 98), no entanto, adverte para o fato de que o dicionário reverso corresponde, na verdade, a um “fenótipo lexicográfico”, na medida em que seria “a manifestação concreta de uma obra lexicográfica que possui traços pouco claros”. Com efeito, o dicionário reverso é “um tipo de dicionário cuja macroestrutura está constituída por significados listados alfabeticamente, seguidos de palavras que correspondem a estes significados”²⁷ (STERKENBURG 2003: 134)²⁸. A concepção desse tipo de estrutura de acesso, que, em sentido estrito, talvez nem pudesse ser assim designada (cf. BUGUEÑO MIRANDA 2008a: 98), evidencia uma série de problemas (cf. STERKENBURG 2003: 134). Por essa razão, Bugueño Miranda (2008a) reformula a taxonomia apresentada em Sterkenburg (2003), distinguindo apenas três tipos de dicionários onomasiológicos: os dicionários onomasiológicos *stricto sensu* (também chamados dicionários sistemáticos ou *thesauri*), os dicionários de sinônimos/antônimos e os dicionários pela imagem. A nosso ver, seria possível considerar como onomasiológicos também os dicionários bilíngues, na medida em que essas obras relacionam designações, ainda que de línguas distintas (cf. HARTMANN; JAMES 2001: s.v. *onomasiological dictionary*; s.v. *bilingual dictionary*)²⁹.

Os problemas atinentes aos dicionários onomasiológicos não serão tratados *in extenso*, porquanto fogem do escopo do nosso trabalho. Aproveitamos a oportunidade tão somente para destacar alguns aspectos. Primeiramente, em relação ao dicionário onomasiológico

²⁷ [a type of dictionary in which the macrostructure is formed by alphabetically listed meanings, followed by words that belong to those meanings]

²⁸ Hartmann; James (2001: s.v. *reverse dictionary*) subdividem os dicionários reversos em dois diferentes tipos: o “dicionário de ordenação invertida” [*reverse-order dictionary*] e o “dicionário para busca de palavras” [*word-finding dictionary*]. O dicionário de ordenação invertida é considerado reverso pelo seu formato, haja vista o fato de que as palavras aparecem ordenadas alfabeticamente, mas não considerando a direção usual, ou seja, da esquerda para a direita, e sim a direção contrária, da direita para a esquerda (cf. HARTMANN; JAMES 2001: s.v. *reverse-order dictionary*). Esse tipo de dicionário é também conhecido como dicionário de rima. O dicionário para busca de palavras, por outro lado, é considerado como reverso pela sua função, pois, em vez de fornecer o significado de palavras relativamente desconhecidas por meio de palavras mais simples – como o fazem os dicionários semasiológicos –, esse tipo de dicionário atua justamente no sentido inverso, provendo (pelo menos teoricamente) o acesso a unidades léxicas menos usuais através de unidades léxicas mais simples, daí sua vocação onomasiológica (cf. HARTMANN; JAMES 2001: s.v. *word-finding dictionary*). É ao segundo tipo, evidentemente, que corresponde o que Sterkenburg (2003) entende por “dicionário reverso”.

²⁹ De acordo com Baldinger (1985b), o processo de busca de equivalentes em dicionários bilíngues implica a análise semasiológica de uma dada unidade léxica da língua de partida, a fim de compor o semema que lhe corresponde. Essa análise semasiológica é seguida de um procedimento onomasiológico, que objetiva encontrar uma unidade léxica na língua de chegada à qual o semema em questão corresponda. Havendo sido encontrado um potencial equivalente na língua de chegada para a unidade léxica da língua de partida, faz-se necessário proceder a uma segunda análise semasiológica, a fim de verificar se, de fato, o semema da unidade léxica da língua de chegada é idêntico ao semema da unidade léxica da língua de partida. Essa pressuposta “identidade sememática” [*Sememidentität*] constitui o *tertium comparationis* entre a designação na língua de partida e seu equivalente na língua de chegada.

stricto sensu, seu principal problema é a organização do sistema conceitual (cf. MARTÍN MINGORANCE 1994; PÉREZ LAGOS 2001). Não há um consenso sobre qual seria a melhor forma de representar a estruturação da realidade extralinguística na obra lexicográfica. Isso redundaria em uma multiplicidade de propostas apresentadas pelos dicionários, sem que nenhuma delas seja completamente satisfatória³⁰. Deve-se considerar também que, além de prática no manejo de dicionários organizados nocionalmente, a consulta a essas obras requer um bom conhecimento linguístico, já que não são oferecidas informações que sirvam como suporte para a produção linguística. Destaca-se, ainda, que, pelo menos entre o público brasileiro, não existe uma tradição consolidada no uso desses dicionários.

O dicionário de sinônimos/antônimos, e, de modo similar, o dicionário bilíngue, podem ser considerados onomasiológicos, na medida em que se assume o dicionário onomasiológico como “um tipo de obra de referência que apresenta palavras ou unidades fraseológicas como expressões de conceitos semanticamente relacionados, que podem ser significados, ideias, noções, famílias de palavras e relações similares”³¹ (HARTMANN; JAMES 2001: s.v. *onomasiological dictionary*). Os dicionários de sinônimos/antônimos, em relação aos dicionários onomasiológicos *stricto sensu*, apresentam a vantagem de se encontrarem ordenados alfabeticamente, fato que facilita o acesso do consulente à informação desejada. Por outro lado, a maioria dos dicionários de sinônimos/antônimos restringe-se à sinonímia cumulativa³², o que tende a dificultar o emprego dessas obras como instrumentos de auxílio à produção linguística (cf. BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2008b).

Por último, o dicionário pela imagem é “um tipo de obra de referência no qual a informação tratada é descrita exclusivamente por meio de ilustrações”³³ (HARTMANN; JAMES 2001: s.v. *picture dictionary*). Conforme Bugueño (2008a), o dicionário pela imagem é pouco conhecido e pouco investigado, de maneira que faltam estudos, por exemplo, para definir como deve ser gerada a sua macroestrutura, ou mesmo para avaliar a qualidade das ilustrações. Além disso, a sua utilidade restringe-se à designação de substantivos concretos.

Baldinger (1985a: 55), tendo em vista a interdependência entre semasiologia e onomasiologia, sustenta que cada indivíduo deveria valer-se de dois tipos de dicionário: um

³⁰ Casares (2007), por exemplo, apresenta uma classificação teocêntrica da realidade, baseada na oposição Deus/o Universo. Entretanto, nem mesmo essa obra, não obstante a importância que a ela se atribui, escapa à crítica por sua proposta de classificação (cf. PÉREZ LAGOS 2001: 182).

³¹ [a type of reference work which presents words or phrases as expressions of semantically linked concepts, which may be meanings, ideas, notions, word families and similar relationships]

³² HouSi (2002) constitui uma exceção nesse quadro, já que essa obra costuma apresentar alguns “distinguidores semânticos” que permitem ao usuário identificar, no caso de signos-lemma polissêmicos, a qual significado a designação se refere.

³³ [a type of reference work in which the information treated is exclusively depicted by illustrations]

dicionário semasiológico, para resolver problemas de compreensão linguística, e um dicionário onomasiológico, para resolver problemas de produção linguística. Isso, no entanto, constitui um *desideratum*, na medida em que, por um lado, os dicionários onomasiológicos são instrumentos de consulta ainda muito pouco conhecidos pelo público, e, por outro lado, essas obras costumam não oferecer suficientes subsídios para a produção linguística, de tal forma que o êxito nas tarefas de produção fica à mercê da competência linguística do usuário (cf. BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2008b). Diante desse panorama, justifica-se, pelo menos em parte, a tentativa de inclusão de um segmento de viés onomasiológico em verbetes de dicionários semasiológicos. Entretanto, não se pode perder de vista que, na maior parte dos casos, essas obras padecem dos mesmos problemas encontrados, por exemplo, nos dicionários de sinônimos/antônimos (cf. BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2011d).

1.2 Os dicionários semasiológicos

A partir de agora, trataremos exclusivamente dos dicionários semasiológicos, obras nas quais a definição ocupa um lugar primordial³⁴.

1.2.1 Classificação dos dicionários semasiológicos

No âmbito dos estudos (meta)lexicográficos, foram desenvolvidas inúmeras propostas de classificação³⁵ dos dicionários, orientadas, basicamente, por três critérios³⁶:

³⁴ O emprego de paráfrases definidoras, no entanto, não está restrito aos dicionários semasiológicos. Elas também podem ser empregadas nos dicionários bilíngues (que consideramos como onomasiológicos) em substituição às equivalências léxicas, nas situações em que se constata uma relação de equivalência nula, ou seja, a ausência de um equivalente na língua B para uma unidade léxica da língua A (sobre os diversos tipos de relações de equivalência entre as línguas, cf. Kromann; Riiber; Rosbach (1991: 2717-2718)). Um exemplo da ausência de equivalência entre duas línguas são as “palavras limitadas culturalmente” [*culture-bound words*] (cf. ZGUSTA 1971: 294), termos de uma dada língua que designam uma realidade particular de uma cultura. Diante da impossibilidade de se oferecer um equivalente, ao lexicógrafo, pois, resta tão somente a opção de gerar uma paráfrase breve, explicando ao consulente, na sua língua materna, o significado de determinada unidade léxica da língua estrangeira. Para uma análise da apresentação das “palavras limitadas culturalmente” em alguns dicionários bilíngues, cf. Tu (2005) e Farias (2009d; 2009e; 2010a).

³⁵ Engelberg; Lemnitzer (2009: 18-19) propõem diferenciar “classificação” de “tipologia”, na medida em que, no âmbito de uma classificação, cada elemento é alocado de forma precisa no interior de uma classe, ao passo que, por meio de uma tipologia, se indica, nada mais, que dado elemento pertence a uma classe, com base no grau de compatibilidade entre os traços característicos desse elemento e os traços descritos para a classe em questão. Bagueño Miranda (2014), por sua vez, e em consonância com os autores antes mencionados, distingue entre “taxonomia” e “tipologia”, na medida em que uma taxonomia corresponderia a uma classificação – note-se que “classificação”, aqui, pode ser entendida como uma espécie de “hiperônimo” para “taxonomia” e “tipologia” – em função de critérios pré-determinados, correspondentes a “condições necessárias e suficientes” para o pertencimento a uma dada classe, ao passo que uma tipologia corresponderia a uma classificação que procura agrupar várias “entidades” que compartilham entre si um determinado traço, identificado, dessa forma, como o mais característico do tipo de obra em questão. Nesse sentido, Hausmann (1989a: 969) já advertia que “[U]ma tipologia é [...] uma classificação que se orienta por protótipos” [Eine Typologie ist [...] eine Klassifikation, die sich an den Prototypen orientiert]. Isso equivale a dizer que uma determinada classe de dicionários possuiria

1. Critérios fenomenológicos: As distinções estabelecidas nesse âmbito não ultrapassam os limites da apreensão física dos sujeitos com relação ao objeto. Esses critérios dão cabida às chamadas tipologias impressionistas, que apresentam fenótipos³⁷ como “grande dicionário”, “minidicionário”, “microdicionário”, “dicionário de bolso” e “dicionário ilustrado”. Biderman (1984) apresenta uma classificação baseada exclusivamente em critérios fenomenológicos. A autora propõe uma taxonomia fundamentada no número de entradas, de modo que o genótipo denominado dicionário infantil ou básico deveria conter aproximadamente 5.000 verbetes, o dicionário escolar ou médio, entre 10.000 e 12.000 verbetes (podendo, no entanto, conter até 30.000 verbetes), o dicionário padrão, em torno de 50.000 verbetes, e o *thesaurus*, entre 100.000 e 500.000 verbetes. A própria oscilação na quantidade de verbetes que poderia conter cada um dos genótipos – verificada especialmente no caso do dicionário escolar e do *thesaurus* – evidencia a fragilidade da classificação apresentada. Essa proposta é parcialmente reformulada em Biderman (2001). Nessa ocasião, a autora define que o dicionário infantil deve apresentar entre 5.000 e 10.000 entradas, o dicionário escolar, aproximadamente 25.000 entradas, e o dicionário padrão, entre 50.000 e 70.000 entradas. A classificação, no entanto, continua sendo meramente subjetiva, já que não leva em conta, por exemplo, as diferenças tipológicas (traços característicos) e genéticas (parentesco etimológico)³⁸ existentes entre as línguas³⁹.

representantes típicos, que estariam no centro, e outros representantes menos típicos, que estariam, por assim dizer, na periferia (cf. HAUSMANN 1989a: 969). Entretanto, não obstante a diferença estabelecida entre classificação, taxonomia e tipologia, empregaremos os termos, muitas vezes, como sinônimos ao longo deste capítulo. Em favor dessa decisão, recordamos que “[O]s agrupamentos de dicionários que são discutidos na literatura apresentam, em geral, tanto propriedades de classificações como também de tipologias” (ENGELBERG; LEMNITZER 2009: 19) [Die Wörterbuchgruppierungen, die in der Literatur diskutiert werden, haben meist sowohl Eigenschaften von Klassifikationen als auch von Typologien].

³⁶ Estes critérios foram discriminados em Bugueño Miranda; Farias (2009: 29), havendo sido discutidos de forma mais detalhada em Bugueño Miranda (2014). Os critérios fenomenológicos e funcionais também são descritos em Hartmann; James (2001: s.v. *typology*).

³⁷ Em Bugueño Miranda (2011), estabelece-se uma distinção entre “genótipo” e “fenótipo”. O genótipo é um arquétipo de dicionário ao qual se atribui um conjunto de traços constantes que o definem, uma função pré-estabelecida e um usuário cujo perfil foi, pelo menos, minimamente estabelecido. O fenótipo, por sua vez, é a manifestação concreta de um genótipo, cujos traços, que deveriam ser característicos, aparecem de forma imprecisa, não correspondendo exatamente ao que se esperaria em tal circunstância. Em Bugueño Miranda (2014), por sua vez, salienta-se a importância da distinção entre “genótipo” e “fenótipo”, especialmente quando se trabalha no âmbito de uma “taxonomia” – empregando-se o termo, nesse caso, de forma clara, em oposição a “tipologia”. Nesse caso, o “genótipo” corresponderia a uma linhagem de obras de referência, identificadas por meio de uma “matriz de traços” – ou, dito em outros termos, de um conjunto de “condições necessárias e suficientes” para o pertencimento a uma determinada classe de obras de referência –, ao passo que o “fenótipo” seria um dicionário específico, caracterizado, justamente, por não corresponder a uma “matriz de traços” completa ou reconhecível.

³⁸ Para uma descrição dos critérios de classificação das línguas, cf. Crystal (1997: 295), Bußmann (2008: s.v. *Sprachtypologie*) e Glück (2010: s.v. *Sprachtypologie*).

³⁹ São escassos os exemplos de tipologias orientadas exclusivamente por critérios fenomenológicos. Há, no entanto, taxonomias que se utilizam de critérios de natureza distinta, que incluem também critérios fenomenológicos. Haensch et al. (1982), em sua taxonomia baseada em critérios práticos, acrescenta aos critérios

2. Critérios funcionais: As classificações orientadas por critérios funcionais têm como ponto de partida o uso efetivo do dicionário. De acordo com Kühn (1989), uma “tipologia de dicionários segundo as possibilidades de uso” [*Typologie der Wörterbücher nach Benutzungsmöglichkeiten*] deve ser estabelecida com base em dois parâmetros: (a) o usuário do dicionário [*Wörterbuchbenutzer*] e (b) a finalidade da consulta [*Benutzungszweck*]. Em conformidade com esse critério, é possível encontrar genótipos tais como “dicionário de dúvidas”, “dicionário de pronúncia”, “dicionário de ortografia”, “dicionário infantil” e “dicionário escolar”. As propostas de Welker (2004) e Engelberg; Lemnitzer (2009) são exemplos de classificações funcionais. Caberia ainda mencionar Hausmann (1985), que, em oposição ao grupo que poderíamos chamar de “dicotomias básicas”, fundamentadas em critérios linguísticos, apresenta o que denominamos “dicotomias complementares”, a fim de discriminar os genótipos considerados “especiais”. Ressaltamos, sem embargo, que os “genótipos especiais” propostos por esse autor obedecem a uma subdivisão por função, mas que está fundamentada em distinções linguísticas. Nesse sentido, Hausmann (1989a: 970) reconhece que, embora atrativas, posto que enfatizam o caráter didático dos dicionários como ferramentas linguísticas, e, por conseguinte, também cientificamente necessárias, as classificações funcionais são de difícil exequibilidade. Segundo o autor, é uma tarefa complexa classificar a imensa variedade de tipos de dicionários existentes, tendo em vista que, em muitos casos, a finalidade da consulta pode ser alcançada por meio de caminhos completamente diferentes. Hausmann (1989a: 971) encerra afirmando que uma “[T]ipologia funcional, por essa razão, somente tem sentido se os dicionários, de antemão, foram classificados em função de seus componentes estruturais e de seus tipos de informação”⁴⁰.

3. Critérios linguísticos: Ao passo que os critérios fenomenológicos e funcionais estão relacionados com o potencial usuário dos dicionários, os critérios linguísticos servem às

linguísticos e funcionais dois critérios impressionistas: (a) formato e extensão e (b) apresentação da obra (formato tradicional ou eletrônico). Esse último critério, pelo menos até o presente momento, não pode ser considerado, de fato, um critério de distinção entre obras lexicográficas, posto que, na maioria das vezes, o dicionário em forma eletrônica é uma simples transposição da obra em papel para o formato digital, sem que exista uma diferença qualitativa entre ambas (como exemplo, citamos AuE (2009), HouE (2001), DRAEe (2001) e DUEe (2001)). Da mesma forma, Landau (2001: 28-32) apresenta, entre os vários critérios arrolados, a extensão como uma possibilidade de classificação, com vistas a definir a obra pelo número de unidades léxicas que apresenta. Contudo, ao contrário de Biderman (1984; 2001), o autor, atentando para o fato de haver diferenças tipológicas e genéticas entre as línguas, reconhece que o número de entradas de um dicionário serve apenas como medida do seu tamanho relativo em comparação com outros dicionários da mesma língua (cf. LANDAU 2001: 28). Por fim, Martínez de Souza (1995) apresenta uma subclassificação dentro do grupo denominado “outras classificações” [*otras clasificaciones*], baseada no critério de formato e extensão. Desse modo, listam-se genótipos tais como “grande dicionário” [*gran diccionario*] e “dicionário de bolso” [*diccionario de bolsillo*].

⁴⁰ [Funktionstypologie ist deshalb erst dann sinnvoll, wenn vorab die Wörterbücher nach ihren Bauteilen und Informationstypen klassifiziert worden sind]

necessidades dos lexicógrafos no momento de conceber, desenhar e redigir um dicionário. As taxonomias baseadas em critérios linguísticos articulam-se em função de princípios como o tipo de informação oferecida (linguística ou enciclopédica), o número de línguas (monolíngue, bilíngue ou multilíngue), a perspectiva do ato da comunicação (semasiologia ou onomasiologia), ou uma concepção diassistêmica ou sinsistêmica da linguagem (vocabulário geral ou marcado diassistemicamente). Zgusta (1971: 197-221)⁴¹, Merzagora (1987: 79-103)⁴², Martínez de Souza (1995: s.v. *diccionario*)⁴³, Hartmann; James (2001: s.v. *taxonomy*) e Swanepoel (2003) são exemplos de classificações orientadas por critérios linguísticos.

Entretanto, e apesar das inúmeras tentativas de classificação dos dicionários, ainda não se elaborou uma taxonomia exaustiva de obras lexicográficas (cf. BUGUEÑO MIRANDA 2003a). Isso se explica pelo fato de que o problema da classificação das obras é, até certo ponto, insolúvel. Kühn (1989) já adiantava que as taxonomias de dicionários não são nem completas, nem rigorosamente distintas, devido a duas razões essenciais. Em primeiro lugar, porque os critérios que servem de base para as diferentes classificações, em parte, sobrepõem-se. Em outras palavras, a aplicação de critérios diferentes pode resultar na descrição de genótipos idênticos⁴⁴. Em segundo lugar, porque surgem, constantemente, novos tipos de dicionários. Aos problemas arrolados por Kühn (1989), acrescentaríamos ainda a existência de tipos híbridos, tais como os dicionários semi-bilíngues ou bilingualizados (p.ex., PEDSP (1996), DPELE (2002), CDAEP (2005) e PCDIIt (2007)).

Tendo em vista os problemas apontados acima, e com o fim de estabelecer uma classificação o mais simples possível, tomaremos como base a proposta de Engelberg;

⁴¹ Embora a classificação proposta por Zgusta (1971) esteja, de fato, baseada fundamentalmente em critérios linguísticos, ela também utiliza, como critérios complementares, a função, a fim de distinguir genótipos como “dicionário pedagógico” [*pedagogical dictionary*], “dicionário de ortografia” [*orthographical dictionary*], “dicionário de ortoépia” [*orthoepical dictionary*] e “dicionário reverso” [*reverse dictionary*], e aspectos impressionistas, para distinguir genótipos como o *thesaurus*.

⁴² A proposta de classificação tipológica apresentada pela autora é uma adaptação de Muljačić (1971) (MULJAČIĆ, Z. *Introduzione allo studio della lingua italiana*. Torino: s.n., 1971).

⁴³ Martínez de Souza (1995: s.v. *diccionario*) estabelece uma divisão das obras lexicográficas em seis grupos distintos: as cinco primeiras subdivisões propostas baseiam-se em critérios linguísticos (léxico, sintagmático, paradigmático, terminológico e enciclopédico); já a sexta e última subdivisão destina-se a enquadrar as obras de acordo com critérios bem heterogêneos.

⁴⁴ O modelo de classificação de acordo com critérios práticos proposto em Haensch et al. (1982) é um exemplo claro disso. Ao iniciar o subcapítulo dedicado à classificação por finalidades específicas (critério funcional), o autor adverte que muitos dos tipos de dicionários que poderiam ser definidos pela função, já haviam sido tratados nas seções anteriores, que abordavam os critérios linguísticos (cf. HAENSCH et al. 1982: 176). Outro tanto pode ser dito da classificação de Hausmann (1985), tendo em vista que os “genótipos especiais”, subdivididos por função, mas com base em distinções linguísticas, são mais uma prova de que os critérios sobrepõem-se. De fato, a esse respeito, Engelberg; Lemnitzer (2009: 18) enfatizam que as “classificações podem ser intensionalmente diferentes (as classes são definidas por meio de distintas propriedades), porém extensionalmente idênticas (as classes contêm os mesmos Elementos)” [Klassifikationen intensional verschieden sein können (die Klassen sind durch unterschiedliche Eigenschaften definiert), aber extensional gleich (die Klassen enthalten die gleichen Elemente)].

Lemmitzer (2009: 21-23). Os autores opõem os chamados dicionários gerais [*Allgemeinwörterbücher*] – subdivididos em “dicionário padrão” [*Standardwörterbuch*], “dicionário enciclopédico” [*enzyklopädisches Wörterbuch*] e “dicionário histórico” [*historisches Wörterbuch*] – aos demais tipos de dicionários, denominados especiais [*Spezialwörterbücher*]⁴⁵. Os dicionários especiais, por sua vez, subdividem-se em diferentes grupos, em razão dos seguintes critérios:

- a) Dicionários orientados por tipo de lema [*lemmatyporientierte Wörterbücher*]: os dicionários registram apenas palavras que apresentam determinados traços (p.ex., dicionário de neologismos, dicionário de tabuísmos, dicionário de abreviaturas, dicionário morfológico, dicionário de falsos amigos etc.).
- b) Dicionários orientados por tipo de informação [*informationstyporientierte Wörterbücher*]: os dicionários oferecem apenas determinados tipos de informação acerca dos lemas arrolados (p.ex., dicionário de valências, dicionário de colocações, dicionário de sinônimos/antônimos, *thesaurus* etc.).
- c) Dicionários orientados por variedade (linguística) [*varietätenorientierte Wörterbücher*]: os dicionários descrevem apenas uma determinada variedade linguística, delimitada diatópica, diatécnica ou diafásica-diastraticamente (p.ex., dicionário de regionalismos, dicionário de tecnicismos, dicionário idioletal etc.).
- d) Dicionários orientados por grupos de usuários [*benutzergruppenorientierte Wörterbücher*]: os dicionários procuram atender as necessidades específicas de um determinado grupo de usuários. No interior deste grupo de dicionários, aos quais se aplica a designação genérica “dicionários didáticos” [*didaktische Wörterbücher*], distinguem-se cinco genótipos: *learner’s dictionary* [*Lernerwörterbuch*], dicionário do vocabulário fundamental [*Grundwortschatzwörterbuch*], dicionário infantil [*Kinderwörterbuch*], dicionário escolar [*Schulwörterbuch*] e dicionário para o ensino fundamental [*Grundschulwörterbuch*], sendo que os dois primeiros estão destinados a aprendizes de língua estrangeira, e os três últimos, a aprendizes de língua materna.

A oposição que aqui nos interessa sobremaneira é a que se estabelece entre o dicionário geral e os chamados dicionários didáticos. Vale ressaltar que, no âmbito da

⁴⁵ Uma oposição funcional entre o dicionário geral e os demais tipos de dicionários cobra ainda mais significado se concordamos com Kühn (1989: 113) em que o dicionário geral de língua [*allgemeinsprachliches Wörterbuch*] difere dos dicionários chamados especiais [*Spezialwörterbücher*] por apresentar um amplo espectro de usuários, ao passo que os demais se caracterizam justamente por cumprir funções específicas, sendo, portanto, destinados a grupos de usuários mais limitados. A elaboração de instrumentos lexicográficos monofuncionais, em detrimento das obras polifuncionais, aliás, é uma tendência cada vez mais forte na lexicografia (cf. HERNÁNDEZ 1994: 110; BUGUEÑO MIRANDA 2007c: 91).

pesquisa que realizamos, não perseguimos o objetivo de oferecer uma classificação das obras lexicográficas, mas, valendo-nos das classificações existentes – mormente a de Engelberg; Lemnitzer (2009) – identificar os tipos de obras que melhor servem aos nossos propósitos de investigação. Nosso material de análise consiste, portanto, nos dicionários gerais⁴⁶, nos dicionários escolares⁴⁷ e nos *learner's dictionaries*. Ao longo do trabalho, apresentaremos (e, eventualmente, compararemos) excertos extraídos de obras de diferentes tipos e, igualmente, de diferentes tradições lexicográficas. Todas essas obras, não obstante as diferenças – às vezes bastante grandes – que guardam entre si⁴⁸, como dicionários semasiológicos que são, compartilham de um objetivo comum, isto é, a elucidação do significado das unidades léxicas. Com esse argumento, justificamos nossa opção de trabalhar com todos esses tipos de dicionários conjuntamente.

1.2.2 Níveis de estruturação dos dicionários semasiológicos

Um dicionário apresenta diferentes níveis ou componentes estruturais, que devem estar configurados de acordo com princípios organizacionais (cf. HARTMANN; JAMES

⁴⁶ Este genótipo é chamado “dicionário geral de língua” em Biderman (2001), “dicionário padrão” em Biderman (1984; 2001) e “dicionário geral” em Welker (2004).

⁴⁷ Trata-se de uma designação genérica para todos os tipos de dicionários utilizados no contexto escolar, empregada aqui como medida de simplificação. O PNLD, em sua versão de 2012, classifica os dicionários destinados ao público escolar em quatro tipos (cf. BRASIL 2012: 19). Os dicionários de tipo 1 e 2 destinam-se a estudantes, respectivamente, em fase de alfabetização e em fase de consolidação do domínio da escrita, e correspondem, parcialmente, aos chamados dicionários infantis [*Kinderwörterbücher*]. Os dicionários de tipo 3, destinados aos alunos das séries finais do ensino fundamental, bem como os dicionários de tipo 4, destinados aos estudantes do ensino médio, correspondem, também de forma apenas parcial, ao dicionário escolar [*Schulwörterbuch*]. Neste momento, abstermo-nos de discutir a tipologia proposta pelo PNLD (para uma crítica à classificação apresentada, cf. Bogueño Miranda; Farias (2013c)). Entretanto, não podemos deixar de pontuar que é arriscada a afirmação de que existem, no Brasil, obras específicas para cada um dos diferentes públicos do ensino básico. Nesse sentido, é notável o fato de que o termo “dicionário escolar” sirva como uma espécie de “hiperônimo” para uma série de obras comercializadas como “pedagógicas”, que incluem títulos que vão desde “dicionário escolar”, “dicionário didático” e “dicionário ilustrado”, até mesmo “micro” e “minidicionário”, designações que obedecem, como vimos, a critérios de ordem puramente impressionista. O dicionário infantil parece ser o único genótipo que se sobressai. Traços fenotípicos, como as dimensões do livro, o tipo e o tamanho da fonte utilizada na impressão, o uso de cores e a presença de ilustrações, conferem a essa classe de obras um aspecto que a diferencia das demais, malgrado o fato de que o genótipo em questão ainda não tenha sido rigorosamente definido. Sobre os desajustes entre os dicionários escolares e as necessidades do seu público-alvo, cf. Damim (2005) e Farias (2009a).

⁴⁸ No que diz respeito à presença de definições, quase não há diferenças entre o dicionário geral, o dicionário escolar e o *learner's dictionary*, salvo pelo fato de que as definições nos dicionários escolares (e, de modo similar, nos infantis) costumam sofrer reduções em relação às apresentadas nos dicionários gerais. Isso se deve ao fato de que os dicionários escolares habitualmente representam uma “continuidade de estilo e de forma” [*continuidad de estilo y de forma*] em relação às obras de formato “maior” das quais procedem (cf. PÉREZ LAGOS 1998: 115). Por outro lado, no que concerne ao que chamamos de mecanismos complementares de elucidação do significado, as diferenças são maiores. A análise das ilustrações nos dicionários de língua, em seu viés quantitativo, revelou uma clara preferência pelo seu emprego nos dicionários infantis e nos *learner's dictionaries* (cf. FARIAS 2010b). Já em relação aos exemplos lexicográficos, seu uso é diretamente proporcional às dimensões físicas da obra, o que sugere que a presença desse segmento informativo não está necessariamente atrelada à elucidação do significado (cf. FARIAS 2008a).

2001: s.v. *megastructure*; s.v. *structure*), de modo a garantir a eficiência do instrumento lexicográfico. Cada um dos diferentes componentes do dicionário apresenta características muito distintas, condicionadas pelas suas funções e finalidades (cf. HAUSMANN; WIEGAND 1989; HARTMANN 2001: 57-68). Além disso, é fundamental que se estabeleça uma perfeita articulação entre todos os componentes do dicionário, posto que “o texto da obra de referência é o lugar onde ambos [*i.e.* usuário e compilador] se encontram, onde a informação ‘em questão’ pode ser corretamente alocada pelo compilador e recuperada pelo usuário”⁴⁹ (HARTMANN 2001: 62). À articulação dos componentes de uma dada obra, dá-se o nome de megaestrutura.

Os componentes que podem conformar a megaestrutura de um dicionário são quatro: macroestrutura, microestrutura, medioestrutura e *outside matter*⁵⁰.

1.2.2.1 *Macroestrutura*

De acordo com Hartmann; James (2001: s.v. *structure*), a macroestrutura, em conjunto com a microestrutura, conformam os níveis fundamentais de estruturação de um dicionário.

Hausmann; Wiegand (1989: 328) definem a macroestrutura como “o conjunto ordenado de todos os lemas do dicionário”⁵¹. São, portanto, atinentes ao âmbito macroestrutural todas as questões relacionadas com o estabelecimento do número de unidades léxicas arroladas, com o tipo de unidade léxica registrada e com a sua disposição no dicionário (cf. HARTMANN 2001: 64; HARTMANN; JAMES 2001: s.v. *macrostructure*; LANDAU 2001: 99 e ss.; WELKER 2004: 80-107; BUGUEÑO MIRANDA 2001; 2005a; 2007a; BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2008a).

⁴⁹ [the text of the reference work is the place where they both [*i.e.* usuário e compilador] meet, where the information ‘in question’ can be correctly located by the compiler and retrieved by the user]

⁵⁰ É evidente que nem todas as obras lexicográficas apresentam todos os componentes estruturais mencionados. Ao passo que dicionários infantis, tais como DCR (2005) e MDHou (2005), utilizam amplamente o espaço reservado ao *middle matter*, com a apresentação de inúmeras ilustrações, os dicionários gerais de língua portuguesa, tais como AuE (2009) e HouE (2001; 2009), costumam não apresentar esse componente. É importante ressaltar também que a perspectiva do ato da comunicação adotada (oposição semasiologia/onomasiologia) é um fator de importância capital na determinação da presença ou ausência de um segmento no dicionário. Assim, por exemplo, um dicionário pela imagem e um dicionário de língua não apresentarão os mesmos componentes. Por outro lado, a simples presença de um dado componente em uma obra não determina necessariamente a sua funcionalidade. Desse modo, pois, nos dicionários infantis, as figuras que constituem o *middle matter*, muitas vezes, não passam de meros elementos decorativos, sem uma função definida dentro da obra. Outro tanto pode ser dito acerca do *front matter* e do *back matter*. Devido à escassez de estudos sobre esses dois componentes (uma das poucas exceções é o tratamento do *front matter* em Fornari (2008)), ainda não se assinalou uma tarefa específica para eles, nem tampouco se determinou com exatidão que tipos de informações devem ser apresentados nesses espaços.

⁵¹ [the ordered set of all lemmata of the dictionary]

Bugueño Miranda; Farias (2008a) estabelecem uma distinção entre definição macroestrutural quantitativa, que procura determinar a densidade da nomenclatura desejável em um dicionário, e definição macroestrutural qualitativa, que trata de delimitar os tipos de unidades léxicas passíveis de conformar a nomenclatura e decidir a melhor forma de organizar o material léxico. O esquema apresentado a seguir sintetiza as questões tratadas em cada um desses âmbitos⁵²:

Definição macroestrutural	Quantitativa	Delimitação do número de unidades léxicas registradas	
	Qualitativa	Definição lemática	Tipos de unidades léxicas registradas
			Distinção entre <i>type</i> e <i>token</i>
		Disposição lemática	Solução polissêmica ou homônima
Arranjo das entradas			

Esquema 1: Definição macroestrutural de dicionários semasiológicos

No âmbito da definição macroestrutural quantitativa, deve-se distinguir, inicialmente, entre dicionários de inventário aberto e dicionários de inventário não aberto. Entre os dicionários de inventário aberto, destacam-se *The Oxford English Dictionary*, cuja edição impressa conta com nada menos que 20 volumes⁵³, o *Großes Wörterbuch der deutschen Sprache* e o *Grand Robert de la langue française*. Por outro lado, dicionários de inventário não aberto (ou seletivos, conforme a classificação de Welker (2004)), como AuE (2009), HouE (2001; 2009)⁵⁴, MiE (1998), DUPB (2002), DRAEe (2001), DUEe (2001), DUEAe (2003), PRobE (2001), ZVLI (2011), entre outros, ainda que possuam uma cobertura lexical abrangente, devem (ou, pelo menos, deveriam) contar com parâmetros de seleção macroestrutural⁵⁵. O problema estriba, pois, em definir e tornar explícitos tais parâmetros.

⁵² Esse esquema foi originalmente apresentado em Bugueño Miranda; Farias (2008a).

⁵³ Além disso, a edição *on-line* do *The Oxford English Dictionary* é constantemente atualizada. As informações foram obtidas no site da Oxford (Disponível em: <<http://www.oed.com/>>; acesso em: 28.10.2010).

⁵⁴ HouE (2009), além de incorporar as resoluções do novo acordo ortográfico, apresenta uma macroestrutura mais enxuta em relação ao HouE (2001). No seu *front matter*, informa-se que a “nomenclatura sofreu cortes necessários em relação às entradas do *Grande* [i.e., HouE (2001)], para que o seu volume final pudesse ser menor do que o daquele, e o critério empregado para que tal meta fosse atingida com eficiência foi o cômputo percentual de emprego das palavras na língua”. Dessa forma, o dicionário “deixou de registrar, por exemplo, grande parte dos dialetismos portugueses e palavras dos crioulos orientais e africanos” (HouE 2009: s.p.). Entretanto, embora, de fato, tenha havido muitos cortes, a nomenclatura de HouE (2009) continua mantendo uma série de unidades léxicas de baixa frequência de uso (p.ex., os gentílicos *morparaense* e *laosense*), *hapax legomena* (p.ex., *kjökkenmödding*), além de uma série de dialetismos (cf. FARIAS 2011c).

⁵⁵ Pelo menos no que diz respeito aos dicionários de língua portuguesa, o exame de alguns intervalos lemáticos revela a ausência de critérios claros que sirvam para orientar a seleção da nomenclatura no âmbito da definição macroestrutural quantitativa. Em dicionários de inventário não aberto, não seria pertinente a inclusão, por exemplo, de unidades léxicas desusadas/antiquadas (p.ex., *alcofor* em AuE (2009), *congosa* em MiE (1998),

Para alcançar esse objetivo, contudo, não basta elaborar um *corpus* e selecionar as unidades léxicas apenas com base na frequência⁵⁶. O critério de frequência precisa ser combinado com outros parâmetros de seleção, normalmente definidos em função de variáveis diassistêmicas (diacronia, diatopia, diafasia, diastratia). A inclusão/exclusão de unidades léxicas marcadas diassistemicamente deve ser determinada em vista do tipo de obra de que se trata e das necessidades do público-alvo em questão⁵⁷.

A proposta de definição macroestrutural qualitativa apresentada no esquema *ad supra* foi inicialmente desenvolvida em Bugueño Miranda (2005a; 2007a), tendo sido revista e ampliada para posterior aplicação em Farias (2009a: 92-112). A definição macroestrutural qualitativa abrange a definição lematizada e a disposição lematizada.

Concernem à definição lematizada de um dicionário as seguintes questões:

1. Definição dos tipos de unidades léxicas passíveis de registro: Um dicionário pode comportar os seguintes tipos de unidades léxicas: (a) afixos, (b) siglas e abreviaturas, e (c) lexemas plenos (lexias simples, compostas e complexas). Em relação aos afixos, siglas e abreviaturas, sua lematização é, em geral, desaconselhada. No caso dos afixos, por exemplo, deve-se considerar que essas unidades léxicas são pouco úteis tanto para a compreensão, uma vez que o consulente dificilmente irá procurá-las isoladamente, como para a produção, pois

AuE (2009) e HouE (2001); *moria* em MiE (1998), AuE (2009) e HouE (2001); *pacaembuense* em HouE (2001)), tampouco de *hapax legomena* e *ghost-words* (p.ex., *landagogolo* em CAe (2007), e *laoparlante* em HouE (2001)).

⁵⁶ O emprego de apoio informatizado, mediante, principalmente, a constituição de *corpora* eletrônicos, é uma prática que vem ganhando cada vez mais espaço no cenário da linguística brasileira, em especial no âmbito dos estudos lexicográficos e terminológicos (cf. SARDINHA 2000; KRIEGER; FINATTO 2004: 202-214). É importante lembrar, contudo, que o uso de *corpora*, por si só, não garante atingir resultados completamente satisfatórios. DUPB (2002) é um bom exemplo. Apesar de estar baseado em um *corpus*, esse dicionário apresenta inúmeras falhas no que diz respeito à seleção macroestrutural. Lê-se, na introdução do DUPB (2002), que “[O] conjunto das entradas foi estabelecido a partir de um *corpus* da língua escrita em prosa no Brasil a partir de 1950” (DUPB 2002: V). Contudo, ao revisarmos atentamente a bibliografia utilizada na constituição do *corpus* (disponível parcialmente no *back matter* da obra), encontramos referências como *Contos Gauchescos e Lendas do Sul* (LOPES NETO, Simões. *Contos Gauchescos e Lendas do Sul*. 5ª ed. Porto Alegre: Globo, 1957), *Fantoches* (VERÍSSIMO, Érico. *Fantoches*. Porto Alegre: Globo, 1956) e *Sagarana* (ROSA, João Guimarães. *Sagarana*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951), obras cujas edições citadas apontam anos de publicação posteriores a 1950, mas que foram publicadas originalmente em datas anteriores (1912, 1932 e 1946, respectivamente), o que demonstra que não houve um rigor na revisão do material selecionado. Ao manusear a obra, encontramos ainda mais falhas: o dicionário, que se define como “de usos”, não registra unidades léxicas de alta frequência no português do Brasil, como *seta*, *sonho* (apesar de lematizar *sonho dourado*) e *subsolo*, mas inclui, por outro lado, os vocábulos *ibopeano* “relativo ao ibope”, *mandracaria* “artimanha”, *manzanar* “proceder como bobó” e *peitamento* “ato de subornar”, bem pouco representativos do português. No que diz respeito ao recorte diatópico proposto, é possível apontar alguns pequenos deslizes. DUPB (2002: s.v. *bilhete*) registra, por exemplo, a seguinte acepção, com abonações retiradas do *corpus*: “**bilhete** [...] 6 documento; cédula: preencher um certificado para requerer um bilhete de identidade (OMU); atual lei de emissão de passaportes exige que o requerente seja portador do bilhete de identidade (OMU) [...]”. Essa acepção de *bilhete*, no entanto, não é usada no Brasil, mas sim em Portugal. Para uma análise de DUPB (2002), cf. Zanatta (2006a: 48-55).

⁵⁷ Um exemplo da aplicação desses parâmetros à definição macroestrutural quantitativa de um dicionário escolar é apresentado em Bugueño Miranda; Farias (2008a) e Farias (2009a: 71-91).

mesmo que o consulente conheça os prefixos e sufixos disponíveis na língua, bem como seus eventuais alomorfes, e saiba o significado de cada um deles, ainda assim não é possível assegurar que ele saiba ao certo que prefixo deve juntar-se a uma determinada raiz para formar uma nova palavra⁵⁸. A pertinência dos lexemas plenos, por outro lado, está dada *a priori* (cf. FARIAS 2009a: 92-102).

2. Definição de critérios de lematização de *types* e *tokens*: Nesse ponto, entra em jogo a distinção entre *type* (forma canônica ou não flexionada) e *token* (forma não canônica ou flexionada). Para a lematização de formas variantes⁵⁹ e de formas flexionadas irregulares⁶⁰, faz-se necessário elaborar parâmetros que permitam definir (a) qual das formas será apresentada como *type* e (b) como essa informação será evidenciada para o consulente (unicamente por meio de marcas de uso; por meio de elementos semióticos apresentados junto ao signo-lema; por meio de reenvio do verbete relativo à forma *token* ao verbete relativo à forma *type*) (cf. FARIAS 2009a: 102-105).

A disposição lemativa, por sua vez, abrange dois problemas:

1. Solução “homonímica” ou “polissêmica”: Nos casos de homonímia, o lexicógrafo pode optar, respectivamente, por apresentar os homônimos em verbetes distintos (p.ex., *manga*¹ e *manga*²), ou agrupar todas as acepções em um único verbete polissêmico (p.ex., *manga*). A decisão deve levar em conta o tipo de dicionário e o perfil de usuário. Um dicionário escolar, por exemplo, deveria evitar uma solução homonímica, tendo em vista o baixo ganho heurístico dessa opção para o estudante (cf. FARIAS 2009a: 105-109). Nos casos em que se opta por uma solução homonímica, quatro critérios distintos podem respaldar a cisão do verbete: (a) a discrepância etimológica (cf. CASAS; MUÑOZ 1992: 136-139;

⁵⁸ Na língua portuguesa, por exemplo, temos disponíveis os prefixos *des-* e *in-* que podem significar negação, de modo que, pelo menos hipoteticamente, qualquer um deles poderia juntar-se à palavra *compatível* para formar seu antônimo. Entretanto, somente a forma *incompatível* foi consagrada pelo uso, sendo, pois, a forma **descompatível* apenas uma opção virtual no sistema.

⁵⁹ P.ex., nível diatópico: *salamito* (Rio Grande do Sul) e *salaminho* (demais regiões do Brasil); nível diastrático: *perda* (variante de mais prestígio social) e *perca* (variante de menos prestígio social).

⁶⁰ P.ex., formas verbais irregulares: *kann, konnte, könne, könnte, gekonnt* (respectivamente, *Indikativ Präsens, Indikativ Präteritum, Konjunktiv I Präsens, Konjunktiv II Präteritum* e *Partizip Perfekt* do verbo alemão *können* [poder]); gênero expresso por derivação: *conde/condessa, perdiz/perdigão*. Também podemos considerar como *tokens* os alomorfes condicionados fonológico e/ou morfossintaticamente. Citamos, como exemplo, os artigos determinados em italiano, no masculino singular *il, lo* e *l'*, no masculino plural *i* e *gli*, e no feminino singular *la* e *l'*, cujo emprego, em todos os casos, obedece a um condicionamento unicamente fonológico. Outro tanto poderia ser dito do artigo determinado feminino singular no espanhol, que apresenta o alomorfe fonologicamente condicionado *el* para o *type la*. Similarmente, as formas apocopadas, tais como *buen* para *bueno* e *gran* para *grande*, em espanhol, conformam exemplos de *tokens*. No que tange aos alomorfes condicionados morfossintaticamente, podemos citar as formas declinadas em algumas línguas. Dessa maneira, à forma de nominativo do artigo masculino em alemão *der*, correspondem os *tokens den* (acusativo), *dem* (dativo) e *des* (genitivo). O mesmo pode ser dito de todas as possibilidades de declinação de um adjetivo como *schön*, ou dos possessivos *mein, dein, sein, ihr, unser, euer, Ihr*. Em português, encontramos alguns casos de alomorfia condicionada fonológica e/ou ortograficamente com afixos (p.ex., o prefixo *in-* e seus alomorfes *i-* e *im-*).

PALMER 2001: 102-103), (b) a discrepância semântica (cf. HAENSCH et al. 1982: 303-305), (c) a discrepância de categoria morfológica, e (d) o número elevado de acepções em um único verbete.

2. Arranjo das entradas: Wiegand (1989a: 383) apresenta três soluções básicas: (a) estrutura lisa [*glattalphabetische Makrostruktur*] (ordenação estritamente alfabética, sem subentradas); (b) estrutura de nicho léxico [*nischenalphabetische Makrostruktur*] (ordenação estritamente alfabética, mas com subentradas), e (c) estrutura de ninho léxico [*nestalphabetische Makrostruktur*] (ruptura da ordenação estritamente alfabética, com subentradas)⁶¹.

1.2.2.2 *Microestrutura*

Hartmann; James (2001: s.v. *microstructure*) definem a microestrutura como “[O] desenho interno de uma unidade de referência”⁶², sendo que “unidade de referência” é “o mecanismo básico para o armazenamento de informação em uma obra de referência”⁶³ (HARTMANN; JAMES 2001: s.v. *reference unit*). A unidade de referência corresponde, pois, ao verbete, que, por sua vez, é encabeçado pelo lema ou palavra-entrada.

A seguir, trataremos de apresentar, em linhas gerais, o modelo microestrutural de Wiegand (1989b; 1989c). A adoção desse modelo deve-se ao fato de que, nos últimos vinte anos, não surgiram contribuições especialmente significativas no que concerne ao desenvolvimento de uma “álgebra” da microestrutura de dicionários semasiológicos. A concepção microestrutural engendrada em Wiegand (1989b; 1989c) e Hausmann; Wiegand (1989: 340-349), dessa forma, ainda reverbera nas discussões levadas a cabo posteriormente, como em Hartmann (2001: 57-68), Schlaefler (2009: 82-86), Gouws (2003: 34-38) e Engelberg; Lemnitzer (2009: 154-165).

1.2.2.2.1 *Microestrutura abstrata e microestrutura concreta*

Wiegand (1989b) estabelece uma distinção entre microestrutura abstrata [*abstrakte Mikrostruktur*] e microestrutura concreta [*konkrete Mikrostruktur*]. A microestrutura abstrata

⁶¹ Nos dicionários brasileiros, muito embora exista uma tendência à apresentação de estrutura lisa, é possível notar, ainda que de forma bastante assistemática, uma tentativa de ordenação em nicho e, até mesmo, em ninho léxico, nos dicionários de menor porte. Essa tendência, no entanto, parece responder mais a uma tentativa de economizar espaço, do que a uma proposta que represente um ganho heurístico real para o potencial consultante dessas obras.

⁶² [The internal design of a reference unit]

⁶³ [the basic device for storing information in a reference work]

configura um conjunto pré-determinado de tipos de informações que podem constar nos verbetes, correspondendo, pois, a um “programa constante de informações” [*festes Informationsprogramm*] (doravante, PCI)⁶⁴.

A microestrutura concreta pode ser entendida como a representação da microestrutura abstrata no dicionário; em outras palavras, equivale à totalidade das informações linearmente ordenadas no interior de cada um dos verbetes (cf. WIEGAND 1989b: 412-416). Um dicionário, desse modo, define uma única microestrutura abstrata – que, via de regra, é diferente para cada categoria morfológica (cf. FARIAS 2009a: 215-237) –, mas oferece ao consulente uma grande variedade empírica de microestruturas concretas. Isso, na prática, significa que, mesmo sendo previstos pelo PCI, determinados segmentos podem ser omitidos na representação concreta, em virtude das peculiaridades de cada signo-lemma. Nesses casos, fala-se em “grau zero de informação” [*Nullstufe der Information*] (cf. WIEGAND 1989b: 416-417). Para ilustrar, propomos a análise dos seguintes verbetes relativos a signos-lemma monossêmicos em DDSM (2007)⁶⁵:

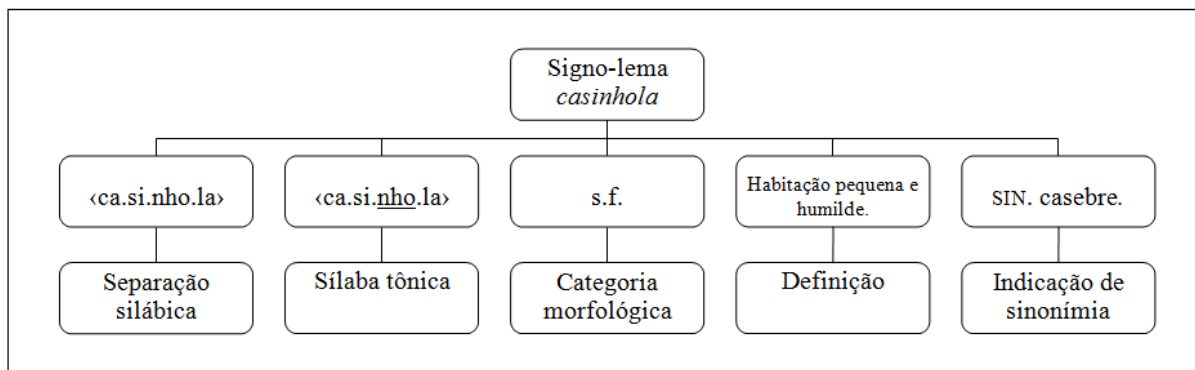
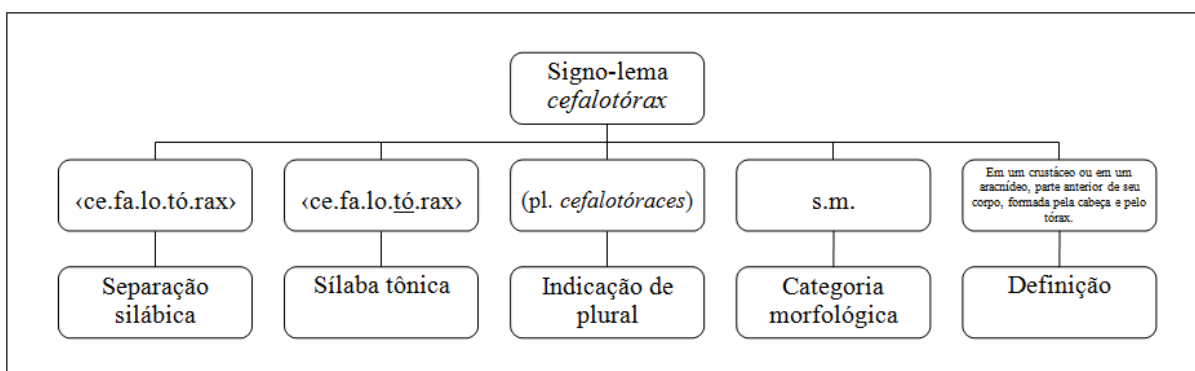
- (1) **casinhola** <ca.si.nho.la> s.f. Habitação pequena e humilde. □ **SIN. casebre.** (DDSM 2007: s.v.)
- (2) **cefalotórax** <ce.fá.lo.tó.rax> (pl. *cefalotóraxes*) s.m. Em um crustáceo ou em um aracnídeo, parte anterior de seu corpo, formada pela cabeça e pelo tórax. (DDMS 2007: s.v.)

Cada um dos verbetes contém uma série de indicações a respeito do signo-lemma em questão, apresentadas sob a forma de segmentos informativos. Por segmento informativo, entendemos cada segmento microestrutural ao qual corresponde uma informação específica, segundo a definição do PCI (cf. BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2006).

A seguir, dissecamos a microestrutura dos verbetes selecionados, a fim de evidenciar os segmentos que os compõem:

⁶⁴ De acordo com Wiegand (1989b: 417), “o programa, a microestrutura linear abstrata, é em grande parte determinada pelo tipo de dicionário” [das Programm, die abstrakte lineare Mikrostruktur, ist weitgehend determiniert vom Wörterbuchtyp]. De nossa parte, atrevemo-nos a propor que o PCI deveria ser determinado por uma tríade: à definição tipológica do dicionário, acrescentaríamos a delimitação do perfil de usuário e o estabelecimento da(s) função(ões) que a obra deve cumprir (cf. FARIAS 2009a: 31-69).

⁶⁵ Neste momento, abster-nos-emos de emitir qualquer juízo de valor a respeito das informações apresentadas no dicionário, concentrando-nos apenas na análise dos tipos de indicações fornecidas nos verbetes.

Esquema 2: Microestrutura concreta de *casinhola* em DDSM (2007)Esquema 3: Microestrutura concreta de *cefalotórax* em DDSM (2007)

Se consideramos apenas os verbetes transcritos e examinados acima, podemos descrever o PCI de DDSM (2007)⁶⁶ por meio dos seguintes segmentos constantes: indicação ortográfica (integrada ao signo-lema) (InOrt), indicação de separação silábica (InSep), indicação de sílaba tônica (InTon), indicação de plural irregular (InPl), indicação de categoria morfológica (InCat), indicação de significado (InSig) e indicação de sinonímia (InSin). Apresentamos, a seguir, outros quatro verbetes de substantivos, a fim de ilustrar algumas das possibilidades de realização do PCI descrito:

- (3) **desmaio** <des.mai.o> s.m. Perda momentânea dos sentidos. □ SIN. desfalecimento. (DDSM 2007: s.v.)
- (4) **esgrima** <es.gri.ma> s.f. Esporte em que duas pessoas combatem manuseando uma espada, um sabre ou um florete, e que se pratica com um traje especial para proteger o corpo e o rosto de possíveis ferimentos. (DDSM 2007: s.v. esgrima)
- (5) **facão** <fa.cão> (pl. facões) s.m. Faca grande, forte e com folha larga. (DDSM 2007: s.v.)
- (6) **lamaçal** <la.ma.çal> (pl. lamaçais) s.m. Terreno com muita lama. □ SIN. lameiro. (DDSM 2007: s.v.)

⁶⁶ A fim de ilustrar os conceitos de “grau zero de informação” e de “funcionalidade” das informações, simplificamos a representação microestrutural de DDSM (2007). Seu PCI é, de fato, bastante mais amplo, prevendo uma série de outros segmentos constantes. Para uma análise global desse dicionário, cf. Farias (2008c).

A tabela a seguir explicita a relação entre a microestrutura abstrata (definida para verbetes de substantivos) e as microestruturas concretas em DDSM (2007):

VERBETES	PCI						
	InOrt	InSep	InTon	InPl	InCat	InSig	InSin
<i>casinhola</i>	+	+	+	-	+	+	+
<i>cefalotórax</i>	+	+	+	+	+	+	-
<i>desmaio</i>	+	+	+	-	+	+	+
<i>esgrima</i>	+	+	+	-	+	+	-
<i>facção</i>	+	+	+	+	+	+	-
<i>lamaçal</i>	+	+	+	+	+	+	+

Tabela 1: Relação entre a microestrutura abstrata e as microestruturas concretas de DDSM (2007)

Se um dicionário – como parece ser o caso de DDSM (2007) – define e segue rigorosamente um PCI, o grau zero de informação torna-se altamente funcional para o consulente. Assim, por exemplo, a ausência de indicação de plural s.v. *casinhola*, s.v. *desmaio* e s.v. *esgrima* indica que o plural, nesses casos, é formado regularmente (com o acréscimo do morfema *-s*). De modo similar, a omissão da indicação de sinonímia s.v. *cefalotórax*, s.v. *esgrima* e s.v. *facção* informa ao consulente que a língua portuguesa não dispõe de sinônimos (ou, pelo menos, de sinônimos não marcados diassistemicamente) para as unidades léxicas em questão.

1.2.2.2.2 Comentário de forma, comentário semântico e formulação do PCI

O PCI de um dicionário, como vimos expondo, comporta segmentos informativos de natureza diversa. Nesse sentido, Hartmann; James (2001: s.v. *microstructure*) salientam que “a microestrutura fornece informação detalhada sobre a palavra-entrada, com comentários sobre suas propriedades formais e semânticas (ortografia, pronúncia, gramática, definição, uso, etimologia)”⁶⁷. Dessa forma, tendo em vista o “objetivo genuíno” [*genuiner Zweck*] de cada segmento informativo no interior do verbete, Wiegand (1989b) divide formalmente a microestrutura em dois comentários fundamentais [*Grundkommentare*], que se seguem no verbete, respeitando a uma ordem canônica: o comentário de forma [*Formkommentar*], ou “estrutura nuclear da esquerda” [*linke Kernstruktur*], e o comentário semântico [*semantischer Kommentar*], ou “estrutura nuclear da direita” [*rechte Kernstruktur*]⁶⁸. Tal segmentação, aliás,

⁶⁷ [the microstructure provides detailed information about the headword, with comments on its formal and semantic properties (spelling, pronunciation, grammar, definition, usage, etymology)]

⁶⁸ Ao lado do comentário de forma e do comentário semântico, Bugueño Miranda (2004) defende a existência de um terceiro comentário na microestrutura: o comentário etimológico. O autor argumenta que a informação etimológica, da maneira como se apresenta na maior parte dos dicionários semasiológicos, além de deficitária,

atende à concepção saussuriana de signo linguístico como uma união indissolúvel entre significante e significado⁶⁹. O comentário de forma comporta informações relativas à representação gráfica e fonético-fonológica do signo-lemma, enquanto o comentário semântico abriga informações referentes ao seu significado. Entre as informações pertinentes ao comentário de forma mais comumente encontradas nos dicionários estão a indicação ortográfica (normalmente integrada ao signo-lemma, mas também sob a forma de homônimos, parônimos e variantes), a categoria morfológica, a separação silábica, a transcrição fonética, a indicação de plurais e femininos irregulares, a conjugação verbal e a valência verbal. Em relação ao comentário semântico, o segmento *standar* é a definição. Entretanto, também podem ser consideradas como parte do comentário semântico a sinonímia e as marcas de uso⁷⁰.

Em Bugueño Miranda; Farias (2011c), sustentou-se que o PCI mínimo de um dicionário semasiológico deveria conter pelo menos uma informação sobre a ortografia e uma informação sobre a significação do signo-lemma. Isso, porém, não quer dizer que o PCI não possa ser ampliado. Muito pelo contrário, o PCI de dicionários semasiológicos costuma ser bastante extenso⁷¹. Wiegand (1989b: 433) enumera 62 diferentes tipos de informações lexicográficas de caráter linguístico passíveis de constar como segmentos microestruturais em

identifica-se, historicamente, com o comentário de forma, na medida em que responde à doutrina “etimologia-origem da palavra”. Para converter-se em um fato funcional, o comentário etimológico, como terceiro comentário da microestrutura, deveria ser concebido a partir da doutrina “etimologia-história da palavra” (cf. BUGUEÑO MIRANDA 1996). Em outros termos, a mera menção do étimo do signo-lemma serve muito pouco ao consultante; é necessário, além disso, indicar a produtividade sêmica (mudanças de significação do étimo), a produtividade morfológica (a expansão morfológica do étimo) e a idade da palavra.

⁶⁹ A segmentação do verbete em dois comentários fundamentais encontra correspondência nas tradições lexicográficas francesa e hispânica em termos de “enunciados lexicográficos”. Levando em conta que as informações fornecidas sobre o signo-lemma dividem-se em duas vertentes – o que atende, como vimos, à concepção saussuriana de signo linguístico –, Seco (2003) explica que o verbete divide-se em “primeiro enunciado” [*primer enunciado*], que apresenta informações da unidade léxica enquanto signo, e “segundo enunciado” [*segundo enunciado*], que apresenta informações referentes ao conteúdo semântico do signo-lemma. Deve-se ressaltar que “[S]e trata de duas predicaciones de carácter distinto, não somente pelo seu nível de informação, mas também pela sua forma” (SECO 2003: 26) [Se trata de dos predicaciones de distinto carácter, no solo por su nivel de información, sino también por su forma]. Assim, pois, a cada tipo de informação, corresponde uma metalinguagem distinta: respectivamente, metalinguagem de primeiro enunciado [*metalenguaje de primer enunciado*], ou metalinguagem de signo [*métalangu/métalanguaje de signe; metalenguaje de signo*], e metalinguagem de segundo enunciado [*metalenguaje de segundo enunciado*], ou metalinguagem de conteúdo [*métalangu/métalanguaje de contenu; metalenguaje de contenido*] (cf. REY-DEBOVE 1971; 1989; SECO 2003).

⁷⁰ Pressupondo que o significado de uma determinada unidade léxica também compreende a sua posição no diassistema, justifica-se classificar as marcas de uso como informações pertinentes ao comentário semântico. Voltaremos a essa questão em 4.3.4.

⁷¹ Bugueño Miranda (2009b: 62-63) estabelece uma diferença entre *extensão* e *densidade* do PCI. A extensão corresponde ao número de segmentos informativos definido para cada categoria morfológica. A densidade, por sua vez, diz respeito ao modo como cada segmento informativo é preenchido. Dessa forma, se há uma redundância de informações no interior da microestrutura – como é característico, por exemplo, da lexicografia alemã – diz-se que o PCI é denso.

dicionários semasiológicos. Esse número inicial, por sua vez, é ampliado em Wiegand (1989c: 468), com a descrição de 90 diferentes tipos de informações. De acordo com Farias (2009a: 129-131), a seleção dos segmentos que devem conformar o programa de informações microestruturais de uma dada obra lexicográfica precisa levar em conta ao menos três fatores:

- a) A língua descrita: Alguns fenômenos são pertinentes apenas a algumas línguas, de modo que determinados segmentos informativos terão lugar apenas nos dicionários desses idiomas. Como exemplos, citamos a indicação de morfemas de caso em dicionários de línguas declináveis, a duração dos sons vocálicos como traço distintivo em línguas como o alemão, o inglês e o latim, ou ainda a transcrição fonética, que é quase obrigatória em dicionários de inglês, mesmo para falantes nativos, ao contrário do que ocorre em dicionários de português e espanhol.
- b) O tipo de signo-lemma: As informações discriminadas em Wiegand (1989b; 1989c), evidentemente, não são aplicáveis a todos os tipos de signos-lemma. Em primeiro lugar, cada categoria morfológica possui características peculiares. Assim, a indicação da flexão de gênero e número, por exemplo, é apresentada somente em verbetes correspondentes a substantivos e adjetivos, e a indicação de conjugação, naturalmente, somente em verbetes correspondentes a verbos. Faz-se necessário elaborar um PCI para cada categoria morfológica. Em segundo lugar, determinadas características, independentemente da categoria morfológica, são próprias de determinadas unidades léxicas, decorrendo, por exemplo, de restrições de ordem temporal, geográfica ou social. Dessa maneira, embora o desenho da microestrutura abstrata preveja, por exemplo, um segmento informativo destinado a marcas de uso (*desusado, pouco usual, brasileirismo, formal, informal, vulgar* etc.), essa informação somente deverá aparecer nos verbetes correspondentes a unidades léxicas que apresentem as respectivas restrições de aplicação⁷².
- c) O tipo de dicionário: A funcionalidade das informações deve ser medida em relação à função que a obra deve cumprir e ao seu usuário (cf. BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2006; 2008a). A pertinência de uma dada informação em um dicionário está, pois, condicionada por esses fatores.

A pesquisa que vimos desenvolvendo concentra-se em um segmento microestrutural específico, pertinente ao comentário semântico, destinado à explanação do significado. No que concerne à formulação deste segmento em particular, temos um problema, de certa forma,

⁷² Essa situação reflete claramente a funcionalidade do “grau zero de informação” no verbete, à qual aludimos anteriormente.

inverso ao encontrado na formulação dos demais segmentos. Ao passo que as demais informações dispostas no verbete (p.ex., indicações de plural e feminino, separação silábica, valência verbal) precisam, antes de qualquer coisa, buscar subsídios na estrutura do dicionário para legitimar sua presença⁷³, a legitimação do segmento informativo dedicado à explanação do significado em uma obra de caráter semasiológico já está dada *a priori*, tendo em vista os argumentos arrolados em 1.1. Assim sendo, o grande problema relacionado com a formulação desse segmento é como gerar mecanismos explanatórios que sejam capazes de expressar da forma mais clara possível o significado do signo-lema.

1.2.2.2.3 Ampliação externa da microestrutura

Wiegand (1989c) denomina a microestrutura constituída apenas pelas duas principais estruturas nucleares descritas *ad supra* de microestrutura simples [*einfache Mikrostruktur*]:

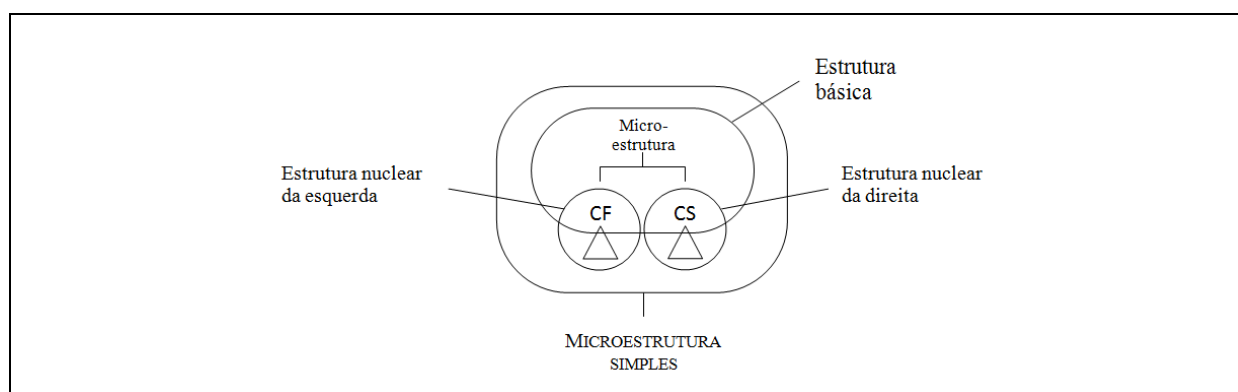


Figura 1: Adaptação do esquema de representação da microestrutura simples de Wiegand (1989c)

Além da microestrutura simples, Wiegand (1989c) distingue outros dois tipos: a microestrutura ampliada [*erweiterte Mikrostruktur*] e a microestrutura composta [*zusammengesetzte Mikrostruktur*]. Interessa-nos, sobremaneira, a microestrutura ampliada⁷⁴.

⁷³ Sobre a geração de parâmetros que justifiquem a presença de determinados segmentos informativos na microestrutura de dicionários escolares, cf. Farias (2009a: 113-163).

⁷⁴ A microestrutura composta, da qual não trataremos aqui, é um tipo de microestrutura na qual os comentários fundamentais podem aparecer várias vezes, como no exemplo a seguir:

(7) **er'zie|hen** <V. t. 287> *Erziehung ausüben*; ein Kind gut, schlecht ~ ; durch Güte, Strenge, gutes Vorbild ~ ; jmdn. zu einem tüchtigen Menschen ~ ; ein gut schlecht erzogenes Kind ~ **her** <m. 3; i. w. S.> *jeder, der einen anderen erzieht* ; <i. e. S.> *Lehrer, Pädagoge* ; ein guter, schlechter, der geborene ~ sein ~ **her.ga.be** <f.> *Fähigkeit zum Erziehen* ~ **he.rin** <f. 22> *weibl. Erziehen* ~ **he.risch** <Adj.> *die Erziehung betreffend, zur Erziehung geeignet* ; ~e Maßnahmen treffen. (WdW 1966: s.v.)

Em vez de formular *n* verbetes com microestruturas simples para cada derivado (e, eventualmente, também composto) do signo-lema, WdW (1966) opta pela redação de um único verbete com microestrutura composta, que abriga *n* sub-verbetes, denominada “estrutura de guarda-chuva” [*überdachende Mikrostruktur*] (cf. WIEGAND 1989c: 480-482). Do ponto de vista macroestrutural, esse tipo de ordenação denomina-se estrutura de nicho léxico (com ordenação alfabética) ou estrutura de ninho léxico (sem ordenação alfabética) (cf. WIEGAND 1989a).

De acordo com Wiegand (1989c: 474), pode-se falar em microestrutura ampliada sempre e quando “o comentário de forma e o comentário semântico sejam constituintes textuais imediatos do verbete e, ao lado desses dois comentários fundamentais, haja ao menos um outro constituinte textual imediato”⁷⁵. A ampliação da microestrutura pode ser externa (quando ocorre fora da estrutura básica da microestrutura) ou interna (quando ocorre dentro da estrutura básica da microestrutura)⁷⁶. Em verbetes relativos a signos-lemma monossêmicos, o constituinte textual situado no espaço imediatamente anterior ao comentário de forma é chamado de pré-comentário [*Präkommentar*], e a subestrutura [*Teilstruktur*] à qual pertence é denominada estrutura marginal da esquerda [*linke Randstruktur*].

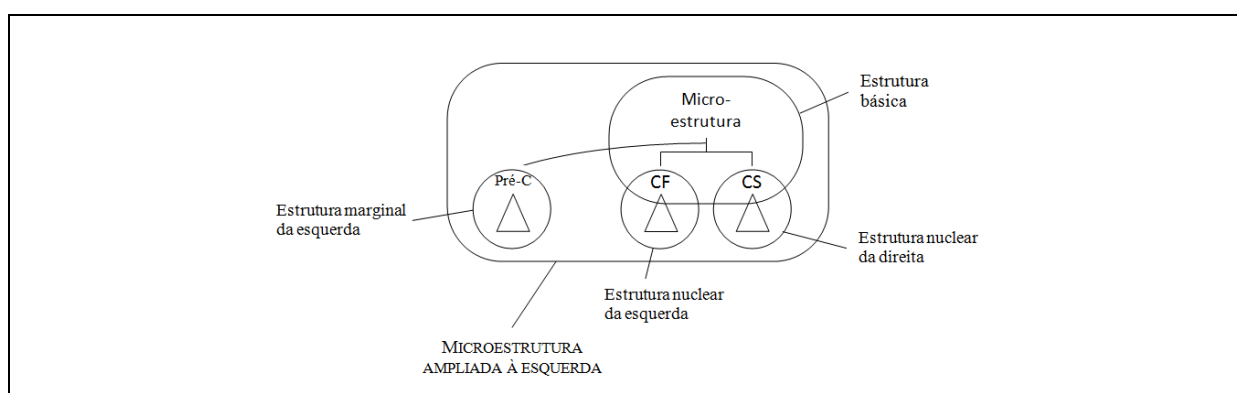


Figura 2: Adaptação do esquema de representação da microestrutura ampliada à esquerda de Wiegand (1989c)

Transcrevemos, a título de ilustração, um exemplo de emprego do pré-comentário em dicionários semasiológicos:

- (8) **grànde** *agg.* [spesso troncato in *gran* davanti a consonante; comparativo *più grande* o *maggiore*, superlativo *grandíssimo* o *massimo*] **1** Superiore alla misura ordinaria per dimensioni, quantità, numero, durata, intensità, forza o altra qualità (opposto a *piccolo*): *un grande palazzo; a grande distanza; una gran folla; per gran tempo; un gran vento; una gran fame; un grande coraggio [...]* (PCDIt 2007: s.v.)

O constituinte textual localizado imediatamente após o comentário semântico, por sua vez, denomina-se pós-comentário [*Postkommentar*]. À subestrutura que abriga esse segmento específico, dá-se o nome de estrutura marginal da direita [*rechte Randstruktur*]. Esse tipo de expansão microestrutural é bem mais comum em dicionários de língua do que a anterior.

⁷⁵ [der Form- und der semantische Kommentar unmittelbare Textkonstituenten des Artikeltextes sind und neben diesen beiden Grundkommentaren mindestens eine weitere unmittelbare Textkonstituente gegeben ist]

⁷⁶ Não nos deteremos aqui na análise da ampliação interna da microestrutura. Wiegand (1989c) distingue três tipos de ampliação interna: (a) comentário medial transitório [*mittlerer Zwischenkommentar*], que se situa entre os dois comentários microestruturais fundamentais; (b) comentário transitório da esquerda [*linker Zwischenkommentar*], que parte o comentário de forma em dois, e (c) comentário transitório da direita [*rechter Zwischenkommentar*], que aparece interposto ao comentário semântico.

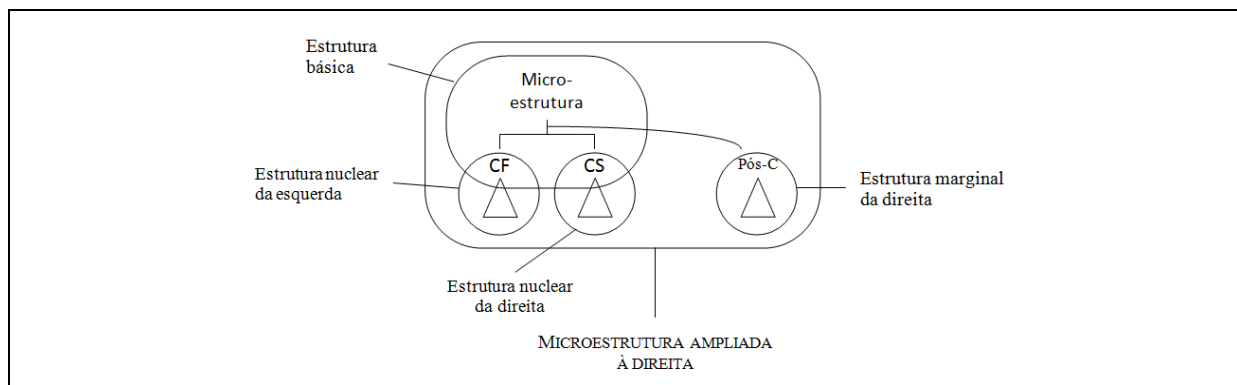


Figura 3: Adaptação do esquema de representação da microestrutura ampliada à direita de Wiegand (1989c)

A seguir, apresentamos um exemplo de emprego do pós-comentário em dicionários semasiológicos:

- (9) **donoso, -sa** adjetivo **formal** Que tiene gracia o donaire **ej** ¿de donde, donosa, el lindo lunar que sobre tus senos se vino a posar?; ¡donosa ocurrencia! **NOTA** Antepuesto al sustantivo, se usa con valor irónico. (DUEAe 2003: s.v.)

Salientamos, por fim, que o modelo de Wiegand (1989b; 1989c), além de constituir o fundamento das discussões sobre a microestrutura até os dias atuais, é o único que considera a possibilidade de ampliações microestruturais. Além dele, não houve outro autor que se preocupasse com uma formalização do pré e do pós-comentário. Por essa razão, ainda carecemos de estudos que cuidem de outorgar uma função específica a esse estrutura, bem como determinar que tipos de informações poderiam ser dispostas nesses espaços. As consequências dessa lacuna na concepção do pré e do pós-comentário podem ser sentidas na prática lexicográfica. Na maioria dos dicionários, fica evidente que o lexicógrafo não pensou explicitamente em um “pós-comentário” ao fornecer indicações adicionais, aparentemente deslocadas do núcleo da microestrutura, convertendo-as em informações com um baixíssimo grau de funcionalidade (cf. FARIAS 2011b)⁷⁷.

1.2.2.3 Medioestrutura

Hartmann; James (2001: s.v. *cross-reference structure*) definem medioestrutura como “[A] rede de referências cruzadas que permite aos redatores e usuários de uma obra de referência localizar material espalhado pelos diferentes componentes”⁷⁸. Essa definição, no entanto, transmite uma ideia equivocada a respeito desse componente. Hartmann (2001: 65),

⁷⁷ Voltaremos a essa questão em 9.2.

⁷⁸ [The network of cross-references which allows compilers and users of a reference work to locate material spread over different component parts]

por exemplo, recorda que “Wiegand mostrou que as referências cruzadas podem ser extremamente poderosas, mas também complicadas e potencialmente confusas para os usuários”⁷⁹.

Bugueño Miranda (2003b) propõe que a medioestrutura seja compreendida sob dois pontos de vista:

- a) Um componente estrutural do dicionário que estabelece relações entre as suas diversas partes (macroestrutura, microestrutura e *outside matter*), de tal forma que uma medioestrutura “coerente” é “uma articulação harmônica” de todas as partes da obra.
- b) Um componente estrutural do dicionário que funciona como mecanismo de interação entre a obra lexicográfica e os usuários.

O autor ainda afirma que um sistema medioestrutural realmente eficiente depende, em boa medida, da definição rigorosa dos componentes canônicos do dicionário. Dessa forma, a medioestrutura terá condições de converter-se em um “instrumento metodológico” capaz de transformar o dicionário em um “todo coerente” (cf. BUGUEÑO MIRANDA 2003b: 3). Para atingir essa finalidade, no entanto, é necessária a articulação de três fatores fundamentais:

- a) A descrição dos possíveis tipos de relações medioestruturais em um dicionário.
- b) A delimitação das diferentes partes que compõem uma dada referência.
- c) A definição de parâmetros que devem reger a geração de um segmento medioestrutural.

Em relação ao primeiro fator, Wiegand (1996 apud HARTMANN 2001: 66) propõe a classificação das referências nas seguintes categorias:

- a) remissão de um verbete a outro;
- b) remissão dos verbetes ao *outside matter*;
- c) remissão de um dicionário a outro dicionário.

⁷⁹ [Wiegand has shown that cross-references can be extremely powerful, but also complicated and potentially confusing for users]. A fim de comprovar essa afirmação, apresentamos os seguintes exemplos (os grifos são nossos):

- (10) **ingênuo** [...] □ SIN/VAR aruá, bonachão, bonacheirão, cândido, crédulo, crendeiro, inexperiente, inocente, pacóvio, papalvo, puro, simplacheirão, simples, simplório, singelo; ver tb. sinonímia de *toló* e antonímia de *devasso* □ ANT malicioso; ver tb. antonímia de *toló* e sinonímia de *devasso* (HouE 2001: s.v.)
- (11) **toló** [...] □ SIN/VAR como adj.s.m.: (e afins) abobosado, abestalhado, abobado, abobalhado, abobarrado, acanhado, alarve, alonso, alvar, alvarinho, apalermado, aparvado, aparvalhado, [...], jerico, jumento, orelhudo, paca, papa-moscas, patinho, pato, patola, zebra; ver tb. sinonímia de *branco* e *ingênuo* e antonímia de *verdadeiro* □ ANT (e afins) como adj.s.m.: abispado, agudo, águia, ajuizado, apurado, arara, ardiloso, argucioso, arguto, arteiro, articulado, [...], velhaco, versado, versuto, vivaço, vivaracho, vivo, vulpino, zorro; ver tb. sinonímia de *verdadeiro* [...] (HouE 2001: s.v.)

Outros problemas medioestruturais comumente encontrados nos dicionários de língua são descritos em Engelberg; Lemnitzer (2009: 182-184) e em Bugueño Miranda (2008b: 11-14).

É possível descrever, ainda, uma quarta categoria de referência (cf. FARIAS 2009a: 243-244):

- d) remissão entre segmentos microestruturais no interior de um verbete.

No que diz respeito ao segundo fator, Engelberg; Lemnitzer (2009: 180) definem o que eles chamam de “elementos constitutivos da referência” [*konstitutiven Elemente des Verweises*]:

- a) impulso desencadeador da referência [*Verweisursprung*];
- b) meta da referência [*Verweisziel*];
- c) representante do destino da referência no seu ponto de partida [*Repräsentant des Verweiszieles am Verweisursprung*];
- d) símbolo da referência [*Verweissymbol*].

Por fim, no que concerne ao terceiro (e mais importante) fator – a geração de critérios norteadores para a formulação dos segmentos medioestruturais –, Bugueño Miranda (2008b: 12) propõe os seguintes “princípios axiomáticos” para o desenho da medioestrutura de um dicionário semasiológico:

- a) Uma referência medioestrutural deve obedecer a um movimento único, levando o consulente rapidamente à informação que o dicionário pretende fornecer.
- b) A motivação de uma referência medioestrutural deve ser facilmente inferida pelo consulente.
- c) Uma referência medioestrutural sempre deve acarretar um acréscimo de informação para o consulente.

Os “princípios axiomáticos” propostos por Bugueño (2008b), ainda que sejam gerais, e não pensados para um tipo específico de obra, estão claramente orientados pelo critério da funcionalidade das informações. Cremos, no entanto, ser possível afirmar que, a exemplo do que deveria ocorrer com as informações em nível macro e microestrutural nos dicionários de língua, as informações em nível medioestrutural também deveriam ser absolutamente discretas e discriminantes em função do tipo de obra e do usuário em questão.

1.2.2.4 *Outside matter*

Por fim, o *outside matter*⁸⁰ compreende todos os materiais que não fazem parte da nomenclatura propriamente dita, como a introdução do dicionário (se houver), o índice de

⁸⁰ Welker (2004: 78-80) emprega o termo *textos externos* para denominar o *outside matter*. O autor ainda alerta para o fato de que parece não haver um termo genérico em português para este componente do dicionário (cf. WELKER 2004: 80, nota 22).

abreviaturas, as ilustrações, os apêndices linguísticos etc. (cf. HARTMANN 2001: 57-62; HARTMANN; JAMES 2001: s.v. *outside matter*).

O *outside matter* subdivide-se em *front*, *middle* e *back matter*. Em comum, esses três componentes têm a carência quase absoluta de estudos que permitam estabelecer critérios básicos para convertê-los em elementos funcionais em relação à megaestrutura do dicionário.

1.2.2.4.1 *Front matter*

O *front matter*, em linhas gerais, corresponde a todo o material que é apresentado antes da nomenclatura principal do dicionário. Ao contrário, porém, do que uma definição tão simplista como essa sugere, o referido subcomponente do *outside matter* é, na verdade, uma estrutura complexa, não devendo ser confundido com uma simples introdução ou prólogo do dicionário⁸¹.

A ausência de uma definição rigorosa da função, bem como dos elementos constituintes do *front matter*, leva a um mau uso, ou mesmo, a um subaproveitamento dessa estrutura. Hartmann; James (2001: s.v. *front matter*), por exemplo, abstêm-se de definir esse componente, limitando-se a enumerar uma série de elementos passíveis de serem encontrados nas partes introdutórias dos dicionários de língua. Uma definição de *front matter* como “componente que precede a nomenclatura central” pode conduzir o leitor a interpretá-lo, erroneamente, como um simples prefácio ou uma nota introdutória, quando, na verdade, como componente canônico de uma obra de referência, deveria estar redigido segundo princípios metodológicos claros, assim como todas as demais partes do dicionário.

De acordo com Fornari (2008), o *front matter* de um dicionário de língua deve cumprir duas funções básicas:

- a) apresentar os objetivos que o dicionário pretende cumprir;
- b) funcionar como seu manual de instruções.

Para que o *front matter* possa, de fato, cumprir essas duas funções, é preciso que a macro e a microestrutura sejam rigorosamente definidas, de preferência, tendo em vista um

⁸¹ Essa concepção de *front matter* conflita com a definição de Hartmann; James (2001, s.v. *front matter*): “[A]queles componentes de um dicionário que precedem a nomenclatura central. Exemplos de tais ‘elementos preliminares’ em dicionários gerais podem incluir: página de título, página de direitos autorais e impressores, agradecimentos e dedicatória, introdução ou prefácio, tabela de conteúdos, lista de colaboradores na redação, lista de abreviaturas e/ou ilustrações apresentadas, chave de pronúncia, guia do usuário, notas sobre a natureza, história e estrutura da língua, resumos gramaticais.” [Those component parts of a dictionary which precede the central word-list section. Examples of such ‘preliminaries’ in general dictionaries may include: title page, copyright page and imprint, acknowledgements and dedication, foreword or preface, table of contents, list of contributors, list of abbreviations and / or illustrations used, pronunciation key, user’s guide, notes on the nature, history and structure of the language, dictionary grammar].

enquadramento taxonômico, um perfil de usuário e uma função específica, e estejam devidamente articuladas por meio de uma medioestrutura igualmente definida de forma rigorosa. O *front matter* é, pois, ao mesmo tempo, reflexo e resultado da articulação entre os demais componentes do dicionário, de tal forma que o sucesso obtido no desenho da parte introdutória de uma dada obra, em boa medida, será diretamente proporcional ao êxito alcançado na definição da macro, da micro e da medioestrutura.

Chamamos a atenção, no entanto, para o fato de que uma parcela do sucesso do *front matter* independe da definição rigorosa ou da perfeita articulação dos demais segmentos. Ainda é preciso considerar, pois, duas qualidades que, de acordo com Fornari (2008), um bom *front matter* deve apresentar:

1. Concisão: O critério da concisão está diretamente relacionado com a quantidade de informação oferecida. Conforme Fornari (2008), todas as informações dispostas no *front matter* devem ser apresentadas de forma direta e objetiva, permitindo ao consulente acessá-las o mais rápido possível⁸². Convém ressaltar que pesquisas apontam o fato de que os consulentes não têm o hábito de ler o *front matter* das obras que consultam (cf. HERBST 1996 apud WELKER 2004: 80).

2. Abrangência: O critério da abrangência está relacionado com a qualidade das informações apresentadas no *front matter*, que devem ser relevantes para o usuário e apresentar um elevado grau de informatividade.

1.2.2.4.2 *Middle e back matter*

O *middle matter* constitui-se na inserção de material, como ilustrações, tabelas, quadros, gráficos, mapas, ou mesmo notas com informações culturais, na macroestrutura do dicionário, interrompendo a sequência linear da nomenclatura (cf. HARTMANN; JAMES 2001: s.v. *middle matter*). Já o *back matter* é, por excelência, o último componente do dicionário, e comporta, normalmente, elementos bastante heterogêneos, como compêndios gramaticais, tabelas de conjugação de verbos, tabelas de adjetivos gentílicos, tabelas de antropônimos e topônimos, tabelas de pesos e medidas e listas de referências bibliográficas (em dicionários cujas referências acompanham as abonações, a exemplo de DUPB (2002)) (cf. HARTMANN; JAMES 2001: s.v. *back matter*). É importante ressaltar também que, a

⁸² Um exemplo de dicionário cujo *front matter*, abertamente, viola o princípio da concisão é DEABL (2008), que usa nada menos que 82 páginas para a apresentação de materiais introdutórios antes de chegar à nomenclatura principal. Em pé de igualdade com esse dicionário, encontram-se MiAu (2008), com uma introdução de 78 páginas, e MiHou (2004), com uma introdução de 64 páginas.

partir do momento em que as funções básicas do *front matter* forem definidas, todo o material que aparece na parte anterior dos dicionários e que não se relaciona diretamente com essas funções poderá ser removido para outros componentes, em especial o *back matter*⁸³.

Há uma dificuldade muito grande em se encontrar estudos (meta)lexicográficos que tratem, especificamente, dos problemas relacionados com o *middle* e o *back matter* dos dicionários, de tal forma que ainda não é possível delimitar com exatidão qual seria a função desses sub-componentes estruturais, nem quais seriam os elementos que deveriam tomar parte na sua constituição.

⁸³ É o caso, por exemplo, do resumo gramatical, dos quadros com os paradigmas das conjugações verbais, e das tabelas de grupos indígenas e de países, adjetivos pátrios e moedas, que aparecem entre as páginas 16 e 78 de MiAu (2008), e que estariam melhor localizadas no *back matter* dessa obra.

2 PANORAMA GERAL DA PESQUISA SOBRE A DEFINIÇÃO LEXICOGRÁFICA

Neste capítulo, pretende-se fornecer uma visão geral acerca do nosso principal objeto de estudo⁸⁴, genericamente denominado “definição lexicográfica”. O emprego dessa designação justifica-se por duas razões⁸⁵. Por um lado, com o adjetivo “lexicográfica”, objetiva-se distinguir o estudo da definição no âmbito (meta)lexicográfico dos estudos sobre a definição em outras áreas, como a lógica – tanto do ponto de vista filosófico (cf., p.ex., KUTSCHERA 1967: 340-378; KUTSCHERA; BREITKOPF 1974: 139-149) como do ponto de vista matemático (cf., p.ex., FREGE 1962: 43-52; TARSKI 1944; 1995: 28-31)⁸⁶ –, ou, ainda, a terminologia (cf., p.ex., WÜSTER 1991: 33-35; CABRÉ 1992: 181-198; FINATTO 2003)⁸⁷. Por outro lado, com uma designação genérica como “definição lexicográfica”,

⁸⁴ A definição constitui, efetivamente, o “mecanismo explanatório por excelência”, sendo “o mais empregado nos dicionários de língua” (cf. Introdução). Por essa razão, é justamente à definição que dedicaremos mais espaço ao longo deste estudo. Destacamos, no entanto, que este não é – e não supomos desejável que seja – o único recurso explanatório passível de emprego nas obras lexicográficas, como demonstraremos, com especial ênfase, na Parte III da tese.

⁸⁵ O emprego da expressão “definição lexicográfica”, contudo, não é consensual. Para um panorama dos problemas designativos e conceituais pertinentes a essa expressão, cf. Wiegand (1989e: 532-538; 1999c: 241-253) e Lara (2003).

⁸⁶ Kutschera; Breitkopf (1974) ressaltam que a lógica moderna – considerada como uma disciplina científica autônoma –, embora tenha se desenvolvido a partir da lógica aristotélica, constituindo, inicialmente, portanto, um ramo da filosofia, está hoje, em muitos aspectos, mais próxima da matemática do que propriamente da filosofia. Os autores, porém, não deixam de atentar para o fato de que “os adjetivos ‘filosófica’ e ‘matemática’ não designam, neste caso, diferentes disciplinas científicas com diferentes âmbitos de aplicação, mas tão somente diferentes fases de desenvolvimento da mesma lógica; daí que essa terminologia seja, de fato, supérflua” (KUTSCHERA; BREITKOPF 1974: 15) [die Adjektive „philosophisch“ und „mathematisch“ bezeichnen dann nicht verschiedene wissenschaftliche Disziplinen mit verschiedenen Gegenstandsbereichen, sondern nur verschiedene Entwicklungsphasen derselben Logik; daher ist diese Terminologie recht überflüssig].

⁸⁷ A partir do exposto, não se deve supor um paralelismo entre três tipos de definição – a saber, uma definição “lexicográfica”, uma definição “lógica” e uma definição “terminológica”. Com efeito, a “teoria da definição” desenvolvida no âmbito da lógica fornece um “esquema de definição” [*Definitionsschema*] (cf. PRECHTL; BURKARD 2008: s.v. *Definitionsschema*), que subsidia os estudos sobre a definição, tanto em (meta)lexicografia como em terminologia. No que diz respeito à terminologia, Cabré (1992: 194) opõe a chamada definição terminológica a outros dois tipos de definição – a saber, linguística e ontológica –, tendo em vista (a) o objeto da definição e (b) o conteúdo expresso. Dessa forma, uma definição linguística tem como objeto o signo linguístico e não inclui todos os traços pertinentes ao significado, mas tão somente os mais relevantes para distinguir um dado signo dos demais no interior do sistema linguístico – o que a caracteriza, em última instância, como uma definição eminentemente opositiva. Já uma definição ontológica tem como objeto a realidade e deve expressar todos os traços atinentes ao conceito em questão, tanto intrínsecos como extrínsecos, essenciais ou complementares. Por fim, o objeto da definição terminológica é um conceito que faz parte de um sistema nocional de uma dada especialidade. Este tipo de definição seria mais descritiva que propriamente opositiva, devendo, assim, descrever o conceito tendo como único referencial o domínio de especialidade no qual se insere, e não o sistema linguístico. Em relação à proposta de Cabré (1992), sem embargo, deve-se fazer duas considerações. Os três tipos de definição aos quais a autora se refere não esgotam todas as possibilidades definitórias existentes. Em primeiro lugar, ao paradigma apresentado, poder-se-ia acrescentar, ainda, por exemplo, a definição enciclopédica (cf. MARTÍNEZ DE SOUZA 1995: s.v. *definición enciclopédica*; HARTMANN; JAMES 2001: *encyclopedic definition*). Em segundo lugar, no que diz respeito exclusivamente à definição linguística – que, aqui, fazemos corresponder à “definição lexicográfica” –, deve-se destacar que não há apenas uma forma de expressar o conteúdo semântico dos signos linguísticos, mas sim um conjunto bastante variado de possibilidades (cf., p.ex., BUGUEÑO MIRANDA 2009a). Por outro lado, nem sempre é possível estabelecer limites precisos entre os três tipos de definição descritos em Cabré (1992). A própria autora

almeja-se abranger um conjunto bastante extenso de diferentes tipos de reescrita do conteúdo semântico das unidades léxicas presentes nos dicionários – que não representam, necessariamente, uma debilidade dessas obras, mas são, sobretudo, uma consequência imediata da heterogeneidade do vocabulário cujo significado se deve explicar⁸⁸.

Feitas as considerações iniciais, a exposição que segue estará dividida em duas partes. Em primeiro lugar, apresentar-se-á a chamada “teoria tradicional da definição” – evidentemente anterior à reflexão metodológica sobre a práxis dicionarística – e seu reflexo nos desenvolvimentos atuais da (meta)lexicografia. Em segundo lugar, tratar-se-á da questão da definição sob a perspectiva da – ainda incipiente – teoria lexicográfica⁸⁹. Com esse propósito, apresentar-se-á os princípios (meta)lexicográficos que regem a redação das definições e esboçar-se-á um panorama dos principais aspectos relacionados com essa tarefa, que não permitem a aplicação irrestrita dos princípios que a teoria lexicográfica esforça-se por formular.

2.1 A teoria tradicional da definição

Kutschera; Breilkopf (1974) designam como “teoria tradicional da definição” [*traditionelle Definitionslehre*]⁹⁰ a teoria que encontra seus fundamentos em Aristóteles e desenvolve-se, posteriormente, no âmbito da lógica, constituindo um de seus ramos (cf. tb. MITTELSTRAß 1995: s.v. *Defintion*; PRECHTL; BURKARD 2008: s.v. *Definitionslehre*)⁹¹.

Aristóteles, ao distinguir entre espécie e gênero, por um lado, e diferenças, por outro, propunha definir a essência das coisas (cf. *Categorias* 5, 2a11-4b19)⁹². A esse respeito, Parry; Hacker (1991) assinalam que:

reconhece que “a distinção entre os três tipos de definição é mais nítida na teoria do que na prática. De fato, basta tão somente consultar os dicionários não especializados para observar que, para definir os termos, os lexicógrafos se utilizam de um processo misto entre a definição linguística e a terminológica” (CABRÉ 1992: 194) [la distinció entre els tres tipus de definició és més nítida en la teoria que no pas en la pràctica. En efecte, només cal consultar els diccionaris no especialitzats per observar que per definir els termes els lexicògrafs se serveixen d’un procés mixt a cavall entre la definició lingüística i la terminològica].

⁸⁸ Sobre a variedade de tipos de definição nos dicionários de língua, cf. Capítulo 5.

⁸⁹ Sobre o desenvolvimento da lexicografia como prática e o posterior surgimento de uma teoria para o fazer lexicográfico, cf. 2.2.

⁹⁰ Sempre que nos referimos a uma “teoria da definição” neste capítulo, temos em mente os desenvolvimentos realizados no âmbito da lógica. No que diz respeito à (meta)lexicografia, é já sabido que não existe uma teoria da definição (cf. Introdução).

⁹¹ A doutrina aristotélica serviu de base não somente para o desenvolvimento da “teoria tradicional da definição”, mas também para o desenvolvimento da própria lógica como disciplina científica (cf. KUTSCHERA; BREITKOPF 1974: 14-15; SPADE 2002: 7-25; MALINK 2011).

⁹² Para Aristóteles, tanto a espécie como o gênero são “substâncias secundárias”, em contraposição às “entidades individuais”, que são consideradas “substâncias primárias” (cf. *Categorias* 5). Sobre os conceitos de *espécie* e

o método aristotélico de definição por gênero e diferença consiste em analisar a natureza essencial de uma espécie (1) situando-a em seu gênero, isto é, abstraindo seu tipo ou plano genérico, e (2) distinguindo-a ou diferenciando-a de outras espécies do mesmo gênero por meio de sua diferença (ou diferenças), isto é, um predicado que indica a maneira específica como se percebe o plano genérico.⁹³ (86)

Wiegand (1989e: 547) ressalta que “[O] objetivo genuíno desse tipo de definição não era determinar o significado de expressões linguísticas; ela é, em última instância, compreensível apenas no contexto de determinadas ‘ordo’-teorias”⁹⁴. Assim, por um lado, deve-se enfatizar que a definição mediante a indicação do gênero e da(s) diferença(s) não se deixa aplicar a palavras, mas tão somente a “coisas reais” [*real things*] – e, nesse âmbito, sequer é aplicável a uma “entidade individual” [*individual entity*], mas apenas a uma “classe de coisas” [*kind of things*], isto é, uma espécie⁹⁵ (cf. PARRY; HACKER 1991: 86). Por outro lado, o método aristotélico é, de fato, taxonômico e opositivo, simultaneamente. É taxonômico, na medida em que, por meio da indicação do gênero, inclui a classe definida na categoria ontológica que lhe corresponde; e é, também, opositiva, porque, por meio da indicação da(s) diferença(s), distingue a classe que se define das demais classes pertencentes ao mesmo gênero. Uma definição de “homem” como “animal racional”, portanto, classifica a espécie em questão no gênero “animal”, ao mesmo tempo em que a diferencia de outras espécies do mesmo gênero por meio da diferença “racional”.

O pensamento aristotélico, havendo sido assimilado pela escolástica medieval (cf. ČERNÝ 1998: 76-79)⁹⁶, forneceu os subsídios para a elaboração de um “esquema formal de definição”, segundo o qual um dado conceito deve ser definido mediante a indicação de seu “gênero próximo” (*genus proximum*) e de sua “diferença específica” (*differentia specifica*), de acordo com a seguinte fórmula:

gênero na obra de Aristóteles, cf. Cho (2011); sobre os conceitos de *substância primária* e *secundária*, cf. Wagner (2011) e Rapp (2011).

⁹³ [Aristotle’s method of definition by genus and differentia consists in analyzing the essential nature of a species by (1) putting the species in its genus, that is, abstracting its general type or plan; and (2) distinguishing or differentiating it from other species of the same genus by its differentia (or difference), that is, a predicate indicating the specific manner in which it realizes the general plan]

⁹⁴ [Der genuine Zweck dieser Definitionsart war nicht, die Bedeutung von sprachlichen Ausdrücken zu bestimmen; sie ist letztlich nur verständlich im Zusammenhang bestimmter „ordo“-Lehren]. Sobre o conceito de *ordo* [ordem; ordenação] no âmbito da filosofia, cf. Mittelstraß (1995: s.v. *ordo*) e Precht; Burkard (2008: s.v. *Ordo*).

⁹⁵ Esse método corresponde, portanto, à *definição real*. Voltaremos a essa questão em 2.1.1.

⁹⁶ Conforme Černý (1998: 76), o termo *escolástica* costuma designar “o sistema filosófico e teológico da Idade Média europeia, cujo objetivo principal consistia na explicação racional e propagação da religião cristã católica, isto é, na união entre fé e razão” [el sistema filosófico y teológico del medievo europeo, cuyo objetivo principal consistía en la explicación racional y en la propagación de la religión cristiana católica, es decir, en la unión de la fe con la razón]. Sobre a recepção e assimilação do pensamento aristotélico em geral durante a Idade Média, cf. Lohr (1998), Wood (2010), Normore (2010) e Tuninetti (2011). Sobre a influência do pensamento aristotélico, de forma específica, na reflexão sobre linguagem, cf. Rey (1973: 22-28) e Arens (1984: 16-57).

(1) *Definitio fit per genus proximum et differentiam specificam*

que, por sua vez, exprime-se simbolicamente mediante o esquema:

(2) $F(x) \equiv G(x) \wedge M(x)$

no qual F representa o conceito [*Begriff*] a ser definido, G , o gênero próximo [*nächsthöherer Art-* ou *Gattungsbegriff*], e M , o traço específico [*spezifisches Merkmal*], que diferencia o conceito F dos demais hipônimos [*Unterbegriffen*] (cf. KUTSCHERA 1967: 356; KUTSCHERA; BREITKOPF 1974: 139; WIEGAND 1989e: 547).

Uma definição por *genus proximum et differentiae specificae* deve cumprir uma série de condições para ser considerada “correta” no sentido da lógica tradicional (cf. KUTSCHERA 1967: 356-359; KUTSCHERA; BREITKOPF 1974: 139-143):

- a) uma definição deve abranger a essência do conceito a ser definido;
- b) uma definição não deve ser circular;
- c) uma definição não deve ser negativa;
- d) os conceitos definidores G e M devem ser suficientemente claros e nitidamente determinados.

Uma definição “correta”, de acordo com os critérios expostos, seria o já clássico exemplo “O homem é um animal racional”. Kutschera (1967: 356) e Kutschera; Breitkopf (1974: 140), por outro lado, fornecem exemplos de definições que infringem, respectivamente, as condições (b), (c) e (d), tornando-se, portanto, “incorretas”:

(3) “Um lúcio é um peixe, que é um lúcio” [*Ein Hecht ist ein Fisch, der ein Hecht ist*]

(4) “Um pardal não é um mamífero” [*Ein Spatz ist kein Säugetier*]

(5) “Verdade é uma fração do infinito” [*Wahrheit ist ein Splitter der Unendlichkeit*]

Em relação ao estabelecimento de condições para a geração de definições “corretas” e à sua aplicabilidade, Kutschera; Breitkopf (1974) salientam que:

A teoria tradicional da definição encontra, pois, seu valor, na medida em que descreve de forma mais exata a estrutura de certas definições e permite excluir determinadas definições incorretas. Ela, porém, não é nem precisa, nem tampouco suficientemente abrangente para identificar todas as definições corretas.⁹⁷ (140)

⁹⁷ [Die traditionelle Definitionslehre hat also einen gewissen Wert, insofern sie die Struktur gewisser Definitionen genauer beschreibt und erlaubt, gewisse unkorrekte Definitionen auszuschließen. Sie ist aber weder präzise noch auch weit genug, um alle korrekten Definitionen auszuzeichnen]

Assim, pois, embora se deva reconhecer o mérito evidente da teoria tradicional da definição, também é preciso assinalar a existência de, pelo menos, duas importantes objeções.

Em primeiro lugar, no que diz respeito à falta de precisão, deve-se ressaltar que o próprio esquema de definição está formulado de maneira inexata, considerando que nem sempre será possível determinar o gênero próximo do conceito a ser definido. Em muitos casos, haverá várias possibilidades. Assim, pois, remetendo-nos, uma vez mais, ao exemplo clássico “O homem é um ser racional”, tanto *animal* como *mamífero* poderiam funcionar como gênero próximo em lugar de *ser* (cf. KUTSCHERA; BREITKOPF 1974: 142); e, de forma similar, *quadrado* pode ser definido como “retângulo equilátero” [*gleichseitiges Rechteck*] ou como “losango retangular” [*rechtwinkliger Rhombus*] (cf. KELLER 2006: 28)⁹⁸.

Ao anterior, deve-se acrescentar que os quatro critérios listados *ad supra* são relativamente vagos. O primeiro critério é pouco claro em relação ao que se deve entender por “essência” – termo cujo conceito, aliás, permanece indeterminado no próprio âmbito da filosofia (cf. KELLER 2006: 31-34; PRECHTL; BURKARD 2008: s.v. *Wesen*)⁹⁹. Ademais, Wiegand (1989e) questiona o fato de que se proponha como tarefa do lexicógrafo, por meio da definição, abranger a essência do conceito a ser definido. O segundo critério, por sua vez, é impreciso a respeito das condições sob as quais a circularidade deve ser entendida. Wiegand (1989e: 547) salienta que, embora, de forma genérica, deva-se evadir a circularidade, “ela é, no entanto, em um sentido fundamental, inevitável na lexicografia monolíngue, dado que a unidade semântica não pode ser quebrada”¹⁰⁰. Já o terceiro critério é considerado, pelo menos em primeira instância, exequível (cf. WIEGAND 1989e: 547). Kutschera; Breitkopf (1974: 141-142), sem embargo, objetam que, caso essa condição se referisse exclusivamente ao uso explícito da negação – como em “Um pardal não é um mamífero” –, ela seria supérflua, dado que uma definição desse tipo, por não obedecer ao modelo de *genus proximum et differentiae*

⁹⁸ Para uma discussão mais aprofundada dessa questão, cf. Wiegand (1989e: 547-550; 1999c: 246-250).

⁹⁹ Keller (2006) ressalta que o próprio termo grego “*ousia*”, empregado por Platão e Aristóteles, teve de ser traduzido ao latim, pelos escolásticos, por meio de duas diferentes expressões, quais sejam, “*substantia*” e “*essentia*”. O termo “*essentia*” [essência], por sua vez, pode ser compreendido como: (a) a *quididade* “natureza substancial do ente”, em oposição à *existência* “o ente individual e concreto”; ou (b) o ser próprio ou verdadeiro das coisas, que as produz, sustenta e torna inteligível sua forma aparente, em oposição à sua forma ou configuração exterior (cf. KELLER 2006: 32).

¹⁰⁰ [In einem grundsätzlichen Sinne ist sie jedoch in der einsprachigen Lexikographie unvermeidbar, da die semantische Geschlossenheit nicht aufgebrochen werden kann]. Porto Dapena (2002), mesmo não concordando com a ideia de que a circularidade é imanente a todo dicionário monolíngue, com base em que a formulação das definições em dois níveis metalinguísticos distintos (a esse respeito, cf., p.ex., REY-DEBOVE 1989) permitiria rompê-la, não deixa de atentar para o fato de que se pode encontrar dois tipos de circularidade nos dicionários, uma “boa” e outra “má”. A circularidade “boa” seria inerente à própria natureza dos dicionários, uma vez que as definições estão – ou deveriam estar – entre si conectadas, formando uma cadeia perfeitamente fechada. A circularidade “má”, por sua vez, é a que constitui os círculos viciosos (cf. 2.2.2.2). O segundo tipo de circularidade, portanto, deve ser evitado, ao passo que o primeiro tipo seria ineludível.

specificae, seria considerada incorreta *a priori*. Por outro lado, se o critério se estendesse à proibição da ocorrência de qualquer expressão de negação nas sentenças definidoras, então também seriam eliminadas definições, pelo menos em princípio, corretas, como no exemplo dos autores: “Um número primo é um número que não é divisível sem resto por um número menor [que ele próprio] diferente de 1”¹⁰¹. O quarto critério, por fim, carece de precisão em relação ao que se deve entender por “suficientemente claros” e “nitidamente determinados”.

Em segundo lugar, no que diz respeito à incapacidade de identificar todas as definições corretas, há dois importantes aspectos a destacar. O primeiro aspecto é a debilidade do modelo de *genus proximum et differentiae specificae* no que diz respeito à definição de “predicados de *n*-lugares” [*mehrstellige Prädikate*] (ou “relações” [*Beziehungen*]) e “funções” [*Funktionen*], uma vez que se deixa aplicar tão somente a “predicados de um lugar” [*einstellige Prädikate*] (ou “termos unários” [*einstellige Begriffe*])¹⁰² (cf. KELLER 2006: 28). O segundo aspecto é o fato de que mesmo “predicados de um lugar”, ou “termos unários”, podem, muitas vezes, definir-se de maneira correta, sem que se empregue, no entanto, o modelo de *genus proximum et differentiae specificae*, como no caso da definição “Um vertebrado é um peixe, ou um anfíbio, ou um réptil, ou uma ave, ou um mamífero”¹⁰³ (cf. KUTSCHERA; BREITKOPF 1974: 142).

Em suma, o exposto *ad supra* permite-nos assegurar “que o esquema tradicional de definição S e os critérios I a IV não bastam para a fundamentação de uma teoria conveniente da definição”¹⁰⁴ (KUTSCHERA; BREITKOPF 1974: 142-143).

¹⁰¹ [Eine Primzahl ist eine Zahl, die nicht durch eine von 1 verschiedene kleinere Zahl ohne Rest teilbar ist]

¹⁰² Segundo Keller (2006: 28), dá-se o nome de “predicado de um lugar” [*einstelliges Prädikat*], ou “termo unário” [*einstelliger Begriff*], a um predicado, “quando ele forma uma oração simples em conjunto com um nome; ‘dorme’ é [predicado] de um lugar, pois se deixa completar com um nome próprio na oração: ‘Fritz dorme’; ‘ama’ é, ao contrário, [predicado] de dois lugares (‘Fritz ama Ilse’), e ‘fica entre’, [predicado] de três lugares (‘Ulm fica entre Stuttgart e Augsburg’)” [wenn es zusammen mit einem Namen einen einfachen Satz bildet, ist „schläft“ einstellig, weil es sich mit einem Eigennamen zu dem Satz ergänzen lässt: „Fritz schläft“; dagegen ist „libt“ zweistellig („Fritz liebt Ilse“) und „liegt zwischen“ dreistellig („Ulm liegt zwischen Stuttgart und Augsburg“)]. Wiegand (1989e: 549), por sua vez, apresenta a seguinte definição para “termos unários” [*einstellige Begriffe*]: termos “cujas extensões são classes” [deren Extensionen Klassen [...] sind]. Os termos *extensão* e *classe* devem ser entendidos, evidentemente, no sentido da lógica tradicional (a esse respeito, cf. Capítulo 4). Sobre a noção de “predicado de um lugar” e “predicado de *n*-lugares”, cf. tb. Albrecht; Asser (1978: s.v. *Prädikat*). Para um aprofundamento sobre as noções de “termo” [*Begriff*], “relação” [*Beziehung*] e “função” [*Funktion*] no âmbito da lógica, cf. Frege (1962: 5-20).

¹⁰³ [Ein Wirbeltier ist ein Fisch oder ein Lurch oder ein Kriechtier oder ein Vogel oder ein Säugetier]. Conforme trataremos de demonstrar no Capítulo 6, uma definição desse tipo parece obedecer aos princípios da semântica cognitiva (cf. tb. SVENSÉN 2009: 224-226). Isso significa dizer que, não obstante correta e, em muitos casos, mais elucidativa que uma definição por *genus proximum et differentiae specificae*, em sua essência, contrapõe-se diametralmente à concepção clássica de definição.

¹⁰⁴ [daß das traditionelle Definitionsschema S und die Kriterien I bis IV nicht zur Begründung einer brauchbaren Definitionslehre ausreichen]

2.1.1 Definição real *versus* definição nominal

William de Ockham, na esteira da tradição aristotélica, distingue entre dois tipos de definições (cf. *Summa logicae* I.26):

- a) definições “que expressam o *quid rei*”;
- b) definições “que expressam o *quid nominis*”.

O primeiro tipo corresponde à definição real, ao passo que o segundo tipo corresponde à definição nominal. O Quadro 1 sumariza e esquematiza a concepção de definição de W. de Ockham¹⁰⁵, conforme apresentada em Spade (2002: 206-214):

1) Definições reais	Definições reais em sentido estrito: Expressam a estrutura metafísica interna (ou a essência) do que se define	Definições metafísicas: Consistem somente de expressões no caso nominativo. Ex.: <i>homem</i> “animal racional”
		Definições naturais: Consistem de expressões, das quais algumas não estão no caso nominativo. Ex.: <i>homem</i> “substância composta de um corpo e de uma alma intelectual”
	Definições reais em sentido amplo: Expressam não apenas os traços essenciais, mas também os traços acidentais.	Definições reais em sentido estrito: Cf. <i>ad supra</i>
		Descrições: Expressam apenas traços acidentais. Ex.: <i>homem</i> “bípede implume”
2) Definições nominais	Expressões que não revelam a estrutura metafísica interna (ou essência) da “coisa” que se define, mas determinam sob que condições a designação se aplica a essa “coisa”. Ex.: <i>homem</i> “um corpo animado por uma alma” e “uma alma que governa e dirige um corpo”	

Quadro 1: Síntese da concepção de definição de William de Ockham

O método de definição mediante a indicação do gênero e da(s) diferença(s) corresponde à definição real¹⁰⁶. Não obstante, W. de Ockham exclui do âmbito da lógica – e

¹⁰⁵ A concepção de definição de W. de Ockham engendra-se no interior de sua “teoria da conotação”, cuja parte nuclear consiste na distinção entre “termos (nomes) absolutos” e “termos (nomes) conotativos”. Os “nomes absolutos” significam algo de maneira primária. Por exemplo, *animal* pode significar *homens, cavalos, cachorros* etc., mas não significa nenhum deles com supremacia sobre os demais. Os “nomes conotativos” significam uma coisa de maneira primária e outra de maneira secundária. Por exemplo, *branco* significa, primariamente, “brancura”, e, de forma secundária, “o objeto que é branco”. Apenas os nomes conotativos podem ter definição nominal; nomes absolutos têm somente definição real. Deve-se ressaltar, porém, que nem todos os nomes absolutos têm definição real: nomes próprios, como *Sócrates* e *Platão*, ainda que sejam nomes absolutos, não têm definição real, já que não se pode definir o individual. A impossibilidade de definição do individual, aliás, já havia sido estabelecida no âmbito da própria tradição aristotélica, uma vez que a possibilidade de definição é detida no nível da espécie. Sobre a “teoria da conotação” de W. de Ockham, cf. Beuchot (1991: 144-169) e Spade (2002: 204-223).

esta posição, aliás, reflete sua inserção no nominalismo¹⁰⁷ – as definições desse tipo, embora não negue a sua legitimidade¹⁰⁸, com base em que o lógico deve tratar apenas de signos, não de coisas¹⁰⁹.

A respeito da prevalência da definição nominal sobre a real, deve-se considerar que

Embora as questões sobre o emprego das palavras e sobre as coisas não se deixem separar substancialmente [...], é necessário, para a estrutura correspondente, separar nitidamente regras linguísticas de declarações sobre a coisa, de forma que o *status* de uma definição deve ser concedido apenas às definições nominais.¹¹⁰ (MITTELSTRAß 1995: s.v. *Definition*)

Kutschera; Breitkopf (1974) apresentam uma opinião bem mais contundente:

Definições reais, como análises do conceito, são algo completamente distinto das definições nominais, e não são tema da lógica, nem como asserções linguísticas nem

¹⁰⁶ Kutschera; Breitkopf (1974: 143) ressaltam que, no âmbito da lógica, o conceito de *definição real* não está definido de forma completamente precisa: “Está claro, apenas, que definições reais devem ser afirmações verdadeiras ou falsas, que, portanto, não se tratam de delimitações puras” [Deutlich ist nur, daß Realdefinitionen Behauptungen sein sollen, die wahr oder falsch sind, daß es sich dabei also nicht um reine Festsetzungen handelt]. Para uma discussão sobre as diversas possibilidades de interpretação de *definição real*, cf. Kutschera (1967: 360-362).

¹⁰⁷ Černý (1998) destaca a importância, durante a Idade Média, da discussão sobre a relação língua/pensamento, que se desenvolve sob o título de “disputa sobre os universais” ou, ainda, “disputa entre realistas e nominalistas”. Os realistas – cuja corrente filosófica encontra seus fundamentos em Platão e Aristóteles – defendiam que os conceitos (ou universais) existem real e objetivamente, e sua existência precede – ou, pelo menos, de acordo com a visão mais moderada, independe – dos objetos individuais. Os nominalistas, ao contrário destes, asseguravam que existem apenas os objetos individuais, de forma que os conceitos (ou universais) são tão somente designações para esses objetos. O representante mais destacado do nominalismo é, sem sombra de dúvida, W. de Ockham, a quem essa corrente filosófica deve seu triunfo no âmbito da escolástica, e que, por isso, com razão, é chamado “*Princeps Nominalium*”. Sobre os conceitos de realismo e nominalismo, cf. tb. Albrecht; Asser (1978: s.v. *Nominalismus*; s.v. *Realismus*) e Precht; Burkard (2008: s.v. *Nominalismus*; s.v. *Realismus*). Sobre a disputa entre realistas e nominalistas, cf. Spade (2002: 139-163). Sobre o nominalismo na obra de W. de Ockham, cf. Mittelstraß (1995: s.v. *Ockham*).

¹⁰⁸ Em Mittelstraß (1995: s.v. *Definition*), afirma-se, a respeito da legitimidade das definições reais, que “Ao desmembrar-se a ‘questão da essência’, então a diferença reduz-se a que definições nominais são regras de emprego dos signos, e definições reais (p.ex., a definição da água como H₂O) são, ao contrário, asserções verdadeiras, que ocupam um lugar central na estrutura de uma teoria científica. Nesse sentido, Frege, por exemplo, era da opinião de que definições não nominais corresponderem a axiomas [...]” [Trennt man die ›Wesenfrage‹ ab [...], so reduziert sich der Unterschied darauf, daß Nominaldefinitionen Zeichenverwendungsregeln, Realdefinitionen (z.B. die D.[efinition] des Wassers als H₂O) dagegen wahre Aussagen sind, die im Aufbau einer wissenschaftlichen Theorie eine zentrale Stellung einnehmen. In diesem Sinne war z.B. Frege der Ansicht, daß nicht-nominale D.[efinitionen] Axiome seien [...]]

¹⁰⁹ W. de Ockham diz textualmente: “E, portanto, é um embuste dizer que a definição de homem é tanto lógica, como natural ou metafísica; pois o lógico, que não trata do homem, porque não trata das coisas que não são signos, não tem de definir o homem, mas tem de ensinar de que modo as outras ciências, que tratam do homem, devem defini-lo. E, portanto, o lógico não deve estabelecer nenhuma definição do homem, salvo para exemplificar; e, nesse caso, essa definição dada como exemplo deve ser natural ou metafísica” (*Summa logicae* I.26) [Et ideo truffaticum est illud quod dicunt aliqui quod hominis quaedam est definitio logicalis, quaedam naturalis, quaedam metaphysicalis; quia logicus cum non tractat de homine, eo quod non tractat de rebus quae non sunt signa, non habet hominem definire, sed habet docere quomodo aliae scientiae tractantes de homine ipsum definire debent. Et ideo logicus nullam definitionem hominis assignare debet, nisi forte gratia exempli, et tunc illa definitio quae gratia exempli ponitur debet esse naturalis vel metaphysicalis]

¹¹⁰ [Obwohl sich Wortgebrauchs- und Sachfragen nicht grundsätzlich trennen lassen [...], ist es für den jeweiligen Aufbau notwendig, Sprachregeln und Sachaussagen sauber zu trennen, so daß nur Nominaldefinitionen der Status einer D.[efinition] zugebilligt werden sollte]

das ciências naturais. Por isso, emprega-se hoje, de fato, a palavra “definição” exclusivamente no sentido de definição nominal.¹¹¹ (144)

A distinção entre definição real e nominal – que, a propósito, fundamenta a oposição entre definição enciclopédica e linguística/lexicográfica, respectivamente (cf. 2.2.2.2)¹¹² – é, não obstante, ainda hoje frequentemente evocada. O Quadro 2 recolhe uma série de definições de *definição real* e *definição nominal* extraídas de dicionários de filosofia e linguística:

Referências	Definição real	Definição nominal
Knobloch (1986: s.v. <i>Definition</i>)	Refere-se a um objeto material, do qual se afirma algo que ainda não está associado a ele.	Estabelece o significado de uma expressão; indica o significado historicamente fixado e comumente aceito de uma expressão.
Cardona (1988: s.v. <i>definizione</i>)	O <i>definiendum</i> da definição real é um objeto.	O <i>definiendum</i> da definição nominal é a denominação de um objeto.
Mittelstraß (1995: s.v. <i>Definition</i>)	Indica a <i>essência</i> de uma coisa.	Deve ser entendida como <i>explicação de uma palavra</i> .
Bußmann (2008: s.v. <i>Definition</i>)	Define um objeto ou um conceito concreto por meio da indicação do gênero <i>G</i> (= <i>genus proximum</i>) e da caracterização que o especifica <i>M</i> (= <i>differentia specifica</i>).	Relaciona-se à designação de objetos e propriedades abstratas (nomes, conceitos e expressões linguísticas); constitui uma delimitação, com base na qual é estabelecida a relação de sinonímia entre o <i>definiens</i> e o <i>definiendum</i> (inicialmente, carente de significado).
Precht; Burkard (2008: s.v. <i>Definition</i>)	Deve ser entendida como uma declaração da essência, por meio da indicação do gênero próximo e da diferença específica.	Estipula os significados das palavras.
Glück (2010: s.v. <i>Definition</i>)	Contém uma afirmação sobre a possibilidade [de existência] do objeto, uma asserção sobre a existência.	Esclarece o conceito de uma coisa, independentemente de se poder fazer uma afirmação sobre sua existência ou não.

Quadro 2: A definição de *definição real* e *definição nominal* em dicionários de linguística e filosofia

Bugueño Miranda (2009a) destaca dois problemas que a análise das definições apresentadas no Quadro 2 evidencia. O primeiro problema envolve a falta de clareza a

¹¹¹ [Realdefinitionen sind, als Begriffsanalysen, etwas ganz anderes als Nominaldefinitionen, und sie sind weder als linguistische noch als naturwissenschaftliche Aussagen Thema der Logik. Deshalb gebraucht man auch heute das Wort „Definition“ ausschließlich im Sinne von Nominaldefinition]

¹¹² No âmbito da terminologia, Wüster (1991) estabelece uma distinção entre o que ele denomina “*Ist-Definition*”, ou seja, uma definição que expressa o significado de uma designação, e “*Soll-Definition*”, ou seja, uma definição que determina o significado que uma designação deve ter. O autor ainda ressalta que é bastante comum designar esses dois tipos de definição, respectivamente, como *definição real* e *nominal*, mas faz uma ressalva em relação ao emprego destas últimas designações, justamente porque “Elas apresentam [...] a desvantagem de serem empregadas frequentemente também com outro significado” (WÜSTER 1991: 35) [Sie haben [...] den Nachteil, daß sie oft auch in anderer Bedeutung verwendet werden]. Wüster (1991) referia-se, possivelmente, aos conceitos tradicionais de definição real e nominal engendrados no âmbito da lógica.

respeito dos critérios que servem de base à distinção entre definição real e definição nominal nas obras mencionadas. Em relação a esse aspecto, deve-se considerar, primeiramente, que

Definições reais referem-se aos traços essenciais de objetos, que, no entanto, possuem-nos apenas abstratamente, de modo que se originam limites imprecisos ou difusos entre definições reais e definições nominais. Definições reais sempre podem transformar-se em definições nominais.¹¹³ (LEWANDOWSKI 1990: s.v. *Definition*)

O segundo problema, diretamente derivado do primeiro, é a disparidade entre os conceitos de definição real e definição nominal nas obras analisadas. Em alguns casos, são apresentadas definições absolutamente antitéticas para o mesmo referente, fato que redundava em uma verdadeira anulação conceitual (cf. BUGUEÑO MIRANDA 2009a: 245-246).

2.1.2 Os aportes de B. Pascal e G. Frege à teoria tradicional da definição

A definição nominal – que corresponde, como vimos *ad supra*, à definição por excelência – constitui uma fixação do significado de uma expressão linguística (o *definiendum*, ou expressão a ser definida), que, até então, não havia sido estabelecido, por meio de outras expressões linguísticas (o *definiens*, ou expressão definidora), cujo significado já está determinado. A definição nominal, portanto, representa uma convenção, na medida em que *definiens* e *definiendum* são sinônimos entre si (cf. KUTSCHERA 1967: 359-360; KUTSCHERA; BREITKOPF 1974: 143). É justamente – e exclusivamente – a este tipo de definição que as considerações apresentadas a seguir se aplicam.

A função de uma definição nominal correta é

reduzir a intensão, ou, dito de outro modo, o conteúdo conceitual de uma expressão, à intensão de outras expressões, ou ainda, substituí-lo por outras expressões, e não acrescentar afirmações adicionais (isto é, não fornecer nenhuma informação nova). Assim, tal definição pode ter valor prático, na medida em que ela permite, por exemplo, uma formulação mais precisa, mais palatável ou mais clara.¹¹⁴ (LEWANDOWSKI 1990: s.v. *Definition*)

¹¹³ [Real-D.[efinitionen] zielen auf die wesentlichen Merkmale von Gegenständen, die allerdings nur begrifflich zu haben sind, so daß sich unklare bzw. fließende Übergänge zwischen Real-D.[efinitionen] und Nominal-D.[efinitionen] ergeben. Real-D.[efinitionen] lassen sich auch immer in Nominal-D.[efinitionen] umformen]. Convém ressaltar que a dificuldade de distinção entre definição real e nominal remete-nos diretamente a um antigo problema da lexicografia, que diz respeito à distinção entre “referente” (extralinguístico) e “significado” (linguístico), uma vez que a distinção entre “coisa” e “palavra” também está na base da oposição estabelecida entre “definição enciclopédica” e “definição linguística”, em primeira instância, e “enciclopédia” e “dicionário”, em segunda instância (cf., p.ex., HAENSCH et al. 1982: 128-133; HERNÁNDEZ 1989: 19-24; LANDAU 2001: 6-7; ENGELBERG; LEMNITZER 2009: 11-17). Essa questão deverá ser retomada em diversas ocasiões ao longo da tese.

¹¹⁴ [die Intension bzw. den Begriffsinhalt eines Ausdrucks auf die Intension anderer Ausdrücke zurückzuführen bzw. ihn durch andere Ausdrücke zu ersetzen und keine zusätzlichen Aussagen zu machen (bzw. keine neue

Essa afirmação, por sua vez, sintetiza os dois critérios estabelecidos por Blaise Pascal (cf. KUTSCHERA 1967: 363-364; KELLER 2006: 30):

- a) Critério da eliminação das expressões definidoras [*Kriterium der Eliminierbarkeit/Ausscheidbarkeit der definierten Ausdrücke*]: A equivalência entre *definiendum* e *definiens* – como resultado da definição – deve permitir a substituição de um pelo outro em todos os contextos, sem que se altere o sentido do enunciado.
- b) Critério da não criatividade das definições [*Kriterium der Nichtkreativität von Definitionen*]: Uma definição, ao contrário de um axioma – ou definição real –, não deve introduzir – nem permitir a inferência de – novas afirmações de fatos.

Kutschera (1967: 364) ressalta que os critérios de B. Pascal permitem, de fato, eliminar definições incorretas, muito embora permaneça em aberto a questão sobre até que ponto seria possível eliminar *todas* as definições incorretas. Essa discussão é retomada por Gottlob Frege.

É justamente a partir de G. Frege que se desenvolve a chamada “teoria sistemática da definição” [*systematische Defintionslehre*] (cf. KUTSCHERA; BREITKOPF 1974), ou “teoria contemporânea da definição” [*gegenwärtige Definitionslehre*] (cf. LEWANDOWSKI 1990: *Definition*).

Partindo de sua célebre distinção entre “sentido” [*Sinn*] e “referência” [*Bedeutung*]¹¹⁵, Frege (1962) postula que um “novo nome” é introduzido por meio de uma definição, na medida em que

determinamos que ele [*i.e.*, o novo nome] deva ter o mesmo sentido e a mesma referência da [expressão] composta por signos conhecidos. Dessa forma, o novo signo torna-se, pois, equivalente [em significado] à [expressão] explanatória; a definição, portanto, converte-se imediatamente em uma sentença.¹¹⁶ (44-45)

Assim, pois, uma definição é, formalmente, uma “equação” [*Gleichung*] entre a expressão que se define, localizada do lado esquerdo do signo de igualdade, e a expressão definidora, localizada do lado direito (cf. FREGE 1962: 45).

Kutschera; Breitkopf (1974: 145) ressaltam que G. Frege elevou a discussão sobre como definir corretamente ao mais alto grau de precisão, na medida em que relacionou seu

Information zu liefern), dann kann eine solche D.[efinition] von praktischem Wert sein, indem sie z.B. eine schärfere, angenehmere oder übersichtlichere Formulierung gestattet)

¹¹⁵ Sobre a distinção entre *sentido* e *referência* no âmbito da semântica das condições de verdade e uma crítica à escolha dessas designações, cf. 4.2.1.1.2.

¹¹⁶ [wir bestimmen, dass er [*i.e.*, o novo nome] denselben Sinn und dieselbe Bedeutung haben solle wie ein aus bekannten Zeichen zusammengesetzter. Dadurch wird nun das neue Zeichen gleichbedeutend mit dem erklärenden; die Definition geht also sofort in einen Satz über]

conceito de *definição* às línguas artificiais e aplicou os formalismos da lógica moderna à análise das definições. Deve-se, no entanto, esclarecer – e, desde já, ressaltar – que os fundamentos da teoria da definição atribuída a G. Frege foram propostos e desenvolvidos no âmbito da lógica – trata-se de um modelo matemático –, a fim de aplicar-se à definição de conceitos fundamentais dessa disciplina (cf. FREGE 1962: 43-60).

O modelo teórico de G. Frege assume, como um de seus preceitos, “que deve haver uma *ordem* para as definições em uma língua L, de modo que o *definiens* de cada definição contenha apenas determinadas expressões linguísticas, que constituam *definiendum* de uma definição anterior em L”¹¹⁷ (KUTSCHERA; BREITKOPF 1974: 145). Esse postulado permite excluir definições circulares [*Zirkeldefinitionen*], tais como:

$$(6) \quad A = B (A)$$

$$(7) \quad A = C (B) \text{ e } B = D (A)$$

nas quais B (A) é uma expressão que contém A; além disso, também permite excluir definições múltiplas [*mehrfache Definitionen*] de uma mesma expressão, posto que, se duas definições (nominais) agregam significados à mesma expressão, então, ou ambos os significados são idênticos – uma das duas definições será, portanto, supérflua –, ou são diferentes, e a segunda definição é incompatível com a primeira (cf. KUTSCHERA; BREITKOPF 1974: 145-146).

De acordo com outro preceito da teoria de G. Frege, para que o significado do *definiens* possa ser atribuído ao *definiendum* – em outras palavras, para que seja possível estabelecer uma “equação lógica” –, é necessário que ambos possuam a mesma categoria sintática – ou seja, deve-se cumprir o princípio de isomorfismo de categoria morfológica. Além disso, não deve ocorrer no *definiens* nenhuma variável que não ocorra igualmente no *definiendum*. Assim, uma definição como:

$$(8) \quad F(x, y) = G(x, y, z)$$

leva a uma contradição, na medida em que dela é possível derivar-se:

$$(9) \quad \begin{aligned} F(a, b) &\equiv G(a, b, c), \text{ e, por outro lado,} \\ F(a, b) &\equiv G(a, b, d), \text{ conclui-se que:} \\ G(a, b, c) &\equiv G(a, b, d) \end{aligned}$$

¹¹⁷ [daß es für die Definitionen in einer Sprache S einen Reihenfolge geben muß, so daß das Definiens jeder Definition nur solche definierten Ausdrücke enthält, die Definiendum einer früheren Definition in S sind]

Como o esquema demonstra, se a equivalência não é válida, então existe uma contradição (cf. KUTSCHERA; BREITKOPF 1974: 146)¹¹⁸.

2.1.3 As definições de *definição*: reflexos dos postulados da teoria tradicional da definição

A influência do modelo clássico de definição é evidente no âmbito da (meta)lexicografia – razão pela qual nos detivemos na análise de seus principais aspectos. Os reflexos da teoria tradicional na pesquisa (meta)lexicográfica acerca da definição, sem embargo, serão tratados com mais detalhes em 2.2. Aqui, à guisa de conclusão desta primeira parte do capítulo, restringimo-nos à análise das definições de *definição* extraídas de dicionários de linguística e lexicografia, com vistas a verificar o alcance dos postulados da “teoria tradicional da definição” na concepção atual de *definição*.

Referências	Definições de <i>definição</i>
Greimas; Courtés (1979: s.v. <i>définition</i>)	Identificação com a paráfrase; operação metalinguística (ou seu resultado) que pode realizar-se em dois sentidos: do termo à sua definição (<i>expansão</i>), ou de um sintagma (ou unidade textual) à sua denominação (<i>condensação</i>).
Knobloch (1986: s.v. <i>Definition</i>)	Delimitação de um conceito.
Cardona (1988: s.v. <i>definizione</i>)	Operação consistente em delimitar e descrever o significado do <i>definiendum</i> (aquilo que deve ser definido) por meio de um equivalente denominado <i>definiens</i> (aquilo que define).
Lewandowski (1990: s.v. <i>Definition</i>)	Determinação do significado de expressões; explicação explícita do conteúdo e do valor de conceitos; explicação mais exata e completa possível do significado de um conceito com ajuda de outros conceitos; equação ou equivalência lógica, construída por meio do termo que deve ser definido (<i>definiendum</i>) e do termo definidor (<i>definiens</i>); uma espécie deve ser definida por meio de seu gênero e das suas propriedades.
Martínez de Souza (1995: s.v. <i>definición</i>)	Expressão do significado da unidade léxica que forma a entrada com a ajuda de palavras, locuções ou sintagmas conhecidos.
Alcaraz Varó; Martínez Linares (1997: s.v. <i>definición, definidor, definiendum</i>)	<i>Definir</i> (etimologicamente: <i>de</i> , com relação a, <i>y finis</i> , limites) consiste em limitar o significado de um objeto, um fato, uma ideia, etc.; <i>definição</i> é uma espécie de “tradução interna” [<i>traducción interna</i>], baseada na função metalinguística da linguagem; a definição tradicional consiste em uma equação lógica, na qual o <i>definiendum</i> (a coisa que será definida) equivale ao <i>definiens</i> (definidor), que consta do <i>genus</i> ou classe, mais a <i>differentiae</i> , ou conjunto de traços diferenciais; denomina-se <i>espécie</i> ao gênero mais a diferença; o <i>definiens</i> (definidor) é um enunciado no qual se determinam as características que são aplicáveis a todos os membros da classe.

¹¹⁸ Para uma apresentação e discussão sucinta dos principais tópicos da teoria da definição desenvolvida a partir de G. Frege, cf. tb. Kutschera (1967: 364-378).

Hartmann; James (2001: s.v. <i>definition</i>)	Parte componente da microestrutura de uma obra de referência que dá uma explicação do significado de uma palavra, sintagma ou termo; a fórmula tradicional ('analítica', 'clássica', 'formal' ou 'lógica') da definição 'X é um membro da classe Y, que se distingue de outros membros por meio do(s) traço(s) N' funciona bem para os substantivos, que constituem itens nucleares do vocabulário em domínios léxicos restritos, sendo menos apropriada para definir verbos e adjetivos, ou conceitos mais especializados.
Dubois et al. (2007: s.v. <i>définition</i>)	Análise semântica da palavra-entrada; a paráfrase sinonímica recorre a termos genéricos, que são <i>definidores</i> : o termo <i>veículo</i> servirá às definições de <i>automóvel</i> , <i>cabriolé</i> , <i>carro</i> , etc.; os definidores são, frequentemente, os hiperônimos de grandes classes de palavras: <i>máquina</i> , <i>instrumento</i> , <i>aparelho</i> , <i>ferramenta</i> , <i>pessoa</i> , <i>animal</i> , etc., seguidos da relativa que especifica o termo genérico.
Bußmann (2008: s.v. <i>Definition</i>)	Fixação do conteúdo de uma expressão; uma definição científica é vista como uma equivalência, que associa a expressão conhecida que define (= <i>Definiens</i>) à expressão desconhecida, que deve ser definida (= <i>Definiendum</i>).
Glück (2010: s.v. <i>Definition</i>)	Fixação do significado de uma expressão; para Aristóteles e a escolástica medieval, uma definição compõe-se da indicação da característica da espécie (<i>genus proximum</i>) e dos traços diferenciadores essenciais (<i>differentia specifica</i>).
Malmkjær (2010: s.v. <i>Lexicography</i>)	Paráfrase formalizada; a definição de uma unidade lexicalmente relevante [<i>lexically relevant unit</i>] pressupõe a decomposição dessa unidade em seus componentes; esses componentes são reunidos novamente em outra unidade lexicalmente relevante, que é um conjunto léxico hierarquicamente ordenado, cujo conteúdo caracteriza o significado e a referência do <i>definiendum</i> , enquanto sua forma instancia o uso do <i>definiendum</i> .

Quadro 3: As definições de *definição* em dicionários de linguística e lexicografia

Mesmo havendo sido engendradas na esfera da linguística, ou, algumas vezes, de forma mais específica, da (meta)lexicografia, as definições de *definição* apresentadas no Quadro 3 retomam, em maior ou menor grau, com menção direta ou indireta – e, embora já, em alguns casos, incorporando traços do estruturalismo¹¹⁹ – os princípios da “teoria tradicional da definição”. Em suma, os aspectos retomados nas definições apresentadas *ad supra* – ainda que nem todas os reúnam integralmente – são os seguintes:

- a) o ponto de partida das definições apresentadas é – explícita ou implícitamente¹²⁰ – a etimologia; *definir* é, portanto, “pôr limites”;
- b) do ponto de vista do conteúdo, a *definição* é uma delimitação/determinação/fixação/identificação do significado de uma dada expressão linguística;
- c) do ponto de vista da forma, a *definição* é uma equivalência (lógica)/equação que se estabelece entre *definiendum* e *definiens*;

¹¹⁹ Isso fica evidente, por exemplo, em Malmkjær (2010: s.v. *Lexicography*). Há um consenso geral a respeito de que a lexicografia, tanto em seu viés prático como em seu viés teórico, está fundamentada nos princípios do estruturalismo.

¹²⁰ De fato, apenas Alcaraz Varó; Martínez Linares (1997: s.v. *definición, definidor, definiendum*) fazem uma menção direta ao étimo; contudo, e como o seguinte tópico demonstrará, a concepção fundamental de *definição* expressa em cada obra deixa implícito que se parte da etimologia.

- d) a definição classifica/categoriza o *definiendum* mediante o emprego de um termo genérico ou descritor (*genus proximum*), diferenciando-o dos demais membros pertencentes a sua classe por meio de traços específicos ou diferenciadores (*differentiae specifica*);
- e) a definição – como “ato de definir” – está baseada na função metalinguística da linguagem.

Os cinco aspectos isolados e descritos acima conformam, como veremos a seguir, a base a partir da qual se desenvolve a pesquisa sobre a “definição lexicográfica”.

2.2 A definição do ponto de vista (meta)lexicográfico

Nesta segunda parte do capítulo, discutir-se-á sobre a questão da definição a partir de uma perspectiva estritamente lexicográfica, desde a recepção do modelo clássico no seio da lexicografia – prática, em primeira instância, e teórica, posteriormente –, ao tratamento dos problemas que sua aplicação à redação das paráfrases nos dicionários semasiológicos envolve.

A metalexigrafia, entendida como “um complexo de atividades atinentes à reflexão sobre a prática lexicográfica”¹²¹ (cf. HARTMANN; JAMES 2001: s.v. *metalexigraphy*), encontra-se em seus primórdios, especialmente se comparada à prática lexicográfica, cujos primeiros registros – ainda que rudimentares – datam de milênios (cf. HOOFF 1994: 15-16; MARTÍNEZ DE SOUZA 2009: 239-240; DURÃO 2011: 12-19)¹²². A lexicografia, portanto, em seu viés prático, é mais antiga, inclusive, que a própria linguística moderna (cf. HAENSCH et al. 1982: 17-18). Assim, pois, após uma breve análise do desenvolvimento da lexicografia como prática e do posterior surgimento da metalexigrafia, a apresentação do panorama global do que aqui designamos genericamente como “definição lexicográfica” dividir-se-á em três partes:

¹²¹ [a complex of activities concerned with reflection on the practice of lexicography]

¹²² Hoof (1994) destaca que é possível encontrar já entre os sumérios, datando do ano 2600 a.C., os primeiros repertórios de palavras, que funcionavam parcialmente como dicionários monolíngues, e cuja finalidade era, por um lado, transmitir o conhecimento das “palavras e das coisas” às futuras gerações de escribas, e, por outro lado, preservar a própria língua suméria, ameaçada pelas invasões semíticas. Na China, por sua vez, onde a atividade lexicográfica era intensa já há muitos séculos, registra-se, ainda no século I d.C., a aparição de um dos primeiros dicionários etimológicos de que se tem notícia, o *Shuo wen chieh tzu*, que registra cerca de 9000 ideogramas. Aproximadamente nessa mesma época, verifica-se uma práxis lexicográfica incipiente também na Grécia e no Império Romano. Os gregos, diante da consciência da obsolescência da língua dos poetas antigos, pretendiam fixá-la por meio de léxicos. Dessa forma, surgem, durante o século II d.C., obras como o *Lexique* do gramático Diógenes, ou o *Onomasticon*, do gramático e retórico Júlio Pólux. Os romanos, por seu turno, consagraram numerosas obras lexicográficas à descrição de variedades diassistemicamente marcadas (por exemplo, à língua dos grandes escritores, a termos de história e geografia etc.). Além disso, data do século I d.C. a obra *De verborum significatione*, do gramático Marcus Verrius Flaccus – conhecida, sobretudo, pela sua abreviação, publicada sob o título de *De significatione verborum*, por Sextus Pompeius Festus, no século II d.C. –, uma espécie de dicionário útil para o conhecimento da língua latina, dos romanos antigos e da mitologia.

- a) uma revisão sucinta da bibliografia;
- b) uma síntese dos principais aspectos da “definição lexicográfica” tratados nos manuais de lexicografia
- c) uma delimitação dos problemas atinentes à aplicação da teoria à prática de redação das definições.

2.2.1 O transcurso da prática à teoria lexicográfica

Weinrich (1985: 251) sublinha que os mais antigos dicionários dos quais se tem notícia – que assumiam a forma de glossários, índices e concordâncias – serviam à compreensão de textos determinados, tendo em vista objetivos interpretativos específicos. E as necessidades particulares de cada época e de cada sociedade seguiram norteando o fazer lexicográfico ao longo dos séculos, de tal forma que o autor atribui “a verdade dos dicionários” [*die Wahrheit der Wörterbücher*] também a fatores históricos:

A verdade do dicionário é diferente nos séculos XVII e XVIII e nos séculos XIX e XX. Uma determinada congruência e correspondência entre o modo de fazer um dicionário e o que eu, sumariamente, quero denominar espírito da época é, seguramente, a condição prévia para que se possa falar, em absoluto, da verdade de um determinado dicionário ou de um tipo de dicionário.¹²³ (WEINRICH 1985: 257)

Assim, pois, Hoof (1994: 17), por exemplo, salienta que a Idade Média está marcada por uma situação paradoxal: de um lado, a defesa da supremacia do latim frente às línguas vulgares; de outro, a disseminação do cristianismo – cuja ideologia, aliás, impregna todo o discurso didático do período –, situação que gera a necessidade de emprego do *sermo vulgaris* para promover a aproximação da igreja com os fiéis. Dessa forma, paralelamente às obras monolíngues, que privilegiavam o latim – a exemplo da *Etymologiae* de São Isidoro de Sevilha, publicada no século VIII –, surgem vários gêneros de “obras lexicográficas” que visavam explicar o significado de palavras já desconhecidas de grande parte dos falantes, desde as glosas inseridas nos textos a glossários independentes¹²⁴. É nessa esteira, aliás, que

¹²³ [Die Wahrheit des Wörterbuches ist im 17. und 18. Jahrhundert eine andere als im 19. und 20. Jahrhundert. Eine bestimmte Kongruenz und Korrespondenz zwischen der Art und Weise, ein Wörterbuch zu machen, und dem, was ich summarisch den Geist der Zeiten nennen will, ist wohl die Voraussetzung dafür, daß überhaupt von der Wahrheit eines bestimmten Wörterbuches oder Wörterbuch-Typus die Rede sein kann.]

¹²⁴ Esparza Torres (2007: 236) ressalta que “a primeira forma de tarefa lexicográfica está relacionada com a atividade de inserir notas ou comentários em textos difíceis” [la primera forma de quehacer lexicográfico tiene que ver con la actividad de poner escolios o comentarios a los textos difíciles]. Essas notas denominam-se glosas, e surgem, possivelmente, a partir de meados do século X. As mais conhecidas são as *Glosas Emilianenses*, compostas no Monasterio de San Millán de la Cogolla, e as *Glosas Silenses*, compostas no Monasterio de Sillos. Entre o final do século X e o início do século XI, a recopilação das glosas dá origem às primeiras listas de vocábulos latinos acompanhados de seus equivalentes nas línguas vulgares. Entre os

começam a se desenvolver, entre o final da Idade Média e o início da Idade Moderna, os dicionários bilíngues latim-língua vulgar, entre os quais destacamos o *Vocabulario español-latino*, de Elio Antonio de Nebrija, publicado em 1492¹²⁵. Ao longo desse período, a compilação de obras bilíngues latim-língua vulgar servia, ainda, como forma de legitimação da língua vulgar (cf. BUGUEÑO MIRANDA 2000a).

Durante o Renascimento, a lexicografia toma um novo impulso. Entre as inúmeras razões para o fomento da práxis lexicográfica, pode-se mencionar (a) o interesse pela Antiguidade, mormente pelas línguas clássicas – latim e grego –, (b) o interesse pelos idiomas hebraico, aramaico e sírio, decorrente da agitação religiosa provocada pela Reforma Protestante, e (c) a afirmação – e oficialização – das línguas vulgares. Assim, pois, por um lado, é notável o aparecimento de obras monolíngues devotadas às línguas clássicas, a exemplo do *Magnum Dictionarium sive Thesaurus universae linguae graecae* (1523), do *Thesaurus graecae linguae* (1572), do *Vocabularius breviloquus* (1475) e do *Thesaurus linguae latinae* (1531). Por outro lado, começam a surgir também os primeiros dicionários de línguas vulgares. Destaca-se, entre essas obras, o *Tesoro de la lengua castellana o española*, de Sebastián de Covarrubias, publicado em 1611, e que é considerado o primeiro dicionário semasiológico. A esse dicionário, seguem, por exemplo, o *Dizionario della lingua toscana* – ou *Vocabulario degli Accademici della Crusca* – (1612) e o *Dictionnaire de l'Académie française* (1694) (cf. HOOFF 1994: 18-21). É com razão, pois, que Weinrich (1985: 251) considera o dicionário monolíngue – ou dicionário semasiológico, conforme a terminologia que adotamos aqui (cf. 1.2) – como uma criação do século XVII.

O século XVIII está marcado pelo Iluminismo, movimento cultural que promovia o pensamento racional contra os abusos da Igreja e do Estado, além da ideia do intercâmbio cultural e da disseminação do conhecimento. A divulgação das ideias iluministas, bem como das ciências e das novas técnicas, favoreceu o surgimento das enciclopédias, obras que sintetizavam o conhecimento da época. Entre as grandes enciclopédias do século XVIII, deve-se mencionar a *Cyclopaedia* (1728) de Chambers e a *Encyclopaedia britannica* (1768-1771) de Smellie, na Inglaterra, a *Encyclopédie* (1751-1772) de Denis Diderot e a *Encyclopédie*

glossários – considerados como repertórios lexicográficos marginais, em relação aos dicionários *stricto sensu*, por assim dizer –, destaca-se o *Vocablos difíciles del castellano*, ou, simplesmente, *Vocabulario castellano del s. XV* (cf. ESPARZA TORRES 2007: 237-238).

¹²⁵ Durão (2011: 21), a esse respeito, recorda que “o próprio uso das glosas foi reforçando a necessidade de se organizar o material léxico anexado nos manuscritos para que pudesse ser consultado com facilidade”. Assim, as glosas, inicialmente intercaladas nos textos, passaram a ser anexadas aos manuscritos, primeiramente sob a forma de listas ordenadas aleatoriamente, e, em um segundo momento, já ordenadas alfabeticamente. A autora conclui afirmando que “ao organizarem as glosas alfabeticamente, os monges copistas concluíram o processo de criação da lexicografia e do dicionário como os entendemos hoje” (DURÃO 2011: 21).

méthodique (1781-1832) de Charles-Joseph Pancoucke, na França, e, por fim, o *Universal-Lexikon* (1732-1754) de Zedler e o *Brockhaus-Lexikon* (1796), na Alemanha (cf. HOOF 1994: 21-22).

Não obstante o notável desenvolvimento das obras dicionarísticas, em especial, a partir da Idade Média, a lexicografia tardou muito até ser vista como uma disciplina própria. Porto Dapena (2002: 15-34), por exemplo, discorre detalhadamente sobre a relação – muitas vezes simbiótica – entre lexicografia e outras disciplinas linguísticas, como lexicologia, semântica e gramática. Nesse sentido, Pöll (2002: 121) ressalta: “Que a lexicografia não seja considerada como atividade científica por muitos, é, porém, uma consequência não (ou não somente) da distância entre ambas as disciplinas [*i.e.*, lexicografia e lexicologia], mas tem também uma continuidade histórica”¹²⁶.

Bugueño Miranda (2013: 16) destaca que é somente a partir do século XX que a lexicografia – tradicionalmente orientada “pela inércia de um fazer prático, e não pelo resultado de uma reflexão teórica” –, ao mesmo tempo em que começa a desvencilhar-se de outras disciplinas linguísticas, experimenta, também, um processo de “teorização”¹²⁷. Porto Dapena (2002) sintetiza o problema da seguinte maneira:

a lexicografia, na realidade, pode ser entendida, efetivamente, como arte ou técnica, isto é, como saber teórico-prático, direcionado à elaboração de dicionários [...]; mas também poder ser interpretada como saber verdadeiramente científico, e, nesse sentido, consiste ou, como a lexicologia, em um estudo especial do léxico, que não é senão aquele contido nos dicionários, ou no estudo dos próprios dicionários em suas diversas facetas.

Nessa esteira, alguns autores nos falam igualmente de dois tipos de lexicografia: a que eles chamam **lexicografia prática**, que viria a coincidir com a de tipo técnico, junto a outra de ordem **teórica**, que, algumas vezes, fazem coincidir, ao menos em parte, com a lexicologia, e, outras, com o estudo dos dicionários ou obras lexicográficas já elaboradas.¹²⁸ (20)

¹²⁶ [Dass die Lexikographie von vielen nicht als wissenschaftliche Beschäftigung angesehen wird, ist nun aber nicht (oder nicht nur) eine Folge der Entfremdung zwischen den beiden Disziplinen [*i.e.*, lexicografia e lexicologia], sondern hat auch historische Kontinuität]

¹²⁷ Hausmann (1989c), mesmo assumindo que estudos teóricos sobre questões de lexicografia – tanto sob a forma de monografias como sob a forma de artigos de periódicos científicos – são bastante raros antes do século XX, aponta a existência de textos relevantes do ponto de vista metalexigráfico ao longo de toda a história da lexicografia, em especial os seguintes: (a) os prefácios dos dicionários, (b) as críticas feitas aos dicionários e (c) os artigos relativos à entrada *dicionário* nas enciclopédias. Segundo o autor, esses textos possuem “uma grande importância para a história da reflexão metalexigráfica” (HAUSMANN 1989c: 216) [une grande importance pour l’histoire de la réflexion métalexigraphique].

¹²⁸ [la lexicografía en realidad puede entenderse, efectivamente, como arte o técnica, esto es, como saber teórico-práctico encaminado a la elaboración de diccionarios [...]; pero también puede interpretarse como verdadero saber científico, y en este sentido consiste o bien, como la lexicología, en un estudio especial del léxico, que no es otro que el contenido en los distintos diccionarios, o bien en el estudio de éstos mismos en sus diversas facetas.

En esta misma línea, algunos autores nos hablan asimismo de dos tipos de lexicografía: la que ellos llaman **lexicografía práctica**, que vendría a coincidir con la de tipo técnico, junto a otra de orden **teórico**, que unas

A tabela apresentada a seguir – traduzida e adaptada de Pöll (2002: 122)¹²⁹ – esquematiza as relações estabelecidas entre lexicologia, lexicografia e metalexicografia:

	Orientação científica	Orientação prática
Pesquisa de base	Lexicologia	Metalexicografia (Lexicografia “teórica”)
Realização empírica	—	Lexicografia (Lexicografia “prática”)

Quadro 4: Relação entre lexicologia, lexicografia e metalexicografia segundo Pöll (2002)

O processo de “teorização” em torno do fazer lexicográfico, sem embargo, ainda é bastante recente, uma vez que, segundo Pöll (2002), embora o mundo hispânico, por exemplo, tenha visto surgir, ainda na metade do século XX, uma obra que discutia os problemas e tarefas da lexicografia – trata-se de Casares (1992 [1950])¹³⁰ –, a “teoria lexicográfica” viria a constituir-se como uma nova disciplina somente a partir dos anos 1970, havendo sido denominada *metalexicografia* posteriormente, no decorrer dos anos 1980 (cf. WIEGAND 1998: 72)¹³¹.

Wiegand (1998: 73) subdivide a metalexicografia em três grandes áreas¹³²: “pesquisa acerca dos dicionários” [*Wörterbuchforschung*], “pesquisa acerca das enciclopédias” [*Lexikonforschung*] e “pesquisa acerca dos dicionários enciclopédicos” [*Allbuchforschung*]¹³³. Pöll (2002: 122) delimita, como tarefas da metalexicografia – que aqui, respeitando a

vezes hacen coincidir, al menos en parte, con la lexicología, y otras con el estudio de los diccionarios u obras lexicográficas ya elaboradas]. Os grifos estão no texto original.

¹²⁹ O esquema apresentado em Pöll (2002), por sua vez, foi adaptado de Geeraerts (1997) (GEERAERTS, D. Entfernung, Fortschritt und Unvollständigkeit. Das historische Verhältnis von Lexikologie und Lexikographie. In: KONERDING, K-P.; LEHR, A. (Hrsg.). *Linguistische Theorie und lexikographische Praxis*. Tübingen: Niemeyer, 1997. p.7-15).

¹³⁰ Citaremos, doravante, a edição correspondente ao ano 1992; sem embargo, ressaltamos que o ano original de publicação é 1950.

¹³¹ Wiegand (1998: 72) esclarece que o termo *metalexicografia* é uma tradução do francês *métalexigraphie*, que passou a ser empregada, a partir da metade dos anos 1980, como internacionalismo em várias línguas (cf., p.ex., inglês *metalexography*; alemão *Metalexigraphie*; espanhol *metalexicografía*; italiano *metalessicografia*).

¹³² A tripartição proposta tenciona, em boa medida, estabelecer uma distinção entre os termos alemães *Metalexigraphie* [metalexicografia] e *Wörterbuchforschung* [pesquisa acerca dos dicionários], que são, às vezes, empregados como sinônimos (cf., p.ex., ENGELBERG; LEMNITZER 2009: 3-4), ou, ainda, correspondem a conceitos distintos dos que define Wiegand (1998), de tal forma que a “metalexicografia” [*Metalexigraphie*] estaria incluída no âmbito da “pesquisa acerca dos dicionários” [*Wörterbuchforschung*], e não o contrário (cf., p.ex., HAUSMANN 1985: 368). Na presente ocasião, não pretendemos debater o mérito dessa proposta. Para uma discussão da questão, cf. Wiegand (1998: 72-76).

¹³³ Hausmann (1985: 370) define *Allbuch* – que aqui, na ausência de um equivalente melhor, e a exemplo do termo francês *dictionnaire encyclopedique* (cf. REY-DEBOVE 1971: 21), traduzimos por “dicionário enciclopédico” – como “a combinação de lexicografia linguística e enciclopédica em uma obra” [die Verbindung von Sprach- und Sachlexikographie in einem Werk] (a esse respeito, cf. tb. LARA 1989: 284-285; MARTÍNEZ DE SOUZA 1995: s.v. *diccionario enciclopédico*). Wiegand (1998: 54-57), contudo, ressalta que o termo *Allbuch* não é consensual entre os estudiosos, além de ser empregado raramente fora do âmbito especializado.

subdivisão de Wiegand (1998), restringimos à “pesquisa acerca dos dicionários” –, a definição de padrões científicos para a produção dicionarística e a elaboração de critérios para aperfeiçoamento das descrições lexicográficas.

Por fim, antes de dar por encerrada esta seção, é preciso acrescentar que, não obstante os esforços realizados ao longo dos últimos trinta anos no sentido de outorgar à “lexicografia teórica” um *status* de ciência, as opiniões a respeito dessa questão ainda divergem muito, indo desde a negação da existência de uma teoria lexicográfica à afirmação de sua total autonomia frente à linguística, passando, evidentemente, por posições mais moderadas, que conferem à lexicografia um *status* de ramo da linguística. Atkins; Rundell (2008: 4), por exemplo, declaram não acreditar na existência de uma lexicografia teórica – ainda que as quase 540 páginas do *The Oxford guide to practical lexicography* indiquem justamente a direção contrária. Atkins (2008: 31), entretanto, expressa uma posição mais moderada, ao interpretar lexicografia teórica, em sentido amplo, em termos de “um corpo de teoria relacionado à lexicografia” [*a body of theory related to lexicography*].

Meier (2006), por outro lado, confere à lexicografia – considerada somente como uma práxis – a condição de “instância da linguística aplicada” [*instance of applied linguistics*]. O autor, embora pontue que a lexicografia é “uma disciplina relativamente antiga” [*a comparatively old discipline*], defende que a prática dicionarística deve estar amparada em teorias linguísticas. Sob essa perspectiva, a lexicografia converte-se, portanto, em uma forma de “aplicação” da linguística.

Svensén (2009: 2-3), divergindo das demais posições, não somente crê na existência de uma “teoria lexicográfica”, como sustenta que a lexicografia, à qual corresponde um viés prático e um viés teórico, conforma uma disciplina independente da linguística – muito embora reconheça que a linguística fornece a fundamentação teórica para a lexicografia, ao mesmo tempo em que a lexicografia e seus produtos têm feito contribuições importantes à pesquisa linguística. A “teoria geral da lexicografia” [*general theory of lexicography*] de H. E. Wiegand (cf., p.ex., WIEGAND 1977; 1989d; 1998) endossa essa opinião, na medida em que se fundamenta, justamente, nos seguintes postulados: (a) a lexicografia constitui uma disciplina científica autônoma – e não uma subdisciplina da linguística –, e (b) os dicionários são produtos utilitários destinados a satisfazer determinadas necessidades dos usuários (cf. BERGENHOLZ; TARP 2003: 172). Esses dois postulados são também, pelo menos em princípio, as bases da chamada “teoria moderna das funções lexicográficas” [*modern theory of lexicographic functions*] de H. Bergenholz e S. Tarp. Entretanto, a “moderna teoria das funções lexicográficas” desenvolve-se a partir de uma crítica à “teoria geral da lexicografia”:

ainda que H. E. Wiegand considere a lexicografia como uma disciplina autônoma, sua teoria geral é uma teoria linguística, que enfoca a lexicografia do ponto de vista da linguística, de tal forma que não seria completamente coerente com o primeiro de seus princípios fundamentais. A teoria de H. Bergenholz e S. Tarp diferiria, portanto, da teoria geral de H. E. Wiegand, na medida em que pretende levar os dois postulados às últimas consequências (cf. BERGENHOLZ; TARP 2003).

2.2.2 Princípios metalexigráficos que regem a redação das definições¹³⁴

À margem da discussão acerca do *status* da lexicografia – disciplina autônoma ou ramo da linguística –, é evidente a relação estabelecida entre (meta)lexicografia e linguística – como recorda Svensén (2009). Nesse sentido, Hartmann (1983) advertia que

A disciplina que contribuiu mais do que qualquer outra para nossa compreensão de como as palavras são usadas na comunicação é a linguística. Muito da literatura recente sobre lexicografia relaciona-se ela própria, consciente e explicitamente, a teorias linguísticas em geral, e a teorias de semântica lexical em particular.¹³⁵ (4)

A linguística estrutural¹³⁶ é, seguramente, a escola linguística cujos aportes são mais visíveis tanto na prática como na teoria lexicográfica. No que concerne à práxis lexicográfica, Ibarretxe-Antuñano (2010), por exemplo, ressalta que algumas características típicas dos dicionários semasiológicos – como a segmentação da microestrutura em comentário de forma e comentário semântico (cf. 1.2.2.2.2) ou a disposição das acepções em forma linear no verbete (cf. 3.2.3.3.2) – são resultado direto da influência de teorias semânticas estruturalistas. A reflexão sobre o fazer lexicográfico, que, por seu turno, começa a tomar fôlego a partir do século XX, também encontra suas bases na linguística estrutural, como é possível notar já em Casares (1992)¹³⁷. A lexicografia, por um lado, apodera-se de conceitos importantes, como

¹³⁴ A partir desta seção, fazemos notar a distinção estabelecida no emprego das expressões *metalexigrafia* [ou *metalexigráfico(a)*] e *(meta)lexicografia* [ou *(meta)lexigráfico(a)*]. No primeiro caso, referimo-nos especificamente à teoria lexicográfica; no segundo caso, referimo-nos à lexicografia tanto em seu viés prático como em seu viés teórico. A expressão *(meta)lexicografia*, portanto, equivale a “lexicografia e metalexigrafia”.

¹³⁵ [The discipline that has contributed more than any other to our understanding of how words are used in communication is linguistics. Much of the recent literature in lexicography has consciously and explicitly related itself to linguistic theories in general and to theories of lexical semantics in particular]

¹³⁶ O estruturalismo, como corrente linguística, desenvolveu-se ao longo do século XX (cf. MATTHEWS 2001: 48-51; GEERAERTS 2010: 47-97). A teoria lexicográfica – ou a teorização “consciente” sobre a prática lexicográfica – desenvolveu-se, portanto, paralelamente ao estruturalismo; resulta, pois, natural a relação estreita estabelecida entre (meta)lexicografia e linguística estrutural, principalmente se admitimos que, sendo o objeto da lexicografia justamente a língua, essa disciplina não pode prescindir de uma teoria linguística.

¹³⁷ A influência do estruturalismo também transparece, como veremos a seguir, nos manuais de lexicografia subsequentes, como Zgusta (1971), Rey-Debove (1971), Dubois-Dubois (1971) e Haensch et al. (1982), bem como em outras obras que tratam de problemas de lexicografia, como Rey (1977) e Seco (2003). Essa tendência,

palavra, enunciado, comunidade linguística, classe gramatical ou mudança linguística (cf. HARTMANN 1983: 4), bem como de algumas distinções fundamentais estabelecidas nos domínios da semântica estrutural, como entre semasiologia e onomasiologia, ou homonímia e polissemia (cf. REY 1977: 14-53), com o intuito de conferir um maior rigor formal a algumas de suas decisões metodológicas. Por outro lado, favorece-se dos desenvolvimentos da semântica estrutural, a fim de reforçar distinções já firmadas em momentos anteriores da história, como entre dicionário de língua e dicionário enciclopédico, que remonta à Idade Média (cf. tb. LARA 1989).

As questões introduzidas no parágrafo anterior serão retomadas oportunamente nas próximas subseções. Antes disso, porém, fazemos notar os resultados progressivos de uma reflexão teórica na prática lexicográfica. Para tanto, propomos uma breve análise dos verbetes relativos a *estrella* em cinco dicionários de língua espanhola:

Cobarruvias (1984 [1611])	ESTRELLA. En esta dicción interpuso nuestra lengua castellana la R, como haze en otras muchas, con que se muestra áspera y fuerte; porque en latín se dize <i>stella, ab stando, quod stare stellae videantur, vel quia stant in caelo tanquam nodi in tabula inter se semper aequae distantes</i> . Estrellas fixas llamamos las del firmamento, y se mueven en él por su movimiento y guardan entre sí la distancia de lugares do están fixas; a diferencia de los físicos y astrólogos, <i>est pars densior sui orbis</i> . Son las estrellas de diversas magnitudes: primera, segunda, tercera, etc. magnitud, lo que influyen en los cuerpos inferiores y el dominio que tienen sobre ellos. Los astrólogos judicarios lo dirán. Cielo estrellado, quando por la serenidad del aire se echan de ver las estrellas de noche, las cuales se esconden con el tiempo nubloso. Estrellar a uno a la pared, es bravata, dando a entender que le quebrantará en ella con el golpe, de manera que de todas partes queden los rayos de la sangre y formen una estrella centelleando, como las pintan con rayos. Y por esta mesma similitud dezimos huevos estrellados a los que se fríen en la sartén, o con azeyte o con manteca, porque con el calor del fuego echan a una parte y a otra algunas puntas formadas de la clara.
Autoridades (1979 [1732])	ESTRELLA. f. f. Cuerpo celeste, esférico y denso, que luce y resplandece con luz propia ò ajéna. Es del Latino <i>Stella</i> . Lat. <i>Astrum</i> . CERV. QUIX. tom.2.cap.18. Ha de ser Astrólogo, para conocer por las <i>estrellas</i> quantas horas son palladas de la noche. BURG. SON. 99. <i>No digo yo que fuerzan las estrellas, Que inclinan digo; pero tu no quieres Por tu elección, ni porque inclinan ellas.</i>

aliás, ainda é notada na atualidade (cf., p.ex., PORTO DAPENA 2002; MARTÍNEZ DE SOUZA 2009), embora exista uma corrente no seio da lexicografia que alerta para os limites da semântica estrutural no tratamento de determinadas questões – por exemplo, a disposição das acepções no interior do verbe e a própria formulação das definições –, e aponta caminhos alternativos para a sua resolução, considerando os aportes da semântica cognitiva (cf., p.ex., GEERAERTS 1990; 2001; 2003; 2007; IBARRATXE-ANTUÑANO 2010; OLIVEIRA; BUGUEÑO MIRANDA; SIQUEIRA 2013), ou de suportes computacionais (cf., p.ex., STOCK 1988; FILLMORE; ATKINS 1994; KILGARRIFF 1997; 2007; SINCLAIR 2004; HANKS 2008; ATKINS; RUNDELL 2008).

Terreros y Pando (1987 [1787])	ESTRELLA, globo, y cuerpo luminoso, que brilla de noche en el Cielo. Fr. <i>Etoile</i> . Lat. é It. <i>Stella</i> . A los Planetas se les dá el nombre de estrellas errantes, y á las demás el de fijas; porque aunque tienen fuera del movimiento diario de Oriente á Poniente otro muy tardo de Poniente á Oriente, con que en cerca de 72 años andan solo un grado, conservan siempre igual distancia entre sí. La distancia de nosotros á las estrellas es afumbrada, de modo, que para verlas es preciso que sean unos cuerpos lucidísimos; y así, según muchos, son otros tantos soles. Las hay desde primera hasta sexta magnitud, y nebulosas. <i>Esp. t. 8.</i>
DRAE (1970)	estrella. (de lat. <i>stella</i> .) f. Cada uno de los innumerables cuerpos que brillan en la bóveda celeste, a excepción del Sol y la Luna. 2. Especie de lienzo. 3. En el torno de la seda, cualquiera rueda, grande o pequeña, cuya figura es de rayos o puntas, y que sirve para hacer andar a otra o para ser movida por otra. [...]
DRAEe (2001)	estrella. (Del lat. <i>stella</i> .) f. Cada uno de los cuerpos celestes que brillan en la noche, excepto la Luna. 2. Objeto en forma de estrella , ya con rayos que parten de un centro común, ya con un círculo rodeado de puntas. [...]

Quadro 5: Contraste da estrutura do verbete *estrella* em cinco dicionários de espanhol

Pode-se dizer que Covarrubias (1984 [1611]) é o responsável por estabelecer as bases de composição dos verbetes de dicionários semasiológicos, tal como os conhecemos hoje, na medida em que essa obra:

- a) apresenta informações etimológicas – tanto sob a forma de “comentários etimológicos” como sob a forma de abonações –, em conformidade com a doutrina linguística dos séculos XVI e XVII, segundo a qual a legitimação de uma base românica se dava mediante sua possibilidade de documentação em latim, grego ou hebraico;
- b) apresenta informações ortográficas e fonológicas¹³⁸;
- c) apresenta unidades fraseológicas – embora não as indique sob a entrada que lhes corresponderia, e misture diferentes tipos de informações, como colocação (*cielo estrellado*) e *idioms* (*estrellar a uno a la pared e huevos estrellados*).

Deve-se chamar a atenção, pois, para o “*insight* criativo” do autor do dicionário – que, aliás, como ressalta Bugueño Miranda (2013), também caracteriza a redação de dicionários “modernos”, como Casares (2007) e DUEe (2001), no âmbito da lexicografia de língua espanhola, e DUPB (2002), no âmbito da lexicografia de língua portuguesa, cada uma das obras única em seu gênero. Entretanto, apesar da evidente contribuição para a fixação, por assim dizer, de uma estrutura do verbete, não se pode deixar de notar a falta de

¹³⁸ Esse tipo de informação é pertinente ao “comentário de forma”. Em Covarrubias (1984 [1611]: s.v. *estrella*), a indicação fornecida é de tipo grafo-fonológico, que, aliás, em certa medida, se confunde com a informação de tipo etimológico: “En esta dicción interpuso nuestra lengua castellana la R, como haze en otras muchas, con que se muestra áspera y fuerte”. Sem embargo, também é possível encontrar, em outros verbetes, informações, por exemplo, puramente ortográficas, como em Covarrubias (1984 [1611]: s.v. *assechar*) “*Vel azechar*”.

sistematicidade no que concerne à apresentação das informações. Por um lado, não se verifica uma separação rigorosamente formalizada dos diferentes tipos de informação oferecidos no interior do verbete. Por outro lado, a comparação de diferentes verbetes entre si evidencia a ausência de uma ordenação pré-estabelecida para a apresentação das informações.

Um exame superficial dos verbetes transcritos no Quadro 4 basta para comprovar a enorme disparidade, tanto em nível formal como de conteúdo¹³⁹, entre os dicionários redigidos ao longo dos séculos XVII e XVIII e os dicionários acadêmicos do século XX e início do século XXI. Em relação ao nível formal, destacam-se os seguintes aspectos:

1. A normalização do discurso lexicográfico: O esforço de normalização orienta-se (a) pela percepção de que as informações apresentadas são de natureza distinta e (b) pela necessidade de economia de espaço no interior do verbete. A normalização do discurso lexicográfico é feita por meio do que Rey-Debove (1989: 309) denomina “metalinguagem lexicográfica” [*métalangue lexicographique*], que se caracteriza por um estilo mais ou menos elíptico, por uma ordenação constante dos tipos de informação e pelo emprego de um código tipográfico para destacar e distinguir os diferentes tipos de informação no verbete¹⁴⁰. Covarrubias (1984 [1611]), como tivemos ocasião de comentar *ad supra*, caracteriza-se pela ausência total de normalização do discurso lexicográfico. Todas as informações sobre o signo-
 lema são apresentadas em um bloco de texto único; entremesclam-se e, portanto, confundem-se no interior do verbete, por um lado, indicações pertinentes ao que a metalexigrafia – em especial, no âmbito germânico – atualmente denomina comentário de forma e comentário semântico, e, por outro lado, informações relativas ao conhecimento linguístico e ao conhecimento enciclopédico. Além disso, é evidente o “desperdício” de espaço na formulação de cada verbete, hoje inaceitável na elaboração de qualquer obra lexicográfica – tarefa que preza pela economia de espaço (cf., p.ex., LANDAU 2001: 121-122). Nos dicionários do século XVIII, quais sejam, Autoridades (1979 [1732]) e Terreros y Pando (1987 [1787]), já é possível notar um esforço no sentido de sistematização da apresentação das informações; em ambos os casos, as indicações “de forma” e “de conteúdo” já aparecem separadas. Por fim,

¹³⁹ Com a distinção entre “nível formal” e “nível de conteúdo”, não nos remetemos à distinção entre “comentário de forma” e “comentário semântico” estabelecida em 1.2.2.2.2 (cf. tb. WIEGAND 1989b). Com “nível formal”, referimo-nos unicamente ao modo como as informações são apresentadas; com “nível de conteúdo”, por sua vez, referimo-nos aos tipos de informação apresentadas – tanto as indicações referentes ao comentário de forma, como as informações referentes ao comentário semântico.

¹⁴⁰ Também no que diz respeito à normalização do discurso lexicográfico, é possível notar a influência da linguística estrutural. Porto Dapena (2000), por exemplo, adverte que se começa a falar de *metalinguagem* [*metalenguaje*], *metalingua* [*metalengua*], *uso metalinguístico* [*uso metalinguístico*] e *metadiscorso* [*metadiscuro*], a partir da definição das funções discursivas – mormente o reconhecimento da função metalinguística – em Jakobson (1981).

nos dicionários acadêmicos de 1970 e 2001, por sua vez, faz-se notar a influência de uma teorização mínima¹⁴¹, pelo menos no que diz respeito à normalização do discurso lexicográfico¹⁴²;

2. A apresentação das diferentes acepções de uma palavra: Em Covarrubias (1984 [1611]), nota-se uma preferência por apresentar todas as informações pertinentes a uma determinada forma sob uma única entrada – que, em alguns casos, também comporta informações sobre unidades léxicas da mesma família do signo-lemma, como s.v. *estrella* –, além do que, os verbetes costumam ser monossêmicos. Autoridades (1979 [1732]) e Terreros y Panda (1987 [1787]), por seu turno, compartilham a peculiaridade de apresentar, em todos os casos, uma “solução homonímica”¹⁴³. Isso se explica não (ou não somente) pela ausência de uma teorização acerca do fazer lexicográfico, mas, principalmente, nesse caso específico, pela ausência de uma teoria linguística – então ainda inexistente – capaz de orientar e respaldar a decisão entre uma “solução polissêmica” ou uma “solução homonímica” para a disposição do material léxico no dicionário¹⁴⁴ – problema que, seguramente, as edições do dicionário acadêmico citadas não enfrentam.

Em nível de conteúdo, os aspectos que merecem destaque são os seguintes:

¹⁴¹ Deve-se, no entanto, recordar que os dicionários acadêmicos sempre foram alvo de críticas (cf., p.ex., RODRÍGUEZ MARÍN 2003: 206-208; PRADO ARAGONÉS 2006; ARMANI 2012).

¹⁴² Dubois; Dubois (1971: 7-17) assinalam que o dicionário como objeto pode ser observado a partir de diversos pontos de vista. Destacamos, aqui, as visões de dicionário como um texto e como uma prática. No primeiro caso, o dicionário é visto como uma estrutura textual articulada em torno de parâmetros (cf. DUBOIS; DUBOIS 1971: 8-9; HAUSMANN; WIEGAND 1989; HARTMANN 2001: 62-68; HARTMANN; JAMES 2001: s.v. *dictionaries as discourse*). No segundo caso, o dicionário é visto como um produto manufaturado, determinado pelas necessidades do público ao qual se dirige, por normas específicas de fabricação, pelas condições de comercialização e pela relação custo-benefício do projeto. A normalização do discurso lexicográfico está, em certa medida, relacionada a determinados aspectos editoriais, tais como o formato do livro (o número de páginas *versus* as dimensões largura, altura e espessura), o tipo e o tamanho da fonte utilizada, o número de colunas e o uso de negrito ou mesmo de cores para destacar a palavra-entrada (cf. MARTÍNEZ DE SOUZA 1995: s.v. *diccionario*). Bray (1989) destaca que esses aspectos, entre outros, são fatores decisivos para determinar a consultabilidade [*consultabilité*] e a legibilidade [*lisibilité*] do dicionário. Dito em outras palavras, o cuidado com a apresentação formal ou (tipo)gráfica do conteúdo do dicionário é tão importante quanto a própria seleção e organização desse conteúdo, dado que os aspectos formais podem tanto facilitar como dificultar o acesso à informação. A respeito dessas questões, cf. tb. Farias (2009a: 60-66).

¹⁴³ Em Autoridades (1979 [1732]) é possível encontrar cinco entradas distintas encabeçadas pela forma *estrella*, além de verbetes independentes para os fraseologismos *estrellas errantes* o *erráticas*, *estrellas fixas*, *estrellas nuevas*, *estrella polar* e *estrellas vagas*. De modo similar, em Terreros y Panda (1987 [1787]), verifica-se a existência de nada menos que dez entradas distintas para a forma *estrella*, além de verbetes independentes para *estrellas* “planetas”, e para os fraseologismos *estrella de Diana*, *estrella polar*, *Orden de la Estrella*, *estrella-marina*, *estrella volante*, *hacer vér las estrellas* e *contar las estrellas*. Deve-se fazer notar que, no caso deste último dicionário, há uma interrupção da ordenação alfabética das entradas.

¹⁴⁴ Sobre a diferença entre “solução polissêmica” e “solução homonímica” para a ordenação dos materiais nos dicionários semasiológicos, cf. 1.2.2.1. Sobre os fenômenos de polissemia e homonímia considerados do ponto de vista linguístico, cf. Palmer (2001: 100-108) e Casas; Muñoz (1992). Sobre as consequências da distinção entre polissemia e homonímia no fazer lexicográfico, cf. Dubois; Dubois (1971: 66-83), Haensch et al. (1982: 297-314), Cifuentes (1992) e Landau (2001: 100-101).

1. O estilo do discurso lexicográfico: Casares (1992: 145) destaca a importância da “impassibilidade e neutralidade do lexicógrafo” [*impassibilidad y neutralidad del lexicógrafo*], advertindo, por um lado, que se “deve excluir [...] não somente as distorções tendenciosas, mas também todos os tipos de acréscimos pessoais”¹⁴⁵, e, por outro lado, que é “necessário cuidar para que as definições sejam verdadeiras em qualquer latitude em que se consultem”¹⁴⁶, de forma que “para os leitores da Península, podia se falar, de maneira despreocupada e com exatidão, de ‘nosso’ rei, ‘nossa’ pátria, ‘nossos’ costumes etc. Hoje, esse ‘nosso’ deve ser manejado com cautela, para que não se torne falso, ao transpor-se as fronteiras geográficas”¹⁴⁷. Além disso, o autor ainda preconiza o emprego de “uma linguagem direta, lógica e incolor, nem arcaizante, nem modernizadora, própria e correta, sem afetação de purismo [...] e mais atenta à claridade e à exatidão, que ao primor e elegância da frase”¹⁴⁸ (CASARES 1992: 154). Tais observações, que parecem ingênuas em um primeiro momento – e que poderiam ser consideradas até mesmo supérfluas nos manuais de lexicografia atuais – cobram sentido, se as aplicamos à análise de Covarrubias (1984 [1611]), Autoridades (1979 [1732]) e Terreros y Panda (1987 [1787]). Nos três casos, são facilmente perceptíveis os traços estilísticos pessoais dos autores. É evidente a diferença entre o estilo empregado nessas obras e o estilo dos dicionários acadêmicos mencionados – ainda que estes últimos não estejam, de fato, completamente isentos de problemas estilísticos ou, mesmo, de imprecisões científicas, como em DRAE (1970: s.v. *estrella*), onde se afirma que o Sol não é uma estrela¹⁴⁹ –;

2. A separação entre “conhecimento linguístico” e “conhecimento enciclopédico”: Uma das questões (meta)lexicográficas nucleares é a distinção entre “conhecimento linguístico” e “conhecimento enciclopédico”. A separação entre “língua” e “realidade extralinguística” no âmbito (meta)lexicográfico é, aliás, um dos reflexos da influência da

¹⁴⁵ [debe excluir [...] no sólo las tergiversaciones tendenciosas, sino también toda clase de aditamentos personales]

¹⁴⁶ [necesario cuidar de que las definiciones sean verdaderas en cualquier latitud que se consulten]

¹⁴⁷ [para los lectores de la Península, podía hablarse con toda despreocupación y exactitud de “nuestro” rey, “nuestra” patria, “nuestras” costumbres, etc. Hoy ese “nuestro” se ha de manejar con cautela para que no resulte falso al trasponer las fronteras geográficas]

¹⁴⁸ [un lenguaje directo, lógico e incoloro, ni arcaizante ni modernista, propio y correcto sin afectación de purismo, [...] y más atento a la claridad y a la exactitud que al primor y elegancia de la frase]

¹⁴⁹ Gabriel García Márquez, em sua crônica “La vaina de los diccionarios”, publicada na edição impressa do jornal *El país* em 19 de maio de 1982, faz uma crítica bem humorada – mas que, em certa medida, reflete a percepção dos usuários acerca das obras lexicográficas –, aos dicionários de língua espanhola, mormente o dicionário acadêmico, destacando uma série de problemas estilísticos, imprecisões científicas/culturais, ou, ainda, casos de precisão excessiva, que levam à apresentação de definições que beiram o ridículo, como *perro* “Mamífero doméstico de la familia de los cánidos, de tamaño, forma y pelaje muy diversos, según las razas, pero siempre con la cola de menor longitud que las patas posteriores, una de las cuales levanta el macho para orinar” [não se menciona a edição do dicionário acadêmico da qual foi extraída a definição citada]. A esse respeito, cf. tb. Martínez de Souza (1995: s.v. *definición lingüística*).

linguística estrutural. Lara (1989: 282), por exemplo, destaca que “[O] desenvolvimento da semântica estrutural teve como consequência o reforço da distinção entre dicionário de língua e enciclopédico”¹⁵⁰. Ainda que, efetivamente, a distinção entre “língua” e “realidade extralinguística” remonte à Idade Média, deve-se à semântica estrutural o surgimento do conceito “dicionário de língua” (cf. LARA 1989: 282). Não deve surpreender, pois, que Covarrubias (1984 [1611]) apresente uma quantidade excessiva de informações de caráter extralinguístico no verbete, sem preocupar-se, ao menos, em separá-la da informação linguística. Aliás, a análise do verbete *estrella* revela a ausência de uma definição propriamente dita do signo-lemma, limitando-se, o autor, a fornecer tão somente informações enciclopédicas. Terreros y Panda (1987 [1787]), por outro lado, embora também ofereça uma grande quantidade de informações enciclopédicas, demonstra já uma preocupação em separá-las das informações linguísticas. É preciso, no entanto, esclarecer, de antemão, que essa questão é muito mais complexa do que esse breve comentário faz crer, uma vez que, mesmo as teorias semânticas atuais engendradas na esteira do estruturalismo tendem a reconhecer que uma separação radical entre “língua” e “realidade extralinguística” é, na prática, impossível.

2.2.2.1 *Percurso histórico da definição lexicográfica: a recepção dos postulados da lógica no seio da lexicografia*

Apresentamos, a seguir, uma síntese dos estudos acerca do problema da definição do ponto de vista da metalexigrafia. A seleção de autores que orientam a exposição respeita uma ordenação específica, que parte da recepção – e, concomitantemente, já de uma crítica precoce – das ideias da lógica no âmbito (meta)lexicográfico (cf. CASARES 1992; ZGUSTA 1971; REY-DEBOVE 1966), passando pela adequação dessas ideias a uma concepção estrutural da linguagem (cf. REY-DEBOVE 1971; HAENSCH et al. 1982), e finalizando com um balanço – aliás, bastante negativo – acerca da aplicação da análise componencial à redação das definições (cf. WIEGAND 1989e).

2.2.2.1.1 *J. Casares*

Casares (1992) – ao focar o problema da definição do ponto de vista estritamente taxonômico¹⁵¹ – inicia sua exposição evocando, justamente, a distinção entre definição real e

¹⁵⁰ [Le développement de la sémantique structurale a eu pour conséquence le renforcement de la distinction entre dictionnaire de langue et encyclopédie]

¹⁵¹ Casares (1992), antes de apresentar sua classificação dos diferentes tipos de definição, disserta extensamente sobre o estilo – ou, mais propriamente, os vícios de estilo – das definições (cf. 142-158). Isso se explica pelo fato

definição nominal¹⁵². Esta última é considerada “suficiente para o lexicógrafo” [*suficiente para el lexicógrafo*], além de “mais factível e menos arriscada” [*más hacedera y menos arriesgada*] (cf. CASARES 1992: 159). Com efeito, Rey (1977: 99), havendo elencado as “distinções clássicas” estabelecidas “entre definições de palavras e definições de coisas, entre definições explicativas, que delimitam um conceito, e construtivas, que criam o conceito, entre definições acidentais, que permitem somente reconhecer o definido, e definições ‘essenciais’”¹⁵³, assume que somente o primeiro termo de cada um dos pares concerne à prática lexicográfica, que, dessa forma, opõe-se à lógica formal e à filosofia, uma vez que, para estas duas disciplinas, “a verdadeira definição é, hoje, construtiva e essencial, o que permite a Kant escrever, em *Razão prática*, que somente a matemática tem definições, posto que apresenta conceitos que contêm *eine willkürliche Synthesis* [uma síntese arbitrária]”¹⁵⁴.

Malgrado o *status* da definição real no âmbito da lógica e da filosofia, Casares (1992) tece uma severa crítica à aplicação da fórmula clássica *genus proximum et differentiae specificae* à redação das definições. O autor salienta que, embora necessárias e realmente úteis em alguns casos, “[S]ua própria ânsia de perfeição as torna facilmente vulneráveis e, ademais, costumam deixar o consultante do dicionário na mesma incerteza em que se encontrava”¹⁵⁵ (CASARES 1992: 159). Em vista disso, Casares (1992) sugere a necessidade de recorrer a outros esquemas definidores. Propõe-se, assim, uma classificação das definições em quatro tipos:

- a) Definição genética: Consiste em explicar o definido como o efeito da ação que o engendra. Ex.: *pegada* “Vestígio que o pé deixa impresso no solo” (MiE 1999: s.v., ac.1).

de que, na primeira parte de sua obra, Casares (1992) atém-se à discussão das relações estabelecidas entre lexicografia e outras disciplinas, quais sejam, etimologia, semântica e estilística, situando, justamente, no âmbito desta última o estudo da definição. A etimologia, evidentemente, oferece suporte à apresentação dos étimos nos dicionários. À semântica, atrelam-se problemas relacionados ao conceito de acepção, à sua ordenação no interior do verbete e ao tratamento das unidades fraseológicas. Por fim, à estilística, além do problema da definição, corresponde o tratamento de alguns tipos de marcas de uso.

¹⁵² Porto Dapena (2002: 277-278), nesse sentido, recorda que a distinção entre os dois tipos básicos de definição – a definição linguística ou lexicográfica e a definição enciclopédica ou das coisas – remonta justamente à distinção estabelecida no âmbito da filosofia aristotélica (cf. tb. 2.1.1). Uma oposição radical entre definição lexicográfica e enciclopédica, sem embargo, como demonstraremos ao longo da exposição, já não se sustenta.

¹⁵³ [entre définitions de mots et définitions de choses, entre définitions explicatives, délimitant un concept, et constructives, créant le concept, entre définitions accidentelles, permettant seulement de reconnaître le défini, et définitions «essentielles»]

¹⁵⁴ [la véritable définition est toujours constructive et essentielle, ce qui permet à Kant d’écrire, dans la *Raison pratique*, que seule la mathématique a des définitions, parce qu’elle présente des concepts qui contiennent *eine willkürliche Synthesis*]. Os grifos estão no texto original. A esse respeito, cf. tb. Lara (2003: 99).

¹⁵⁵ [Su mismo afán de perfección las hace fácilmente vulnerables y, además, suelen dejar al consultor del diccionario en la misma incertidumbre en que se hallaba]

- b) Definição teleológica: Consiste em explicar o definido por meio do objetivo ao qual se destina. Ex.: *espantajo* “Figura de apariencia humana colocada en sembrados y huertas para espantar los pájaros” (GDLEe 2001: s.v., ac.1).
- c) Definição descritiva: Consiste na descrição da forma e de outras características sensíveis do definido. Ex.: *lucio* “Pez de agua dulce de cuerpo alargado y algo plano de color amarillento o verdoso, aletas dorsal y anal muy cerca de la cola, cabeza puntiaguda, hocico aplanado y boca grande con muchos dientes; es muy voraz y habita en lagos y ríos de Europa, Asia y América del Norte; su carne es comestible” (DUEAe 2003: s.v. *lucio*¹).
- d) Sinonímia: Consiste em apresentar um ou mais vocábulos sinônimos do definido. Ex.: *afã* “Cansaço, fadiga”, “Trabalho”, “Ânsia, sofreguidão”, “Cuidado, diligência”, “Empenho, esforço” (MiE 1999: s.v., ac.1, 2, 3, 4, 5).

Acerca da taxonomia apresentada, convém fazer duas observações. Em primeiro lugar, Casares (1992) reconhece que uma “definição por sinônimos” não é propriamente uma definição no sentido lógico, razão pela qual apresenta esse procedimento como um adendo à sua classificação anterior. O autor, contudo, mesmo atentando para os problemas que essa técnica pode acarretar – os círculos viciosos, por exemplo –, ressalta que ela é, em alguns casos, preferível às chamadas “definições abstratas” [*definiciones abstractas*]. Em segundo lugar, no que diz respeito à definição descritiva, Casares (1992) observa que é bastante comum a sua combinação com as outras duas técnicas nos dicionários: *mercurio* “Metal líquido, blanco y brillante, muy denso [parte descritiva], usado como dilatante en los termómetros [parte teleológica]” (GDLEe 2001: s.v.) e *vino* “Bebida alcohólica [parte descritiva] que se obtiene por fermentación del jugo de la uva [parte genética]” (DUEAe 2003: s.v.).

2.2.2.1.2 L. Zgusta

Zgusta (1971), distanciando-se já de Casares (1992), adota uma postura mais enfática ao opor a “definição lexicográfica” à “definição lógica”. A definição lexicográfica, seguramente, apresenta semelhanças com a definição lógica¹⁵⁶, mas também muitas diferenças; e essas diferenças são, segundo o autor, tão importantes, que ele afirma empregar

¹⁵⁶ Uma das semelhanças mais evidentes é, justamente, a forma da definição: em uma definição lexicográfica, o *genus proximum* corresponde ao hiperônimo, e as *differentiae specifica*, aos traços semânticos adicionais.

o termo *definição* unicamente por ser este tradicional no âmbito (meta)lexicográfico (cf. ZGUSTA 1971: 252, nota 86). Zgusta (1971) salienta que

a definição lógica deve identificar inequivocamente o objeto definido (o *definiendum*), de tal maneira que, por um lado, oponha o definido a tudo aquilo que se pode definir, e, por outro, caracterize-o positiva e inequivocamente como membro de uma classe mais fechada; a definição lexicográfica enumera somente os traços semânticos mais importantes da unidade léxica definida, que são suficientes para diferenciá-la de outras unidades.¹⁵⁷ (252-253)

Havendo delimitado o conceito de “definição lexicográfica”, por oposição ao de “definição lógica”, Zgusta (1971) passa a apresentar as regras que devem reger a formulação das definições lexicográficas¹⁵⁸, algumas das quais – não obstante as críticas das quais vêm sendo alvo ao longo dos anos – continuam sendo elencadas nos manuais de lexicografia como princípios de redação das definições (cf. 2.2.2.2):

- a) A definição lexicográfica deve conter somente palavras que são definidas no próprio dicionário.
- b) A definição lexicográfica não deve conter palavras da mesma família da palavra definida, muito menos a própria palavra definida.
- c) A definição lexicográfica não deve conter palavras mais difíceis de entender do que a palavra definida – sobretudo, palavras marcadas diassistemicamente.
- d) A definição lexicográfica deve tomar a forma de uma frase endocêntrica: deve-se manter o isomorfismo de categoria morfológica e a definição deve poder substituir a palavra definida sem que haja prejuízo de significado.

Não obstante a importância da delimitação do conceito de “definição lexicográfica” frente ao de “definição lógica”, as contribuições mais significativas de Zgusta (1971) para as discussões posteriores no âmbito (meta)lexicográfico, no entanto, são as seguintes:

- a) a reflexão sobre a necessidade de inserção de elementos enciclopédicos nas definições lexicográficas;
- b) o reconhecimento da limitação da fórmula definitória “hiperônimo + especificadores” em relação à definição de unidades léxicas sem “significado designativo”.

¹⁵⁷ [the logical definition must unequivocally identify the defined object (the *definiendum*) in such a way that it is both put in a definite contrast against everything else that is definable and positively and unequivocally characterized as a member of the closest class, the lexicographic definition enumerates only the most important semantic features of the defined lexical unit, which suffice to differentiate it from other units]

¹⁵⁸ Deve-se destacar que as regras apresentadas não foram estabelecidas por Zgusta (1971); o autor apenas reproduz e descreve regras anteriormente formuladas, algumas das quais já haviam sido, inclusive, alvo de críticas. Sobre a inviabilidade do cumprimento de todos os princípios que regem a redação das definições, cf., p.ex., Weinreich (1967) e Landau (2001: 124-138).

Em relação à primeira questão, Weinreich (1967: 32) afirma que uma definição deve ser suficientemente específica: deve-se evitar definições que careçam de especificidade (p.ex., *verst* “a Russian measure of length”), bem como definições superespecíficas (p.ex., *triangle* “a figure that has three sides and three angles, the sum of which is 180°”). Nesse sentido, Zgusta (1971) defende a ideia de que a indicação de “traços semânticos” [*semantic features*]¹⁵⁹ na definição está baseada sobre o que parece ser relevante para o usuário, e não sobre propriedades que podem ser percebidas somente por meio de um estudo científico. Dessa forma, em especial quando se trata de termos técnicos ou unidades léxicas que designam plantas e animais, não deve surpreender que “definições lexicográficas tendem a tornar-se enciclopédicas, ou, ao menos, conter alguns elementos enciclopédicos”¹⁶⁰ (ZGUSTA 1971: 255). Isso se deve à quase impossibilidade de redigir definições que sejam cientificamente corretas, descrevam o objeto corretamente, reflitam a noção genericamente aceita do objeto e sejam, ao mesmo tempo, inteligíveis (cf. ZGUSTA 1971: 254-255). Essa breve discussão introduz uma das questões centrais e mais controversas da (meta)lexicografia.

A segunda questão remete à distinção dos três componentes do significado lexical:

- a) a designação [*designation*], que corresponde à relação existente entre as palavras e o mundo extralinguístico¹⁶¹;
- b) a conotação [*connotation*], que diz respeito aos traços associados ao significado;
- c) o contexto de uso [*range of application*], que se refere à variedade de contextos nos quais a palavra pode ser usada (cf. ZGUSTA 1971: 27).

Zgusta (1971: 258) salienta que o modelo de definição apresentado, bem como as discussões realizadas a respeito, concernem tão somente ao “significado lexical das palavras designativas” [*lexical meaning of the designative words*]. O problema atinente ao significado de “palavras gramaticais” [*grammatical words*], no entanto, não é tratado.

¹⁵⁹ Embora Zgusta (1971) empregue a expressão “traço semântico”, ela não corresponde, nesse caso, a “sema”, posto que o autor refere-se, em seguida, justamente à possibilidade de emprego de elementos enciclopédicos na redação das definições.

¹⁶⁰ [lexicographic definitions tend to become encyclopedic, or at least to contain some encyclopedic elements]

¹⁶¹ Zgusta (1971) denomina “denotado” [*denotatum*] a classe de coisas à qual a palavra se relaciona, e “designado” [*designatum*], a noção do denotado, tal como é concebida pelos falantes da língua. O autor ainda alerta que “[S]eria, entretanto, absolutamente incorreto pensar que há uma relação direta entre a ‘palavra’ e a ‘coisa’; pelo contrário, uma das mais importantes questões em semântica é o fato de que a relação entre a palavra e o denotado não é direta: existe o designado entre a palavra (unidade léxica) e o denotado.” (ZGUSTA 1971: 28) [It would be, however, absolutely wrong to think that there is a direct relation between the “word” and the “thing”; on the contrary, one of the most important things in semantics is the fact that the relation between the word and the denotatum is not a direct one: there is the designatum between the word (lexical unit) and the denotatum].

2.2.2.1.3 J. Rey-Debove

Rey-Debove (1966) estipula que a “definição lexicográfica” constitui uma “equação sêmica” [*équation sémique*] entre *definiendum* e *definiens*¹⁶² – noção que remete, evidentemente, a Frege (1962). Rey-Debove (1966), no entanto, esforça-se por adequá-la aos princípios da semântica estrutural – mormente ao modelo da análise componencial do significado (cf. POTTIER 1977). O princípio da decomposição preconiza que o *definiendum*, ou signo a ser definido, relaciona-se a um conceito, que, por sua vez, pode ser decomposto em conceitos menos complexos, que, ao serem expressos por meio de outros signos, conformam o *definiens*. A primeira parte do processo é, portanto, semasiológica (signo D → conceito do signo D), enquanto a segunda parte do processo é onomasiológica (decomposição do conceito do signo D → expressão da decomposição do conceito do signo D). A definição é “boa” se a equação estabelecida entre *definiendum* e *definiens* está correta, ou seja, pode ser comprovada mediante a experiência do mundo.

Rey-Debove (1966) dedica-se à discussão de problemas atinentes à aplicação da análise componencial à redação das definições. A autora recorda que a definição tem uma forma que não é nem completamente livre, nem completamente determinada. Deve-se, portanto, considerar que (a) o semema pode ser analisado – ou, melhor dito, decomposto – somente por meio de palavras, e essa análise tem à disposição um número limitado de formas, e (b) a redação da definição – que constitui uma sentença da língua – pressupõe uma correção gramatical. A forma – que, nesse caso, corresponde ao tamanho da paráfrase – depende, por um lado, da maior ou menor dificuldade de se encontrar os signos adequados para expressar os conceitos que se deseja expressar, e, por outro lado, caso tais signos tenham sido encontrados, da necessidade de tornar a definição compreensível.

Rey-Debove (1966) apresenta ainda algumas questões pertinentes à escolha do arquilexema – conforme a terminologia de Pottier (1977) –, hiperônimo ou *genus proximum* para a formulação da definição – problema, aliás, que sempre esteve presente na discussão (meta)lexicográfica, e remonta aos postulados fundamentais da lógica (cf. WIEGAND 1989e: 546-552; 1999c: 247-250). A seleção do arquilexema, segundo a autora, é uma das principais dificuldades relacionadas à tarefa de definir, e isso se deve a três fatores: (a) a compreensão

¹⁶² Na esteira de Rey-Debove (1966; 1971), Dubois; Dubois (1971: 85) instanciam que a definição conforma “uma paráfrase [...] semanticamente equivalente” [*une paraphrase [...] sémantiquement équivalent*] à unidade léxica definida. O pressuposto para tal afirmação é, evidentemente, a possibilidade de se estabelecer uma “equação” entre *definiendum* e *definiens*, que os autores em questão preferem denominar “sinonímia lexicográfica” [*synonymie lexicographique*]. A “sinonímia lexicográfica” constitui uma relação estabelecida entre dois termos que possuem realizações de superfície distintas, porém uma mesma estrutura profunda (cf. DUBOIS; DUBOIS 1971: 85).

inexata dos conceitos, (b) a inexistência de uma expressão corrente para exprimir o conceito, e (c) o domínio de apenas alguns elementos do significado no emprego linguístico, e não do semema como um todo. Além disso, Rey-Debove (1966) menciona outros problemas recorrentes na escolha do *genus proximum*. Em primeiro lugar, a teoria lexicográfica preconiza que o lexema empregado como *genus proximum* deve ser mais frequente que o lexema definido. A autora, porém, questiona a viabilidade desse princípio. Além disso, a atenção a esse postulado leva à impossibilidade de emprego do “verdadeiro” *genus proximum* em muitas definições; algumas vezes, o arquilexema empregado corresponde a outro superordenado, posto que o lexema que seria o “verdadeiro” *genus proximum* não é uma palavra de uso corrente. Em segundo lugar, também é difícil encontrar o arquilexema quando o lexema que se quer definir não pertence a um sistema estruturado. Nessas situações, apela-se para a noção superordenada mais alta – por exemplo, “coisa”, “objeto” etc. –, a fim de se evitar o risco de erros.

Em Rey-Debove (1971), a discussão acerca da definição inicia com a retomada da distinção entre “definição de coisa” e “definição de palavra”, endossando o debate ao qual nos referimos anteriormente. Em seguida, Rey-Debove (1971: 191-221) apresenta uma caracterização geral da definição lexicográfica:

- a) A definição lexicográfica é natural: A definição, ao contrário das demais informações metalinguísticas apresentadas no verbete, é “familiar” [*familière*], na medida em que a operação de definir – evidentemente, não em termos (meta)lexicográficos – pode ser executada por qualquer indivíduo em situações cotidianas¹⁶³.
- b) A definição lexicográfica é sinonímica: O *definiens* deve poder substituir o *definiendum* em qualquer contexto, sem que haja alteração de significado.
- c) A definição não é uma análise componencial: A definição nem sempre apresenta-se como uma análise semântica “pura”.

A respeito das características apresentadas, deve-se fazer duas observações que ressaltam as contribuições da autora para a discussão (meta)lexicográfica. Em primeiro lugar, sobre a condição sinonímica da definição, Rey-Debove (1971: 202-213) traz à baila uma série de questões que inviabilizam a universalidade desse princípio. Destaca-se o fato de que o isomorfismo de categoria morfológica não pode ser aplicado – pelo menos na maior parte dos

¹⁶³ A qualidade de ser “natural” é o que possibilita a formulação das regras – semânticas e sintáticas – que regem o “definir corretamente”, e que conformam, até hoje, as bases para o estudo da definição. Para uma discussão dessas regras do ponto de vista da “naturalidade” da definição, cf. Rey-Debove (1971: 191-202).

casos – a signos sincategoremáticos¹⁶⁴. Em segundo lugar, não obstante sua reflexão lexicográfica esteja profunda e explicitamente amparada nos postulados da semântica estrutural, a autora já adianta problemas substanciais relativos ao fazer dicionarístico, como a impossibilidade de uma aplicação irrestrita da análise componencial à redação das definições:

A definição lexicográfica deve ser considerada, em primeiro lugar, como uma perífrase, isto é, como a produção de um enunciado sinonímico (no qual a sinonímia é verificável na comunicação), e, secundariamente, como uma análise do conteúdo. Ela utiliza, em suma, o conhecimento do mundo do compilador e sua competência linguística, preferencialmente sobre sua reflexão metalinguística. Isso é válido tanto para as definições de nomes como para as demais, já que a perífrase pertence ao paradigma do definido no enunciado em que ele é usado.¹⁶⁵ (REY-DEBOVE 1971: 214)

Por fim, mencionamos brevemente as contribuições da autora em relação à sistematização do discurso metalexiconográfico, mediante a distinção entre metalinguagem de signo [*métalanguage de signe*] e metalinguagem de conteúdo [*métalanguage de contenu*] (cf. REY-DEBOVE 1971: 43-52; 171-175). As informações pertinentes ao comentário de forma estão apresentadas em metalinguagem de signo, ao passo que a informação sobre o significado – a definição – está apresentada em metalinguagem de conteúdo. Essa distinção recobra importância na discussão sobre a definição lexicográfica, na medida em que há paráfrases – mormente de signos sincategoremáticos – que estão redigidas em metalinguagem de signo¹⁶⁶. Rey-Debove (1971: 247) assinala, por fim, que “[O] caráter fundamental da definição em metalinguagem de signo é de jamais ser substituível pelo definido em uso no discurso. Seu caráter secundário, frequente, mas não constante, é não ter a mesma função”¹⁶⁷.

2.2.2.1.4 G. Haensch et al.

Haensch et al. (1982), situando-se nos limites da semântica estrutural, discutem as razões pelas quais a análise semasiológica – ou componencial – formalizada não se reflete

¹⁶⁴ Signos categoremáticos possuem significado lexical e gramatical, ao passo que signos sincategoremáticos possuem apenas significado gramatical (cf., p.ex., LUTZEIER 1985: 21 e ss.).

¹⁶⁵ [La définition lexicographique doit être considérée d’abord comme une périphrase, c’est-à-dire comme la production d’un énoncé synonymique (dont la synonymie est vérifiable dans la communication) et secondairement comme une analyse du contenu. Elle utilise en somme la connaissance du monde du définisseur et sa compétence linguistique, avant sa réflexion métalinguistique. Ceci est vrai à la fois pour les définitions de noms et pour les autres, puisque la périphrase appartient au paradigme du défini dans l’énoncé où il est en usage]

¹⁶⁶ A distinção entre metalinguagem de signo e metalinguagem de conteúdo foi acolhida e está frequentemente presente na (meta)lexicografia hispânica (cf., p.ex., SECO 2003; PORTO DAPENA 2000; 2002: 228-265).

¹⁶⁷ [Le caractère fondamental de la définition en métalanguage de signe est de n’être jamais substituable au défini en usage dans le discours. Son caractère secondaire, fréquent mais non constant, est de ne pas avoir la même fonction]

diretamente nas definições dos dicionários¹⁶⁸. Em primeiro lugar, Haensch et al. (1982) tratam dos problemas atinentes à exposição direta dos resultados da análise componencial na redação das definições¹⁶⁹. Os autores recordam que “até agora, não se tentou formular definições lexicográficas nos dicionários em forma de enunciação de semas”¹⁷⁰ (HAENSCH et al. 1982: 272), mas que, por outro lado, se considera “normal e lógico que os resultados da análise semasiológica tenham de se transformar em tipos tradicionais de definição, que, no máximo de modo indireto, permitem obter conclusões sobre a composição do semema formado por semas”¹⁷¹ (HAENSCH et al. 1982: 272-273). Aponta-se duas razões para isso. A primeira razão, de ordem estritamente teórica, é a ausência de uma solução completamente satisfatória para determinados problemas do modelo teórico em questão:

- a) A (in)existência de um consenso sobre o próprio conceito de “sema” (Os semas seriam traços distintivos apenas em relação ao conteúdo referencial? É possível estabelecer um limite claro entre os componentes linguísticos e os conhecimentos sobre o denotado?).
- b) A (in)existência de um consenso sobre a representação formal de estruturas de sememas, ou, dito de outra forma, o emprego de “significantes metalinguísticos especiais” [*significantes metalingüísticos especiales*]¹⁷².

¹⁶⁸ A discussão à qual nos referimos é a parte nuclear do capítulo sobre a definição em Haensch et al. (1982). Preambularmente, faz-se uma série de considerações sobre a representação do significado nos verbetes dos dicionários, que ultrapassam os limites da definição propriamente tal. Trata-se, basicamente, da apresentação de indicações de restrição de uso no verbete – por meio de marcas de uso, símbolos, ou inserções nas paráfrases definidoras. Em seguida, passa-se ao tratamento do que se denomina “núcleo da definição lexicográfica” [*núcleo de la definición lexicográfica*], ou seja, a definição lexicográfica propriamente dita. Nesse âmbito, trata-se da metalinguagem da definição, das paráfrases definidoras que expressam uma análise semântica do signo-lema, das paráfrases sinonímicas e seus problemas e, por fim, da introdução de componentes enciclopédicos na definição. Haensch et al. (1982) seguem o capítulo abordando temas que, uma vez mais, extrapolam o âmbito estrito da formulação das definições, como a apresentação de equivalentes em dicionários bilíngues e a ordenação das acepções nos verbetes.

¹⁶⁹ Haensch et al. (1982) chamam a atenção para o fato de que, nos dicionários de língua, a análise do significado é dada a conhecer por meio de uma paráfrase, a partir da qual se pode inferir os semas que compõem o semema do lexema que se define. Para ilustrar a discussão, propomos um exemplo. Uma paráfrase como *hombre* “Persona adulta de sexo masculino” (DUEAe 2003: s.v., ac.2) permite reconhecer [ser humano], [adulto] e [masculino] como os semas que conformam o semema do lexema *hombre*.

¹⁷⁰ [hasta ahora no se ha intentado realizar definiciones lexicográficas en diccionarios en forma de enunciación de semas]

¹⁷¹ [normal y lógico el que los resultados del análisis semasiológico se hayan de transformar en tipos tradicionales de definición, los cuales, a lo sumo de modo indirecto, permiten obtener conclusiones sobre la composición del semema formado por semas]

¹⁷² O problema a que os autores se referem, nesse caso, é se a denominação dos semas por meio de lexemas da língua analisada não os identifica automaticamente com determinados sememas dessa língua (cf. HAENSCH et al. 1982: 273-274). Para ilustrar esse problema, voltamos ao exemplo apresentado em nota anterior. A decomposição do semema correspondente ao lexema *hombre* tem como resultado o seguinte conjunto de semas: {[ser humano], [adulto], [masculino]}. Cada um dos semas nos quais se decompõe o semema que corresponde ao lexema *hombre* é representado por outro lexema, ao qual também corresponde um semema, que, por sua vez, pode ser igualmente decomposto. Origina-se, dessa forma, uma espécie de círculo vicioso, para o qual, diante da ausência de uma linguagem formalizada para a representação da decomposição sememática, não haveria solução.

- c) A necessidade de compilação de um inventário de signos metalinguísticos de aceitação geral – a exemplo do Alfabeto Fonético Internacional – para a representação das estruturas semânticas.

A segunda razão, de ordem prática, é a viabilidade da execução de uma obra com definições que apresentem a análise componencial de forma explícita. Do ponto de vista do usuário, deve-se considerar, por um lado, a dificuldade de consulta a esse tipo de obra, que demandaria familiaridade com um sistema relativamente complexo de signos linguísticos, e, por outro lado, a falta de utilidade prática para um usuário carente de formação linguística. Uma obra dessa índole seria um instrumento de consulta adequado – e, provavelmente, muito valioso – apenas para um linguista. Do ponto de vista da prática lexicográfica, é preciso levar em conta que, para a realização da maioria dos trabalhos lexicográficos de relativa extensão, não se poderia dispor do tempo necessário, tampouco de colaboradores suficientemente preparados para a execução da tarefa em questão (cf. HAENSCH et al. 1982: 273-275).

Em segundo lugar, e diante dos argumentos apresentados anteriormente, os autores defendem a manutenção das técnicas tradicionais de redação das definições – ou seja, parafrasear o semema correspondente ao lexema que se define por meio de um sintagma cujo conteúdo referencial seja idêntico a ele¹⁷³ –, mesmo reconhecendo que sua “aplicação nunca se baseia, da melhor forma possível, no estado da pesquisa teórico-lingüística”¹⁷⁴ (HAENSCH et al. 1982: 275). Haensch et al. (1982) recordam que uma definição é ideal quando a combinação dos sememas da paráfrase definidora compreende os mesmos semas que compõem o semema do lexema definido. Uma análise dos dicionários, contudo, demonstra que muitas definições não observam esse princípio. As razões para isso – que Haensch et al. (1982) abstêm-se de discutir – são várias¹⁷⁵, entre as quais destacamos:

- a) A impossibilidade de decompor determinadas unidades léxicas (por exemplo, as preposições, as conjunções, os pronomes e os artigos) em traços semânticos.
- b) A necessidade – como os próprios autores ressaltam posteriormente – de incorporar, em alguns casos, elementos extralinguísticos às definições.
- c) A imperícia do lexicógrafo ao redigir as definições, que resultam, em alguns casos, defeituosas¹⁷⁶.

¹⁷³ Evoca-se, portanto, a “sinonímia lexicográfica”, descrita em Dubois; Dubois (1971).

¹⁷⁴ [aplicación nunca se basa de un modo óptimo en el estado de la investigación teórico-lingüística]

¹⁷⁵ Os problemas concernentes à aplicação das “técnicas tradicionais” à redação das definições serão discutidos em 2.2.2.2 e 2.2.2.3.

¹⁷⁶ A última causa não está, evidentemente, no mesmo nível das demais, uma vez que a solução do problema, neste caso, seria mais simples. É necessário mencioná-la, no entanto, devido à quantidade de definições mal construídas encontradas nos dicionários, que, aliás, contribuem para desabonar as obras lexicográficas.

Haensch et al. (1982) encerram a discussão sobre a definição lexicográfica abordando a presença de informações enciclopédicas nos dicionários de língua. Os autores reconhecem, efetivamente, a distinção formal entre “definição linguística” e “definição enciclopédica”; entretanto, não deixam de atentar para o fato de que, em muitos casos, a inserção de informações não estritamente linguísticas nas definições, ainda que, do ponto de vista puramente teórico, seja um equívoco, representa a melhor forma de responder às necessidades do usuário: “Precisamente no caso de unidades léxicas que denominam coisas concretas, especialmente animais, plantas, frutos etc. (isso se torna patente, de modo mais claro, com os objetos exóticos), a definição enciclopédica é superior à linguística”¹⁷⁷ (HAENSCH et al. 1982: 284). Posteriormente, Werner (1984: 387-388) corrobora essa afirmação, lembrando que, embora a análise componencial aplique-se de forma irrepreensível em muitos casos, não apresenta resultados satisfatórios em outros tantos. Isso se deve ao fato de que algumas unidades léxicas são extremamente difíceis ou, simplesmente, não podem ser descritas (somente) por meio de expressões linguísticas, o que justificaria a introdução de elementos enciclopédicos na definição. Não obstante a defesa da presença desse tipo de informação nos dicionários, Haensch et al. (1982: 284) alertam que a definição lexicográfica deve oferecer “somente aquelas indicações enciclopédicas cuja finalidade é a identificação da experiência da realidade à qual se pode fazer referência indiretamente através do significante léxico objeto de um verbete de dicionário”¹⁷⁸. Deve-se ponderar, sem embargo, que determinar os tipos de informação extralinguística pertinentes na redação de uma definição não é tarefa simples, e a teoria lexicográfica ainda está muito longe de poder apresentar uma solução satisfatória para essa questão¹⁷⁹.

2.2.2.1.5 H. E. Wiegand

Wiegand (1989e) apresenta uma das sínteses mais completas sobre o tratamento tradicional dispensado à definição no seio da (meta)lexicografia¹⁸⁰. Sua crítica à aplicação da análise componencial à redação das definições manifesta um ponto de vista bastante negativo a respeito do estado da questão.

¹⁷⁷ [Precisamente en el caso de unidades léxicas que denominan cosas concretas, especialmente animales, plantas, frutos, etc. (esto se hace patente del modo más claro en los objetos exóticos), la definición enciclopédica es superior a la lingüística]

¹⁷⁸ [sólo aquellas indicaciones enciclopédicas cuya finalidad es la identificación de la experiencia de la realidad a la cual se puede hacer referencia indirectamente a través del significante léxico objeto de un artículo de diccionario]

¹⁷⁹ Para uma discussão *in extenso* dessa questão, cf. Capítulos 4 e 6.

¹⁸⁰ As ideias centrais da discussão levada a cabo em Wiegand (1989e) já haviam sido apresentadas em Wiegand (1999b [1985]); essas ideias, por sua vez, são, posteriormente, desenvolvidas em Wiegand (1999c [1992]).

O primeiro aspecto sobre o qual Wiegand (1989e) chama a atenção é a necessidade de uma delimitação precisa do objeto de estudo. Com efeito, há uma série de segmentos textuais distintos nos dicionários, aos quais, por inércia, aplica-se a designação genérica “definição lexicográfica” (cf. WIEGAND 1989e: 532)¹⁸¹. Diante da diversidade de segmentos textuais que, nos verbetes, podem fornecer “indicações de significado” [*Bedeutungsangaben*] – por exemplo, paráfrases, sinônimos, ilustrações, “indicações adicionais” [*Zusatzangaben*] de significado¹⁸² – Wiegand (1989e: 538) restringe seu objeto de estudo às “indicações parafrásticas do significado” [*Bedeutungsparaphrasenangaben*].

O emprego da expressão “indicações parafrásticas do significado” – doravante, preferencialmente, de forma abreviada, “paráfrase (definidora/explanatória)”¹⁸³ – justifica-se, em parte, como forma de delimitar um tipo específico de indicação do significado, entre tantos, como objeto de estudo de uma “teoria da definição”, e, em parte, também, como forma de distinguir o objeto de estudo da (meta)lexicografia do objeto de estudo de outras disciplinas, como lógica, filosofia e matemática. Sobre este último aspecto, Wiegand (1989e) salienta:

[...] deve-se considerar inadequado e não justificado designar indicações parafrásticas do significado em dicionários monolíngues como *definição*; incorreto, interpretá-las como definição científica de qualquer tipo tradicional – o que não significa que elas não podem ser elaboradas de acordo com critérios científicos –, e, frequentemente, falacioso, designar partes de tais indicações com a terminologia da teoria da definição aristotélica [...].¹⁸⁴ (542)

De fato, a crítica de Wiegand (1989e) dirige-se à assunção – amplamente aceita pela (meta)lexicografia¹⁸⁵ – de que a “definição lexicográfica” restringe-se a uma apropriação do

¹⁸¹ Em Wiegand (1999b: 177-183), já se esboçava a discussão acerca da inadequação da aplicação da expressão “definição” às paráfrases dos dicionários de língua. A esse respeito, cf. tb. Zgusta (1971).

¹⁸² De acordo com Wiegand (1989e), um tipo específico de “indicações adicionais” de significado – segundo o autor, “glosa” [*Glossate*] – é o que chamamos “restrição de atribuição”, que corresponde à informação “Dicho de una cosa” em: *travieso* “Dicho de una cosa: Insensible, bulliciosa e inquieta” (DRAE 2001: s.v., ac.4).

¹⁸³ Nesta subseção, procura-se distinguir entre *definição* e *paráfrase (definidora/explanatória)*. Com o termo *definição*, referimo-nos especificamente ao modelo definitório escolástico, ao passo que, com o termo *paráfrase (definidora/explanatória)*, procuramos abranger todas as formas de “indicação parafrástica do significado” – e, inclusive, não parafrásticas, como a indicação de sinônimos – nos dicionários de língua, estejam ou não formuladas de acordo com o esquema clássico; a expressão *paráfrase (definidora/explanatória)* corresponde, portanto, à expressão *definição lexicográfica*, nesse caso, obrigatoriamente acompanhada pelo adjetivo. A esse respeito, cf. tb. Bugueño Miranda (2009a: 244, nota 4). Voltaremos a essa questão em 2.2.2.2 e 2.2.2.3.

¹⁸⁴ [...] muß es als unzweckmäßig und nicht gerechtfertigt gelten, Bedeutungsparaphrasenangaben im allgemeinen einsprachigen Wörterbuch mit *Definition* zu bezeichnen, als falsch, sie als wissenschaftliche Definition irgendeiner traditionellen Art aufzufassen – was nicht heißt, daß sie nicht nach wissenschaftlichen Kriterien erarbeitet werden können – und häufig als irreführend, Teile solcher Angaben mit der Terminologie aus der aristotelischen Definitionslehre zu bezeichnen [...]. Os grifos estão no texto original.

¹⁸⁵ Mesmo os autores que já criticavam a aplicação do “modelo clássico” à definição lexicográfica – mormente Rey-Debove (1971) e Haensch et al. (1982) – não transpõem, pelo menos na maioria das vezes, os limites da análise componencial, de modo a apresentar, por exemplo, modelos alternativos para a formulação das

modelo clássico de definição, que, com o advento da semântica estrutural, se conforma aos princípios da análise componencial¹⁸⁶. Wiegand (1989e) inicia a discussão remontando, justamente, à interpretação dada à fórmula clássica *genus proximum et differentiae specificae* pela (meta)lexicografia, procedendo, em seguida, a uma análise de diferentes paráfrases oferecidas nos dicionários de língua, a fim de evidenciar os problemas atinentes à seleção do *genus proximum* e da *differentia specifica* – no âmbito tanto da lógica formal, como da (meta)lexicografia, em sua vertente mais “tradicional”, por assim dizer, orientada pela semântica estrutural¹⁸⁷ (cf. WIEGAND 1989e: 546-550). Wiegand (1989e: 550) observa “que uma instrução de que se deva buscar o gênero próximo [...] é, no mínimo, equívoca”¹⁸⁸, e recomenda:

Lexicógrafos não devem buscar, de modo algum, um gênero próximo. Isso leva, necessariamente, à direção linguística pontual, à formação de ideologias, à mediação de conhecimentos superficiais pela transmissão de, assim chamados, conceitos linguísticos correntes por especializados.¹⁸⁹ (550)

Reiterando a crítica recorrente à formulação das definições com base na decomposição do significado¹⁹⁰, Wiegand (1989e: 550) conclui suas reflexões, afirmando, de maneira categórica, que “a interpretação das indicações parafrásticas do significado como análises tendenciosas de traços, análises de componentes ou como *definiencia* de definições clássicas é pouco satisfatório e improdutivo para a prática lexicográfica”¹⁹¹, de tal forma “que análises de componentes são pouco úteis para definições lexicográficas”¹⁹².

Por fim, Wiegand (1989e: 550-552; 562-563) – a exemplo dos demais autores mencionados – também retorna à questão da oposição entre conhecimento linguístico e conhecimento enciclopédico, e suas consequências para a prática lexicográfica. Viehweger et al. (1977 *apud* WIEGAND 1989e: 551) estabelecem uma distinção entre “definições

definições. Wiegand (1989e: 552-562), ao contrário, discute outras possibilidades para a indicação do significado nos dicionários de língua – como *whole-sentence definitions* e *folk definitions* –, que divergem completamente do esquema tradicional de definição.

¹⁸⁶ A esse respeito, cf. Lara (1996: 209 e ss.).

¹⁸⁷ Os problemas debatidos em Wiegand (1989e: 546-550) – que, aqui, não retomaremos *in extenso* – já foram mencionados e discutidos em outros pontos do capítulo (cf. 2.1 e 2.2.2.1.3).

¹⁸⁸ [daß eine Anweisung, man solle das *genus proximum* suchen [...], zumindest mißverständlich ist]

¹⁸⁹ [Lexikographen sollten unter keinen Umständen nach einem *genus proximum* suchen. Dies führt notwendigerweise zur punktuellen Sprachlenkung, zur Ideologiebildung, zur Vermittlung von Halbbildung durch Übergang von alltagssprachlichen zu fachsprachlichen sog. Begriffen]

¹⁹⁰ A esse respeito, além de Rey-Debove (1971) e Haensch et al. (1982), cf. tb. Weinreich (1967) e Werner (1984).

¹⁹¹ [die Interpretation der Bedeutungsparaphrasenangaben als tendenzielle Merkmalanalysen, Komponentenanalysen oder als *Definiencia* von klassischen Definitionen ist wenig überzeugend und für die lexikographische Praxis unfruchtbar]

¹⁹² [daß Komponentenanalysen für lexikographische Definitionen wenig nützlich sind]

autênticas” [*eigentliche* ou *echte Definitionen*] – compostas exclusivamente sobre a base de traços semânticos – e “definições redundantes” [*redundante Definitionen*] – cuja formulação admite também componentes não denotativos. Wiegand (1989e) defende que não existe um método que permita separar, de forma definitiva e indiscutível, informação linguística de informação enciclopédica. Isso acarreta “que, para a maior parte das expressões de línguas naturais, não se pode oferecer [...] definições analíticas em sentido estrito”¹⁹³ (WIEGAND 1989e: 551).

Definições analíticas *stricto sensu* devem constituir um conjunto de condições necessárias e suficientes que permitam classificar o definido em uma determinada categoria e, ao mesmo tempo, opô-lo a todos os demais membros pertencentes à categoria. A interpretação dos princípios da lógica formal em termos da semântica analítica, por seu turno, preconiza que a paráfrase definidora deve conter todos – e apenas – os traços semânticos necessários e suficientes para decompor o semema da expressão que se define. Entretanto, se é verdade que não é possível estabelecer uma separação estrita entre “traços semânticos” e “traços enciclopédicos”, então tampouco é possível expressar o conjunto de semas – entendidos como traços estritamente linguísticos – que conformam o semema de uma dada expressão linguística (cf. WIEGAND 1989e: 551). Como síntese desse tópico da discussão, Wiegand (1989e) adverte

que um veredito terminante de redundância¹⁹⁴ para as indicações parafrásticas de significado não é adequado. Tampouco se pode exigir de lexicógrafos que formulem indicações parafrásticas do significado não redundantes, a fim de que estas, então, possam ser empregadas por teóricos da análise componencial para a descrição dos traços nas chamadas análises de definições.¹⁹⁵ (552)

Encerrada a discussão acerca do modelo tradicional de definição, o autor discute algumas soluções alternativas para a indicação do significado nos dicionários de língua – as paráfrases baseadas no estilo de diálogo informal (cf. WIEGAND 1989e: 552-562) –, além de voltar ao debate de princípios polêmicos da definição, como a viabilidade da prova da substituição e suas consequências para o fazer lexicográfico (cf. WIEGAND 1989e: 563-570). A exposição é concluída com a apresentação das perspectivas da pesquisa metalexigráfica,

¹⁹³ [daß für die allermeisten natürlichsprachlichen Ausdrücke keine im strikten Sinne analytischen Definitionen [...] gegeben werden können]

¹⁹⁴ Deve-se entender “redundância”, nesse caso, de acordo com Wiegand (1989e), como a introdução de componentes não denotativos do significado – ou, mais especificamente, traços enciclopédicos – nas paráfrases definidoras.

¹⁹⁵ [daß ein striktes Redundanzverdikt für Bedeutungsparaphrasenangaben nicht angemessen ist. Auch sollte man von Lexikographen nicht verlangen, nichtredundante Bedeutungsparaphrasenangaben zu formulieren, damit diese dann von Merkmaltheoretikern in sog. Definitionsanalysen für Merkmalbeschreibungen verwendet werden können]

tendo em vista os desenvolvimentos da semântica lexical – mormente a semântica dos estereótipos, a teoria dos protótipos e a semântica dos *frames* (WIEGAND 1989e: 572-573)¹⁹⁶.

2.2.2.1.6 Síntese e análise do percurso histórico da definição lexicográfica

Discorreremos, anteriormente, acerca da recepção – e do posterior tratamento – do modelo clássico de definição no seio da lexicografia a partir do ponto de vista de cinco autores, buscando, concomitantemente, traçar um paralelo com o desenvolvimento da teoria lexicográfica. As discussões apresentadas, de um modo geral, versam sobre questões inter-relacionadas, e convergem para dois tópicos fundamentais:

- a) O termo *definição* – engendrado no âmbito da lógica – é empregado, em (meta)lexicografia, para designar uma realidade completamente distinta daquela que designava originalmente.
- b) A reflexão (meta)lexicográfica sobre a definição fundamenta-se na reinterpretação – e revigoração – de princípios escolásticos, mediada pela semântica componencial.

Cada um desses tópicos, por sua vez, admite desdobramentos.

Em relação ao tópico (a), deve-se, primeiramente, advertir sobre a confusão entre os termos *definição* e *definiens*. Wiegand (1989e: 540) recorda “que se designa com *definição*, na lexicografia científica [...], bem como na pesquisa sobre dicionários, aquilo que em todas as outras ciências se chama *definiens*”¹⁹⁷. Portanto, ademais de empregar um termo não completamente adequado, o discurso metalexicográfico encarrega-se de perpetuar um equívoco em relação ao conceito original de *definição*¹⁹⁸.

Em segundo lugar, no que diz respeito, propriamente, à inadequação do termo *definição* no âmbito (meta)lexicográfico, Wiegand (1999b) – que, aliás, rejeita terminantemente o emprego dessa designação – considera que

tanto o conceito definitório aristotélico tradicional, que até o presente serve como base para várias considerações metalexicográficas sobre a assim chamada definição lexicográfica (frequentemente em uma representação escolástica errônea) [...], bem

¹⁹⁶ Os modelos parafrásticos alternativos, como dissemos anteriormente, serão apresentados e discutidos em 2.2.2.3. O problema da substituíbilidade será discutido em 2.2.2.2. Por fim, a possibilidade de aplicação de modelos semânticos não estruturais à redação das definições será tratada, extensamente, nos Capítulos 4 e 6.

¹⁹⁷ [daß in der wissenschaftlichen Lexikographie [...] sowie in der Wörterbuchforschung dasjenige mit *Definition* bezeichnet wird, was in allen anderen Wissenschaften *Definiens* heißt]

¹⁹⁸ Com base, por exemplo, no modelo de Frege (1962), o *definiens* é o elemento localizado à direita do sinal de igualdade da equação, por meio do qual se delimita o significado do *definiendum* – que, portanto, em termos (meta)lexicográficos, corresponde à paráfrase propriamente tal –, enquanto a *definição* é a própria equação que se estabelece entre ambos os elementos.

como o conceito definitório moderno, que foi influenciado pelo Círculo de Viena e pela metamatemática, são teorias de definição que foram desenvolvidas quase exclusivamente por meio de e para os diferentes tipos de linguagens científicas. A transferência dessas teorias para o domínio de análises linguísticas de linguagens não científicas, bem como a adoção irrefletida dos termos derivados dessas teorias é altamente problemático. Particularmente, o uso do conceito, ou dos conceitos respectivamente, da definição analítica no contexto da análise semântica de linguagens não científicas não é apropriado [...].¹⁹⁹ (WIEGAND 1999b: 177-178)

A finalidade da chamada “definição lexicográfica” não é, evidentemente, a mesma da “definição lógica”. A definição, no sentido da lógica, tinha como objetivo capturar a essência do definido (cf. 2.1). No âmbito da (meta)lexicografia, Lara (2003: 101), por exemplo, propõe que se deve entender por *definição* “o que o conjunto dos falantes de espanhol entendem por isso, ou seja, ‘conjunto de proposições com que se explica e descreve as características ou qualidades de algo, seus traços e limites’ (s.v. *Diccionario del español usual en México, -DEUM-*)”²⁰⁰. Nesse sentido, Wiegand (1999b: 177) sugere que “a prática lexicográfica destinada a explicar o significado de um signo-lemma aos potenciais usuários, de uma forma mais exata, não deve ser vista como definir; daí que seu resultado, de uma forma mais exata, não deve ser considerado uma definição”²⁰¹. A apropriação equívoca, portanto, do termo escolástico, bem como dos conceitos e princípios a ele relacionados, pela (meta)lexicografia, redundante, primeiramente, em designar de modo inadequado as “indicações parafrásticas do significado” – para utilizar a terminologia de Wiegand (1989e) – nos dicionários de língua, e, como consequência, em estipular regras para a elaboração das paráfrases definidoras, que não podem ser aplicadas às paráfrases de todos os signos-lemma, e que, mesmo nos casos em que se deixam aplicar, nem sempre permitem chegar a resultados completamente satisfatórios²⁰².

Em relação ao tópico (b), recordamos as palavras de Lara (1996):

o estruturalismo ‘descobriu’, por assim dizer, que as notas definitórias da teoria aristotélica correspondiam a seus ‘traços significativos mínimos e pertinentes’ ou *semas*, e adotou a definição aristotélica modificando seus termos: a fórmula do

¹⁹⁹ [both the traditional Aristotelian defining concept which up to the present serves as basis for a lot of metalexigraphic considerations on the so-called lexicographic definition (frequently in a scholastic misrepresentation) [...] as well as the modern defining concepts, which have been influenced by the Vienna Circle and metamathematics, are theories of definition which have been almost exclusively developed by means of and for the different types of scientific languages. The transfer of these theories to the domain of linguistic analysis of non-scientific languages as well as the unquestioned adoption of the terms derived from these theories is highly problematic. Particularly the use of the concept or the concepts respectively of the analytic definition in the context of semantic analysis of non-scientific languages is not appropriate [...]]

²⁰⁰ [lo que el conjunto de los hispanohablantes entendemos por ella, o sea, “conjunto de proposiciones con que se explican y describen las características o cualidades de algo, sus rasgos y sus límites” (s.v. *Diccionario del español usual en México, -DEUM-*)”]

²⁰¹ [the lexicographic practice intended to explain the meaning of a lemma sign to potential users should better not be regarded as defining; hence its result should better not be considered a definition]

²⁰² Sobre os problemas concernentes à aplicação das regras definitórias tradicionais à formulação das paráfrases definidoras nos dicionários de língua, cf. 2.2.2.3.

significado ou *semema* aparecia encabeçada por um primeiro traço, o *clasema* ou *marcador semântico* – segundo a concepção: europeia ou anglo-americana – correspondente ao *gênero próximo*, e era seguida por uma série de semas equiparáveis à *diferença específica*, as *propriedades* e os *acidentes* da teoria aristotélica.²⁰³ (209)

Essa reinterpretação da teoria aristotélica em termos de um modelo componencial de análise do significado – que, analogamente à definição por *genus proximum et differentiae specificae*, constitui um modelo de condições necessárias e suficientes (cf. HILTY 1995: 301; WIEGAND 1999b: 179) –, não é produtiva para a (meta)lexicografia. Não somente a finalidade da chamada “definição lexicográfica” é diversa da finalidade da “definição lógica”, como vimos ao longo da discussão sobre o tópico (a), mas também seu objeto é diverso – na (meta)lexicografia, o objeto é uma língua natural, ao passo que, na lógica (ou, mais especificamente, na matemática (cf. FREGE 1962)), é uma língua artificial. Assim, em primeiro lugar, e no que concerne especificamente à apropriação do modelo da lógica pela (meta)lexicografia, deve-se ressaltar que o método empregado por esta disciplina não pode ser análogo ao daquela. Sobre a tarefa de definir, Wiegand (1999b) salienta que, ao contrário do lógico,

ele [*i.e.*, o lexicógrafo] tem de descobrir o significado de um signo-lema *A* em uma dada língua *L* e, então, informar o resultado por meio de uma asserção lexicográfica, que deve ser considerada como uma hipótese empírica. Ao fazê-lo, ele tem de levar em consideração, entretanto, que, certamente, não está apresentando essa asserção em *L* sobre *A*, que pertence exclusivamente a *L*, mas, sobretudo, para um falante de *L*, ou um [falante] de *L*₁, que não está familiarizado com *A* e quer apreender o significado de *A* por meio de sua asserção. Este aspecto dos pré-requisitos do usuário [...], que transforma o ato de definir *A* em um ato de definir *A* para alguém que não está familiarizado com *A*, com a consequência de que se deve sempre considerar os textos lexicográficos, e, particularmente, os segmentos textuais em questão, como “discourse didactique” [discurso didático], como denominou Dubois (1970), e a despeito, obviamente, de que isso tenha um peso diferente em relação a tipos individuais de dicionários, assinala uma clara distinção em relação ao definir científico.²⁰⁴ (181-182)

²⁰³ [el estructuralismo ‘descubrió’, por así decirlo, que las notas definitorias de la teoría aristotélica correspondían a sus ‘rasgos significativos mínimos y pertinentes’ o *semas*, y adoptó la definición aristotélica modificando sus términos: la fórmula del significado o *semema* iba encabezada por un primer rasgo, el *clasema* o *marcador semántico* – según la concepción: europea o angloamericana – correspondiente al *gênero próximo*, y la seguía una serie de semas equiparables a la *diferencia específica*, las *propiedades* y los *accidentes* de la teoría aristotélica]. Os grifos estão no texto original.

²⁰⁴ [he [*i.e.*, o lexicógrafo] has to find out the meaning of a lemma sign *A* in a given language *L* and then communicate the result in a lexicographic statement which has to be regarded as an empirical hypothesis. Doing this, he has to take into consideration, however, that he is certainly not giving this statement in *L* about *A* belonging to *L* exclusively, but above all for a speaker of *L* or one of *L*₁ who is not familiar with *A* and wants to learn the meaning of *A* by means of his statement. This aspect of user prerequisites [...] which transforms the act of defining *A* into an act of defining *A* for somebody who is not familiar with *A*, with the result that one has to always regard the lexicographic texts and particularly the text segments in question as “discourse didactique”, as

Além de evidenciar a oposição entre os métodos lexicográfico e lógico, Wiegand (1999b) ainda introduz, na discussão (meta)lexicográfica, um novo aspecto, que diz respeito às necessidades do usuário. Com efeito, um dos fatores cruciais na concepção de qualquer obra lexicográfica é exatamente o usuário (cf. BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2008a; 2009) – figura, aliás, que vem sendo debatida há muitos anos no âmbito (meta)lexicográfico (cf., p.ex., WELKER 2004: 235-249; 2006a; 2006b)²⁰⁵.

Em segundo lugar, no que diz respeito à teoria linguística empregada pela (meta)lexicografia como suporte para as definições, deve-se destacar que suas limitações são – e desde sempre foram – apontadas e discutidas tanto pelos (meta)lexicógrafos – conforme expusemos ao longo desta seção – como pelos teóricos da linguística (cf., p.ex., HILTY 1988; 1995; 1997; HOINKES 1995)²⁰⁶.

2.2.2.2 *Os manuais de lexicografia e os princípios elementares de redação das definições lexicográficas*

Bugueño Miranda (2009a) salienta que os estudos dedicados à definição lexicográfica, em geral, abordam o problema unilateralmente, isto é, ou sob uma perspectiva (a) semântica, ou (b) taxonômica, ou (c) de normatização dos princípios formais de redação das paráfrases. Uma teoria lexicográfica da definição – conforme o modelo que apresentaremos no Capítulo 3 – deve, no entanto, procurar integrar os três eixos mencionados. A partir desta seção, o problema da definição lexicográfica começará a ser focado sob essa ótica.

A exposição realizada em 2.2.2.1 orientou-se a partir do ponto de vista de cinco autores, cujas obras encaram o problema da definição lexicográfica sob a perspectiva de uma teoria semântica. Os manuais de lexicografia – referimo-nos, especificamente, a Landau (2001), Jackson (2002), Porto Dapena (2002), Atkins; Rundell (2008), Svensén (2009) e Martínez de Souza (2009) –, por outro lado, frequentemente eludem uma discussão explícita da teoria semântica que sustenta a redação das definições²⁰⁷, preferindo dividir sua atenção

termed by Dubois (1970), yet obviously by weighting it differently with respect to the individual dictionary types, marks a clear distinction to scientific defining.]

²⁰⁵ Voltaremos à discussão desse aspecto no Capítulo 3.

²⁰⁶ Voltaremos a tratar dessas questões no Capítulo 4.

²⁰⁷ Embora, em muitos casos, não se discuta, de forma explícita, o modelo semântico que sustenta a redação das definições – exceções seriam, por exemplo, Atkins; Rundell (2008: 414-431), que tratam o problema da definição do ponto de vista do seu conteúdo, atrelado a um modelo semântico, e Svensén (2009: 217-221; 224-226), que opõe o esquema tradicional ao que ele denomina “definição prototípica”, com base no modelo semântico que fundamenta a formulação das paráfrases –, esse aspecto, evidentemente, aparece, ainda que implícita e indiretamente, nos manuais de lexicografia. Isso pode ser demonstrado através da própria concepção de definição que os manuais assumem, à qual geralmente subjaz o modelo *genus proximum et differentiae specificae*. Os princípios formais de elaboração das definições apresentados pelas obras analisadas referem-se

entre a apresentação de seus princípios redacionais – remetendo-se, normalmente, ao modelo tradicional – e intentos classificatórios.

Aqui, restringimo-nos a apresentar e discutir os princípios redacionais das definições, com vistas a identificar suas principais limitações²⁰⁸. Os princípios apresentados nos manuais supramencionados – e amplamente aceitos pela metalexigrafia (cf. tb., p.ex., SECO 2003; MEDINA GUERRA 2003; THUMB 2004) – são os seguintes:

a) *Lei da sinonímia e prova da substituição (ou comutação)*:

A “lei da sinonímia” [*ley de la sinonimia*] é o mais básico dos princípios de formulação das definições, e determina que “a definição é sinônima da unidade léxica definida”²⁰⁹ (MARTÍNEZ DE SOUZA 2009: 153). Para que se possa comprovar a sinonímia, é preciso submeter a definição à “prova da substituição” [*sustituibilidad; substituibilty*] ou “comutação” [*conmutabilidad*], segundo a qual, a definição deve poder substituir o definido em um enunciado, sem que se altere seu sentido. Assim, por exemplo, a definição:

(10) **enloquecer** “intr. y, menos frec., prnl. Volverse loco” (DUEe 2001: s.v., ac.1.1)

deixa-se aplicar, sem problemas, à prova da substituição:

(11) Don Quijote *enloqueció* con tanta lectura.
Don Quijote *se volvió loco* con tanta lectura.

A importância atribuída a esse princípio definitório é tamanha, que Seco (2003: 32) chega ao ponto de afirmar que “a substituição é o banco de provas da definição”²¹⁰. A aplicação da prova da substituição, entretanto, pressupõe o cumprimento de uma série de condições – que podem ser consideradas como princípios definitórios subordinados ao primeiro.

1. Princípio de identidade categorial (ou funcional): Para que a definição possa substituir o definido em um enunciado, faz-se necessária a manutenção do isomorfismo de categoria morfológica. Em definições por *genus proximum et differentiae specifica*, o termo genérico da definição sempre deverá pertencer à mesma categoria morfológica da unidade

exclusivamente a este modelo. Landau (2001) evidencia isso, ao iniciar seu capítulo sobre a definição remetendo-se, ainda, e uma vez mais, à clássica distinção entre “definição lógica” [*logical definition*] e “definição lexical” [*lexical definition*].

²⁰⁸ O problema da classificação das definições será tratado em 5.1.

²⁰⁹ [la definición es sinónima de la unidad léxica definida]. A lei da sinonímia remonta, portanto, à noção de “equação” entre *definiendum* e *definiens* (cf. FREGE 1962), bem como sua interpretação metalexigráfica em termos de “equação sêmica” (cf. REY-DEBOVE 1966), ou “sinonímia lexicográfica” (cf. DUBOIS; DUBOIS 1971).

²¹⁰ [la sustituibilidad es el banco de pruebas de la definición]

léxica definida. Em consequência disso, os manuais de lexicografia costumam dedicar-se a estipular regras específicas para cada uma das classes gramaticais (cf., p.ex., LANDAU 2001:138-144; PORTO DAPENA 2002: 298-307; ATKINS; RUNDELL 2008: 445-448; SVENSÉN 2009: 228-233; MARTÍNEZ DE SOUZA 2009: 153-157)²¹¹.

A seguir, apresentamos alguns exemplos de definições que respeitam rigorosamente o princípio de isomorfismo de categoria morfológica:

- (12) Definições de substantivos:
donna “Essere umano adulto di sesso femminile” (PCDIt 2009: s.v.)
Frau “erwachsene Person weiblichen Geschlechts” (DGW 1999: s.v., ac.1)
- (13) Definições de verbos:
fotocopiar “Hacer una fotocopia de \algo” (DUEe 2001: s.v.)
ver “conhecer (os objetos externos) por meio do sentido da visão” (MiE 1999: s.v., ac.1)²¹²
- (14) Definições de adjetivos:
canalla “[persona] que es despreciable por su comportamiento vil” (DUEAe 2003: s.v., ac.1)²¹³
rechtmäßig “gemäß Recht und Gesetz richtig” (PGWDaF 2011: s.v.)
- (15) Definições de advérbios:
beforehand “earlier (than a particular time); in advance” (CDAE 2006: s.v.)
frecuentemente “De manera frecuente” (DUEe 2001: s.v.)

2. Princípios de concisão, abrangência e circularidade: Esses princípios são apresentados em Martínez de Souza (1995: s.v. *definición lingüística*) e, posteriormente, também em Martínez de Souza (2009: 152-154), como qualidades da definição. Segundo o critério da concisão [*concisión*], a definição deve conter tão somente os caracteres essenciais da unidade léxica definida, apresentados em um único período. O critério da abrangência [*compleción*], por sua vez, preconiza que a definição, embora concisa, deve ser suficiente, a ponto de corresponder rigorosamente à unidade léxica que se define²¹⁴. Por fim, conforme o critério da circularidade [*circularidad*], deve-se estabelecer uma relação tal entre *definiendum* e *definiens*, que o primeiro possa converter-se em definição do segundo, e ambos sejam

²¹¹ Além disso, não são incomuns os trabalhos que tratam da formulação de regras específicas para uma determinada classe gramatical, como, por exemplo, Canellada (1988) e Seco (2003: 47-58), sobre os verbos, Beneduzi (2004) e Beneduzi; Bugueño Miranda; Farias (2005), sobre os substantivos e verbos, e Fornari (2009), sobre as conjunções.

²¹² Em ambos os casos, o objeto direto – correspondente ao contorno da definição (cf. SECO 2003: 47-58; MARTÍNEZ DE SOUZA 1995: s.v. *definición lingüística*; 2009: 157-159) – está formalmente separado do seu conteúdo por meio do emprego de símbolos gráficos. Isso indica que tais elementos devem ser desconsiderados no momento de aplicação da prova da substituição.

²¹³ De modo similar ao que acontece com a definição dos verbos, a restrição de atribuição do adjetivo está formalmente separada do conteúdo da definição por meio do emprego de símbolos gráficos.

²¹⁴ Os critérios de concisão e abrangência remetem à asserção de Rey-Debove (1966), segundo a qual, a definição deve corresponder a *todo* o conteúdo e *nada mais que* o conteúdo da unidade léxica definida. A esse respeito, cf. tb. Seco (2003: 20) e Martínez de Souza (2009: 153).

intercambiáveis em situações normais de comunicação sem que se produzam alterações de significação²¹⁵.

Os princípios apresentados até aqui estão relacionados à necessidade – questionável, como veremos em 2.2.2.3 – de respeitar a lei da sinonímia. Os demais critérios, no entanto, não mantêm relação direta com esse princípio, mas, ainda assim, são também herança dos postulados da lógica.

b) Princípio de autossuficiência:

Esse princípio equivale a um dos critérios já mencionados em Zgusta (1971), de acordo com o qual, a definição deve conter apenas palavras que estejam definidas no próprio dicionário. Porto Dapena (2002: 275) afirma que o cumprimento desse critério permite evitar as chamadas “pistas perdidas” no dicionário – ou seja, a remissão (nesse caso, indireta) a uma entrada inexistente. Esse princípio, entretanto, pode – e, efetivamente, deve – ser cumprido apenas em dicionários gerais; em dicionários cuja nomenclatura constitui-se de unidades léxicas marcadas diassistemicamente (por exemplo, dicionários de regionalismos, de neologismos, de tecnicismos etc.) não será possível obedecer a esse princípio.

c) Princípio de transparência:

Esse princípio, de forma análoga ao anterior, também remete a Zgusta (1971). Trata-se, neste caso, de que a definição contenha somente palavras mais compreensíveis (mais correntes ou conhecidas) que o signo-lemma. Deve-se advertir, no entanto, que esse princípio “é mais difícil de aplicar, a menos que se trate de definições referentes a um léxico especial, pertencente, por exemplo, a uma determinada terminologia”²¹⁶ (PORTO DAPENA 2002: 276), além do que será um grande problema “decidir que palavras resultam mais compreensíveis ou simples para o usuário”²¹⁷ (PORTO DAPENA 2002: 277). Nesse sentido, Weinreich (1967: 37), por exemplo, propunha que a definição deveria conter apenas palavras de frequência mais alta que a unidade léxica que se define. No entanto, se se leva essa afirmação às últimas consequências, as palavras mais frequentes resultariam indefiníveis (cf. SECO 2003: 33-34, nota 6).

d) Princípio de evasão da circularidade:

Novamente, o princípio remonta a Zgusta (1971). De acordo com esse critério, *definiendum* e *definiens* não devem remeter-se reciprocamente, o que implica que (a) no caso

²¹⁵ O critério da circularidade referencia direta e abertamente o segundo postulado de B. Pascal, denominado “critério de eliminação das expressões definidoras” (cf. 2.1.2).

²¹⁶ [es más difícil de aplicar, a menos que se trate de definiciones referentes a un léxico especial perteneciente, por ejemplo, a una determinada terminología]

²¹⁷ [decidir qué palabras resultan más comprensibles o sencillas al usuario]

de definições analíticas, a paráfrase não pode conter unidades léxicas pertencentes à mesma família da unidade que se define, e (b) no caso de definições sinonímicas, os sinônimos que conformam a paráfrase devem estar definidos mediante uma paráfrase analítica no dicionário (cf. MARTÍNEZ DE SOUZA 1995: s.v. *definición lingüística*; 2009: 179-180; LANDAU 2001: 124-129; SVENSÉN 2009: 226-227)²¹⁸. A desatenção a essas especificações pode originar, portanto, dois tipos diversos de círculos viciosos:

- (16) Círculo vicioso no interior da própria definição:
noiositá “Caratteristica di chi (o di ciò che) è noioso” (ZVLI 2011: s.v.)
noioso “Che procura noia” (ZVLI 2011: s.v.)
- (17) Círculo vicioso no interior de um sistema de definições:
castigo “Pena, punição” (MiMe 2000: s.v., ac.2)
pena “Castigo, punição” (MiMe 2000: s.v. *pena*², ac.1)
punição “Pena, castigo” (MiMe 2000: s.v.)

e) *Princípio de análise:*

Porto Dapena (2002) propõe, explicitamente, como um dos princípios da definição, que ela corresponda a uma “análise componencial” do significado do signo-lema,

com a diferença de que a definição lexicográfica deverá cumprir uma série de condicionamentos formais, como ter de estar representada por uma frase ou enunciado submetido às regras sintáticas da língua e, ao mesmo tempo, constituído por palavras pertencentes ao léxico comum, ao contrário das análises realizadas pelos semanticistas, consistentes, mais bem, em puras fórmulas realizadas por meio de uma linguagem formalizada especial.²¹⁹ (276)

Os demais manuais, não obstante abstenham-se de apresentar a análise componencial como um princípio definitório análogo aos demais anteriormente expostos, consideram-no um pressuposto do processo de definir, na medida em que assumem que a definição – conforme os postulados da lógica – consiste em um “sintagma endocêntrico” [*endocentric phrase*], ou uma “definição sintagmática completamente analítica” [*completaly analytical one-phrase definition*] (cf. JACKSON 2002: 94). Pontos de vista similares são defendidos em Landau (2001) e Martínez de Souza (2009). As objeções a esse critério, no entanto, já foram discutidas em 2.2.2.1.6, com base em Wiegand (1989e; 1999b; 1999c).

²¹⁸ *Circularidade* [*circularidad; circularity*] é um termo ambíguo; com ele se designa (a) o critério de intercambiabilidade entre *definiendum* e *definiens* e (b) uma condição intrínseca a toda obra lexicográfica, uma vez que as palavras são, ao mesmo tempo, “objeto e ferramenta de trabalho do lexicógrafo” (cf. LEW 2010). Além disso, segundo Porto Dapena (2002), a circularidade, tomada em seu segundo sentido, pode ser vista (a) como uma característica essencial do dicionário, na medida em que as definições, conectadas entre si, formam uma cadeia fechada, e (b) como um vício de definição – ao qual nos referimos neste ponto do texto.

²¹⁹ [con la diferencia de que la definición lexicográfica habrá de cumplir una serie de condicionamientos formales, como el tener que estar representada por una frase o enunciado sometido a las reglas sintáticas de la lengua y, a la vez, constituído por palabras pertenecientes al léxico común, frente a los análisis realizados por los semanticistas, consistentes más bien en puras fórmulas realizadas con un lenguaje formalizado especial]

2.2.2.3 Delimitação dos problemas pertinentes aos princípios elementares de redação das definições lexicográficas

O primeiro aspecto que se deve destacar, em relação aos princípios descritos em 2.2.2.2, é o fato de sua aplicação restringir-se às definições formuladas segundo o modelo *genus proximum et differentiae specifica*. Porto Dapena (2002: 277), por exemplo, explicita isso, ao declarar que esses princípios “foram formulados pensando quase exclusivamente em um determinado tipo de definição lexicográfica, a [...] **conceitual perifrástica**”²²⁰. As razões – bem como as consequências – disso estribam em que o método (meta)lexicográfico fundamentou-se – se não de forma exclusiva, mas seguramente em sua parte mais substancial – nos postulados da lógica, reinterpretados em termos de um modelo semântico estrutural. O segundo aspecto, por sua vez, consiste em que a aplicação dos princípios descritos – bem como a desobediência a eles – não garante *per se* a formulação de definições “não elucidativas”²²¹. Isso é o que, em parte, pretendemos demonstrar no decorrer da exposição.

Podem-se distinguir dois problemas fundamentais, que restringem o poder de aplicação dos princípios descritos:

- a) A existência de uma variada gama de possibilidades de reescrita do conteúdo semântico das unidades léxicas (cf., p.ex., BUGUEÑO MIRANDA 2009a).
- b) A ausência de um consenso acerca do que se deve entender como “significado” ou “conteúdo semântico” de uma unidade léxica (cf., p.ex., BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2011b).

No que concerne ao segundo problema, deve-se considerar que a viabilidade de aplicação de um determinado modelo redacional, muitas vezes, é determinada pelo tipo de unidade léxica que se define; em alguns casos, a aplicação do modelo *genus proximum et differentiae specifica* está completamente vetada.

2.2.3.3.1 Os modelos alternativos de redação das paráfrases

O esquema clássico de definição, não obstante, historicamente, sempre tenha recebido maior atenção no âmbito (meta)lexicográfico, dista muito de ser o único modelo passível de emprego nos dicionários de língua. Casares (1992), por exemplo, como vimos anteriormente, não somente apresentava as definições genéticas, teleológicas e descritivas como alternativa para a definição por *genus proximum et differentiae specifica*, como também propunha sua

²²⁰ [han sido formulados pensando casi exclusivamente en un determinado tipo de definición lexicográfica, la [...] **conceptual perifrástica**]. Os grifos estão no texto original.

²²¹ Discutiremos o conceito de “definição elucidativa”, bem como os problemas pertinentes a ele, em 3.2.3.1.

primazia sobre o modelo clássico em determinadas circunstâncias. Além disso, não se pode deixar de mencionar as inúmeras propostas de classificação das paráfrases definidoras, a exemplo de Bosque (1982), Ilson (1987) e Schlaefler (2009: 94-97), para citar apenas algumas²²². Limitamo-nos, nesta subseção, sem embargo, a contrapor o esquema clássico de definição a outros dois padrões: a definição sinonímica – ou por meio de sinônimos – e a chamada *whole-sentence definition*. No primeiro caso, estamos diante de um fenômeno que, embora muito distante da unanimidade, está presente em *todas* as obras lexicográficas, ademais de, muito frequentemente, aparecer nas discussões (meta)lexicográficas como uma alternativa legítima para a definição parafrástica. No segundo caso, somos confrontados com um modelo de definição, cuja concepção é incompatível com os modelos tradicionais – tanto que o emprego de uma das fórmulas no dicionário exclui, normalmente, o emprego da outra²²³. Nesse sentido, as definições que seguem o estilo de *whole-sentence definitions* são a marca registrada dos dicionários da linha *Collins COBUILD* – os responsáveis, aliás, por sua introdução (cf. SVENSÉN 2009: 235)²²⁴. Os resultados da aplicação de cada um dos modelos à definição de um substantivo podem ser apreciados a seguir:

- (18) **stewardship** [...] *n* [U (of)] *fml or pomp* the responsibilities connected with something [...] (LDELIC 2006: s.v.)
- (19) **stewardship** [...] *noun* [U] care or management [...] (CDAE 2006: s.v.)
- (20) **stewardship** [...] **Stewardship** is the responsibility of looking after property. (FORMAL) N-UNCOUNT: usu N *of* n (CCLDe 2003: s.v.)

As diferenças entre os três estilos de definição são facilmente identificáveis. Deve-se ressaltar, ademais, que a técnica de *genus proximum et differentiae specifica*, ao contrário das outras duas, não se deixa aplicar a todas as classes gramaticais. Jackson (2002: 94) sustenta que “[O] estilo de definição por ‘genus + differentiae’, como é algumas vezes chamado, é usado para um grande número de palavras da maioria das categorias morfológicas”²²⁵. O autor, no entanto, ao apresentar exemplos de definições redigidas de acordo com o referido modelo, escolhe apenas as categorias substantivo, verbo, adjetivo e

²²² Voltaremos a essa questão em 5.1.

²²³ Uma das raras exceções é CDAE (2006), que mistura o estilo de definição tradicional com o estilo de *whole-sentence definition*.

²²⁴ Por essa razão, Svensén (2009) também chama esse modelo de definição de “*COBUILD definition*” – sendo *COBUILD* uma abreviatura para “*Collins Birmingham University International Language Database*”. Outras designações que recebe esta técnica definatória são “*full-sentence definition*” (cf. RUNDELL 2008; SVENSÉN 2009: 235), “definição sentencial” [*sentential definition*] (cf. GEERAERTS 2003: 91) ou “definição contextual” [*contextual definition*] (cf. LEW; DZIEMIANKO 2006a; 2006b).

²²⁵ [The ‘genus + differentiae’ style of definition, as it is sometimes called, is used for a great many words from most of the words classes]

advérbio. A esse respeito, deve-se destacar, por um lado, a verdadeira impossibilidade prática de se formular definições dentro do esquema clássico para unidades léxicas pertencentes às categorias conjunção, preposição, pronome e artigo. Por outro lado, tampouco se pode ignorar o fato de que o modelo *genus proximum et differentiae specificae* não serve à definição de todas as unidades léxicas incluídas nas categorias substantivo, verbo, adjetivo e advérbio.

Nesta seção, não nos estenderemos muito na discussão acerca da definição por sinônimos²²⁶. Aqui, será suficiente advertir que a definição por meio de sinônimos legitima-se em muitos casos – não obstante seja considerada problemática, na medida em que facilita a indução de erros, como o círculo vicioso (cf., p.ex., MARTÍNEZ DE SOUZA 1995: s.v. *definición lingüística*; 2009: 179-180) –, quando consegue ser mais elucidativa que uma definição parafrástica²²⁷ (cf. BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2011c).

Dedicamo-nos a um comentário mais extenso acerca das *whole-sentence definitions*. Antes de tudo, deve-se ressaltar que os autores de CCLDe (2003; s.p.) afirmam, no *front matter* da obra, que as *whole-sentence definitions* estão redigidas “no tipo de estilo direto e informal que os professores usam quando explicam palavras, ou que os amigos usam um com o outro”²²⁸. Os autores justificam assim sua opção: “[E]scolhemos explicar as palavras desta maneira, porque achamos que isso torna muito mais fácil lê-las e entendê-las. Isso também nos permite dar muitas informações sobre a maneira como a palavra ou o significado é usado pelos falantes da língua”²²⁹ (CCLDe 2003: s.p.).

Com efeito, Svensén (2009) salienta que as *whole-sentence definitions* compõem-se de duas partes: uma “parte contextualizadora” [*contextualizing part*] e uma “parte explanatória” [*explanatory part*]²³⁰. A presença dessa primeira parte dita “contextualizadora” – que, aliás, inviabiliza a aplicação da prova da substituição – é, justamente, o grande diferencial desse modelo em relação ao esquema tradicional de definição.

A parte contextualizadora, na medida em que disponibiliza informação contextual sobre o signo-lema, permite que a definição sirva não somente à recepção linguística, mas também à produção (cf. SVENSÉN 2009: 236). As informações contextuais podem ser de vários tipos:

²²⁶ A definição por sinônimos será tratada em 5.1.1.1.2.

²²⁷ Compare-se, por exemplo, as paráfrases de *deglutir* “Engolir, ingerir” (AuE 2009: s.v., ac. 1) e *deglutir* “passar (o bolo alimentar) da boca para o esôfago e, a seguir, para o estômago” (HouE 2001: s.v.).

²²⁸ [in the sort of direct and informal style that teachers use when explaining words, or that friends use with each other]

²²⁹ [We have chosen to explain words in this way because we think that this makes them much easier to read and understand. It also enables us to give a lot of information about the way a word or meaning is used by speakers of the language]

²³⁰ A esse respeito, cf. tb. Landau (2001: 64), Hanks (2003) e Lew; Dziemianko (2006a).

1. Informações sintáticas: A *whole-sentence definition* normalmente explícita, na parte contextualizadora de definições de verbos, as valências: *look* “If you **look** in a particular direction, you direct your eyes in that direction, especially so that you can see what is there or see what something is like”; “If you **look at** a book, newspaper, or magazine, you read it fairly quickly or read part of it”; “If someone, especially an expert, **looks at** something, they examine it, and then deal with it or say how it should be dealt with” (CCLDe 2003: s.v., ac.1, 2, 3). Deve-se ressaltar, no entanto, que esse tipo de informação também costuma ser apresentada em definições tradicionais; nesse caso, o ideal é que a definição apresente as indicações da valência do verbo – pertinente, como vimos, ao comentário de forma – formalmente separada do conteúdo da definição por meio de convenções gráficas, como parênteses, colchetes etc. (cf. SECO 2003: 47-58). Svensén (2009: 237), não obstante, observa que este tipo de indicação gráfica na paráfrase “não é muito amigável para o consulente” [(it) is not very use-friendly]. De fato, em Farias (2009a: 149-150), ao tratar do problema da apresentação das indicações de ordem sintática em dicionários de tipo escolar, advertíamos que incorporar a indicação de valência nas paráfrases exige que se aprenda a equilibrar a exaustividade descritiva do fenômeno da complementação verbal em cada caso e a capacidade de compreensão do usuário – e não somente o escolar –, tanto em relação ao fato sintático em si como em relação à habilidade de consulta a uma obra de referência; é mister, pois, apresentar a indicação da valência da forma mais simples possível e restringir ao mínimo o uso de elementos semióticos que possam vir a perturbar a leitura.

2. Informações de padrões colocacionais: A indicação das colocações – definidas como uma “tendência sintático-semântica das palavras isoladas de uma língua a adotar tão somente um número limitado de combinações com outras palavras entre uma grande quantidade de combinações possíveis”²³¹ (HAENSCH et al. 1982: 251) –, além de servir basicamente para a produção linguística, revela-se uma informação efetivamente funcional em dicionários voltados para falantes não nativos – sejam eles bilíngues ou monolíngues²³² – daí a relevância da apresentação dessa informação nos dicionários da linha *Collins COBUILD*, como no exemplo a seguir: *mistake* “If you make a **mistake**, you do something which you did not intend to do, or which produces a result that you not want” (CCLDe 2003: s.v., ac.1). Ao contrário do que ocorre no caso anterior, este tipo de informação dificilmente poderia ser disponibilizado através de uma definição tradicional – ou mesmo através de uma definição

²³¹ [tendencia sintáctico-semántica de las palabras aisladas de una lengua a adoptar tan solo un número limitado de combinaciones con otras palabras entre una gran cantidad de posibles combinaciones]

²³² Para uma visão geral acerca do problema da identificação e do tratamento lexicográfico das colocações, cf. Beneduzi (2008).

por sinônimos –, de tal forma que seria necessário lançar mão de outros segmentos informativos no interior do verbete²³³;

3. Informações pragmáticas: Landau (2001: 179) afirma que “[E]sta técnica definitória [*i.e.*, a *whole sentence definition*] tem a virtude de expressar imediatamente o uso em um contexto social como uma interação entre pessoas, enquanto uma técnica definitória tradicional é mais abstrata e menos satisfatória”²³⁴. Isso é válido, por exemplo, para definições como *cute* “If you describe someone as **cute**, you think they are sexually attractive. (mainly AM INFORMAL)” (CCLDe 2003: s.v., ac.2), ou *polite* “You can refer to people who consider themselves to be socially superior and to set standards of behaviour for everyone else as **polite society** or **polite company**.” (CCLDe 2003: s.v., ac.2). Em ambos os casos, não apenas se define a palavra-entrada, mas se explicita para o consultante o efeito de sentido que o emprego do lexema definido provoca²³⁵.

Ainda sobre a parte contextualizadora da *whole-sentence definition*, Svensén (2009) acrescenta que ela pode estar formulada de diversas maneiras:

- a) Como um sintagma nominal, conectado à parte explanatória da definição por meio de um operador como *ser*: *building* “A **building** is a structure with a roof and walls” (CCLDe 2004: s.v.); *love* “**Love** is a very strong feeling of affection towards someone who you are romantically or sexually attracted to” (CCLDe 2003: s.v., ac.2).
- b) Como uma oração temporal ou condicional, introduzida por um operador como *quando* ou *se*: *eat* “When you **eat** something, you put it into your mouth, chew it, and swallow it” (CCLDe 2003: s.v., ac.1); *love* “If you **love** someone, you feel romantically or sexually attracted to them, and they are very important to you” (CCLDe 2003: s.v., ac.1)²³⁶.

²³³ A título de ilustração, propõe-se comparar a definição transcrita *ad supra* com: *mistake* “an action or decision that is wrong or produces a result that is not correct or not intended: We all make mistakes. It was a mistake to come to this restaurant without a reservation. [+ to infinitive]” (CDAE 2006: s.v., ac.1). Nesse caso, o dicionário lança mão de exemplos para explicitar o padrão colocacional para os usuários.

²³⁴ [This style of defining [*i.e.*, a *whole-sentence definition*] has the virtue of immediately putting the usage in a social context as an interaction between people, whereas a traditional defining style is more abstract and less satisfactory]

²³⁵ A título de ilustração, compare-se as definições apresentadas *ad supra* com as definições tradicionais *cute* “(*informal, especially NAmE*) sexually attractive.” (OALD 2005: s.v., ac.2) e *polite* “[only before noun] from a class of society that believes it is better than others.” (OALD 2005: s.v., ac.3).

²³⁶ A respeito dessa fórmula definitória em particular, Svensén (2009: 237-238) chama a atenção para o fato de que determinados verbos com significado negativo não admitem o pronome *you*, uma vez que seu emprego poderia sugerir a realização da ação expressa pelo usuário. Em tais situações, emprega-se um pronome indefinido: *burp* “When someone **burps**, they make a noise because air from their stomach has been forced up through their throat” (CCLDe 2003: s.v., ac.1); *murder* “To **murder** someone means to commit the crime of killing them deliberately” (CCLDe 2003: s.v., ac.2).

Em relação à parte explanatória da *whole-sentence definition*, Svensén (2009: 238) admite que “ela, em muitos sentidos, se parece a uma definição de tipo tradicional”²³⁷. A título de ilustração, propomos, a seguir, a comparação de uma *whole-sentence definition* e uma definição segundo o modelo clássico:

- (21) **man** [...] **1** A **man** is an adult male human being. (CCLDe 2003: s.v.)
man [...] **1** [C] an adult male human [...] (OALD 2005: s.v.)
- (22) **walk** [...] **1** When you **walk**, you move forward by putting one foot in front of the other in a regular way. (CCLDe 2003: s.v.)
walk [...] to move along by putting one foot in front of the other, or to move (a distance) in this way. (CDAE 2006: s.v.)

Svensén (2009), levando em conta apenas a parte explanatória da *whole-sentence definition*, admite que a diferença entre ambos os tipos de definição estriba basicamente em que:

- a) a *whole-sentence definition*, por consistir de uma sentença completa, apresenta, em muitos casos, um pronome anafórico na parte explanatória, que remete, evidentemente, à parte contextualizadora²³⁸;
- b) a *whole-sentence definition*, na medida em que se concentra sobre o significado do signo-lemma no contexto explicitado na primeira parte da sentença, oferece informações sobre os traços mais típicos – ou seja, os traços necessários, mas não suficientes.

Em relação ao primeiro aspecto, pode-se argumentar que, no caso das definições de substantivos, por exemplo, praticamente não há diferença entre o resultado obtido por meio de uma *whole-sentence definition* ou de uma definição tradicional, uma vez que a primeira parte da definição, que deveria contextualizar o signo-lemma, na maioria das vezes, perde completamente sua funcionalidade. Nesse sentido, Landau (2001: 180) já advertia que as *whole-sentence definitions* não seriam uma boa ferramenta para a definição de alguns substantivos, servindo de forma mais eficiente à definição de verbos e de muitos adjetivos e advérbios. Svensén (2009: 240), por seu turno, mesmo pontuando que as “*full-sentence definitions* são, frequentemente mais efetivas do que as definições de tipo tradicional”²³⁹ – opinião, aliás, da qual não compartilhamos (cf. *ad infra*) –, admite que “elas não representam o estilo mais apropriado de definir em todas as situações”²⁴⁰.

²³⁷ [it in many ways resembles a definition of the traditional type]

²³⁸ P.ex.: *love* “When two people **make love**, they have sex” (CCLDe 2003: s.v., ac.19) e *want* “If you **want for** something, you lack it” (CDAE 2006: s.v.).

²³⁹ [Full-sentence definitions are often more effective than definitions of the traditional type]

²⁴⁰ [they do not represent the most appropriate defining style in all situations]

Em relação ao segundo aspecto, deve-se ressaltar que o conteúdo da parte definitória das *whole-sentence definitions* tampouco difere muito do conteúdo das definições tradicionais. Em Farias (2009b), por exemplo, procuramos atrelar a formulação das definições dos dicionários da linha *Collins COBUILD* a um modelo semântico cognitivo, em contraste com as definições tradicionais, que, conforme vimos expondo ao longo do capítulo, estão historicamente ligadas a um modelo semântico estrutural. Os resultados obtidos nesse estudo – e posteriormente corroborados em Farias (2009a) e Bugueño Miranda; Farias (2011a; 2013a; 2013b) – demonstram que tal relação é equívoca, na medida em que se verificou não haver uma diferença pronunciada em relação à capacidade explanatória de ambas as técnicas definitórias. Nesse sentido, Nesi (1998: 163) – embora o foco de sua pesquisa não tenha sido a comparação entre os diferentes estilos definitórios – advertia que “[A]lgumas das palavra-entradas [...] pareciam ser muito mais problemáticas do que outras, não obstante o estilo definitório empregado”²⁴¹. Isso nos leva a crer, portanto, que a capacidade explanatória de uma paráfrase não está diretamente relacionada ao estilo de definir empregado. O cotejo entre ambas as técnicas definitórias revela, ainda, que, se por um lado, as *whole-sentence definitions* nem sempre contemplam a apresentação de elementos prototípicos na sua redação, por outro lado, este tipo de informação vem ganhando cada vez mais espaço nas paráfrases por *genus proximum et differentiae specificae* (cf. tb. SVENSÉN 2009: 224-226). Isso significa que, pelo menos no que diz respeito à definição dos substantivos, salvo pelo fato de que as *whole-sentence definitions* apresentam-se formalmente como uma sentença completa, não há uma diferença significativa entre o resultado final alcançado com o emprego de uma ou de outra técnica.

A fim de encerrar essa discussão, deve-se recordar que Rundell (2008) destacava uma série de dificuldades relacionadas ao emprego da técnica de definição sentencial. Em primeiro lugar, as *whole-sentence definitions* são, via de regra, mais longas que as definições convencionais, o que constitui um problema prático, na medida em que se deve, acima de tudo, preservar o espaço nos dicionários. Em segundo lugar, ao se apresentar sob a forma de uma definição completa e tentar aproximar o estilo de redação das definições à linguagem cotidiana, as *whole-sentence definitions*, em geral, empregam um número bem mais elevado de palavras do que uma definição tradicional, o que pode, eventualmente, afetar seu poder

²⁴¹ [Some of the headwords [...] seemed to be much more problematic than others whatever the defining style employed]

explanatório²⁴². Por fim, em terceiro lugar, o emprego do pronome anafórico na parte explanatória de grande parte das definições – especialmente de verbos e adjetivos – pode representar uma dificuldade para o usuário. As duas últimas objeções ao emprego de *whole-sentence definitions*, devem ser interpretadas, levando-se em consideração que o usuário dos dicionários da linha *Collins COBUILD*, por exemplo, não é falante nativo de inglês²⁴³.

Diante do exposto até aqui, não deve resultar exatamente surpreendente que o emprego desse estilo definitório restrinja-se, à parte dos dicionários da série *Collins COBUILD* para aprendizes de inglês, a alguns poucos dicionários voltados para o público infantil ou escolar²⁴⁴. Assim, pois, pelas razões expostas, não voltaremos a tratar de forma particular, ao longo da tese, das *whole-sentence definitions*.

2.2.3.3.2 Os diferentes tipos de significado e suas consequências para a redação das definições lexicográficas

Diante da inexorabilidade do fato de que o “conteúdo semântico” das unidades léxicas é diverso, não podendo, portanto, ser descrito da mesma forma, a (meta)lexicografia, tradicionalmente, estabelece uma relação, por um lado, entre “palavras/expressões com significado” e definições em metalinguagem de conteúdo, e, por outro lado, entre “palavras/expressões sem significado”²⁴⁵ e definições em metalinguagem de signo (cf. REY-DEBOVE 1971: 171-172; 247-252; SECO 2003: 33-34). A distinção entre “palavras/expressões com significado” e “palavras/expressões sem significado” encontra seu embasamento na dicotomia “significado lexical”/“significado categorial”²⁴⁶.

As definições em metalinguagem de conteúdo, ou definições próprias, correspondem à definição *stricto sensu*, ou seja, informam o consulente sobre o “significado” da unidade

²⁴² P.ex.: *tug-of-love* “Journalists sometimes use **tug-of-love** to refer to a situation in which the parents of a child are divorced and one of the parents tries to get the child from the other, for example by taking him or her illegally. (BRIT)” (CCLDe 2003: s.v.).

²⁴³ Sobre as restrições relativas ao emprego das *whole-sentence definitions* em relação às definições tradicionais, cf. tb. Svensén (2009: 239-240).

²⁴⁴ A título de ilustração, citamos MDHou (2005), para a língua portuguesa, e DMJE (1998), para a língua espanhola.

²⁴⁵ Recorremos, aqui, à terminologia empregada em Bagueño Miranda; Farias (2011b). Na verdade, aquilo que designamos como “palavras/expressões com significado” e “palavras/expressões sem significado” recebe, na literatura correspondente, uma série de designações tão variadas quanto os critérios utilizados para definir ambos os fenômenos. Voltaremos a essa questão em 4.2.2.

²⁴⁶ Sobre a distinção “significado lexical”/“significado categorial”, cf. Coseriu (1978) e Lutzeier (1985). Em Coseriu (1978), discriminam-se cinco tipos distintos de significado, entre os quais, interessam à lexicografia, mormente, os dois tipos de significado mencionados. Em Lutzeier (1985), por sua vez, esboça-se uma crítica à aplicação da oposição “significado lexical”/“significado categorial” à separação entre o aqui chamamos “palavras/expressões com significado” e “palavras/expressões sem significado”. Voltaremos a essa questão em 4.2.2.

léxica; as definições em metalinguagem de signo, também chamadas definições impróprias, ou explicações, não informam o consulente sobre o “significado” da unidade léxica, mas explicam *o que é, como se emprega e para que se emprega* o signo-lemma (cf. SECO 2003: 33). A principal diferença entre ambos os tipos de definição estriba em que as definições em metalinguagem de conteúdo admitem submeter-se à prova da substituição, ao passo que as paráfrases em metalinguagem de signo não. Compare-se os exemplos apresentados a seguir:

- (23) **silla** (del lat. «sella») **1** f. Asiento con patas y respaldo, para una sola persona. [...] (DUEe 2001: s.v.)
escudar verbo transitivo **1** Proteger a alguien contra una amenaza o peligro. [...] (DUEAe 2003: s.v.)²⁴⁷
misandre [...] Didact. Qui a de la haine ou du mépris pour les hommes (II) [...] (PRobE 2001: s.v.)
misérablement [...] **1** De façon très malheureuse. [...] **2** Dans la pauvreté. [...] **3** Mesquinement. [...] (PRobE 2001: s.v.)
- (24) **mas**¹ conj **1** Exprime oposição ou restrição, ou causa de uma ação, etc. (MiAu 2008: s.v.)
hasta [...] **1** prep. Expresa el lugar en que termina un movimiento [...] (DUEe 2001: s.v.)
je [...] **1** Pronom personnel de la première personne du singulier, sans distinction de genre, en fonction de sujet. [...] (PRobE 2001: s.v.)
o² art def (lat illu) Determina substantivo masculino singular. (MiE 1999: s.v.)

O grupo de definições (23) apresenta exclusivamente paráfrases em metalinguagem de conteúdo, ao passo que o grupo de definições (24) apresenta paráfrases em metalinguagem de signo. Deve-se ressaltar, ainda, que os signos-lemma arrolados no grupo (23) correspondem a palavras tradicionalmente classificadas entre as “expressões com significado”, enquanto os signos-lemma elencados no grupo (24) correspondem a palavras classificadas entre as “expressões sem significado” (BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2011b). Em tais casos, cumpre-se estritamente o que a teoria lexicográfica postula (cf. Quadro 6, *ad infra*).

Deve-se, porém, considerar que nem sempre esses princípios se deixam aplicar de forma tão objetiva. Por exemplo, a discussão acerca do estilo *whole-sentence definition*, conforme vimos anteriormente, situa-se à margem da distinção entre metalinguagem de conteúdo e metalinguagem de signo. Além disso, há casos em que palavras consideradas tradicionalmente como “expressões com significado” são definidas nos dicionários de língua mediante metalinguagem de signo, da mesma forma que determinadas palavras classificadas normalmente como “expressões sem significado” são definidas mediante metalinguagem de conteúdo. Tais questões serão tratadas a partir do próximo capítulo.

²⁴⁷ Nesse caso, como vimos anteriormente, o objeto direto “a alguien”, explicitado na paráfrase definidora, não forma parte do conteúdo semântico da definição, mas conforma seu contorno (cf. SECO 2003: 47-58). Deve-se, portanto, desconsiderá-lo, a fim de viabilizar a prova da substituição.

	Definição própria	Definição imprópria
Metalinguagem	Metalinguagem de conteúdo	Metalinguagem de signo
Âmbito de aplicação	“Palavras/expressões que significam”: Substantivos, adjetivos, verbos, advérbios ²⁴⁸	“Palavras/expressões que não significam”: Conjunções, preposições, pronomes, artigos, interjeições
Exemplo de definição	envelhecer “tornar-se velho” (MiE 1999: s.v., ac.2)	mas “liga orações ou períodos com as mesmas propriedades sintáticas, introduzindo frase que denota basicamente oposição ou restrição ao que foi dito” (HouE 2009: s.v., ac.1)
Aplicação à prova da substituição	Estêvão <i>envelheceu</i> sem perder o charme. Estêvão <i>tornou-se velho</i> sem perder o charme.	Joana estudou pouco, <i>mas</i> foi aprovada no concurso. *Joana estudou pouco, <i>liga orações ou períodos com as mesmas propriedades sintáticas, introduzindo frase que denota basicamente oposição ou restrição ao que foi dito</i> foi aprovada no concurso.

Quadro 6: O emprego da metalinguagem de conteúdo e da metalinguagem de signo segundo a teoria metalexiconográfica

²⁴⁸ Embora os advérbios sejam incluídos entre as “palavras com significado”, a viabilidade de se oferecer definições em metalinguagem de conteúdo para essa classe de palavras em todos os casos é questionada (cf., p.ex., MARTÍNEZ DE SOUZA 1995: s.v. *definición lingüística*; SECO 2003: 34).

PARTE II

**PARA UMA TEORIA DA DEFINIÇÃO LEXICOGRÁFICA:
O PROBLEMA ONTOLÓGICO DO SIGNIFICADO E SUA RELAÇÃO COM A
DEFINIÇÃO**

3 FUNDAMENTOS PARA UMA TEORIA DA DEFINIÇÃO LEXICOGRÁFICA

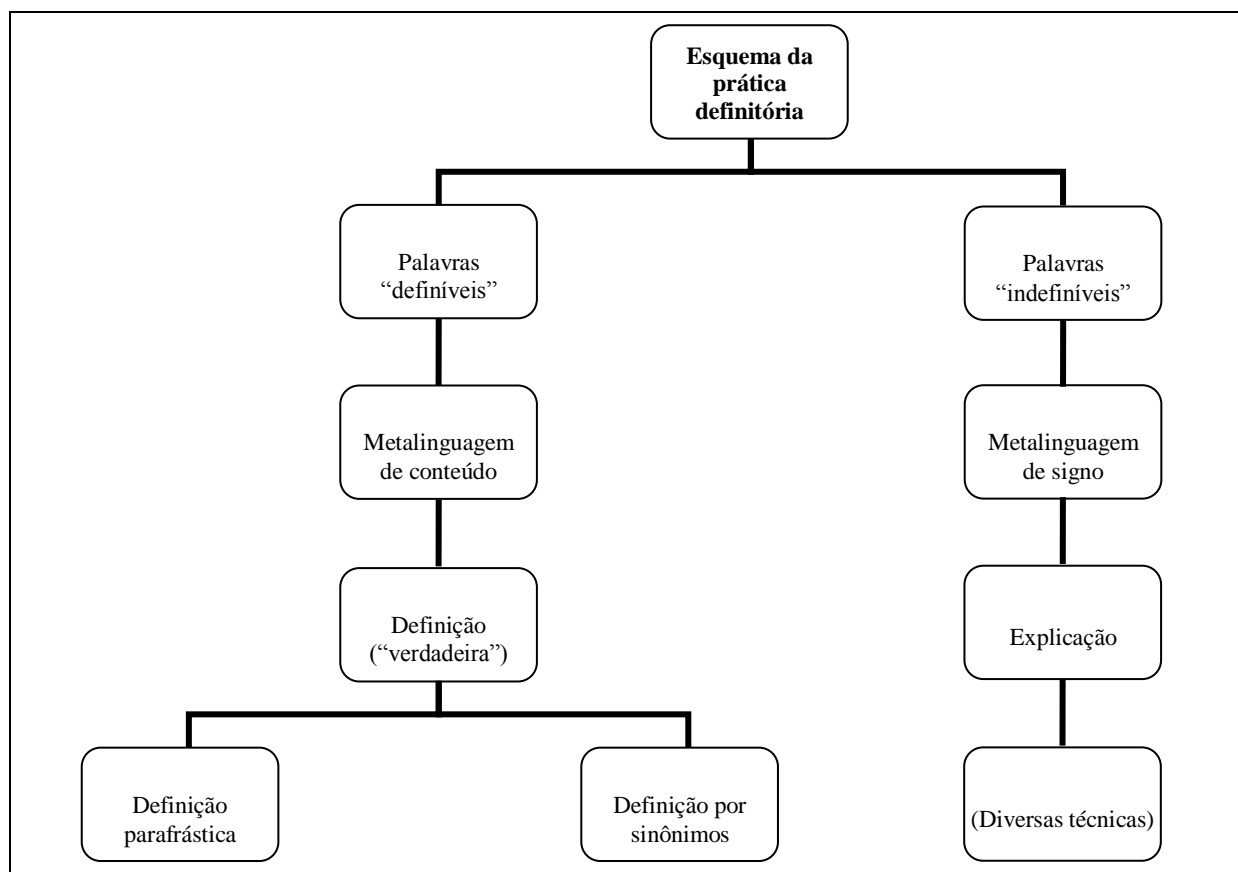
Com o cumprimento dos cinco primeiros objetivos gerais dispostos na Introdução – tarefa que deverá ser concluída ao término da segunda parte da tese – procuraremos, de acordo com a nossa concepção, estabelecer as bases epistemológicas para uma “teoria da definição lexicográfica”.

Entende-se por *teoria* “um conjunto sistematicamente ordenado, muitas vezes ricamente estruturado, e dedutivamente relacionado de declarações, mormente regulamentadas, sobre um determinado âmbito de aplicação”²⁴⁹ (PRECHTL; BURKARD 2008: s.v. *Theorie*), ou ainda, em termos mais simples, “um modo de examinar uma área, com o propósito de ter implicações explanatórias e predicativas”²⁵⁰ (BLACKBURN 2008: s.v. *theory*). Nesse sentido, recalamos que, malgrado a profusão de estudos que versam sobre o problema da definição no âmbito (meta)lexicográfico, uma “teoria da definição lexicográfica” ainda não existe (cf. BUGUEÑO MIRANDA 2009a), ou, no mínimo, não foi completamente formulada (cf. SOLOMONICK 1996).

No Capítulo 2, após uma revisão do percurso histórico da chamada “definição lexicográfica”, apresentou-se um panorama do estado da arte da questão no âmbito (meta)lexicográfico. Por um lado, descreveram-se os princípios básicos que devem reger a redação das definições do ponto de vista estritamente formal; por outro lado, demarcaram-se os limites do modelo tradicional de definição e as soluções apontadas pela (meta)lexicografia. Em relação ao segundo tópico tratado, merecem destaque os problemas inerentes à natureza diversa do “conteúdo semântico” das unidades léxicas passíveis de lematização nos dicionários de língua. Em face disso, Seco (2003: 33-34) propõe uma distinção entre “palavras definíveis” [*palabras definibles*] e “palavras indefiníveis” [*palabras indefinibles*] – distinção que, aliás, está fundamentada na oposição estabelecida no âmbito da semântica estrutural entre “significado lexical” e “significado categorial” (cf. tb. REY-DEBOVE 1971: 171-172; 247-252). Em termos lexicográficos, a solução encontrada é definir cada tipo de unidade léxica por meio de uma metalinguagem distinta: às “palavras definíveis” corresponde uma definição em metalinguagem de conteúdo; às “palavras indefiníveis”, por outro lado, corresponde uma definição em metalinguagem de signo. O esquema apresentado a seguir sintetiza o estado da arte na pesquisa sobre a definição lexicográfica:

²⁴⁹ [eine systematisch geordnete, oft reich strukturierte, deduktiv zusammenhängende Sammlung von zumeist gesetzesartigen Aussagen über einen bestimmten Gegenstandsbereich]

²⁵⁰ [a way of looking at a field that is intended to have explanatory and predicative implications]



Esquema 4: Síntese do estado da arte na pesquisa sobre a definição lexicográfica

As definições em metalinguagem de conteúdo (ou definições “verdadeiras”) apresentam-se sob a forma de uma paráfrase ou de um (ou mais) sinônimo(s)²⁵¹. Já as definições em metalinguagem de signo não são consideradas definições propriamente ditas, mas explicações. Essas explicações, por sua vez, podem ser de vários tipos. Há, por um lado, explicações em formato de “instruções de uso”, que oferecem informações sobre o emprego de, por exemplo, conjunções e preposições (cf. FORNARI 2009). Há também, por outro lado, explicações que não passam de uma descrição da categoria morfológica a que pertence o signo-lemma, muito comum no caso de artigos e pronomes (cf. FARIAS 2009a: 199-200)²⁵².

O esquema da prática definitória apresentado *ad supra*, no entanto, não exaure todos os problemas atinentes à formulação das definições. Em primeiro lugar, os dicionários – mesmo nos casos em que isso seria possível – não o respeitam de forma integral: algumas “palavras definíveis” – por exemplo, adjetivos – são às vezes, equivocadamente, definidas em

²⁵¹ As chamadas *whole-sentence definitions* (cf. 2.2.3.3.1), ainda que sejam alternativas definitórias legítimas – e, muitas vezes, devido à sua parte contextualizadora, mais eficazes que as “definições tradicionais” (cf. SVENSÉN 2009: 236-238) –, estão excluídas do nosso esquema da prática definitória, uma vez que: (a) seu emprego, como sabemos, restringe-se aos dicionários para aprendizes de inglês da série *Collins COBUILD* e a outras poucas obras de cunho escolar, e (b) sua formulação não pressupõe uma distinção entre diferentes tipos de metalinguagem.

²⁵² Trataremos esse aspecto de forma mais aprofundada no Capítulo 5.

metalinguagem de signo. Trata-se, portanto, de um problema metodológico, cuja resolução é relativamente fácil. Em segundo lugar, o esquema definitório não se deixa aplicar objetivamente a todas as unidades léxicas. Assim sendo, também é possível encontrar palavras em princípio “definíveis” parafraseadas em metalinguagem de signo²⁵³. Portanto, a separação estrita entre palavras “definíveis” e “indefiníveis”, preconizada por Seco (2003), não se verifica.

3.1 Delimitação dos problemas relativos à prática de redação das definições

O primeiro passo em direção à elaboração de uma “teoria da definição lexicográfica” consiste em averiguar, avaliar e classificar os problemas factuais dos dicionários de língua em relação à definição.

3.1.1 Classificação das definições de acordo com seu potencial elucidativo

Com base na oposição transparência/opacidade, Farias (2008a) propõe classificar as paráfrases definidoras em três grupos: (a) paráfrases transparentes, (b) paráfrases opacas deficitárias e (c) paráfrases opacas propriamente ditas.

3.1.1.1 *Paráfrases transparentes*

As paráfrases transparentes – estejam ou não redigidas em conformidade com os princípios elementares de redação (cf. 2.2.2.2), explicitem ou não uma teoria semântica em sua formulação (cf. Capítulos 4 e 6) – são efetivamente elucidativas, a exemplo das definições apresentadas em (1) e (2):

- (1) **cardápio** [...] Substantivo masculino. 1. Bras. Lista das iguarias que um restaurante, etc., pode servir, em geral com o preço de cada uma delas: “As pastas alimentícias... entravam habitualmente nos cardápios de hotéis e restaurantes” (Eduardo Frieiro, *Feijão, Angu e Couve*, p. 270). [...] (AuE 2009: s.v.)
- (2) **building** [...] A **building** is a structure that has a roof and walls, for example a house or a factory. *They were on the upper floor of the building... Crowds gathered around the Parliament building.* N-COUNT (CCLDe 2003: s.v.)

As definições transcritas *ad supra* podem ser consideradas “elucidativas”, muito embora a paráfrase (1) pudesse ser aprimorada em relação à seleção léxica e à formulação sintática, e a paráfrase (2) não esteja redigida segundo o modelo tradicional. Deve-se ressaltar,

²⁵³ Ambos os casos serão exemplificados e comentados em 3.1.

no entanto, que o problema atinente à delimitação das definições “transparentes”, ou “elucidativas”, frente às demais, é o próprio conceito de “elucidativo”, que é essencialmente subjetivo (cf. 3.2.3.1).

3.1.1.2 *Paráfrases opacas*

As paráfrases opacas subdividem-se em deficitárias e opacas propriamente ditas. No primeiro caso, o problema reside na forma como as paráfrases estão redigidas, de modo que, se forem reformuladas, as paráfrases deficitárias podem tornar-se transparentes. No segundo caso, no entanto, o problema não está relacionado ao método, mas é intrínseco ao objeto: há unidades léxicas cujo significado não se deixa parafrasear facilmente.

3.1.1.2.1 *Paráfrases opacas deficitárias*

Em Bugueño Miranda; Farias (2009) e em Farias (2011a), aplicou-se uma taxonomia simplificada de inadequações redacionais à análise dos principais problemas presentes em paráfrases, respectivamente, de dicionários escolares de língua portuguesa e de dicionários de língua espanhola. De acordo com a referida taxonomia, as três principais categorias de inadequações redacionais são:

- a) Inadequações metodológicas: descumprimento de parâmetros definitórios elementares.
- b) Inadequações de formulação: desajuste da linguagem utilizada na formulação da paráfrase.
- c) Inadequações semânticas: falta de correspondência entre o conteúdo sêmico da unidade definida e o conteúdo sêmico da paráfrase definidora.

a) Inadequações metodológicas:

Os problemas metodológicos são caracterizados pelo descumprimento dos parâmetros que deveriam subjazer à formulação das paráfrases definidoras, tendo em vista a técnica de redação empregada, que, na maioria das vezes, é a definição por *genus proximum et differentiae specifica*²⁵⁴. O descumprimento dos princípios redacionais – nos casos em que eles são aplicáveis, ou seja, na maior parte das definições de substantivos, adjetivos e verbos – constitui um problema de redação. Os exemplos mais ilustrativos são²⁵⁵:

²⁵⁴ A exceção são alguns dicionários classificados como infantis, a exemplo de MDHou (2005) e DMJE (1998), que procuram apresentar paráfrases semelhantes às definições dos dicionários da série *Collins COBUILD*.

²⁵⁵ Algumas das paráfrases definidoras transcritas nas próximas subseções apresentam mais de uma inadequação definitória. Para classificar cada definição em uma determinada categoria, consideramos apenas o problema que mais se destaca na sua redação, ou o que mais restringe o seu poder elucidativo.

1. Paráfrases definidoras sinonímicas: A definição por meio de um sinônimo não constitui um problema em si, mas é preciso considerar que, em um dicionário semasiológico, espera-se que o comentário semântico apareça representado por uma paráfrase definidora. Além disso, é preciso recordar que este tipo de definição pode acabar originando um círculo vicioso (como ocorre no grupo de definições (4)):

- (3) **repuxar** [...] **1** esticar muito; contrair; franzir [...] (DUPB 2002: s.v.)
- (4) **gestante** (Del ant. part. act. de gestar) **1.** adj. Que gesta. **2.** adj. **embarazada**. U. t. c. s. f. (DRAEe 2001: s.v.)
embarazado, da (Del part. de embarazar) **1.** adj. Dicho de una mujer: **preñada**. U. t. c. s. f. (DRAEe 2001: s.v.)
encinta (Del lat. incincta, desceñida) **1.** adj. Dicho de una mujer: **preñada**. (DRAEe 2001: s.v.)

2. Paráfrases definidoras circulares: A circularidade no interior da paráfrase é um problema da ordem do círculo vicioso na definição (cf. MARTÍNEZ DE SOUZA 1995: s.v. *definición lingüística*), acarretando problemas similares aos de uma definição sinonímica:

- (5) **fangosidad** **1.** f. Cualidad de fangoso. (DRAEe 2001: s.v.)
schifoso *agg.* Che fa schifo [...] (PCDIt 2009: s.v.)
- (6) **opilação** *sf.* **1.** Ato ou efeito de opilar(-se). [...]. (MiAu 2008: s.v.)
opilado *adj. sm. Bras.* Diz-se de, ou doente de opilação. (MiAu 2008: s.v.)
opilar *v.t.d.* **1.** Causar opilação a. *P.* **2.** Sofrer de opilação. [...]. (MiAu 2008: s.v.)

3. Paráfrases definidoras equivocadamente redigidas em metalinguagem de signo: A definição em metalinguagem de signo *per se* não constitui absolutamente um problema metodológico. No caso de conjunções, preposições ou pronomes, por exemplo, a metalinguagem de primeiro enunciado é, muitas vezes, a única solução viável (cf. REY-DEBOVE 1971: 171-172; 247-252; SECO 2003: 33-34). Além disso, a metalinguagem de signo também é exigida por determinadas unidades léxicas incluídas no grupo das “palavras/expressões com significado” (cf. BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2011a: 43-45). Referimo-nos, aqui, portanto, à inclusão de informações pertinentes ao primeiro enunciado na redação da paráfrase definidora, que, na maioria das vezes, dificultam sua leitura e compreensão e inviabilizam a prova da substituição (cf. SECO 2003: 34-42):

- (7) **misal** [...] **1.** adj. Se dice del libro en que se contiene el orden y modo de celebrar la misa. U. m. c. s. [...] (DRAEe 2001: s.v.)
- (8) **sacoleiro** *adj. s.m. B infrm.* diz-se de ou pessoa que se dedica à venda domiciliar ou em locais de trabalho de mercadorias ger. populares, como roupas, bijuterias e produtos eletrônicos <comerciante s.> <proibiram a entrada dos s. na repartição> [...] (HouE 2009: s.v.)

As definições de adjetivos apresentadas em (7) e (8) estão encabeçadas por fórmulas relativamente frequentes nos dicionários semasiológicos (cf. MARTÍNEZ DE SOUZA 1995: s.v. *definición lingüística*; SECO 2003: 34-40). A explicação para o emprego da metalinguagem de signo nesses casos reside no fato de que o redator do dicionário, além do significado, deseja apresentar ao leitor a “restrição de atribuição” do adjetivo. Seco (2003) entende esse problema como uma questão de “colocação semântica” [*colocación semántica*] dos adjetivos: em uma definição como a que se oferece em DRAEe (2001: s.v. *misal*, ac.1), a informação “en que se contiene el orden y modo de celebrar la misa” corresponde ao verdadeiro conteúdo da definição, ao passo que a informação “Se dice del libro” corresponde a uma explicação sobre o uso do adjetivo – que, nos termos de Seco (2003), corresponde ao “contorno” da definição. Seco (2003: 36) assinala que “ao considerar necessário não omitir nenhuma das duas informações, o redator reúne ambas dentro de um predicado unitário, sob a forma da segunda (‘explicação’): justo a que é semanticamente secundária”²⁵⁶. Com essa crítica, no entanto, o autor não pretende defender a exclusão da “informação colocacional” do dicionário, mas assinalar que “dois níveis distintos de informação – um sobre o conteúdo, outro sobre o signo enquanto tal; um, definição propriamente dita, outro, explicação sobre o uso – não devem misturar-se em um mesmo predicado”²⁵⁷ (SECO 2003: 37). Uma forma de separar o conteúdo da definição de seu contorno é o emprego de recursos gráficos. Obter-se-iam definições como as que seguem: *misal* “[libro] en que se contiene el orden y modo de celebrar la misa” e *sacoleiro* “[pessoa] que se dedica à venda domiciliar ou em locais de trabalho de mercadorias ger. populares, como roupas, bijuterias e produtos eletrônicos”.

b) Inadequações de formulação:

É possível distinguir dois tipos de problemas de formulação nas definições:

1. Paráfrases definidoras que empregam vocabulário inapropriado: Os problemas de seleção do vocabulário concernem ao emprego de termos técnicos e palavras de baixa frequência, desusadas e/ou de difícil compreensão na redação das definições:

- (9) **papaverina** (del lat. «papáver», adormidera) f. Quím. *Alcaloide del opio, que tiene acción *antiespasmódica. (DUEe 2001: s.v.)
- (10) **íngua** *sf. Med. 1.* Ingurgitamento do gânglio linfático inguinal. [...]. (MiAu 2008: s.v.)
- (11) **morango** *sm.* Infrutescência carnosa (e, não, fruto), edule, do morangueiro. (MiAu 2008: s.v.)

²⁵⁶ [al considerar necesario no omitir ninguna de las dos informaciones, el redactor reúne las dos dentro de un predicado unitario, bajo la forma de la segunda («explicación»): justo la que es semánticamente secundaria]

²⁵⁷ [dos niveles distintos de información – uno, sobre el contenido; otro, sobre el signo en cuanto tal; uno, definición propriamente dicha; otro, explicación sobre el uso – no deben ir mezclados en un mismo predicado]

2. Paráfrases definidoras mal formuladas linguisticamente: Os problemas concernentes à má formulação linguística incluem a redação de definições muito longas, com problemas sintáticos ou que acoplam duas ou mais acepções:

- (12) **cacaueiro** Substantivo masculino. 1. Bras. Bot. Arvoreta da família das esterculiáceas (*Theobroma cacao*), muito cultivada na Amaz. e na BA, dentro da floresta rarefeita, de folhas grandes, oblongas e membranáceas, e cujas pequenas flores se inserem sobre o tronco, onde também surgem os frutos, grandes, alongados, que medem de 10 a 25cm, podem pesar até 1kg, e contêm uma polpa doce, acidulada e de sabor agradável; as sementes, em número de 15 a 56, encerram 45 a 55% de uma gordura dita *manteiga de cacau* e servem, depois de torradas, para preparar o chocolate. [Sin.: *cacauzeiro* e *cacoeiro*.] (AuE 2009: s.v.)
- (13) **novio, -a** [...] **2** Con respecto a una persona, otra que mantiene con ella relaciones amorosas con intención de casarse con ella. [...] (DUEE 2001: s.v.)
- (14) **maïs** [...] Céréale (*graminées*) à racines fibreuses, à tige droite, à larges feuilles lancéolées et dont les fruits sont des grains durs de la grosseur d'un pois, serrés sur un gros épi presque cylindrique; grain de cette plante. (PRobE 2001: s.v.)

c) Inadequações semânticas:

Os problemas dessa ordem são causados pela falta de correspondência entre o conteúdo semântico da unidade léxica definida e o conteúdo semântico da paráfrase:

- (15) **Arnika** *die* < -, -s > *eine Heilpflanze* (PGWDaF 2011: s.v.)
carpa sf. Peixe de água doce. [...]. (DJLP 2001: s.v.)
- (16) **Anakonda** [...] *die*; -, -s; *südamerikanische ungiftige Riesenschlange*. (NDW 2006: s.v.)
bégonia [...] Plante d'Amérique tropicale (*bégoniacées*), ornementale, cultivée pour ses fleurs. [...] (PRobE 2001: s.v.)

As paráfrases do grupo (15) são altamente deficitárias, uma vez que seu conteúdo semântico corresponde ao “gênero próximo” das classes definidas. As paráfrases do grupo (16), por seu turno, não distinguem a espécie definida de outras espécies pertencentes ao mesmo gênero²⁵⁸; são, portanto, seguramente taxonômicas, mas não opositivas.

3.1.1.2.2 Paráfrases opacas propriamente ditas

Definições opacas deficitárias, se reformuladas, podem converter-se em definições elucidativas. O problema mais grave, no entanto, é o das definições opacas propriamente

²⁵⁸ A exceção seria a definição apresentada em PRobE (2001: s.v. *bégonia*). Neste caso, se se considera a indicação da família à qual pertence a planta “(*bégoniacées*)” como um dos traços diferenciadores, então a definição seria, pelo menos em teoria, suficiente para distinguir a classe definida de outras classes pertencentes ao mesmo gênero. O problema, sem embargo, estriba em que o termo *bégoniacées*, por um lado, pertence a uma área específica do conhecimento – a botânica –, e, por outro lado, faz parte da mesma família do signo-lemma. Ambos correspondem, portanto, a inadequações redacionais, que afetam diretamente o potencial elucidativo da paráfrase definidora.

ditas. O primeiro aspecto a ser considerado no que diz respeito à dificuldade de se formular definições transparentes em determinadas situações é, por assim dizer, inerente à natureza do significado das unidades léxicas. Os exemplos mais emblemáticos são as designações de classes naturais e artefatos, as designações pertencentes a taxonomias fechadas (como os graus militares, os meses do ano, os dias da semana etc.), e os substantivos abstratos de ação (cf., p.ex., BENEDUZI; BUEGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2005; FARIAS 2009a: 211-214; 2009c). Outro exemplo claro são as palavras gramaticais, tais como preposições e conjunções (cf., p.ex., FORNARI 2009):

- (17) **palta** nf *ASur* Fruto del palto, de forma parecida a una pera, con la corteza verde y rugosa, pulpa suave y mantecosa y semilla grande en el centro. Sin: aguacate. (DUEAe 2003: s.v.)
rim [...] n [C] the outer edge of something, esp. of something curved or circular: *The rim of this cup is chipped.* (CDAE 2006: s.v.)

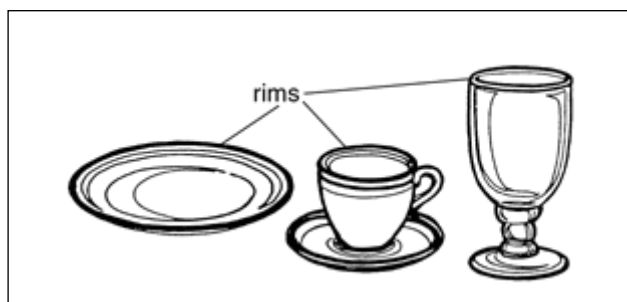


Figura 4: Ilustração de *rims* em CDAE (2006)
 Fonte: CDAE (2006: 738)

- (18) **e** [...] Conjunção. 1. Aditiva: une orações ou palavras: *Antônio viaja e Manuel estuda*; “Fernão Dias Pais Leme os olhos cerra. E morre.” (Olavo Bilac, *Poesias*, p. 271); *ordem e progresso; cultura e talento*. 2. Adversativa: mas, porém: *Quis falar, e teve de calar-se*. 3. Adversativa: e no entanto, e contudo; e apesar disso: “O pior é que era coxa. Uns olhos tão lúcidos, uma boca tão fresca, uma compostura tão senhoril; e coxa!” (Machado de Assis, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, p. 105.) 4. E ainda por cima; e além do mais; e além de tudo: “Não era bonita, não era gaiata, nem tinha fatos garridos; e pobre!... Era o pior, palavra.” (Fialho d’Almeida, *A Cidade do Vício*, p. 109.) 5. E em consequência: *Procura, e acharás*. 6. E mais; e ainda: *Esperou meses e meses*. 7. E em contraste; e em oposição: *Há maridos e maridos*. [...] (AuE 2009: s.v.)
- o 1 conj. Sirve fundamentalmente para relacionar dos posibilidades expresando que solamente una de ellas se realiza: ‘Vendrá él o su hermano’ [...]
- ☐ **Notas de uso**
 Puede «o» repetirse delante de cada término; esta repetición está particularmente indicada cuando lo que se expresa es que la no realización del primero supone forzosamente la realización del segundo: ‘O te callas o me marchó’. (DUEe 2001: s.v. o²)

Em cada caso, o lexicógrafo, na tentativa de elucidar o significado das unidades léxicas, emprega mais de uma técnica explanatória: além da definição – presente nos quatro verbetes –, oferece-se, também, nos dicionários, sinônimos (cf. DUEAe 2003: s.v. *palta*), exemplos (cf. CDAE 2006: s.v. *rim*; AuE 2009: s.v. *e*; DUEe 2001: s.v. *o*²), notas de uso (cf. DUEe 2001: s.v. *o*²) e ilustrações (cf. CDAE 2006: s.v. *rim*). Esse fato demonstra, no mínimo,

o reconhecimento, por parte dos redatores, da dificuldade em se definir determinados tipos de unidades léxicas.

O segundo aspecto que se deve levar em conta é a relação, nem sempre completamente exata, entre a clássica distinção estabelecida entre “palavras com significado” e “palavras sem significado” e a metalinguagem utilizada na definição:

(19) **Arschloch** [...] 2 (*abwert.*) *Schimpfwort für eine dumme Person: Du (altes/blödes) Arschloch!* (PGWDaF 2011: s.v.)

(20) **todavia** *conj.coord.* (sXIII) *mas, contudo, porém, no entanto, entretanto* [...] (HouE 2009: s.v.)

As paráfrases apresentadas acima evidenciam uma contradição em relação aos princípios expostos em Seco (2003). Em (19), uma “palavra com significado” – ou “definível” – é parafraseada mediante metalinguagem de signo; já em (20), uma “palavra sem significado” – ou “indefinível” – é parafraseada mediante metalinguagem de conteúdo.

Em relação à definição (19), deve-se considerar que há situações em que uma definição em metalinguagem de signo para nomes – ainda que inviabilize a prova da substituição – é bastante mais útil para o consultante, na medida em que é capaz de veicular informações que não poderiam ser veiculadas por uma definição em metalinguagem de conteúdo, como as situações de uso, ou a própria intenção do falante ao empregar determinada unidade léxica (cf. 4.3.1).

No que diz respeito à paráfrase (20), não é possível argumentar contra sua formulação em metalinguagem de conteúdo, uma vez que a inteligibilidade está assegurada. Embora o conceito de “definição elucidativa” seja delimitado apenas de forma meramente impressionista (cf. 3.2.3.1), a comparação da definição (20) com uma definição da mesma unidade léxica em metalinguagem de signo permite constatar que a primeira é bastante mais clara do que a segunda:

(21) **todavia** [...] *conj.* 1. Usa-se para introduzir uma oposição ou restrição ao que foi dito (ex.: *parece um caso desesperado, todavia não perdemos a esperança*). [...] (DPLP 2013: s.v.)

3.2 Elaboração de uma teoria da definição lexicográfica

A ausência de uma “teoria da definição lexicográfica” é uma das responsáveis pelas deficiências das paráfrases definidoras apresentadas nos dicionários de língua – que, frequentemente, conduzem à anulação do seu potencial elucidativo. Tais deficiências, aliás, estão presentes em dicionários de distintas tradições lexicográficas – embora, e isto deve ficar

claro, não com a mesma intensidade em todas –, o que corrobora a assunção de que o problema seja, efetivamente, uma consequência da referida lacuna da (meta)lexicografia.

O modelo que desenvolveremos ao longo desta seção – alicerçado na crítica ao esquema definitório tradicional – pretende (a) apresentar uma solução minimamente satisfatória para parte dos problemas atinentes à redação das paráfrases expostos anteriormente e (b) lançar uma discussão acerca dos limites da definição em relação à elucidação do significado em dicionários semasiológicos.

3.2.1 Escopo de uma teoria da definição lexicográfica

Tendo em vista os problemas delimitados na prática de redação das paráfrases definidoras descritos em 3.1, uma “teoria da definição lexicográfica” deve ter como principais objetivos:

- a) a otimização das paráfrases que, não obstante “transparentes”, contêm problemas formais de redação (cf., p.ex., a definição apresentada em (1));
- b) a minimização das inadequações definitórias nos dicionários de língua, que acarretam a apresentação de paráfrases “opacas deficitárias”;
- c) o aprimoramento das paráfrases consideradas “opacas propriamente ditas”, com o intuito de eliminar problemas formais e propor critérios uniformizadores para a redação de paráfrases correspondentes a unidades léxicas de uma mesma categoria (p.ex., nomes de frutas, nomes de animais, conjunções, preposições, interjeições etc.).

3.2.2 Esquema geral de uma teoria da definição lexicográfica

Ainda que a (meta)lexicografia não tenha, de fato, desenvolvido uma teoria integral, é preciso destacar, evidentemente, os esforços, por exemplo, de Wiegand (1989e; 1999b; 1999c), no sentido de delinear os contornos de um modelo teórico para a redação das definições no âmbito (meta)lexicográfico – fundamentando-se, aliás, como vimos, na crítica à tentativa, não completamente bem-sucedida, de acomodação dos princípios da lógica a uma teoria linguística. O autor, no entanto, não chega a formular uma teoria *stricto sensu*. Suas principais contribuições para esse fim, a nosso ver, residem em (a) delimitar os problemas atinentes ao modelo clássico de definição em relação à sua aplicação (meta)lexicográfica, e (b) reconhecer que as expressões linguísticas passíveis de lematização possuem propriedades semânticas distintas, de tal forma que exigem tipos diferentes de descrição semântica. Wiegand (1999b: 154) admite, como pressuposto para seu estudo, que “[U]ma teoria

completa da descrição lexicográfica do significado requer uma classificação das expressões lexicalizadas de uma língua de acordo com sua forma semântica”²⁵⁹. Ele próprio trata, na referida ocasião, exclusivamente dos nomes predicadores²⁶⁰. A propósito da discussão levada a cabo, Wiegand (1999b) conclui que:

A teoria de uma descrição lexicográfica do significado, exemplificada aqui pelos nomes predicadores, pode ser desenvolvida de uma maneira similar com relação aos predicadores que sejam adjetivos e verbos. No que diz respeito a signos-lemma, respectivamente, que pertencem a outras categorias morfológicas, ou que constituam expressões idiomáticas, entretanto, o esboço básico da teoria deve ser erigido de um modo completamente diferente. [...] a teoria esboçada aqui está completa somente no caso de se poder expressar, de forma conveniente, como o comentário sobre o conteúdo semântico de todos os tipos de lema deve ser formulado.²⁶¹ (201)

Nossos estudos prévios, que objetivavam estipular as bases para uma teoria da definição lexicográfica – referimo-nos, especificamente, a Farias (2010c) e Bugueño Miranda; Farias (2011a; 2011b; 2013a; 2013b) –, estavam em consonância com a concepção de Wiegand (1999b). Além disso, deve-se chamar a atenção para a quantidade de trabalhos que têm como foco a definição de um tipo específico de signo-lemma – seja do ponto de vista da informação semântica veiculada, seja do ponto de vista exclusivamente formal²⁶² –, que endossam a perspectiva assumida por Wiegand (1999b). Essa concepção – com a qual, aliás, estamos completamente de acordo, e que conforma, igualmente, um dos princípios que subjazem à nossa pesquisa – pode, no entanto, adaptar-se a um esquema genérico e representar-se por meio dele. Esse esquema genérico deve, a nosso ver, constituir a base de uma “teoria da definição lexicográfica”, e, portanto, a base para o desenvolvimento de, por assim dizer, “micromodelos” de definição para cada tipo específico de signo-lemma.

A elaboração de um esquema genérico que constitua a base para uma “teoria da definição” deve considerar vários aspectos e relacioná-los entre si.

²⁵⁹ [A complete theory of the lexicographic meaning description requires a classification of the lexicalized expressions of a language according to their semantic form]

²⁶⁰ Wiegand (1999b: 155) lembra que a classe dos predicadores inclui, além dos nomes, todos os verbos e parte dos adjetivos.

²⁶¹ [The theory of a lexicographic meaning description, exemplified here by noun predicators, may be developed in a similar fashion with respect to predicators which are adjectives and verbs. With respect to lemma signs which belong to other parts of speech or which are idioms respectively, however, the basic outline of the theory has to be drawn up in a completely different way. [...] the theory outlined here is complete only in that case if it can justifiably convey how the comment on semantics of all lemma types is to be formulated]

²⁶² A título de ilustração, mencionamos os seguintes estudos, tanto de cunho analítico como de cunho propositivo, e sob as mais diversas perspectivas: sobre substantivos concretos, Piotrowski (1988), Langenbacher-Liebott (1995: 192-199), Farias (2009b; 2009c); sobre substantivos abstratos, Jäger; Plum (1989), Plum (1992), Langenbacher-Liebott (1995: 199-206), Beneduzi; Bugueño Miranda; Farias (2005: 212-215); sobre verbos, Canellada (1988), Seco (2003: 47-58), Beneduzi; Bugueño Miranda; Farias (2005: 215-218); sobre conjunções, Lang (1989), Fornari (2009); sobre advérbios oracionais, Wiegand (1982); sobre partículas modais, Wolski (1989); sobre termos técnicos, Langenbacher-Liebott (1995: 206-209; 2006: 80-84), Finatto (2001; 2003).

Em primeiro lugar, deve-se ter em mente que o ato de definir envolve dois processos:

- a) a apreensão do conteúdo semântico da unidade léxica a ser definida, e
- b) a sua explicitação por meio de uma paráfrase (cf. FARIAS 2012).

No que concerne especificamente ao segundo processo – em outras palavras, a definição propriamente dita –, assumimos que as paráfrases definidoras devem ser consideradas do ponto de vista de dois parâmetros chave propostos por Atkins; Rundell (2008: 407):

- a) o conteúdo (as informações que a definição contém);
- b) a forma (as estruturas e as próprias palavras utilizadas para transmitir essas informações).

Por fim, em conformidade com Bugueño Miranda (2009a), discriminamos as três variáveis sobre as quais deveria fundamentar-se uma “teoria da definição lexicográfica”:

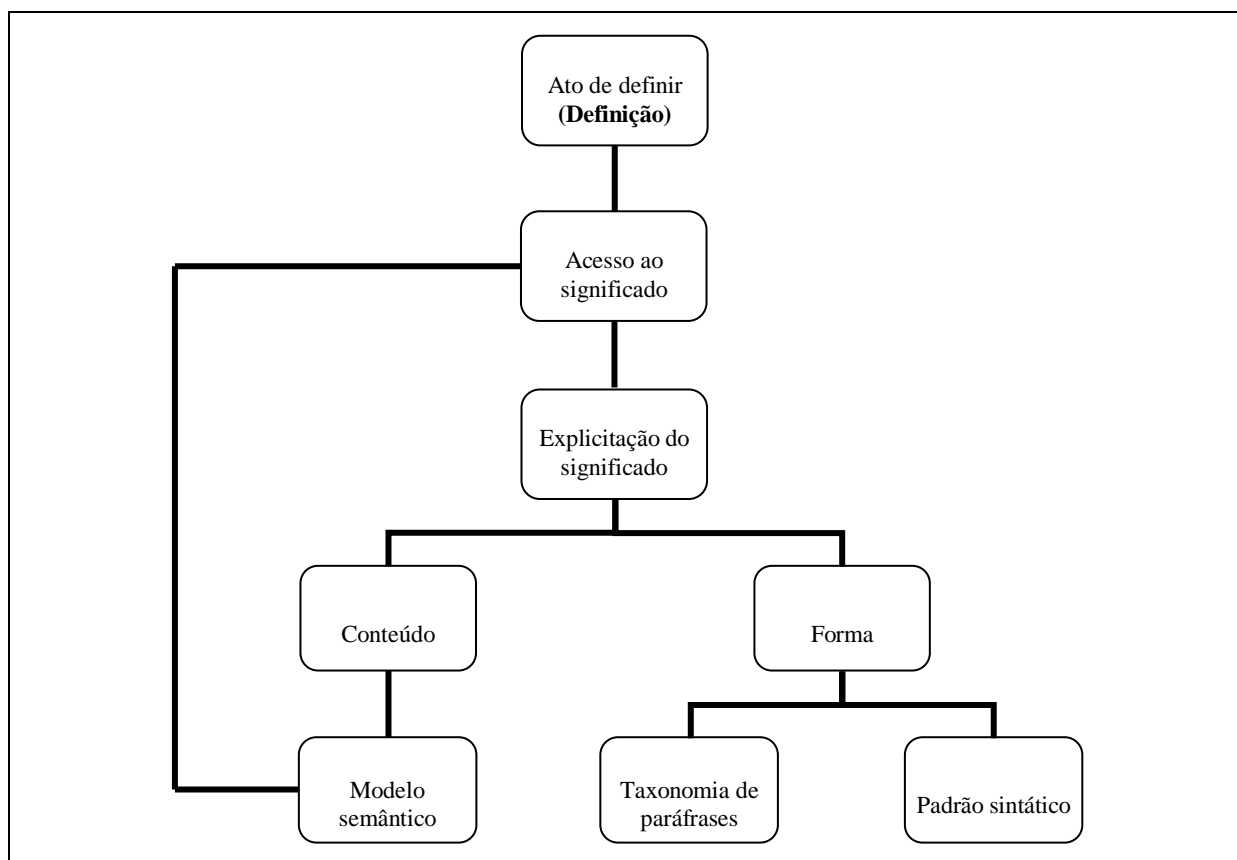
- a) uma taxonomia de paráfrases explanatórias;
- b) um *pattern* sintático;
- c) uma teoria semântica.

A elaboração de uma taxonomia de paráfrases permite oferecer uma imagem de conjunto da variada gama de opções de reescrita que o lado direito da “equação semântica” comporta – sempre em vista do tipo de unidade léxica que se define. A geração de *patterns* sintáticos, por sua vez, possibilita a obtenção de modelos de redação distintos para cada tipo específico de signo-lemma. Por fim, a teoria semântica constitui um instrumento heurístico que atua tanto na delimitação do conteúdo proposicional da paráfrase como na determinação do seu potencial elucidativo – ainda que, neste último caso, encontremo-nos diante das restrições que serão descritas em 4.2.1.1. Esta última variável atua em ambos os processos relativos ao ato de definir, ao passo que as duas primeiras variáveis atuam exclusivamente no segundo processo²⁶³. Fazemos notar, também, que cada uma das três variáveis discriminadas *ad supra* conduz a uma apreciação das unidades léxicas a serem definidas, tendo em vista seu comportamento morfossintático, por um lado, e a natureza do seu conteúdo semântico, por outro²⁶⁴.

²⁶³ A incidência da variável “teoria semântica” em ambos os processos envolvidos no ato de definir será avaliada no Capítulo 4; sua aplicação direta ao segundo processo será analisada no Capítulo 6. A atuação das variáveis “taxonomia de paráfrases explanatórias” e “*pattern* sintático” na explicitação do conteúdo semântico das unidades léxicas, por sua vez, será avaliada no Capítulo 5.

²⁶⁴ Não se trata, simplesmente, de separar as palavras de acordo com a categoria morfológica; é preciso, além disso, estabelecer subdivisões no interior de cada classe de palavras. Os estudos mencionados em nota anterior evidenciam uma separação e categorização das unidades léxicas que vai além da classificação morfológica. Discute-se, por exemplo, o problema específico da definição de designações de classes naturais (cf. PIOTROWSKI 1988; FARIAS 2009b; 2009c), de designações de sentimentos/emoções (cf. JÄGER; PLUM

A fundamentação proposta para uma “teoria da definição lexicográfica” pode ser esquematizada da seguinte forma:



Esquema 5: Modelo de uma “teoria da definição lexicográfica”

3.2.3 Dificuldades inerentes à elaboração de uma teoria da definição lexicográfica

A elaboração de um modelo teórico integral para a definição lexicográfica, que permita oferecer resultados satisfatórios na redação de 100% das paráfrases definidoras, esbarra em uma série de limitações, que são consequência tanto da própria natureza do objeto de descrição da lexicografia – a língua – como das lacunas da teoria lexicográfica ainda incipiente. No entanto, a possibilidade de predição das limitações intrínsecas a esse modelo é, justamente, o ponto de partida para a elaboração de um modelo mais amplo, que englobe, além da definição *stricto sensu*, outros recursos explanatórios (cf. Capítulo 7). A análise dos principais problemas relacionados à redação das paráfrases nos dicionários semasiológicos permitiu-nos isolar as três principais limitações de uma “teoria da definição lexicográfica”:

1989; PLUM 1992), de termos técnico-científicos (cf. LANGENBACHER-LIEBGOTT 1995; 2006; FINATTO 2001; 2003), ou de advérbios oracionais (cf. WIEGAND 1982). Além disso, essa é uma questão crucial para o desenvolvimento da discussão sobre o problema da metalinguagem da definição.

- a) a dificuldade de delimitação do conceito de “definição elucidativa”, que inviabiliza a disposição de critérios objetivos para o “bem definir”;
- b) a carência de estudos a respeito do usuário do dicionário, que impossibilita o emprego dessa variável na disposição de critérios objetivos para o “bem definir”;
- c) a intangibilidade da natureza do significado, que torna o próprio objeto da definição, pelo menos em parte, inacessível para o lexicógrafo.

Deve-se assinalar que os três problemas elencados, embora claramente diferenciados, estão imbricados, de forma que não é possível tratar uma das questões sem aludir às demais.

3.2.3.1 *O conceito de definição elucidativa*

Um dos problemas atinentes à elaboração de uma “teoria da definição lexicográfica” é determinar o que se deve entender sob o rótulo de “definição elucidativa”. A revisão bibliográfica realizada possibilitou constatar que as diversas concepções a respeito do que seria uma “definição elucidativa” – nas nossas palavras – estão baseadas em critérios puramente impressionistas²⁶⁵. No âmbito das ciências matemáticas, Poincaré (1973: 104) sustenta que uma “boa definição” é a que os bons estudantes podem entender. Entretanto, o próprio autor continua sua exposição, questionando o que significaria, de fato, “entender algo”. Da resposta a essa questão – que, como ele mesmo assume e demonstra, é bastante controversa –, depende a validade do seu conceito de “boa definição”. É justamente esse conceito de “boa definição” que Rey-Debove (1966) adota como pressuposto ao elaborar os princípios metalexigráficos que deveriam garantir o equilíbrio da chamada “equação sêmica”. Stock (1988: 82), por sua vez, assevera que “a dificuldade que se origina com a noção de definição ideal é a dificuldade sobre o que *é* ideal”²⁶⁶. O mesmo poderia ser aplicado a “elucidativo”, quando se trata de definir o que é uma “definição elucidativa”. Para tentar responder a essa questão, a autora propõe uma mudança de foco: em vez de centrar a atenção nas regras tradicionalmente estabelecidas para a redação das definições – descritas em 2.2.2.2 –, dever-se-ia tratar das necessidades do usuário. É precisamente deste ponto que partem Atkins; Rundell (2008: 450), ao proporem que a configuração – ou seja, a conjunção de conteúdo e forma – de uma definição é determinada “pelas necessidades e habilidades dos usuários do dicionário particular com o qual se trabalha”²⁶⁷.

²⁶⁵ A deficiência da classificação das paráfrases definidoras com base na oposição transparência/opacidade também reside no caráter meramente impressionista dos conceitos “transparente” e “opaco”.

²⁶⁶ [the difficulty which arises with the notion of the ideal definition is the difficulty that it *is* ideal]

²⁶⁷ [by the needs and skills of the users of the particular dictionary you are working on]

Os autores apresentam quatro princípios gerais para a redação de uma “boa definição”:

- a) A definição deve “explicar” e não “definir”.
- b) A definição deve possibilitar ao usuário identificar o conceito em questão.
- c) A definição não deve conter mais palavras do que o estritamente necessário (levando em conta a inteligibilidade e a transferência de informação).
- d) O esforço empenhado na redação da definição é inversamente proporcional ao esforço necessário para compreendê-la (cf. ATKINS; RUNDELL 2008: 451-452).

Não obstante reconheçamos o esforço de sistematização de Atkins; Rundell (2008), a análise dos princípios gerais para a elaboração de “boas definições” evidencia a subjetividade inerente à sua formulação. Em relação ao primeiro critério, deve-se considerar a “polissemia” do termo *explicar*. Como vimos (cf. Esquema 4), de acordo com Seco (2003), por exemplo, uma *explicação* opor-se-ia a uma *definição* propriamente tal, uma vez que se aplicaria exclusivamente a unidades léxicas para as quais não seria possível apresentar uma definição. O segundo critério, por sua vez, é, talvez, o mais controverso. Rey (1977: 100) já demonstrava que uma definição, ao mesmo tempo em que descreve um dado significado, deve ser capaz de apontar a um referente no mundo extralinguístico. Uma das principais dificuldades que o processo de definir implica, contudo, justamente e desde sempre, como nossa pesquisa tem permitido comprovar, em garantir que a descrição apresentada permita identificar o referente, ou, em outras palavras, em garantir que a definição corresponda a “todo o *definiendum* e nada mais que o *definiendum*” (cf. REY-DEBOVE 1966). Com relação ao terceiro critério, parece-nos consensual o fato de que uma definição não deveria conter mais palavras do que as necessárias. O problema está, sem embargo, em relacionar o número de palavras aos conceitos de *inteligibilidade* e *transferência de informação*, que, uma vez mais, carecem de objetividade. Por fim, o último critério não chega a ser exatamente um princípio para uma “boa definição”, reforçando, tão somente, a responsabilidade do lexicógrafo em relação à tarefa de elaboração das paráfrases definidoras. Além disso, Atkins; Rundell (2008) definem seus princípios gerais para uma boa definição com base na variável “usuário”, questão que está muito longe de ser consensual no âmbito (meta)lexicográfico.

3.2.3.2 A relação entre potencial elucidativo da definição e usuário

Referimo-nos já à importância da figura do usuário no que tange à delimitação do conceito de “definição elucidativa”. O panorama acerca da pesquisa relativa ao tema, no entanto, não é muito animador no que diz respeito à resolução do referido impasse. Embora as

décadas de 1980 e 1990 tenham constituído um período bastante fértil no que diz respeito às pesquisas sobre o uso de dicionários²⁶⁸, Welker (2004: 236), por exemplo, destaca que a grande maioria dos estudos teve como objeto de preocupação as línguas estrangeiras, em especial o inglês, de modo que faltam investigações sobre o uso de dicionários de língua materna. Na mesma direção, Hartmann (2001: 80-83) faz referência ao pouco conhecimento que ainda se tem acerca do usuário de dicionários. Particularmente em relação ao Brasil, Welker (2006b: 229) salienta que o uso de dicionários é um tema que ainda não despertou o interesse dos estudiosos²⁶⁹.

O usuário do dicionário, mesmo após tantos anos, continua sendo “o ilustre desconhecido” [*der bekannte Unbekannte*], como definiu-o Wiegand (1977: 59). Não obstante, a figura do usuário é central no âmbito (meta)lexicográfico. O perfil do usuário, juntamente com a definição taxonômica e a função, conforma a tríade que fundamenta a concepção de uma obra lexicográfica (cf. FARIAS 2009a: 31-55). Segundo Hartmann (2001: 81) e Hartmann; James (2001: s.v. *user*), a “perspectiva do usuário” [*user perspective*] articula-se sobre dois eixos: (a) as “necessidades de informação” [*reference needs*] e (b) as “estratégias de busca” [*reference skills*]. As necessidades de informação são “[A]s situações que levam os indivíduos a procurar informações em obras de referência tais como os dicionários”²⁷⁰ (HARTMANN; JAMES 2001: s.v. *reference needs*); já as estratégias de busca são “[A]s habilidades que se requerem do usuário do dicionário para encontrar a informação que está sendo procurada”²⁷¹ (HARTMANN; JAMES 2001: s.v. *reference skills*)²⁷². A conjunção desses dois fatores possibilitaria conformar um perfil de usuário específico para uma dada obra lexicográfica (cf. HARTMANN 2001: 81). Deve-se ressaltar, no entanto, que,

²⁶⁸ Em Welker (2004: 235-249; 2006a), são descritas, de modo bastante sucinto, algumas das pesquisas realizadas entre as décadas de 1980 e 1990 (bem como em anos anteriores). Em Welker (2006b), por sua vez, são apresentadas algumas pesquisas sobre esse tema feitas no Brasil em anos posteriores, mais precisamente entre as décadas de 1990 e 2000.

²⁶⁹ A fim de ilustrar os efeitos da carência de estudos acerca do usuário, citamos o caso dos dicionários denominados escolares no Brasil. Uma rápida leitura dos prefácios e introduções das obras lexicográficas disponíveis no mercado editorial brasileiro permite constatar que os seus potenciais consulentes, embora frequentemente mencionados, nunca são delimitados com precisão. Mesmo nos casos em que os dicionários são abertamente apresentados como destinados a usuários escolares, as informações que oferecem nem sempre correspondem às necessidades de consulta do seu público-alvo. Essa é uma das razões pelas quais a tipologia de dicionários escolares proposta pelo PNLD em sua edição de 2012, baseada justamente na discriminação dos usuários por etapa de escolaridade (cf. BRASIL 2012) não garante que as obras classificadas em cada uma das categorias realmente possam atender às necessidades do seu público específico. Para uma crítica à classificação do PNLD, cf. Bugueño Miranda; Farias (2013c).

²⁷⁰ [The circumstances that drive individuals to seek information in reference works such as dictionaries]

²⁷¹ [The abilities required on the part of the dictionary user to find the information being sought]

²⁷² No concernente às estratégias de busca, Hartmann; James (2001: s.v. *reference skills*) salientam que se sabe muito pouco sobre o comportamento e as preferências dos consulentes. A exceção é feita ao conhecimento que se tem acerca da estrutura de acesso empregada nas obras de referência em geral, considerando que a ordenação alfabética é fundamental quando se trata de facilitar a localização da informação que se procura.

pelo menos neste momento, não se dispõe de instrumentos que possam auxiliar a determinar de maneira empírica as necessidades dos consulentes, muito menos a reconhecer suas estratégias de busca²⁷³.

Um dos recursos mais frequentemente empregados na pesquisa sobre o uso de dicionários – e, conseqüentemente, sobre o usuário – são os questionários. Lew (2002) defende que os questionários, não obstante sejam alvo de inúmeras críticas por parte dos especialistas, podem vir a ser importantes ferramentas de auxílio à tarefa de reconhecimento das necessidades e estratégias de busca dos usuários, desde que sua elaboração obedeça a critérios mais rigorosos do que os que vem sendo empregados até o momento. Por ora, no entanto, e consoante o próprio autor, não existem respostas conclusivas a esse respeito.

Crystal (2006: 324) critica a “ortodoxia” [*orthodoxy*] dos questionários apresentados aos consulentes, que, via de regra, fundamentam-se em “nossas [*i.e.*, dos lexicógrafos] ideias preconcebidas sobre o que os usuários de dicionários gostam e sabem a respeito”²⁷⁴. Assim, pois, por um lado, a “noção ‘conveniência do usuário’” [*notion ‘convenience of the user’*] seria frequentemente mencionada, porém poucas vezes testada, e, por outro lado, as expectativas reais dos consulentes raramente seriam satisfeitas. A necessidade de testar a “noção ‘conveniência do usuário’” é ineludível; o autor cita, por exemplo, que

um dos objetivos do uso de um vocabulário restrito de definição [...] é permitir um nível mais alto de compreensão das definições; mas a consequência de usar o vocabulário ‘mais fácil’ é que o comprimento das definições frequentemente tem de aumentar. [...] Assim, a questão de pesquisa que interessa é se um usuário acha mais fácil manejar as versões compactadas ou descompactadas (onde facilidade é operacionalizada de uma forma padrão, como em paradigmas da pesquisa psicolinguística)?²⁷⁵ (CRYSTAL 2006: 323-324)

²⁷³ Uma saída possível é o emprego de um documento oficial regulador do ensino como referência para a tarefa de especificar as necessidades de um determinado grupo de usuários – mormente se se trata de aprendizes, tanto da língua materna como de uma língua estrangeira. A título de ilustração, menciona-se a aplicação dos *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino da Língua Portuguesa* (de 5ª a 8ª séries) ao desenho de um dicionário escolar de língua portuguesa em Farias (2009a), bem como a aplicação dos *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino de Língua Inglesa* (Ensino Médio) ao desenho de um dicionário bilíngüe passivo inglês-português para estudantes do Ensino Médio em Selistre (2012). Além disso, destaca-se a análise do *Quadro Comum Europeu de Referência para as Línguas* com vistas a avaliar em que grau e como as competências que devem ser desenvolvidas pelo estudante de uma língua estrangeira podem ser convertidas em segmentos informativos em um dicionário monolíngüe para aprendizes brasileiros de espanhol em Gonzalez (2009). Em relação a este último projeto, Bugueño Miranda (2007c) já havia delimitado alguns parâmetros que devem orientar a definição de um perfil de usuário para o tipo de obra em questão.

²⁷⁴ [our [*i.e.*, dos lexicógrafos] preconceived ideas about what dictionary users like and know about]

²⁷⁵ [one of the aims of using a restricted defining vocabulary [...] is to allow a higher level of lexical comprehension in the definitions; but a consequence of using the ‘easier’ vocabulary is that the length of the definitions often has to increase. [...] Now, the interesting research question is whether a user finds the packed or the unpacked versions easier to handle (where ease is operationalised in some standard way, as in psycholinguistic research paradigms)?]

Se a necessidade de testar a “noção ‘conveniência do usuário’” é inquestionável – muito embora não se saiba ao certo como fazê-lo –, o ponto de vista assumido por Crystal (2006) no que diz respeito às expectativas do consulente é controverso. Entre o que os usuários esperam dos dicionários, Crystal (2006) menciona a inclusão de informações enciclopédicas e o uso de cores, ao passo que etimologia, pronúncia e uso seriam informações menos requisitadas. Frente a isso, o autor indaga:

Lexicógrafos deveriam tentar mudar seus métodos, a fim de ir ao encontro das demandas do potencial consumidor? Ou deveriam tentar conscientizar o consumidor sobre novas maneiras de comportar-se – no mínimo, uma campanha nacional para persuadir usuários de dicionários a ler os prefácios?²⁷⁶ (CRYSTAL 2006: 325)

Crystal (2006) reconhece méritos em ambos os enfoques, ainda que os acadêmicos normalmente se inclinam pelo segundo caminho.

Em relação ao primeiro enfoque, deve-se questionar, por exemplo, a funcionalidade do emprego de cores *per se* em um dicionário. Uma teoria lexicográfica baseada na funcionalidade das informações (cf., p.ex., BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2006; 2008a) repele qualquer tipo de indicação que não seja discreta e discriminante em função de três variáveis – quais sejam, o tipo de dicionário, a função que deve cumprir e, justamente, o usuário. Esse modelo, no entanto, no que concerne ao usuário, baseia-se em demandas linguísticas (cf., p.ex., TARP 2006; BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2008a; FARIAS 2009a), e não em expectativas que parecem não levar em conta a necessidade de cumprir determinadas tarefas, mas que, provavelmente, fundamentam-se em “crenças” sem qualquer embasamento teórico-metodológico. Com efeito, Bugueño Miranda; Damim (2005), ao tratar dos problemas atinentes à escolha de dicionários bilíngues português-inglês, atentaram para o fato de que, na maioria das vezes, os usuários, no momento da compra, deixavam-se guiar exclusivamente por critérios impressionistas, tais como o número de palavras, a presença de ilustrações, o preço etc.²⁷⁷ Os autores atribuem as escolhas dos usuários a determinados mitos que cercam as obras lexicográficas. Adaptando a proposta original de Bugueño Miranda;

²⁷⁶ [Should lexicographers try to change their methods in order to meet the demands of the potential consumer? Or should they attempt to educate the consumer into new ways of behaving – at the very least, a national campaign to persuade dictionary users to read their prefaces?]

²⁷⁷ Crystal (1997: 111) apresenta um questionário com vinte perguntas que visam auxiliar os usuários na compra de seus dicionários. Entretanto, o referido questionário é, a nosso ver, um instrumento que contribui tão somente para perpetuar os mitos em torno das obras lexicográficas, posto que a maioria das questões ou estão baseadas apenas em observações de cunho meramente impressionista (p.ex., o papel é de boa qualidade? as entradas (especialmente as longas) estão claramente apresentadas?), ou em considerações bastante generalizantes acerca da organização macro e microestrutural, que não levam em conta nem as diferenças entre os vários tipos de dicionários, nem as necessidades específicas de cada grupo de usuários (p.ex., o dicionário contém todas as palavras que você gostaria de encontrar? o dicionário oferece citações (exemplos de uso), eles são reais ou artificiais? o dicionário oferece informação etimológica?).

Damim (2005) – que consideravam apenas os dicionários bilíngues –, apresentamos a seguinte lista de crenças cientificamente infundadas que pairam sobre os dicionários:

- a) Um dado dicionário é capaz de resolver todas as dúvidas dos seus consulentes.
- b) Um dado dicionário é idêntico a todos os seus concorrentes.
- c) O número de palavras é proporcional à qualidade da obra.

Em Farias (2009a: 62-66), comprovamos que tais crenças não somente estão arraigadas na mente dos usuários, como também – em uma espécie de retroalimentação – fundamentam as exigências do mercado editorial de obras dicionarísticas, que raras vezes parece estar orientado por um fazer científico.

Por outro lado, deve-se reconhecer que o segundo enfoque – ainda que nos pareça o mais coerente – não está propriamente fadado ao êxito. Landau (2001: 116), por exemplo, argumenta que os usuários não têm o hábito de ler o *front matter* das obras que consultam. Além disso, não obstante os esforços no sentido de ensinar o consulente a usar os dicionários de forma mais proveitosa²⁷⁸, a maior parte da população ainda permanece completamente alheia a quaisquer orientações de cunho científico acerca do uso de obras lexicográficas.

No que diz respeito especificamente à explanação do significado nos dicionários, Calderón Campos (1994: 39) apresenta uma lista de insatisfações dos usuários, que inclui:

- a) a ausência de determinada palavra ou acepção;
- b) o fato de que determinados verbetes sejam muito extensos;
- c) a falta de clareza dos códigos (símbolos e abreviaturas) utilizados nos dicionários;
- d) a presença de definições ou extremamente complexas ou muito vagas.

Em relação ao primeiro tópico, deve-se ponderar que a ausência de determinada palavra ou acepção em um dicionário não deve ser imediatamente relacionada a uma falha. Considerando que, à exceção dos dicionários de inventário aberto, ou exaustivos – para os quais, aliás, não há representantes no âmbito (meta)lexicográfico nacional²⁷⁹ –, os demais dicionários, de inventário não aberto, ou seletivos, ainda que possuam uma cobertura lexical abrangente, devem (ou, pelo menos, deveriam) proceder a uma seleção macroestrutural, o

²⁷⁸ Nesse sentido, menciona-se a existência de manuais, cujo objetivo é ensinar a usar dicionários e enciclopédias, tendo em vista tirar o máximo de proveito das informações apresentadas (cf., p.ex., LE ROY DES BARRES 1993). Além disso, há dicionários que possuem seu próprio “manual”, uma espécie de livro de exercícios, que descreve os diferentes tipos de informações apresentadas na obra e sua utilidade prática, ao mesmo tempo em que ensina como acessá-las (cf., p.ex., CAMBRIDGE 2000, aplicado ao CDAE 2006).

²⁷⁹ Welker (2004: 14) designa como G4 o grupo de dicionários gerais brasileiros composto por AuE (2009), HouE (2001), MiE (1998) e DUPB (2002). De acordo com a classificação sugerida por Welker (2004: 43), AuE (2009), HouE (2001) e MiE (1998) são dicionários gerais extensos, mas não exaustivos. DUPB (2002), por seu turno, apresenta uma proposta diferente dos demais, definindo como seu objetivo registrar o uso efetivo do sistema linguístico em um período e local bem determinados. Para uma análise específica do DUPB (2002), cf. Zanatta (2006a: 48-55).

que, em termos práticos, equivale à exclusão de boa parte do caudal léxico. Assim, pois, se uma obra lexicográfica conta com parâmetros rígidos de seleção macroestrutural – que, pelo menos idealmente, deveriam fundamentar-se na tríade tipo de dicionário/função da obra/usuário²⁸⁰ – a ausência de determinada palavra ou acepção estaria justificada.

O segundo e o terceiro tópicos apontados pelos consulentes como insatisfatórios – respectivamente, a extensão dos verbetes e a falta de clareza dos códigos empregados pelo lexicógrafo –, embora constituam, efetivamente, problemas diversos, estão intimamente relacionados à necessidade de transmissão de informação ao consulente, e remetem, conseqüentemente, à distinção estabelecida entre *extensão* e *densidade* do PCI (cf. 1.2.2.2.2). De acordo com o princípio de funcionalidade da microestrutura, a quantidade de segmentos informativos contidos no verbete – sua extensão – dependerá dos tipos de indicações que se necessita oferecer ao consulente. Um grande número de informações, seguramente, dificulta a leitura, uma vez que não somente contribui para estender o verbete, como também para aumentar o número de recursos gráficos utilizados²⁸¹.

Para ilustrar o problema, comparamos dois verbetes, o primeiro de um dicionário geral e o segundo de um dicionário escolar, ambos de língua portuguesa (cf. Quadro 7, *ad infra*). É evidente que a leitura de um verbete como *abacaxi* em AuE (2009) exige atenção e diligência por parte do consulente – atenção e diligência que um consulente escolar talvez não tenha. O verbete é bastante extenso, não apenas pela quantidade de segmentos informativos, mas também em razão da polissemia do signo-lema, problema do qual o redator não pode esquivar-se. Entretanto, por outro lado, a seleção das informações – e também das acepções – apresentadas em MiAu (2008: s.v. *abacaxi*) parece responder tão somente a uma necessidade de poupar espaço, e não de tornar a leitura mais fácil para o consulente. Dessa forma, determinados segmentos informativos são simplesmente eliminados do dicionário escolar, sem que as necessidades específicas de informação do consulente em questão tenham sido consideradas. O segmento dedicado à sinonímia – evidentemente, não da forma como é apresentado em AuE (2009: s.v. *abacaxi*¹) –, dada a sua vocação onomasiológica, poderia auxiliar nas tarefas de produção linguística (cf. FARIAS 2009a: 113-163). Similarmente, o segmento dedicado à exemplificação poderia servir, em MiAu (2008: s.v. *abacaxi*, ac.3),

²⁸⁰ O descompasso entre o tipo de obra e as informações arroladas – nesse caso, especificamente no plano macroestrutural – é justamente o problema que apresentam os dicionários brasileiros, mormente, MiE (1998), HouE (2001; 2009) e AuE (2009). O exame de intervalos lematizados dessas obras revela a ausência de critérios claros que sirvam para orientar a seleção da nomenclatura no âmbito da definição macroestrutural quantitativa. A esse respeito, cf., p.ex., Farias (2011c).

²⁸¹ A respeito da interferência dos recursos gráficos na leitura e compreensão do verbete, cf. Bray (1989) e Martínez de Souza (1995: s.v. *diccionario*).

como mecanismo explanatório complementar à definição que é, nesse caso, opaca (cf. FARIAS 2008a). Além disso, as definições são abreviadas de forma aparentemente aleatória: ainda que as definições de *abacaxi* em AuE (2009: s.v. *abacaxi*¹, ac.1, 2) sejam deficitárias, as informações apresentadas nas paráfrases desse mesmo signo-lemma em MiAu (2008: s.v. *abacaxi*, ac.1, 2) são, justamente, as que menos auxiliam na tarefa de elucidação do significado. Em relação às paráfrases nos dicionários escolares, Calderón Campos (1994: 40) observa que “não se trataria de recortar mais ou menos arbitrariamente, mas de reelaborar as definições, para torná-las mais compreensíveis e úteis”²⁸². Atrevemo-nos, sem embargo, a estender essa observação às demais obras, uma vez que o labor lexicográfico consiste, justamente, em tornar as definições, em todos os casos, “mais compreensíveis e úteis” para o consulente.

Dicionário geral AuE (2009)	Dicionário escolar MiAu (2008)
<p>abacaxi¹ [De or. tupi.] Substantivo masculino. 1. Bras. Angol. Bot. Planta da família das bromeliáceas (<i>Ananas sativus</i>), cultivada ou selvagem, cuja parte comestível é infrutescência carnosa resultante do crescimento e da coalescência de todas as flores da inflorescência. Tanto a infrutescência como o caule encerram uma enzima proteolítica que pode ter o mesmo emprego que a papaína. [Sin. (bras.): <i>ananá, ananás, ananaseiro, nanás, nanaseiro, abacaxi-branco, aberas.</i>] 2. A infrutescência comestível do abacaxi; <i>ananá, ananás, nanás.</i> 3. Bras. Gír. Coisa trabalhosa, complicada, embrulhada, intrincada: <i>Antes de viajar, teve vários abacaxis para resolver.</i> 4. Bras. Gír. Coisa ou pessoa desagradável, maçante, chata: <i>Aquele romance é um abacaxi;</i> “Dois meses depois, ela telefona, em pânico: ‘Vou ser mãe!’ Do outro lado da linha, Sandoval explode: ‘Que abacaxi!’ E, então, começa a evitar a pequena.” (Nélson Rodrigues, <i>100 Contos Escolhidos. A Vida como Ela É</i>, II, pp. 57-58). 5. Bras. V. <i>galego</i> (4). 6. Bras. PE AL Dançador pesado, desajeitado. ♦ Descascar um abacaxi. Bras. Gír. 1. Resolver ou procurar resolver uma dificuldade. 2. Sair-se de uma embrulhada, de uma situação desagradável, maçante.</p>	<p>a.ba.ca.xi Substantivo masculino. 1. Bot. Bromeliácea de infrutescência carnosa, comestível; ananás. 2. Essa infrutescência; ananás. 3. Gír. Coisa trabalhosa, complicada.</p>

Quadro 7: Comparação dos verbetes *abacaxi* em AuE (2009) e MiAu (2008)

O preenchimento de cada segmento informativo no interior verbete – sua densidade – também está em relação direta com as necessidades de informação do usuário. Para ilustrar, transcrevemos o seguinte verbete de LaGWDaF (2008):

²⁸² [no se trataría de recortar más o menos arbitrariamente, sino de reelaborar las definiciones para hacerlas más comprensibles y útiles]

- (22) **helfen**; *hilft, half, hat geholfen*; $\overline{V_i}$ **1. (j-m) (bei etw.) h.** j-n (durch bestimmte Mittel) unterstützen, damit er sein Ziel (schneller u. leichter) erreicht \approx beistehen <j-m bereitwillig, freiwillig, spontan, finanziell, mit Rat u. Tat h.>: *Die Kinder helfen ihrer Mutter im Haushalt; Er half der alten Frau beim Einsteigen ins Auto; Er hat ihr suchen / beim Suchen geholfen [...]* (LaGWDaF 2008: s.v.)

Uma das principais características da tradição lexicográfica germânica é a redundância de informações no interior do verbete – em outras palavras, os verbetes são altamente densos. LaGWDaF (2008: s.v. *helfen*) utiliza três recursos distintos para a apresentação da valência verbal:

- a) a indicação da categoria morfológica, apresentada antes do número que marca a primeira acepção;
- b) a indicação explícita dos complementos verbais antes da paráfrase definidora;
- c) a apresentação de exemplos.

Isso evidencia um esforço por demonstrar ao estudante de alemão como língua estrangeira a construção sintática peculiar desse verbo. Por outro lado, reconhecemos que o excesso de segmentos informativos com o mesmo objetivo aumenta a extensão do verbete, e requer a ampliação do uso de elementos semióticos que podem perturbar a leitura – fator que constitui uma das principais fontes de crítica à lexicografia de língua alemã (cf. BUGUEÑO MIRANDA 2009b).

A reivindicação dos consulentes por verbetes menos extensos, portanto, não pode ser satisfeita por completo. Já a satisfação da reivindicação pela clareza dos códigos empregados no dicionário depende, em certa medida, do próprio usuário. Por um lado, é certo que um número excessivo de elementos semióticos no verbete pode perturbar sua leitura – *vide* o caso dos dicionários alemães mencionado no parágrafo anterior. Por outro lado, no entanto, o número de recursos gráficos diferentes no verbete é diretamente proporcional ao número de segmentos informativos apresentados – e esse é um fato ineludível. Cabe, portanto, ao consulente da obra buscar informar-se – por meio da leitura do *front matter*, por exemplo – a respeito dos símbolos gráficos empregados e seus respectivos significados²⁸³.

²⁸³ Deve ficar claro que estamos no âmbito de uma situação ideal. Com efeito, um dos problemas que a análise da apresentação das informações correspondentes ao “pós-comentário” em dicionários de língua evidenciou é, justamente, a aplicação de recursos semióticos idênticos à apresentação de segmentos informativos diversos, o que pode, de fato, confundir o consulente (cf. FARIAS 2011b). A título de ilustração, apresentamos os seguintes verbetes extraídos de MiE (1998), dicionário que emprega não somente o mesmo espaço no interior do verbete, como também o mesmo tipo de letra, para a apresentação de informações tão diversas como variantes gráficas, flexão de número e conjugação de verbos irregulares:

- (23) **O.ba.lua.ê** *sm Folc* (Rio de Janeiro) Orixá da varíola; também chamado *Xapanã* e *Omolu* na Bahia. *Var: Obalauê.* (MiE 1998: s.v.)
- (24) **ob-rep.ção** *sf (lat obreptione)* **1** Ato de obter qualquer coisa arditosamente ou por surpresa. **2** Astúcia, dolo. *Pl: ob-repções.* (MiE 1998: s.v.)

Por fim, o quarto tópico diz respeito à falta de clareza das definições, que ora são demasiadamente complexas, ora excessivamente vagas. Para tanto, partimos da análise das paráfrases transcritas em (26) e (27):

- (26) **caju**¹ *s.m.* [...] **1.1** ANGIOS fruto complexo do cajueiro (*Anacardium occidentale*), com um pedúnculo piriforme, amarelo, rosado ou vermelho, ger. carnosos, suculento e rico em vitamina C (que é o pseudofruto, nomeado simplesmente como caju), e o fruto propriamente dito, duro e oleaginoso (que é a castanha-de-caju); acaju [O pedúnculo é comestível ao natural, em doces e esp. em refrescos, enquanto a castanha-de-caju é consumida assada e ger. salgada.] [...] (HouE 2009: s.v.)
- (27) **caju** *sm* (tupi akaiú) 1 Fruto do cajueiro. [...] (MiE 1998: s.v.)

As definições em (26) e (27) – ainda que a análise assuma um ponto de vista meramente impressionista – podem ser consideradas pouco úteis para o consulente. Em (26), são veiculadas uma série de informações especializadas, e, portanto, de pouco proveito para o chamado “usuário médio”. Com efeito, Langenbacher-Liebgott (1995) recorda que, para a compreensão do significado,

Raramente descrições de detalhes ricamente diferenciadas são [...] úteis, dado que frequentemente são acessíveis apenas ao especialista e, via de regra, são também dificilmente dedutíveis linguisticamente [...]. A indicação da família ou da espécie, da perspectiva do usuário, pode ser vista, seguramente, como irrelevante. Uma indicação desse tipo, em todo caso, deve ser avaliada como informação adicional, que não serve tanto para a compreensão, para a distinção, como, pelo contrário, àquele usuário que já sabe de que se trata, e que pode, com a ajuda dessas indicações, recuperar outras informações especializadas em um dicionário especializado.²⁸⁴ (198-199)

Em (27), por sua vez, a única informação passível de ser recobrada é o fato de que se trata de um fruto. As paráfrases, pois, padecem de vagueza, e são, da mesma forma que no caso anterior, pouco úteis em relação ao esclarecimento do significado.

Em ambas as situações, encontramos exemplos claros de paráfrases opacas, ou não elucidativas. A elaboração de um conceito claro de “definição elucidativa” depende, como vimos, em grande parte, da variável “usuário”. A caracterização das definições transcritas *ad supra* como “não elucidativas” está calcada nessa variável. Deve-se levar em conta, entretanto, que ambas são situações extremas, respectivamente, de complexidade e de

(25) **o.bli.quar** (*lat obliquare*) *vint* **1** Caminhar obliquamente, de través. **2** Proceder maliciosamente, com dissimulação. Conjugação, *pres ind: obliquo (ú), obliquas (ú) etc. pres subj: obliqúe, obliqúes etc.* (MiE 1998: s.v.)

²⁸⁴ [Hilfreich sind [...] selten feindifferenzierte Detailbeschreibungen, da sie oft nur dem Spezialisten zugänglich und in der Regel auch sprachlich schwer erschließbar sind [...]. Die Angabe der Familie oder des Artnamens darf aus der Perspektiven des [...] Benutzers sicherlich als unwesentlich angesehen werden. Eine solche Angabe ist allenfalls als Zusatzinformation zu werten, die nicht so sehr dem Verstehen, Erkennen dient, als vielmehr demjenigen Benutzer, der bereits weiß, worum es sich handelt, und der mit Hilfe dieser Angabe weitere speziellere Informationen in einem Fachlexikon einholen kann]

vagueza das definições – que, aliás, é a mais pertinente entre as quatro críticas dos usuários às obras lexicográficas elencadas em Calderón Campos (1994). Para definir de forma mais exata o conceito de “elucidativo” do ponto de vista do “usuário médio”, seria necessário saber o que ele entende, efetivamente, por “complexidade” e “vagueza”. E essa é uma resposta que a teoria lexicográfica, pelo menos até o presente momento, não oferece.

3.2.3.3 A natureza do significado

Os dicionários de linguística e filosofia costumam eludir a definição de *significado* – não obstante sua importância para o desenvolvimento das mencionadas ciências – preferindo dissertar sobre as distintas perspectivas a partir das quais a questão tem sido tratada, as dificuldades inerentes à apreensão e/ou delimitação do que se costuma chamar de “conteúdo semântico” das unidades léxicas e enunciados, ou, ainda, referindo-se exclusivamente às relações de significado (sinonímia, antonímia, hiponímia/hiperonímia, meronímia etc.) que se estabelecem entre as palavras (cf., p.ex., LEWANDOWSKI 1990: s.v. *Bedeutung*; CRYSTAL 2001: s.v. *meaning*; BUßMANN 2008: s.v. *Bedeutung*; GLÜCK 2010: s.v. *Bedeutung*; BLACKBURN 2008: s.v. *meaning*; PRECHTL; BURKARD 2008: s.v. *Bedeutung*). Em outros casos, os dicionários buscam uma espécie de “simplificação” do problema, definindo o significado como “[A] relação entre palavras ou sintagmas e os objetos ou ideias que eles designam”²⁸⁵ (HARTMANN; JAMES 2001: s.v. *meaning*), ou “aquilo que uma língua expressa sobre o mundo em que vivemos, ou qualquer mundo possível ou imaginário”²⁸⁶ (RICHARDS; SCHMIDT 2002: s.v. *meaning*). Tais definições, no entanto, consideram o problema apenas parcialmente, e, portanto, distam muito de poder responder satisfatoriamente a questão central de que se trata.

Apesar das dificuldades enfrentadas no momento de se determinar o que se deve entender por significado, Zgusta (1971: 21) assinala a importância que uma definição de *significado* tem no âmbito (meta)lexicográfico, uma vez que “praticamente todas as decisões do lexicógrafo estão em relação direta ou indireta com a maneira como ele lida com o significado lexical”²⁸⁷. Nas seções subsequentes, discorreremos brevemente acerca da concepção de significado adotada pelo lexicógrafo e sua interferência nos diversos aspectos

²⁸⁵ [The relationship between words or phrases and the objects or ideas which they designate]

²⁸⁶ [what a language expresses about the world we live in or any possible or imaginary world]

²⁸⁷ [practically all decisions of the lexicographer are in direct or indirect relation to the way in which he deals with lexical meaning]

envolvidos no processo de definir – tomado em seu sentido mais amplo, e não apenas do ponto de vista estrito da redação da paráfrase propriamente dita.

3.2.3.3.1 O significado e a discriminação das acepções

Um problema fundamental relacionado à descrição do significado das unidades léxicas – e, seguramente, o primeiro com o qual o lexicógrafo se depara na tarefa de elaboração das paráfrases definidoras – é a delimitação do número de acepções de uma unidade léxica e, conseqüentemente, do conteúdo semântico de cada uma delas (cf. HERBST; KLOTZ 2003: 37).

No âmbito da semântica lexical, os fenômenos de polissemia e homonímia sempre constituíram matéria de discussão²⁸⁸. Em termos gerais, a polissemia verifica-se quando a significação de uma unidade léxica consiste em uma estrutura de significados (sememas) “contínuos”, que compartilham um ou mais traços (semas) (cf. GLÜCK 2010: s.v. *Polysemie*). Já a homonímia é definida *grosso modo* como a relação de significado estabelecida entre dois signos linguísticos, cuja forma fonológica e/ou gráfica é idêntica, mas cujo conteúdo semântico é discrepante (cf. GLÜCK 2010: s.v. *Homonymie*). A literatura especializada elenca dois critérios aplicáveis à distinção entre polissemia e homonímia: o critério diacrônico, que considera a origem etimológica, e o critério sincrônico, que considera o grau de discrepância entre as acepções (cf. CAMARA Jr. 2009: s.v. *homonímia*). Contudo, não se deve perder de vista que o emprego de um ou outro critério pode levar a resultados divergentes (cf. OLIVEIRA; BUGUEÑO MIRANDA; SIQUEIRA 2013: 164), de tal forma que a distinção entre ambos os fenômenos é, frequentemente, lábil (cf. CAMARA Jr. 2009: s.v. *polissemia*).

Do ponto de vista (meta)lexicográfico, a distinção entre polissemia e homonímia reflete diretamente na definição macroestrutural qualitativa do dicionário, mormente no que concerne à opção por uma solução polissêmica ou homonímica (cf. 1.2.2.1)²⁸⁹. A opção por uma solução polissêmica ou homonímica no plano macroestrutural, também tem incidência no desenho do verbete no plano microestrutural. A estrutura de um verbete relativo a um

²⁸⁸ Para um breve panorama dos estudos acerca do fenômeno da polissemia ao longo do tempo, desde a tradição histórico-filológica ao enfoque atual no âmbito da semântica cognitiva, cf. Lewandowska-Tomaszczyk (2007).

²⁸⁹ A esse respeito, convém reforçar que a polissemia e a homonímia, do ponto de vista lexicológico, são fatos completamente distintos da solução polissêmica e da solução homonímica, do ponto de vista (meta)lexicográfico. A distinção entre polissemia e homonímia que possa ser feita no âmbito da semântica lexical não se refletirá obrigatoriamente na obra lexicográfica, na medida em que sua representação no dicionário deverá adaptar-se à tríade tipo de dicionário/usuário/função. Um dicionário escolar, por exemplo, não deveria optar por uma solução homonímica, já que sua funcionalidade, tendo em vista o usuário em questão, seria mínima (cf. FARIAS 2009a: 105-109).

signo-lema polissêmico – em outras palavras, seu *layout* – é, pelo menos em parte, definida tendo em vista, por um lado, a opção por uma solução polissêmica ou homonímica, e, por outro, o estabelecimento de critérios para a ordenação das acepções (cf. OLIVEIRA; BUGUEÑO MIRANDA; SIQUEIRA 2013: 164-165).

À margem da distinção fundamental entre polissemia e homonímia no âmbito (meta)lexicográfico, focaremos nossa atenção, neste e no próximo tópico, nas questões atinentes à estrutura polissêmica do significado. Nesse âmbito, Gao (2013: 67) assevera que, entre os problemas mais árduos com os quais o lexicógrafo tem de lidar, encontram-se a discriminação das acepções e sua ordenação no interior do verbete.

Kilgarriff (1997; 2007), em relação à “discriminação” ou “desambiguação das acepções” [*word sense disambiguation*], salienta que o grande desafio que essa tarefa impõe ao lexicógrafo é, justamente, a própria definição de “acepção”, tendo em vista que “não há maneiras decisivas de identificar onde termina uma acepção de uma palavra e começa a próxima”²⁹⁰ (KILGARRIFF 2007: 29). Atkins; Rundell (2008: 263) chamam a atenção sobre a disparidade entre as diversas “acepções de uma palavra” descritas pelo dicionário e os “significados das palavras”, tal como os concebem os usuários dessas obras. Os autores elaboram o problema da seguinte maneira: por um lado, deve-se considerar o fato de que identificar e descrever os significados das palavras é a principal tarefa que cabe ao lexicógrafo; por outro lado, no entanto, é preciso ter em conta a ausência de um acordo sobre o que exatamente seriam as “acepções das palavras” – ou, inclusive, se efetivamente existiriam. Para exemplificar o problema, selecionamos, aleatoriamente, cinco unidades léxicas polissêmicas e analisamos a discriminação de acepções nos quatro dicionários de língua portuguesa que conformam o G4:

	AuE (2009)	HouE (2009)	MiE (1998)	DUPB (2002)
<i>cascata</i>	6	7	3	6
<i>cascavel</i>	5	9	7	5
<i>castigo</i>	4	8	7	5
<i>casulo</i>	2	9	4	3
<i>catraca</i>	3	4	4	1

Tabela 2: Contraste da discriminação de acepções em quatro dicionários de português

A partir dos dados dispostos na tabela acima, poder-se-ia formular algumas hipóteses para explicar a discrepância em relação ao número de acepções nos dicionários analisados:

²⁹⁰ [There are no decisive ways of identifying where one sense of a word ends and the next begins]

- a) Os dicionários pertencem a classes distintas, o que implica que os tipos de informações apresentadas devem estar adequados ao seu usuário e à função que pretende cumprir.
- b) Os dicionários apresentam, em cada caso, uma maior ou menor disposição à apresentação de unidades léxicas e acepções marcadas diassistemicamente.

Em relação à primeira hipótese, poder-se-ia estabelecer uma oposição entre os três primeiros dicionários – classificados *grosso modo* como dicionários gerais – e o último – classificado como dicionário de usos. As diferenças que o genótipo “dicionário geral”, por um lado, e o genótipo “dicionário de usos”, por outro, acarretariam em termos da definição macro e microestrutural das obras, contudo, não explicam os dados apresentados na Tabela 2. Os números obtidos, ao menos nos quatro primeiros casos, são bastante similares em AuE (2009) e DUPB (2002), ao passo que mostram-se relativamente discrepantes, se comparamos, por exemplo, AuE (2009) e HouE (2009). Por sua vez, em relação à segunda hipótese, poder-se-ia sugerir que HouE (2009) – dicionário que apresenta o maior número de acepções em todos os casos – possui uma cobertura diassistêmica mais ampla do que as demais obras analisadas. Entretanto, além de não ser possível fazer tal afirmação com base apenas nos dados apresentados *ad supra*, os demais dicionários também incorporam, nos verbetes das unidades léxicas mencionadas, acepções marcadas diatópica, diafásico-diastrática e diatecnicamente. Resta-nos, portanto, atribuir a disparidade no que tange à discriminação das acepções nos dicionários analisados – ainda que não de forma exclusiva, mas, certamente, em grande medida – ao fato de “que [...] a semântica lexical não dispõe de critérios unívocos para a discriminação das acepções”²⁹¹ (HERBST; KLOTZ 2003: 39).

No que concerne à prática lexicográfica, a discriminação das acepções é realizada mediante o emprego de distintos métodos:

1. Análise semântica: Este método é defendido, por exemplo, em Ayto (1983), e pressupõe a análise da unidade a ser definida em termos de seu “gênero” e de suas “diferenças específicas”. A primeira etapa do processo consiste em selecionar um gênero que não seja nem tão genérico – por exemplo, *ser* para o substantivo *tigre* –, nem tão específico, a ponto de tornar-se abstruso para o consulente – por exemplo, *felino* para o mesmo substantivo *tigre*. Se, na primeira etapa do processo de desambiguação das acepções, identificou-se distintos gêneros, trata-se, naturalmente, de distintas acepções. A segunda etapa do processo consiste na identificação das diferenças específicas requeridas para distinguir entre duas acepções que

²⁹¹ [dass [...] die lexikalische Semantik über keine eindeutigen Kriterien zur Bedeutungs differenzierung verfügt]

possuem o mesmo gênero. Stock (1984) critica este método de análise das acepções por duas razões: (i) ele é circular, na medida em que preconiza a diferenciação das acepções em função de diferentes gêneros, sem levar em conta que o lexicógrafo somente procura por distintos gêneros depois de haver determinado a existência de distintas acepções; (ii) ele é aplicável a um número muito restrito de unidades léxicas (tendo em vista as limitações intrínsecas ao modelo de *genus proximum et differentia specifica*).

2. Evidência de *corpora*: A discriminação das acepções baseia-se nos dados obtidos mediante a análise de *corpora*. De acordo com Kilgarriff (1997: 101-102), a análise de cada unidade léxica implica uma série de procedimentos, realizados na seguinte ordem: (i) geração de uma lista de concordâncias da palavra; (ii) ordenação das linhas de concordância, de tal forma que os membros de cada agrupamento tenham muito em comum um com o outro, e pouco em comum com membros de outros agrupamentos; (iii) avaliação dos aspectos que tornam os membros pertencentes a cada agrupamento semelhantes entre si, reordenando os agrupamentos conforme seja necessário; (iv) conversão dos aspectos que tornam os membros pertencentes a cada agrupamento semelhantes entre si em informações na redação das definições. No entanto, embora seja defendido por uma série de especialistas (cf., p.ex., STOCK 1984; KILGARRIFF 1997; 2007; SIMPSON 2003; ATKINS; RUNDELL 2008), este método tampouco está completamente isento de críticas. A análise dos dados está pendente da subjetividade do lexicógrafo, e “aquilo que parece perfeitamente óbvio para um ser humano é profundamente ambíguo para o computador [...], e [...] não há uma maneira fácil de resolver a ambiguidade”²⁹² (HANKS 2008: 133).

Por fim, também a discriminação das acepções – independentemente do método empregado para levá-la a cabo – deveria estar adequada, segundo nossa concepção de funcionalidade das informações, ao tipo de dicionário, ao perfil de usuário definido e à função que a obra deve cumprir (cf. tb. HERBST; KLOTZ 2003: 39-40; 46-47).

3.2.3.3.2 O significado e a ordenação das acepções

Intimamente relacionado ao problema anterior, encontra-se a questão da ordenação das acepções. A seguir, listamos alguns critérios passíveis de orientar a ordenação das acepções no interior de um verbete relativo a um signo-lemma polissêmico²⁹³:

²⁹² [what seems perfectly obvious to a human being is deeply ambiguous to the [...] computer, and [...] there is no easy way of resolving the ambiguity]

²⁹³ Para um panorama mais amplo acerca dos diversos critérios de ordenação das acepções em dicionários de língua, cf. Werner (1989), Gorcy (1989), Kipfer (2003) e Lew (2009).

1. Princípio histórico: De acordo com este critério, a apresentação das definições no verbete deve seguir a ordem de aparição dos respectivos significados na língua, da acepção diacronicamente mais antiga – ou com documentação mais antiga – à acepção mais recente – ou com documentação mais recente (cf. WERNER 1989; KIPFER 2003). O princípio histórico é visto como o critério de ordenação mais objetivo e mais consequente, especialmente em se tratando de dicionários que apresentam uma forte orientação diacrônica. Entretanto, a acepção primitiva pode, em alguns casos, ser obsoleta ou bem menos frequente do que acepções mais recentes, o que torna o critério em questão pouco relevante em dicionários de orientação sincrônica (cf. WERNER 1989: 920).

2. Princípio de frequência: Neste caso, ordenam-se as acepções da mais frequente à menos frequente. Essa estratégia angariou popularidade entre os lexicógrafos devido à crescente demanda pela utilização de *corpora* no fazer dicionarístico, fator que agiliza o acesso à frequência de diferentes acepções (cf. LEW 2009). Entretanto, Kipfer (2003) adverte que os dados empíricos recolhidos pelos lexicógrafos não serão suficientes para auxiliar na ordenação das acepções de determinadas unidades léxicas. Nesse sentido, Lew (2009) agrega que devem ser considerados os problemas atinentes à própria constituição do *corpus* (ou dos *corpora*) que serve(m) como fonte de dados para o trabalho lexicográfico, bem como a subjetividade inerente à avaliação humana, na medida em que, diante da ausência de métodos automáticos de reconhecimento do significado, a análise dos dados precisa ser realizada manualmente²⁹⁴. Por fim, Werner (1989: 921) propõe que se diferencie entre o critério de frequência *stricto sensu* e o critério de restrição de uso. O critério de frequência *stricto sensu* leva em conta tão somente o número de ocorrências de uma dada acepção. A organização das acepções pelo critério da restrição de uso baseia-se na distinção entre acepções marcadas e não marcadas diassistemicamente, de tal forma que, no interior do verbete, as acepções não marcadas devem preceder as acepções marcadas (cf. WERNER 1989: 921-922).

3. Princípio prototípico: O princípio prototípico – que fazemos corresponder ao critério lógico, ou de afinidade semântica (cf. WERNER 1989; GORCY 1989; KIPFER 2003; LEW 2009; GAO 2013) – fundamenta-se no pressuposto de que existe um “significado básico” [*Grundbedeutung*] (cf. WERNER 1989), em torno do qual se organizam os demais significados, normalmente metafóricos ou metonímicos. Em conformidade com este princípio, pois, devem ser apresentados, primeiramente, os significados mais básicos ou concretos, seguidos dos mais abstratos, que caracterizam extensões dos núcleos mais

²⁹⁴ Para um panorama geral dos problemas relativos à aplicação do princípio de frequência nos dicionários de língua, cf. Oliveira; Bugueño Miranda; Siqueira (2013: 181-185).

concretos. O problema com este princípio de ordenação das acepções é a ausência de critérios objetivos para determinar qual seria o significado básico em cada caso. Amparado nos pressupostos da semântica cognitiva, Geeraerts (2007: 1166-1168) preconiza que a natureza estruturada da polissemia exige um mapeamento da estrutura semântica das unidades léxicas – cuja natureza é multidimensional, ou seja, caracterizada pelo estabelecimento de diferentes tipos de relação (metonímicas, metafóricas, de especialização) entre o “significado básico” e os demais significados. Na descrição da estrutura semasiológica das unidades léxicas, os significados relacionados encontrar-se-iam agrupados, apresentando-se, no centro do agrupamento, o “significado básico” – mais representativo ou prototípico da estrutura semasiológica – que serviria como núcleo a partir do qual “originam-se” os demais significados. A estrutura linear dos verbetes – tradicional em dicionários semasiológicos, e, sobretudo, por questões de ordem prática, dificilmente transponível em obras no formato impresso²⁹⁵ –, não obstante, inviabiliza, em parte, a representação do referido mapeamento da estrutura semântica multidimensional das unidades léxicas²⁹⁶.

A aplicação de cada um desses critérios – bem como seu emprego combinado – em uma obra lexicográfica pressupõe que se leve em conta dois aspectos distintos. O primeiro aspecto, de ordem teórico-metodológica, está diretamente relacionado com os problemas intrínsecos a cada estratégia de ordenação das acepções – a dificuldade de documentação do uso das acepções, no caso do critério histórico; os problemas inerentes ao emprego de *corpora* no fazer dicionarístico, no caso do critério de frequência; a dificuldade de delimitação do “significado básico”, no caso do critério prototípico. O segundo aspecto, de ordem prática, alude ao princípio de funcionalidade das informações, segundo o qual todas as decisões macro, micro e medioestruturais devem fundamentar-se na tríade tipo de dicionário/usuário/função. Assim sendo, a ordenação das acepções a partir do critério

²⁹⁵ Geeraerts (2003) sustenta que o dicionário pode tentar explicitar as relações estabelecidas entre as diferentes acepções de uma unidade léxica polissêmica. Há duas possibilidades de descrição dessas relações semânticas – embora sejam menos efetivas do que uma representação por meio de um diagrama ou gráfico (para exemplos, cf. GEERAERTS 1990; 2001), na medida em que necessitam respeitar estritamente os limites da estrutura linear dos verbetes:

- a) Por meio de marcas de uso: Indicação da relação entre o significado básico e os demais através da atribuição de uma marca de uso figurado, ou a indicação de derivação por metáfora ou metonímia.
- b) Por meio do agrupamento de acepções: Indicação da relação entre duas acepções mediante o acoplamento de duas ou mais acepções em uma única definição (p.ex., *sandía* “Planta cucurbitacea de *tallo rastrero y *flores amarillas, de *fruto comestible llamado de la misma manera, redondo, grande, de carne roja muy jugosa y dulce, con pepitas negras incrustadas en ella” (DUEE 2001: s.v.)), ou mediante a discriminação de subacepções (*llanta*¹ “Cercos de hierro que rodea las *ruedas de los carros. ☉Cercos de goma que rodea las de los coches no automóviles. ☉Pieza que forma las ruedas de los automóviles, bicicletas, etc., en la cual van encajados los neumáticos. [...] ☉(Hispan.) Neumático” (DUEE 2001: s.v.)).

²⁹⁶ Oliveira; Bugueño Miranda; Siqueira (2013) apresentam uma proposta de aplicação dos princípios básicos da concepção prototípica de estrutura semântica à ordenação das acepções em *learner’s dictionaries*.

prototípico é aplicável em dicionários definidos como sincrônicos (p.ex., dicionário de usos, dicionário escolar, *learner's dictionary*), mas desaconselhado em dicionários diacrônicos (p.ex., dicionário geral exaustivo), nos quais uma ordenação segundo o critério histórico seria mais apropriada. Ademais, deve-se considerar que, sendo o objetivo do dicionário fornecer ao usuário informações relacionadas com o seu conhecimento linguístico mais imediato, as ordenações mediante o critério de frequência ou mediante o critério prototípico seriam igualmente válidas.

3.2.3.3.3 O significado e a redação das definições

Em relação à redação propriamente dita das paráfrases, o primeiro aspecto a ser considerado é a já mencionada impossibilidade de se definir o que se deve entender por “significado” de forma objetiva. Isso se tornou patente por meio da revisão da literatura relativa ao tema, tanto no âmbito da semântica (cf., p.ex., OGDEN; RICHARDS 1956; BLOOMFIELD 1973; ULLMANN 1964; 1968; GREIMAS 2007; POTTIER 1974; LYONS 1989; PALMER 2001) quanto no âmbito de aplicação ao fazer lexicográfico (cf., p.ex., HILTY 1988; 1995; 1997; KILGARRIFF 1997; 2007; GEERAERTS 2001; 2003; SINCLAIR 2004). Cada um desses estudos enfoca o problema do significado a partir de perspectivas diversas; nenhum deles, no entanto, está completamente livre de críticas²⁹⁷.

Derivado do primeiro, o segundo aspecto a ser considerado diz respeito à insustentabilidade de uma distinção *stricto sensu* entre “palavras com significado” e “palavras sem significado” (cf., p.ex., BUßMANN 2008: s.v. *Autosemantikum*). Com efeito, a análise da clássica oposição erigida no âmbito da semântica estrutural permitiu demonstrar que, mesmo havendo evidências concretas da existência da magnitude “significado”, uma abordagem que busque determinar o que se entende por “significado” resulta insatisfatória. Dessa forma, não resta outro caminho, a não ser indagar o problema por meio de expedientes metodológicos indiretos (cf. BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2011b).

A elaboração de uma “teoria da definição lexicográfica” – conforme a nossa concepção – deve assumir como pressuposto que as definições precisam ser consideradas do ponto de vista tanto da forma como do conteúdo (cf. ATKINS; RUNDELL 2008). No que diz respeito à forma, deve-se levar em conta a metalinguagem mediante a qual se formula a

²⁹⁷ Um panorama das mais diversas possibilidades de enfoque do significado, bem como das limitações de cada um deles é apresentado em Goddard (2011: 7-12).

definição²⁹⁸ e as expressões linguísticas empregadas. No que diz respeito ao conteúdo, entram em jogo as informações que a paráfrase veicula. Isso dependerá, no entanto, da natureza do significado. Assim, pois, deslindam-se dois outros problemas: (a) selecionar um modelo teórico que funcione como mecanismo heurístico para apreensão e explicitação do “significado” das unidades léxicas, e (b) rever a oposição estabelecida entre “palavras com significado” e “palavras sem significado”.

Em vista do exposto *ad supra*, os principais desafios concernentes à redação propriamente dita das paráfrases podem ser sumariamente descritos da seguinte forma:

- a) A complexidade inerente ao objeto da definição:
 - i) definir o que se deve entender como “significado”, ou “conteúdo semântico”, de uma expressão linguística;
 - ii) gerar um mecanismo heurístico que permita acessar e apreender o “significado”, ou “conteúdo semântico”, das expressões linguísticas.
- b) A complexidade da estrutura formal da definição:
 - i) descrever as diversas possibilidades de reescrita do “significado”, ou “conteúdo semântico”, tendo em vista o tipo específico de signo-lema;
 - ii) adequar a forma de reescrita – ou formulação da paráfrase propriamente tal – ao tipo de “significado”, ou “conteúdo semântico”, das unidades léxicas.

Sendo a “teoria da definição lexicográfica” a parte maior e mais importante de uma “teoria geral dos mecanismos explanatórios”, a segunda parte da tese estará devotada exclusivamente às questões pertinentes à definição lexicográfica. O foco central das discussões levadas a cabo nos capítulos subsequentes será justamente a relação estabelecida entre o significado e a redação propriamente tal das definições – em detrimento dos demais aspectos, sinteticamente descritos em 3.2.3.3.1 e 3.2.3.3.2. O problema ontológico do significado será tratado *in extenso* no Capítulo 4; suas consequências no que concerne à redação das paráfrases definidoras serão tratadas no Capítulo 6 e parcialmente também no Capítulo 5.

²⁹⁸ A metalinguagem é, efetivamente, um aspecto pertinente ao nível formal da definição. Entretanto, é preciso ponderar que a escolha da metalinguagem mais apropriada a cada tipo de definição extrapola a distinção tradicionalmente estabelecida entre “palavras com significado” e “palavras sem significado” (cf. FARIAS 2009a: 201-204; BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2011a; 2013b). Voltaremos a essa questão nos Capítulos 4 e 5.

4 O PROBLEMA ONTOLÓGICO DO SIGNIFICADO

O ato de definir – como recalemos no Capítulo 3 – envolve dois processos que, embora complementares, se distinguem claramente: acessar o significado da unidade léxica que se quer definir e expressá-lo mediante uma paráfrase (cf. FARIAS 2012).

Neste capítulo, trataremos especificamente do problema do significado em relação aos processos envolvidos no ato de definir. A pergunta fundamental é: o que é – ou o que se deve entender por – *significado*? Goddard (2011: 4) salienta que explorar o *significado* requer, antes de tudo, um “método de expressar significados” [*method of stating meanings*], ou um “sistema de representação semântica” [*system of semantic representation*]; a definição de um sistema ótimo de representação semântica, não obstante, constitui a principal controvérsia no âmbito dos estudos sobre o significado. Em vista disso, sugere-se focar a questão da natureza do significado de forma indireta. Uma maneira de fazê-lo é questionar o que o significado *não* é. Segundo Goddard (2011), o significado *não* é:

- a) Referência: Sem ignorar a relação que se estabelece – quase obrigatoriamente – entre significado e referência, deve-se salientar, no entanto, que “a propriedade de ‘fazer referência’ não é absolutamente algo que pertence às palavras ou expressões em si mesmas, mas, mais precisamente, ao uso das palavras em uma ocasião particular”²⁹⁹ (GODDARD 2011: 5).
- b) Conhecimento científico: O enfoque behaviorista de Bloomfield (1973) propunha tratar o significado em termos de uma relação estímulo-resposta entre uma forma linguística e os aspectos objetivos do mundo extralinguístico, o que redundava em uma aproximação entre significado e conhecimento científico. Goddard (2011), no entanto, recorda que o conhecimento do dia-a-dia é, de fato, parte da competência linguística dos falantes, mas o conhecimento científico não.
- c) Uso³⁰⁰: Embora seja indiscutível o fato de que o significado de uma palavra está relacionado ao seu uso, deve-se também ter em mente que “[S]omente dizer que elas [*i.e.*, as pessoas] conhecem o uso de todas as palavras não é muito útil”³⁰¹, cabendo, portanto, ao linguista, “descrever em cada caso o que elas sabem sobre o uso”³⁰² (cf. GODDARD 2011: 7).

²⁹⁹ [the property of ‘making reference’ is not something that belongs to words or expressions in themselves at all, but rather to the use of words on a particular occasion]

³⁰⁰ O termo *uso* é indiscutivelmente polissêmico. Neste caso, *uso* refere-se a todo e qualquer emprego que se faz da língua falada ou escrita. A esse respeito, cf. tb. 4.3.

³⁰¹ [Just to say that they [*i.e.*, as pessoas] know the use of all the words is not very helpful]

³⁰² [to describe in each case what it is that they know about the use]

Em 3.2.3.3, ao introduzir o problema do significado no âmbito de uma “teoria da definição lexicográfica”, já advertíamos de que a linguística ainda está muito distante de compreender a natureza e o funcionamento do significado, devido à “sua natureza fugaz e escorregadia” [*su naturaleza fugaz y resbaladiza*], de modo que “os linguistas e filósofos sabem que a explicação plena de sua natureza e funcionamento ainda está distante do homem”³⁰³ (cf. ALCARAZ VARÓ; MARTÍNEZ LINARES 1997: s.v. *significado*). Em suma, pode-se dizer que “[L]exicógrafos estão na posição de ter de descrever algo cuja natureza não é completamente clara”³⁰⁴ (ATKINS; RUNDELL 2008: 264). Lyons (1991) aponta as duas principais razões pelas quais a linguística não consegue lidar de forma inteiramente objetiva com o significado:

- a) os significados são naturais, no sentido de que não são construídos – como acontece com as linguagens formalizadas da lógica e da informática –;
- b) as línguas são humanas, no sentido de que são adquiridas (ou adquiríveis) pelas pessoas, não por animais ou máquinas.

Assim, pois, sabe-se, por um lado, o que o significado *não* é; entretanto, por outro lado, carece-se de uma definição positiva dessa magnitude.

A análise da clássica oposição entre “expressões com significado” e “expressões sem significado” permitiu demonstrar que, embora, de fato, haja evidências concretas da existência de um “conteúdo semântico”, um enfoque que procure determinar o que se entende por “significado” resulta insatisfatório (cf. BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2011b). A solução – que, aliás, também constitui uma forma indireta de abordar a questão – é analisar a perspectiva a partir da qual o significado é entendido no âmbito dos modelos semânticos disponíveis (cf. HARRAS 1991; BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2013a).

Diante do exposto, os principais objetivos deste capítulo são:

- a) avaliar como a magnitude *significado* é abordada no âmbito de modelos semânticos específicos – selecionados em função de sua relação historicamente estabelecida com a lexicografia –;
- b) avaliar o reflexo de uma concepção de significado preestabelecida no fazer lexicográfico.

O segundo aspecto, como parte nuclear da discussão, deverá ser retomado nos Capítulos 5 e 6.

³⁰³ [los lingüistas y los filósofos saben que la explicación plena de su naturaleza y funcionamiento está aún lejos del hombre]

³⁰⁴ [Lexicographers are therefore in the position of having to describe something whose nature is not at all clear]

4.1 A relação entre (meta)lexicografia e teorias linguísticas³⁰⁵

O início da teorização acerca do fazer lexicográfico data de meados do século XX, e desenvolveu-se paralelamente à linguística estrutural, de cujos princípios, aliás, serviu-se frequentemente – ainda que, na prática, esse paralelismo não sempre se evidencia de forma completamente rigorosa, nem mesmo consciente³⁰⁶ (cf. 2.2.1). Com efeito, Geeraerts (1987: 1) assegura que “muitas das características e procedimentos lexicográficos não têm base teórica clara e que não há uma teoria abrangente, que una a diversidade de práticas lexicográficas em um único marco teoricamente viável”³⁰⁷. Apresjan (1992: 3), por sua vez, segue chamando a atenção para a existência de “uma lacuna entre a linguística teórica e a produção prática do dicionário”³⁰⁸. O autor, no entanto, afirma que o início dos anos 1990 teria sido o momento mais favorável para uma conciliação entre lexicografia e linguística, havendo, para isso, três razões:

- a) O surgimento de novas tendências no âmbito da moderna linguística teórica (por exemplo, a busca por uma “visão ingênua do mundo” [*naive picture of the world*], ou seja, um padrão de conceituação inerente a todas as línguas naturais; o deslocamento da atenção da palavra para unidades linguísticas maiores; o deslocamento da atenção da palavra para o significado).
- b) O advento dos modelos de linguagens formais (em especial, a linguística computacional).
- c) A gênese da lexicografia de aprendizagem, cujo objetivo era a concepção de dicionários que enfatizassem não somente a compreensão, mas também a produção linguística (cf. APRESJAN 1992: 3-4).

Malgrado os avanços realizados no âmbito tanto da (meta)lexicografia como da linguística teórica, a situação hoje, vinte anos depois, não se alterou substancialmente. Apresjan (2008) reafirma a existência da referida lacuna entre (meta)lexicografia e linguística teórica, e segue manifestando sua posição em favor de uma integração entre ambas as

³⁰⁵ A discussão que se apresenta em 4.1 e 4.2 já foi parcialmente desenvolvida em trabalhos anteriores (cf. FARIAS 2009b; 2010c; 2012; BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2011a; 2011b; 2013a; 2013b).

³⁰⁶ A inexistência de um rigor na circunscrição ao âmbito de uma dada teoria linguística, bem como a falta de consciência de seu emprego no fazer lexicográfico, é atestada, por exemplo, mediante a análise das definições oferecidas nos dicionários de língua. Embora aparentemente conformes a um modelo formal/estrutural, as informações que veiculam evidenciam uma ruptura com uma teoria estrutural, ao apresentar, por exemplo, informações enciclopédicas – procedimento reprovável do ponto de vista da semântica estrutural (cf., p.ex., GEERAERTS 2001: 14). Essa questão será tratada *in extenso* no Capítulo 6.

³⁰⁷ [a lot of the characteristics and procedures of lexicography have no clear theoretical basis, and that there is no encompassing theory that unites the diversity of lexicographical practice in a single theoretically viable frame]

³⁰⁸ [a gap between lexicography and linguistic theory]

disciplinas, na medida em que “lexicografia sólida somente pode estar baseada em teoria linguística sólida, e que os desenvolvimentos teóricos recentes são de extrema importância para o fazer dicionarístico prático”³⁰⁹ (APRESJAN 2008: 51). Situando-nos à margem da discussão a respeito da classificação da (meta)lexicografia como disciplina independente ou como subdisciplina da linguística (cf. 2.2.1), endossamos a opinião de Apresjan (2008).

De todos os âmbitos da (meta)lexicografia que requerem um subsídio urgente da linguística, a geração das paráfrases definidoras é, indubitavelmente, em vista do exposto nos capítulos anteriores, o que mais merece atenção. Como vimos, a despeito da importância do segmento informativo dedicado à explanação do significado no interior dos verbetes, uma fórmula aplicável à redação de paráfrases elucidativas para cada tipo específico de signo-lema continua sendo um *desideratum*³¹⁰.

No que concerne aos aportes da teoria linguística à redação das definições, Mederos (1994) afirma de maneira categórica que a (meta)lexicografia não se ressentir de teoria alguma sobre a natureza do significado, com base em que a formulação das paráfrases definidoras constitui “um fazer autônomo consolidado por uma longa tradição”³¹¹ (MEDEROS 1994: 95). Geeraerts (2001; 2003; 2007), por outro lado, promove uma tentativa de fundamentar as decisões (meta)lexicográficas em teorias linguísticas – ou, mais especificamente, em teorias semânticas. Reafirmamos nossa posição a favor do emprego de teorias linguísticas no âmbito (meta)lexicográfico – mormente no que concerne à definição –, e justificamos nosso ponto de vista levando em conta, por um lado, a possibilidade de analisar a definição sob a perspectiva de um modelo formal da comunicação, e, por outro lado, o lugar que se outorga à semântica nos limites de uma “teoria da definição lexicográfica”.

4.1.1 As funções fática e metalinguística da linguagem e sua relação com a definição

As teorias da comunicação existentes baseiam-se em dois modelos essencialmente distintos: o modelo semiótico e o modelo inferencial. As teorias baseadas no modelo inferencial partem do pressuposto de que a comunicação se estabelece mediante a produção e interpretação de evidências. Nesse âmbito, destacam-se a teoria dos atos de fala (cf. AUSTIN

³⁰⁹ [sound lexicography can only be based on sound linguistic theory and that recent theoretical developments are of paramount importance for practical dictionary making]

³¹⁰ Referimo-nos aos casos em que seria possível apresentar resultados que, embora não ótimos, fossem pelo menos mais satisfatórios – ou, em termos mais simples, referimo-nos às paráfrases opacas deficitárias. De fato, a obtenção de resultados satisfatórios na totalidade dos casos esbarra, como vimos, nas limitações impostas pela própria natureza do objeto da definição: o significado léxico. Além disso, como procuramos evidenciar ao longo do Capítulo 3, deve-se considerar, ainda, outras variáveis, como o usuário e o próprio conceito de “definição elucidativa”.

³¹¹ [un quehacer autónomo consolidado por una larga tradición]

1986; SEARLE 1980) e a teoria das implicaturas conversacionais (cf. GRICE 1975). O modelo semiótico, por outro lado, concebe as línguas como códigos, de modo que a comunicação realiza-se através da codificação e decodificação de mensagens. Entre os mais conhecidos esquemas da comunicação verbal forjados na esfera deste modelo estão o circuito da fala apresentado por Saussure (2005: 27-28), bem como o modelo de *órganon* proposto por Bühler (1950: 40). Tendo em vista os propósitos aqui perseguidos, trataremos apenas do modelo semiótico³¹².

Entre os modelos comunicativos semióticos, merece especial atenção o diagrama de Shannon; Weaver (1949). Esse diagrama representa um “sistema geral de comunicação”, que se compõe de uma *fonte de informação*, que produz uma *mensagem*; um *emissor*, que converte a mensagem em um *signal*; um *canal*, pelo qual se transmitem os sinais; um *receptor*, que reconstrói a mensagem a partir dos sinais; e um *destinatário*, que recebe a mensagem final. Além disso, deve-se considerar que as mensagens podem sofrer uma espécie de perturbação (*ruído*) durante seu envio.

Apesar de haver sido desenvolvido no âmbito das telecomunicações, o modelo de Shannon; Weaver (1949) foi amplamente utilizado – de forma explícita ou implícita – na linguística. Dubois (1973: s.v. *communication*), por exemplo, emprega a terminologia proposta em Shannon; Weaver (1949) para descrever o processo da comunicação verbal. Lyons (1989: 36-41), por sua vez, muito embora o considere esquemático e altamente idealizado, reproduz o diagrama de Shannon; Weaver (1949), acreditando que pode ser útil como ponto de partida para explicar o funcionamento da comunicação verbal. Por fim, deve-se destacar a existência de modelos autônomos, que, não obstante, estão calcados no esquema de Shannon; Weaver (1949). Nesse âmbito, sobressai-se a contribuição de Jakobson (1981).

Jakobson (1981) engendra um modelo que propõe uma classificação das funções da linguagem. De acordo com esse modelo, cada elemento constitutivo de um ato de comunicação verbal (emissor, mensagem, receptor, contexto, canal, código) corresponde a

³¹² Apesar das diferenças entre as teorias baseadas no modelo semiótico e as baseadas no modelo inferencial, Sperber; Wilson (2001) sustentam que ambos os modelos não são incompatíveis, tendo em vista que “[O] trabalho dos pragmaticistas, dos filósofos da linguagem e dos psicolinguistas durante estes últimos vinte anos tem demonstrado que na comunicação verbal se encontram envolvidos processos tanto de codificação como inferenciais” (SPERBER; WILSON 2001: 28). Com base nesse pressuposto, os autores propõem o que eles chamam de “modelo inferencial aperfeiçoado” e, a seguir, demonstram como ele pode ser combinado com um modelo semiótico, a fim de descrever e explicar a comunicação verbal. Assim, pois, a Teoria da Relevância fundamenta-se em dois princípios cognitivos gerais: (a) o princípio cognitivo da relevância (a comunicação humana tende a dirigir-se para a maximização da relevância) e (b) o princípio comunicativo da relevância (toda a elocução comunica um estímulo relevante o suficiente para merecer o esforço de processamento da audiência). Os autores procuram, dessa forma, explicar as bases da comunicação humana por meio da relação custo/benefício.

uma função específica da linguagem (emotiva, poética, conativa, referencial, fática, metalinguística). Daremos especial atenção às funções fática e metalinguística.

A função fática tem como fim manter expedito o canal de comunicação, ao passo que a função metalinguística é a que reflete sobre a própria linguagem. Ilustraremos, a seguir, o emprego de ambas as funções, bem como sua estreita relação com o ato de definir. Em uma situação de interação interpessoal, se o interlocutor A diz ao interlocutor B “Meu professor usa somente canetas-tinteiro”, e este último não sabe o que é uma caneta-tinteiro – ou, em termos (meta)lexicográficos, desconhece o significado da expressão *caneta-tinteiro* –, a comunicação é forçosamente interrompida, e o interlocutor A terá a tarefa de explicar ao interlocutor B o significado da unidade léxica que ele ignora. O interlocutor A, nessa situação, vê-se instado a realizar duas operações simultâneas: desobstruir o canal de transmissão das mensagens, restabelecendo a comunicação (função fática), e, ao mesmo tempo, voltar-se sobre o próprio código, a fim de tornar a mensagem mais clara (função metalinguística). Ambas as operações estão compreendidas em um único ato, qual seja, o ato de explicar ao interlocutor B a significação da unidade léxica desconhecida. A essência da definição lexicográfica radica, pois, na confluência das funções fática e metalinguística. Nesse sentido, Wiegand (1989e) ressalta que as paráfrases dos dicionários de língua servem justamente às situações de recepção e produção textual, em que a não compreensão de uma palavra atrapalha ou inviabiliza a comunicação. A definição, portanto, será bem sucedida – nos termos que estamos propondo –, sempre e quando o canal da comunicação possa ser restabelecido³¹³.

A situação, entretanto, pode complicar-se. Às vezes, a explicação do interlocutor – ou a definição do redator de uma obra dicionarística – não é suficiente para esclarecer o significado. Nesse caso, o interlocutor A poderia, por exemplo, tomar uma caneta-tinteiro e mostrá-la ao interlocutor B, com a possibilidade, inclusive, de compará-la com uma caneta esferográfica. Do ponto de vista da (meta)lexicografia, encontramos-nos diante de um mecanismo explanatório alternativo: a definição (ou substituição) ostensiva (cf. 5.1.1.2.1 e 5.1.1.2.2). As funções fática e metalinguística da linguagem, no entanto, continuam sendo a base do processo de elucidação do significado.

Do exposto até o momento, conclui-se que:

- a) O emissor da mensagem/redator do dicionário obtém êxito somente se o receptor da mensagem/usuário do dicionário compreende o conteúdo da explicação/paráfrase.

³¹³ A esse respeito, cf. tb. Wiegand (1999a).

- b) O emissor da mensagem/redator do dicionário dispõe de mais de um sistema semiótico para tornar compreensível o que não se entendeu.

Existe, portanto, no primeiro caso, um problema de seleção do tipo de informação que se deve explicitar para o receptor/usuário, e, no segundo caso, um problema de seleção do sistema semiótico mais adequado conforme a situação³¹⁴. Disponibilizar para o usuário soluções efetivas para a elucidação do significado implica lidar com esses dois problemas concomitantemente; e para lidar com esses dois problemas, é necessário – de acordo com o ponto de vista aqui defendido – o respaldo de uma teoria semântica.

4.1.2 O lugar da semântica no âmbito de uma teoria da definição lexicográfica

A definição é, como vimos, o mecanismo explanatório por excelência, o que justifica a abundância de estudos sobre o tema³¹⁵. A inexistência de uma “teoria da definição lexicográfica” constitui, portanto, um fato paradoxal no âmbito da (meta)lexicografia.

A referida lacuna explica, por exemplo, a existência de uma série de intentos classificatórios das paráfrases definidoras – e, sobretudo, as divergências entre as diversas taxonomias existentes –, bem como a conseqüente variedade terminológica³¹⁶. Não obstante, o problema mais grave que a ausência de uma “teoria da definição lexicográfica” acarreta é a geração de paráfrases deficitárias (cf. 3.1.1.2.1). Diante da carência de um suporte teórico, a redação das definições fica a cargo, quase exclusivamente, da habilidade do lexicógrafo, de modo que não deve surpreender o fato de que os resultados obtidos nem sempre sejam completamente satisfatórios.

De acordo com Bugueño Miranda (2009a) – e conforme o modelo esboçado no Capítulo 3 –, um dos parâmetros que deveria sustentar uma “teoria da definição lexicográfica” é justamente um modelo semântico. O modelo semântico, por sua vez, é a única das variáveis capaz de operar nos dois aspectos envolvidos no ato de definir. No que concerne à apreensão

³¹⁴ Neste ponto da discussão, portanto, remonta-se a um dos objetivos centrais de uma “teoria geral dos mecanismos explanatórios”, ou seja, a ampliação do seu escopo, de forma a propor o emprego de outros mecanismos de elucidação do significado, entre os quais encontra-se a ilustração (cf. Capítulo 7).

³¹⁵ A esse respeito, cf. Capítulo 2, e, parcialmente, tb. Capítulo 3.

³¹⁶ A título de ilustração, sugere-se comparar as taxonomias de Knobloch (1986: s.v. *Definition*), Ilson (1987), Alcaraz Varó; Martínez Linares (1997: s.v. *definición, definidor, definiendum*) e Schlaefter (2009: 94-97). O termo *definição ostensiva*, por exemplo, aplica-se tanto às paráfrases que associam o *definiendum* com um determinado objeto (p.ex., *azul* “a cor do céu” [cf. MARTÍNEZ DE SOUZA 1995: s.v. *definición ostensiva*; HARTMANN; JAMES 2001: s.v. *ostensive definition*]), como às ilustrações que, em determinadas situações, substituem uma definição linguística (cf. ALCARAZ VARÓ; MARTÍNEZ LINARES 1997: s.v. *definición, definidor, definiendum*; SCHLAEFER 2009: 95). Levando em consideração este último caso, Bugueño Miranda (2009a) propõe que se denomine esta técnica definidora como “substituição ostensiva”. Voltaremos à discussão em 5.1.1.2.

do significado, determina o que se entende por *significado* – ou, dito de outro modo, sob qual perspectiva deve-se indagar o problema. No que concerne à explicitação do significado por meio de recursos linguísticos, determina que (tipos de) informações devem ser explicitadas nas paráfrases, e a metalinguagem mais adequada para a sua formulação.

O espectro de modelos teóricos disponíveis para o tratamento do significado é imenso³¹⁷. Lyons (1991) difere entre duas teorias fundamentais do significado:

1. A “teoria referencial” [*Referenztheorie*]: Abrange os modelos fundamentados em uma concepção pré-saussuriana de *língua*, e estipula que o significado de uma expressão linguística é seu referente, ou, em outras palavras, o significado é a relação estabelecida entre a expressão linguística e o referente. Essa concepção pode ser rebatida mediante dois argumentos: (i) o significado de uma expressão permanecerá inalterável, não obstante a mudança de referente (por exemplo, *mãe*, *pai*, *irmão*, *amigo*, *namorado* etc., cujo referente muda em cada ato de fala, mas cujo significado será sempre o mesmo); e (ii) duas expressões que possuem o mesmo referente seriam sinônimas; entretanto, a sinonímia implica em que a substituição de uma expressão pela outra em um dado contexto não influa no significado do todo (o que não acontece, por exemplo, com as expressões *a atual presidenta do Brasil* e *a primeira presidenta do Brasil*, que possuem – no momento da redação desta tese – a mesma referência (Dilma Rousseff), mas, evidentemente, não o mesmo significado, como evidencia a análise do seguinte enunciado: *O menino não sabe que a atual presidenta do Brasil é a primeira presidenta do Brasil*).

2. A “teoria conceitual” [*Ideationstheorie*]: Em contraposição à “teoria referencial”, preconiza que o significado de uma expressão linguística não é seu referente, mas seu conceito. Diferencia-se, portanto, entre a *extensão* de uma expressão linguística (*i.e.*, o referente) e sua *intensão* (*i.e.*, seu significado). Esse segundo modelo, embora não possa ser refutado como o primeiro, também é alvo de críticas: (i) o referente, embora não possa equiparar-se ao significado, é parte dele, de tal forma que a “teoria referencial” não pode ser completamente posta de lado (por exemplo, os dêiticos possuem somente significado referencial, ou seja, em uma situação comunicativa específica); e (ii) o conceito – ou significado –, considerado como uma “representação mental”, não está definido de maneira clara: tal definição é significativa apenas no caso de nomes concretos; por outro lado, é difícil encontrar uma “representação mental”, por exemplo, para palavras funcionais, adjetivos ou, mesmo, substantivos abstratos³¹⁸.

³¹⁷ Cf., p.ex., o panorama apresentado em Schumacher; Steiner (2009).

³¹⁸ A respeito das críticas a ambos os modelos, cf. tb. Pöll (2002: 57-59) e Schumacher; Steiner (2009: 173-175).

A segunda teoria fundamental do significado é o ponto de partida não somente para o desenvolvimento da semântica estrutural (cf. PÖLL 2002: 58), mas também para todos os modelos posteriores. E, a esse respeito, deve-se ressaltar que abundam escolas e correntes que, assumindo as mais diversas perspectivas, muitas vezes opostas, e outras tantas, também complementares, tentam dar conta de desvendar a natureza do significado. Geeraerts (2010), por exemplo, distingue entre cinco diferentes escolas, somente no que se refere à semântica lexical: semântica histórico-filológica, semântica estrutural, semântica gerativa, semântica neoestrutural e semântica cognitiva. Além disso, uma mesma corrente de pensamento pode ter desenvolvimentos distintos. A esse respeito, Lyons (1989: 318) assinala que a versão americana da análise componencial desenvolveu-se de forma completamente independente da versão europeia.

Em relação à aplicação de modelos semânticos à práxis lexicográfica – mormente à redação das definições –, deve-se ressaltar que “a teoria metalexicográfica tem oscilado entre a assunção implícita da sua utilização na redação de uma paráfrase [...], uma relação explícita entre uma teoria semântica e a redação das paráfrases [...] e um balanço pessimista a respeito da questão”³¹⁹ (BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2011b: 10). Por essa razão, a Parte II da tese destina-se, justamente, a avaliar se, de fato, é possível estabelecer uma relação entre o emprego de uma teoria semântica à prática de redação das definições nos dicionários, e, caso exista essa relação, como ela se opera.

Os três modelos semânticos que se destacam no âmbito (meta)lexicográfico – tanto pela frequente menção, como pela profusão de trabalhos que tratam de sua aplicação ao fazer dicionarístico – são a semântica das condições de verdade, a análise componencial do significado e a teoria dos protótipos (cf., p.ex., ENGELBERG; LEMNITZER 2009: 9-11; PÖLL 2002: 127-129).

A chamada “teoria tradicional da definição” [*traditionelle Definitionslehre*] fundamenta-se na distinção aristotélica entre gênero e espécie (cf. KUTSCHERA; BREITKOPF 1974: 14-15), que, havendo sido assimilada pela escolástica medieval (cf. ČERNÝ 1998: 76-79), forneceu os subsídios para a elaboração do esquema clássico da definição por *genus proximum et differentia specifica* (cf. KUTSCHERA 1967: 356-359; KUTSCHERA; BREITKOPF 1974: 139-143). A lexicografia – cujo processo de “teorização” teve lugar ao longo do século XX –, acolheu a formulação clássica e, fortemente influenciada

³¹⁹ [la teoría metalexicográfica ha oscilado entre la asunción implícita de su utilización en la redacción de una paráfrasis [...], una relación explícita entre una teoría semántica y la redacción de las paráfrasis [...] y un balance pesimista sobre el particular]

por uma concepção estrutural da linguagem, reinterpretou-a em termos de um modelo componencial de análise do significado (cf. LARA 1996: 209; PÖLL 2002: 59).

A apropriação do modelo de definição proposto no âmbito da lógica, no entanto, não se mostra completamente produtiva na prática lexicográfica (cf. Capítulo 2). As críticas às limitações intrínsecas à aplicação do modelo formal/estrutural ao fazer dicionarístico – que se intensificam a partir da década de 1970, momento em que a teoria lexicográfica, posteriormente denominada “metalexigrafia”, começa a constituir-se como disciplina (cf. WIEGAND 1998: 72) – costumam apontar a semântica cognitiva – em especial, a teoria prototípica – como uma das principais alternativas ao modelo formal/estrutural (cf., p.ex., GEERAERTS 1990; 2001; 2007). Alguns autores advogam em favor de que a teoria dos protótipos se vê representada nos dicionários desde sempre – ainda que de forma esporádica e, talvez, frequentemente, inconsciente –, sob a forma de definições ostensivas, ou seja, definições que fazem uma referência direta à entidade extralinguística (cf., p.ex., SVENSÉN 2009: 224-226).

4.2 Os aportes da semântica ao problema da definição lexicográfica

Serão analisados, pelo menos neste primeiro momento, apenas os três modelos semânticos elencados *ad supra*, engendrados, respectivamente, no âmbito da semântica formal, da semântica estrutural e da semântica cognitiva³²⁰.

Em primeiro lugar, trataremos de delimitar os aportes de cada um dos modelos semânticos analisados no que diz respeito a cada um dos processos envolvidos no ato de definir. Avaliaremos, por um lado, a perspectiva a partir da qual o significado é encarado no seio de cada uma das teorias (como magnitude intensional ou extensional), e, por outro lado, as noções de “categorização”, “intensão” e “extensão” – essenciais quando se trata de redigir as paráfrases definidoras – engendradas no interior de cada um dos modelos.

Em segundo lugar, considerando que a clássica distinção estabelecida entre “palavras com significado” e “palavras sem significado” e a metalinguagem utilizada na definição nem sempre se verifica, analisaremos a dicotomia “significado lexical”/“significado categorial”,

³²⁰ Deve-se ressaltar, porém, que, além dos modelos formal, estrutural e cognitivo – cujos aportes e limitações no âmbito (meta)lexicográfico serão discutidos nas seções subsequentes, bem como no Capítulo 6 –, é possível enumerar uma série de outras teorias semânticas com potencial de aplicação ao fazer dicionarístico, a exemplo da semântica dos estereótipos, da semântica de *frames*, da teoria do léxico gerativo, da teoria sentido-texto e da metalinguagem semântica natural. O potencial desses e de outros modelos, no entanto, com notáveis, porém raras exceções, ainda não se vê refletido na prática lexicográfica, de forma que as pesquisas a esse respeito, embora promissoras, permanecem, em sua maior parte, ainda no campo meramente especulativo. Um panorama geral dessas pesquisas será apresentado no Capítulo 6.

erigida no âmbito da teoria lexicológica tradicional, a fim de compreender por que não é possível estabelecer uma relação 1:1 entre tipo de significado e metalinguagem da definição, e, partindo daí, propor critérios que visem a adequação da metalinguagem definitória ao tipo de signo-lema³²¹.

4.2.1 A concepção de *significado* no âmbito das teorias semânticas

Nesta seção, discorreremos brevemente acerca dos modelos semânticos selecionados – formal, estrutural e cognitivo, respectivamente –, com o fito de analisar como o significado é entendido no seio de cada um deles. O objetivo final é avaliar como as diversas concepções de significado se veem – ou, ao menos, poderiam ver-se – refletidas na redação das paráfrases definidoras.

4.2.1.1 *O modelo formal*

A semântica das condições de verdade parte do princípio de que conhecer o significado de uma dada sentença é conhecer as condições sob as quais ela é verdadeira (cf. CHIERCHIA; McCONNELL-GENET 2000: 53-110; ALLWOOD; ANDERSSON; DAHL 2001: 15-93). Entretanto, também é possível estabelecer condições de verdade em termos de indivíduos, coisas, eventos, conjunturas etc., no mundo (ou em um mundo possível). Nesse caso, lida-se com as respectivas categorias em termos de suas extensões (cf. PALMER 2001: 195-206).

A seguir, descreveremos brevemente os princípios da semântica das condições de verdade atinentes à elaboração das definições, quais sejam: (a) a noção de categorização e (b) as noções de intensão e extensão.

4.2.1.1.1 *Noção de categorização*

Por meio da determinação do gênero, da espécie e das diferenças, Aristóteles propunha definir a essência das coisas (cf. *Categorias* 5, 2a11-3b24). Na sua concepção, a definição não tinha como finalidade o reconhecimento de objetos pertencentes à mesma classe, mas o reconhecimento da essência de um objeto. Entretanto, a definição aristotélica tem como consequência a classificação dos objetos e sua categorização em relação a outros. Quando se define *homem* como “animal racional”, não somente se assevera algo sobre a essência de

³²¹ O segundo objetivo proposto será desenvolvido nos Capítulos 5 e 6.

homem (a de ser um animal racional), mas também se reconhece *homem* como classe (a classe dos homens é formada por todos os seres que sejam animais racionais). Ao mesmo tempo, por meio do gênero “animal” e da diferença “racional”, inclui-se *homem* em uma categoria (cf. LARA 1996: 208).

Taylor (2009: 21) expõe sinteticamente os princípios sobre os quais se assenta a teoria clássica da categorização:

- a) as categorias são definidas em termos de uma conjunção de traços necessários e suficientes;
- b) os traços são binários;
- c) todos os membros de uma categoria têm igual representatividade;
- d) as categorias possuem fronteiras claramente delimitadas.

O primeiro princípio preconiza que, para decidir se uma determinada entidade pertence a uma dada categoria, deve-se observar se ela possui os traços, atributos ou condições, que constituem o seu denominador comum. Conforme Taylor (2009), os traços são necessários, na medida em que, se um deles não é exibido por uma determinada entidade, então essa entidade não pode ser considerada membro da categoria. Conjuntamente, por sua vez, os traços são suficientes, na medida em que, se uma determinada entidade exhibe cada um dos traços definidos para uma dada categoria, então ela é membro da categoria. A soma dos traços, em consonância com o modelo aristotélico, define a essência da categoria. A categorização, sob essa perspectiva, responde a um modelo de condições necessárias e suficientes. Nesse sentido, o conjunto de condições necessárias e suficientes para que uma entidade *x* pertença à categoria *Y* corresponde ao significado da palavra ‘*Y*’ (cf. KLEIBER 2004: 23).

De acordo com o segundo princípio, os traços são binários. Isso significa que um traço ou está envolvido na definição de uma categoria, ou não está; uma entidade ou possui determinado traço, ou não o possui. Cada traço, pois, pode assumir apenas um valor: ou presente [+], ou ausente [-] (cf. TAYLOR 2009: 21). O já clássico exemplo de *bachelor* ilustra bem a aplicação do sistema de traços à análise semântica. A essência dessa categoria poderia ser definida por meio dos traços [HUMANO], [MASCULINO], [ADULTO] e [SOLTEIRO], que se opõem, binariamente, aos traços [-HUMANO], [FEMININO], [-ADULTO] e [CASADO]. Taylor (2009: 28-29) aponta três vantagens da aplicação desse método em semântica. Em primeiro lugar, a análise dos traços permite contrastar pares de palavras relacionadas entre si. Nesse sentido, Engelberg; Lemnitzer (2009: 11) afirmam que “as reflexões da semântica das condições de verdade nos revelam o potencial de referência das palavras e abrangem as

relações semânticas entre lexemas”³²². Assim, pois, no inglês, o significado de *bachelor* inclui o significado de *man*; *man* é superordenado (ou hiperônimo) de *bachelor*, ao passo que *bachelor* é subordinado (ou hipônimo) de *man*³²³. Em segundo lugar, os traços possibilitam a definição de “classes naturais” [*natural classes*] de itens (p.ex., o traço [–ANIMADO] define a classe dos nomes inanimados). A definição das classes naturais, por sua vez, está intimamente relacionada com o estabelecimento de “restrições de seleção” [*selectional restrictions*] (cf. TAYLOR 2009: 28), ou seja, as restrições atinentes à combinação das unidades léxicas em sintagmas (p.ex., o adjetivo *insípido* pode ser atribuído apenas a nomes com o traço [–ANIMADO]). Por fim, em terceiro lugar, o sistema de traços pode lançar luz sobre determinados tipos de relações de sentido estabelecidas entre sentenças (p.ex., a sinonímia e o acarretamento).

Em relação ao terceiro postulado, são necessárias algumas ressalvas³²⁴. As críticas recebidas são devidas ao fato de que o modelo das condições necessárias e suficientes possui um poder explicativo forte, porém um poder descritivo fraco (cf. KLEIBER 2004: 31-37). Com efeito, a teoria explica de forma satisfatória a pertinência de uma dada entidade a uma categoria determinada, em função da presença dos traços definidores dessa categoria. Entretanto, no que concerne especificamente às espécies naturais (plantas, animais etc.), o modelo mostra-se bastante débil na tentativa de descrevê-las. Por exemplo, o conjunto de condições necessárias e suficientes para a pertinência à categoria *ave*, quais sejam, ‘ser um animal’, ‘possuir um bico’, ‘ter o corpo coberto de penas’, ‘possuir asas’, ‘pôr ovos’, não se aplica de forma homogênea ao conjunto das aves existentes. Dito de outra forma, o modelo permite descrever satisfatoriamente a categoria *ave* do ponto de vista intensional, mas não consegue determinar a sua extensão. Wittgenstein (2003) já antecipava algumas inadequações da teoria clássica da categorização. Ao analisar a categoria *jogos* [*Spiele*], o autor atenta para o fato de que haveria “uma rede complexa de semelhanças, que se cruzam e se sobrepõem umas às outras”³²⁵ (WITTGENSTEIN 2003: 57). Dessa forma, ao contrário do que preconiza a teoria clássica, uma categoria não seria estruturada em termos de traços compartilhados, mas de um cruzamento de traços. Haveria atributos tipicamente associados a uma categoria: alguns membros compartilhariam alguns desses atributos, outros membros compartilhariam outros

³²² [die Überlegungen der wahrheitskonditionalen Semantik erschließen uns das referentielle Potenzial von Wörtern und erfassen semantische Relationen zwischen Lexemen]

³²³ A possibilidade de organização hierárquica do léxico evidencia uma analogia com a semântica estrutural (cf. KLEIBER 2004: 31-32). A esse respeito, cf. tb. 4.2.1.2.

³²⁴ A partir daqui, passamos a expor algumas críticas à teoria clássica da categorização, que fundamentam, em parte, a teoria dos protótipos (cf. 4.2.1.3).

³²⁵ [ein kompliziertes Netz von Ähnlichkeiten, die einander übergreifen und kreuzen]

atributos. A essas similaridades, Wittgenstein (2003) chama “semelhanças de família” [*Familienähnlichkeiten*]. Posteriormente, e de forma abertamente reacionária ao modelo clássico, Rosch (1978) procura demonstrar que as categorias não são compostas por membros detentores do mesmo *status*, mas, pelo contrário, há membros dentro de uma categoria que são julgados como mais centrais que outros. Essa assimetria, chamada de “efeito de prototipicidade” [*prototypicality effect*] (cf. GEERAERTS 2001), é encontrada, por exemplo, na categoria *ave*, da qual *pardal* e *águia* são membros mais prototípicos do que *avestruz* e *pinguim*.

Por fim, em relação ao quarto princípio, Kleiber (2004: 27) argumenta que o modelo das condições necessárias e suficientes responde a uma dupla intuição: (a) o significado de uma palavra é algo que se deixa determinar com relativa precisão e (b) as categorias são entidades discretas que se diferenciam nitidamente. Essa visão de categoria, contudo, é alvo de críticas. No âmbito da semântica cognitiva, a categorização é entendida como não criterial, ou seja, não responde a uma simples relação de pertinência ou não a uma determinada categoria em função de suas condições criteriais. Dessa forma, e tendo em vista que os membros dentro de uma categoria não gozariam do mesmo *status*, as categorias não poderiam apresentar fronteiras nítidas (cf. EVANS; GRENN 2011: 28-29).

4.2.1.1.2 Noções de intensão e extensão

O modelo das condições necessárias e suficientes está em consonância com o princípio fregeano, segundo o qual a intensão determina a extensão.

Na lógica formal, entende-se que as sentenças descrevem um determinado “estado de coisas” [*state of affairs*] no mundo. Nesse contexto, Frege (2008) introduz a noção de “sentido” [*Sinn*], que se opõe à de “referência” [*Bedeutung*]³²⁶. A referência corresponde ao que é designado por um signo (nome, expressão, sentença), ao passo que o sentido é o que está contido no “modo de apresentação” [*Art des Gegebenseins*] do objeto³²⁷. A referência de

³²⁶ Empregamos os termos *sentido* e *referência*, já consagrados em diversas tradições linguísticas (p.ex., inglês *sense/reference*, espanhol *sentido/referencia*), como equivalentes dos termos fregeanos *Sinn* e *Bedeutung*, respectivamente. O termo alemão *Bedeutung*, em seu emprego não técnico, equivale a *significado*. Tanto Lyons (1989: 199) como Vater (2005: 13), no entanto, não deixam de chamar a atenção para a escolha “infeliz” [*unfortunate*] de G. Frege. Essa escolha, de acordo com Lyons (1989), deve-se a que os filósofos, de um modo geral, pensam em “referência” como uma relação semântica básica. O autor ainda acrescenta que o alemão disporia de termos mais precisos para expressar os conceitos em questão, quais sejam, o próprio *Bedeutung* [significado], que exprimiria de forma mais exata a noção fregeana de *Sinn*, e *Bezeichnung* [designação], ou mesmo *Referenz* [referência], que poderiam substituir o termo fregeano *Bedeutung*.

³²⁷ Chierchia; McConell-Genet (2000: 65-66) atentam para o fato de que distinções análogas à de G. Frege já haviam sido elaboradas anteriormente. A mais famosa delas é, certamente, no âmbito da linguística, a dicotomia saussuriana *significante/significado*.

um nome é o indivíduo ao qual a designação se aplica, ao passo que a referência de uma sentença é o seu valor de verdade, que pode ser verdadeiro ou falso, segundo o mundo se apresente ou não conforme é descrito. Dessa maneira, duas sentenças terão o mesmo significado, sempre e quando sejam ambas ou verdadeiras ou falsas (cf. CHIERCHIA; McCONNELL-GENET 2000: 55-65).

O sentido, por sua vez, entra em jogo para ajudar a diferenciar signos que possuam a mesma referência. Para ilustrar, Frege (2008: 24) menciona as designações “estrela d’alva” [*Morgenstern*] e “estrela vespertina” [*Abendstern*]. Ambas teriam a mesma referência (o planeta Vênus), mas não o mesmo sentido, uma vez que cada expressão refere a uma determinada propriedade da referência³²⁸.

Um signo (nome, expressão, sentença), portanto, une referência e sentido³²⁹, de tal forma que:

A conexão regular entre o signo, seu sentido e sua referência é tal que, ao signo, corresponde um sentido determinado, e a este, por sua vez, uma referência determinada, ao passo que a uma referência (a um objeto) não corresponde apenas um signo. O mesmo sentido tem diferentes expressões em diferentes línguas, e, inclusive, na mesma.³³⁰ (FREGE 2008: 25)

Carnap (1988) reformula a dicotomia fregeana sentido/referência em termos de intensão/extensão. O autor desenvolve um método de análise do significado aplicado às expressões denominadas “designadores” [*designators*]. Os designadores abrangem as sentenças declarativas, as expressões individuais (constantes individuais ou descrições individuais) e os predicadores (constantes de predicados ou expressões de predicado composto). Carnap (1988: 1) considera que “se dois designadores são equivalentes, nós também dizemos que eles têm a mesma *extensão*. Se eles são, além disso, L-equivalentes [*i.e.*, logicamente equivalentes], nós dizemos que eles também têm a mesma *intensão*”³³¹. A

³²⁸ Lyons (1989) e Vater (2005), uma vez mais, fazem notar que o exemplo proposto por Frege (2008) não é completamente oportuno. As designações *Morgenstern* e *Abendstern* assemelham-se aos nomes próprios. Vater (2005: 29-30) adverte que “a maioria dos semanticistas (ainda que não todos) aceita que os nomes próprios têm apenas referência, porém não sentido” [von EN [*i.e.* Eigennamen] nehmen die meisten Semantiker (allerdings nicht alle) an, dass sie nur Referenz, aber keinen Sinn haben]. Portanto, seria pertinente questionar se as expressões *Morgenstern* e *Abendstern* teriam, de fato, sentido.

³²⁹ Frege (2008: 25), contudo, não deixa de mencionar que o fato de se ter um sentido não assegura que haverá necessariamente uma referência. Com efeito, há expressões como “o habitante de Marte”, que possuem um sentido, mas para as quais, pelo menos até o momento, não é possível assegurar que haja também uma referência.

³³⁰ [Die regelmäßige Verknüpfung zwischen dem Zeichen, dessen Sinn und dessen Bedeutung ist derart, daß dem Zeichen ein bestimmter Sinn und diesem wieder eine bestimmte Bedeutung entspricht, während zu einer Bedeutung (einem Gegenstande) nicht nur ein Zeichen zugehört. Derselbe Sinn hat in verschiedenen Sprachen, ja auch in derselben verschiedene Ausdrücke]

³³¹ [If two designators are equivalent, we say also that they have the same *extension*. If they are, moreover, L-equivalent, we say that they have also the same *intension*]. Os grifos estão no texto original.

extensão de uma sentença declarativa corresponde ao seu valor de verdade, enquanto sua intensão corresponde à proposição expressa por ela. A extensão de uma expressão individual, por sua vez, corresponde ao indivíduo ao qual ela se refere, e sua intensão, ao conceito por meio do qual o objeto é identificado. Por fim, a extensão de um predicador equivale à classe de indivíduos aos quais ele se aplica, ao passo que sua intensão corresponde à propriedade expressa.

Tarski (1944: 345) afirma que “*Semântica* é uma disciplina que, genericamente falando, lida com certas relações entre expressões de uma língua e os objetos (ou ‘estado de coisas’) ‘referidos’ por essas expressões”³³². Dessa forma, e em consonância com o exposto nos parágrafos precedentes, o significado é entendido em termos de uma correspondência com a realidade extralinguística, ou, em outras palavras, em função das suas condições de verdade (em se tratando de sentenças), ou das condições necessárias e suficientes para o pertencimento a uma determinada categoria (em se tratando de expressões referenciais). Isso permite concluir que o significado, no âmbito da semântica das condições de verdade, é compreendido *extensionalmente*.

De acordo com Kleiber (2004: 26), um duplo paralelismo resume a relação entre intensão/extensão e a categorização no modelo das condições necessárias e suficientes. Por um lado, estabelece-se uma relação entre uma intensão, entendida como uma conjunção suficiente de condições necessárias, e uma extensão, que corresponde a uma categoria com fronteiras nitidamente delimitadas. Por outro lado, a uma intensão composta de traços independentes e equivalentes (posto que um é tão necessário quanto o outro), corresponde uma extensão composta por membros que apresentam um *status* equivalente no interior de uma categoria.

4.2.1.2 O modelo estrutural

Greimas (2007: 6) recorda que a semântica foi vista, tradicionalmente, como “a parente pobre da linguística” [*la parente pauvre de la linguistique*]. Entretanto, após um longo período de distanciamento, ou mesmo de uma aproximação *sui generis*, em relação ao significado³³³, as décadas de 1960 e 1970 presenciaram o florescimento da “semântica

³³² [Semantics is a discipline which, speaking loosely, deals with certain relations between expressions of a language and the objects (or “states of affairs”) “referred to” by those expressions]. Os grifos estão no texto original.

³³³ Cf., p.ex., a concepção behaviorista de significado engendrada em Bloomfield (1973).

estrutural”. Entre os mais destacados semanticistas estruturalistas no âmbito europeu³³⁴, encontram-se E. Coseriu, H. Geckeler, A.J. Greimas e B. Pottier (cf. PÖLL 2002: 59).

4.2.1.2.1 A análise componencial do significado

Estabelecendo uma analogia com o modelo empregado na fonologia, os semanticistas estruturalistas propuseram o modelo de análise componencial do significado, que lhes permitia – ou deveria permitir – acessar o plano do conteúdo dos signos linguísticos. A semântica de traços fundamenta-se em dois princípios:

- a) O princípio das oposições, segundo o qual o valor linguístico é dado pelas oposições estabelecidas no interior do sistema.
- b) O princípio da decomposicionalidade, posto que, da mesma forma em que um fonema pode ser descrito em termos de um feixe de traços distintivos, o significado de um lexema pode ser determinado mediante uma soma de traços semânticos³³⁵ (cf. PÖLL 2002: 59).

A esse respeito, Pöll (2002: 59) salienta que “a ideia de definir o significado por meio de traços ou componentes não é, de fato, nova, mas sim, em última instância, tão somente uma formalização dos princípios da lógica aristotélica”³³⁶.

A análise dos lexemas franceses *chaise* [cadeira], *fauteuil* [poltrona], *canapé* [canapé] e *tabouret* [tamborete] em Pottier (1977) evidencia os fundamentos teóricos da análise componencial, mencionados *ad supra*. Os componentes que Pottier (1977) reconhece na descrição e classificação dos lexemas são:

- a) *sema* (cada um dos traços semânticos mínimos distintivos que compõem um semema);
- b) *semema* (conjunto dos traços semânticos mínimos distintivos que corresponde a um lexema);
- c) *classema* (conjunto das categorias semânticas gerais);
- d) *funtema* (“partes do discurso” e suas implicações);
- e) *virtuema* (conjunto dos traços semânticos não distintivos de um lexema, relacionados com os conhecimentos individuais/a experiência passada).

³³⁴ A versão americana da análise componencial, como sabemos, desenvolveu-se de forma completamente independente da versão europeia (cf. LYONS 1989: 318). Tendo em vista os propósitos da nossa discussão, trataremos apenas do modelo europeu. Para um panorama geral das pesquisas desenvolvidas pelos semanticistas americanos, cf. Geeraerts (2010: 70-80).

³³⁵ Os próprios termos *sema*, *semema* e *arquissemema*, empregados no âmbito da semântica, guardam estreita relação com os termos *fone*, *fonema* e *arquifonema*, utilizados na fonologia.

³³⁶ [Die Idee, die Bedeutung über Merkmale oder Komponenten zu definieren, ist nicht wirklich neu, sondern letztlich nur eine Formalisierung der Prinzipien aristotelischer Logik]

Greimas (2007), empregando a metodologia – e, em parte, também a terminologia – de Pottier (1977), apresenta um modelo que pretende abarcar igualmente os planos sintagmático e contextual do significado. Entre as principais contribuições de Greimas (2007: 42-54) à semântica estrutural, destacam-se os seguintes tópicos:

- a) Os conceitos de *semema* e *classema* convertem-se em elementos chave para a descrição e classificação de um lexema: o *semema* está composto por “núcleos sêmicos” [*noyaux sémiques*], ao passo que o *classema* corresponde aos “semas contextuais” [*sèmes contextuels*] propriamente ditos.
- b) A análise do significado adquire uma dimensão sintagmática com o conceito de “isotopia semântica” [*isotopie sémantique*], entendido *grosso modo* como a repetição de palavras de um mesmo campo semântico em um texto, possibilitando sua compreensão, ou, em termos do modelo semântico de Greimas (2007), a repetição de traços semânticos (ou “semas contextuais”)³³⁷.

Em Bugueño Miranda; Farias (2013a), destaca-se que, não obstante as metodologias tanto de Pottier (1977) como de Greimas (2007) contemplem uma metalinguagem de segundo nível (*siège* [assento] é o arquilexema para todo o campo léxico de “móveis para sentar-se”), ambos os modelos podem adaptar-se relativamente bem a uma formulação em metalinguagem de primeiro nível, ou, mais especificamente, a uma paráfrase explicativa intensional³³⁸.

O exposto *ad supra* evidencia, portanto, que a análise componencial também conduz a um “modelo categorial”. Em outras palavras, a semântica de traços compartilha alguns dos princípios fundamentais da teoria clássica da categorização, quais sejam:

- a) todos os representantes de uma categoria (ou co-hipônimos, em termos da semântica estrutural) possuem *status* idêntico;
- b) os conceitos delimitam-se nitidamente, e, conseqüentemente,
- c) a pertinência de um dado conceito a uma categoria pode ser claramente determinada mediante o cumprimento de “condições necessárias e suficientes” (cf. PÖLL 2002: 59-60; SCHUMACHER; STEINER 2009: 182-183).

A diferença substancial entre os modelos formal e estrutural, no entanto, reside no fato de que, na visão da lógica, as relações estabelecidas entre as palavras refletem a organização da realidade extralinguística, ao passo que, na visão do estruturalismo, as relações são estabelecidas no interior do sistema linguístico (cf. LYONS 1989: 318-319).

³³⁷ A esse respeito, cf. tb. Bußmann (2008: s.v. *Isotopie*).

³³⁸ Dessa forma, a análise componencial do lexema *fauteuil* pode aplicar-se à formulação de uma paráfrase explicativa intensional, como “Siège à dossier et à bras, à une seule place” (PRobE 2001: s.v. *fauteuil*, ac.1).

4.2.1.2.2 O modelo lexemático de E. Coseriu

O modelo semântico proposto por Coseriu (1978; 1991) recebe o nome de “lexemática”, ou “estudo funcional do vocabulário”, e consiste na investigação do conteúdo léxico das línguas, em outras palavras, do “significado léxico”. Trata-se de uma perspectiva linguística imanente, uma vez que lida com o conteúdo semântico das unidades léxicas, entendido como uma segmentação *sui generis* de uma língua particular.

Geckeler (1981: 382; 1988: 12-13) salienta que a teoria coseriana tem dois objetivos essenciais: (a) evadir as inadequações de outros enfoques semânticos, ao delimitar com precisão o objeto da sua semântica; e (b) integrar todas as questões concernentes a uma semântica estrutural em um sistema único e coerente. Tendo em vista os dois objetivos descritos, o modelo lexemático estabelece-se sobre a base de algumas distinções fundamentais³³⁹:

1. Conhecimento linguístico *versus* conhecimento enciclopédico: Coseriu (1991: 95 e ss.) opõe claramente “a linguagem” e “as coisas”. A semântica estrutural é uma semântica da linguagem – não das coisas –, pela linguagem e para refletir sobre a linguagem. Assim, pois, seu objetivo é estabelecer a organização peculiar de *uma língua*, não da realidade extralinguística.

2. Linguagem primária *versus* metalinguagem: No âmbito do saber linguístico, a primeira distinção que se estabelece é entre *linguagem* e *metalinguagem*. De acordo com Coseriu (2004b: 104), a *metalinguagem* é uma linguagem cujo objeto também é uma linguagem, ao passo que *linguagem*, ou, melhor dito, *linguagem primária*, é uma linguagem cujo objeto não é uma linguagem.

3. Sincronia *versus* diacronia: Na linguagem primária, estabelece-se uma distinção essencial entre sincronia (ou seja, a língua considerada em um dado momento do seu devenir histórico e, portanto, no seu funcionamento no falar) e diacronia (ou seja, a língua considerada justamente em seu devenir histórico) (cf. COSERIU 2004b: 106).

4. Técnica livre *versus* discurso repetido: De acordo com a concepção saussuriana, uma língua deve ser descrita do ponto de vista sincrônico³⁴⁰. Coseriu (2004b: 107) estabelece,

³³⁹ Os princípios fundamentais da lexemática coseriana são descritos e comentados em Geckeler (1981;1988).

³⁴⁰ Coseriu (2004b: 106) atenta para o fato de que se deve distinguir entre *sincronia*, considerada *idealmente*, e *estado de língua real*. Em consonância com a distinção advertida por Coseriu (2004b), Jakobson (1992: 52) assevera que “a sincronia não é de forma alguma estática; sempre surgem mudanças que também fazem parte da sincronia. A sincronia real é dinâmica. A sincronia estática é uma abstração que pode ser útil para a pesquisa linguística com fins específicos; no entanto, uma descrição sincrônica exaustiva da língua, fiel aos fatos, deve considerar constantemente a dinâmica da língua. [...] a imagem da língua como um sistema uniforme e monolítico está demasiadamente simplificada” [la sincronía no es para nada estática; siempre surgen cambios

portanto, no âmbito da sincronia, uma distinção entre *técnica livre* e *discurso repetido*. A técnica livre compreende os elementos da língua (as palavras) e as regras concernentes à sua modificação e combinação (as regras lexicais e gramaticais). O discurso repetido, por outro lado, diz respeito àquilo que, no falar de uma comunidade, repete-se como discurso já produzido, ou como combinação mais ou menos fixa.

5. Língua histórica *versus* língua funcional: Língua histórica é uma “língua constituída historicamente como unidade ideal e identificada como tal pelos seus próprios falantes e pelos falantes de outras línguas” (COSERIU 2004b: 110). Língua funcional, por sua vez, é uma variedade interna da língua histórica, delimitada diacrônica (variação no decorrer do tempo), diatópica (variação no espaço geográfico), diastrática (variação de estratos sócio-culturais da comunidade linguística, o que inclui, por exemplo, as gírias) e diafasicamente (variação nos níveis de fala, como por exemplo, coloquial, familiar, literário, poético) (cf. COSERIU 1967; 2004b; 2004c).

6. Tipo, sistema, norma e discurso: Coseriu (2004c) identifica diferentes “ordens” ou “níveis de estruturação” que uma língua funcional apresenta: no âmbito da técnica realizada, localiza-se o nível do falar concreto, ao passo que, no âmbito da técnica virtual, encontram-se os níveis da norma, do sistema e do tipo linguístico. De acordo com Coseriu (2004c: 119-120), o falar concreto corresponde *grosso modo* ao termo saussuriano *parole* “fala”³⁴¹. Já a norma e o sistema correspondem, juntos, ao termo saussuriano *langue* “língua”. Sistema e norma são, portanto, dois níveis de abstração ou de formalização da linguagem, que se opõem ao falar concreto. O sistema, mais alto grau de abstração, é definido como um conjunto de oposições funcionais, enquanto a norma é definida como um sistema de realizações obrigatórias, fixadas cultural e socialmente, de forma que se impõem ao falante. Dentro de um mesmo sistema, é possível encontrar várias normas (ou línguas funcionais), que variam em

que también forman parte de la sincronía. La sincronía real es dinámica. La sincronía estática es una abstracción, que puede resultar útil para la investigación de la lengua con fines específicos; sin embargo, una descripción sincrónica exhaustiva de la lengua, fiel a los hechos, debe considerar constantemente la dinámica de la lengua. [...] la imagen de la lengua como un sistema uniforme y monolítico está sobreesimplificada]. Saussure (2005) adota o método sincrônico de descrição linguística, uma vez que este, ao permitir reconhecer as relações estabelecidas entre os elementos do sistema, serve como alicerce para a “teoria do valor”; entretanto, isso não o impedia de enxergar a sincronia como uma abstração teórica que, embora necessária, implica, em certa medida, renunciar a precisão da análise. Nesse sentido, Coseriu (2004b: 106) postula que “também no estado de língua está implícita uma dimensão diacrônica, porque os falantes consideram certas formas e construções como antiquadas ou, ao contrário, como recentes e, quando as usam, levam em conta esses valores para dar aos seus discursos um sabor de arcaicidade ou modernismo”, de tal forma que se trata “de uma diacronia ‘subjéctiva’ ou ‘diacronia dos falantes’” (COSERIU 2004b: 107). O tratamento da neologia no âmbito (meta)lexicográfico reflete bem as “limitações” impostas pelo método sincrônico de descrição linguística (a esse respeito, cf. FARIAS 2008d).

³⁴¹ Em Saussure (2005), o termo *fala* pode ser entendido como (a) ação individual momentânea ou como (b) produto assistemático de uma série dessas ações (cf. COSERIU 1967: 49). Coseriu (2004c) refere-se à *fala* entendida na sua primeira acepção.

função de eixos, como diacronia, diatopia, diastratia e diafasia³⁴². Por fim, o tipo linguístico constitui um nível de estruturação não identificado por Saussure (2005). O tipo linguístico encerra os princípios funcionais (tipos de procedimentos e de funções) e as categorias técnicas da língua (categorias de distinções, oposições e estruturas que caracterizam uma língua), podendo corresponder a mais de um sistema, da mesma forma que um sistema pode corresponder a mais de uma norma (cf. COSERIU 2004c: 125).

7. Significado, designação e sentido: No âmbito do sistema, a delimitação do conceito de *significado* pressupõe uma confrontação com outros tipos de conteúdo linguístico. Coseriu (1978: 206-207) reconhece três tipos fundamentais de conteúdos linguísticos: *significado*, *designação* e *sentido*. O significado é o conteúdo linguístico atualizado em cada caso pela fala e em uma língua determinada. A designação é a referência à realidade extralinguística. Por fim, o sentido é o conteúdo particular da cada texto ou de uma unidade textual (cf. tb. COSERIU 2004a).

8. Tipos de significado: A definição do termo *significado lexical* implica sua delimitação frente a outros tipos de significado. Coseriu (1978: 208-209) identifica cinco tipos de significado: *lexical*, *categorial*, *instrumental*, *sintático* e *ôntico*. A lexemática ocupa-se exclusivamente de lexemas, ou seja, unidades léxicas que possuem significado lexical. Excluem-se do âmbito de estudos da lexemática, portanto, os categoremas, ou seja, unidades léxicas (conjunções, preposições, pronomes etc.) que possuem apenas significado categorial.

9. Léxico estruturado *versus* léxico não estruturado: O léxico estruturado é o produto da atividade própria de uma língua natural, ao passo que o léxico não estruturado corresponde ao terminológico, disposto de forma *ad hoc* por uma ciência determinada.

A lexemática almeja, ainda, o estabelecimento de *campos léxicos*. Um campo léxico corresponde a um conjunto de lexemas que compartilham um valor léxico comum (*arquilexema*), opondo-se entre si por diferenças mínimas de conteúdo (*semas*). A metodologia empregada pela lexemática, por sua vez, opera sobre a base de distinções fundamentais para a descrição do significado:

- a) *lexema* (unidade lexical que funciona dentro de um campo semântico);
- b) *arquilexema* (lexema que funciona como um denominador comum de todos os membros de um campo léxico);

³⁴² O termo *norma* possui duas acepções distintas. A norma, em sua primeira acepção, diz respeito às variedades que a comunidade linguística realiza de fato, ao passo em que a norma, em sua segunda acepção, corresponde à que os falantes tomam como um modelo do “bem falar”. Distingue-se, assim, entre “norma real” e “norma ideal”, respectivamente (cf. COSERIU 2004c).

- c) *dimensão* (critério metodológico que fornece um parâmetro para as oposições que funcionam entre determinados lexemas do campo léxico);
- d) *sema* (traço mínimo que caracteriza o conteúdo de uma unidade léxica e que, composicionalmente, permite formar um semema);
- e) *classema* (traço de tipo genérico, que possibilita delimitar e caracterizar séries extensas de lexemas) (cf. GECKELER 1988: 15).

A semântica estrutural, portanto, no âmbito da qual tem lugar a análise componencial do significado, pretende ser uma teoria “limpa”, no sentido de que procura desconsiderar o referente (plano extralinguístico) para lidar apenas com o significado (plano linguístico). O significado, nesse caso, é entendido como uma magnitude *intensional*.

Por fim, em relação às – supostas – limitações normalmente atribuídas à semântica estrutural, Coseriu (1995) adverte que as críticas podem ser subdivididas em “externa” e “interna”. No concernente à crítica externa, em primeiro lugar, deve-se considerar as dificuldades pertinentes à descrição semântica em si, que são, basicamente, duas:

- a) O “conhecimento das coisas” tem um peso maior no âmbito léxico que em outros âmbitos de descrição linguística (fonologia, morfologia e sintaxe, por exemplo), além do que, o léxico corrente contém um número muito elevado de unidades léxicas não estruturadas idiomáticamente (termos técnicos, por exemplo).
- b) Não existe uma metalinguagem para a análise semântica que seja diferente da língua estudada (a esse respeito, cf. tb. HAENSCH et al. 1982: 272-275).

Em segundo lugar, deve-se considerar também a dificuldade intrínseca à descrição estrutural. A semântica, em relação à delimitação do seu objeto, enfrenta as mesmas dificuldades, por exemplo, da gramática e da fonologia. O agravante, no caso da semântica, é que seu objeto, o léxico, tem uma quantidade maior e mais heterogênea de unidades funcionais, além de carecer de uma regularidade análoga a do sistema fonológico ou morfológico. O grande desafio, pois, da semântica estrutural é ter de identificar, em cada caso, a língua funcional a que pertence a unidade que se considera, posto que a linguística estrutural descreve homogeneidades (entenda-se línguas funcionais), e a língua histórica funciona, justamente, por meio da sua variedade, mormente no âmbito léxico. Coseriu (1995), entretanto, argumenta que:

Em primeiro lugar, não se pode apresentar como “insuficiências” de uma disciplina seus limites racionais (impostos por seu próprio objeto), porque isso significa pedir a ela o que ela não pode e não pretende dar; não cabe censurar uma semântica da língua porque não é pragmática ou sociolinguística. E, em segundo lugar: que a semântica estrutural é uma disciplina em desenvolvimento, inclusive como método

de pesquisa, não um caudal de saberes definitivamente adquiridos, e que, portanto, não se pode pedir a ela que também saiba aquilo que ainda não investigou, e que proporcione soluções também para problemas sobre os quais ainda não refletiu, ou sobre os quais apenas começa a refletir. Ou seja, em consonância com C. Corrales Zumbado, ‘não se trata... de negar as dificuldades, mas de colocá-las em seu justo lugar’.³⁴³ (114-115)

No que diz respeito à “crítica interna”, ou seja, a crítica dirigida a determinados conceitos e princípios específicos do modelo estrutural, Coseriu (1995: 115) é categórico ao afirmar que esta “resultou, na maioria das vezes estéril”³⁴⁴, em razão de que se fundamenta na “incompreensão ou interpretação arbitrária do que se critica, ou por propor, a partir de outras posições teóricas, modificações e ‘correções’ incompatíveis com o próprio modelo”³⁴⁵.

4.2.1.3 O modelo cognitivo

Segundo Geeraerts (2010: 182; 275), a semântica cognitiva emerge nos anos 1980 como parte da linguística cognitiva, apresentado-se como um movimento teórico livremente estruturado [*loosely structured theoretical movement*] oposto à autonomia da gramática e à posição secundária da semântica no âmbito da teoria gerativa, e que propunha integrar significado e cognição, por um lado, e semântica e pragmática, por outro. A semântica cognitiva deu cabida ao desenvolvimento de diversos enfoques para o estudo do significado lexical: a teoria dos protótipos, a teoria conceitual da metáfora e metonímia, a teoria dos modelos cognitivos idealizados e a teoria de *frames* (cf. GEERAERTS 2010: 183-229). Nesta subseção, deter-nos-emos na descrição da teoria dos protótipos.

4.2.1.3.1 A relação entre as noções de protótipo e de categorização

Entre as teorias engendradas no período que Albrecht (1997: 19) denomina “revolução cognitiva” [*kognitive Revolution*] – iniciada com a publicação de Chomsky (1962) –, Wotjak (1997: 31) menciona: semântica prototípica, semântica situacional, semântica dos arquétipos, semântica catastrófica, semântica dos modelos teóricos e semântica gerativa. A semântica

³⁴³ [Primero, no se pueden presentar como “insuficiencias” de una disciplina sus límites racionales (impuestos por su mismo objeto), porque esto significa pedirle lo que no puede y no pretende dar; no cabe censurar una semántica de la lengua porque no es pragmática o sociolingüística. Y segundo: que la semántica estructural es una disciplina en desarrollo, incluso como método de pesquisa, no un caudal de saberes definitivamente adquiridos, y que, por tanto, no se le puede pedir que sepa también lo que aún no há investigado y que proporcione también soluciones de problemas que todavía no ha planteado o sólo empieza a plantear. O sea, para decirlo con C. Corrales Zumbado, “no se trata... de negar las dificultades sino de colocarlas en su justo sitio”]

³⁴⁴ [ha resultado las más de las veces estéril]

³⁴⁵ [incomprensión o interpretación arbitraria de lo criticado o por proponer, desde otras posiciones teóricas, modificaciones y “correcciones” incompatibles con el modelo mismo]

prototípica é, sem embargo, entre os modelos mencionados, a mais promissora como alternativa à semântica estrutural (cf. BÄRENFÄNGER 2009).

A semântica prototípica, ou teoria dos protótipos, nasceu como uma reação ao modelo clássico de categorização³⁴⁶, assentado-se na noção de “semelhança de família” de Wittgenstein (2003), por um lado, e nas investigações acerca dos termos referentes a cores básicas empreendidas por B. Berlin e P. Kay, por outro (cf. HARRAS 1991: 48-51). Rosch (1978) investiga a relação entre os processos cognitivos e a representação mental do conteúdo linguístico, concluindo, por exemplo, que os indivíduos não percebem as categorias como classes homogêneas e discretas, mas, pelo contrário, como classes heterogêneas e não discretas, nas quais há alguns membros mais representativos que outros. A esse fenômeno, como vimos, dá-se o nome de “efeito de prototipicidade”. Evans; Green (2011: 255) apresentam os dois princípios que regem o sistema de categorização na mente humana:

1. Princípio de economia cognitiva: O ser humano procura, em todos os casos, obter o máximo de informação possível sobre o meio em que está inserido, com o mínimo de esforço cognitivo. Assim, pois, em lugar de alocar separadamente cada informação recebida mediante um estímulo individual experimentado, prefere-se agrupar estímulos similares em categorias, de forma a garantir a economia na representação cognitiva.

2. Princípio de estrutura do mundo percebido: O ser humano toma como base para a formação de categorias a “estrutura correlacional” [*correlational structure*] do mundo. Desse modo, sabe-se, por meio da experiência adquirida, que os conceitos “asas” e “penas” encontram-se, via de regra, relacionados com a habilidade para voar, e não, por exemplo, com a habilidade para nadar.

Conforme Goddard (2011: 83-83), há três noções fundamentais sobre as quais a teoria dos protótipos encontra-se erigida³⁴⁷:

1. O significado das palavras – entendido, no âmbito da semântica cognitiva em termos de “categorias” – toma a forma de um “conceito central idealizado” [*idealized central concept*], a partir do qual, várias extensões e adaptações são possíveis. Em outras palavras, o significado é entendido por meio de um “modelo cognitivo idealizado” [*Idealized Cognitive Model*]. Assim, por exemplo, o significado de *mother* está associado à ideia de nascimento; o significado “nuclear”, no entanto, pode ser estendido, a fim de abarcar uma rede de conceitos

³⁴⁶ Restringimo-nos, aqui, à versão *standard* da teoria dos protótipos. Para um panorama geral da versão estendida desse modelo, cf. Kleiber (2004: 147-183) e Lewandowska-Tomaszczyk (2007: 147-149).

³⁴⁷ A esse respeito, cf. tb. Lewandowska-Tomaszczyk (2007: 144-146).

(p.ex., *stepmother*, *surrogate mother*, *adoptive mother*, *foster mother* etc.), conformando uma rede de polissemia radial (cf. tb. LAKOFF 1990: 68-76).

2. O protótipo é definido como o exemplar mais representativo e distintivo de uma categoria, uma vez que compartilha mais características com os demais membros da categoria à qual pertence, e menos com membros de outras categorias – apresentando, portanto, um alto grau de saliência conceitual. Dessa forma, as categorias são concebidas como “entidades difusas, não como compartimentos estanques claramente delimitados e definidos: a passagem de uma categoria a outra é gradual, e está marcada por **membros periféricos**”³⁴⁸ (CUENCA; HILFERTY 2011: 35). Cuenca; Hilferty (2011: 35) destacam que a pertinência a uma determinada categoria, portanto, é estabelecida a partir do grau de similitude com o protótipo, com a ressalva de que os atributos comuns entre o protótipo e os demais elementos da categoria não devem ser entendidos em termos de condições necessárias e suficientes. Com esse princípio, a teoria dos protótipos trata de derrubar os principais pilares sobre os quais se assenta o modelo clássico (cf. 4.2.1.1), convertendo-se em uma proposta alternativa – e legítima – de explicar como o indivíduo categoriza, armazena e processa a informação.

3. Tanto as categorias como também seus constituintes ou componentes constituem entidades não discretas. Portanto, em vez de compreender os componentes semânticos como traços que devem estar ou presentes ou ausentes, deve-se compreendê-los como traços presentes em maior ou menor grau. Dessa forma, propõe-se a formalização do grau de pertinência de uma dada entidade a uma categoria por meio de uma escala probabilística. A *cue validity*, portanto, descreve a probabilidade de que uma dada entidade encontre-se em uma dada categoria, considerando a posse de determinados traços – ou *cue*. Uma entidade pode, assim, ser considerada como completamente incluída em uma categoria (*cue validity* igual a 1.0), ou apresentar uma probabilidade de apenas 50% (*cue validity* igual a 0.5) ou 25% (*cue validity* igual a 0.25) etc. de inclusão na referida categoria. A *cue validity* de uma categoria corresponde, assim, à soma de todas as *cue validities* individuais de traços associados a ela (cf. tb. LAKOFF 1990: 52-54).

4.2.1.3.2 O significado no âmbito da semântica cognitiva

Sinclair (2004: 21) assinala que o “[S]ignificado é uma impressão na mente de um indivíduo”³⁴⁹. Wotjak (1997: 33), por sua vez, afirma que a relação entre significado e

³⁴⁸ [entidades difusas, não como compartimentos estanques claramente delimitados y definidos: el paso de una categoría a otra es gradual y viene marcado por **miembros periféricos**]. Os grifos estão no texto original.

³⁴⁹ [Meaning is an impression in the mind of an individual]

referente se estabelece através de operações cognitivas. Diante disso, evidencia-se a necessidade de se incorporar fatores como o chamado “conhecimento enciclopédico” ao significado³⁵⁰. No âmbito da semântica prototípica o “conhecimento linguístico” [*sprachliches Wissen*] e o “conhecimento das coisas” [*sachliches Wissen*] não se deslindam. Nesse sentido, o significado, do ponto de vista do modelo analisado, deixa-se entender em termos *extensionais*.

A primeira fase da semântica prototípica caracterizou-se por uma franca ruptura e, ao mesmo tempo, um “ajuste de contas” teórico com a semântica formal, primeiramente, e, em seguida, com a semântica estrutural. Após essa primeira fase, no entanto, houve uma tentativa de aproximação com o estruturalismo. Pöll (2002: 68), a esse respeito, afirma que “[A] teoria prototípica não representa uma substituição para a semântica componencial, mas pode complementá-la em algumas áreas essenciais”³⁵¹. Nesse sentido, deve-se recordar as teses integradoras entre ambos os modelos semânticos propostas por Albrecht (1997):

- a) A semântica prototípica constitui, essencialmente, uma retomada das ideias da tradição histórico-filológica – anteriores ao rigor formal e “expurgatório” que o estruturalismo representou para a linguística –, procurando conciliá-las, pelo menos em parte, com alguns dos princípios da semântica gerativa (cf. tb. GEERAERTS 2010: 275-276). Assim, pois, nos limites da semântica prototípica, o significado voltou a ser concebido como uma representação dos conteúdos de consciência [*Bewußtseinhalte*], e não mais como uma mera “abstração somatória”.
- b) O estabelecimento de limites claros entre o “conhecimento linguístico” e o “conhecimento das coisas/enciclopédico/extralinguístico”, como propõe a semântica estrutural, é inviável. Wotjak (1997: 37) defende que, na representação do significado, se incorpora uma parte do conhecimento do mundo/do domínio designativo³⁵².

4.2.1.4 Síntese da concepção de significado no âmbito dos modelos semânticos analisados

O quadro a seguir sintetiza e esquematiza a discussão realizada nos tópicos anteriores:

³⁵⁰ A incorporação do conhecimento enciclopédico/extralinguístico à análise semântica constitui, aliás, uma tendência entre os modelos semânticos pós-estruturais (cf. 6.2). A esse respeito, cf. tb. Cruse (1988), Stati (1995) e Burke (2003: 247-248).

³⁵¹ [Die Prototypentheorie stellt keinen Ersatz für die Merkmalssemantik dar, kann diese jedoch in wesentlichen Bereichen ergänzen]. Sobre as possibilidades de integração entre ambos os enfoques, estruturalista e cognitivo, respectivamente, cf. tb. Lipka (1986).

³⁵² Geeraerts (2001: 6-7) recorda que, ainda que os limites entre “conhecimento linguístico” e “conhecimento enciclopédico/do mundo” tenham se tornado difusos com a semântica prototípica, isso não significa que já não se distinga entre dicionário e enciclopédia. Entretanto, diante do exposto, é perfeitamente possível que o dicionário comporte também determinados tipos de informação não estritamente linguística.

Semântica das condições de verdade	Análise componencial do significado	Teoria dos protótipos
Compreensão extensional do significado: o significado é definido em termos de uma correspondência com a realidade extralinguística.	Compreensão intensional do significado: o significado está circunscrito a uma língua funcional, e está determinado pelos limites estabelecidos no interior do campo semântico correspondente.	Compreensão extensional do significado: o significado é uma representação dos “conteúdos de consciência” [<i>Bewusstseinhalt</i>]; na representação do significado se incorpora parte do conhecimento do mundo.

Quadro 8: A concepção do significado no âmbito dos modelos semânticos formal, estrutural e cognitivo

O significado, de acordo com o modelo estrutural, é visto como uma magnitude extensional. Esse fato evidencia uma clara oposição à semântica estrutural, no âmbito da qual, o significado é entendido intensionalmente, ou seja, está circunscrito a uma língua funcional e é determinado essencialmente pelos limites estabelecidos no interior do campo semântico correspondente, e não pela referência à entidade no mundo real designada pelo signo em questão (cf. DUPUY-ENGELHARDT 1995; HILTY 1997: 64-65; ENGELBERG; LEMNITZER, 2009: 10). Por outro lado, a compreensão extensional do significado representa um ponto de convergência do modelo formal com a teoria dos protótipos. Esta última, por tratar-se de uma teoria baseada no experimentalismo psico-cognitivo, propõe a organização dos conceitos e de suas designações com base na apreensão do mundo pelo indivíduo (cf. HILTY 1997: 65-66; ENGELBERG; LEMNITZER 2009: 9-11).

4.2.2 A teoria lexicológica tradicional e a metalinguagem da definição

Nesta seção, retomaremos a dicotomia essencial significado lexical/significado categorial, que fundamenta as teorias lexicológicas tradicionais e é de suma importância também para a (meta)lexicografia, uma vez que está na base da distinção entre metalinguagem de signo e metalinguagem de conteúdo. Nosso objetivo aqui é demonstrar a insustentabilidade de uma oposição entre ambos os tipos de significado (cf. tb. BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2011b), e avaliar as consequências disso na prática lexicográfica.

4.2.2.1 *Significado lexical e significado categorial no âmbito da lexemática*

Coseriu (1978) distingue, como vimos, cinco tipos de significado:

- a) Significado lexical: Corresponde ao conteúdo semântico da unidade léxica. Assim, pois, constituem o significado lexical os traços comuns entre as palavras de uma série tal como *rico – riqueza – enriquecer*.
- b) Significado categorial: Indica a classe de palavras à qual pertence o lexema.
- c) Significado instrumental: Corresponde ao valor de cada um dos morfemas que constituem as unidades léxicas.
- d) Significado sintático: Corresponde ao valor atribuído às construções gramaticais.
- e) Significado ôntico: Corresponde ao valor intencionalmente atribuído ao acontecimento descrito em uma dada proposição: afirmativo, negativo, interrogativo ou imperativo.

O significado lexical e o significado categorial, segundo Lutzeier (1985: 21), constituem os dois principais tipos de significado³⁵³. Fundamentadas nessa distinção, as teorias lexicológicas tradicionais costumam estabelecer uma oposição entre “expressões com significado” e “expressões sem significado”. Assume-se, portanto, que há palavras que não têm conteúdo semântico ou “não significam”, mas simplesmente ajudam a estabelecer relações entre as palavras que têm conteúdo semântico ou “significam”. Tal distinção, no entanto, de acordo com Bußmann (2008: s.v. *Autosemantikum*), em sentido estrito, não é sustentável. De fato, é necessário submeter a uma reavaliação a divisão estabelecida entre “expressões com significado” e “expressões sem significado”, do ponto de vista tanto conceitual como designativo.

Do ponto de vista conceitual, os princípios observáveis na classificação das palavras são descritos sinteticamente no quadro a seguir:

	“Expressões com significado”	“Expressões sem significado”
Zgusta (1971)	Palavras que contêm significado lexical; expressões que referem segmentos do mundo extralinguístico, realizando funções designativas. P.ex.: substantivos, verbos.	Palavras que realizam funções gramaticais. P.ex.: preposições, conjunções, verbos auxiliares etc.
Lutzeier (1985)	Palavras que contêm um significado nocional. P.ex.: verbos, substantivos, adjetivos (tradicionalmente).	Palavras que contêm um significado relacional. P.ex.: demais classes de palavras, além de verbos modais e auxiliares.
Matthews (1997)	Palavras que possuem significado lexical. P.ex.: substantivos, verbos.	Palavras que possuem significado gramatical. P.ex.: artigos, pronomes, preposições.

³⁵³ Em Lutzeier (1985: 21), o significado lexical e o significado categorial são chamados, respectivamente, de significado nocional [*Begriffsbedeutung*] e significado relacional [*Beziehungsbedeutung*].

Palmer (2001)	Palavras cujo significado se esperaria encontrar em um dicionário. P.ex.: substantivos, verbos, adjetivos, advérbios.	Palavras que possuem apenas significado gramatical, que não pode ser obtido isoladamente, mas apenas em relação a outras palavras e, às vezes, em relação à sentença inteira. P.ex.: pronomes, artigos, preposições, conjunções.
Crystal (2001)	Palavras que contêm um significado lexical estável. P.ex.: substantivos, adjetivos, verbos.	Palavras que não contêm significado lexical, e cuja função é expressar uma relação gramatical. P.ex.: artigos, preposições, conjunções.
Hartmann; James (2001)	Palavras com significado predominantemente lexical. P.ex.: substantivos, verbos, adjetivos.	Palavras que têm um papel gramatical na sentença. P.ex.: artigos, conjunções, preposições.
Ulrich (2002)	Palavras com significado lexical autônomo, isto é, independente do contexto, e que podem desempenhar o papel de núcleo do sintagma. P.ex.: substantivos, verbos, adjetivos, advérbios.	Palavras que não dispõem de significado autônomo: o significado é, em grande parte, dependente do contexto. Estabelecem relações sintagmáticas entre os “signos categoremáticos”, ou requerem outras referências contextuais e situacionais como suporte semântico. P.ex.: pronomes, preposições, artigos.
Borba (2003)	Palavras que relacionam o sistema de noções da língua com o mundo exterior, ou seja, representam a realidade extralinguística. Podem representar substâncias (substantivos), atributos ou qualidades (adjetivos), ações, estados ou processos (verbos).	Palavras que constituem um sistema de noções que se realizam no interior do sistema. Podem indicar quantificação e intensificação, relações espaciais e temporais, referência, mostração, identificação, modalização etc.
Bechara (2006)	Palavras que apresentam significado lexical e categorial. P.ex.: substantivos, adjetivos, verbos, advérbios.	Palavras categoremáticas: Palavras que apresentam apenas (ou sobretudo) significado categorial, sem representar nenhuma matéria extralinguística. P.ex.: pronomes, numerais. Palavras morfemáticas: Palavras que apresentam só significado instrumental. P.ex.: artigo, preposição, conjunção.
Bußmann (2008)	Palavras que contêm um significado lexical autônomo, independente do contexto. P.ex.: substantivos, verbos e adjetivos.	Palavras que (supostamente), em ocorrência isolada, não carregam significado lexical autônomo. Em sentido amplo, também expressões linguísticas polissêmicas, que apresentam aspectos diferentes do significado conforme o contexto. P.ex.: unidades léxicas que formam classes mais ou menos fechadas, adjetivos relacionais.
Glück (2010)	Lexemas que possuem um significado lexical autônomo, independente do contexto, e que podem funcionar como núcleo do sintagma. P.ex.: substantivos, verbos, adjetivos, advérbios.	Lexemas aos quais, às vezes, se combina um significado lexical autônomo e que não podem atuar como núcleo do sintagma. P.ex.: artigos, conjunções, preposições.

Quadro 9: “Expressões com significado” *versus* “expressões sem significado”: Problema conceitual

É possível constatar que os critérios utilizados na classificação das expressões linguísticas, em alguns casos, sobrepõem-se uns aos outros, e, em outros, são completamente divergentes. Sumariamente, os critérios de classificação empregados são os seguintes:

- a) oposição entre significado lexical e significado categorial (cf., p.ex., ZGUSTA 1971; LUTZEIER 1985; MATTHEWS 1997; PALMER 2001; CRYSTAL 2001; HARTMANN; JAMES 2001; BECHARA 2006);
- b) oposição entre palavras com significado léxico autônomo (independente de um contexto) e sem significado léxico autônomo (dependente de um contexto) (cf., p.ex., BUßMANN 2008; GLÜCK 2010; ULRICH 2002);
- c) oposição entre palavras que podem constituir núcleo de sintagma e palavras que não podem constituir núcleo de sintagma (cf., p.ex., GLÜCK 2010; ULRICH 2002);
- d) oposição entre palavras que relacionam a língua com a realidade extralinguística e palavras que relacionam a língua com ela mesma (cf., p.ex., ZGUSTA 1971; BORBA 2003).

Além dos autores mencionados, citamos, ainda, Hausmann (1995), que expõe o problema do ponto de vista da lexicologia contrastiva. As “palavras com significado” (ou “autossemânticos” [*Autosemantika*]) são definidas a partir do contraste entre duas línguas. “Palavras com significado” são, sob essa perspectiva, unidades léxicas da língua de partida para as quais é possível encontrar um equivalente perfeito na língua de chegada. Hausmann (1995), no entanto, volta a sua atenção para o fenômeno oposto – que, aliás, não recebe designação em seu trabalho –, ou seja, a ausência de um equivalente exato na língua de chegada.

A análise das classificações propostas demonstra que a maioria dos autores concorda em que substantivos, verbos e adjetivos seriam fortes candidatos a “palavras com significado”. Não obstante, Lutzeier (1985) recorda o fato de que o *Duden, Das große Wörterbuch der deutschen Sprache*, em sua edição de 1984, incluía, entre as “palavras que não significam”, os verbos modais e auxiliares. Essa é, igualmente, a opinião de Glück (2010: s.v. *Synsemantikon*), quem considera como “palavras que não significam” as que pertencem às classes fechadas, como artigos, conjunções, preposições e verbos auxiliares. Bußmann (2008: s.v. *Synsemantikum*), por outro lado, recalca que “*Synsemantika lato sensu*” são “expressões linguísticas polissêmicas, como o adjetivo *bom/boa*, que apresenta diferentes aspectos do significado, de acordo com o contexto, cf. *A resposta é boa/?seu caráter é bom/o*

*tempo está bom/a comida está boa*³⁵⁴. Hausmann (1995), por sua vez, menciona vários verbos e adjetivos que não poderiam ser considerados “palavras com significado”, tendo em vista a sua definição do fenômeno.

Por fim, a classe dos advérbios é a que parece menos consensual. Glück (2010) e Ulrich (2002), por exemplo, mencionam os advérbios entre as “palavras que significam”. Bußmann (2008), assim como a maioria dos autores, não menciona os advérbios nem entre as “palavras que significam”, nem entre as “palavras que não significam”. Borba (2003: 46), entretanto, define as palavras gramaticais como unidades léxicas que podem “indicar quantificação e intensificação, relações espaciais e temporais, referência, mostra, identificação, modalização etc.”. Uma definição tão ampla e carente de precisão poderia respaldar, até mesmo, a inclusão dos advérbios entre as palavras gramaticais.

No sentido contrário, a discussão realizada em Bugueño Miranda; Farias (2011b) sugere que algumas unidades léxicas tradicionalmente classificadas no grupo das expressões “sem significado”, poderia, sim, apresentar um conteúdo semântico. Partindo-se da afirmação de Schifko (1992: 141-142), segundo a qual o emprego de sinônimos somente é possível nos casos em que há “identidade de significado” [*identidad de significado*]³⁵⁵, assumiu-se a sinonímia como um recurso viável para a comprovação da existência de um “conteúdo semântico”. A identidade de significado pode ser expressa em termos de uma proposição, ou seja, “o conteúdo de uma frase afirmativa, que pode ser verdadeira ou falsa”³⁵⁶ (BLACKBURN 2008: s.v. *proposition*). Essa proposição, por sua vez, constitui o *tertium comparationis* da relação sinonímica. Em vista disso, comparemos as seguintes sentenças:

- (1) Não disse para que veio.
- (2) Não disse a que veio.

³⁵⁴ [polyseme sprachliche Ausdrücke wie das Adjektive *gut*, das je nach Kontext unterschiedliche Bedeutungsaspekte aufweist, vgl. *Die Antwort/sein Charakter/das Wetter/das Essen ist gut*]

³⁵⁵ Schifko (1992: 141-142) reconhece, no entanto, que “efetivamente, há bem poucos sememas que coincidem em todos os aspectos (denotação, conotação, frequência, distribuição)” [efectivamente, hay muy contados sememas que coinciden en todos los aspectos (denotación, connotación, frecuencia, distribución)], de modo que “se deve limitar a identidade aos aspectos denotativo e cognitivo, porque, em geral, quando dois sememas designam a mesma classe de referentes, variam em outros aspectos” [hay que limitar la identidad al aspecto denotativo y cognitivo, porque, en general, cuando dos sememas designan la misma clase de referentes, varían en otros aspectos]. Este seria o caso, em espanhol, das designações *pendejo*, *boludo*, *pelotudo* y *huevón* para “pessoa desprovida de inteligência”, que estão marcadas diatópica e diastraticamente. Frente a isso, seria melhor que, em vez de “identidade de significado” [*identidad de significado*], se utilizasse “similaridade de significado” [*Bedeutungsähnlichkeit*] (BUßMANN 2008: s.v. *Synonymie*). Nesse sentido, Trask (2006: s.v. *relação de sentido*) denomina “cognitivamente sinônimas” as palavras que, em contextos determinados, podem ser aplicadas aos mesmos referentes.

³⁵⁶ [the content of a declarative sentence capable of truth and falsity]

O *tertium comparationis* entre as preposições *para* e *a* nas sentenças (1) e (2), respectivamente, é “com que finalidade”. De acordo com o proposto em Bugueño Miranda; Farias (2011b), comprovar-se-ia, dessa forma, a existência de um “conteúdo semântico”. Diante dos argumentos arrolados, as classificações tradicionais das expressões linguísticas sintetizadas no Quadro 9 perderiam sustentação.

As imprecisões do ponto de vista conceitual, por sua vez, dão cabida às imprecisões designativas para o fenômeno, como vemos no quadro a seguir:

	“Expressões com significado”	“Expressões sem significado”
Zgusta (1971)	<i>designative words</i>	<i>grammatical words, function words</i>
Lutzeier (1985)	<i>Vollwörter</i> tb. <i>Bedeutungswörter, Autosemantika, kategorematische Ausdrücke</i>	<i>Strukturwörter</i> tb. <i>Funktionswörter, synkategorematische Ausdrücke</i>
Matthews (1997)	<i>content words, full words, lexical words</i>	<i>function words, form words, grammatical words, syncategorematic (words)</i>
Palmer (2001)	<i>full words</i>	<i>form words</i>
Crystal (2001)	<i>lexical words</i> tb. <i>content words, contentives, full words</i>	<i>grammatical words</i> tb. <i>form words, function words, structural words, functors, empty words</i>
Hartmann; James (2001)	<i>content words</i> tb. <i>lexical words</i>	<i>function words</i> tb. <i>grammatical words</i>
Ulrich (2002)	<i>Autosemantika</i> tb. <i>Inhaltswörter, Vollwörter, Begriffswörter</i>	<i>Synsemantika</i> tb. <i>Formwörter, Leerwörter, Strukturwörter</i>
Borba (2003)	<i>palavras lexicais</i>	<i>palavras gramaticais</i>
Bechara (2006)	<i>palavras lexemáticas</i>	<i>palavras categoremáticas e palavras morfemáticas³⁵⁷</i>
Bußmann (2008)	<i>Autosemantika</i> tb. <i>Bedeutungswörter, Inhaltswörter, Kategorema, Vollwörter</i>	<i>Synsemantika</i> tb. <i>Strukturwörter, Synkategorema</i>
Glück (2010)	<i>Autosemantika</i> tb. <i>Kategorema, Bedeutungswörter, Begriffswörter, Inhaltswörter, Vollwörter</i>	<i>Synsemantika</i> tb. <i>Synkategorema, Strukturwörter, Leerwörter</i>

Quadro 10: “Expressões com significado” *versus* “expressões sem significado”: Problema designativo

³⁵⁷ Bechara (2006: 111-112) classifica as palavras não em duas, mas em três distintas categorias: (a) as lexemáticas (substantivos, adjetivos, verbos e advérbios), (b) as categoremáticas (pronomes e numerais) e (c) as morfemáticas (artigos, preposições e conjunções).

Existe, como é possível constatar, uma carência de estudos sobre a natureza dos próprios signos linguísticos, o que é essencial para que se possa passar, no âmbito da lexicografia, à descrição do seu (suposto) “conteúdo semântico”. A síntese da discussão levada a cabo em Bugueño Miranda; Farias (2011b) sugere que uma abordagem que busque definir o que é “conteúdo semântico” ou “significado” de uma unidade léxica não oferece resultados completamente satisfatórios. Dessa forma, é necessário recorrer a expedientes metodológicos indiretos (como o mecanismo da sinonímia, por exemplo), a fim de propor uma aproximação ao problema nuclear.

4.2.2.2 A oposição significado lexical/significado categorial e a prática lexicográfica

No que concerne à práxis lexicográfica propriamente dita, a oposição significado lexical/significado categorial afeta, justamente, um dos princípios básicos da definição, ou seja, a universalidade da *lei da sinonímia* (cf. 2.2.2.2 e 2.2.2.3)³⁵⁸. Seco (2003: 33-34), levando em consideração a distinção metalinguagem de signo/metalinguagem de conteúdo (cf. REY-DEBOVE 1971: 171-172; 247-252), estabelece uma oposição, como vimos, entre “palavras definíveis” – às quais corresponderiam as definições próprias – e “palavras indefiníveis” – às quais, por sua vez, corresponderiam as definições impróprias³⁵⁹. Em outros termos: as “expressões que significam” (entre as quais, incluem-se, tradicionalmente, os substantivos, adjetivos, verbos e, em parte, também os advérbios) definir-se-iam em metalinguagem de conteúdo, ao passo que as “expressões que não significam” (representadas, também tradicionalmente, pelas demais classes de palavras) poderiam definir-se tão somente em metalinguagem de signo.

A oposição “palavras definíveis”/“palavras indefiníveis” – que, por sua vez, redonda da oposição “definição própria”/“definição imprópria” –, no entanto, diante do exposto na seção anterior, deve ser posta em cheque – o que não afeta absolutamente a distinção entre

³⁵⁸ Seco (2003: 32) assegura que “a comutabilidade é o banco de provas da definição” [la sustituibilidad es el banco de pruebas de la definición]. Canellada (1988: 130), por sua vez, corrobora essa afirmação: “[A] lei da comutabilidade é a que prova definitivamente a validez de uma definición” [La ley de la sustituibilidad es la que prueba definitivamente la validez de una definición]. A esse respeito, no entanto, Weinreich (1967: 39) já expressava uma opinião fundamentalmente contrária à anterior, argumentando que os dicionários estão restringidos pelo fato de que “a definição deve ser um sintagma endocêntrico, sujeito aos papéis sintáticos correntes da língua-objeto, um sintagma funcionalmente equivalente aos termos definidos. [...] Essa convenção, embora favoreça a elegância, parece convir à demanda de intermutabilidade entre o termo e sua definição, o que é irrisório em se tratando de línguas naturais” [the definition must be an endocentric phrase, subject to the rules of ordinary object-language syntax, a phrase functionally equivalent to the defined terms. (...) This convention, though conducive to elegance, seems due to a claim of interchangeability between the term and its definition, which is preposterous for natural languages].

³⁵⁹ Neste trabalho, fazemos corresponder as noções de “palavras definíveis” e “palavras indefiníveis”, respectivamente, às noções de “expressões que significam” e “expressões que não significam”.

metalinguagem de signo e metalinguagem de conteúdo, aliás, extremamente útil para a prática lexicográfica. Apresentamos, a seguir, dois argumentos em favor da refutação da oposição “palavras definíveis”/“palavras indefiníveis” proposta em Seco (2003):

1. Do ponto de vista linguístico: A discussão em 4.2.2.1 deixou claro que não é possível sustentar uma distinção *stricto sensu* entre “expressões que significam” e “expressões que não significam”. No que diz respeito à tarefa de elaborar as definições, por sua vez, a insustentabilidade da distinção proposta no âmbito das teorias lexicológicas tradicionais reflete-se em que nem sempre as palavras que, presumidamente, “significam” se deixam definir por metalinguagem de conteúdo³⁶⁰, e, por outro lado, as palavras das quais se diz, normalmente, que “não significam”, podem, em muitos casos, definir-se mediante uma paráfrase em metalinguagem de conteúdo³⁶¹. Assim, pois, o âmbito de aplicação de cada uma das metalinguagens não será tão estrito.

2. Do ponto de vista (meta)lexicográfico: A oposição entre “palavras definíveis” e “indefiníveis” supõe a existência de um grupo fixo de palavras/expressões que se deixam definir mediante metalinguagem de conteúdo (as “palavras/expressões definíveis”) e outro grupo fixo de palavras/expressões que não se deixam definir mediante metalinguagem de conteúdo (as “palavras/expressões indefiníveis”). Essa oposição, sem embargo, acarreta dois problemas. Por um lado, sabemos – em função do exposto no tópico anterior – que não se pode estabelecer aprioristicamente um conjunto de palavras às quais convém uma “definição” propriamente dita, oposto a outro conjunto de palavras às que convém uma “explicação”. Por outro lado, e, talvez, o mais grave, ao estabelecer-se a oposição entre palavras “definíveis” e “indefiníveis”, não se explica o que se deve entender por *indefinível*. Supondo, no entanto – e, de fato, isto procede –, que Seco (2003) fundamenta essa oposição na dicotomia significado lexical/significado categorial, voltaríamos à questão anterior. Isso significa que encontramos diante de uma espécie de círculo vicioso. No que tange à prática lexicográfica, a distinção significado lexical/significado categorial não é de muita utilidade. Isso, por duas razões:

Em primeiro lugar, deve-se considerar que há determinadas “palavras/expressões com significado”, que se definem com mais propriedade mediante metalinguagem de signo. Comparemos, a título de ilustração, a definição em (3) com as definições em (4):

³⁶⁰ Exemplos bastante claros de “palavras que significam”, para as quais a solução mais profícua seria uma definição em metalinguagem de signo, são os adjetivos relacionais (cf. 5.2.2.2).

³⁶¹ Há preposições e conjunções para as quais, muitas vezes, é possível apresentar definições em metalinguagem de conteúdo. P.ex.: *hacia* “Alrededor de, cerca de. *Hacia las tres de la tarde. Ese pueblo está hacia Tordesillas*” (DRAEe 2001: s.v., ac.2). Nesse caso, os compiladores tratam de combinar a definição em metalinguagem de conteúdo com outras técnicas de explanação do significado – mais precisamente, os exemplos –, fato que ilustra e comprova o quão difícil é lidar com essas classes de palavras.

- (3) “ein Schimpfwort für jmdn., den man als moralisch minderwertig betrachtet”
(PGWDaF 2011: s.v. *Schwein*, ac.2)
- (4) “bezeichnet die ursprüngliche Stelle, von der etwas ausgeht”
“drückt einen zeitlichen Ursprung aus; ab”³⁶²
“bezieht sich auf einen Hersteller, einen Verfasser”
“drückt in einem Namen eine adelige Herkunft aus”
“bezeichnet Eigenschaften einer Person oder Sache”
(NDW 2006: s.v. *von*, ac.1, 2, 3, 4, 5)

A definição em (3) é, de certa forma, análoga às definições em (4). Em ambos os casos, encontramos-nos, efetivamente, não com “definições” propriamente ditas, mas com “explicações”. Se levamos às últimas consequências a distinção de Seco (2003), estaríamos forçosamente admitindo que o nome *Schwein*, na acepção que se menciona, é uma “palavra não definível”, ou, em outros termos, é uma “palavra que não significa”. Concebê-lo, no entanto, seria absurdo, pois, embora a definição seja apresentada em metalinguagem de signo, é possível apreender um “conteúdo semântico”. Uma prova cabal disso é a possibilidade de definição em metalinguagem de conteúdo³⁶³:

- (5) “(derb; auch als Schimpfwort) **a** *Mensch, dessen Verhalten anstößig, unanständig ist, Anlass zur Entrüstung gibt*: dieses Schwein muss seine dreckigen Witze immer in Gegenwart von Kindern erzählen.” (DDaFSWtb 2002: s.v. *Schwein*, ac.2)
- (6) “**a** (derb abwertend, oft als Schimpfwort) *jmd., den man wegen seiner Handlungs- od. Denkweise als verachtenswert betrachtet*: du S.!” (DUWtb 2003: s.v. *Schwein*, ac.2)

Em defesa do nosso argumento, citamos Rey-Debove (1971):

A metalinguagem de conteúdo é um enunciado que restitui o conteúdo do signo, SEM FALAR DO SIGNO. A metalinguagem de signo é um enunciado que fala do signo, informando, eventualmente, sobre o conteúdo do signo. De acordo com a imbricação $E(C) \cap E(EC)$, a metalinguagem de signo pode substituir a metalinguagem de conteúdo, mas não o contrário.³⁶⁴ (172)

Dessa forma, *todas as palavras* poderiam ser definidas por meio de metalinguagem de signo. Rey-Debove (1971), contudo, em consonância com Weinreich (1967)³⁶⁵, já advertia:

³⁶² Neste caso, o dicionário complementa a definição em metalinguagem de signo com a indicação de um possível sinônimo do signo-lemma – ou uma definição em metalinguagem de conteúdo.

³⁶³ Se se considera a possibilidade de indicação de sinonímia como uma prova da existência de um conteúdo semântico (cf., p.ex., BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2011b), poder-se-ia utilizar o mesmo argumento para comprovar a existência de um conteúdo semântico para a preposição *von* em NDW (2006: s.v., ac.2).

³⁶⁴ [La métalangue de contenu est un énoncé qui restitue le contenu du signe SANS PARLER DU SIGNE. La métalangue de signe est un énoncé qui parle du signe, éventuellement en informant sur le contenu du signe. En accord avec l'imbrication $E(C) \cap E(EC)$, la métalangue de signe peut relayer la métalangue de contenu, mais non l'inverse]. Os grifos estão no texto original.

³⁶⁵ O comentário transcrito a seguir origina-se a partir da seguinte citação de Weinreich (1967: 39) – que, em Rey-Debove (1971) aparece com a data de 1960 –: “E, ainda, apesar da pretensão desnecessária de

Se trata, pois, de avaliar a necessidade da metalinguagem de signo, de observar se será sempre facultativa, e se não, em quais casos é obrigatória.

Começar-se-á por afirmar que é sempre possível, posto que a metalinguagem de signo está destinada especialmente ao discurso sobre os signos. Nada impede de definir *esquilo* como “Nome de um animal pequeno...”, ou “Palavra de frequência *n* que significa...” etc., afastando-se tanto quanto se deseje da análise do conteúdo: em última instância, tem-se uma definição de palavra como a caracterizamos [...]. Nenhuma das definições em metalinguagem de signo constitui uma análise semântica estrita; ela sempre contém outra coisa. Essencialmente uma informação sobre o emprego do signo (diz-se de, serve para, assinala etc.) e sobre a classe do signo (palavra, nome, onomatopeia etc.) [...].

A comparação das definições de *DFC* e *PL* demonstra-nos, por outro lado, que ela não é indispensável – isso já se sabe –, na maioria dos casos.³⁶⁶ (249-250)

Em uma definição como a de *Schwein* em (3), o emprego da metalinguagem de signo não é, portanto, um indício da “indefinibilidade” da palavra – nos termos que propõe Seco (2003) – tampouco um equívoco metodológico, como o mesmo autor defende. A metalinguagem de signo não somente é aceitável nesse caso, como se justifica plenamente, tendo em conta a dupla função que cumpre, ou seja, informa sobre o “significado”, ou “conteúdo semântico”, do signo-lema, ao mesmo tempo em que indica como se emprega. Proporciona-se, assim, ao usuário, além de uma informação estritamente semântica, também informações pragmáticas (cf. tb. 4.3). Por meio da paráfrase transcrita em (3), indica-se ao usuário:

- a) a qual “extensão” – no sentido fregeano – aplica-se a “intensão” que se descreve;
- b) em que contexto se emprega a palavra/expressão definida;
- c) que o emprego da unidade léxica em questão evidencia um juízo de valor do locutor em relação à pessoa a quem se aplica a designação.

intermutabilidade, dicionários recorrem de maneira completamente inesperada a uma metalinguagem distinta, p.ex., NOT ‘an adverbial particle expressing negation’ (Webster’s New Collegiate), ou GOOD ‘a term of general or indefinite commendation’ (Shorter Oxford). Uma proposta para a lexicografia exige que se determine se e em que casos, tais mudanças de metalinguagem são legítimas” [And yet, despite the unnecessary pretense of interchangeability, dictionaries quite unexpectedly lapse into a different metalanguage, e.g., NOT ‘an adverbial particle expressing negation’ (Webster’s New Collegiate) or GOOD ‘a term of general or indefinite commendation’ (Shorter Oxford). A critical approach to lexicography requires that we determine whether, and on what occasions, such switches of metalanguage are legitimate].

³⁶⁶ [Il s’agit donc d’estimer la nécessité de la métalangue de signe, de voir si elle est toujours facultative, et si non, dans quels cas elle est obligatoire.

On commencera par affirmer qu’elle est toujours possible, puisque la métalangue de signe est spécialement destinée au discours sur les signes. Rien n’empêche de définir *Écureuil* par « Nom d’un petit animal... », ou « Mot de fréquence *n* qui signifie... » etc., en s’éloignant autant qu’on le veut de l’analyse du contenu: à la limite, on a une « définition de mot » telle que nous l’avons caractérisée [...]. Aucune des définitions en métalangue de signe ne constitue une stricte analyse sémantique; elle contient toujours autre chose. Essentiellement une information sur l’emploi du signe (se dit, sert à, marque etc.) et sur la classe du signe (Mot, nom, onomatopée etc.) [...]

La comparaison des définitions de *DFC* et *PL* nous montre, d’autre part, qu’elle n’est pas indispensable – ce qu’on savait déjà –, dans la majorité des cas]

A metalinguagem de conteúdo, por outro lado, e como fica claro com os exemplos em (5) e (6), não permitiria fazê-lo³⁶⁷. Trata-se, portanto, de uma “adequação” da metalinguagem da definição ao tipo (ou aos tipos) de informação que se quer (ou se deve) oferecer ao usuário – sempre que tal informação não esteja prevista no PCI concernente ao comentário de forma, tendo em vista resguardar a funcionalidade da microestrutura da obra dicionarística.

O segundo argumento consiste em que, muito embora geralmente formuladas em metalinguagem de signo, as definições das chamadas “palavras que não significam” apresentam um “conteúdo” distinto em cada caso. A fim de provar nosso argumento, propomos analisar as seguintes paráfrases:

- (7) Verbos auxiliares/verbos-suporte:
haber¹ “aux. U. para conjugar otros verbos en los tiempos compuestos. *Yo he amado Tú habrás leído*” (DRAE 2001: s.v., ac.1)
haber² “verbo auxiliar Se usa para formar los tiempos compuestos dando a la acción, el proceso o el estado expresado por el verbo en forma de participio un sentido perfectivo: ej. cuando él llegó, yo ya me había vestido; lo he hecho” (DUEAe 2003: s.v., ac.1)
echar “tr. Junto con algunos nombres, tiene la significación de los verbos que se forman de ellos o la de otros equivalentes. *Echar maldiciones*, maldecir; *echar suertes*, sortear; *echar un cigarro*, fumarlo; *echar un sueño*, dormir; *echar la siesta*, sestear” (DRAEe 2001: s.v., ac.25)
echar¹ “verbo transitivo [...] Seguido de determinados sustantivos, realizar la acción o actividad expresada: ej. echar cuentas; echar un vistazo; echar un trago; echar una siesta; echar una carrera; echar una partida de ajedrez” (DUEAe 2003: s.v., ac.20)
- (8) Adjetivos/adverbios:
metrosexual “*adj* [Hombre] que cuida mucho de su aspecto físico, utilizando cosméticos y ropa cara. *Tb n.* || *LaR* 6.9.04, 28: Victorio & Lucchino: «Nuestro hombre no va a ser ni metrosexual ni “mariquituso”». *PaísA* 24.8.03, 32: El debate sobre los metrosexuales está en los grandes medios de comunicación norteamericanos. **b**) Propio de (los) metrosexuales. || *Abc* 15.6.05^{ln}: Los nuevos productos metrosexuales son más inocuos, eficaces y poderosos que todos los que se han inventado durante los últimos cien años de la historia de la cosmética. *SAbc* 11.12.05, 12: El recuerdo de sus días metrosexuales empieza a antojársele un pecadillo de juventud.” (DEA 2011: s.v.)
después “[...] **1** adv. Expresa que la cosa de que se trata está con respecto a otra determinada más lejos en el espacio, en el tiempo o en otra circunstancia cualquiera que se considera primera o principal. [...] **2** Se emplea también con el significado de «más adelante» o «más tarde»: ‘Decídete ahora; después, será tarde’. [...] **3** Con «de», se convierte en expresión prepositiva con el mismo significado: ‘Mi nombre está después del tuyo en la lista’. **3.1** Puede tener un valor adversativo que se añade al valor temporal: ‘Después de las molestias que nos ha causado, se va sin despedirse. Después de lo que me ha costado, resulta que no sirve’. **3.2** Seguido de «que» o «de que», se convierte en expresión conjuntiva, pero sólo aplicable al tiempo: ‘Después [de] que te escribí no he vuelto a verle’. **4** Con un nombre de tiempo antepuesto, forma locuciones adverbiales: ‘Meses [días, horas, años...] después, ya nadie hablaba de ello’. **5** «*Después que*» se usaba antiguamente por «*desde*»: ‘Después que nació’. [...]” (DUEe 2001: s.v., ac.1, 1.1, 2, 3, 3.1, 3.2, 4, 5)

³⁶⁷ Tanto em DDaFSWtb (2002: s.v. *Schwein*, ac.2) como em DUWtb (2003: s.v. *Schwein*, ac.2), a informação pragmática é apresentada antes da definição sob a forma, respectivamente, de marca de uso e pré-comentário semântico – e, portanto, em metalinguagem de signo –, bem como depois da definição, por meio de um exemplo. Destacamos, sem embargo, que no verbete relativo a *Schwein* em DDaFSWtb (2002: s.v., ac.2), não se informa ao usuário que essa palavra manifesta um juízo de valor do indivíduo que fala em relação à pessoa a quem se aplica a designação, enquanto no verbete relativo a *Schwein* em DUWtb (2003: s.v., ac.2), oferece-se ao leitor tal informação mediante o emprego da expressão “*betrachten als*” na paráfrase – como se dá, igualmente, na paráfrase em metalinguagem de signo em PGWDAF (2011: s.v. *Schwein*, ac.2).

- (9) Conjunções/preposições:
- con** “*prep.* Indica el contenido de una cosa: *un estuche con todo tipo de maquillaje, una tarta con fresas*” (DSLE 2006: s.v., ac.7)
- de** “*prep.* Indica la materia de la que está hecha alguna cosa: *una puerta de madera, una copa de cristal*” “Indica el contenido de una cosa” (DSLE 2006: s.v., ac.4, 5₁)
- sin** “*prep.* Indica falta o carencia: *Estoy sin trabajo*. OBSERVACIONES: Admite infinitivo y oraciones con *que*. En el segundo caso, puede adquirir valor aditivo, y no meramente circunstancial: *El caballero salió sin que lo vieran*” (DSLE 2006: s.v., ac.1)
- y**² “*conj. copulat.* U. para unir palabras o cláusulas en concepto afirmativo. Si se coordinan más de dos vocablos o miembros del período, solo se expresa, generalmente, antes del último. *Ciudades, villas, lugares y aldeas. El mucho dormir quita el vigor al cuerpo, embota los sentidos y debilita las facultades intelectuales*” (DRAEe 2001: s.v., ac.1);
- o**³ “*conj. disyunt.* Denota diferencia, separación o alternativa entre dos o más personas, cosas o ideas. *Antonio o Francisco. Blanco o negro. Herrar o quitar el banco. Vencer o morir*” (DRAEe 2001: s.v., ac.1)
- pero**³ “*conj. advers.* U. para contraponer a un concepto otro diverso o ampliativo del anterior. *El dinero hace ricos a los hombres, pero no dichosos. Le injurié con efecto, pero él primero me había injuriado a mí*” (DRAEe 2001: s.v., ac.1)
- aunque** “*conj. conc.* *Aunque estoy malo, no faltaré a la cita. Haz el bien que pudieras, aunque nadie te lo agradezca. Aunque severo, es justo*” (DRAEe 2001: s.v., ac.1)³⁶⁸
- (10) Dêiticos:
- yo** “(pl normal, YOES o YOS, en acep 4) **I** pron pers sg **1** Designa dentro de la frase al propio ser que la anuncia. Toma la forma de MÍ cuando va precedido de una de las preps comunes (excepto SEGÚN y, a veces, ENTRE); si la prep es CON, se une con ella formando la palabra conmigo. Toma la forma ME (que se pronuncia átona) cuando funciona como cd o ci sin prep; cuando va inmediatamente después del v, ME se escribe unido a él en una sola palabra. // Olmo Golfos 192: Yo fui muy malo. La iglesia Ombligos 99: Juntó sus manazas para implorarme que no le abandonara. Medio Bibiana 14: Eso es lo que me gustaría saber a mí. Aldecoa Gran Sol 28: No me vayáis al dique a bañaros. Arce Testamento 57: Se enfadó conmigo.” (DEA 2011: s.v., ac.1)
- le** “(del lat. «illi», dativo de «ille»; pl. «les»; pronunc. átono) pron. pers. Dativo de «él, ella, ellos, ellas»: ‘No les he dicho la verdad’. **1.1** Se usa generalmente en vez de «lo[s]» como acusativo del pronombre «él, ellos», cuando se refiere a personas: ‘No les he visto pasar’. [...]” (DUEe 2001: s.v.)
- lo** “(gram. tónico, excepto si sigue a un imperativo [dímelo, págaselo]) pron. pers. Forma de «ello» en caso oblicuo. Representa ordinariamente en una oración el atributo o un complemento de otra enunciada antes: ‘Se cree guapa, pero no lo es. Me debía dinero y me lo ha pagado’. Con «hacer, decir, saber» y verbos equivalentes, representa a una oración entera: ‘Si le prometiste ir a verle tienes que hacerlo. Cuando necesite que vengas te lo diré. Lo que te hace falta lo sabes tú mejor que nadie’. [...] **1.1** Seguido de un adverbio y «que» forma frases de *ponderación: ‘Ya me han contado lo bien que lo pasasteis’. Es muy frecuente en frases negativas: ‘No sabes lo mucho que lo siento.’” (DUEe 2001: s.v., ac.2)
- la** “(pronunc. átono: [cógela]) pron. pers. Acusativo femenino del pronombre «él». **1.1** (inf.) Tiene un uso enfático o reticente muy frecuente, representando expresiones tales como «la fechoría» o «la jugada» o implicando que en la acción a que se alude hay algo lamentable: ‘¡La hemos hecho buena! ¡No te puedes imaginar la que armaron! ¡Ya la has fastidiado! Se la han jugado’. **1.2** Se emplea también en plural, en frases con los verbos «arreglarse, apañarse, componerse» y semejantes, en realidad como expresión expletiva o *superflua, pues no es posible determinar a qué nombre puede referirse: ‘¡Allá se las componga!’. [...]” (DUEe 2001: s.v., ac.2)
- ahí** “*adv. lug. 1* Indica un lugar próximo tanto a la persona que habla como a la que escucha, o el lugar en que está la persona a la que se habla. OBSERVACIONES: ◊ Equivale a ‘a ese lugar’ si va con un verbo que indique movimiento o ‘en ese lugar’ si va con un verbo que indique situación. ◊ Admite la matización impuesta por las preposiciones desde, hasta, hacia y por: Desde ahí no se ve nada. ◊ Se coloca antes que cualquier adverbio que vaya junto a él: ahí debajo, ahí delante. RELACIONES Y CONTRASTES: aquí representa el lugar próximo a la persona que habla; ahí, un lugar más próximo a la persona que escucha; allí, un lugar bastante alejado.” (DSLE 2006: s.v., ac.1)

³⁶⁸ Neste caso específico, o dicionário simplesmente opta por omitir a definição, indicando, apenas, a classificação morfológica, e apresentando, a seguir, alguns exemplos, a partir dos quais entende-se que o usuário deve inferir o “significado” do signo-lema.

(11) Determinantes:

el “art. (Del lat. *ille*, aquél.) Indica el género masculino y el número singular de la palabra a la que acompaña” (GDLEe 2001: s.v.)

la “art. GRAMÁTICA (Del lat. *illa*, aquella.) Indica el género femenino y el número singular de la palabra a la que acompaña: *pon la leche en el frigorífico y saca la mantequilla*” (GDLEe 2001: s.v., ac.1)

el “[...] art. Artículo masculino singular. [...] **1.1** Se emplea también ante sustantivos femeninos que empiezan por «a» tónica: ‘el águila, el agua’.” (DUEe 2001: s.v.)

la “[...] (pronunc. átono: [lacása]) art. Se antepone a los nombres femeninos.” (DUEe 2001: s.v., ac.1)

mi “determinante posesivo Forma del determinante posesivo de primera persona del singular; indica que el nombre al que acompaña pertenece, se relaciona, está asociado, etc., con la persona que habla o escribe: ej. este es mi automóvil; mis padres viajan mucho; ya se lo preguntaré a mi profesor. NOTA El plural *mis* indica varios objetos poseídos, y no varios poseedores. [...]” (DUEAe 2003: s.v.)

aquel, aquella determinante demostrativo | pronombre demostrativo **1** Indica una persona o cosa que está lejos, pero a la vista, de la persona que habla y de la persona que escucha: ej este árbol es más pequeño que aquél; esta pluma no me gusta, prefiero aquella; la oficina está en aquel edificio que se ve al final de la calle. NOTA Cuando va detrás del nombre, suele ser enfático o despectivo: *no me puedo sacar de la cabeza al hombre aquel*. **2** Se utiliza para referirse a una persona o una cosa que ha sido mencionada en un lugar lejano del discurso, la conversación o el texto previo, o a un hecho de un pasado remoto: ej el origen de todo se remonta a aquel entonces; había platos llanos y de sopa, éstos de color azul y aquéllos de color blanco. [...] (DUEAe 2003: s.v.)

otro, -a [...] **1** adj. y pron. Se emplea para aplicar algo dicho a una o algunas *más de ciertas cosas mencionadas o consabidas: ‘Aquí hay otros libros del mismo autor. Éste es otro de mis hijos. Toma un caramelo para ti y otro para tu hermano’. **1.1** adj. A veces equivale a «un segundo» o «un nuevo»: ‘Este chico va a ser otro Velázquez’. [...] (DUEe 2001: s.v.)

Embora não sejam apresentadas “definições” propriamente ditas, mas sim “explicações”, o “caráter” da explicação, por assim dizer, muda em cada caso. Isso está diretamente relacionado com a natureza/o comportamento de cada classe de palavras. Começaremos tratando do problema das unidades léxicas pertencentes aos grupos (7) e (8) de definições.

Os verbos são, na maioria das vezes, tratados como palavras definíveis mediante metalinguagem de conteúdo (cf. SECO 2003: 34; MARTÍNEZ DE SOUZA 1995: s.v. *definición lingüística*; LANDAU 2001: 173-177). Há, inclusive, trabalhos que se dedicam exclusivamente à elaboração de *patterns* sintáticos para as definições de verbos, levando em consideração a necessidade de expressar os chamados “contornos” da definição (cf. SECO 2003: 47-58; CANELLADA 1988). Entretanto, sabe-se muito pouco a respeito dos verbos que não podem ser definidos mediante metalinguagem de conteúdo, como verbos auxiliares e verbos-suporte. Os verbos auxiliares, por exemplo, na formação dos tempos compostos, apresentam tão somente uma noção gramatical, carregando as marcas morfológicas de pessoa, número, tempo e modo (cf. BECHARA 2006: 230 e ss.). As “paráfrases” apresentadas nos verbetes correspondentes ao verbo *haber* não contêm nenhum tipo de informação semântica, mas apenas informações gramaticais. Outro tanto poderia ser dito acerca do verbo-suporte *estar*, cujas “paráfrases” disponibilizam informações sintáticas (colocacionais).

Em relação aos adjetivos, assinalamos a necessidade de se distinguir entre qualificativos e relacionais (cf. DEMONTE 1999), uma vez que apenas os adjetivos pertencentes ao primeiro grupo poderiam definir-se mediante metalinguagem de conteúdo (cf. 5.2.1.3 e 5.2.2.2). Por fim, há uma tendência a crer que os advérbios podem definir-se mediante metalinguagem de conteúdo – como é habitual entre as “palavras que significam”. Seco (2003: 34) reconhece, entretanto, que, além das conjunções, preposições, pronomes e artigos, há certos adjetivos, verbos e advérbios aos que corresponderia uma “explicação”, ou definição imprópria.

No que diz respeito à definição de preposições e conjunções, propomos partir da análise dos sintagmas em (12) e das sentenças em (13):

- (12) Un pan *de* mantequilla.
Un pan *con* mantequilla.
Un pan *sin* mantequilla.
- (13) Dios es justo y severo.
Dios es justo *o* severo.
Dios es justo *pero* severo.
Dios es justo *aunque* severo.

A mera substituição da preposição/conjunção em cada contexto implica uma alteração no sentido do sintagma/sentença. Isso sugere que as preposições e conjunções nos exemplos apresentados “carregam” uma espécie de “conteúdo semântico”, que vai além da indicação da classe à qual pertencem³⁶⁹. Outra prova da existência de um conteúdo semântico nesses casos é o fato de que, frequentemente, é possível encontrar sinônimos para preposições e conjunções (cf. BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2011b).

A situação, no entanto, muda radicalmente no caso dos dêiticos, bem como dos determinantes. A “explicação” oferecida corresponde, efetivamente, à definição que lhe dá Seco (2003: 33), já que as paráfrases não aportam informações sobre “*o que significa a palavra, mas o que é essa palavra, como e para que se emprega*”³⁷⁰.

Em relação aos dêiticos, pode-se dizer que não há um “conteúdo semântico” propriamente dito, mas tão somente uma referência que muda em cada ato de fala³⁷¹. Nas definições dos pronomes em (10), é notável o fato de que não é possível formular nem mesmo

³⁶⁹ A existência de um “conteúdo semântico”, nesses casos, torna-se ainda mais evidente, se confrontamos os exemplos de emprego das preposições *de*, *con* e *sin* apresentados em (12) com os casos de regência preposicional (p.ex., *enamorarse de [alguien]*, *simpatizar con [alguien]*), nos quais a preposição aparece completamente vazia de significado.

³⁷⁰ [*qué significa la palabra, sino qué es esa palabra, cómo y para qué se emplea*]. Os grifos estão no texto original.

³⁷¹ A título de ilustração, cf. a análise que Rivarola (1991: 109-115) faz do pronome *nosotros*.

uma “instrução de uso”, como se propõe, por exemplo, para as conjunções e preposições (cf. FORNARI 2009).

Outro tanto poderia ser dito acerca dos determinantes. Particularmente em relação aos artigos, a informação apresentada em cada um dos quatro verbetes não ultrapassa os limites da classificação morfológica do signo-lema. A esse respeito, deve-se considerar, primeiramente, que as indicações fornecidas em cada caso – mesmo considerando os exemplos eventualmente subsumidos aos verbetes – não refletem absolutamente a complexidade intrínseca à descrição do artigo como determinante. Buguéño Miranda (2003c), ao analisar essa categoria morfológica à luz de uma gramática textual, propõe que a descrição do artigo em língua espanhola deve fundamentar-se em duas variáveis: (a) uma magnitude ôntica (apresentação de existência *versus* existência conhecida) e (b) uma magnitude vetorial (deslocamento prospectivo *versus* deslocamento retrospectivo). Em segundo lugar, e em face da complexidade concernente à interpretação do artigo – que, como vimos, deve levar em conta as relações sintagmáticas estabelecidas –, indicações tão sucintas como as apresentadas em GDLEe (2001: s.v. *el*, s.v. *la*) e DUEe (2001: s.v. *el*; s.v. *la*) carecem de funcionalidade, especialmente tendo em vista o público-alvo de cada uma das obras, classificadas, respectivamente, como dicionário geral e dicionário de usos.

Confrontados com a dificuldade, ou, inclusive, a impossibilidade de oferecer uma “definição” propriamente dita, e diante da complexidade inerente à descrição linguística/lexicográfica de elementos dêiticos bem como de determinantes, os lexicógrafos optam, muitas vezes, por apresentar ao usuário um verdadeiro guia gramatical. Essa solução, embora tampouco seja ótima em todos os casos, já representa um avanço em relação, por exemplo, à descrição dos artigos, respectivamente, em GDLEe (2001: s.v. *el*, s.v. *la*) e DUEe (2001: s.v. *el*; s.v. *la*):

- (14) **el, la** determinante artículo **1** Se utiliza ante nombres cuyos referentes son conocidos por el hablante o el oyente, bien porque ha sido nombrado en el discurso previo, bien porque su existencia se puede presuponer: ej. me gustó mucho el concierto; vimos a un hombre que llevaba la cabeza vendada. **2** Se utiliza ante algunos nombres propios geográficos, especialmente de mares, ríos, montañas o sierras, y también con los astros Sol y Luna: ej. los Andes son la principal arteria orográfica de América del Sur; el Ebro desemboca en el Mediterráneo. **3** Se utiliza ante nombres no contables en singular cuando desempeñan la función de sujeto de la oración: ej. me gusta el arroz. **4** Ante un nombre contable en singular, establece generalizaciones: ej. el perro es el mejor amigo del hombre; en nuestros días, la mujer ya no está relegada a las tareas domésticas. **5** Se utiliza ante nombres propios cuando tienen un complemento especificativo: ej. estas cosas no sucedían en la Europa de la posguerra; yo prefiero el Picasso de la primera época. **6** Se utiliza en plural ante apellidos para designar a todos los miembros de una familia: ej. mañana vienen a cenar los Rodríguez. **7** Se emplea delante de infinitivos para nominalizarlos y de relativos, en especial cuando puede considerarse que hay elisión de un nombre: ej. entre los métodos de separación de una mezcla podemos señalar el cribar, el filtrar, el decantar o el destilar; es para nosotros un honor el que haya aceptado nuestra invitación a este acto; escoge la que más te guste. **8** coloquial Se utiliza ante el nombre de pila o el

apellido de una persona conocida y con la que se tiene mucha familiaridad: ej. el Pepe; la López; hace días que no veo a la María. NOTA En español cuidado es considerado un uso vulgar. OBSERVACIÓN El plural de *el* es *los*, y el de *la* es *las*. La forma *el* se usa ante nombres masculinos y ante nombres femeninos que empiezan por *a* o *ha* tónicas. Precedida de las preposiciones *a* y *de*, *el* forma las contracciones *al* y *del*. (DUEAe 2003:s.v.)

Tendo em vista as considerações feitas aqui, apenas os verbos auxiliares, os verbos-suporte, os dêiticos e os determinantes³⁷² poderiam ser considerados “palavras indefiníveis”.

4.3 O aspecto pragmático do significado e sua indicação nos dicionários semasiológicos

De acordo com Svensén (1993), as informações pragmáticas nos dicionários lidam com a ocorrência de palavras e suas combinações em diferentes dimensões da língua. As informações pragmáticas correspondem, pois, ao conjunto das indicações que o consulente necessita para saber utilizar adequadamente uma dada expressão linguística em um contexto determinado, tendo em vista as variáveis da comunicação (cf. DEBAERE 2000: 41).

As informações pragmáticas estão, dessa forma, relacionadas com o uso. Landau (2001: 217) recorda que o termo *uso* é polissêmico, podendo significar:

- a) todo e qualquer emprego que se faz da língua falada ou escrita;
- b) o emprego “correto” da língua, oposto ao uso “incorreto”;
- c) toda e qualquer limitação no emprego da língua, seja de ordem geográfica, social ou temporal.

Deve-se notar que as acepções (b) e (c) de *uso* sobrepõem-se, na medida em que as restrições, em especial as geográficas e sociais, podem determinar, sob uma perspectiva mais conservadora, um emprego “incorreto”.

³⁷² No que concerne à categoria dos determinantes, deve-se fazer uma ressalva em relação aos pronomes demonstrativos e indefinidos e aos adjetivos qualificativos. No caso dos pronomes demonstrativos e indefinidos, é relativamente comum encontrá-los definidos mediante metalinguagem de conteúdo nos dicionários de língua, sem que haja prejuízo da informação em contraste com uma definição em metalinguagem de signo (cf., p.ex., a definição de *otro* em (15)). No caso dos adjetivos qualificativos, por outro lado, a regra é que estejam definidos mediante metalinguagem de conteúdo, de forma que uma definição em metalinguagem de signo poderia ser considerada desnecessária, ou, mesmo, inadequada (cf. as definições de *maloliente*, transcritas, respectivamente, em (16) e (17)):

- (15) **otro, otra** determinante indefinido | pronombre indefinido **1** Alguien o algo distinto, pero del mismo tipo de lo que se habla: ej he comprado uno para mí y otro para ti; no quiero el otro libro sino éste; esta película ya la he visto, ¿por qué no vamos a ver otra?; ha llegado otro que no sé quien es. **2** Alguien o algo más del mismo tipo que ciertas cosas anteriores o que se han mencionado antes: ej tendrías que comprar otra botella de vino, que con una no hay suficiente; el novelista ha publicado otro libro. **3** Alguien o algo que reúne las mismas características definitorias que alguna persona o cosa conocida que se toma como modelo: ej ese valiente soldado es otro Cid; este palacio es otro Versailles. [...] (DUEAe 2003: s.v.)
- (16) **maloliente** adjetivo Que despide mal olor: ej transpiraba bajo la maloliente vestidura y sentía que sus propias palpitaciones acrecentaban aquel agobiante tufo; la habitación se me representaba como una escombrera, como un cubil salvaje y maloliente. [...] (DUEAe 2003: s.v.)
- (17) **maloliente** adj. Se aplica a lo que exhala mal olor [...] (DUEe 2001: s.v.)

As informações pragmáticas – ou de uso – nos dicionários, em contraposição às informações gramaticais (indicações de ortografia, morfologia e sintaxe) e às informações estritamente semânticas (paráfrases definidoras), almejam especificar as restrições de emprego das unidades léxicas registradas, tendo em vista as diversas situações de comunicação (cf. BURKHANOV 2003: 105). Nesse sentido, Herbst; Klotz (2003: 89) salientam que “o plano do conteúdo do signo linguístico não é caracterizado de forma exaustiva por meio do significado denotativo”³⁷³.

Tendo em vista os vários aspectos que a conotação envolve, Geeraerts (2003: 85-85) prefere falar em significados não denotativos [*non-denotational meanings*]. Os significados não denotativos subdividem-se em:

- a) Conotativos: pressupõem um envolvimento emocional ou um juízo de valor (pejorativo, eufemístico) por parte do falante acerca do que é dito.
- b) Gramaticais: relacionam-se a palavras que expressam uma função gramatical específica e não possuem um referente extralinguístico, como conjunções e preposições.
- c) Pragmáticos: relacionam-se a palavras usadas com uma função discursiva ou que conformam um ato de fala (p.ex., *oi!*).

Além dos aspectos não denotativos apontados por Geeraerts (2003), outro mais merece destaque. Trata-se da restrição de uso socialmente determinada de uma unidade léxica, ou, em outras palavras, a sua posição no diassistema (a esse respeito, cf. tb. BURKHANOV 2003; VERKUYL; JANSSEN; JANSEN 2003; PTASZYNSKI 2010). Assim, as expressões *sair-se mal* e *foder-se* possuem denotação idêntica, mas diferem quanto à conotação, na medida em que a segunda expressão carrega uma forte restrição social, estando marcada diastraticamente.

Consideramos, aqui, de uma forma bastante genérica, todos os aspectos não denotativos do significado como pragmáticos. De acordo com Burkhanov (2003), as informações pragmáticas podem estar contidas na própria definição, ou tomar a forma de exemplos, notas de uso ou marcas de uso.

4.3.1 Informações pragmáticas nas definições

As definições que informam sobre os contextos de aplicação do signo-lemma denominam-se paráfrases por metalinguagem de signo indicadoras de uso (cf. BUGUEÑO

³⁷³ [die inhaltliche Seite von sprachlichen Zeichen ist durch die denotative Bedeutung nicht erschöpfend charakterisiert]

MIRANDA 2009a: 252-253). Trataremos desse tipo de paráfrase em 5.1.2.2.1. Aqui, restringimo-nos a oferecer exemplos de apresentação de informações pragmáticas na paráfrase definidora:

- (18) **che**² interjección **RPlata, Bol** Exclamación que se usa con valor apelativo para dirigirse a una o varias personas a las que se trata de tú, vos o usted [...] (DUEAe 2003: s.v.)
- (19) **nett**² *adv (umg.)* [...] **2 ganz nett verwendet, um auszudrücken, dass man etwas nur akzeptabel, aber nicht sehr schön, hervorragend o.Ä. findet** Der Film war ganz nett; aber es lohnt sich nicht, ihn noch mal anzuschauen. (PGWDaF 2011: s.v.)³⁷⁴

4.3.2 Informações pragmáticas nos exemplos

Oportunamente, trataremos da questão da apresentação de exemplos como mecanismos complementares de elucidação do significado (cf. 9.1). Limitamo-nos, neste momento, a transcrever um verbete em que o exemplo explicita o contexto de uso do signo-
lema:

- (20) **payo, -ya** adjetivo | nombre masculino y femenino **1** [persona] Que no es de raza gitana: ej los gitanos llaman payos a los que no son de su propia raza. **ant** calé, gitano [...] (DUEAe 2003: s.v.)

4.3.3 Informações pragmáticas em notas de uso

As notas de uso correspondem a breves explicações inseridas no interior do verbete, com o objetivo de prover ao leitor uma informação adicional sobre o signo-
lema (cf. HARTMANN; JAMES 2001: s.v. *usage note*; BURKHANOV 2003: 106). Trataremos dessa questão mais profundamente em 9.2. A seguir, apresentamos apenas um exemplo de indicação pragmática por meio de nota de uso:

- (21) **você** *pron.trat.* (1665 cf. FMMelFid) **1** aquele a quem se fala ou se escreve <*você almoçou?*> <*ei, você: venha cá*> <*vi você no cinema*> □ *pron.indef.* **2** pessoa não especificada; alguém <*se você não paga a conta, eles cortam o fornecimento*> □ GRAM apesar de funcionar como forma de tratamento de segunda pessoa, esse pronome leva o verbo para a terceira pessoa □ GRAM/USO **a**) excetuando-se a região do extremo Sul e alguns pontos da região Norte, no Brasil *você* toma lugar do *tu* como pronome de segunda pessoa como: 1) forma de tratamento íntimo [*meu irmão, você vem?*] 2) forma de tratamento entre pessoas de mesmo nível social, econômico, etário etc. [*assim, meus colegas aqui presentes, espero de vocês um debate aberto sobre esta questão*] 3) forma de tratamento de superior para inferior [*como chefe desta seção, devo comunicar a vocês que não poderão mais sair antes do horário*] **b**) em Portugal, *você* é basicamente us. como tratamento entre pessoas de mesmo nível, ou de superior (em classe social, em idade e em hierarquia) para inferior; em famílias das classes mais altas o *você* é us. como forma carinhosa de intimidade, emprego este considerado fino; tal tratamento jamais se ouve de inferior para superior, o que seria considerado acinte □ ETIM *vossa mercê* > *vossemecê* > *vosmecê* > *você*; f.hist. 1665 *vossancê*, 1721 *vossancê*, 1721 *vossê* □ SIN/VAR *vacê*, *vancê* (HouE, 2001: s.v. *você*).

³⁷⁴ Neste caso, o exemplo é absolutamente funcional, na medida em que complementa a definição, apresentando o contexto de uso em que a expressão *ganz nett* adquire um traço negativo.

4.3.4 Informações pragmáticas por meio de marcas de uso

As marcas de uso não podem ser consideradas um mecanismo complementar de elucidação do significado no mesmo sentido que os exemplos e as notas de uso. Entretanto, na medida em que servem para indicar um aspecto do significado no interior da microestrutura, também precisam ser contempladas de alguma forma no âmbito de uma teoria geral dos mecanismos explanatórios. Por essa razão – e já que a estrutura do trabalho disposta na Introdução não prevê o tratamento dessa questão em outros momentos –, estender-nos-emos um pouco mais na explanação deste tópico.

As marcas de uso são “um símbolo especial ou termo abreviado usado em obras de referência para marcar uma palavra ou sintagma como estando associado com um emprego ou variedade linguística particular”³⁷⁵ (HARTMANN; JAMES 2001: s.v. *label*). Engelberg; Lemnitzer (2009: 157 e ss.), por sua vez, chamam essas marcas de diassistêmicas [*diasystematische Markierungen*], na medida em que elas servem para indicar as unidades léxicas que apresentam um “desvio” (temporal, espacial, social etc.) em seus contextos de aplicação em relação às unidades léxicas consideradas “neutras”.

Landau (2001: 217-218) lista oito categorias distintas de marcas de uso:

- a) temporais (*arcaico, obsoleto, neologismo*);
- b) dialetais (regionalismos);
- c) técnicas (termos especializados);
- d) tabuísmos (*tabu, vulgar, obsceno*);
- e) insultos;
- f) gírias;
- g) estilísticas (*formal, informal, escrito, falado*);
- h) de *status* (*não standard*).

Verkuyl; Janssen; Jansen (2003) propõem uma classificação mais sistemática das marcas diassistêmicas, subdividindo-as em dois grupos. O primeiro compreende as chamadas marcas de grupo [*group labels*]. Estas se subdividem em diatópicas, diacrônicas, diafrequentativas e diatécnicas. O segundo abrange as marcas de registro [*register labels*]. Neste grupo, encontram-se as marcas diafásicas e diastráticas, além dos usos figurados, dos tabuísmos e dos insultos.

³⁷⁵ [a special symbol or abbreviated term used in reference works to mark a word or phrase as being associated with a particular usage or language variety]

O critério que subjaz à classificação de Verkuyl; Janssen; Jansen (2003) é a oposição entre descrição e prescrição. As marcas de grupo possuem uma função descritiva, ao passo que as de registro são prescritivas. Contudo, não se pode perder de vista que as marcas pertencentes ao primeiro grupo também podem assumir uma função prescritiva, na medida em que o usuário, provavelmente, evitará uma palavra marcada como *obsoleta* em suas produções – salvo nos casos em que deseje produzir um efeito determinado. De modo similar, uma marca de registro, ao mesmo tempo em que orienta o consulente a respeito da adequação de uso de determinada unidade léxica, também descreve sua posição no diassistema. As marcas de uso cumprem, portanto, duas tarefas concomitantemente: (a) orientar os usuários sobre o emprego apropriado dos lexemas marcados e (b) descrever a ordenação pragmática do léxico (cf. ENGELBERG; LEMNITZER, 2009: 183-184).

A primeira tarefa atribuída à marcação diassistêmica é eminentemente normativa. Em consonância com essa afirmação, Verkuyl; Janssen; Jansen (2003) sustentam que:

A definição de uma dada palavra em um verbete do dicionário está destinada a um grupo de usuários pertencentes àqueles que falam ou querem falar a forma padrão da língua do dicionário em questão. É em relação ao uso *standard* de uma língua que as marcas de uso se justificam.³⁷⁶ (298)

Os autores ainda acrescentam que “[M]arcas de uso como (inf.) ou (vulg.) justificam-se por ajudarem a selecionar apropriadamente entre palavras alternativas aplicáveis à mesma situação”³⁷⁷ (VERKUYL; JANSSEN; JANSEN 2003: 298). Em vista disso, as informações de uso oferecidas no interior do verbete cumprem a função de auxílio à produção linguística.

A fim de que as marcas diassistêmicas possam ser efetivamente úteis para o consulente, é necessário que elas representem um retrato fiel da língua. Nesse sentido, a primeira tarefa atribuída à marcação de uso está intimamente relacionada com a segunda, ou seja, a descrição do léxico. O cumprimento dessa segunda incumbência, por sua vez, encontra alguns obstáculos. Existe, por um lado, o problema teórico, apontado por Herbst; Klotz (2003: 88), que consiste na ausência de limites claros entre as diversas variedades linguísticas. Por outro lado, apresenta-se também o problema prático da inexistência de instrumentos metodológicos que auxiliem o lexicógrafo a identificar os lexemas diassistemicamente marcados e a atribuir-lhes as respectivas imputações de uso. Em vista disso, explica-se a

³⁷⁶ [The definition of a word given by a dictionary entry is intended for a group of users belonging to those who speak or want to speak the standard form of the language of the dictionary in question. It is with respect to the standard use of a language that usage labels find their justification]

³⁷⁷ [Usage labels like (inf.) or (vulg.) find their justification in helping to choose appropriately between alternative words applicable to the same situation]

imprecisão de parte das marcas de uso apresentadas nos dicionários (cf. ENGELBERG; LEMNITZER 2009).

Fornari (2006) e Zanatta (2006b), por exemplo, demonstraram que as marcas diatópicas apresentadas nos dicionários de americanismos não refletem, na maioria das vezes, a situação real da língua espanhola. O mesmo problema parece afetar os dicionários gerais de língua. Para ilustrar, citamos o caso de *guajolote*, que aparece com as marcas *El Salv.* [El Salvador], *Hond.* [Honduras] e *Méx.* [México] em DRAEe (2001: s.v. *guajolote*, ac.1), mas, por outro lado, aparece somente com a marca *Méj.* [México] em DUEe (2001: s.v. *guajolote*). Em relação à marcação diastrática, tomamos o exemplo do português *pé de cana*. AuE (2009: s.v. *pé de cana*) apresenta as imputações *Bras.* [brasileirismo] e *Pop.* [popular]. HouE (2001: s.v. *pé*), por sua vez, atribui a *pé de cana* as marcas *Regionalismo: Brasil* e *Uso: informal*. Por fim, CAe (2007: s.v. *pé-de-cana*) atribui à unidade léxica em questão as marcas *Bras.* [brasileirismo], *Pernambuco* e *pop.* [popular]³⁷⁸.

³⁷⁸ Para uma análise da apresentação das marcas de uso diatópicas e diafásico-diastráticas em dicionários gerais da língua portuguesa, cf. Farias (2011c).

5 A EXPLICITAÇÃO DO SIGNIFICADO POR MEIO DE UMA FORMULAÇÃO LINGUÍSTICA I: A FORMA DA DEFINIÇÃO

No Capítulo 4, tratamos basicamente dos problemas relacionados com o primeiro processo envolvido no ato de definir – não obstante, em alguns momentos, tenhamos tido, forçosamente, de adentrar o terreno do segundo processo (cf. 4.2.2). Os Capítulos 5 e 6, por outro lado, dedicar-se-ão ao tratamento do segundo processo – a explicitação do significado mediante uma paráfrase.

De acordo com o esquema da “teoria da definição lexicográfica” esboçado em 3.2.2, a paráfrase definidora deve ser considerada do ponto de vista tanto da sua forma como do seu conteúdo (cf. ATKINS; RUNDELL 2008: 407). Neste capítulo, trataremos apenas dos aspectos formais da definição.

Em Farias (2012), partíamos do pressuposto de que obter uma “definição elucidativa” depende (a) da natureza do objeto definido e (b) da obediência a determinados princípios de formulação³⁷⁹. O primeiro parâmetro está em relação direta com a discussão a respeito da natureza – até certo ponto intangível – do significado (cf. Capítulo 4). Daí a impossibilidade de se oferecer definições completamente satisfatórias em todos os casos. O segundo parâmetro diz respeito, por um lado, aos princípios redacionais básicos (cf. 2.2.2.2), e, por outro, à própria metalinguagem empregada na paráfrase (cf. 4.2.2.2).

A resolução do problema depende da obtenção de critérios que permitam prever o tipo de definição (em relação tanto à forma como ao conteúdo) que melhor se adapta a cada tipo específico de signo-lemma (levando em conta a natureza do significado envolvido). Com efeito, Widmer (1998), ao analisar e classificar as definições apresentadas em um dicionário para aprendizes de inglês, prova existir uma tendência à repetição de determinados tipos de paráfrase – ou mesmo de padrões redacionais – com determinadas unidades léxicas. Há, por exemplo, uma prevalência de definições que o autor denomina “sintéticas” – ou ostensivas, conforme as designamos neste trabalho (cf. 5.1.1.2.1) – entre os nomes, ao passo que as definições por meio de sinônimos predominam entre os verbos e adjetivos (cf. WIDMER 1998: 19-20). A seleção da técnica de definição empregada, evidentemente, não é feita de forma aleatória, mas, seguramente, baseia-se no tipo de conteúdo semântico do signo-lemma³⁸⁰.

³⁷⁹ Neste momento, deixamos de lado a perspectiva do usuário, posto que a teoria lexicográfica ainda não está apta a oferecer respostas conclusivas acerca do consulente do dicionário, muito menos no que concerne à sua percepção do “potencial elucidativo” das paráfrases definidoras (cf. 3.2.3.2).

³⁸⁰ Em conformidade com Atkins; Rundell (2008), entendemos que os aspectos relativos, respectivamente, à forma e ao conteúdo das paráfrases definidoras devem ser tratados separadamente, uma vez que, de fato, se distinguem claramente. Entretanto, a forma que a paráfrase definidora toma depende, em boa medida, da

A redação das definições, portanto, exige que se tenha em mente:

- a) o amplo espectro de possibilidades de reescrita do conteúdo semântico das unidades léxicas lematizadas nos dicionários semasiológicos;
- b) os padrões redacionais passíveis de aplicação a cada uma das categorias morfológicas.

Entram em jogo, portanto, duas das variáveis que devem sustentar uma “teoria da definição lexicográfica”, segundo Bugueño Miranda (2009a): a taxonomia de paráfrases explanatórias e o *pattern* sintático, respectivamente³⁸¹.

5.1 A classificação taxonômica das paráfrases definidoras

Abundam exemplos de intentos classificatórios das paráfrases definidoras, fundamentados nos mais diversos critérios (cf., p.ex., BOSQUE 1982; ILSON 1987; SCHLAEFER 2009: 94-97). Lançando um olhar crítico sobre essa questão, Bugueño Miranda (2009a: 244) destaca que “é surpreendente [...] a enorme variedade terminológica e as classificações heterogêneas que o conceito ‘definição’ apresenta nas obras de referência metalinguísticas”, de tal forma que “não há um único tipo de definição que apareça em todas as obras consultadas”. O autor segue afirmando que, aparentemente,

para os estudiosos, não são relevantes os critérios que permitem classificar tipos de definições divergentes que, aliás, cumprem tarefas bem específicas e que obedecem também a condições muito particulares em relação à função da obra lexicográfica e/ou em relação às necessidades ou condições do usuário. (BUGUEÑO MIRANDA 2009a: 244-245)

Diante do panorama delineado, Bugueño Miranda (2009a) propõe uma taxonomia de paráfrases definidoras. A classificação que apresentamos segue essa proposta, considerando, ainda, os adendos sugeridos em Farias (2009a) e Bugueño Miranda; Farias (2011a).

Bugueño Miranda (2009a) fundamenta sua taxonomia em dois parâmetros básicos: a perspectiva do ato da comunicação e a metalinguagem.

5.1.1 A perspectiva do ato da comunicação

A perspectiva do ato da comunicação adotada, ou seja, a recepção ou a produção linguística, determina o ponto de partida do ato da consulta, que deverá ser, respectivamente,

natureza do conteúdo semântico do signo-lema, evidenciando-se, assim, uma estreita relação entre ambos os aspectos.

³⁸¹ A terceira variável é, como vimos, o modelo semântico. Esse aspecto foi tratado no Capítulo 4, do ponto de vista do primeiro processo envolvido no ato de definir, e voltará a ser discutido no Capítulo 6, desta vez do ponto de vista do segundo processo.

o significante ou o significado (cf. 1.1). A partir dessa distinção fundamental, é possível estabelecer uma oposição entre semasiologia e onomasiologia (cf. BALDINGER 1985a; MANKEL 2001). A oposição gerada entre semasiologia e onomasiologia conduz a concepções divergentes do signo linguístico, obtendo-se daí uma nova oposição, desta vez entre intensão e extensão, respectivamente.

5.1.1.1 *Concepção intensional do signo linguístico*

A perspectiva semasiológica fundamenta-se em uma concepção intensional do signo linguístico. A intensão está relacionada ao significado do item lexical, de forma que podemos defini-la como o conjunto de traços que caracterizam uma dada entidade (cf. ULRICH 2002: s.v. *Intension*; BUßMANN 2008: s.v. *Intension*; GLÜCK 2010: s.v. *Intension*).

Uma definição intensional enumera os principais semas de determinada unidade léxica (cf. MARTÍNEZ DE SOUZA 1995: s.v. *definición intensional*; HARTMANN; JAMES 2001: s.v. *intensional definition*). É possível distinguir dois tipos de paráfrases intensionais: analítica e sinonímica – ainda que, neste último caso, sejam necessárias algumas ressalvas.

5.1.1.1.1 *Paráfrases definidoras analíticas*

Uma paráfrase definidora analítica é a que expressa o conteúdo semântico de uma unidade léxica por meio de uma proposição. A paráfrase definidora intensional analítica por excelência é a definição por *genus proximum et differentiae specifica*³⁸²:

- (1) **coche** [...] **1** Vehículo automóvil de cuatro ruedas para circular por tierra, que se dirige mediante un volante y está destinado al transporte de personas. [...] (DUEAe 2003: s.v.)
- (2) **Frauentyp** [...] **1** Mann, von dem Frauen bes. angezogen werden. (DGW 1999: s.v.)
- (3) **Groupie** [...] (umg.) weiblicher Fan, der sexuellen Kontakt zu seinem Idol sucht (PGWDaF 2011: s.v.)

5.1.1.1.2 *Paráfrases definidoras sinonímicas*

As paráfrases sinonímicas expressam o conteúdo semântico de uma unidade léxica mediante a substituição dessa unidade por um ou mais sinônimos:

³⁸² Uma *whole-sentence definition* pode, em determinadas circunstâncias, assumir as feições de uma definição intensional analítica, tal como ocorre com *theory* “A **theory** is a formal idea or set of ideas that is intended to explain something” (CCLDe 2003: s.v., ac.1). Nesse caso, embora a definição esteja redigida sob a forma de uma sentença completa, a parte explicativa – ou a segunda parte da definição (cf. 2.2.3.3.1) – não difere de uma definição por *genus proximum et differentiae specifica*. A esse respeito, cf. tb. Farias (2009b).

- (4) **angustia** [...] **1.** f. Aflicción, congoja, ansiedad. [...] (DRAEe 2001: s.v.)
- (5) **comida** s.f. [...] **2** refeição <a família se reunia na hora da c.> **3** culinária <a c. baiana é muito apreciada> (MiHou 2004: s.v.)
- (6) **Subway** [...] **1** *Untergrundbahn* [...] **2** *Straßenunterführung* (DGW 1999: s.v.)

Uma paráfrase sinonímica pode ser considerada intensional na medida em que se entende por “paráfrase” uma “reescrita do significado de uma expressão linguística por meio de outra expressão ou por meio de várias outras expressões de uma mesma língua”³⁸³ (ULRICH 2002: s.v. *Paraphrase*).

Não existe, contudo, um consenso entre os estudiosos sobre essa questão. Assim, pois, também seria legítimo considerar a paráfrase sinonímica como uma espécie de relação onomasiológica, na medida em que o conceito atua como um *tertium comparationis* entre o signo-lemma e o sinônimo (cf., p.ex., CASAS GÓMEZ 1995; HARTMANN; JAMES 2001: s.v. *onomasiological dictionary*). Por essa razão, Bugueño Miranda (2009a) apresenta a definição por sinônimos também entre as definições extensionais. Aqui, no entanto, limitarmos-nos a considerar essa técnica definitória somente como uma paráfrase de tipo intensional, tendo em vista que, à explanação do significado por meio de um ou mais sinônimos, de modo similar ao que ocorre com a explanação por meio de uma proposição, subjaz uma análise componencial do significado (cf., p.ex., ZGUSTA 1971: 261)³⁸⁴.

Ressaltamos, ainda, que a definição por meio de sinônimos é considerada como um vício por alguns autores, na medida em que propicia a geração de “círculos viciosos” (cf., p.ex., MARTÍNEZ DE SOUZA 1995: s.v. *definición lingüística*; LANDAU 2001: 157-160). Seu emprego, é, no entanto, legítimo, nos casos em que o sinônimo é mais esclarecedor que uma paráfrase (cf. BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2011c). A título de ilustração, compare-se o comentário semântico nos verbetes transcritos em (7) e (8):

- (7) **alcunha**, s.f., apelido, nome diferente. (MiLP 1998: s.v.)
- (8) **alcunha** [...] S.f. **1.** Cognome geralmente depreciativo que se põe a alguém, e pelo qual fica sendo conhecido, tirado de alguma particularidade física ou moral; apelido, apodo. (AuE 2009: s.v.)

³⁸³ [Wiedergabe der Bedeutung eines sprachl. [s.c. sprachlichen] Ausdrucks durch einen anderen Ausdruck oder durch mehrere andere Ausdrücke derselben Sprache]

³⁸⁴ Por outro lado, do ponto de vista da função da obra lexicográfica (recepção *versus* produção linguística), a sinonímia adquire, obrigatoriamente, um caráter extensional (onomasiológico), quando apresentada como um recurso de auxílio à produção linguística. Cf., p.ex., a proposta para a geração de um segmento de caráter onomasiológico em um dicionário escolar apresentada em Farias (2009a: 120-129) e Bugueño Miranda; Farias (2008b; 2011c).

A funcionalidade da explanação do significado por meio de um sinônimo é posta de relevo em LaGWDaF (2008). Nessa obra, a explanação do significado por meio de sinônimos atende explícita e sistematicamente – como se observa no seu prefácio – ao princípio de facilitar a compreensão do significado da unidade definida:

- (9) **abgefeimt** *Adj; nicht adv, pej* ≈ raffiniert, durchtrieben <ein Gauner, ein Schurke, ein Lügner> (LaGWDaF 2008: s.v.)
- (10) **verzwickt** *Adj; nicht adv, gespr* ≈ kompliziert <e-e Angelegenheit, e-e Situation> (LaGWDaF 2008: s.v.)

A paráfrase definidora sinonímica é um recurso reservado à explanação do significado de algumas (poucas) unidades léxicas marcadas estilisticamente em LaGWDaF (2008). Nesses casos, o sinônimo empregado como recurso explanatório deve ter uma frequência de uso bem mais alta que a do signo-lema³⁸⁵ – fator de suma importância, especialmente tendo em vista que a obra se destina a aprendizes de alemão como língua estrangeira.

5.1.1.2 *Concepção extensional do signo linguístico*

A perspectiva onomasiológica fundamenta-se em uma concepção extensional do signo linguístico. A extensão diz respeito aos referentes que são designados por uma dada expressão (cf. BUßMANN 2008: s.v. *Extension*; GLÜCK 2010: s.v. *Extension, extensional*), de forma que uma definição extensional é a que “aponta” para os referentes, ao invés de “descrever” o significado (cf. MARTÍNEZ DE SOUZA 1995: s.v. *definición extensional*; HARTMANN; JAMES 2001: s.v. *extensional definition*). Uma definição extensional corresponde, portanto, a uma definição ostensiva *lato sensu*, ou seja, “a demonstração de alguns denotados” [*the demonstration of some denotata*] (WEINREICH 1967: 31).

Deve-se notar, no entanto, que há várias possibilidades de ostensão. De acordo com Hartmann; James (2001: s.v. *ostensive definition*), essa técnica definitória designa as

³⁸⁵ Em consultas realizadas por meio da ferramenta de busca *Google* (domínio .de, em 25.11.2012), encontramos 8.670 registros de *abgefeimt*, frente a 928.000 registros de *raffiniert* e 49.700 registros de *durchtrieben*, por um lado, e 75.500 registros de *verzwickt*, frente a 3.150.000 registros de *kompliziert*, por outro lado. A respeito da comprovação da frequência mediante o uso de ferramentas de busca disponibilizadas na Internet, Kilgarriff; Grefenstette (2008) e Sardinha (2003) apontam, efetivamente, algumas restrições desse método, mas não invalidam sua aplicação. Entre as principais críticas à *Web*, está o fato de que, embora bastante grande, ela não constitui um *corpus* representativo. Entretanto, de acordo com Kilgarriff; Grefenstette (2008: 99), tampouco é possível assegurar, neste momento, que outros *corpora* sejam, efetivamente, representativos. Além disso, é preciso estabelecer uma diferença entre o *corpus* propriamente tal – os bancos de dados disponíveis na Internet – e a ferramenta utilizada para acessá-los. Nesse sentido, deve-se ter em mente as limitações da própria ferramenta de busca: (a) a apresentação de estatísticas pouco confiáveis, já que os resultados podem variar em decorrência de diversos fatores sobre os quais o usuário nem sempre pode ter controle, e (b) a impossibilidade de se utilizar critérios linguísticos para filtrar os resultados da busca (cf. KILGARRIFF; GREFENSTETTE 2008: 101).

paráfrases que explicam o significado “por meio da indicação direta de um objeto, ou indiretamente por meio da associação com um objeto (p.ex., ‘*azul*: a cor do céu’)”³⁸⁶. A indicação direta de um objeto pode dar-se tanto no plano linguístico (menção ao objeto), como no plano não linguístico (apresentação do objeto, no caso do dicionário, por meio de uma ilustração). Bogueño Miranda (2009a) opta, neste último caso, pela designação “substituição ostensiva”, justificando sua escolha com o argumento de que não se pode falar, nesses casos, em uma “definição” ou uma “paráfrase” propriamente tais – argumento com o qual, aliás, concordamos inteiramente.

5.1.1.2.1 Definição ostensiva

A definição ostensiva – aqui empregada como uma espécie de hiperônimo para vários subtipos de definição extensional – está em estreita relação com a teoria dos protótipos, na medida em que se trata, justamente, da referência à *extensão* – mundo extralinguístico – na paráfrase definidora. A referência à extensão pode ser feita de maneira direta ou indireta³⁸⁷.

a) Referência indireta à extensão:

Realiza-se por meio da inserção de elementos extralinguísticos/enciclopédicos na paráfrase definidora³⁸⁸:

- (11) **entremés** *s. m.* 1 (preferentemente en plural) COCINA. Plato frío variado que se sirve al principio de las comidas, compuesto principalmente de embutidos y conservas: *entremeses variados*. [...] (DSLE 2006: s.v.)
- (12) **inodoro** [...] 2 Recipiente con una cisterna de agua en el que se orina y se hace de vientre. (DPELE 2002: s.v.)

b) Referência direta à extensão:

Pode dar-se de duas formas distintas:

1. Por meio da enumeração dos membros mais prototípicos de uma categoria (tendo em vista a definição de *protótipo* no âmbito do modelo semântico cognitivo (cf. 4.2.1.3))³⁸⁹:

- (13) **reptile** [...] **Reptiles** are a group of cold-blooded animals which have skins covered with small hard plates called scales and lay eggs. Snakes, lizards, and crocodiles are reptiles. [...] (CCLDe 2003: s.v.)

³⁸⁶ [by pointing directly at an object, or indirectly by association with an object (e.g. ‘*blue*: the colour of the sky’)]. A esse respeito, cf. tb. Zgusta (1971: 256). A indicação direta do objeto por meio de elementos pictóricos é, segundo o autor, um caso extremo de definição ostensiva.

³⁸⁷ Restringimo-nos, aqui, à apresentação de alguns exemplos de cada tipo de definição. Voltaremos à discussão do problema do ponto de vista do conteúdo da paráfrase definidora no Capítulo 6.

³⁸⁸ Os grifos são nossos.

³⁸⁹ Os grifos são nossos.

- (14) **Süßigkeit** [...] 1 (meist Pl.) *etw. Süßes in Form von Schokolade, Praline, Bonbon o Ä.* [...] (DGW 1999: s.v.)

2. Por meio da associação do signo-lema a um determinado objeto³⁹⁰:

- (15) **blau** *adj* 1 *von der Farbe des wolkenlosen Himmels*: Das Wasser im Schwimmbecken leuchtet blau.; zum blauen Hemd eine gestreifte Krawatte tragen; Blau und Gelb sind die Farben der schwedischen Flagge.; Sie hat blaue Augen. [...] (PGWDaF 2011: s.v.)
- (16) **avispa** f. Insecto volador *semejante a la abeja*, de abdomen amarillo con franjas negras, cuya picadura causa escozor e inflamación [...] (DPRAE 2007: s.v.)

5.1.1.2.2 Substituição ostensiva

A substituição ostensiva consiste na associação de uma representação iconográfica (gravura ou fotografia) a uma dada designação (cf. SCHLAEFER 2009)³⁹¹:

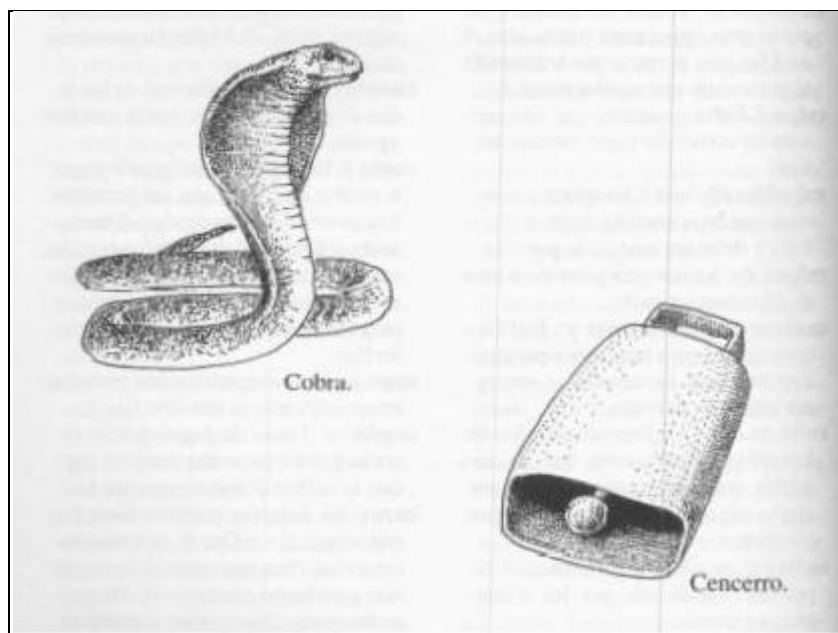


Figura 5: Ilustrações de *cobra* e *cencerro* em DIELE (2003)

Fonte: DIELE (2003: 101)

5.1.2 A metalinguagem

O segundo parâmetro fundamenta-se na distinção de Seco (2003) entre metalinguagem de conteúdo e metalinguagem de signo, levando-se em conta, não obstante, as observações que fazemos a respeito dessa questão em 4.2.2.2. A oposição entre metalinguagem de signo e metalinguagem de conteúdo permite distinguir, respectivamente, entre paráfrases que

³⁹⁰ Os grifos são nossos.

³⁹¹ Neste ponto da discussão, limitamo-nos a apresentar um exemplo de substituição ostensiva. Consideramos essa técnica definitiva como um mecanismo explanatório complementar/alternativo, que será tratado oportunamente no Capítulo 8.

explicam como o signo-lemma é empregado e paráfrases que exprimem seu conteúdo semântico.

5.1.2.1 *Paráfrases em metalinguagem de conteúdo*

Entre as paráfrases em metalinguagem de conteúdo, incluem-se as definições analíticas e as definições sinonímicas:

- (17) **hombre** [...] ① Individuo adulto de sexo masculino de la especie humana: ‘Había dos hombres en la puerta’. [...] (DUEe 2001: s.v.)
- (18) **operoso** (ô) *adj.* [...] 2. Trabalhoso, difícil. [...]. (MiAu 2008: s.v.)

5.1.2.2 *Paráfrases em metalinguagem de signo*

As definições em metalinguagem de signo subdividem-se em (a) paráfrases em metalinguagem de signo indicadoras de uso e (b) paráfrases em metalinguagem de signo extensionais.

5.1.2.2.1 *Paráfrases em metalinguagem de signo indicadoras de uso*

As paráfrases em metalinguagem de signo indicadoras de uso informam o usuário sobre o emprego da unidade léxica em questão. Podem ser de dois tipos:

a) De caráter morfossintático:

Informam o usuário especialmente sobre o emprego morfossintático do signo-lemma, conformando uma instrução de uso (cf. (19)), ou simplesmente indicando sua restrição de atribuição (cf. (20)):

- (19) **sino**² [...] 1. conj. advers. U. para contraponer un concepto afirmativo a otro negativo anterior. *No lo hizo Juan, sino Pedro. No quiero que venga, sino, al contrario, que no vuelva por aquí. No sentí alegría ninguna por él, sino, antes bien, pesadumbre.* (DRAEe 2001: s.v.)
- (20) **preñada** [...] 1. adj. Dicho de una mujer, o de una hembra de cualquier especie: Que ha concebido y tiene el feto o la criatura en el vientre. [...] (DRAEe 2001: s.v.)

b) Pragmáticas:

Informam sobre os contextos de aplicação da unidade léxica:

- (21) **bicha** [...] 2 Entre personas supersticiosas, especialmente en Andalucía, se llama así a la *serpiente para evitar pronunciar este nombre o el de «culebra», lo cual se tiene como de mala suerte. (DUEe 2001: s.v.)

- (22) **che**² interjección **RPlata, Bol** Exclamación que se usa con valor apelativo para dirigirse a una o varias personas a las que se trata de tú, vos o usted [...] (DUEAe 2003: s.v.).

5.1.2.2.2 *Paráfrases em metalinguagem de signo extensionais*

Podem ser de dois tipos, tendo em vista a adoção de uma concepção de extensão (a) como designação ou (b) como categorização (cf. GEERAERTS 2001; 2003). Da perspectiva do ato comunicativo, as paráfrases em metalinguagem de signo extensionais correspondem, em ambos os casos descritos *ad infra*, a definições ostensivas:

a) Perspectiva da extensão como designação:

Indicam a qual (ou a quais) entidade(s) extralinguística(s) o signo-lema se aplica:

- (23) **todopoderoso** [...] ☉ (con mayúsc.) adj. y n. m. Se aplica por antonomasia a *Dios. (DUEe 2001: s.v.)
- (24) **lord** [...] (usually **the Lord**) [sing.] a title used to refer to God or Christ [...]. (OALD 2005: s.v.).

b) Perspectiva da extensão como categorização:

Corresponde às paráfrases por enumeração dos membros mais típicos da categoria:

- (25) **drupa** [...] fruto simples, carnoso e indeiscente, ger. com um só carpelo, endocarpo endurecido e concrecente com semente única formando o caroço, freq. comestível, p.ex., azeitona, pêssego, coco, manga etc. [...] (HouE 2001: s.v.)

Cabe, portanto, complementar a discussão levada a cabo em 4.2.2.2, fazendo uma última ressalva à proposta de Seco (2003), que equipara a definição em metalinguagem de signo a uma explicação. Apoiamo-nos em dois argumentos. Por um lado, deve-se considerar que nem todas as definições em metalinguagem de signo constituem explicações *stricto sensu* (cf., p.ex., as definições por enumeração). Por outro lado, mesmo entre as definições em metalinguagem de signo que efetivamente equivalem a explicações, deve-se distinguir diferentes “níveis” de explicação. Comparemos, a título de ilustração, as instruções de uso (cf. as paráfrases em (19) e (22) *ad supra*) e as indicações de categoria morfológica (p.ex., as “paráfrases definidoras” normalmente apresentadas em verbetes relativos a artigos e pronomes pessoais).

5.1.3 Outros tipos de paráfrases definidoras

Além dos tipos de definições que a taxonomia apresentada *ad supra* permite descrever, existem vários outros tipos de paráfrases que, segundo Bugueño Miranda (2009a), não são passíveis de classificação de acordo com os parâmetros propostos. Como adendo às

subseções anteriores, descrevemos, a seguir, uma série de paráfrases que fogem ao modelo classificatório proposto, mas cuja presença, não obstante, é relativamente frequente nos dicionários de língua.

a) Paráfrases meronímicas:

As paráfrases meronímicas estabelecem uma relação entre uma parte e o todo:

- (26) **finger** [...] **1** Your **fingers** are the four long thin parts at the end of each hand. [...] (CCLDe 2003: s.v.)
- (27) **pagina** [...] **1.** Ciascuna delle due facce di un foglio di carta, isolato o unito con altri, in un manoscritto, in un quaderno, in un libro, in un giornale e sim. [...] (VTLE 1998: s.v.)

b) Paráfrases antonímicas:

As paráfrases antonímicas definem a unidade léxica em função do seu antônimo. Uma definição desse tipo viola um dos princípios básicos do “bem definir”, descritos desde Aristóteles (cf. 2.1). Entretanto, não se pode deixar de considerar que uma paráfrase antonímica, em determinados casos, é a forma mais eficaz e direta de explicar o significado do signo-lema:

- (28) **insoddisfatto** *agg.* Non soddisfatto [...] (PCDI 2009: s.v.)
- (29) **inação** substantivo feminino **1.** Falta de ação. [...] (DPLPe 2010: s.v.)

c) Paráfrases seriais:

As paráfrases seriais definem a unidade léxica em função das demais unidades léxicas que com ela conformam uma série. É o tipo de paráfrase mais frequentemente empregado – e o mais eficaz também – na definição de unidades léxicas pertinentes a taxonomias fechadas (p.ex., dias da semana, meses do ano, graus militares, hierarquias religiosas etc.):

- (30) **sábado** [...] **1** Día de la semana entre el viernes y el domingo. [...] (GDLE 2001: s.v.)
- (31) **teniente** [...] **7.** com. *Mil.* Oficial de graduación inmediatamente superior al alférez e inferior al capitán. [...] (DRAE 2001: s.v.)

d) Paráfrases mistas:

As paráfrases mistas estabelecem uma relação entre o sistema semiótico da linguagem e outros sistemas semióticos³⁹²:

³⁹² Em ambos os casos apresentados a seguir, a primeira questão que se apresenta ao lexicógrafo, antes mesmo de se questionar a fórmula de definição adotada, concerne à pertinência de se incluir variáveis matemáticas, abreviaturas de unidades de medida e símbolos de elementos químicos em um dicionário de língua. Para uma discussão dos princípios que regem a definição macroestrutural em um dicionário de língua, cf. Bugueño

- (32) **y²** s.m. *Mat.* Segunda incógnita. (MiE 1998: s.v.)
- (33) **Pa 1.** Fís. Símb. de *pascal*². **2.** Quím. Símb. de *protactínio*. (AuE 2009: s.v.)

e) Paráfrases estipulativas:

As paráfrases estipulativas procuram estabelecer um consenso normativo em relação ao emprego de uma unidade léxica³⁹³:

- (34) **álgido, -a** [...] **1** adj. Med. Acompañado de frío intenso en el cuerpo: ‘Fiebre álgida. Periodo álgido’. **2** Como esto suele ocurrir en el periodo agudo de una enfermedad, la palabra ha pasado a emplearse en el lenguaje corriente, incluso de los médicos, como equivalente a «culminante» o «máximo», aplicada a cualquier clase de circunstancias, incluso a las que implican excitación o acaloramiento. (DUEe 2001: s.v.)

f) Paráfrases taxonômicas:

As paráfrases taxonômicas apresentam uma classificação terminológica/científica da unidade definida³⁹⁴:

- (35) **cane** [...] **1.** Mammifero domestico della famiglia dei canidi (*Canis lupus*), con pelo più o meno folto e di vario colore, dimensioni e caratteristiche diverse a seconda delle numerosissime varietà, le quali deriverebbero, secondo l’ipotesi oggi più accreditata, da alcuni canidi selvatici (lupo, sciacallo, coyote, ecc.), addomesticati e poi variamente incrociati. [...] (VTLIe 1998: s.v.)
- (36) **verbena** [...] **1** (*Verbena officinalis* y otras especies del mismo género) f. Planta verbenácea herbácea de flores en umbela, de colores muy variados. [...] (DUEe 2001: s.v.)

g) Paráfrases morfossemânticas:

As paráfrases morfossemânticas subdividem-se em:

1. Etimológicas: Definem o lexema em função do elemento primitivo do qual deriva:

- (37) **kafkiano, -na** [...] **1** De Franz Kafka (escritor checo, 1883-1924) o relacionado con él o con su obra [...] (DUEAe 2003: s.v.)

2. Decomposicionais: Segmentam um elemento composto nas suas formas primitivas:

- (38) **Fuchsschwanz** [...] **1.** der Schwanz e-s Fuchses [...] (LaGWDaF 2008: s.v.)

5.2 Os *patterns* sintáticos das paráfrases definidoras

Os argumentos que justificam o estabelecimento de um padrão sintático para as paráfrases definidoras, de acordo com Bugueño Miranda; Farias (2011a), são:

Miranda (2005a; 2007a); para uma aplicação desses princípios a uma proposta de definição macroestrutural de um dicionário escolar de língua portuguesa, cf., p.ex., Bugueño Miranda; Farias (2008a) e Farias (2009a).

³⁹³ Os grifos são nossos.

³⁹⁴ Os grifos são nossos.

- a) a necessidade de se submeter as definições à prova da substituição (nos casos em que seja viável);
- b) a existência de paráfrases com um padrão redacional muito complexo.

Para ilustrar, tomamos os seguintes exemplos:

- (39) **batizado** [...] 2. Fig. Diz-se de certos líquidos, especialmente o leite, adulterados pela adição de água ou de outro líquido. (AuE 2009: s.v.)
- (40) **marsopa** [...] 1. f. Cetáceo parecido al delfín, de cerca de metro y medio de largo, cabeza redondeada con ojos pequeños y las narices en la parte más alta, boca grande de hocico obtuso y 24 dientes en cada lado de las mandíbulas, cuerpo grueso, liso, de color negro azulado por encima y blanco por debajo, dos aletas pectorales, una sola dorsal, y cola grande, robusta y ahorquillada. (DRAEe 2001: s.v.)

Em (39), apresenta-se uma definição imprópria. Ao optar por uma formulação desse tipo, o dicionário evidencia sua preocupação em indicar a restrição de atribuição do adjetivo em questão, mas, ao mesmo tempo, inviabiliza a prova da substituição. A definição em (40), por sua vez, além de ser muito longa e possuir um número bastante elevado de termos científicos, apresenta uma formulação linguística muito complexa. Confrontamo-nos, pois, com uma impossibilidade prática de substituição.

Tendo em vista a operação de substituição à qual devem submeter-se as definições sempre que possível, os parâmetros básicos que deverão orientar a proposta de formulação de padrões sintáticos para as paráfrases explanatórias são, novamente:

- a) a oposição entre metalinguagem de conteúdo e metalinguagem de signo;
- b) a oposição entre semasiologia e onomasiologia.

O cruzamento desses parâmetros permite obter as seguintes coordenadas para a elaboração de padrões sintáticos aplicáveis à formulação das paráfrases definidoras:

- i. modelos sintáticos para as paráfrases em metalinguagem de conteúdo, a partir de uma perspectiva semasiológica;
- ii. modelos sintáticos para as paráfrases em metalinguagem de signo, a partir de uma perspectiva onomasiológica.

Temos, portanto, paráfrases intensionais, no primeiro caso, e paráfrases extensionais, no segundo.

Ressaltamos, por fim, que cada classe de palavras, em virtude de sua natureza e de seu comportamento morfossintático, exige um tipo diferente de técnica de definição (cf., p.ex., SVENSÉN 1993: 127-132; MARTÍNEZ DE SOUZA 1995: s.v. *definición lingüística*; LANDAU 2001: 171-178), razão pela qual é preciso elaborar padrões distintos para cada categoria morfológica.

5.2.1 Padrão sintático das paráfrases em metalinguagem de conteúdo

A premissa fundamental subjacente à geração de modelos sintáticos para as paráfrases em metalinguagem de conteúdo é o cumprimento das condições de concisão, abrangência e circularidade (cf. MARTÍNEZ DE SOUZA 1995: s.v. *definición lingüística*; 2009: 152-153). Thumb (2004: 25), entretanto, aponta três razões que permitiriam refutar o princípio da circularidade. Em primeiro lugar, a substituição somente seria possível em alguns casos, devido à ausência de isomorfismo morfológico entre *definiens* e *definiendum*. Em segundo lugar, as paráfrases definidoras apresentadas nos dicionários costumam ser longas. Por fim, em terceiro lugar, nem todas as classes de palavras admitem tal procedimento. Deve-se salientar, contudo, que as ponderações de Thumb (2004), de forma alguma, invalidam a aplicação do princípio da circularidade. Antes de tudo, para que a substituição seja possível, a paráfrase precisa ser breve, ou concisa, de acordo com o primeiro princípio exposto. Além disso, a abrangência garante o isomorfismo de categoria morfológica, imprescindível para a aplicação da operação de substituição. Convém lembrar, ainda, que a própria distinção entre metalinguagem de conteúdo e metalinguagem de signo previne contra uma tentativa de aplicação do princípio da circularidade a paráfrases em metalinguagem de signo.

5.2.1.1 Paráfrases de substantivos em metalinguagem de conteúdo

As reflexões acerca da definição de substantivos em Beneduzi; Bugueño Miranda; Farias (2005) e Farias (2009a) permitiram-nos constatar que não é possível propor uma técnica unitária para essa classe de palavras. Inicialmente, seria preciso separar os substantivos em dois grandes grupos: concretos e abstratos. Considerando apenas os substantivos concretos, seria possível estabelecer uma segunda separação entre os que permitem, sem maiores problemas, uma definição em metalinguagem de conteúdo, e os que exigem uma definição em metalinguagem de signo.

No caso dos substantivos concretos passíveis de definição em metalinguagem de conteúdo, pode-se, simplesmente, aplicar a fórmula *genus proximum et differentiae specifica*. O padrão sintático seria, portanto³⁹⁵:

³⁹⁵ Salientamos que se trata, aqui, exclusivamente do *pattern* sintático da paráfrase, ou, em última instância, o esquema que deve estruturar a apresentação linguística das informações. O emprego da fórmula clássica, portanto, não significa que, em relação ao conteúdo, estejamos-nos circunscrevendo a um modelo formal, ou estrutural, tendo em vista os desenvolvimentos da (meta)lexicografia (cf. Capítulo 2). De fato, no que tange aos especificadores, por exemplo, o padrão sintático proposto pode, perfeitamente, abrigar também informações de cunho extralinguístico/enciclopédico. A esse respeito, cf. tb. Capítulo 6.

Substantivos concretos = Hiperônimo (Nome concreto) + Especificador(es)

Os princípios essenciais de redação desse tipo de paráfrase são:

- a) a possibilidade de aplicação à prova da substituição;
- b) a manutenção da identidade de conteúdo intensional e extensional entre *definiens* e *definiendum* (cf. FARIAS 2009a: 204-206).

Apresentamos a definição de *guitarra* como exemplo³⁹⁶:

guitarra *f* Instrumento musical eletrônico que possui um braço longo com seis cordas que vibram ao serem tocadas pelos dedos.

Os substantivos abstratos de ação podem ser subdivididos de acordo com o aspecto dos verbos dos quais derivam. Dessa forma, os substantivos derivados de verbos que indicam incoação³⁹⁷ são classificados como ato; os que se originam de verbos cursivos³⁹⁸ são classificados como processo, e, finalmente, os que se originam de verbos resultativos³⁹⁹ são classificados como efeito. Assim, “ato”, “efeito” e “processo” foram os hiperônimos selecionados para a redação das paráfrases definidoras (cf. BENEDUZI; BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2005: 212-215). O padrão sintático dos substantivos abstratos seria o seguinte:

Substantivos abstratos de ação = Hiperônimo (“ação de” / “processo de” / “efeito de”) +
Especificador(es)

Apresentamos exemplos de aplicação dessa fórmula definitória a seguir:

partida *f* 1 ato de ir-se [alguém / algo].

crecimento *m* 1 processo de desenvolvimento de [alguém / algo]. 2 efeito do desenvolvimento de [alguém / algo].

³⁹⁶ As definições apresentadas dentro dos retângulos foram criadas *ad hoc* para este estudo.

³⁹⁷ A incoação indica mudança de estado e, conseqüentemente, começo de um novo estado (cf. TRAVAGLIA 1981: 46). Por essa razão, o aspecto incoativo, muitas vezes, confunde-se com o inceptivo, que é caracterizado por apresentar a situação em seu ponto inicial ou seus primeiros momentos (cf. TRAVAGLIA 1981: 91-92).

³⁹⁸ De acordo com Travaglia (1981: 92), o aspecto cursivo caracteriza-se pela apresentação da situação em pleno desenvolvimento, ou seja, já tendo passado seus primeiros momentos, mas sem, contudo, ter atingido seus últimos momentos.

³⁹⁹ De acordo com Travaglia (1981: 48-49), é possível encontrar dois tipos de resultatividade: a “resultatividade 1” ou “permansividade”, que indica um estado resultante de uma situação dinâmica que já foi concluída, e a “resultatividade 2”, que indica a conclusão de uma situação, ao se atingir o seu ponto terminal.

5.2.1.2 *Paráfrases de verbos em metalinguagem de conteúdo*

Considerando que a paráfrase assumirá uma forma diversa de acordo com a transitividade do verbo (cf. LANDAU 2001: 173-177; SECO 2003: 47-58), o principal problema relacionado com a formulação das paráfrases definidoras dessa classe de palavras é a indicação da valência. A valência de um verbo diz respeito à sua capacidade de “abrir casas” para preenchimento por termos (sujeito e complementos) (cf. NEVES 2000: 28). Em Farias (2009a: 146-152), preveem-se três segmentos microestruturais para a alocação da informação sobre a valência verbal:

- a) no segmento dedicado à marcação da categoria morfológica, por meio de uma abreviatura;
- b) no segmento correspondente à definição, através da indicação dos complementos verbais na paráfrase definidora;
- c) no segmento destinado aos exemplos para a produção, mediante a indicação explícita dos actantes em uma oração.

O padrão redacional para as paráfrases de verbos apresentado aqui se fundamenta na proposta de Beneduzi; Bugueño Miranda; Farias (2005: 215-218). Na ocasião, discutiram-se os critérios que possibilitariam obter as qualidades apontadas por Martínez de Souza (1995: s.v. *definición lingüística*) na redação das definições de verbos:

- a) Para obter a concisão, as definições devem formular-se em um único período, com linguagem acessível ao consulente, apresentando as informações que não fazem parte da definição propriamente dita sob a forma de contorno⁴⁰⁰.
- b) Para obter a abrangência, as definições devem construir-se com um verbo transitivo (ou, ainda, um verbo suporte) e seus complementos.
- c) Para obter a circularidade, deve-se formular uma definição que respeite o isomorfismo morfológico e, dessa forma, permita a substituição do signo-lemma pela paráfrase definidora em um enunciado.

Levando em conta os critérios apresentados, obtivemos dois modelos sintáticos básicos para a elaboração das paráfrases dos verbos:

Verbos intransitivos = Verbo transitivo / Verbo suporte + Complementos

⁴⁰⁰ Em Beneduzi; Bugueño Miranda; Farias (2005), define-se *contorno* como um elemento que não faz parte da definição propriamente dita, mas que é fundamental para a sua inteligibilidade. Tais elementos desempenham uma função semântica na paráfrase definidora. Em Seco (2003), por outro lado, o termo *contorno* fica restrito à marcação das valências, apresentando caráter eminentemente sintático.

Verbos transitivos⁴⁰¹ = Verbo transitivo / Verbo suporte (+ Complementos) +
[Valência do signo-lema]

No caso dos verbos intransitivos, os complementos apresentados fazem parte da definição. Por outro lado, no caso dos verbos transitivos, o uso de colchetes para marcar a valência indica que esse elemento não é pertinente ao conteúdo semântico da paráfrase definidora, mas corresponde ao comentário de forma. A fim de se evitar a sobrecarga de informações na paráfrase definidora, a marcação da actância deveria restringir-se aos objetos direto e indireto, bem como ao complemento circunstancial, nas situações em que se exige⁴⁰²:

morrer *vi* perder a vida.

arcar *vi* ~ **com** assumir a responsabilidade por [algo].

chutar *vt* dar pontapés em [algo / alguém].

5.2.1.3 Paráfrases de adjetivos em metalinguagem de conteúdo

Demonte (1999) define os adjetivos como termos que atribuem determinadas propriedades aos substantivos com os quais se combinam. As propriedades que os adjetivos são capazes de atribuir permitem sua classificação em dois grandes grupos: qualificativos e relacionais. Os adjetivos qualificativos expressam um traço constitutivo, ou, em outras palavras, uma única propriedade do substantivo ao qual acompanham, ao passo que os adjetivos relacionais expressam um conjunto de propriedades, estabelecendo relações entre os substantivos aos quais se referem e outros âmbitos externos a eles. Tendo em vista as diferenças essenciais entre as duas categorias de adjetivos discriminadas por Demonte (1999), percebe-se que apenas para os adjetivos qualificativos é possível gerar definições em metalinguagem de conteúdo. Um padrão redacional básico para as paráfrases de adjetivos qualificativos é:

Adjetivos qualificativos = [Restrição de atribuição⁴⁰³] + Oração subordinada adjetiva

⁴⁰¹ O modelo sintático das paráfrases de verbos transitivos é igualmente aplicável a verbos que exigem complemento circunstancial.

⁴⁰² A indicação do sujeito deve ser feita apenas quando este se limita a uma única entidade. Um exemplo seria o verbo *prevaricar*, em espanhol. Para esse verbo, DUEE (2001: s.v. *prevaricar*, ac.2) oferece a definição “Faltar un empleado público a la justicia en las resoluciones propias de su cargo, conscientemente o por ignorancia inexcusable”, na qual o segmento “un empleado público”, embora não apareça marcado, corresponde à indicação do sujeito.

⁴⁰³ Há casos em que o adjetivo pode servir como atributo para toda uma classe, de forma que esta pode ser expressa pelos vocábulos *algo* ou *alguém*, como é o caso, por exemplo, de *bonito*. Há casos, porém, em que os adjetivos não podem ser atributos de qualquer substantivo, mas apenas de alguns com características semânticas

A seguir, apresentamos exemplos de definições redigidas segundo o modelo proposto:

supersônico *adj* **1** [velocidade] que é superior à do som. **2** [aeronave] cuja velocidade é superior à do som.

5.2.1.4 *Paráfrases de advérbios em metalinguagem de conteúdo*

De acordo com Martínez de Souza (1995: s.v. *definición lingüística*), os advérbios, de um modo geral, admitem definições em metalinguagem de conteúdo. Nesses casos, os advérbios são parafraseados por meio de uma locução ou oração adverbial:

Advérbios = Locução / Oração adverbial

A seguir, apresentamos exemplos de advérbios temporais e modais, cuja paráfrase pode seguir o modelo redacional proposto acima:

anteontem *adv* no dia anterior ao de ontem.

precisamente *adv* de modo exato.

No que diz respeito aos advérbios terminados em *-mente*, o padrão sintático pode ser ainda mais específico. Assim, pois, seguindo o modelo da paráfrase proposta para *precisamente*, o padrão redacional para essa categoria de advérbios pode ser:

Advérbios modais = “de modo” + Adjetivo

5.2.2 Padrão sintático das paráfrases em metalinguagem de signo

No caso das paráfrases em metalinguagem de signo, torna-se bem mais difícil a tarefa de adequar os padrões sintáticos propostos a princípios específicos, como ocorre com as paráfrases em metalinguagem de conteúdo.

5.2.2.1 *Paráfrases de substantivos em metalinguagem de signo*

Em Farias (2009a: 211-214), destacou-se o fato de que nem todos os substantivos concretos podem ser definidos por meio de uma paráfrase em metalinguagem de conteúdo. A

específicas, como é o caso de *menstruada*, que se refere apenas seres humanos do sexo feminino. A essa indicação da classe ou grupo de substantivos aos quais os adjetivos podem servir de atributos, chamamos “restrição de atribuição”.

capacidade de poder ou não ser definido por meio de uma paráfrase intensional parece estar determinada por fatores que ainda não são bem conhecidos, mas se refletem nos limites semanticamente imprecisos que muitas paráfrases apresentam.

Geeraerts (2001) distingue entre extensão como designação e extensão como categorização. Considerando a extensão como um problema de designação de um referente extralinguístico, podemos distinguir três categorias de substantivos. Na primeira categoria, incluem-se os substantivos concretos, que podem ser definidos por meio tanto de uma paráfrase intensional como de uma paráfrase extensional (p.ex., *cadeira*, *pessoa* e *guitarra*)⁴⁰⁴. Já na segunda e na terceira categorias, encontram-se os substantivos concretos para os quais uma paráfrase intensional não constitui uma solução completamente satisfatória. A segunda categoria é a das unidades léxicas que denominam uma entidade extralinguística particular. A terceira categoria, por sua vez, é a das unidades léxicas cujo conteúdo semântico pode ser atribuído a diferentes referentes, dada a existência de uma coincidência parcial do ponto de vista sememático. O padrão sintático, nesses casos, pode ser:

Substantivos (perspectiva: extensão como designação) = “Nome” / “Designação” / “Expressão” + “para (referir-se a) [alguém / algo]”

A seguir, apresentamos exemplos para a segunda e a terceira categoria de referência, respectivamente:

Altíssimo *m* Nome usado para referir-se a Deus.

chiqueiro *m* Nome usado para referir-se a um lugar muito sujo.

No que concerne à extensão como categorização, as unidades léxicas analisadas dentro deste segundo grupo também apresentam a propriedade de designação, o que, aliás, é uma condição intrínseca à natureza dos substantivos. Por essa razão, consideramos as duas perspectivas complementares. O que difere as unidades léxicas incluídas nesse segundo grupo das demais é o fato de que elas ocupam uma posição hiperonímica no âmbito de uma classificação hierárquica. O padrão sintático proposto para a formulação das definições desse grupo de palavras é:

Substantivos (perspectiva: extensão como categorização) = “Nome dado a / com que se designa” / “Designação para” + Hiperônimo (Nome) + Especificador(es) + (Exponentes da categoria)

⁴⁰⁴ Remontamo-nos a Rey-Debove (1971). De acordo com a autora, a necessidade de emprego da metalinguagem de signo deve ser avaliada em cada caso (cf. tb. 4.2.2.2).

Oferecemos um exemplo a seguir:

baga *f* Nome dado aos frutos de pele fina, polpa carnosa e macia e com várias sementes pequenas no seu interior, como o *mamão*, o *tomate* e a *uva*.

5.2.2.2 *Paráfrases de adjetivos em metalinguagem de signo*

Para os adjetivos relacionais – que denotam um conjunto de propriedades –, é necessário formular definições em metalinguagem de signo. A redação das paráfrases, nesse caso, deve obedecer à seguinte estrutura:

Adjetivos relacionais = [Restrição de atribuição] + “Relativo a” + Sintagma nominal

Abaixo, apresentamos um exemplo da aplicação dessa fórmula definitória:

vocal *adj* [algo] relativo à voz humana.

5.2.2.3 *Paráfrases de advérbios em metalinguagem de signo*

Martínez de Souza (1995: s.v. *definición lingüística*), embora defenda que grande parte dos advérbios aceita definições em metalinguagem de conteúdo, reconhece, por outro lado, que há advérbios, como *sim* e *não*, para os quais seria muito difícil elaborar definições intensionais. Em casos assim, seria necessário recorrer a paráfrases em metalinguagem de signo indicadoras de uso, que, normalmente, apresentam formulações semelhantes às seguintes:

Advérbios = “Expressa” / “Usa-se para expressar” + Noção expressa

As paráfrases de *sim* e *não* poderiam, portanto, ser formuladas, respectivamente, como:

sim *adv* Expressa afirmação / consentimento.

não *adv* Expressa negação / recusa.

5.2.2.4 *Paráfrases de conjunções e preposições em metalinguagem de signo*

As preposições e as conjunções assemelham-se pelo fato de estabelecerem relações, sejam elas entre orações ou entre elementos de um sintagma (cf. TRASK 2006: s.v.

conjunção; s.v. *preposição*). As paráfrases geradas para as preposições e conjunções correspondem, na maioria dos casos, a uma definição em metalinguagem de signo indicadora de uso de carácter morfossintático, ou, em termos mais simples, a uma instrução de uso⁴⁰⁵, como denomina Fornari (2009). Em razão da própria natureza das unidades léxicas em questão, as paráfrases formuladas nem sempre serão, por si só, suficientemente elucidativas⁴⁰⁶.

As conjunções estabelecem uma relação lógico-semântica (adição, negação, causalidade etc.) entre duas proposições. Em função disso, o *pattern* sintático gerado para essa classe de palavras deve refletir:

- a) as condições em que duas proposições entram em relação de coordenação ou subordinação;
- b) as particularidades lógico-semânticas que as proposições adquirem em sua união através do conector (cf. BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2011a).

A redação de uma instrução de uso para as conjunções poderia, a princípio, respeitar o modelo proposto para os advérbios (cf. *ad supra*).

No que diz respeito ao padrão sintático das paráfrases de preposições, por outro lado, é necessário levar em conta os seguintes fatores:

- a) a função como marcador sintático;
- b) o uso com significação categorial (ou seja, a significação que corresponde a universais semânticos, como tempo, espaço, instrumento etc.);
- c) o caso das expressões prepositivas.

É justamente esse conjunto de particularidades atinentes às preposições o que torna razoável dividir o verbete em três categorias de informações, sendo necessário prever três padrões sintáticos diferentes:

Preposições como marcadores sintáticos = “Marcador de” + Função sintática indicada
--

Preposições com significação categorial = Descritor: Significação categorial
--

⁴⁰⁵ No caso das conjunções e preposições, pode existir a possibilidade de uma definição em metalinguagem de conteúdo, sempre e quando haja sinônimos. Como exemplo, citamos *malgrado* “*prep.* **2** apesar de, não obstante <efetou a compra, m. os conselhos em contrário que recebeu>” (HouE 2009: s.v.).

⁴⁰⁶ Nesses casos, pois, a paráfrase apresentada poderia ser complementada por um exemplo para a compreensão, tal como ocorre em “**aunque** [...] **1** conj. Su significado oscila entre el *concesivo y el *adversativo. Unas veces expresa que lo significado por la frase a que afecta no impide, en el caso de que se trata, que se realice lo que expresa la otra oración (significado concesivo): ‘Iremos aunque llueva. Te lo diré aunque no te guste’. Y otras, una oposición entre ambas oraciones: ‘Aunque es español, no le gustan los toros. Aunque está tan delgado, está muy fuerte’. [...]” (DUEE 2001: s.v.). A esse respeito, cf. 9.1.

Expressões prepositivas = Verbo / Advérbio + Preposição

A seguir, apresentamos uma proposta para a redação de um verbete correspondente a uma preposição. As acepções identificadas com A1, A2 e A3 correspondem ao valor da preposição como marcador sintático. As acepções identificadas com B1, B2, B3 e B4 enfatizam a significação categorial. E, finalmente, a parte do verbete identificada com C, apresenta uma série de expressões prepositivas⁴⁰⁷:

a prep. **A 1.** marcador del objeto indirecto: *Le dieron a Juan un premio.* **2.** marcador del objeto directo de persona: *A Juan lo encontré en el ascensor.* **3.** marcador del objeto directo de “cosa” con artículo definido/proadjetivos: *Vieron al perro. Encontraron a mi gato.* **B 1.** movimiento: con verbos de movimiento: *Voy a la ciudad. Viajó a la capital.* **2.** posición: señala la posición de [algo/alguien] en relación a un punto de referencia: *De espaldas a la pared. La iglesia está frente a la plaza.* **3.** tiempo: señala el momento en que aconteció [algo]: *Salió a las tres. A las seis ya estaba en su casa.* **4.** instrumento: señala la forma cómo [algo] se ha hecho: *Hecho a mano. Construido a la rápida.* **C** *accesible a, acogerse a, a sabiendas de, a la buena de Dios*

5.2.2.5 Paráfrases de artigos e pronomes

A classe dos artigos, a classe dos pronomes e a classe dos numerais compartilham determinados traços, tais como a ausência de um significado lexical, e o emprego em anteposição a um substantivo (com função de referência ou de determinação), ou ainda substituindo o nome, mas sem função designativa (cf. NEVES 2000: 389-390; 511). Em virtude disso, os artigos e os pronomes devem ser considerados como um problema definitório idêntico. Para ambas as classes de palavras, tendo em vista a natureza do significado em questão, não é possível oferecer uma definição em metalinguagem de conteúdo. Contudo, a definição em metalinguagem de signo oferecida tampouco poderá corresponder, em todas as situações, a uma instrução de uso. Comparemos as paráfrases transcritas abaixo:

- (41) **o** [...] **1.** Art. def. masc. sing.: *O menino dorme.* [...] **2.** Pron. pess. da 3ª pess. masc., f. oblíqua: "O melro, eu conheci-o" (Guerra Junqueiro, *A Velhice do Padre Eterno*, p.153). [...] (AuE 2009, s.v.)
- (42) **nenhum** ■ pronome indefinido [...] **2** us. para designar indivíduo, lugar ou coisa indeterminada; qualquer. Ex.: antes que n. outro, cruzou a meta [...] (HouE 2001: s.v. *nenhum*)

⁴⁰⁷ O verbete transcrito a seguir foi elaborado pelo Prof. Dr. Félix Valentín Bugeño Miranda para a exposição oral do trabalho intitulado *Avaliação de definições em dicionários monolíngues* no II Seminário Integrado Nacional das Linguagens, que ocorreu na FAPA, entre 04 e 06 de junho de 2009. O modelo foi igualmente reproduzido em Bugeño Miranda; Farias (2011a).

No caso de *o* (como artigo) e *o* (como pronome pessoal), as paráfrases apresentadas em AuE (2009) equivalem à classificação morfológica das unidades léxicas definidas. Já no caso do pronome indefinido *nenhum*, HouE (2001) utiliza duas opções metodológicas distintas. Ao lado de uma instrução de uso (“us. para designar indivíduo, lugar ou coisa indeterminada”), o dicionário oferece também uma definição em metalinguagem de conteúdo (“qualquer”). Diante do quadro exposto, é possível distinguir dois tipos de problemas que devem ser superados pelo lexicógrafo no momento de desenvolver um padrão redacional para as classes de palavras em questão. Em primeiro lugar, faz-se necessário estabelecer uma separação entre as unidades léxicas que não aceitam uma paráfrase definidora que vá além de uma classificação morfológica do signo-lemma e as unidades que permitem outro tipo de mecanismo explanatório. No primeiro grupo, incluem-se os artigos e os pronomes pessoais, enquanto no segundo grupo, localizam-se os demais pronomes. Em segundo lugar, considerando apenas os pronomes incluídos no segundo grupo, será preciso decidir entre oferecer uma instrução de uso ou uma definição em metalinguagem de conteúdo:

Artigos / Pronomes Pessoais = Classificação morfológica do signo-lemma
--

Pronomes = “Usa-se para referir / designar” + Entidade designada
--

5.2.2.6 *Paráfrases de interjeições*

De acordo com Torres (2000), as interjeições têm uma importância capital na interação entre os falantes, pelo que, estão diretamente relacionadas com a função fática da linguagem. As paráfrases definidoras das unidades léxicas pertencentes a essa classe de palavras devem corresponder ao seu conteúdo proposicional. A técnica definitória a ser empregada neste caso é a paráfrase em metalinguagem de signo indicadora de uso pragmática, que pode tomar a seguinte forma:

Interjeições = “Expressa / Exprime” + Noção expressa
--

A paráfrase de *bah* está redigida em conformidade com a fórmula proposta acima:

bah <i>interj</i> (<i>Sul do Brasil</i>) Expressa surpresa / admiração / espanto.
--

5.2.2.7 *Paráfrases de numerais*

A opção mais óbvia para a definição de numerais é uma paráfrase serial:

- (43) **dois** [...] **1** cardinal (substantivo masculino) um mais um; o número cardinal logo acima de um [...] (HouE 2001: s.v.)
- (44) **três** [...] **1** cardinal (substantivo masculino) dois mais um; o número cardinal logo acima de dois [...] (HouE 2001: s.v.)

Uma técnica opcional passível de emprego neste caso é, contudo, a substituição ostensiva, ou seja, a indicação do algarismo arábico que o signo-lema representa. DUEe (2001), por exemplo, utiliza esta técnica combinada como uma paráfrase serial:

- (45) **dos** [...] **1** adj., pron. y n.m. Número cardinal equivalente a uno más uno. En la numeración arábica se representa por «2» y en la romana por «II». [...] (DUEe 2001: s.v.)
- (46) **tres** [...] adj., pron. y n. m. Número cardinal equivalente a dos más uno. En la numeración arábica se representa por «3» y en la romana por «III». [...] (DUEe 2001: s.v.)

Os numerais, pela função que exercem, assemelham-se aos artigos indefinidos e aos pronomes indefinidos, constituindo um elemento não-fórico, com função de quantificador (cf. NEVES 2000: 511). Entretanto, se levamos em conta o ponto de vista do consulente de um dicionário de língua, as dificuldades com as quais ele tem de lidar ao tratar com artigos e pronomes são muito distintas das que ele enfrenta ao lidar com numerais. No caso dos artigos e pronomes, as dificuldades podem estar relacionadas, entre outras coisas, com a explicitação do “conteúdo semântico” (p.ex., *outrem*), ou com o emprego dessas unidades léxicas (p.ex., a diferença entre usar um artigo definido e um artigo indefinido). Já no caso dos numerais, as dificuldades estarão relacionadas quase que exclusivamente com a ortografia. São comuns, por exemplo, dúvidas com relação à grafia de numerais cardinais como 17 [dezessete], 60 [sessenta] ou 600 [seiscentos]. De forma similar, o público médio consulente de obras lexicográficas diversas vezes hesita em relação à forma ortográfica correta dos ordinais correspondentes, por exemplo, aos cardinais 60 [sexagésimo], 70 [setuagésimo/septuagésimo], 80 [octogésimo] ou 90 [nonagésimo]. Sendo assim, talvez o tratamento lexicográfico mais acertado para estas unidades léxicas seja excluí-las da nomenclatura principal, e apresentá-las em nomenclaturas secundárias, no *back matter* da obra. Nesse caso, os numerais cardinais e ordinais poderiam ser apresentados ao lado do algarismo arábico correspondente, de tal forma que este funcionaria como um algoritmo de busca.

6 A EXPLICITAÇÃO DO SIGNIFICADO POR MEIO DE UMA FORMULAÇÃO LINGUÍSTICA II: O CONTEÚDO DA DEFINIÇÃO

Este capítulo de encerramento da Parte II da tese dedica-se ao tratamento da definição do ponto de vista do seu conteúdo, considerando, mormente, a natureza das informações veiculadas – linguística ou extralinguística. Na primeira parte do capítulo, analisar-se-á a aplicação da semântica das condições de verdade, da análise componencial do significado e da teoria dos protótipos à redação das definições, buscando, por um lado, averiguar a hipótese de que há uma teoria semântica subjacente à redação das paráfrases definidoras, e, por outro lado, delimitar os possíveis aportes e restrições de cada um dos modelos em relação à geração das paráfrases definidoras. Já na segunda parte do capítulo, apresentar-se-á um panorama sucinto das teorias semânticas cujo potencial de aplicação (meta)lexicográfica tem sido evidenciado ao longo das últimas três décadas, com vistas à elaboração de uma metodologia que permita selecionar, com base em critérios o mais objetivos possível, as informações veiculadas pelas paráfrases definidoras.

6.1 O rendimento dos modelos semânticos formal, estrutural e cognitivo na redação das paráfrases definidoras

Sabe-se já da existência de uma infinidade de diferentes tipos de definição. Ademais, também aludimos anteriormente ao fato de que se deve gerar *patterns* sintáticos distintos para cada classe de palavras. Entretanto, as análises realizadas em Farias (2009a: 164-214; 2009b; 2009c; 2012) e Bugueño Miranda; Farias (2011a), por exemplo, destacam a impossibilidade, inclusive, de elaborar padrões sintáticos válidos para toda uma classe de palavras (cf. tb. 4.2)⁴⁰⁸. Por essa razão, trataremos, na presente ocasião, somente das definições de substantivos concretos.

No Capítulo 4, analisou-se três modelos semânticos – engendrados, respectivamente, nos âmbitos da semântica formal, estrutural e cognitiva –, tendo em vista os dois processos envolvidos no ato de definir – a apreensão do conteúdo semântico das unidades léxicas e sua explicitação por meio de uma paráfrase⁴⁰⁹. Em relação à aplicação de um modelo semântico à

⁴⁰⁸ Para exemplificar, voltamos a mencionar a classe dos adjetivos. As definições em metalinguagem de conteúdo aplicam-se de forma completamente satisfatória apenas aos adjetivos qualificativos (p.ex., *desechable* “[objeto] que está destinado a ser usado una sola vez” (DUEAe 2003: s.v., ac.1)); os adjetivos relacionais, por outro lado, encontram nas paráfrases em metalinguagem de signo um modelo mais adequado, tendo em vista a explicitação do seu conteúdo semântico (p.ex., *vocal* “pertenciente o relativo a la voz” (DRAEe 2001: s.v., ac.1)). A esse respeito, cf. tb. 5.2.1.3 e 5.2.2.2.

⁴⁰⁹ A escolha dos modelos supramencionados deve-se ao ponto de vista a partir do qual vimos encarado o problema da definição, ou seja, o ponto de vista da natureza das informações – linguística ou enciclopédica –

redação das paráfrases definidoras, é preciso, antes de tudo, assinalar “que a pesquisa semântica no âmbito da linguística teórica não desenvolveu um modelo para a descrição do significado que fosse diretamente aplicável aos objetivos lexicográficos”⁴¹⁰ (HERBST; KLOTZ 2003: 33). Entretanto, é incontestável a existência de uma relação – aliás, historicamente estabelecida – entre a pesquisa em semântica e a práxis lexicográfica.

O primeiro processo relativo ao ato de definir foi abordado no Capítulo 4. O tratamento do segundo processo, por sua vez, exige a retomada das noções de “categorização”, “intensão” e “extensão” no interior de cada teoria. Tais conceitos são importantes para a definição de substantivos na medida em que:

- a) a definição de unidades léxicas pertinentes a essa classe de palavras – especialmente levando em conta o reflexo da herança aristotélica – aspiram a uma “categorização” do signo-lema;
- b) as paráfrases analíticas (cf. 5.1.1.1.1) devem combinar intensão e extensão.

O Quadro 11 recapitula as noções de “categorização”, “intensão” e “extensão” forjadas no âmbito de cada um dos modelos analisados no Capítulo 4:

veiculadas pelas paráfrases definidoras. A abordagem do problema sob outras perspectivas requereria, certamente, outros métodos de análise. Assim, ao assumir, por exemplo, a perspectiva de que um dicionário, além de ser um instrumento linguístico, é também um produto social e cultural, assume-se, igualmente, que a definição lexicográfica não veicula apenas conhecimento estritamente linguístico – o significado das palavras – mas também reflete os valores sócio-culturais da sociedade. Nesse sentido, Langenbacher-Liebott (2006: 78) destaca a relação que se estabelece entre dicionário, cultura e ideologia. Segundo a autora, as definições dos dicionários, assim como as significações das palavras – estas, por sua vez, fixadas pelo uso –, constituem um reflexo dos “pensamentos, ideias e doutrinas, conhecimentos e experiências, valores e normas de uma coletividade (sociedade) ou uma época determinadas” (LANGENBACHER-LIEBOTT 2006: 78) [pensamientos, ideas y doctrinas, conocimientos y experiencias, valores y normas de una colectividad (sociedad) o una época determinadas], abrindo-se espaço, pois, para a introdução de um ponto de vista discursivo. Para uma análise de dicionários sob a ótica da Análise do Discurso, cf., p.ex., Petri (2007).

Por outro lado, deve-se considerar também que a definição de determinados tipos de unidades léxicas exige mais que apenas selecionar informações – ou “traços semânticos” – que expressem o “conteúdo semântico” do *definiendum*. A título de ilustração, mencionamos o caso da paráfrase *Scheiß* “(vulg.) verwendet, um etwas als äußerst schlecht und wertlos zu bezeichnen” (PGWDaF 2011: s.v.), que apresenta, além do “conteúdo semântico” propriamente tal do substantivo definido, outros elementos de ordem pragmática: indica-se que o emprego da unidade léxica em questão evidencia um juízo de valor da pessoa que produz o enunciado em relação à entidade extralinguística à qual o enunciado se aplica. Para solucionar problemas deste tipo, ou seja, a incorporação de elementos “discursivos” à definição, a teoria da enunciação, elaborada no âmbito da semântica estrutural, poderia ser bem-vinda. Benveniste (1974: 80) explica que “[A] enunciação é colocar a língua em funcionamento por um ato individual de uso” [L’*énonciation* est cette mise en fonctionnement de la langue par un acte individuel d’utilisation], sendo o discurso, por sua vez, uma “manifestação da enunciação” [manifestation de l’*énonciation*]. No âmbito da linguística enunciativa, sustenta-se a ideia de enunciação como um processo de “apropriação” da língua pelo indivíduo. Dessa forma, cada ato do discurso, para quem o enuncia, é um ato que realiza, a cada vez, a inserção do locutor em um momento novo do tempo e em uma textura diferente de circunstâncias e de discurso. Estão determinadas, assim, as categorias fundamentais do discurso: o sujeito (locutor), o tempo e o contexto (cf. BENVENISTE 1974: 67-88).

⁴¹⁰ [dass die semantische Forschung im Rahmen der theoretischen Linguistik kein Modell zur Beschreibung von Bedeutungen entwickelt hat, das für lexikographische Zwecke unmittelbar nutzbar wäre]

	Semântica das condições de verdade	Semântica componencial	Semântica prototípica
Noção de categorização	As categorias são definidas mediante uma conjunção de traços necessários e suficientes, apresentam limites claros, e todos os seus membros possuem a mesma representatividade.	A língua se estrutura em “campos semânticos”, cuja base é um semema genérico (arquissemema), comum a todos os demais sememas da mesma classe. No plano léxico (“campos léxicos”), o arquissemema corresponde ao hiperônimo, e os sememas específicos, aos hipônimos ⁴¹¹ .	As categorias são heterogêneas; seus membros se distribuem ao longo de uma escala de prototipicidade. O protótipo é o elemento que melhor representa a categoria.
Noções de intensão e extensão	1. Intensão: Conceito por meio do qual se reconhece o objeto. 2. Extensão: Indivíduo (ou conjunto de indivíduos) ao(s) qual (quais) o conceito convém.	1. Intensão: Conjunto de traços que contribuem para caracterizar determinada unidade léxica (semema). 2. Extensão: Realidade extralinguística a que o semema faz referência.	1. Intensão: Conjunto de critérios empregados no agrupamento a partir das semelhanças de família, que caracterizaria a inclusão de um membro em uma categoria. 2. Extensão: Conjunto de membros pertencentes à categoria.
Exemplos de definições	<i>hombre</i> “ser animado racional” (DPRAE 2007: s.v., ac.1)	<i>donna</i> “Essere umano adulto di sesso femminile” (PCDI 2009: s.v., ac.1)	<i>Mensch</i> “Männer, Frauen und Kinder als Individuen” (PGWDaF 2011: s.v., ac.2)

Quadro 11: As concepções de *categorização*, *intensão* e *extensão*

Rey (1977: 100), adaptando o triângulo de Ogden; Richards (1956), evidencia que uma definição deve, ao mesmo tempo, descrever um significado e apontar, ainda que indiretamente, para um referente extralinguístico. A definição, portanto, deveria apresentar – ainda que não seja esta uma regra de validade universal⁴¹² – uma contraparte intensional (a “descrição” linguística em si) e uma contraparte extensional (a referência, ainda que normalmente indireta, à entidade designada). No caso das paráfrases formuladas sob os princípios da semântica formal, o *definiens*, uma vez que corresponde a um conjunto suficiente de condições necessárias para que uma entidade *x* pertença à categoria *Y*, expressa

⁴¹¹ Não se trata, portanto, de uma tentativa de “categorização” da realidade extralinguística, como ocorre nos demais modelos. Não obstante, Schifko (1992: 140) assinala que “as classes não são exclusivamente constructos teóricos, mas que a psico- e patolingüística provaram que correspondem, em princípio, a realidades cognitivas: são o fundo associativo do qual os falantes podem selecionar elementos para determinados fins comunicativos” (140) [las clases no son exclusivamente constructos teóricos, sino que la psico- y patolingüística han probado que corresponden, en principio, a realidades cognitivas: son el fondo asociativo del cual los hablantes pueden seleccionar elementos para determinados fines comunicativos].

⁴¹² Há paráfrases – ostensivas (cf. 5.1.1.2.1) – que apresentam somente a contraparte extensional, uma vez que não existe uma descrição explícita do conteúdo semântico nesses casos. P.ex.: *vegetation* “**Vegetation** is plants, trees and flowers; FORMAL.” (CCLD 2004, s.v.).

a intensão do *definiendum*. A equivalência entre *definiendum* e *definiens* – ou a “equação sêmica” [*équation sémique*] (cf. REY-DEBOVE 1966) –, por outro lado, será estabelecida se, e somente se, a proposição expressa pelo *definiens* possuir exatamente a mesma referência (extensão) que o *definiendum*. Desse modo, poder-se-ia sustentar o argumento de que, na formulação de uma definição elucidativa, a extensão desempenha um papel mais importante que a intensão (cf. FARIAS 2012).

A herança aristotélica, por sua vez, reflete-se igualmente nas paráfrases que se regem pelos princípios da semântica estrutural (cf. 2.2). A análise componencial, pois, toma forma no dicionário utilizando-se da célebre fórmula *genus proximum et differentiae specificae* (cf. LARA 1996: 209; PÖLL 2002: 59).

Por fim, no que diz respeito às paráfrases explicativas geradas em conformidade com os postulados da semântica prototípica, deve-se recordar, primeiramente, que o “protótipo” pode ser interpretado sob duas perspectivas: (a) como a representação psíquica do melhor exemplar da categoria, ou (b) como uma combinação abstrata das propriedades típicas da categoria. Geeraerts (2001: 8), partindo da assunção de que “o nível referencial da estrutura semântica é parte integrante de uma descrição semântica apropriada”⁴¹³, sustenta – e o demonstra na sequência – que não somente é admissível, como também previsível, que o referente “apareça” nas descrições dos dicionários. Dessa forma, e de acordo com as duas perspectivas de interpretação, o “protótipo”, ou, melhor dito, o “efeito de prototipicidade”, pode estar representado de duas maneiras distintas nas paráfrases que se orientam (pelo menos idealmente) por um modelo semântico cognitivo: (a) mediante a indicação dos membros mais prototípicos da categoria, e (b) mediante a identificação dos traços mais típicos que contribuem para caracterizar a categoria (cf. GEERAERTS 2001: 8-11). No primeiro caso, encontramos-nos com um tipo de definição que remete diretamente ao referente extralinguístico, e que não está formulada intensionalmente, mas sim extensionalmente. Neste caso, a definição não apresenta, como vimos, uma contraparte intensional. No segundo caso, por outro lado, as definições estão formuladas intensionalmente – não obstante a teoria subjacente à sua formulação apresente uma compreensão extensional do significado –, de modo que

estamos relativamente próximos da análise componencial, com a diferença, no entanto, de que os traços típicos são condições seguramente necessárias, mas não

⁴¹³ [the referential level of semantic structure is part and parcel of a proper semantic description]

suficientes. A análise componencial clássica, porém, emprega um modelo de condições necessárias e suficientes.⁴¹⁴ (HILTY 1995: 301)

Em Bugueño Miranda; Farias (2013a), após proceder a uma breve revisão bibliográfica, procuramos avaliar os aportes e limites de cada um dos modelos analisados em relação à redação das paráfrases definidoras. A seguir, apresentamos sinteticamente os resultados:

1. Semântica das condições de verdade: A distinção entre intensão e extensão estabelecida no âmbito da lógica permite reconhecer o real valor da extensão na formulação das definições (cf. FARIAS 2012). A noção de categorização, por outro lado, é alvo de críticas. Kleiber (2004: 31-37) assinala que a teoria clássica apresenta um poder explicativo forte, mas um poder descritivo débil. Com efeito, o modelo é irrepreensível ao determinar a pertinência da entidade *x* a uma categoria *Y* em função de um conjunto de traços necessários e suficientes; revela-se, sem embargo, falho no momento de descrever, por exemplo, as espécies naturais. O modelo funciona bem, por exemplo, ao descrever a categoria *ave* do ponto de vista intensional, mediante um conjunto de traços como “ser um animal”, “ter bico”, “ter o corpo coberto de penas”, “ter asas”, “pôr ovos”. Por meio destes traços, no entanto, não consegue determinar a extensão da categoria *ave*, uma vez que não se aplica de forma homogênea ao conjunto de todas as aves existentes (cf. tb. 4.2.1.1).

2. Semântica componencial: Funciona bem ao contrastar co-hipônimos definidos no interior de campos semânticos específicos como *assento* (cf. POTTIER 1977) ou *parede* (cf. SCHIFKO 1992). Este método, no entanto, encontra limites no fato de que – e a semântica estrutural reconhece isso há muito tempo – sua aplicação depende da natureza do significado. Em primeiro lugar, o método aplica-se tão somente às palavras com significado lexical – ou lexemas (cf. COSERIU 1978). Em segundo lugar, sequer é aplicável de forma satisfatória a todos os lexemas, mostrando-se pouco eficaz, por exemplo, em relação às espécies naturais (cf. FARIAS 2009b; 2009c) e às cores (cf. BRANGEL 2011). As pesquisas no âmbito (meta)lexicográfico, aliás, vem revelando já há muitos anos uma tendência à incorporação de informações extralinguísticas/enciclopédicas às definições (cf., p.ex., WERNER 1984; CRUSE 1988; STATI 1995).

3. Semântica prototípica: Sua principal contribuição estriba na inserção do componente extralinguístico/enciclopédico na descrição do significado – aspecto, aliás,

⁴¹⁴ [sind wir verhältnismäßig nahe bei der Merkmalanalyse, mit dem Unterschied allerdings, daß die typischen Merkmale wohl notwendige Bedingungen, nicht aber hinreichende Bedingungen sind. Die klassische Komponentenanalyse verwendet aber ein Modell der notwendigen und hinreichenden Bedingungen]. Os grifos estão no texto original.

sempre presente nos modelos semânticos pós-estruturais (cf. 6.2). Contudo, não obstante o valor das informações enciclopédicas na definição de unidades léxicas que designam classes naturais e artefatos, para citar dois exemplos (cf. PIOTROWSKI 1988; STOCK 1988), ainda não se tem condições de avaliar a real eficácia das informações extralinguísticas nas definições, tampouco predizer como e quando deveriam ser usadas. Em primeiro lugar, a análise da eficácia dessas informações em relação à elucidação do significado não se baseia em critérios objetivos, mas é feita de forma eminentemente impressionista (cf. BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2013b)⁴¹⁵. Em segundo lugar, não se pode deixar de mencionar o fato de que a prototipicidade é, em parte, também determinada culturalmente, posto que a categorização, conforme Rosch (1978), baseia-se em experiências coletivas ou, mesmo, pessoais⁴¹⁶.

Tendo em vista as considerações precedentes – que retomam sumariamente a discussão levada a cabo em 4.2 –, procederemos à análise das definições do ponto de vista do seu conteúdo – ou, dito de forma mais específica, do ponto de vista das informações que veiculam.

6.1.1 Pressupostos para a análise das definições de substantivos concretos

A análise será empreendida com base no contraste da bibliografia revisada com um *corpus* de definições elaborado a partir de dicionários de língua espanhola. Para a constituição do referido *corpus*, tomamos cinco obras – quais sejam, DRAEe (2001), DUEe (2001), GDLEe (2001), DUEAe (2003) e DILE (1997) – e selecionamos, aleatoriamente, parte da nomenclatura referente às letras *c* e *p*, subdividida em quatro intervalos lexicais: *cábala-*

⁴¹⁵ A ausência de critérios objetivos para a análise da eficácia das informações extralinguísticas/enciclopédicas nas definições está, pelo menos em parte, relacionada (a) à concepção pouco clara de “definição elucidativa” e (b) à carência de estudos que descrevam as necessidades reais dos usuários em relação à explanação do significado nos dicionários semasiológicos (cf. 3.2.3.1 e 3.2.3.2, respectivamente).

⁴¹⁶ A esse respeito, Gabriel García Márquez, em sua crônica “La vaina de los diccionarios”, publicada na edição impressa do jornal *El país* em 19 de maio de 1982, oferece um exemplo bastante interessante: “Outra coisa que sempre me inquietou em relação ao dicionário da Real Academia é a definição das cores. Amarelo: ‘Da cor semelhante à do ouro, do limão, da flor da retama, etc.’. Do meu ponto de vista da América Latina, o ouro era dourado, não conhecia as flores da retama, e o limão não era amarelo, mas verde. Já antes me chamava a atenção o romance de García Lorca: ‘En la mitad del camino cortó limones redondos,/ y los fue tirando al agua hasta que la puso de oro’. Precisei de muitos anos para viajar à Europa e dar-me conta de que o dicionário tinha razão, porque, na verdade, os limões europeus são amarelos” (s.p.) [Otra cosa que me inquietó siempre del diccionario de la Real Academia es la definición de los colores. Amarillo: ‘Del color semejante al del oro, el limón, la flor de la retama, etcétera’. A mi modo de ver las cosas desde la América Latina, el oro era dorado, no conocía las flores de la retama, y el limón no era amarillo, sino verde. Desde antes me había llamado la atención el romance de García Lorca: ‘En la mitad del camino cortó limones redondos,/ y los fue tirando al agua hasta que la puso de oro’. Necesité muchos años para viajar a Europa y darme cuenta de que el diccionario tenía razón, porque, en realidad, los limones europeos son amarillos].

cacao, *cercenadura-cerebro*, *pabellón-palanca* e *picapleitos-picnómetro*. O material analisado corresponde, exclusivamente, às definições dos substantivos concretos⁴¹⁷.

A análise das definições dos substantivos concretos deve levar em conta dois fatores:

- a) a natureza do significado dessas unidades léxicas;
- b) a disponibilidade de recursos explanatórios – em termos tanto taxonômicos como de *patterns* sintáticos – para a definição de nomes.

6.1.1.1 *A natureza do significado dos substantivos concretos*

Neste tópico, trataremos de caracterizar de maneira sucinta a natureza dos substantivos concretos, a fim de relacioná-la com a seleção das técnicas definidoras passíveis de emprego.

Os substantivos possuem uma função denominadora, ou seja, são usados para referir-se às diversas entidades, tais como pessoas, coisas, fatos, sentimentos etc., denominando-os. O tipo de denominação realizada pelos substantivos, por sua vez, permite subdividi-los em próprios (identificam um referente particular, com identidade distinta dos demais referentes) e comuns (rotulam uma determinada categoria e definem o conjunto de propriedades que a identifica) (cf. NEVES 2000: 67-69). No interior da classe dos substantivos comuns, estabelecem-se, em geral, diversas subclassificações. De acordo com Neves (2000: 73), há, por um lado, subclassificações determinadas morfológicamente (primitivo *versus* derivado; simples *versus* composto), e, por outro lado, subclassificações estabelecidas com base na função de referenciação (contável *versus* não-contável; concreto *versus* abstrato). No que concerne à elaboração das definições, somente a subdivisão entre nomes concretos e abstratos, baseada na função de referenciação, é relevante. Neves (2000: 88) assevera que

⁴¹⁷ O material analisado está disponível no Anexo I, apresentado no CD que acompanha o volume impresso da tese. O *corpus* analisado consiste apenas de definições extraídas de dicionários gerais de língua espanhola. Esse *corpus* foi constituído com a finalidade de isolar e classificar, de forma sistemática, os principais problemas relacionados ao conteúdo das definições nos dicionários semasiológicos. Acreditamos, porém, que as conclusões às quais chegamos a partir de sua análise são válidas, igualmente, para definições em outros idiomas, e tomadas de outros tipos de obras. Há opiniões, entretanto, aparentemente contrárias à nossa. Rothe (2001 *apud* HERBST; KLOTZ 2003: 37), por exemplo, trata de demonstrar, por meio da análise de dicionários de francês em contraste com dicionários para aprendizes de inglês, que as paráfrases apresentadas, no primeiro caso, tendem a refletir os postulados da semântica componencial na sua formulação, ao passo que, no segundo caso, parecem sofrer uma forte influência da semântica prototípica. Não obstante, nossa experiência de avaliação de paráfrases definidoras tem demonstrado que as diferenças – quando existem – são meramente superficiais, restringindo-se ao plano formal e, raramente, atingindo o conteúdo da definição (cf., p.ex., FARIAS (2009b) para um contraste entre a técnica tradicional de definição e a *whole-sentence definition*). De um modo geral, tanto os tipos de informações presentes nas paráfrases quanto os problemas concernentes à sua seleção costumam repetir-se nos dicionários de língua, independentemente do tipo de obra de que se trata e da tradição lexicográfica considerada (cf., p.ex., FARIAS 2006b; 2009c; 2011a; BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2009; 2011c; BENEDUZI; BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2005). Ao longo da exposição, em determinados casos, apresentaremos também exemplos de outros dicionários, mas que refletem problemas idênticos aos constatados mediante a análise do *corpus* de dicionários de língua espanhola.

“[O]s substantivos concretos têm referentes individualizados, enquanto os abstratos remetem a referentes que se abstraem de outros referentes (estes, por sua vez, denominados por outros substantivos, sejam concretos sejam abstratos)”. Bechara (2006: 113), por outro lado, é bem mais objetivo ao afirmar que “[O]s substantivos concretos nomeiam pessoas, lugares, animais, vegetais, minerais e coisas”, ao passo que “[O]s substantivos abstratos designam ações [...], estado e qualidade [...], considerados fora dos seres, como se tivessem existência individual”.

A respeito da relação entre a natureza do signo-lemma e o tipo de definição apresentada, Widmer (1998: 19-20) destaca que “[N]omes normalmente referem a coisas, e, frequentemente, a maneira mais fácil de definir uma palavra é definir seu referente em sua relação com outras coisas”⁴¹⁸, o que explica o êxito de definições ostensivas para essas unidades léxicas, em contraposição, por exemplo, aos adjetivos, que “não referem coisas, mas propriedades das coisas, de modo que nem sempre é possível analisar o significado ou indicar uma relação de referentes”⁴¹⁹ (WIDMER 1998: 20), de tal forma que se justifica a profusão, por exemplo, de definições por meio de sinônimos nesses casos.

6.1.1.2 As paráfrases definidoras de substantivos concretos

O cruzamento dos parâmetros empregados em Bugueño Miranda (2009a) permite chegar à seguinte síntese acerca dos modelos parafrásticos aplicáveis à definição de nomes:

Perspectiva do ato comunicativo	Semasiologia (Definições intensionais)	Onomasiologia (Definições extensionais)
Metalinguagem		
Metalinguagem de conteúdo	1. Definição sinonímica 2. Definição analítica	1. Definição sinonímica 2. Definição ostensiva (associação com o referente)
Metalinguagem de signo	—	1. Definição ostensiva (indicação do referente)

Quadro 12: Classificação das definições dos substantivos concretos

A análise das informações contidas no Quadro 12 evidencia dois aspectos:

- a) a dificuldade inerente à classificação das definições sinonímicas;
- b) a oposição que se estabelece entre definições analíticas e definições ostensivas.

⁴¹⁸ [Nouns normally refer to things, and it is often the easiest way of defining a word to describe its referent in its relation to other things]

⁴¹⁹ [do not refer to things but to properties of things, hence it is not always possible to analyse the meaning or demonstrate a relation of referents]

A definição sinonímica – não obstante seja um expediente definitório bastante recorrente nos dicionários de língua⁴²⁰ – foi excluída da análise que realizamos, uma vez que nosso objetivo é avaliar, justamente, a natureza das informações veiculadas nas paráfrases definidoras. Os problemas atinentes a esse recurso explanatório, que, ressaltamos, é absolutamente legítimo, foram tratados em 5.1.1.1.2.

A análise centrou-se, portanto, nas definições analíticas e ostensivas. A definição analítica corresponde *grosso modo* ao modelo *genus proximum et differentiae specifica*. A definição ostensiva, por sua vez, corresponde a uma espécie de “designação guarda-chuva” para diversos tipos de paráfrases que fazem referência ao mundo extralinguístico – ou, em outros termos, que realizam alguma espécie de ostensão. Segundo a classificação proposta em 5.1.1.2.1, subdividem-se em:

- a) Definições ostensivas em metalinguagem de conteúdo: estabelecem uma relação com o mundo extralinguístico: (i) por indicação de elementos extralinguísticos/ enciclopédicos; (ii) por associação do signo-lema com um objeto no mundo.
- b) Definições ostensivas em metalinguagem de signo: apontam diretamente para o referente no mundo extralinguístico: (i) por meio da enumeração dos membros mais típicos da categoria (perspectiva da extensão como categorização); (ii) por meio da designação do referente (perspectiva da extensão como designação).

A diferença entre ambos os tipos de definição ostensiva estriba em que, no primeiro caso, a paráfrase comporta um viés intensional e um viés extensional, e, no segundo caso, apresenta tão somente o viés extensional.

6.1.2 Análise das definições de substantivos concretos

A análise das definições dos substantivos concretos nos dicionários semasiológicos foi regulada pelos seguintes parâmetros:

- a) metalinguagem de conteúdo *versus* metalinguagem de signo;
- b) indicação do significado mediante uma paráfrase *versus* indicação do significado mediante um sinônimo;
- c) definição analítica *versus* definição ostensiva;
- d) presença de subsídios de um modelo semântico na formulação da definição.

⁴²⁰ P.ex.: *cercillo* “desus. Zarcillo (|| pendiente)” (DRAEe 2001: s.v., ac.2); *cercu* “Marco (que rodea)”, “Corrillo”, “Amér. Cerca, valla o seto vivo” (DILE 1997: s.v., ac.4, 5, 9); *pichanga* “(Col.) f. Escoba” (DUEe 2001: s.v.).

Em relação ao último parâmetro, forçamo-nos a duas observações. Em primeiro lugar, tínhamos como pressuposto uma oposição entre modelo formal/modelo estrutural, de um lado, e modelo cognitivo, de outro. O fato de não se haver estabelecido uma disjunção entre os modelos formal e estrutural – e aqui falamos, evidentemente, do ponto de vista exclusivamente (meta)lexicográfico – deve-se a que a célebre fórmula *genus proximum et differentiae specificae* é, como sabemos, uma herança dos postulados da lógica, interpretados no seio da (meta)lexicografia em termos de um modelo componencial do significado. Em segundo lugar, ao proceder à análise das definições, supondo a existência de uma teoria semântica subjacente à sua formulação, relacionávamos os modelos formal e estrutural às definições redigidas sob a forma de “hiperônimo + especificadores”, e que não se utilizavam de elementos de caráter extralinguístico, ao passo que estabelecíamos uma ligação entre o modelo cognitivo e o emprego de elementos extralinguísticos/enciclopédicos na formulação das paráfrases, bem como de referências diretas à entidade extralinguística designada. Dito em outros termos: estabeleceu-se uma relação entre os modelos semânticos formal e estrutural e as paráfrases analíticas, por um lado, e entre o modelo semântico cognitivo e as paráfrases ostensivas, por outro. Salientamos, no entanto, já de antemão, que, apesar de haver-se empregado esse critério, não é possível afirmar se existe, de fato, uma teoria semântica que sustente, de maneira consciente, a formulação das definições.

6.1.2.1 *Os modelos semânticos formal e estrutural na redação das definições*

A primeira impressão provocada pelo exame do material coletado nos dicionários que serviram de base para a constituição do nosso *corpus* de definições corrobora a assunção geral de que a (meta)lexicografia – especialmente no que concerne à geração das definições – responde a uma concepção estrutural da linguagem (cf., p.ex., IBARRETXE-ANTUÑANO 2010: 197). Com efeito, o padrão prevalente na redação das definições corresponde à formulação clássica *genus proximum et differentiae specificae*. Para ilustrar, selecionamos algumas definições que cumprem, de maneira satisfatória, as exigências de uma definição gerada de acordo com os princípios da semântica formal e/ou estrutural⁴²¹:

- (1) **cerda** [...] 8. f. Manajo pequeño de lino sin rastrillar. [...] (DRAEe 2001: s.v)
- (2) **pichel** [...] Vaso de estaño, alto y redondo, más ancho en la base que en la boca, y con tapa engoznada en el remate del asa. (GDLEe 2001: s.v.)

⁴²¹ Algumas das paráfrases que transcreveremos a partir de agora são suscetíveis de críticas em relação a aspectos formais, como a formulação sintática. Na presente ocasião, no entanto, eximimo-nos de comentá-los, a fim de centrar-nos nas questões semânticas.

A geração de definições segundo a fórmula clássica defronta o lexicógrafo com três desafios. Em primeiro lugar, do ponto de vista intensional, faz-se necessário isolar um conjunto de especificadores – traços necessários e suficientes, ou semas, conforme se trate de um modelo formal ou estrutural, respectivamente – que devem conformar a paráfrase. Em segundo lugar, do ponto de vista extensional, apresenta-se a necessidade de estabelecimento de uma equivalência entre *definiendum* e *definiens*. É justamente a equivalência estabelecida entre ambos os elementos da equação o fator que confere o potencial referencial à definição em relação à categoria definida. Por fim, em terceiro lugar, é preciso oferecer ao usuário uma paráfrase efetivamente elucidativa⁴²². Os três aspectos mencionados, embora se distingam claramente, guardam estreita relação entre si. A consistência da formulação intensional é o que confere à paráfrase sua exatidão extensional. O poder elucidativo da definição, por sua vez, resulta – pelo menos, em parte – da combinação dos dois primeiros fatores.

Os principais problemas relacionados à formulação das paráfrases nos limites de um modelo semântico formal/estrutural são:

- a) a geração de definições que, sendo suficientes em relação à delimitação dos traços pertinentes à categoria/dos semas que compõem o semema, também sejam elucidativas para o consulente;
- b) o isolamento do conjunto suficiente de condições necessárias/semas para determinar a pertinência a uma dada categoria;
- c) a correspondência fiel à extensão da categoria definida.

Os dois últimos problemas, aliás, estão intimamente relacionados. Para entender a primeira limitação enumerada, propomos a análise das definições transcritas em (3) e (4):

- (3) **gato** *sm* (*lat cattu*) 1 Mamífero carnívoro doméstico da família dos Felídeos, de grande utilidade para a destruição de ratos (*Felis cattus*). [...] (MiE 1998: s.v.)
- (4) **morcego** (ê) *sm. Zool.* Mamífero quiróptero. (MiAu 2008: s.v.)

Esses são bons exemplos de definições que refletem uma categorização (com uma ressalva à informação s.v. *gato* “de grande utilidade para a destruição de ratos”). Entretanto, do ponto de vista elucidativo, levando em conta o público-alvo dessas obras, que, provavelmente, não será alguém especializado em zoologia, ambas as paráfrases são débeis. Ressalte-se, além disso, que MiAu (2008) é um dicionário dirigido eminentemente ao público

⁴²² Estabelecer o que se deve entender por “definição elucidativa” é uma das mais árduas tarefas que cabe ao lexicógrafo. É preciso levar em consideração que as tentativas de determinar o que seria uma “definição boa”, “ideal” ou “elucidativa” – conforme a designação empregada aqui – estão, na maioria das vezes, baseadas – e isto não é uma crítica, mas tão somente uma constatação – em critérios puramente impressionistas (cf. 3.2.3.1).

escolar, o que torna ainda menos justificável uma definição como “Mamífero quiróptero”, por exemplo. Entretanto, nesses casos, os problemas apontados nas definições não podem ser creditados a uma limitação intrínseca ao modelo semântico (formal/estrutural) que subjaz à sua redação. Como vimos logo no início desta seção, é possível apresentar paráfrases elaboradas nos limites dos referidos modelos com um potencial elucidativo mais elevado.

O segundo problema arrolado diz respeito, de certa forma, à delimitação das informações que devem ser apresentadas na definição, a fim de estabelecer uma relação de equivalência entre *definiendum* e *definiens*. Nesse sentido, Kleiber (2004) assevera que:

Se por *traço necessário* pretende-se simplesmente dar a entender que todos os membros possuem esse traço, fica-se exposto à dificuldade da verificação. [...] A dificuldade é amplificada se se faz com que a universalidade resulte da necessidade [...] Consequentemente, se um traço não é compartilhado por todos os membros, esse traço não é necessário.⁴²³ (30)

A formulação intensional de uma determinada paráfrase – ainda que seja adequada – pode revelar-se insuficiente para determinar a extensão da categoria, como fica evidente nas paráfrases transcritas em (5), (6) e (7):

- (5) **linguiça** [...] **1** Rubrica: alimentação. tripa recheada com toucinho e carne crua (esp. de porco), temperada e cortada em pedaços miúdos. [...] (HouE 2009: s.v.)
- (6) **salame** [...] Rubrica: culinária. variedade da charcutaria italiana, espécie de salsichão de carne de porco ou de boi, temperado e seco ao ar ou no fumeiro (HouE 2009: s.v. *salame*¹)
- (7) **salsicha** [...] **2** Rubrica: culinária. tripa que se enche com carne picada e temperada. [...] (HouE 2009: s.v.)

Nos três casos, os traços arrolados são necessários para caracterizar a pertinência de uma dada entidade a cada uma das categorias, respectivamente, *linguiça*, *salame* e *salsicha*. Entretanto, o conjunto desses traços não se revela suficiente para determinar a extensão de cada uma das categorias. Dessa forma, a definição de *salsicha*, por exemplo, poderia aplicar-se tanto à categoria *salsicha* quanto à categoria *linguiça*.

Nas situações mencionadas, no entanto, seria possível reformular as definições, a fim de conseguir identificar claramente cada uma das categorias. Quando lidamos com categorias que, do ponto de vista de uma semântica estrutural, poderíamos denominar hiperonímicas (p.ex., *mamífero*, *réptil*, *ave*), determinar o conjunto de condições suficientes para caracterizá-las torna-se mais complicado. Nesse ponto, não podemos deixar de evocar a crítica feita pela

⁴²³ [Si par *trait nécessaire* on entend simplement signifier que tous les membres possèdent ce trait, on s'expose à la difficulté de la vérification. [...] La difficulté est levée si l'on fait découler l'universalité de la nécessité [...] Il reste par conséquent que, si tous les membres ne possèdent pas un trait, ce trait n'est pas un trait nécessaire]

semântica cognitiva a respeito da rigidez da categorização no âmbito da semântica formal. Propomos analisar a seguinte definição:

- (8) **ave** *n.f.* animal vertebrado, ovíparo, de sangue quente e respiração pulmonar, com bico córneo, desprovido de dentes, cujo corpo revestido de penas está adaptado ao voo [...] (DILP 2010: s.v.)

Essa definição reúne um conjunto de condições suficientes para caracterizar a pertinência à categoria *ave*. Entretanto, o traço ‘estar apta ao voo’ não corresponde a uma condição necessária para todos os membros incluídos na categoria *ave*. Pinguins e avestruzes não voam; galinhas, por sua vez, tampouco poderiam ser caracterizadas pela propriedade de voar. Entretanto, o traço ‘estar apta ao voo’ é uma característica indubitavelmente associada à categoria *ave*.

Em casos como esse, o poder elucidativo da paráfrase vê-se comprometido⁴²⁴. As críticas à aplicação do modelo clássico à redação das paráfrases definidoras dos dicionários de língua, no entanto, já evidenciavam suas limitações tanto em relação à categorização (escolha do gênero próximo/hiperônimo) como em relação à seleção dos especificadores (traços necessários e suficientes/semas) (cf., p.ex., WIEGAND 1989e; 1999b; 1999c). Ademais, deve-se recordar a crítica de Stock (1984) ao método de discriminação das acepções com o auxílio da análise componencial do significado, proposto em Ayto (1983). Stock (1984) conclui suas considerações afirmando:

é necessário, agora, que os lexicógrafos reconsiderem as formas como eles analisam significados e as formas como apresentam suas análises. Parece-me, primeiramente, que a contribuição de Ayto para a distinção das acepções de palavras polissêmicas também é parcial, na medida em que não pode lidar satisfatoriamente com um grande número dessas palavras.⁴²⁵ (140)

De fato, uma das questões que a análise do nosso *corpus* de definições evidencia é que, ao contrário do que a apresentação formal das paráfrases – formuladas, na maioria dos casos, em termos de “hiperônimo + especificador(es)” – sugere, seu conteúdo, frequentemente, não está adequado a um modelo estrutural, na medida em que as informações veiculadas, em muitos casos, extrapolam o âmbito estritamente linguístico:

- (9) **paellera** *s.f.* COCINA **1** Recipiente circular de hierro, con poco fondo y dos asas usado para cocinar, en especial para hacer paella [...] (GDLEe 2001: s.v.)

⁴²⁴ Esse tipo de definição se enquadra entre as paráfrases opacas deficitárias cujo conteúdo semântico da paráfrase não corresponde ao conteúdo semântico da unidade definida (cf. 3.1.1.2.1).

⁴²⁵ [it is now necessary for lexicographers to reconsider the ways in which they analyse meanings and the ways in which they present their analyses. It seems to me, firstly, that Ayto’s account of distinguishing the senses of polysemous words is too partial since it cannot handle satisfactorily a very large number of these words]

- (10) **caballo** [...] **1** (*Equus caballus*) Mamífero perisodáctilo solípedo, de cuello arqueado, orejas pequeñas, pelo suave, crin larga y cola cubierta de pelo, que se emplea como montura y, a veces, a los de ciertas razas, para *carne [...] (DUEe 2001: s.v.)
- (11) **cábala** [...] **3** Conjunto de doctrinas teosóficas basadas en la Sagrada Escritura, que, a través de un método esotérico de interpretación y transmitidas por vía de iniciación, pretendía revelar a los iniciados doctrinas ocultas acerca de Dios y del mundo [...] (DRAEe 2001: s.v.)
- (12) **paddle** [...] Deporte de reglas parecidas a las del tenis que se practica en una pista más pequeña y con paredes en los laterales y el fondo, y con una raqueta de madera y mango corto. [...] (DUEAe 2003: s.v.)

A referida inadequação das paráfrases transcritas acima dá-se, no entanto, em razão da própria natureza das unidades léxicas definidas. As definições de unidades léxicas referentes a artefatos e a classes naturais, como as transcritas, respectivamente, em (9) e (10), correspondem, em geral, a descrições da entidade no mundo extralinguístico (cf., p.ex., FARIAS 2009c). Por outro lado, as definições de designações pertinentes a conceitos delimitados social e/ou culturalmente (p.ex., termos ligados à política, filosofia, religião, esporte, música etc., bem como designações de objetos, atividades etc. ligados a essas áreas) tampouco podem adequar-se a uma formulação em termos de condições necessárias e suficientes. Em todos esses casos, faz-se necessário recorrer a informações extralinguísticas/enciclopédicas na formulação das paráfrases definidoras.

6.1.2.2 *O modelo semântico cognitivo na redação das definições*

A presença dos modelos semânticos formal e estrutural na redação das definições – ainda que, efetivamente, seus princípios, muitas vezes, não sejam respeitados – está mais evidente (cf. 2.2). O reflexo do modelo cognitivo – mais precisamente, da teoria dos protótipos – na redação das paráfrases definidoras, pelo contrário, não pode ser atestado – ou, na pior das hipóteses, presumido – como no caso dos outros dois modelos, que apresentam uma relação histórica com a (meta)lexicografia. Assim, pois, associamos ao modelo cognitivo as paráfrases que contêm determinados elementos de caráter extralinguístico, com base em que “[N]o âmbito de uma concepção estruturalista de semântica, isso [sc. o uso de elementos de caráter extralinguístico nas definições] seria inadmissível, porque esses elementos são mais concernentes ao nível ‘enciclopédico’ do que ao nível semântico”⁴²⁶ (GEERAERTS 2001: 14).

⁴²⁶ [Within a structuralist conception of semantics, this [sc. o uso de elementos de caráter extralinguístico nas definições] would be inadmissible, because these elements belong to the ‘encyclopedic’ level rather than the semantic level]

As paráfrases ostensivas, como vimos *ad supra*, podem estar redigidas tanto em metalinguagem de conteúdo como em metalinguagem de signo. Analisaremos cada um desses tipos de paráfrase separadamente.

6.1.2.2.1 Definições ostensivas em metalinguagem de conteúdo

O indício mais claro de que a teoria dos protótipos pode ter alguma influência na redação das paráfrases definidoras é a presença massiva de elementos enciclopédicos na sua formulação. Como sabemos, no âmbito do modelo semântico cognitivo, o conhecimento linguístico e o conhecimento do mundo se imbricam.

Um tipo bastante comum de informação extralinguística presente nas paráfrases definidoras de substantivos concretos – em especial, dos nomes que designam artefatos – é a informação “para que serve o objeto”. O exame de uma série de definições que contém essa indicação permitiu-nos observar que, embora não seja parte do “conteúdo semântico” da unidade léxica, sua presença é essencial para a compreensão da paráfrase. Não por casualidade, portanto, os dicionários recorrem, de forma sistemática, a esse expediente para definir as mesmas unidades léxicas:

- (13) **cercha** [...] **1.** f. *Arq.* Regla delgada y flexible de madera, que sirve para medir superficies cóncavas o convexas. (DRAEe 2001: s.v.)
cercha nombre femenino **1** Regla delgada y flexible para medir superficies cóncavas y convexas. [...] (DUEAe 2003: s.v.)
- (14) **cercote** [...] **1** Red para cercar los peces. (DILE 1997: s.v.)
cercote (de «cerco») m. *Red para cercar a los peces. (DUEe 2001: s.v.)
- (15) **cerda** [...] **2** Lazo de cerda, para cazar *perdices. (DUEe 2001: s.v.)
cerda [...] **5** Lazo de cerda para cazar perdices. [...] (GDLEe 2001: s.v.)
- (16) **picnómetro** m. *Utensilio para medir el peso específico de los líquidos.* (DUEe 2001: s.v.)
picnómetro [...] Recipiente usado para determinar la densidad de líquidos o sólidos. (GDLEe 2001: s.v.)

Entre os signos-lemma cujas definições mais empregam informações extralinguísticas/enciclopédicas, estão os substantivos que designam animais, plantas e frutos. Para ilustrar esse fato, selecionamos algumas definições de nomes de animais – a saber, *cerdo*, *picapuerco* e *picazuroba* – a partir do nosso *corpus*:

	Diccionários analisados				
	DILE (1997)	DRAEe (2001)	DUEe (2001)	GDLEe (2001)	DUEAe (2003)
cerdo	1. Mamífero ungulado paquidermo, doméstico, derivado probl. del jabalí, de cuerpo grueso, cerdas fuertes, cabeza grande, orejas caídas, hocico casi cilíndrico, patas cortas y cola corta y delgada; se cría y ceba para aprovechar su carne y grasa, abundantes y muy sabrosas (gén. <i>Sus</i>).	1. Mamífero artiodáctilo del grupo de los Suidos, que se cría en domesticidad para aprovechar su cuerpo en la alimentación humana y en otros usos. La forma silvestre es el <u>jabalí</u> .	1. (<i>Sus scrofa</i>) Mamífero ungulado, doméstico, de cuerpo grueso, patas cortas, orejas caídas y hocico casi cilíndrico, que se cría para aprovechar en muy diversas formas su grasa y su carne.	1. Mamífero doméstico, de cabeza grande y orejas caídas, hocico cilíndrico y patas cortas, del que se aprovecha, para el consumo, prácticamente todo.	1. Mamífero paquidermo de cuerpo pesado y rechoncho, piel generalmente rosada o parda con fuertes cerdas, cabeza grande, hocico chato y casi cilíndrico, grandes orejas caídas, patas cortas, y cola pequeña y delgada; es doméstico y se cría en granjas.
picapuerco	1. Ave trepadora, de plumaje negro brillante por encima, manchado de blanco en las alas, ceniciento en los lados de la cabeza y cuello, y rojo vivo en la nuca y el abdomen; se alimenta de insectos que saca del estiércol (<i>Dryobates medius</i>).	1. Ave trepadora, de unos 16 cm de longitud desde la punta del pico hasta la extremidad de la cola y 35 de envergadura, con plumaje negro brillante en las partes superiores, manchado de blanco en las alas, ceniciento en los lados de la cabeza y el cuello, sonrosado en el pecho y rojo vivo en la nuca y el abdomen. Es común en España y se alimenta de insectos que saca del estiércol.	1. Ave paseriforme común en España.	1. Ave trepadora de plumaje negro brillante con manchas blancas, cenicientas y rojas, que se alimenta de insectos que saca del estiércol.	—

<i>picazuroba</i>	1. Amér. Ave gallinácea parecida en el tamaño, forma y plumaje a la tórtola (<i>Zenaida maculata</i>).	1. Ave gallinácea, semejante en el tamaño, forma y plumaje a la tórtola, pero con el pico y los pies de color negro rojizo, el pecho carmesí, y el vientre encarnado. Se encuentra en América desde el Brasil hasta los Estados Unidos.	1. Ave columbiforme, de color gris azulado con el cuello y la cabeza rojizos; se encuentra en Argentina, Uruguay, Paraguay, Bolivia y Brasil.	–	–
-------------------	--	---	---	---	---

Quadro 13: Definições de nomes de animais em cinco dicionários de espanhol

No que concerne às definições de nomes que designam animais, a separação entre informação sobre o significado e informação sobre a coisa é praticamente impossível. Além disso, a informação extralinguística/enciclopédica é, muitas vezes, essencial como forma de resguardar o potencial elucidativo das paráfrases (cf. BENEDUZI; BUGUEÑO MIRANDA 2005; BENEDUZI; BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2005; FARIAS 2009c). Nas definições apresentadas no Quadro 13 – a exemplo do que, em geral, acontece com as definições de nomes de animais, plantas e frutos –, no entanto, nota-se um uso “abusivo” de informações enciclopédicas⁴²⁷. As definições de *cerdo* ilustram perfeitamente o problema. A segunda parte das paráfrases, em todos os casos, é absolutamente prescindível, dado que não aporta nada em relação ao potencial explanatório. Reconhecemos, por outro lado, que determinar que tipos de informações de caráter extralinguístico/enciclopédico são realmente pertinentes na composição das paráfrases é uma operação que, pelo menos até o presente momento, é realizada quase sempre de forma meramente impressionista, estando sujeita, portanto, à habilidade de redação do lexicógrafo.

Seco (2003: 44) atribui a presença massiva das chamadas “definições enciclopédicas” nos dicionários de língua ao fato de que “quando [sc. o lexicógrafo] dispõe de abundância de

⁴²⁷ Isso, aliás, não ocorre somente com nomes de animais, plantas e frutos. Há outros substantivos, em geral, referentes a artefatos, que recebem um tratamento similar nos dicionários, como, por exemplo:

(17) **picaporte** [...] Dispositivo que sirve para mantener cerrada una puerta; consiste en una pieza alargada de hierro sujeta a la puerta por uno de sus extremos por una varilla que pasa al otro lado de la puerta y en la que se inserta la manivela con que se acciona desde ese lado; la pieza principal se mantiene en la posición debida mediante una grapa clavada en la puerta, dentro de la cual esa pieza puede moverse para encajar en otra pieza en forma de nariz clavada en el marco, o salir de ella. Otro tipo es el llamado «picaporte de resbalón», que consiste en una caja metálica de la que sale una pieza que, por medio de un resorte, retrocede al resbalar en el borde del cajetín y se suelta nuevamente después de pasar ese borde, quedando encajada dentro del cajetín. (DUEE 2001: s.v., ac.1).

dados – como ocorre com determinados nomes de coisas –, não desperdiça a oportunidade de enriquecer com eles sua definição, oferecendo ao leitor uma imagem muito ‘completa’ do objeto definido”⁴²⁸. O autor, além disso, acredita que não é legítimo questionar se a definição é “completa”, mas sim se a definição é “suficiente” (cf. SECO 2003: 45). O conceito de “suficiência”, no entanto, é muito impreciso, fato que ratifica nossa apreciação sobre os problemas concernentes à seleção das informações extralinguísticas/enciclopédicas na geração das paráfrases definidoras.

É igualmente pertinente refletir sobre a utilidade de uma definição enciclopédica para a elucidação do significado. Uma definição deve conter os especificadores necessários para caracterizar um determinado objeto frente a todos os demais (contraparte intensional), e, ao mesmo tempo, identificar esse mesmo objeto no mundo (contraparte extensional). Em relação a isso, não há objeções. Entretanto, dever-se-ia questionar até que ponto a abundância de informações na paráfrase pode, efetivamente, ajudar o leitor que não conhece a realidade extralinguística a que se aplica a definição⁴²⁹. Sugerimos comparar entre si as paráfrases de *picapuerco* e *picazuroba*. Nesses casos, se o usuário não conhece os animais em questão, a única informação que se resgata é a de que se trata de duas aves. Dito de outro modo: para efeitos práticos, não há muita diferença entre uma definição exaustiva (p.ex., em DRAEe 2001: s.v. *picapuerco*), e uma definição extremamente sintética (p.ex., em DUEe 2001: s.v. *picapuerco*) – exceto pelo fato de que a segunda definição não dá conta de delimitar a espécie de pássaro em questão frente a outras. Ao exposto, deve-se agregar que parte das informações extralinguísticas/enciclopédicas apresentadas nas paráfrases – incluindo-se aí o nome científico dos animais – não é compreensível para o chamado “usuário médio”. Trata-se, na maioria dos casos, de termos técnicos, que somente um especialista na área da zoologia estaria apto a compreender. Diante disso, pode-se dizer que tais informações são inúteis em relação à elucidação do significado.

Outro tipo de definição ostensiva apresentada em metalinguagem de conteúdo é a que relaciona o signo-lemma com um objeto no mundo – que, é preciso frisar, não corresponde ao referente da designação em questão. Nas definições de *picazuroba* transcritas no Quadro 13 é possível vislumbrar o emprego dessa técnica, em conjunto com uma paráfrase descritiva⁴³⁰:

⁴²⁸ [cuando [sc. el lexicógrafo] dispone de abundancia de datos – como ocurre con determinados nombres de cosas –, no desaprovecha la ocasión de enriquecer con ellos su definición, ofreciendo al lector una imagen muy <completa> del objeto definido]

⁴²⁹ Neste ponto, retomamos, em parte, a discussão realizada em 3.2.3.2, sobre a perspectiva do usuário acerca do potencial elucidativo dos recursos explanatórios empregados nos dicionários.

⁴³⁰ Os grifos são nossos.

- (18) **picazuroba** [...] 1. *Amér.* Ave gallinácea parecida en el tamaño, forma y plumaje a la tórtola (*Zenaida maculata*). (DILE 1997: s.v.)
picazuroba 1. f. Ave gallinácea, semejante en el tamaño, forma y plumaje a la tórtola, pero con el pico y los pies de color negro rojizo, el pecho carmesí, y el vientre encarnado. Se encuentra en América desde el Brasil hasta los Estados Unidos. (DRAEe 2001: s.v.)

Esse tipo de ostensão é bastante comum, por exemplo, na definição de cores. A elaboração de paráfrases para designações de cores constitui um dos principais desafios no âmbito de um modelo estrutural. Svensén (2009) assevera que:

cores são posições em uma escala contínua (o espectro), que é subdividida de forma diferente por pessoas diferentes e em diferentes culturas. [...] uma definição de uma determinada tonalidade de cor pode consistir na indicação do comprimento de onda, mas esse tipo de explanação científica é inútil para leigos. Em vez disso, o conceito é definido por meio da comparação com algo que é visto pelos usuários como um expoente típico da cor em questão, por exemplo, *azul* com um céu claro, *verde* com grama verde, *amarelo* com a gema de um ovo, *vermelho* com sangue arterial.⁴³¹ (225-226)

O Quadro 14 reproduz as definições das cores primárias nos dicionários analisados:

	Dicionários analisados				
	DILE (1997)	DRAEe (2001)	DUEe (2001)	GDLEe (2001)	DUEAe (2003)
amarillo	“ <i>adj.-m.</i> Color parecido al del oro, el limón, la flor de retama, etc.; es el tercer color del espectro solar.” (s.v. <i>amarillo</i> , ac.1)	“ <i>adj.</i> De color semejante al del oro, la flor de la retama, etc. Es el tercer color del espectro solar. U. t. c. s. m.” (s.v. <i>amarillo</i> , ac.1)	“ <i>adj. y n. m.</i> Se aplica al *color que está en tercer lugar en el espectro solar, que es, por ejemplo, el de la cáscara del limón, y a las cosas que lo tienen [...]” (s.v. <i>amarillo,-a</i> , ac.1)	“ <i>adj.</i> Del color del oro, limón o plátano [...]” “ <i>s.m.</i> Color que es el tercero del espectro solar, entre el naranja y el verde.” (s.v. <i>amarillo,a</i> , ac. 1, ac.2)	“nombre masculino <i>adjetivo</i> Color como el del oro, el limón, el sol, la yema de huevo o la flor de la retama; es el tercer color del espectro solar [...]” (s.v. <i>amarillo,-lla</i> , ac.1)
azul	“ <i>adj.-m.</i> Color parecido al cielo sin nubes; es el quinto del espectro solar.” (s.v. <i>azul</i> , ac.1)	“ 1. <i>adj.</i> Del color del cielo sin nubes. Es el quinto color del espectro solar. U. t. c. s.” (s.v. <i>azul</i> , ac.1)	“ <i>adj. y n. m.</i> Se aplica al *color como el del cielo o el mar, que es el quinto del espectro, entre el verde y el añil [...]” (s.v. <i>azul</i>)	“ <i>adj.</i> Del color del cielo sin nubes, del mar o próximo a estos colores [...]” “ <i>s.m.</i> Color que es el quinto del espectro solar, entre el verde y el añil.” (s.v. <i>azul</i> , ac.1, ac.2)	“nombre masculino <i>adjetivo</i> Color como el del cielo sin nubes o como el del mar en un día soleado; es el quinto color del espectro solar [...]” (s.v. <i>azul</i> , ac.1)

⁴³¹ [colours are positions on a continuous escale (the spectrum), which is subdivided differently by different people and in different cultures. [...] a definition of a certain shade of colour may consist of na indication of the wavelength, but this type of scientific explanation is worthless for laypersons. Instead, the concept is defined by being compared with something that is viewed by the users as a typical exponent of the colour in question, for instance *blue* with a clear sky, *green* with fresh grass, *yellow* with the yolk of an egg, *red* with running blood]

rojo	“ <i>adj.-m.</i> Color parecido al de la sangre arterial; es el primero del espectro solar.” (s.v. <i>rojo,-ja</i> , ac.1)	“ <i>adj.</i> Encarnado muy vivo. U. t. c. s. Es el primer color del espectro solar” (s.v. <i>rojo</i> , ac.1)	“ <i>adj. y n. m.</i> Se aplica al color como el de la sangre o semejante, que es el primero del espectro solar, y a las cosas que lo tienen.” (s.v. <i>rojo,-a</i> , ac.1)	“Del color de la sangre o del tomate maduro.” “Primer color del espectro solar, anterior al naranja, correspondiente a las radiaciones de mayor longitud de onda del espectro visible.” (s.v. <i>rojo,a</i> , ac.1, ac.2)	“nombre masculino adjetivo Color como el de la sangre, los tomates maduros o las amapolas; es el primer color del espectro solar [...]” (s.v. <i>rojo,-ja</i> , ac.1)
-------------	--	--	---	--	---

Quadro 14: Definições de nomes de cores em cinco dicionários de espanhol

Os dicionários costumam combinar as técnicas de definição analítica e ostensiva⁴³² – não necessariamente nessa ordem. A parte analítica, no entanto, em razão do exposto anteriormente, é, nesses casos, absolutamente dispensável. Por outro lado, no que concerne à parte ostensiva das paráfrases definidoras, ainda que não pare nenhuma dúvida a respeito da supremacia desta técnica sobre a primeira no que concerne à definição de cores, deve-se atentar para o fato – já mencionado anteriormente – da determinação cultural do protótipo. As definições de *amarillo* são, em geral, bons exemplos desse problema⁴³³.

6.1.2.2.2 Definições ostensivas em metalinguagem de signo

As definições em metalinguagem de conteúdo – ou seja, que apresentam uma contraparte intensional e outra extensional – descrevem um significado e apontam para um referente extralinguístico – direta ou indiretamente. Por outro lado, uma definição em metalinguagem de signo – no caso específico dos substantivos – une diretamente designação e referente, ou, dito em outros termos, a paráfrase em metalinguagem de signo não descreve o conteúdo semântico da unidade léxica, mas informa o usuário a respeito de quais entidades no mundo extralinguístico a designação se aplica.

O primeiro tipo de definição ostensiva em metalinguagem de signo analisado – que, aliás, é o que mais abunda nas obras lexicográficas – é a paráfrase por enumeração dos membros mais prototípicos da categoria. Essa técnica já foi apresentada e discutida

⁴³² A exceção, no Quadro 14, é *rojo* em DRAEe (2001: s.v., ac.1). O dicionário opta por uma definição sinonímica, que remete, no entanto, a uma paráfrase ostensiva: *encarnado* “*adj.* De color de carne. U.t.c.s.m.” (DRAEe 2001: s.v., ac.1).

⁴³³ Sobre os problemas concernentes à explanação do significado de nomes de cores nos dicionários semasiológicos, cf. Brangel (2011).

anteriormente (cf. 5.1.1.2.1, 5.1.2.2. e 5.2.2.1), de modo que, aqui, é suficiente indicar um exemplo:

- (19) **cereal** / Planta gramínea de semillas farináceas, y estas mismas semillas; como el trigo, el centeno, el arroz, etc. [...] (DILE 1997: s.v.)

Na maioria dos casos – como ocorre em (19) – o lexicógrafo opta por combinar duas técnicas definidoras: definição analítica e definição ostensiva. Este tipo de definição, como vimos, é bastante apropriada para unidades léxicas que ocupam posições hiperonímicas dentro de um determinado campo semântico, na medida em que permite oferecer uma ideia mais exata do alcance extensional da paráfrase (cf. FARIAS 2009b; 2009c).

O segundo tipo de definição ostensiva por metalinguagem de signo analisado é a paráfrase por meio da designação do referente. Esse tipo de paráfrase também já foi tratada anteriormente (cf. 5.1.2.2 e 5.2.2.1). Apresentamos alguns exemplos:

- (20) **pichón** [...] **2** (inf.) n. *Apelativo cariñoso aplicado a personas. [...] (DUEe 2001: s.v.)
pichón, -chona [...] nombre masculino y femenino **2** Término que se aplica cariñosamente a las personas: ej adiós, pichón, te veré más tarde; ven aquí, pichona mía, y dame un beso [...] (DUEAe 2003: s.v.)

Em ambas as situações, o dicionário não define propriamente os substantivos em questão, mas informa sobre como são empregados e a quais referentes se aplicam. Uma definição em metalinguagem de conteúdo, neste caso, não seria completamente precisa:

- (21) **pichón** [...] **2**. m. afect. coloq. Persona del sexo masculino. [...] (DRAEe 2001: s.v.)

A aplicação do princípio da substituição demonstra, de forma incontestável, a falibilidade de uma paráfrase em metalinguagem de conteúdo nesse caso. A título de ilustração, compare-se:

- (22) ¡Te veré más tarde, *pichón*!
 ¡Te veré más tarde, *persona del sexo masculino*!

Do ponto de vista formal, a definição em (21) permite a aplicação à prova da substituição. Entretanto, ao submeter a referida paráfrase a esse teste em (22), evidencia-se uma inadequação da paráfrase em relação à lei da sinonímia, em razão do seu conteúdo. As paráfrases em (20) seriam, portanto, mais adequadas para a unidade léxica em questão, uma vez que esclarecem ao consulente que se trata de designações aplicadas a pessoas em determinadas circunstâncias.

6.1.3 Síntese da análise das definições de substantivos concretos

A análise realizada permitiu-nos chegar às seguintes conclusões:

- a) A visão geral do material coletado, aparentemente, corrobora a assunção de que a (meta)lexicografia está baseada em uma concepção estrutural da linguagem. De fato, a maior parte das definições de substantivos concretos apresenta-se formulada sob o modelo *genus proximum et differentiae specifica*. Entretanto, o uso massivo de informações enciclopédicas, por um lado, e o apelo à referência direta à entidade designada, por outro, permitem suspeitar que poderia haver uma certa influência da semântica cognitiva no fazer lexicográfico.
- b) Há uma tendência ao emprego de informações enciclopédicas/extralinguísticas na definição de alguns tipos específicos de signos-lemma (p.ex., as classes naturais, as cores, as unidades léxicas que designam elementos próprios da cultura, como ritmos musicais, danças, comidas, esportes, termos técnicos/científicos etc.). Este é um forte indício de que cada modelo semântico é mais apropriado a um tipo específico de signo-lemma. Nesse sentido, fazemos eco às palavras de Herbst; Klotz (2003: 33), que afirmam que “uma aplicação muito flexível e eventualmente eclética de métodos de análise semântica é [...] útil para a explicitação do significado no dicionário”⁴³⁴, justificando-se, portanto, plenamente.

6.2 Considerações para o desenvolvimento de um método de seleção das informações veiculadas pelas paráfrases definidoras

Os resultados obtidos por meio da análise empreendida na primeira parte do capítulo, sinteticamente formulados, são os seguintes:

- a) imprecisão na seleção dos traços “necessários e suficientes”, que sejam capazes tanto de descrever a categoria do ponto de vista intensional como de determinar o conjunto de membros aos quais se aplica do ponto de vista extensional⁴³⁵;

⁴³⁴ [...] ist für Bedeutungserklärungen im Wörterbuch [...] eine sehr flexible und eventuell eklektische Anwendung semantischer Analysemethoden sinnvoll]

⁴³⁵ Em relação a esse aspecto, a análise componencial aplicada à formulação das paráfrases padece de problemas similares ao da semântica das condições de verdade. A própria possibilidade de organização hierárquica do léxico evidencia uma analogia com a semântica estrutural (cf. KLEIBER 2004: 31-32). Com efeito, a delimitação dos semas que compõem o semema correspondente a um dado lexema guarda estreita relação com o problema da delimitação dos traços necessários e suficientes no âmbito da semântica formal – salvo pelo fato de que, no primeiro caso, a análise é efetivada no âmbito das relações estabelecidas no interior do sistema linguístico, ao passo que, no segundo caso, leva-se em consideração a organização da realidade extralinguística. Sobre os problemas atinentes à seleção dos traços semânticos para a composição das paráfrases definidoras, cf.

- b) pertinência de uma demarcação de fronteiras precisas entre conhecimento linguístico e conhecimento enciclopédico/extralinguístico no âmbito de uma teoria da definição lexicográfica;
- c) dificuldade de delimitação dos tipos de informações enciclopédicas que possam ser relevantes na formulação das paráfrases, bem como das situações em que devem ser empregadas.

A síntese dos resultados revela-nos um impasse. Por um lado, é evidente a necessidade de incorporar informações enciclopédicas/extralinguísticas às paráfrases definidoras de determinadas unidades léxicas. Por outro lado, os modelos semânticos tradicionalmente relacionados à prática lexicográfica – evidentemente, sempre que se pressuponha a existência de um modelo semântico subsidiário à redação da paráfrase –, uma vez que, como vimos, não foram desenvolvidos objetivando a aplicação imediata em (meta)lexicografia (cf. HERBST; KLOTZ 2003: 33), não estão aptos a oferecer respostas completamente satisfatórias.

A análise componencial do significado, ao preconizar uma separação radical entre conhecimento linguístico e conhecimento do mundo, alija a possibilidade de emprego de informações enciclopédicas/extralinguísticas na redação das paráfrases. A teoria dos protótipos, por seu turno, abre um precedente importante para a inclusão de informações não estritamente linguísticas nas paráfrases. Entretanto, o reconhecimento da imprescindibilidade da informação de cunho extralinguístico em determinados casos – algo que, aliás, já não é novidade no âmbito (meta)lexicográfico (cf., p.ex., WERNER 1984; CRUSE 1988; STATI 1995; BURKE 2003; BENEDUZI; BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2005; FARIAS 2009c) – é apenas o primeiro passo, posto que a questão, a nosso ver, não se esgota com a incorporação de tanta informação enciclopédica/extralinguística à definição quanto seja possível, como defende, por exemplo, Gutiérrez Cuadrado (2008). É preciso elaborar uma metodologia que permita “calcular”, por assim dizer, o emprego de elementos enciclopédicos/extralinguísticos na redação das paráfrases.

Em vista do exposto, as seções subsequentes estarão destinadas à discussão dos fundamentos para o desenvolvimento de uma metodologia que permita calcular a incorporação sistemática de informações enciclopédicas/extralinguísticas à descrição do significado das unidades léxicas nos dicionários semasiológicos. Para tanto, recorreremos aos subsídios de modelos semânticos pós-estruturais.

Ayto (1983) e Wiegand (1989e); sobre as limitações da semântica das condições de verdade em relação à determinação dos traços necessários e suficientes que definem uma categoria, cf. Kleiber (2004: 31-37).

6.2.1 Os modelos semânticos pós-estruturais

Além da semântica das condições de verdade, da análise componencial e da teoria dos protótipos – cujo rendimento em relação à redação das paráfrases definidoras discutiu-se exaustivamente ao longo da tese –, há uma série de outros modelos semânticos com potencial de aplicação no âmbito (meta)lexicográfico. Wiegand (1989e), por exemplo, já apontava, como alternativa para o modelo estrutural, além da semântica prototípica, a semântica dos estereótipos⁴³⁶ e a semântica de *frames* – desdobramentos no seio da semântica lexical, cujos resultados pareciam promissores para a (meta)lexicografia.

No âmbito da semântica lexical, Geeraerts (2010) distingue cinco importantes correntes teóricas: semântica histórico-filológica, semântica estrutural, semântica gerativa, semântica neoestrutural e semântica cognitiva. O esquema a seguir – traduzido e adaptado de Geeraerts (2010: 276) – representa, de forma sucinta e esquemática, as relações estabelecidas entre essas cinco correntes teóricas ao longo da história:

⁴³⁶ Wiegand (1989e: 573), no entanto, advertia que “a semântica dos estereótipos não tem nenhum interesse transcendente para a execução concreta de descrições lexicográficas, dado que Putnam representa estereótipos como feixes de traços apenas por meio de poucos exemplos linguísticos, e não indica como os traços são determinados” [...] ist die Stereotypensemantik für die konkrete Durchführung von lexikographischen Beschreibungen von keinem weitreichenden Interesse, da Putnam nur an wenigen sprachlichen Beispielen Stereotype als Merkmalbündel repräsentiert und nicht angibt, wie man die Merkmale ermittelt]. Harras (1991: 30), no entanto, rebate essa crítica, afirmando que “Putnam explica o caráter da operacionalidade de estereótipos por meio de possibilidades de resposta a perguntas como ‘o que quer dizer/significa/é (um) X?’, ou seja, ele confia na capacidade para a classificação natural do significado. E mais não se pode exigir; de qualquer forma, não conheço uma teoria lexicológico-lexicográfica, na qual tenham sido desenvolvidos critérios de determinação dos traços para descrições de significado no dicionário (e em qualquer outra parte)” [Putnam erläutert den Charakter der Operationalität von Stereotypen anhand von Antwortmöglichkeiten auf Fragen wie ‚Was heißt/bedeutet/ist (ein) X?‘, d.h. er verläßt sich auf die Fähigkeit zur natürlichen Bedeutungszuordnung. Und mehr kann man nicht verlangen; mir ist jedenfalls keine lexikologisch-lexikographische Theorie bekannt, in der Kriterien zur Ermittlung von Merkmalen für Bedeutungsbeschreibungen im Wörterbuch (und anderswo) entwickelt worden wären]. Entretanto, a autora não deixa de atentar para o fato de que a concepção de estereótipo apresenta, sim, um ponto fraco – compartilhado, aliás, com a prática tradicional de definição. A descrição do significado, no âmbito da semântica dos estereótipos, é levada a cabo por meio de traços relacionados com o representante “normal” ou “típico” de uma classe (cf. PUTNAM 1990), em outras palavras, um estereótipo, definido como “uma ideia convencional sobre um segmento da realidade” (cf. MARANDIN 1990: 285) [une idée conventionnelle [...] sur un segment de la réalité]. Não obstante, de forma similar ao que ocorre com o modelo por *genus proximum et differentiae specifica*, a maneira de determinar e apresentar os traços tampouco é completamente objetiva (cf. HARRAS 1991: 30-31). Dessa forma, tendo em vista as considerações aqui sumariamente expostas, descartamos, aprioristicamente, a semântica dos estereótipos da nossa análise. Para uma introdução à aplicação da semântica dos estereótipos à descrição do significado, cf. Putnam (1990), Marandin (1990) e Harras (1991: 27-45).

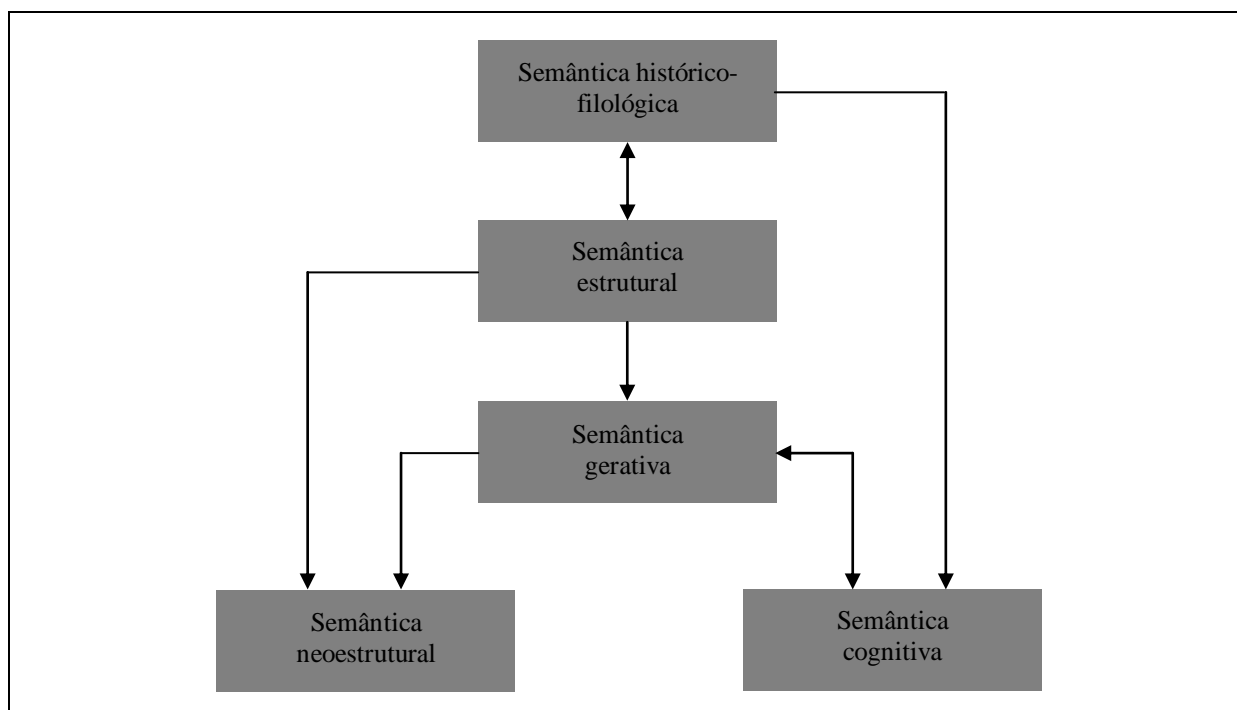


Figura 6: Principais linhas teóricas no desenvolvimento da semântica lexical segundo Geeraerts (2010)

Há duas correntes teóricas que apresentam um desenvolvimento paralelo na atualidade: a semântica neoestrutural e a semântica cognitiva.

Geeraerts (2010) denomina “neoestruturais” os modelos semânticos pós-estruturais que, mesmo de forma bastante heterogênea, dão continuidade, direta ou indiretamente, às ideias da semântica estrutural, incorporando, porém, traços da semântica gerativa. Entretanto, apesar dos traços que compartilham – e que, em última instância, permitem seu agrupamento sob o mesmo rótulo –, as teorias denominadas neoestruturais, em sua essência, diferenciam-se muito entre si. Por essa razão, Geeraerts (2010) subdivide-as em dois grandes grupos. O primeiro grupo abrange as teorias que apresentam um enfoque decomposicional [*decompositional approach*] do significado. No âmbito do enfoque decomposicional, compartilha-se o pressuposto de que o significado pode ser descrito mediante um conjunto fixo de elementos primitivos – os primitivos semânticos. Abandona-se, dessa forma, a ideia de traços distintivos derivados de oposições estabelecidas no interior dos campos semânticos, como propunha a semântica estrutural. O segundo grupo representa um enfoque relacional [*relational approach*] do significado. Os modelos semânticos desenvolvidos no âmbito do enfoque relacional têm como objeto os vários tipos de relações lexicais e mantêm estreita relação com a semântica computacional⁴³⁷.

⁴³⁷ Em Pustejovsky (1991), as teorias agrupadas sob o enfoque decomposicional recebem a denominação “teorias baseadas em primitivos” [*primitive-based theories*], ao passo que as teorias agrupadas sob o enfoque relacional recebem a denominação “teorias baseadas em relações” [*relation-based theories*].

A semântica cognitiva, conforme Geeraerts (2010), apresenta-se, por um lado, como uma corrente reacionária frente a determinados “aspectos restritivos e autonomistas” [*restrictive and autonomist aspects*] da semântica gerativa, e, por outro lado, como uma continuidade histórica da semântica histórico-filológica pré-estrutural, na medida em que (a) ambas compartilham uma concepção psicológica e, ao mesmo tempo, enciclopedista do significado, e (b) ambas estão interessadas nas questões de polissemia e flexibilidade do significado, bem como nos mecanismos que subjazem a esses fenômenos.

Os modelos semânticos desenvolvidos no âmbito de cada uma das correntes descritas *ad supra* são apresentados sumariamente a seguir:

- (23) Grupo A: Semântica neoestrutural:
- a. Modelos semânticos com enfoque decomposicional do significado:
 - i. Metalinguagem semântica natural (A. Wierzbicka);
 - ii. Semântica conceitual (R. Jackendoff);
 - iii. Semântica de dois níveis (M. Bierwisch);
 - iv. Léxico gerativo (J. Pustejovsky).
 - b. Modelos semânticos com enfoque relacional do significado:
 - i. Projeto WordNet (G. Miller e C. Fellbaum);
 - ii. Teoria sentido-texto (I. Mel'čuk);
 - iii. Análise distribucional de *corpus*.
- (24) Grupo B: Semântica cognitiva:
- c. Teoria dos protótipos (E. Rosch);
 - d. Teoria da metáfora conceitual (G. Lakoff e M. Johnson);
 - e. Modelos cognitivos idealizados (G. Lakoff);
 - f. Semântica de *frames* (C.J. Fillmore).

Excetuar-se-á do breve panorama apresentado a seguir, evidentemente, a teoria dos protótipos, da qual já tratamos anteriormente. Em relação aos demais modelos elencados acima, pode-se afirmar, como síntese bastante genérica, e malgrado as discrepâncias, por vezes inconciliáveis, que guardam entre si, que apresentam, ao menos, dois aspectos convergentes⁴³⁸:

- a) tendência a uma conciliação entre o plano linguístico e o plano enciclopédico/extralinguístico na análise do significado;
- b) desvio do plano do significado de palavras isoladas – que, aliás, constitui um traço essencial dos modelos analisados anteriormente – para o plano contextual, ou seja, o plano das relações estabelecidas entre as palavras, em primeira instância, bem como entre as palavras e a realidade extralinguística, em segunda instância.

⁴³⁸ Para um panorama geral dos modelos semânticos engendrados no âmbito da semântica neoestrutural e no âmbito da semântica cognitiva, cf. Geeraerts (2010: 124-179; 182-267), bem como Oliveira (2011). Especificamente acerca da metalinguagem semântica natural, da semântica conceitual e da semântica de *frames*, cf. tb. Goddard (2011: 64-81).

6.2.1.1 A produtividade dos modelos neoestruturais e cognitivos em (meta)lexicografia

Do ponto de vista estritamente (meta)lexicográfico, deve-se observar que o potencial dos modelos neoestruturais e cognitivos poucas vezes vê-se refletido de maneira concreta nos dicionários. Entretanto, não se pode deixar de mencionar que há poucas, porém notáveis exceções. A teoria sentido-texto de I. Mel'čuk, por exemplo, foi aplicada diretamente na confecção do *Dictionnaire explicatif et combinatoire du français contemporain* (DEC 1999). Esse modelo teórico baseia-se na descrição das chamadas “funções lexicais”, ou seja, funções que especificam relações semânticas paradigmáticas estabelecidas entre lexemas, bem como descrevem padrões de restrição de co-ocorrência sintagmática de palavras (cf. GEERAERTS 2010: 161). Dessa forma, DEC (1999) conta com um aparato heurístico que lhe permite oferecer um panorama exaustivo do comportamento sintático-semântico de determinadas unidades léxicas da língua francesa; não obstante, a aplicação da descrição sintático-semântica proposta pela teoria sentido-texto ao dicionário resulta extremamente complexa, mesmo considerando que seu público-alvo é constituído por especialistas em linguística.

Outro tanto pode ser dito acerca do subsídio teórico que o léxico gerativo de J. Pustejovsky emprestou à elaboração do *Diccionario combinatorio del español contemporáneo* (REDES 2004), dirigido por I. Bosque. Pustejovsky (1991) postula que o significado lexical pode ser mais bem apreendido a partir de diferentes níveis de representação, cada um dos quais provê um tipo distinto de informação para o significado da palavra. As quatro estruturas que constituem os diferentes níveis de representação do significado são estrutura argumental, estrutura eventiva, estrutura de herança e estrutura de *qualia*, esta última, a parte central e mais inovadora da teoria. Batiukova (2006) ressalta que a estrutura de *qualia* atua fortemente na determinação tanto da intensão como da extensão do significado. A partir de determinadas combinações entre os papéis definidos no âmbito da estrutura de *qualia* – quais sejam, papel constitutivo, papel formal, papel télico e papel agentivo – originam-se os tipos semânticos, entre os quais destacam-se os tipos naturais (baseados na combinação dos papéis formal e constitutivo), os tipos unificados ou funcionais (baseados na combinação dos papéis agentivo e télico) e os tipos complexos (produto cartesiano dos tipos naturais e unificados). Os tipos semânticos servem, do ponto de vista extensional, para determinar a combinatória dentro dos predicados, e, do ponto de vista intensional, para estabelecer classes semânticas, atribuídas a determinados grupos léxicos com base na observância da frequência de ocorrência das unidades léxicas em determinadas posições argumentais. Esse é, pois, justamente o enfoque seguido em REDES (2004): a

informação extensional é apresentada sob a forma de listas de argumentos selecionados pelas categorias predicativas, enquanto a informação intensional é apresentada mediante a indicação das classes léxicas dos argumentos (cf. BATIUKOVA 2006: 265). Além da aplicação prática dos subsídios do léxico gerativo ao fazer dicionarístico, Batiukova (2006: 249-251) ainda prevê a possibilidade de emprego da estrutura de *qualia* na redação das paráfrases definidoras. Para tanto, a autora procura estabelecer uma analogia entre as definições genéticas, descritivas e teleológicas (cf. CASARES 1992), e os papéis agentivo, formal e télico, respectivamente⁴³⁹.

O potencial de aplicação dos modelos neoestruturais e cognitivos à prática lexicográfica, no entanto, dificilmente ultrapassa os limites da especulação teórica. Nesse sentido, há uma série de estudos que exploram as mais diversas possibilidades de emprego dos modelos elencados *ad supra* na prática lexicográfica, em diversos âmbitos. A título de ilustração, citamos: os aportes da semântica de *frames* à indicação de informações morfossintáticas e sintáticas (valência nominal e verbal, padrões colocacionais) nos dicionários semasiológicos (cf. FILLMORE; ATKINS 1994); a aplicação da FrameNet – projeto desenvolvido com base na semântica de *frames* – à compreensão da polissemia e à discriminação das acepções em dicionários de língua (cf. ATKINS; RUNDELL 2008: 150-159); a aplicação tanto dos postulados da semântica de *frames* como dos recursos disponibilizados pela FrameNet à análise da polissemia e à apresentação de informações sintáticas em dicionários bilíngues – mormente no âmbito da lexicografia computacional – (cf. BOAS 2001; 2002); as contribuições da teoria do léxico gerativo para a discriminação e a ordenação das acepções no interior do verbete (cf. PUSTEJOVSKY; BOGURAEV 1994); e, finalmente, a aplicação do léxico gerativo (cf. BATIUKOVA 2006), da semântica de *frames* (cf. WEGNER 1989) e da metalinguagem semântica natural (cf. WIERZBICKA 1992b) à geração das paráfrases definidoras. A diversidade de enfoques metalexigráficos baseados nos mais diversos modelos semânticos pós-estruturais, em especial, ao longo das três últimas décadas, é um claro indício do potencial de aplicação dessas teorias à prática dicionarística.

6.2.2 A noção de *frame* e sua relação com a (meta)lexicografia

Busse (2012: 440), ao apresentar um panorama amplo e exaustivo da semântica de *frames* e das suas mais diversas aplicações, alerta que “a noção de *frame* foi e continua sendo

⁴³⁹ Ainda que não conscientemente respaldado pelos subsídios de um modelo semântico determinado, o emprego, em muitos casos, de informações enciclopédicas/extralinguísticas nas definições é bastante apropriado. Um tipo bastante comum de informação enciclopédica/extralinguística presente nas paráfrases definidoras de substantivos concretos (em especial, os que designam artefatos) é, como vimos, a indicação “para que serve o objeto” – que, nos termos da teoria de J. Pustejovsky, corresponderia ao papel télico.

onipresente na pesquisa geral na área da cognição, e dela existem variantes muito diversas”⁴⁴⁰. Isso se deve a que “[A] noção de *frame* esteve na boca de muitas pessoas; contudo, somente bem poucos (linguistas) assumiram verdadeiramente as ideias que estão detrás desse conceito e tomaram-nas como ensejo para desenvolver seus próprios modelos e métodos subsequentes”⁴⁴¹ (BUSSE 2012: 440).

Cienki (2007) apresenta uma retrospectiva bastante interessante do desenvolvimento da noção de *frame*, remontando às suas origens, ainda em finais dos anos 1960, no âmbito das pesquisas de C.J. Fillmore. Cienki (2007: 171) salienta que C.J. Fillmore iniciou suas investigações restringindo-se ao nível da descrição linguística, e ampliou, posteriormente, seu campo de estudos, passando a considerar também a caracterização das estruturas de conhecimento, de forma a conectar a análise linguística ao estudo dos fenômenos cognitivos. Nesse sentido, Fillmore (1982) faz notar que, frequentemente, o *frame* no interior do qual uma palavra é entendida envolve uma espécie de protótipo esquematizado de uma parte do mundo.

A concepção de *frame* em termos de um modelo prototípico conforma, conjuntamente com os postulados básicos da psicologia da *Gestalt* (cf. CIENKI 2007: 175-181), a fundamentação para o desenvolvimento da noção de “modelos cognitivos idealizados” [*Idealized Cognitive Models*] formulada posteriormente (cf. LAKOFF 1990). Ao abordar a relação que se estabelece entre as noções de “modelo cognitivo idealizado” e de *frame*, entretanto, Geeraerts (2010) esclarece que ambas não são completamente equivalentes. C.J. Fillmore emprega o termo *frame* em dois sentidos. Em sentido amplo, a noção de *frame* refere-se às estruturas de conhecimento que “corporificam” nossa concepção do mundo. Nesse caso, a noção de *frame* equivale, perfeitamente, à noção de “modelo cognitivo idealizado”. Em sentido estrito, contudo, a noção de *frame* refere-se a um tipo específico de organização do conhecimento no léxico, divergindo, portanto, da noção de “modelo cognitivo idealizado” (cf. GEERAERTS 2010: 223).

Ainda no âmbito dos “modelos cognitivos idealizados”, encontra-se outra noção fortemente vinculada à de *frame*: trata-se da noção de *script* ou cenário (cf. GODDARD 2011: 84-85). A ideia de “cenários cognitivos prototípicos” [*prototypical cognitive scenarios*], aliás, também foi empregada ao longo de muitos anos no âmbito da metalinguagem semântica

⁴⁴⁰ [...] der Frame-Begriff in der allgemeinen Kognitionsforschung ubiquitär war und ist und vielerlei verschiedene Varianten davon existieren]

⁴⁴¹ [Der Frame-Begriff war in vieler Leute Munde; aber nur die wenigsten (Linguisten) haben sich auf die hinter diesem Begriff stehenden Ideen wirklich eingelassen und sie zum Anlass genommen, eigene, weiterführende Modelle oder Methoden zu entwickeln]

natural para a análise de termos que designam emoções/sentimentos (cf. WIERZBICKA 1992a; 1992b: 119-179).

Em vista dos fins aqui perseguidos (cf. 6.2.3), interessar-nos-á, sobremaneira, a noção de *frame* engendrada no âmbito da semântica de *frames*. A escolha desse modelo teórico em particular deve-se às seguintes razões:

- a) Do ponto de vista dos subsídios teóricos disponibilizados: Os postulados gerais da semântica de *frames*, conforme o exposto *ad infra*, evidenciam uma “compreensão extensional do significado” – conforme o sentido que damos a essa expressão em Farias (2012) e Bugueño Miranda; Farias (2013a; 2013b).
- b) Do ponto de vista do material léxico disponibilizado para análise: Os postulados da semântica de *frames* vêm sendo aplicados no projeto FrameNet. O material disponibilizado pela FrameNet constitui uma importante ferramenta para a realização de análises linguísticas, que podem servir à elaboração da nossa proposta de metodologia para a seleção das informações a serem veiculadas nas paráfrases.

6.2.2.1 A semântica de *frames*

A semântica de *frames* parte de pressupostos básicos da semântica cognitiva, como o fato de que “palavras representam categorizações de experiências, e a cada uma dessas categorias subjaz uma situação motivadora que ocorre em um contexto de conhecimentos e experiências”⁴⁴² (FILLMORE 1982: 112). Esse modelo está particularmente interessado na maneira como a língua pode ser usada para proporcionar uma perspectiva acerca da concepção subjacente do mundo (cf. GEERAERTS 2010: 225). A semântica de *frames*, portanto, descreve os significados de palavras e sintagmas levando em conta o *frame* em que estão inseridos e os contextos nos quais podem ser encontrados (ATKINS; RUNDELL 2008: 145). Assim, pois, são conceitos fundamentais no âmbito desse modelo teórico:

- a) *frame* semântico ou esquema: consiste em uma representação esquemática de uma situação, na qual aparecem participantes, objetos e conceitos típicos dessa situação.
- b) elementos do *frame* ou papéis semânticos: correspondem aos próprios participantes, objetos e conceitos tipicamente relacionados a um tipo de situação.
- c) contexto: está constituído pelo sintagma, oração ou sentença na qual a palavra aparece nos dados do *corpus* (cf. ATKINS; RUNDELL 2008: 144-147).

⁴⁴² [words represent categorizations of experience, and each of these categories is underlain by a motivating situation occurring against a background of knowledge and experience]

Esses conceitos são exemplificados a partir do *frame* RISK em Fillmore; Atkins (1994). A fim de determinar os elementos do *frame* RISK, os autores recorrem à análise do material disponibilizado em seu banco de dados, de forma a resgatar as informações normalmente associadas com o item lexical *risk*. Fillmore; Atkins (1994: 366-367) apresentam, então, em forma de gráficos, três *frames* semânticos, ou esquemas:

- (25) Esquema A: O protagonista do *frame* RISK tem duas alternativas de escolha, e uma das alternativas corresponde a um dano ao qual ele está exposto
 Esquema B: O protagonista do *frame* RISK escolhe a alternativa que o expõe a uma espécie de dano
 Esquema C: O protagonista, ao tomar uma decisão, tem em mente um determinado objetivo; ele tem, portanto, consciência (i) da consequência desejada, (ii) do dano potencial e (iii) das probabilidades associadas a cada uma das alternativas

Aos esquemas descritos em (25), podem ser associados, respectivamente, os seguintes contextos (cf. FILLMORE; ATKINS 1994: 367):

- (26) Esquema A: *Babies ran the risk of hypothermia there.* [Bebês correm o risco de hipotermia lá]
 Esquema B: *I had no idea I was risking my life.* [Eu não tinha ideia de que estava arriscando minha vida]
 Esquema C: *You'll have to calculate the risks involved.* [Você terá de calcular os riscos envolvidos]

Diante disso, os elementos, ou papéis semânticos, participantes do *frame* RISK são descritos da seguinte forma:

- (27) POSSIBILIDADE DE DANO para o PROTAGONISTA de uma AÇÃO que pode gerar como consequência a PERDA DE UM BEM VALIOSO⁴⁴³

Embora Fillmore (1982: 134) apresse-se em esclarecer que, de fato, é necessário estabelecer uma diferença entre o conhecimento sobre as palavras e o conhecimento sobre o mundo, os postulados gerais em que se assenta a semântica de *frames* – como, aliás, já havíamos observado anteriormente – evidenciam uma “compreensão extensional do significado”. Nessa mesma direção, Wegner (1989) assinala, ainda, que o conhecimento linguístico [*Sprachwissen*] e o conhecimento situacional [*Situationswissen*] – ou conhecimento enciclopédico/extralinguístico, como vimos denominando – não são independentes, mas encontram-se em mútua dependência no âmbito da semântica de *frames*.

6.2.2.1.1 O projeto FrameNet e suas possibilidades de aplicação à prática lexicográfica

Steiner (2004: 151) recorda que os “projetos FrameNet e WordNet são, em primeira instância, orientados lexicograficamente”⁴⁴⁴. O projeto FrameNet⁴⁴⁵ – que desde 1997 vem

⁴⁴³ A esse respeito, cf. tb. Salomão (2009: 174).

sendo desenvolvido no International Computer Science Institute em Berkeley – consiste na construção de um banco de dados da língua inglesa, passível de ser manipulado tanto por pessoas como por máquinas⁴⁴⁶.

A FrameNet foi concebida com base nos postulados da semântica de *frames*, tendo em vista sua aplicação à descrição do significado das unidades léxicas. No âmbito da FrameNet, os *frames* são entendidos como “representações esquemáticas das estruturas conceituais e dos padrões de crenças, práticas, instituições, imagens etc., que fornecem uma fundamentação para a interação significativa em uma dada comunidade de fala”⁴⁴⁷ (FILLMORE; JOHNSON; PETRUCK 2003: 235). Objetiva-se, portanto, descrever “o potencial de combinatória de um item lexical e indicar explicitamente como cada ‘elemento do *frame*’ pode ser realizado, sintática e lexicalmente, ao nível de superfície”⁴⁴⁸ (cf. FONTENELLE 2012: 442). Salomão; Torrent; Sampaio (2013: 12) resumem os principais objetivos da FrameNet:

- a) descrever as unidades léxicas a partir dos *frames* que evocam – identificados, por sua vez, por meio dos elementos do *frame* que os constituem –;
- b) validar a descrição das unidades léxicas através de seu cotejo com as informações obtidas nos *corpora*;
- c) determinar as possibilidades combinatórias das unidades léxicas mediante o procedimento de anotação das sentenças extraídas dos *corpora*, identificando, em cada caso, os elementos do *frame* expressos por cada sintagma, seu tipo sintagmático e a função gramatical;
- d) disponibilizar os resultados da anotação em forma de entradas lexicais, que apresentam, sucintamente, os possíveis padrões de valência de cada unidade léxica;

⁴⁴⁴ [FrameNet und WordNet-Projekte sind in erster Linie lexikographisch orientiert]

⁴⁴⁵ A WordNet é um banco de dados que vem sendo desenvolvido sob a liderança de G. Miller na University of Princeton desde finais dos anos 1980 (cf. <http://wordnet.princeton.edu/>, consultada em 03.11.2013). Esse projeto é considerado “a mãe de todas as redes semânticas” [the mother of all semantic networks], havendo sido concebido sob a influência das teorias psicolinguísticas sobre a memória humana (cf. FONTENELLE 2012: 438). A WordNet privilegia a descrição das relações semânticas estabelecidas entre conceitos, tais como a sinonímia, a antonímia, a hiponímia, a hiperonímia, a meronímia e a holonímia (cf. STEINER 2004: 148). A WordNet e a FrameNet poderiam, nesse sentido, ser consideradas complementares uma à outra, uma vez que a FrameNet é bastante limitada em relação à apresentação de associações paradigmáticas (sinonímia, antonímia, meronímia etc.), ao passo que a WordNet não enfatiza a descrição das combinatórias sintagmáticas das unidades léxicas (cf. FONTENELLE 2012: 442). Acreditamos que, em vista dos fins aos quais nos propusemos aqui, a análise do projeto FrameNet mostra-se bem mais produtiva, razão pela qual não nos estenderemos no detalhamento do projeto WordNet. Para uma introdução ao projeto WordNet, cf. Miller et. (2008).

⁴⁴⁶ Informações sobre a FrameNet de língua inglesa podem ser obtidas no site oficial do projeto FrameNet (cf. <https://framenet.icsi.berkeley.edu/fndrupal/home>, consultada em 03.11.2013).

⁴⁴⁷ [schematic representations of the conceptual structures and patterns of beliefs, practices, institutions, images, etc. that provide a foundation for meaningful interaction in a given speech community]

⁴⁴⁸ [the combinatory potential of a lexical item and indicating explicitly how each ‘frame element’ can be realized, syntactically and lexically, at the surface level]

- e) definir e explicitar as relações entre *frames*, indicando, por exemplo, em que medida um *frame* é uma elaboração de outro, ou se depende de outro⁴⁴⁹.

Salomão; Torrent; Sampaio (2013) atentam, ainda, para a complexidade inerente à estruturação de um *frame*, que, por sua vez, é decorrente do estabelecimento – ineludível – de relações com outros *frames* – em outras palavras, o estabelecimento de uma rede de *frames*. Essa complexidade é explicada a partir do exemplo do *frame* SEMANA, que, por um lado, herda tanto esquemas imagéticos primários (*frame* CICLO) como estruturas sociais ideologizáveis (*frame* ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO), e, por outro lado, contém os *subframes* DIAS ÚTEIS e FIM DE SEMANA. De acordo com os autores, a complexidade interna dos *frames* ajuda a explicar determinados fenômenos da significação:

1. O efeito de prototipicidade: O estranhamento causado, por exemplo, ao referir-se ao Papa como *bachelor* (cf., p.ex., FILLMORE 1982), decorre do fato de que o papel social em questão evoca *frames* que tornam essa instanciação incompatível – ou fora dos padrões –, ainda que, do ponto de vista de uma semântica de traços necessários e suficientes, a análise componencial do significado do lexema *Papa* corresponda às condições criteriais de *bachelor*.

2. A estrutura radial das categorias: Os membros de uma categoria são dispostos em termos de uma estrutura radial: o protótipo é posicionado centralmente e as demais subcategorias são representadas como extensões do modelo central (cf. EVANS; GREEN 2011: 275-277). Assim, pois, a existência de uma rede de *frames* evocativa do modelo cultural CASAMENTO, ao possibilitar lidar com a estrutura radial da categoria *casamento*, permitirá, conseqüentemente, entender expressões como *casamento no papel*, *casamento civil*, *casamento religioso*, *casamento inter-religioso*, *casamento gay*, *casamento aberto* etc.

3. A escala pragmática do efeito de prototipicidade: A variação no perfilamento dos elementos do *frame* responde pela geração de escalas pragmáticas de efeitos de prototipicidade, apreensíveis, por exemplo, em expressões modalizadas com *hedges* (*uma típica dona de casa*, *uma possível dona de casa*, *uma aparente dona de casa* etc.), bem como por meio do emprego superlativo de adjetivos que denotam estados absolutos (*vivíssimo*, *solteiríssimo*, *casadíssimo*, *gravidíssima* etc.) (cf. SALOMÃO; TORRENT; SAMPAIO 2013: 11).

Atualmente, de forma paralela ao projeto FrameNet de língua inglesa, desenvolvem-se FrameNets de outras línguas, como alemão, espanhol, francês, japonês, mandarim, sueco,

⁴⁴⁹ Para uma descrição detalhada dos critérios aplicados ao desenvolvimento de cada *frame*, cf. Ruppenhofer et al. (2010: 9-14).

hebraico, búlgaro, além do português brasileiro⁴⁵⁰. A esse respeito, deve-se salientar que *frames* são concebidos como estruturas conceituais essencialmente extralinguísticas e sem conexão com uma língua particular, razão que legitima o fato de que as FrameNets de línguas diversas do inglês possam tomar como ponto de partida a FrameNet de língua inglesa para a sua elaboração – embora se reconheça a necessidade, muitas vezes, da criação de *frames ad hoc*, mormente no âmbito de domínios culturais altamente específicos (cf. GODDARD 2011: 80-81). Os diversos estudos realizados acerca da implementação de FrameNets de línguas diversas do inglês a partir da FrameNet de língua inglesa, no entanto, evidenciam uma série de problemas, que abalam, de certa forma, a assunção geral de que *frames* seriam estruturas “universais”.

A análise da aplicação da anotação semântica da FrameNet de língua inglesa à FrameNet do japonês revelou que, de fato, os *frames* já definidos em língua inglesa, considerando os casos investigados, poderiam ser usados para descrever 87% das unidades léxicas do japonês. Entretanto, em determinadas situações, houve a necessidade de se gerar *frames* específicos: por exemplo, o verbo japonês *simeru* corresponde não somente a *make up* e *account for*, mas também a *take up*; a descrição semântica do verbo japonês, portanto, exige não somente a criação do *frame* MAKE UP/ACCOUNT FOR, mas também do *frame* TAKE UP. A ausência de uma correspondência 1:1 entre os *frames* do inglês e do japonês é atribuída, preponderantemente, às diferentes perspectivas e aspectos lexicais exibidos pelo léxico de ambos os idiomas, de forma que se diminui o peso das especificidades culturais na definição de *frames* para línguas distintas (cf. OHARA 2012).

Ao apresentar as bases para a elaboração da FrameNet do búlgaro, Koeva (2010) parte do pressuposto de que os *frames* são, via de regra, “translinguísticos”, na medida em que descrevem estruturas conceituais; as diferenças entre as línguas, no entanto, manifestam-se nos diferentes padrões de lexicalização – em outras palavras, nas diferentes estruturas léxicas e sintáticas. A experiência na implementação de FrameNets de línguas diversas do inglês demonstra que há três opções possíveis: (a) o emprego do *frame* definido para o inglês sem alterações; (b) o emprego do *frame* definido para o inglês com a necessidade de adaptações; (c) a introdução de um novo *frame*, seja porque o *frame* em questão ainda não havia sido definido para o inglês, seja porque se trata de conceitos linguísticos específicos, determinados

⁴⁵⁰ A FrameNet para o português brasileiro está sendo elaborada no âmbito do projeto FrameNet Brasil, desenvolvido na Universidade Federal de Juiz de Fora. Concomitantemente à FrameNet de língua portuguesa, estão sendo desenvolvidos três outros projetos: *Frames e Cidadania*, *Frames e Construções* e *Copa 2014 FrameNet Brasil* (cf. <http://www.ufjf.br/framenetbr/>, consultada em 03.11.2013). Para uma descrição do estado atual dos referidos projetos, cf. tb. Salomão (2009) e Salomão; Torrent; Sampaio (2013).

culturalmente. Boas (2009), ademais, apresenta e discute uma série de problemas concernentes à elaboração de FrameNets de línguas diversas do inglês, que incluem as diferenças nos padrões de lexicalização e as divergências em relação às estruturas polissêmicas. Diante disso, Koeva (2010) defende que alguns componentes – as definições das unidades léxicas, a anotação sintática e as valências – devem ser construídos de forma independente na FrameNet do búlgaro.

Em relação à implementação da FrameNet Brasil, as particularidades detectadas na etapa inicial do projeto são descritas sumariamente em Salomão (2009):

- a) A necessidade de revisão e adaptação dos rótulos gramaticais dos constituintes correspondentes aos elementos do *frame* evocado pela unidade léxica, considerando as divergências expressivas entre os tipos de sintagmas do inglês e do português (por exemplo, as construções com gerúndio são muito mais diversificadas e recorrentes no inglês, enquanto as construções infinitivas – pessoais ou impessoais – são mais relevantes no português).
- b) A detecção de uma alta frequência de instanciações nulas definidas de elementos de *frames* em condições catafóricas nos *corpora* de língua portuguesa, em contraste com a língua inglesa, que apresenta uma tendência à interpretação catafórica para as instanciações nulas indefinidas⁴⁵¹.
- c) A necessidade de revisão das relações estabelecidas entre os *frames* apresentadas na FrameNet de língua inglesa. Isso decorre do fato de que as relações postuladas na versão original do projeto ou se estabelecem em um nível extremamente genérico (p.ex, em relação aos tipos de eventos), ou restringem-se, nos casos em que são mais detalhadas, aos esquemas conceituais exaustivamente analisados nos primórdios da semântica de *frames* (p.ex., a cena comercial). Assim, pois, a relação entre os *frames* CORTE, FRAGMENTAÇÃO e SEPARAÇÃO, por exemplo, não é apresentada de forma explícita, embora, efetivamente, seja possível estabelecer relações conceituais – ainda que intuitivamente – entre os três *frames*.

Finalmente, em relação à aplicabilidade lexicográfica da FrameNet, Atkins; Rundell (2008: 150-159), por exemplo, procuram sumarizar seus possíveis aportes à prática

⁴⁵¹ As instanciações nulas indefinidas [*indefinite null instantiations*] correspondem aos casos de omissão de um elemento que pode ser compreendido convencionalmente, sem que haja a necessidade de identificar o referente no discurso. As instanciações nulas definidas [*definite null instantiations*], por outro lado, correspondem aos casos de omissão de um elemento que pode ser entendido no contexto linguístico/discursivo; são consideradas, portanto, instanciações de tipo anafórico (cf. RUPPENHOFER et al. 2010: 24-25). Daí o estranhamento em relação aos dados obtidos nos *corpora* de língua portuguesa, ao menos na etapa inicial de implementação da FrameNet Brasil.

dicionarística, como ferramenta de auxílio na tarefa de discriminação das acepções. Prieto (2008), por sua vez, apresenta uma proposta concreta de aplicação da anotação dos papéis semânticos (elementos do *frame*) no âmbito da FrameNet à descrição actancial de um dicionário de colocações de língua espanhola, com o propósito de ampliar a informação semântica oferecida pela referida obra. Por fim, destacam-se as tentativas de aplicação dos resultados obtidos no âmbito do projeto FrameNet à lexicografia bilíngue (cf., p.ex., BOAS 2001; 2002). Entretanto, interessam-nos sobremaneira os resultados apresentados em Ostermann (2012) a respeito do emprego dos subsídios metodológicos disponibilizados pela FrameNet na geração de *patterns* para a redação das paráfrases definidoras. Esse estudo será descrito *in extenso* em 6.2.3.2.

6.2.2.2 Propostas de aplicação de frames à prática lexicográfica

O interesse dos teóricos da lexicografia pela semântica de *frames* – ou, de uma forma mais ampla, pela noção de *frame* – e suas possibilidades de aplicação ao fazer dicionarístico não é recente. Ballmer; Brennenstuhl (1981), por exemplo, propunham um embasamento linguístico para a teoria de *frames* – nessa época, ainda em estado incipiente –, a fim de empregá-la na análise lexical. Os autores atentavam para o fato de que, então, os *frames* eram entendidos como “estruturas cognitivas que servem como um instrumento para representar e manusear fenômenos social e psicologicamente relevantes”⁴⁵² (BALLMER; BRENNENSTUHL 1981: 298). Sendo, porém, o léxico “o arsenal de elementos linguísticos que servem para construir as *expressões linguísticas* mais complexas”⁴⁵³, constata-se uma “lacuna entre *contexto* e *texto*, isto é, entre *frames* – como correlatos cognitivos das estruturas contextuais prototípicas – a as entidades linguísticas mais complexas – como os instrumentos para controlar e manipular (em um sentido neutro) o contexto, de acordo com os planos do comunicador”⁴⁵⁴ (BALLMER; BRENNENSTUHL 1981: 298). Ballmer; Brennenstuhl (1981) pretendiam, com seu estudo, apresentar uma proposta para a descrição da estrutura semântica de verbos em alemão, e sua posterior representação em um dicionário, oferecendo, assim, uma alternativa para o tratamento lexicográfico tradicional, que, como sabemos, estava fortemente influenciado pela semântica estrutural.

⁴⁵² [cognitive structures serving as an instrument to represent and handle psychologically and socially relevant phenomena]

⁴⁵³ [the arsenal of linguistic elements serving to build up the more complex *linguistic expressions*]. Os grifos estão no texto original.

⁴⁵⁴ [gap between *context* and *text*, i.e. between *frames* – as the cognitive correlate of the prototypical context structures – and the more complex linguistic entities – as the instruments to control and manipulate (in a neutral sense) the context according to the communicator’s plans]. Os grifos estão no texto original.

Fillmore; Atkins (1994), tendo em vista a aplicação lexicográfica da semântica de *frames*, defendiam que a análise do léxico a partir dessa perspectiva poderia contribuir, entre outras coisas, para:

- a) uma representação mais “apropriada” da polissemia nos dicionários;
- b) uma descrição mais exata dos padrões colocacionais;
- c) uma descrição mais detalhada da valência de nomes e verbos.

Os autores, no entanto, alertam que a viabilização de suas propostas exigiria o cumprimento de três condições fundamentais:

- a) A ampliação do período de preparação da obra lexicográfica, na medida em que uma análise do léxico como a que se propõe no âmbito da semântica de *frames* requer muito tempo.
- b) A disponibilidade do uso de recursos eletrônicos na preparação da obra lexicográfica – questão que, hoje, já não constituiria necessariamente um problema.
- c) A disponibilização de espaço para a exposição dos resultados da pesquisa.

Em relação a esse último requisito, Fillmore; Atkins (1994) assinalam que:

o resultado multidimensional desse processo [*i.e.*, a análise dos dados do ponto de vista da semântica de *frames*] não pode ser disponibilizado em uma página de dicionário bidimensional [...] Uma descrição do significado léxico em termos da semântica de *frames* requer uma nova classe de dicionário, que não se veja limitado pela página impressa, no qual o acesso à informação não esteja restringido pela ordenação alfabética e o tratamento dos conteúdos não seja linear.⁴⁵⁵ (375)

Os autores referem-se, evidentemente, aos dicionários em formato eletrônico (*on-line* ou em CD-ROM). Não obstante o fato de que os dicionários eletrônicos – hoje cada vez mais abundantes – abram, efetivamente, novas possibilidades de armazenamento e apresentação das informações em relação aos dicionários impressos – por exemplo, a inserção de arquivos de som e imagem (cf. HERBST; KLOTZ 2003: 251-264) –, tais recursos ainda não são completamente explorados (cf., p.ex., SELISTRE 2010). Na maioria das vezes, o dicionário eletrônico é uma simples transposição da obra em papel para o formato digital (cf., p.ex., AuE (2009) e HouE (2001; 2009), no caso do português, e DRAEe (2001) e DUEe (2001), no caso do espanhol).

Especificamente em relação à descrição do significado nos dicionários semasiológicos, também houve contribuições importantes à discussão. Wegner (1989), por

⁴⁵⁵ [the multidimensional results of this process [*i.e.*, a análise dos dados do ponto de vista da semântica dos *frames*] cannot be set out on a two-dimensional dictionary page [...] A description of word meaning in terms of frame semantics requires a new kind of dictionary, one which is not limited to the printed page, in which access to the information is not constrained by alphabetical order, and approach to the contents is not linear]

exemplo, partindo da análise dos problemas atinentes à aplicação de um modelo de condições necessárias e suficientes à prática dicionarística, defendia a semântica de *frames* como uma solução alternativa – e promissora – para a formulação das paráfrases definidoras. Nesse sentido, o *frame* para a representação de uma determinada unidade léxica, na medida em que apresenta, de forma empírica e sistemática, um conjunto de expressões linguísticas que costumam “co-ocorrer” com o signo-lema, poderia converter-se em uma fonte de consulta para a seleção das informações que entrariam na composição da paráfrase.

Por fim, Kammerer (1999), partindo de uma crítica à “semântica lógica” [*Logische Semantik*], apresenta sua proposta de “descrição lexicográfica do significado baseada em *frames*” [*framebasierte lexikographische Bedeutungsbeschreibung*], tomando como exemplo o lexema *Orange* [laranja]. Kammerer (1999) baseia seu estudo nos conceitos de *Matrixframe* [*frame matriz*] e *Minimalframe* [*frame mínimo*], engendrados em Konerding (1993). Os *frames*, de acordo com a perspectiva adotada, são projetados com vistas a armazenar, de forma sistemática, o conhecimento comum e, via de regra, estereotipado dos falantes acerca da língua; dessa forma, no desenvolvimento dos *frames*, as paráfrases apresentadas nos dicionários desempenham um papel fundamental⁴⁵⁶. Kammerer (1999) ilustra sua proposta com o *frame* CLASSE NATURAL⁴⁵⁷:

(28) *Frame* mínimo CLASSE NATURAL:

1. Indicação do objeto do qual a entidade descrita é parte constituinte (O objeto é parte constituinte de quê?);
2. Indicação do tipo de relação estabelecida entre a entidade descrita e o objeto do qual é parte constituinte (As relações de constituição são de que tipo?);
3. Indicação do papel da entidade descrita (O objeto desempenha um papel importante em que processos/eventos? O objeto opera de que forma nesses processos/eventos?);
- 3.1. Indicação do aspecto da entidade descrita (Como a forma do objeto deve ser descrita? Quais são as dimensões típicas? Que outras propriedades apreensíveis [p.ex., aroma, cor, características da superfície etc.] possui o objeto?);
- 3.2. Indicação das partes que constituem a entidade descrita (Quais são as partes que constituem o objeto?);
- 3.3. Indicação das propriedades da entidade descrita (Que características/propriedades específicas apresenta o objeto?);
- 4.1. Indicação das atividades nas quais a entidade descrita pode participar (Em quais ações (humanas) o objeto desempenha um papel especial? De que modo isso se dá?);
- 4.2. Indicação da função da entidade descrita (Que utilidade o objeto tem para o ser humano? Qual a sua importância?);
- 4.3. Indicação do tratamento posterior da entidade descrita (Em que produtos/artefatos humanos o objeto pode ser utilizado?);
5. Indicação das relações léxico-semânticas do lexema descrito;
 - 5.1. Indicação de sinônimos;
 - 5.2. Indicação de co-hipônimos;

⁴⁵⁶ A noção de *frame* empregada no trabalho de ambos os autores, no entanto, é diversa daquela delimitada no âmbito do projeto FrameNet. A esse respeito, cf. tb. Moerdijk (2008: 561).

⁴⁵⁷ O *frame* CLASSE NATURAL apresentado a seguir foi traduzido e adaptado de Kammerer (1999: 232-236).

- 5.3. Indicação de relações de incompatibilidade⁴⁵⁸;
- 5.4. Indicação de hipônimos;
- 5.5. Indicação de hiperônimos;
- 5.6. Indicação de merônimos⁴⁵⁹;
- 5.7. Indicação de holônimos⁴⁶⁰;
- 5.8. Indicação de antônimos;
- 5.9. Indicação de relações de complementaridade⁴⁶¹;
- 5.10. Indicação de parônimos;
- 5.10.1. Indicação de compostos formados a partir do lexema descrito;
- 5.10.2. Indicação de lexemas derivados do lexema descrito;
6. Indicação de cultivo/domesticação da entidade descrita (Como e onde o objeto é cultivado? Em que circunstâncias e de que modo isso se dá?).

A respeito do *frame* CLASSE NATURAL, a primeira consideração a ser feita concerne à natureza diversa das indicações requeridas. As indicações de 1. a 4.3. e 6. correspondem a informações sobre a entidade extralinguística, ao passo que as indicações entre 5. e 5.10.2. correspondem a informações sobre a unidade léxica. Em segundo lugar, é evidente que parte das indicações que conformam a estrutura do *frame* – curiosamente, em especial, as indicações de natureza linguística – não são, propriamente, adequadas à redação da paráfrase definidora. Com efeito, Kammerer (1999) ultrapassa os limites da mera definição, de tal forma que sua proposta compreende a redação de um verbete completo (cf. Figura 7).

O modelo proposto para o verbete *Orange* – visualizado na página seguinte – apresenta-se dividido em três partes facilmente apreensíveis. Na primeira parte, são disponibilizadas informações concernentes exclusivamente ao comentário de forma, nominalmente as seguintes: indicação ortográfica integrada ao signo-lemma, indicação de pronúncia, indicação de categoria morfológica, indicação de declinação e indicação de plural (linha 1). A segunda parte corresponde ao comentário semântico e apresenta *grosso modo* a “descrição do significado” do signo-lemma (linhas 2-9). Por fim, a terceira parte é um misto entre informações pertinentes ao comentário semântico – indicação de relações de significação, como sinonímia, co-hiponímia, hiperonímia e meronímia – e informações pertinentes ao comentário de forma – indicação de relações morfossintáticas, como a

⁴⁵⁸ A incompatibilidade corresponde a um tipo de relação de antonímia, na qual duas expressões são incompatíveis na medida em que apresentam um grande conjunto de atributos semânticos comuns, diferenciando-se, contudo, em uma dimensão do conteúdo; assim, pois, co-hipônimos, por exemplo, poderiam ser considerados, nesse sentido, incompatíveis (cf. BUBMANN 2008: s.v. *Inkompatibilität*).

⁴⁵⁹ A meronímia consiste em uma relação semântica estabelecida entre expressões linguísticas que designam as partes em relação ao todo (cf. BUBMANN 2008: s.v. *Meronymie-Relation; Teil-von-Relation*).

⁴⁶⁰ A holonímia consiste na relação semântica complementar à meronímia, ou seja, estabelecida entre expressões linguísticas que designam o todo em relação às partes (cf. KAMMERER 1999: 235, nota 10).

⁴⁶¹ A complementaridade corresponde a um tipo de relação de antonímia, na qual duas expressões correspondem a designações de um domínio semântico que se decompõe em duas áreas disjuntas; são exemplos de expressões que se encontram em relação de complementaridade *verdadeiro-falso*, *vivo-morto* etc. (cf. BUBMANN 2008: s.v. *Komplementarität*).

formação de compostos e derivados – (linhas 10-26). Aqui, restringimo-nos à análise da segunda parte do verbete.

[Eintrag 3: 3. Vorschlag zu einem Wörterbuchartikel zu <i>Orange</i>]	
1	Oran-ge ¹ [o'ɾä:ʒə, o'rauʒə] <i>die</i> ; ~, ~n
2	eine süßsauerliche, rotgelbe ↑ Frucht; ≈ Apfelsine
3	GestW Die Form der Orange ist die einer oben und
4	unten abgeflachten, ca. 9 cm dicken Kugel, die im un-
5	reifen Zustand grün ist. KlW Die Orange besteht aus
6	einer 0,3 cm dicken Schale mit wachsartiger Oberflä-
7	che, saftigem und gelb bis dunkelrotem Fruchtfleisch
8	und Kernen. Orangen enthalten Zucker, Zitronensäure
9	und Vitamin C.
10	↔ ≈: süße Pomeranze, Pomeranze (mundartl., ver-
11	altet; bezeichnet eigentlich eine andere bittere Zitrus-
12	frucht aus dem Orient), Sinaapfel (veraltet), Chinaap-
13	fel (veraltet) • ⇔: Zitrone ≈ Limone, Limette/Limetta,
14	Mandarine, Sauer~ ≈ Pomeranze ≈ Sevilla~, Berga-
15	motte, Kumquat ≈ Zwergpomeranze ≈ Zwergzitrone,
16	Zitronat-Zitrone, Grapefruit, Pampelmuse • ↓ ¹ : Na-
17	vel~, Blut~, Valencia~: ↑ ¹ : Jaffa~ • ↑ ¹ : Zitrus-
18	frucht, Argume, Südfrucht, Kernobst, Lebensmittel,
19	Nahrungsmittel ↑ ² : Rautengewächs, Obst • ▣: Schale,
20	Kerne, Fruchtfleisch, Schnitze, (Frucht-)S/aft • □:
21	~n·baum • ↔: ~n·baum, ~n·blüte, ~n·creme, ~n·eis,
22	~n·ernte, ~n·hain, ~n·haut ¹ , ~n·kern, ~n·limonade, ~n·
23	marmelade, ~n·saft, ~n·schale, ~n·scheibe, ~n·schnitt
24	↔: Saft~ • ↘: Orangeade, Orangeat, Orangelette, O-
25	rangerie, orange (Adj.), orange(n)rot, orange(n)gelb, o-
26	range(n)farben, orange(n)farbig

Figura 7: Proposta para a redação do verbete *Orange* em Kammerer (1999)

Fonte: Kammerer (1999: 249-250)

A “descrição do significado” no verbete de *Orange* encontra-se, da mesma forma, triplamente segmentada. Na primeira parte, apresenta-se a definição propriamente tal. Na segunda e terceira partes, disponibilizam-se informações de natureza enciclopédica complementares à definição, relativas, respectivamente, à aparência física do objeto, aos seus elementos constitutivos e às suas propriedades. Sobre a “descrição do significado” no verbete reproduzido *ad supra*, há dois aspectos sobressalentes.

Em primeiro lugar, a apresentação da “descrição do significado” dista muito do procedimento “tradicional”, por assim dizer, dos dicionários semasiológicos, tanto em relação à forma como também, ao menos parcialmente, em relação ao conteúdo. Isso é consequência da concepção de “descrição do significado” assumida pelo autor, abertamente contrária à

“semântica lógica”. Nesse sentido, Kammerer (1999: 253) defende “que expressão e significado não estão baseados em uma relação de equivalência [...], mas em um »mecanismo de implicação«”⁴⁶², apressando-se em explicar que “essa »implicação« é de uma natureza completamente distinta da implicação material, que Schnelle supõe existir entre o signo-lemma e a indicação de significado mediante uma paráfrase”⁴⁶³ (KAMMERER 1999: 254). Em outras palavras, não se trata de uma implicação lógica, mas de uma “implicação das línguas naturais” [*natürlichsprachliche Implikation*] (cf. KAMMERER 1999: 255). Essa concepção a respeito da descrição lexicográfica do significado reflete-se no modelo de verbete proposto através da apresentação de um conjunto de informações de caráter não linguístico, normalmente associadas ao referente da expressão linguística definida.

Em segundo lugar, embora a “descrição do significado” comporte uma série de informações enciclopédicas/extralinguísticas, é evidente que uma parte substancial das indicações fornecidas pelo *frame* ORANGE foi excluída. Kammerer (1999) toma como base para a seleção das informações que devem ser apresentadas no verbete a paráfrase oferecida em um dicionário para aprendizes de alemão como língua estrangeira:

- (29) “e-e süße, runde Frucht mit dicker, rotgelber Schale, die im warmen Ländern wächst u. die innen in Spalten unterteilt ist” (LGwDaF, *apud* KAMMERER 1999: 243)

Essa paráfrase é, então, decomposta e analisada:

- (30) p_i: Eine Orange ist eine Frucht.
 p_{ii}: Eine Orange ist süß.
 p_{iii}: Eine Orange ist rund.
 p_{iv}: Eine Orange hat eine Schale.
 p_v: Die Schale der Orange ist dick.
 p_{vi}: Die Schale der Orange ist rotgelb.
 p_{vii}: Die Orange wächst in warmen Ländern.
 p_{viii}: Die Orange ist innen in Spalten unterteilt.
 (KAMMERER 1999: 243)

Os resultados obtidos mediante a decomposição e análise da paráfrase oferecida pelo dicionário para aprendizes de alemão como língua estrangeira são, então, comparadas com as indicações sobre o aspecto (GestW) e sobre os elementos constituintes do objeto (KtW), extraídas do *frame* ORANGE descrito anteriormente:

- (31) p₁: Die Form der Orange ist die einer Kugel.
 p_{1'}: Die Form der Orange ist oben abgeflacht.

⁴⁶² [daß Ausdruck und Inhalt nicht auf einer Äquivalenzrelation beruhen [...], sondern auf einem »Implikationsmechanismus«]

⁴⁶³ [diese »Implikation« ist von einer völlig anderen Natur als die materiale Implikation, die SCHNELLE zwischen Lemmazeichen und Bedeutungsparaphrasenangabe unterstellt]. Os grifos estão no texto original.

- p₁': Die Form der Orange ist unten abgeflacht.
 p₂: Auf der einen Seite der Orange findet sich der Stielansatz.
 p₃: Im reifen Zustand ist eine Orange orangengelb.
 p₄: Im unreifen Zustand ist eine Orange grün.
 p₅: Im reifen Zustand hat eine Orange einen Durchmesser von ca. 9 cm.
 p₆: Die Orange besteht aus einer Schale, saftigem Fruchtfleisch und Kernen.
 p₇: Die Schale der Orange ist ca. 0,3 cm dick.
 p₈: Die Schale der Orange besitzt eine wachsartige Oberfläche.
 p₉: Die Schale der Orange enthält Orangenöl.
 p₉': Das in der Schale der Orange befindliche Orangenöl duftet angenehm.
 p₁₀: Das Fruchtfleisch der Orange ist gelb bis dunkelrot gefärbt.
 p₁₁: Das Fruchtfleisch der Orange schmeckt süßsauerlich.
 p₁₂: Orangen enthalten Zucker.
 p₁₃: Orangen enthalten Zitronensäure.
 p₁₄: Orangen enthalten Vitamin C.
 p₁₅: Orangen enthalten i.allg. Kerne, nur die Jaffa-Orange aus Israel ist kernlos.
 p₁₆: Das Fruchtfleisch der Orange ist in Schnitzen konzentrisch angeordnet.
 (KAMMERER 1999: 243)

O passo seguinte consiste no cotejo das informações obtidas por meio da decomposição da paráfrase relativa a *Orange* (cf. (30)) com as proposições geradas a partir da análise das indicações fornecidas pelo *frame* ORANGE (cf. (31)), obtendo-se os seguintes resultados:

- (32) - p_i ist – als spezifisches Hyperonymenwissen (SupW) – weder in GestW noch in KtW enthalten
 - p_{ii} ist in p₁₁ enthalten, wobei p₁₁ näher spezifiziert
 - p_{iii} ist in p₁ enthalten und wird in p₁' und p₁'' näher beschrieben
 - p_{iv} ist in p₆ enthalten
 - p_v wird in p₇ näher bestimmt
 - p_{vi} wird tendenziell mit p₃ wiedergegeben, wobei p_{vi} ein Kompositum als Farbbezeichnung benutzt, dessen Konstituenten nicht formidentisch sind mit dem zu explizierenden Lexem
 - p_{vii} ist – als spezifisches Produktionswissen (ProdW) – weder in GestW noch in KtW enthalten
 - p_{viii} ist in p₁₆ enthalten
 (KAMMERER 1999: 244)

O resultado do cruzamento das informações disponibilizadas pela paráfrase do dicionário com as indicações dispostas no *frame* ORANGE serviu como base para a “descrição do significado” do lexema *Orange*. As informações transcritas em (32) passaram por um processo de condensação – inverso à decomposição –, tomando a forma de uma descrição parafrástica, que, por sua vez, foi submetida a uma série de reajustes em relação ao conteúdo, até chegar à versão final. Os referidos reajustes concernem à exclusão de determinadas informações, com base em que estas poderiam ser ou conhecidas pelo público-alvo, ou mesmo supérfluas em um dicionário monolíngue (cf. KAMMERER 1999: 244). Assim, pois, não obstante os esforços empenhados, os critérios de seleção/eliminação de informações relativas à descrição do significado continuam sendo essencialmente impressionistas. Em relação a isso, no entanto, os prognósticos são bastante negativos, pois, como demonstraremos em 6.2.3.2, as decisões tomadas pelo lexicógrafo – mormente em relação à explicitação do

conteúdo semântico das unidades léxicas – dificilmente poderão pautar-se por critérios completamente objetivos.

6.2.2.3 *Um exemplo concreto da aplicação de frames à prática lexicográfica*

Existe, seguramente, uma ampla gama de estudos que tratam da aplicação da semântica de *frames* – ou da noção de *frame* – à prática lexicográfica – a exemplo dos trabalhos citados nos tópicos anteriores. As considerações a esse respeito, no entanto, dificilmente ultrapassam o plano meramente especulativo, vendo-se, com raras exceções, refletidas na prática dicionarística.

Em relação à descrição do significado, temos conhecimento de uma única obra cuja concepção está consciente e sistematicamente ancorada na noção de *frames*. Trata-se do *Algemeen Nederlands Woordenboek* (doravante, ANW)⁴⁶⁴ – dicionário geral de holandês –, disponibilizado exclusivamente para consulta *on-line* a partir de 2009 e atualizado periodicamente. É uma obra absolutamente inovadora, posto que não se baseia em um dicionário impresso preexistente, representando, portanto, “uma nova geração de dicionários eletrônicos” [*a new generation of electronic dictionaries*] (cf. MOERDIJK; TIBERIUS; NIESTADT 2008: 18). Sua principal inovação reside, justamente, na aplicação da noção de *frames* à descrição do significado. Na prática, as definições aparecem acompanhadas de “semagramas” [*semagrams*] (cf. MOERDIJK 2008).

⁴⁶⁴ Existe outro projeto de dicionário similar ao que descreveremos a seguir. Trata-se do *Online-Wortschatz-Informationssystem Deutsch* (OWID), dicionário geral de língua alemã, igualmente disponibilizado apenas *on-line*. Essa obra está baseada em um *corpus* de língua alemã, e enfatiza a descrição do significado e o emprego das unidades léxicas – embora também sejam oferecidas outras informações. A descrição do significado engloba duas instâncias:

- a) apresentação, em segmentos distintos, da explicação do significado propriamente dita [*Erläuterung der Bedeutung*] – em geral, em metalinguagem de signo: *Bier* “Mit Bier bezeichnet man ein alkohol- und kohlenensäurehaltiges, würzig-bitteres Getränk, das aus Malz, Hopfen, Hefe und Wasser gebraut wird” (OWID s.d.: s.v.) – e de informações enciclopédicas [*Sachinformationen*] (*Bier* “Sachinformationen zu Bier, zum Bierbrauen, verschiedenen Biersorten, der Geschichte des Bieres usw. findet man beispielsweise unter [wissen.de](http://www.wissen.de) (zuletzt eingesehen am 20.02.2013) sowie unter [Planet Wissen](http://www.planetwissen.de) (zuletzt eingesehen am 20.02.2013) (OWID s.d.: s.v.);

- b) apresentação das relações semânticas (sinonímia, antonímia, hiperonímia, hiponímia).

A informação sobre o emprego da unidade léxica, por sua vez, é apresentada em três segmentos distintos:

- a) no segmento destinado às abonações do signo-lema, retiradas do *corpus*;
- b) no segmento designado “Colocações: Palavras em contexto” [*Kollokationen: Wörter im Kontext*], onde se apresenta uma lista de unidades léxicas que costumam co-ocorrer com o signo-lema;
- c) no segmento designado “Construções: Empregos típicos” [*Konstruktionen: Typischen Verwendungen*], onde são apresentados excertos de construções recorrentes, extraídas do *corpus*.

Embora o principal objetivos de OWID seja a descrição do significado e do emprego das unidades léxicas, a noção de *frames*, nesse caso, não está aplicada diretamente à explicitação do significado *stricto sensu* – como ocorre em ANW, por exemplo –, mas à descrição detalhada das relações paradigmáticas e sintagmáticas estabelecidas pelo signo-lema. A respeito do OWID, cf. Müller-Spitzer; Möhrs (2008) e Klosa; Koplenig; Töpel (2011). Também é possível obter informações sobre a obra no site do Institut für deutsche Sprache/Mannheim (cf. <http://www1.ids-mannheim.de/lexik/>, consultada em 02.11.2013).

Moerdijk (2008: 561) estabelece uma oposição entre as noções de *frame* e semagrama. Um *frame* é um esquema estrutural abstrato; um semagrama, por sua vez, corresponde a um *frame* preenchido com dados lexicais concretos (cf. MOERDIJK 2008: 561). Dessa forma, o segmento microestrutural dedicado à apresentação do semagrama em ANW fornece uma “representação do conhecimento associado com uma palavra em um *frame* de ‘*slots*’ e ‘*fillers*’”⁴⁶⁵, sendo que “‘*slots*’ constituem elementos da estrutura conceitual que caracterizam as propriedades e relações da classe semântica de uma palavra (p.ex., COR, ODOR, SABOR, COMPOSIÇÃO, PREPARAÇÃO, para a classe de bebidas)”⁴⁶⁶, e “a partir desses *slots*, armazenam-se (‘*fillers*’) dados específicos para a palavra em questão”⁴⁶⁷ (MOERDIJK 2008: 561). A fim de ilustrar a apresentação do semagrama no dicionário, selecionamos o verbete *os* [boi]:

OS/os/o.s./Os	
os A - dier	
os 1.0: gecastreerde stier	
Semagram Een os...	
<ul style="list-style-type: none"> • is een rund; is een zoogdier; is een dier • wordt in veel landen nog gebruikt om de ploeg of de kar te trekken; werd vroeger ook bij ons gebruikt als trekdiër; wordt vetgemest voor het vlees • is gecastreed • is sterk; heeft een rustiger karakter dan een stier en is daardoor geschikt als trekdiër • is een mannetje 	Woordsoort Type: substantief Naamtype: soortnaam Geslacht: mannelijk Lidwoord: de Betekenisklasse: diernaam Spelling en flexie Enkelvoud: os (os) Meervoud: ossen (os.sen) Verkleinvorm: osje (os.je) Woordrelaties Hyperoniem: rund Woordvorming Type: ongeleed Zoek woord in Etymologiebank
Algemene voorbeelden Wij thuis hadden geen paard, zo arm waren we. We hadden een os om de kar te trekken. - <i>Vliegen in een spinnenweb</i> , Auwera, Fernand, 2001 Een juk is een gereedschap waarmee bijvoorbeeld ossen in een ossenspan bijeen worden gehouden, zodat ze bij elkaar blijven en dezelfde richting op gaan. - http://home.wxs.nl/~tamo/ te zorgt er voor dat ie als geheel beter functioneert, net zoals een kar met twee ossen beter werkt met behulp	

Figura 8: Verbetes *os* em ANW

Fonte: <http://anw.inl.nl/article/os?searchtype=form&form=os#s=0-0&l=&lp=>

Moerdijk (2008) esclarece que as concepções de *frame*, respectivamente, no âmbito do projeto de ANW e no âmbito da FrameNet são divergentes. Na FrameNet, o *frame* – como vimos no tópico anterior – representa a estrutura conceitual de uma situação estereotipada, mediante a identificação dos elementos do *frame*, que, por sua vez, são usados na anotação sintático-semântica das sentenças do *corpus*. Por essa razão, os *frames* no âmbito da FrameNet poderiam ser denominados “*frames* sintagmáticos” [*syntagmatic frames*] (cf. MOERDIJK 2008: 561). Os *frames* em ANW, por outro lado, não constituem a descrição de uma situação, mas de um “conceito lexical” [*lexical concept*]; em outras palavras, de um feixe

⁴⁶⁵ [representation of knowledge associated with a word in a frame of “slots” and “fillers”]

⁴⁶⁶ [“Slots” are conceptual structure elements which characterize the properties and relations of the semantic class of a word (e.g. COLOUR, SMELL, TASTE, COMPOSITION, COMPONENTS, PREPARATION for the class of beverages)]

⁴⁶⁷ [On the basis of these slots specific data is stored (“fillers”) for the word in question]

de conhecimentos associados a uma dada forma lexical. Os elementos do *frame*, neste caso, não conformam “papéis conceituais” [*conceptual roles*], mas “traços conceituais” [*conceptual features*]. Dessa forma, poder-se-ia designar os *frames* em ANW como “*frames* paradigmáticos” [*paradigmatic frames*] (cf. MOERDIJK 2008: 562).

Ainda que a concepção de *frame* em ANW assemelhe-se à proposta em Konerding (1993) e Kammerer (1999), o método empregado no dicionário de holandês difere muito do descrito em 6.2.2.2. O modelo de verbete apresentado em Kammerer (1999) fundamenta-se em um *frame* concebido como um texto longo e denso, que descreve os traços por meio de sentenças exaustivas, ricas em detalhes enciclopédicos (cf. MOERDIJK 2008: 565). De acordo com o princípio adotado em ANW, no entanto, o *frame* deve fornecer uma descrição do significado. Embora reconheça a dificuldade intrínseca ao estabelecimento de uma separação estrita entre conhecimento linguístico e conhecimento de mundo, o autor sustenta que nem todo o tipo de informação enciclopédica/extralinguística deve ser incluído no dicionário, de modo que “[P]eculiaridades que são ou muito específicas ou muito enciclopédicas e conhecimento subjetivo, definitivamente, não pertencem ao semagrama”⁴⁶⁸ (MOERDIJK 2008: 565).

A elaboração dos *frames* de ANW – concebidos como um “*type template*” –, de acordo com Moerdijk (2008: 563-565), respeitou a três etapas distintas:

- a) Análise do conteúdo das definições de dicionários gerais de holandês: Esta etapa apresenta duas fases distintas. Na primeira fase, cada definição é dividida em segmentos, de forma a identificar as palavras-chave da definição e os principais traços empregados na descrição do significado. Uma definição como *boi* “bovino macho adulto”, por exemplo, receberia a seguinte análise: PALAVRA-CHAVE: bovino; IDADE: adulto; GÊNERO: macho. Na segunda fase, as classes semânticas das unidades léxicas são derivadas das palavras-chave isoladas: *boi* – PALAVRA-CHAVE: bovino – SUPERORDENADO: animal.
- b) Delimitação e agrupamento de classes semânticas a partir das palavras-chave: A divisão do léxico em grupos – ou classes semânticas –, tais como animais, artefatos, atividades, estados, emoções, veículos etc. – que, aliás, está em consonância com o ponto de vista defendido aqui (cf. a discussão levada a cabo na primeira parte do capítulo) – mostra-se mais produtiva do que a classificação das palavras em diversos domínios, como política, religião, esporte etc., como ocorre nas ontologias.

⁴⁶⁸ [Peculiarities which are too detailed or too encyclopedic and subjective knowledge do definitely not belong in the semagram]

- c) Discriminação dos traços indicados nas análises de cada classe semântica: Após a classificação das unidades léxicas em diferentes classes semânticas, procede-se à compilação dos *type templates*. Os traços semânticos detectados nas análises são convertidos em categorias de informações, úteis para a caracterização de cada classe de palavras.

Moerdijk (2008) apresenta um modelo de *type template* gerado para a descrição do significado de animais⁴⁶⁹:

- (33) “*Type template*” da classe semântica ANIMAL:

<u>PERCEPÇÃO VISUAL</u>	<u>ORIGEM</u>	<u>PROPRIEDADE/QUALIDADE</u>
COR	ORIGEM	GÊNERO
ASPECTO	REPRODUÇÃO	PROPRIEDADE ABSTRATA
TAMANHO	<u>ESPACO/LUGAR</u>	<u>ACÃO OU ATIVIDADE</u>
FORMA	HABITAT	COMPORTAMENTO
CONSTITUIÇÃO FÍSICA	LUGAR DE ORIGEM	MOVIMENTO
<u>COMPOSIÇÃO</u>	LOCALIZAÇÃO	EFEITO
PARTES	<u>TEMPO</u>	UTILIDADE E USO
COMPLEXÃO	IDADE	TRATAMENTO
<u>FUNÇÃO OU UTILIDADE</u>	<u>ESTADO</u>	<u>RELAÇÃO COM PESSOAS OU OBJETOS</u>
FUNÇÃO	ESTADO EM GERAL	PRODUTO OU FRUTO
<u>AVALIAÇÃO E IMPORTÂNCIA</u>	FASE	<u>GRUPO DE APOIO</u>
IMPORTÂNCIA	<u>LIMITAÇÃO</u>	EXEMPLO OU ESPÉCIE
<u>COMPARAÇÃO</u>	ESPECIFICAÇÃO DE ESPÉCIE	CIRCUNSTÂNCIA
SEMELHANÇA	<u>RELAÇÃO E CONEXÃO</u>	
	RELAÇÃO	

Cada uma das categorias de informação – ou *slots* – discriminadas no *type template* deve ser preenchida manualmente pelo lexicógrafo, com base nas informações coletadas em obras de referência (dicionários e enciclopédias), nas informações do *corpus* compilado no âmbito do projeto ANW, e no próprio conhecimento linguístico e de mundo do indivíduo – considerando-se, evidentemente, que nem todos os *slots* serão preenchidos em todos os casos (cf. MOERDIJK; TIBERIUS; NIESTADT 2008: 19). Moerdijk; Tiberius; Niestadt (2008) descrevem as características gerais da obra, enfatizando as formas de acesso e o papel do semagrama em cada caso – que, tendo em vista a concepção geral do dicionário e a

⁴⁶⁹ O *type template* reproduzido a seguir foi traduzido diretamente do original apresentado em Moerdijk (2008: 565). Nesse ponto da discussão, é inevitável uma analogia com a noção de “*semantic template*” desenvolvida no âmbito da metalinguagem semântica natural (cf. GODDARD 2011: 105-106), com a ressalva de que o *type template* da classe semântica ANIMAL desenvolvido para o ANW é mais extenso e detalhado que o “*semantic template*” apresentado para essa categoria em Goddard (2011: 203-220).

plataforma em que é disponibilizado, é muito mais que uma ferramenta de apoio à explanação do significado. Os autores descrevem cinco distintas opções de acesso ao material léxico, dentre os quais, as mais importantes são:

- a) palavra → significado: É empregada pelo usuário que busca informação (morfológica, sintática, semântica) sobre a unidade léxica; trata-se da função semasiológica da obra, e possibilita acesso direto ao verbete. Nesse caso, o semagrama – conforme o exemplo apresentado anteriormente (cf. Figura 8) – atua em conjunto com a definição, provendo informações secundárias, tanto de cunho semântico como de cunho enciclopédico, que a definição, devido aos limites impostos pela sua própria natureza, não pode fornecer (cf. MOERDIJK; TIBERIUS; NIESTADT 2008: 20).
- b) significado → palavra: É empregada pelo usuário que deseja identificar as expressões linguísticas relacionadas a determinado conceito; trata-se da função onomasiológica da obra. Nesse caso, o usuário é direcionado a uma lista de palavras referentes a verbetes nos quais a expressão linguística empregada na busca é mencionada; cada palavra apresentada na lista é acompanhada de um breve contexto, de modo que o consulente possa identificar imediatamente a acepção que ele busca. O semagrama, em relação à função onomasiológica da obra, serve como banco de dados utilizado pelo sistema para recobrar informações semanticamente relacionadas (cf. MOERDIJK; TIBERIUS; NIESTADT 2008: 21-22).

Apesar dos méritos indiscutíveis da obra – que, aliás, servirá como um dos pontos de referência para o desenvolvimento da nossa proposta –, é preciso notar que, de forma similar ao que ocorre em Kammerer (1999), a metodologia elaborada para a seleção das informações disponibilizadas nos semagramas carece de objetividade. Moerdijk (2008), como vimos, defende que nem todo tipo de informação enciclopédica/extralinguística é pertinente a uma obra lexicográfica – assunção da qual compartilhamos. Entretanto, apenas posicionar-se em favor da exclusão de parte das informações não linguísticas do dicionário não é suficiente; é necessário gerar critérios claros para respaldar a incorporação de determinadas informações e o descarte de outras. Em nome da justiça, contudo, forçamo-nos a reconhecer que a teoria lexicográfica, provavelmente, ainda não está habilitada a oferecer resultados conclusivos a esse respeito, uma vez que a resposta a essa questão depende, em boa medida, também da variável usuário (cf. 3.2.3.2).

6.2.3 Metodologia para a seleção das informações veiculadas pelas paráfrases definidoras

Sumariamente, a exposição realizada em 6.2.2 evidenciou que a semântica de *frames* – e, de forma mais ampla, a noção de *frames* – possui um alto potencial de aplicação em (meta)lexicografia, que se reflete tanto na enorme quantidade de estudos que sugerem seu emprego nos mais diversos âmbitos do fazer dicionarístico – entre os quais, destacamos Ballmer; Brennenstuhl (1981), Wegner (1989), Fillmore; Atkins (1994), Kammerer (1999), Boas (2001; 2002), Atkins; Rundell (2008), Pietro (2008) –, como, mais recentemente, na implementação de ferramentas *on-line* com acentuada vocação lexicográfica – nominalmente, os projetos WordNet e FrameNet. No entanto, os resultados concretos de sua aplicação à prática lexicográfica são ainda muito restritos, cabendo-nos, contudo, mencionar, com louvor, o caso de ANW.

Em relação à descrição do significado, os subsídios da semântica de *frames* não são aplicados diretamente à redação das paráfrases, mas à geração de uma espécie de mecanismo complementar à definição. No caso de Kammerer (1999), como vimos, propõe-se que as informações extraídas do *frame* – em geral, de natureza enciclopédica – sejam apresentadas em segmentos microestruturais gerados para esse fim. Em ANW, os *frames* materializam-se na forma de semagramas no interior do verbete.

Ambas as propostas são absolutamente legítimas e dotadas de um mérito intrínseco inegável. Entretanto, reservamo-nos o direito de traçar duas considerações a respeito.

Em primeiro lugar, nosso objetivo é o aprimoramento das *paráfrases definidoras*, apresentando propostas para sua padronização do ponto de vista tanto da forma (cf. Capítulo 5) como do conteúdo veiculado. No escopo da teoria geral dos mecanismos explanatórios que vimos desenvolvendo, os mecanismos complementares devem ser empregados *exclusivamente* como complemento às paráfrases opacas propriamente ditas, e não em todos os verbetes de forma indiscriminada. Respeitamos, dessa forma, ao princípio básico de funcionalidade das informações (cf. BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2006).

Em segundo lugar, um verbete redigido segundo a proposta de Kammerer (1999) dificilmente seria viável em uma obra impressa, que é fisicamente limitada. De forma similar, os semagramas foram, evidentemente, concebidos tendo em vista a disponibilização exclusiva da obra em formato digital (cf. MOERDIJK; TIBERIUS; NIESTADT 2008).

Às considerações feitas, deve-se acrescentar que, malgrado os esforços no sentido de sistematizar a incorporação de informação enciclopédica/extralinguística ao verbete, com

vistas à elucidação do significado, carece-se de critérios objetivos para a realização desse processo, pelas razões já discutidas oportunamente.

Tendo em vista o breve panorama do estado da arte no âmbito das pesquisas (meta)lexicográficas, discutiremos, nas seções subsequentes, os parâmetros que, a nosso ver, deveriam nortear a elaboração de uma metodologia que permita selecionar, da forma mais objetiva possível, as informações disponibilizadas nas paráfrases definidoras. A fim de ilustrar a discussão, tomaremos como exemplo o caso dos substantivos que designam emoções/sentimentos.

6.2.3.1 *Os substantivos que designam emoções/sentimentos nos dicionários semasiológicos*

A bibliografia a respeito das palavras que designam emoções/sentimentos é copiosa, tratando de aspectos relativos à relação estabelecida entre língua-fenômeno psíquico-mundo (cf., p.ex., EKMAN 1992; LINDQUIST et al. 2006; FONTAINE et al. 2007), à delimitação e descrição do conteúdo semântico dessa classe de unidades léxicas (cf., p.ex., WIERZBICKA 1992a; 1992b; KÖVECSES 2008), ou ao seu tratamento lexicográfico (cf., p.ex., JÄGER; PLUM 1989; PLUM 1992; OSTERMANN 2012).

Plum (1992), na introdução de seu estudo, emprega *Emotion* [emoção] e *Gefühl* [sentimento] como sinônimos, seguindo, desse modo, uma tendência comum no uso não técnico desses termos em alemão – e, acrescentaríamos, também em português e, provavelmente, em outras línguas. No âmbito de uma “teoria psicológica das emoções”, evidentemente, urge o estabelecimento de uma precisão terminológica. Uma emoção é, pois, entendida como “uma reação neural (inconsciente) a certo estímulo, expressa por meio de um conjunto complexo de ativações neurais no cérebro”⁴⁷⁰, que se refletirá no corpo como “um estado emocional externamente observável”⁴⁷¹. Um sentimento, por sua vez, em seu estágio latente, é “o sentir (ainda inconsciente) desse estado corporal”⁴⁷², que, posteriormente, evolui como “aquilo que emerge quando o organismo detecta que sua representação do próprio estado corporal [...] foi alterada pela ocorrência do estímulo”⁴⁷³, tornando-se, assim, um fato consciente (cf. DAMASIO 1999, *apud* BOSSE; JONKER; TREUR 2008: 94-95). Existe, portanto, uma relação estreita entre ambos os conceitos, explicando-se, dessa forma, o

⁴⁷⁰ [an (unconscious) neural reaction to a certain stimulus, realised by a complex ensemble of neural activations in the brain]

⁴⁷¹ [an externally observable emotional state]

⁴⁷² [the (still unconscious) sensing of this body state]

⁴⁷³ [what emerges when the organism detects that its representation of its own body state [...] has been changed by the occurrence of the stimulus]

emprego, em linguagem corrente, de ambos os termos, *emoção* e *sentimento*, como sinônimos em determinados contextos⁴⁷⁴. Diante disso, acreditamos que nada obsta ao tratamento lexicográfico conjunto de ambas as classes de palavras⁴⁷⁵.

No âmbito (meta)lexicográfico, Jäger; Plum (1989: 851) evocam uma distinção estabelecida na lógica entre “predicados sistêmicos” [*Systemprädikate*] e “predicados ostensivos” [*ostensive Prädikate*]. Estes últimos podem ser aprendidos apenas de forma indutiva, mediante exemplos a contraexemplos; os primeiros, pelo contrário, podem ser introduzidos por meio de definições. Os conceitos relativos a emoções/sentimentos, corresponderiam, segundo os autores, a predicados ostensivos.

Na esteira de Jäger; Plum (1989), Wierzbicka (1992b) defende que os conceitos relativos a emoções/sentimentos não podem ser definidos por meio da fórmula clássica *genus proximum et differentiae specifica*; a autora, entretanto, rejeita sua, muitas vezes suposta, “indefinibilidade”. A descrição das designações de emoções/sentimentos, no âmbito da metalinguagem semântica natural, é realizada por meio de primitivos semânticos, tais como “*want*”, “*say*”, “*think*”, “*know*”, “*good*”, “*bad*” etc., correspondentes a universais linguísticos, e que, portanto, deveriam estar isentos de uma compreensão intuitiva (cf. WIERZBICKA 1992b: 541-542).

A respeito da definição de palavras que designam emoções/sentimentos, Plum (1992) assevera que:

Nas entradas dos dicionários, dever-se-ia evitar elucidar o significado de palavras que designam sentimentos por meio da indicação de determinadas propriedades apreendidas pela experiência. Paráfrases de palavras que designam sentimentos cuja forma é “Emoção que se caracteriza pelas propriedades xyz apreendidas pela experiência” é inapropriada, primeiramente, porque a indicação de tais propriedades apreendidas pela experiência permanece mais ou menos subjetiva e, por isso, refutável, e, em segundo lugar, porque elas não deixam claro em quais interações

⁴⁷⁴ Nesse sentido, a análise dos *frames* EMOÇÃO e SENTIMENTO no banco de dados da FrameNet evidencia, efetivamente, a existência de uma relação entre ambos os termos: o *frame* EMOÇÃO é usado pelo *frame* SENTIMENTO, constituindo, nesse caso, um dos elementos do *frame*.

⁴⁷⁵ Os limites entre os conceitos de *emoção* e *sentimento*, do ponto de vista estritamente linguístico, não parecem muito claros. Em AuE (2009: s.v., ac. 1, 2, 4), define-se *sentimento*, respectivamente, como “Ato ou efeito de sentir(-se)”, “Capacidade para sentir; sensibilidade” e “Disposição afetiva em relação a coisas de ordem moral ou intelectual”. A mesma obra define *emoção* como “Perturbação ou variação do espírito advinda de situações diversas, e que se manifesta como alegria, tristeza, raiva, etc.; abalo moral; comoção”, “Psicol. Reação intensa e breve do organismo a um lance inesperado, a qual se acompanha dum estado afetivo de conotação penosa ou agradável” e “Estado de ânimo despertado por sentimento estético, religioso, etc.” (cf. AuE 2009: s.v., ac. 2, 3, 4). HouE (2009: s.v., ac. 1, 2, 6) apresenta as seguintes definições para *sentimento*, respectivamente: “ato ou efeito de sentir(-se)”, “aptidão para sentir, disposição para se comover, se impressionar, perceber e apreciar algo etc.; sensibilidade” e “estado ou condição psicológica, e suas manifestações, originadas das pulsões de afeto ou aversão”. O dicionário, por sua vez, apresenta, para *emoção*, as seguintes definições: “agitação de sentimentos; abalo afetivo ou moral; turbacão, comoção” e “rubrica: psicologia. reação orgânica de intensidade e duração variáveis, ger. acompanhada de alterações respiratórias, circulatórias etc. e de grande excitação mental” (cf. HouE 2009: s.v., ac. 2, 2.1).

linguísticas e modelos de comportamento o emprego de palavras que designam sentimentos está integrada e sobre a base de quais conhecimentos comuns seu uso ocorre.⁴⁷⁶ (12)

A autora faz equivaler as chamadas “propriedades apreendidas pela experiência” [*Erlebnisqualitäten*]⁴⁷⁷ aos traços de uma definição elaborada tendo em vista os princípios de um modelo de condições necessárias e suficientes. Em vista da dificuldade intrínseca à apreensão/explicação do conteúdo semântico da classe de palavras em questão (cf. PLUM 1992: 10-11), a aplicação desse modelo semântico na redação das paráfrases é refutada:

Seria inerente à descrição dessas interações linguísticas e modelos de comportamento, entre outras, a indicação de causas que provocam a emoção e de formas convencionalizadas de condutas emocionais, fatores que, seguramente, não podem ser interpretados, no sentido da teoria tradicional da definição, como traços necessários, mas que, isso sim, constituem um âmbito estereotipado para o emprego de palavras que designam sentimentos.⁴⁷⁸ (PLUM 1992: 12)

Tendo em vista as considerações precedentes, analisamos as definições apresentadas em verbetes correspondentes a substantivos que designam emoções/sentimentos em dicionários gerais de português – AuE (2009), HouE (2009) e MiE (1998) –, bem como as definições de seus correlatos em dicionários gerais de espanhol – DRAEe (2001), DUEe (2001) e DEA (2011) –, de italiano – ZVLI (2011), VTLIe (1998) e DGLI (2012) – e de francês – PRobE (2001), LLiDF (1863-1877) e DHaLF (2012)⁴⁷⁹.

⁴⁷⁶ [Im Wörterbucheinträgen sollte [...] darauf verzichtet werden, die Bedeutung von Gefühlswörtern durch die Angabe bestimmter Erlebnisqualitäten zu erläutern. Paraphrasen zu Gefühlswörtern, die die Form haben: „Emotion, die charakterisiert ist durch die Erlebnisqualitäten xyz“, sind ungeeignet, weil die Angabe solcher Erlebnisqualitäten erstens mehr oder weniger subjektiv und daher angreifbar bleibt und weil sie zweitens nicht deutlich macht, in welche Sprachspiele und Verhaltensmodelle der Gebrauch von Gefühlswörtern eingebunden ist und auf der Grundlage welchen gemeinsamen Wissens ihre Verwendung erfolgt]

⁴⁷⁷ De acordo com a autora, as “propriedades apreendidas pela experiência” [*Erlebnisqualitäten*] estão relacionadas com “vivências/experiências sentidas” [*gefühlte Erlebnisse*] e com “estados de consciência independentes da língua” [*sprachunabhängige Bewußtseinszustände*], que, portanto, “são acessíveis apenas por meio de introspecção” [*nur durch Introspektion zugänglich sind*], ou seja, de forma subjetiva (cf. PLUM 1992: 170-171).

⁴⁷⁸ [Zur Beschreibung dieser Sprachspiele und Verhaltensmodelle würde unter anderem die Angabe von emotionserzeugenden Anlässen und von konventionalisierten Formen emotionalen Benehmens gehören, Faktoren, die sicher nicht im Sinne der traditionellen Definitionslehre als notwendige Merkmale interpretiert werden dürfen, die aber wohl einen stereotypischen Rahmen für den Gebrauch von Gefühlswörtern konstituieren]

⁴⁷⁹ O material analisado está disponível no Anexo II, apresentado no CD que acompanha o volume impresso da tese.

(34) Lista de substantivos que designam emoções/sentimentos:

<i>amor</i>	<i>amor</i>	<i>amore</i>	<i>amour</i>
<i>paixão</i>	<i>pasión</i>	<i>passione</i>	<i>passion</i>
<i>alegria</i>	<i>alegría</i>	<i>allegria</i>	<i>gaieté</i>
<i>gozo</i>	<i>gozo</i>	<i>gioia</i>	<i>joie</i>
<i>tristeza</i>	<i>tristeza</i>	<i>tristezza</i>	<i>tristesse</i>
<i>melancolia</i>	<i>melancolía</i>	<i>malinconia</i>	<i>mélancolie</i>
<i>angústia</i>	<i>angustia</i>	<i>angoscia</i>	<i>angoisse</i>
<i>aflição</i>	<i>aflicción</i>	<i>afflizione</i>	<i>affliction</i>
<i>ódio</i>	<i>odio</i>	<i>odio</i>	<i>haine</i>
<i>cólera</i>	<i>cólera</i>	<i>collera</i>	<i>colère</i>
<i>raiva</i>	<i>rabia</i>	<i>rabbia</i>	<i>rage</i>
<i>fúria</i>	<i>furia</i>	<i>furia</i>	<i>furie</i>
<i>ira</i>	<i>ira</i>	<i>ira</i>	<i>fureur / ire</i>
<i>ciúme</i>	<i>celo(s)</i>	<i>gelosia</i>	<i>jalousie</i>
<i>inveja</i>	<i>envidia</i>	<i>invidia</i>	<i>envie</i>
<i>espanto</i>	<i>espanto</i>	<i>spavento</i>	<i>stupéfaction</i>
<i>assombro</i>	<i>asombro</i>	<i>stupore</i>	<i>stupeur</i>
<i>medo</i>	<i>miedo</i>	<i>paura</i>	<i>peur</i>
<i>temor</i>	<i>temor</i>	<i>timore</i>	<i>crainte</i>

Os dados obtidos foram analisados quantitativa e qualitativamente. Do ponto de vista qualitativo, avaliamos o tipo de mecanismo explanatório empregado em cada caso, buscando estabelecer uma correlação entre técnica de definição e conteúdo semântico analisado. Os resultados são sintetizados na tabela apresentada a seguir:

	Mecanismos explanatórios						Total de definições
	Metalinguagem de conteúdo	Metalinguagem de signo	Definição por sinônimo(s)	Definição parafrástica + sinônimo	Definição “mista”	Definição com duas acepções	
Dicionários Português	44	1	23	31	-	3	102
Dicionários Espanhol	57	3	12	-	10	1	83
Dicionários Italiano	43	7	3	8	1	4	66
Dicionários Francês	65	3	5	3	-	7	83

Tabela 3: Análise de verbetes de substantivos que designam emoções/sentimentos em dicionários de português, espanhol, italiano e francês

O número total de definições corresponde ao conjunto de todas as definições – relativas ao sentimento – coletadas nos verbetes das unidades léxicas analisadas nos três dicionários pertinentes a cada um dos idiomas. No decorrer da análise, foi possível distinguir seis situações específicas:

- a) O emprego de uma definição em metalinguagem de conteúdo: O dicionário opta por construir uma paráfrase cujo *pattern* sintático assemelha-se a uma definição por *genus proximum et differentiae specificae*; p.ex.: *ciúme* “Inquietação mental causada por suspeita ou receio de rivalidade no amor ou em outra aspiração” (MiE 1998: s.v., ac.1).
- b) O emprego de uma definição em metalinguagem de signo: O dicionário apresenta uma definição parafrástica introduzida, no entanto, por alguma fórmula definidora que inviabiliza a prova da substituição; p.ex.: *paixão* “Mais comumente paixão designa amor, atração de um sexo pelo outro” (MiE 1998: s.v., ac.3).
- c) O emprego de uma definição por meio de sinônimo(s): O dicionário prescinde de uma definição parafrástica, limitando-se à apresentação de um (ou mais) sinônimo(s) do signo-lema; p.ex.: *aflicción* “Pesadumbre o tristeza” (DEA 2011: s.v., ac.1).
- d) O emprego de uma definição parafrástica em conjunto com uma definição por sinônimo(s): O dicionário opta pela complementação da paráfrase (em geral, em metalinguagem de conteúdo) mediante a indicação de um (ou mais) sinônimo(s); p.ex.: *gioia* “sentimento di piena e viva soddisfazione dell’animo; allegria, felicità” (DGLI 2012: s.v., ac.1).
- e) O emprego de uma definição “mista”: O dicionário apresenta uma definição “bipartida”, de tal forma que a primeira parte corresponde a uma definição em metalinguagem de conteúdo, e a segunda parte, a uma definição em metalinguagem de signo; p.ex.: *allegria* “Contentezza, buon umore, anche di più persone insieme, che si esterna in modo vivace e spesso rumoroso; differisce dall’*allegrezza* in quanto, più che il sentimento, ne è l’aspetto e la manifestazione esteriore, e può anche essere uno stato abituale” (VTLLe 1998: s.v., ac.1).
- f) A apresentação de uma definição que acopla duas acepções: O dicionário incorre em um erro metodológico, ao apresentar duas acepções em uma mesma definição; p.ex.: *jalousie* “Sentiment hostile qu’on éprouve en voyant un autre jouir d’un avantage qu’on ne possède pas ou qu’on désirerait posséder exclusivement ; inquiétude qu’inspire la crainte de partager cet avantage ou de le perdre au profit d’autrui” (PRobE 2001: s.v., ac.2).

Desconsideramos, antes de tudo, os casos em que se empregam definições “mistas” ou se apresentam duas acepções em uma mesma paráfrase, posto que os consideramos desacertos metodológicos. Em relação ao material restante, chamamos a atenção para a diversidade de técnicas definidoras empregadas pelos dicionários analisados – embora apresentem, na

prática, uma tendência acentuada ao emprego de definições em metalinguagem de conteúdo. O fato, no entanto, de que as obras utilizem também definições em metalinguagem de signo e definições por sinônimos, além de conjugar, em determinados casos, duas técnicas, é um forte indício de que os compiladores das obras reconhecem, nos substantivos que designam emoções/sentimentos, um grupo de palavras potencialmente difíceis de definir – pelo menos tendo em vista o método “tradicional” por gênero próximo e diferença específica. Esses dados, portanto, ajudam a corroborar a opinião de Jäger; Plum (1989), Plum (1992) e Wierzbicka (1992b).

No âmbito da análise qualitativa dos dados, concentramos nossa atenção nas paráfrases em metalinguagem de conteúdo, buscando averiguar que tipos de informações são veiculadas nas definições de substantivos que designam emoções/sentimentos. As definições parafrásticas em metalinguagem de conteúdo estão formuladas (a) através de menção a outras emoções/outros sentimentos ou (b) por meio da descrição da causa e/ou da manifestação física da emoção/do sentimento em questão⁴⁸⁰.

1. Definição por referência a outras emoções/outros sentimentos: A exemplo das definições por meio de sinônimos, as paráfrases que mencionam outras emoções/outros sentimentos não constituem *per se* um equívoco metodológico, uma vez que, como sabemos, um sinônimo pode, em determinadas situações, ser mais elucidativo que uma definição (cf. BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2011c). Entretanto, essas paráfrases também podem incorrer em erros. O primeiro deles é forçar o usuário a efetuar várias consultas consecutivas, até satisfazer a dúvida que o levou ao dicionário. O segundo, e mais grave, é a geração de um círculo vicioso (cf. MARTÍNEZ DE SOUZA 1995: s.v. *definición lingüística*):

- (35) **alegria** [...] 3. Sentimento de felicidade, de contentamento, satisfação, júbilo: A *alegria* de ser mãe notava-se-lhe nos olhos; “Neste retiro os longos dias passo, / Sem *alegrias* e sem dissabores” (Ricardo Gonçalves, *Ipês*, p. 37). [...] (AuE 2009: s.v.)
crainte *nf* Sentiment de peur, d’inquiétude. [...] (DHALF 2012 : s.v.)
passione [...] **s.f.** [...] 5 Violento sentimento di amore o desiderio sensuale: *una p. folle, torbida, inconfessabile; una p. che non gli dà pace; si strugge di p. per lei* [...] (ZVLI 2011: s.v.)

2. Definição por indicação de causas e manifestações da emoção/do sentimento: Essas paráfrases correspondem a uma descrição – por vezes, relativamente extensa – das causas que

⁴⁸⁰ Desconsideraram-se as definições entendidas como opacas deficitárias, cujos problemas de formulação – nesse caso, de ordem semântica – comprometem seu potencial elucidativo, uma vez que não veiculam informações que possam ajudar o consultante a entender o significado da unidade léxica. Citamos dois exemplos: *alegría* “(De alegre). 1. f. Sentimiento grato y vivo que suele manifestarse con signos exteriores. [...]” (DRAEe 2001: s.v.) e *stupéfaction* “[...] 1 État d’une personne stupéfaite.” (PRobE 2001: s.v.).

desencadeiam a emoção/o sentimento e/ou das reações que provoca no ser que experencia a emoção/o sentimento:

- (36) **alegría** (de «alegre») **1** f. Sentimiento que produce en alguien un suceso favorable o la obtención de algo que deseaba o que satisface sus sentimientos o afectos: ‘Tuvo una gran alegría cuando le dieron la plaza. Me dio mucha alegría verle después de tanto tiempo. Con la alegría del triunfo no se acuerda de nada’. [...] (DUEe 2001: s.v.)
haine [...] **1** Sentiment violent qui pousse à vouloir du mal à qqn et à se réjouir du mal qui lui arrive. [...] (PRobE 2001: s.v.)
ira s. f. [lat. *īra*]. – **1**. Sentimento per lo più improvviso e violento, che, provocato dal comportamento di persone o da fatti, circostanze, avvenimenti, tende a sfogarsi con parole concitate, talvolta con offese, con atti di rabbia e di risentimento, con una punizione eccessiva o con la vendetta, contro chi, volontariamente o involontariamente, lo ha provocato [...] (VTLIe 1998: s.v.)

A análise qualitativa dos dados, portanto:

- a) reafirma a assunção geralmente aceita de que o conteúdo das paráfrases relativas a substantivos que designam emoções/sentimentos não pode veicular informações que correspondam a um conjunto de condições necessárias e suficientes (cf. PLUM 1992; WIERZBICKA 1992b);
- b) confirma a hipótese de que as paráfrases relativas a unidades léxicas que designam emoções/sentimentos deveriam basear-se em constructos estereotipados acerca das “causas que provocam a emoção” [*emotionserzeugende Anlässen*], bem como das “formas convencionalizadas de condutas emocionais” [*konvetionalisierte Formen emotionalen Benehmens*] (cf. PLUM 1992: 12); deve-se observar, no entanto, como a seleção das informações foi levada a cabo – em outras palavras, que critérios validam seu *status* de “constructos estereotipados (ou prototípicos)” acerca das causas/manifestações das emoções/sentimentos em questão –, e em que medida as paráfrases formuladas seriam efetivamente elucidativas.

6.2.3.2 Proposta preliminar de um modelo baseado em frames para a definição de substantivos que designam emoções/sentimentos

Em face das amplas discussões realizadas nas seções anteriores, propor-se-á os fundamentos que deveriam subjazer à elaboração de uma metodologia para a seleção das informações de caráter enciclopédico/extralinguístico com base na noção de *frames*, tomando como exemplo a definição de substantivos que designam emoções/sentimentos. Delimitamos dois objetivos específicos:

- a) sistematizar a seleção de informações – mormente as de caráter enciclopédico/extralinguístico – que devem compor as paráfrases definidoras;

- b) minimizar as deficiências relativas ao potencial elucidativo das paráfrases definidoras, propondo padrões de uniformização, tanto do ponto de vista da forma (cf. Capítulo 5), como do ponto de vista do conteúdo.

Assumimos, como ponto de partida, a proposta de Ostermann (2012). A autora elabora uma “estrutura cognitiva de definição” [*cognitive defining structure*] para termos básicos de emoções [*basic emotions terms*]. Trata-se de um modelo construído a partir dos subsídios da semântica cognitiva, evocando dois marcos teóricos em particular:

- a) Semântica de *frames*: Este modelo semântico é aludido pelo emprego da FrameNet. O primeiro passo para a elaboração da “estrutura cognitiva de definição” consiste na análise do *frame* FEELING.
- b) Modelos cognitivos idealizados: Kövecses (2008) apresenta um modelo para a descrição da estrutura conceitual de termos que designam emoções, composto de três elementos – metáfora conceitual, metonímia conceitual e conceitos relacionados –, cujo conjunto constitui um modelo cognitivo. Esse modelo cognitivo é, justamente, a base para a representação conceitual de termos que designam emoções. Ostermann (2012) aplica à elaboração da sua proposta o cenário prototípico de emoção – quinto estágio desse modelo –, esquematizado da seguinte forma: causa da emoção → emoção → (controle da emoção →) resposta (cf. KÖVECSES 2008: 134).

Do ponto de vista formal, Ostermann (2012) emprega o modelo *genus proximum et differentiae specifica*, de tal forma que ao *genus proximum* deve corresponder o hiperônimo *feeling* [sentimento] – em geral, pré-modificado –, e a *differentia specifica* consiste de uma *when-definition* bipartida em “causa da emoção” e “reação à emoção”. A seguir, apresentamos o esquema da “estrutura cognitiva de definição” proposta em Ostermann (2012: 496) – traduzido e adaptado do original:

NOVA ESTRUTURA COGNITIVA DE DEFINIÇÃO	<i>definiens</i> (palavra-entrada)	<i>genus proximum</i>	<i>when-differentia specifica</i>	
	substantivo que designa emoção	emoção/estado emocional	causa / situação	reação

Quadro 15: Esquema da “estrutura cognitiva de definição” de Ostermann (2012)

Com base na estrutura definidora descrita acima, Ostermann (2012: 496-497) formula definições para os nove termos básicos de emoções em inglês, quais sejam: *anger*, *disgust*,

hate, fear, sadness, desire, love, happiness e joy. A título de ilustração, apresentamos a definição de *anger* segundo Ostermann (2012: 496):

- (37) **anger** a bad feeling rising in you when you think sth or sb's behaviour is unfair or unjustified and you would immediately like to do sth about it; it might be hard to suppress this wish to do sth, you might act in an unfriendly way, get red in the face or shout

Na definição fictícia apresentada em (35), a expressão “a bad feeling rising in you” corresponde ao *genus proximum*, enquanto as expressões “you think sth or sb's behaviour is unfair or unjustified and you would immediately like to do sth about it” e “hard to suppress/act in an unfriendly way/red in the face or shout” correspondem, respectivamente, à causa/situação e às reações (cf. OSTERMANN 2012: 496).

O modelo de definição descrito em Ostermann (2012) apresenta vantagens e desvantagens. A principal vantagem em relação às definições tradicionalmente apresentadas nos dicionários de língua para essa categoria de unidades léxicas (cf. 6.2.3.1) consiste na sistematização das informações selecionadas que, por sua vez, redundam na padronização das paráfrases definidoras – justamente o objetivo que perseguimos neste ponto da pesquisa. A estrutura cognitiva de definição, no entanto, encontra sua maior desvantagem no padrão sintático empregado. Em primeiro lugar, faz-se uma confusão – a nosso ver, inconcebível e inexplicável – entre dois métodos de definição incompatíveis entre si (cf. 2.2.3.3.1). Em segundo lugar, as paráfrases resultantes, como vemos no exemplo em (35), são excessivamente longas e sintaticamente complexas, além de apresentarem uma série de informações que não são essenciais na definição da unidade léxica em questão. A título de ilustração, propomos comparar a definição fictícia apresentada acima com definições da mesma unidade léxica, extraídas de dicionários de língua inglesa:

- (38) **anger** [...] a feeling of fierce annoyance because of something unfair or hurtful that has happened [...] (CDAE 2006: s.v.)
anger [...] **1 Anger** is the strong emotion that you feel when you think that someone has behaved in an unfair, cruel, or unacceptable way [...] (CCLDe 2003: s.v.)

Em relação ao potencial elucidativo, as definições apresentadas nos dicionários de língua inglesa não diferem, de forma considerável, da definição formulada segundo o modelo de Ostermann (2012). Em primeiro lugar, as informações arroladas – exceto pelo fato de que nenhuma das definições apresentadas nos dicionários de inglês oferece indicações sobre as reações provocadas pela emoção/pelo sentimento – são praticamente idênticas às da paráfrase fictícia de *anger*. Em segundo lugar, as paráfrases dos dicionários de língua inglesa

apresentam uma conformação sintática bem menos complexa do que a paráfrase proposta por Ostermann (2012) – o que as torna potencialmente mais elucidativas.

A ideia original subjacente à concepção da “estrutura cognitiva de definição” de Ostermann (2012), não obstante as ressalvas feitas em relação à proposta final, continua sendo um ponto de partida válido para a elaboração da nossa metodologia. São necessários, porém, evidentemente, determinados ajustes.

Seguindo o método empregado na geração dos semagramas em ANW, pretendemos desenvolver uma espécie de “*type template* mínimo” (cf. MOERDIJK 2008), cujos *slots* – de preenchimento não obrigatório em todos os casos – converter-se-ão, no momento da redação da paráfrase, nos “traços” da definição. Para tanto, a exemplo da estrutura de Ostermann (2012), o *type template* gerado deverá conformar-se a um *pattern* sintático específico.

O desenvolvimento do *type template* está fundamentado na noção de *frame* engendrada na semântica de *frames*; nosso material básico de análise são os *frames* apresentados na FrameNet. A elaboração do *type template* para a definição de substantivos que designam emoções/sentimentos pressupõe, portanto, a análise dos *frames* EMOTIONS e FEELING⁴⁸¹.

O *frame* FEELING é definido da seguinte forma:

- (39) In this frame an EXPERIENCER experiences an EMOTION or is in an EMOTIONAL_STATE. There can also be an EVALUATION of the internal experiential state.

Os elementos do *frame* descrito, portanto, são⁴⁸²:

- (40) Emotion: The EMOTION is the feeling that the EXPERIENCER experiences.
 Emotional_state: The EMOTIONAL_STATE is the state the EXPERIENCER is in.
 Evaluation: The EVALUATION is a negative or positive assessment of the EXPERIENCER regarding his or her EMOTIONAL_STATE.
 Experiencer: The EXPERIENCER experiences the EMOTION or is in the EMOTIONAL_STATE.

O *frame* EMOTIONS – como havíamos mencionado anteriormente – é usado pelo *frame* FEELING. A seguir, apresentamos a definição do *frame* EMOTIONS:

⁴⁸¹ Serão analisados os dados da FrameNet de língua inglesa, uma vez que, no âmbito do projeto FrameNet Brasil, ainda não foram elaborados os *frames* EMOÇÕES e SENTIMENTO, respectivamente. Acreditamos, no entanto, que esse fato não influi de maneira decisiva nos resultados obtidos. Em primeiro lugar, as FrameNets de línguas diversas do inglês são elaboradas a partir da FrameNet de língua inglesa, de modo que os *frames* são, na maioria dos casos, traduzidos diretamente do inglês. Em segundo lugar, as divergências, quando existem, são, como vimos, fruto das diferenças tipológicas e genéticas entre a língua de partida (o inglês) e a língua de chegada (língua da FrameNet em construção), e raras vezes decorrentes de fatores delimitados culturalmente (cf. 6.2.2.1.1), redundando em que a estrutura dos *frames*, em geral, não se vê afetada em sua essência.

⁴⁸² Os *frames* apresentam elementos nucleares [*core*], considerados essenciais na descrição do significado, e elementos não nucleares [*non-core*], entre os quais incluem-se, normalmente, expressões de tempo, lugar e modo. Aqui, limitamo-nos a apresentar os elementos nucleares de cada um dos *frames*.

- (41) An EXPERIENCER has a particular emotional STATE, which may be described in terms of a specific STIMULUS that provokes it, or a TOPIC which categorizes the kind of STIMULUS. Rather than expressing the EXPERIENCER directly, it may (metonymically) have in its place a particular EVENT (with participants who are EXPERIENCERS of the emotion) or an EXPRESSOR (a body-part of gesture which would give an indication of the EXPERIENCER's state to an external observer).

Os elementos nucleares do *frame* EMOTIONS são:

- (42) Event: The EVENT is the occasion or happening that EXPERIENCERS in a certain emotional state participate in.
 Experiencer: The EXPERIENCER is the person or sentient entity that experiences or feels the emotions.
 Expressor: The body part, gesture, or other expression of the EXPERIENCER that reflects his or her emotional state. They describe a presentation of the experience or emotion denoted by the adjective or noun.
 State: The STATE is the abstract noun that describes a more lasting experience by the EXPERIENCER.
 Stimulus: The STIMULUS is the person, event, or state of affairs that evokes the emotional response in the EXPERIENCER.
 Topic: The TOPIC is the general area in which the emotion occurs. It indicates a range of possible STIMULUS.

A partir da análise da definição dos *frames* FEELING e EMOTIONS, bem como de seus respectivos elementos nucleares, elaboramos uma proposta preliminar de *type template* para a descrição de emoções/sentimentos. Os elementos do *frame* FEELING – que usa o *frame* EMOTIONS – são empregados na categorização da emoção/do sentimento, ao passo que o *frame* EMOTIONS fornece os elementos para a identificação dos traços específicos:

- (43) Emoção/Estado emocional: Natureza da emoção/do estado emocional (Sentimento de afeição/repulsa/contentamento/descontentamento/etc.) + Duração da emoção/do estado emocional (transitório *versus* duradouro)
 Avaliação do estado emocional: Juízo de valor acerca da emoção/do estado emocional (superficial/intenso/racional/irracional/etc.)
 Estímulo: Causa/origem/elemento desencadeador da emoção/do estado emocional
 Expressão: Signos *prototípicos* manifestados pelo ser que experencia a emoção/o estado emocional

O *type template* proposto apresenta, ao todo, cinco *slots* – considerando a bipartição estabelecida no primeiro caso –, que, no entanto, não são de preenchimento obrigatório na definição de todos os substantivos que designam emoções/sentimentos. O *slot* relativo à duração da emoção/do estado emocional, por exemplo, cumpre um papel importante no contraste entre *euforia* e *alegria* – nesse caso, dever-se-ia incluir o traço transitório na definição de *euforia* –, mas, provavelmente, pouco relevante na definição do par *temor/medo*.

De modo similar, o preenchimento do *slot* relativo à expressão da emoção/do estado emocional não será requerido em muitas definições. A esse respeito, deve-se recordar que, na literatura especializada, não há um consenso a respeito das “manifestações prototípicas” relacionadas às emoções básicas. Aliás, a própria possibilidade de definição de “emoções básicas” é questionada. Frente à definição de um conjunto de dez emoções básicas universais

– em inglês, *interest, joy, surprise, sadness, anger, disgust, contempt, fear, shame/shyness e guilt* –, Wierzbicka (1992a: 119) objeta que “termos que designam emoções em inglês constituem uma taxonomia popular, não um marco analítico, objetivo, culturalmente desvinculado”⁴⁸³. A autora ampara seus argumentos no fato de que línguas como o polonês, por exemplo, não possuem um equivalente perfeito para o inglês *disgust*; similarmente, há uma língua aborígine na Austrália que não estabelece uma distinção entre *fear* e *shame*. Naturalmente a opinião de Wierzbicka (1992a) está circunscrita ao marco teórico da metalinguagem semântica natural, que, por sua vez, assume como um de seus pressupostos fundamentais a hipótese do relativismo linguístico de Sapir/Whorf. Dentro dessa mesma perspectiva, Lindquist et al. (2006: 126) asseveram que “[P]essoas de diferentes culturas dividem o mundo afetivo em diferentes categorias básicas de emoções [...], de modo que os conceitos de emoções diferem entre culturas”⁴⁸⁴.

Ao assumir, contudo, a possibilidade de delimitação de emoções básicas transculturais, alguns estudiosos – especialmente no âmbito da psicologia – procuram definir os aspectos exteriores (expressões faciais, nuances vocais, gestos, ações etc.) que as caracterizam (cf., p.ex., EKMAN 1992; FONTAINE et al. 2007). Do ponto de vista estritamente (meta)lexicográfico, acreditamos que a identificação de um conjunto de “instâncias prototípicas” que caracterizam uma emoção/um estado emocional pode ser, de fato relevante, ou, mesmo, assumir um papel preponderante na definição de unidades léxicas como *melancolia* – com base na experiência de mundo, sabe-se que, via de regra, não é possível determinar um elemento desencadeador para o sentimento de melancolia. Entretanto, de um modo geral, alinhamo-nos à proposta de Wierzbicka (1992a), que estabelece, como traços fundamentais na definição de conceitos de emoções/sentimentos, a sua causa e o seu protótipo situacional. A autora é bastante cauta ao afirmar que “diferentes conceitos de emoções têm diferentes estruturas, e que alguns deles especificam certos pensamentos, como as causas do estado emocional, enquanto outros não”⁴⁸⁵ (WIERZBICKA 1992a: 177).

O *type template* definido em (43) deve, ainda, adaptar-se a um *pattern* sintático determinado, a fim de converter-se em uma paráfrase definidora. Para tanto, empregaremos o *pattern* sintático genérico definido em 5.2.1.1 para as paráfrases de substantivos em metalinguagem de conteúdo:

⁴⁸³ [English terms of emotion constitute a folk taxonomy, not an objective, culture-free analytical framework]

⁴⁸⁴ [People of different cultures divide the affective world into different basic emotion categories [...], such that emotion concepts differ across cultures]

⁴⁸⁵ [different emotion concepts have different structures and that some of them specify certain thoughts as the causes of the emotional state, whereas others do not]

Substantivos concretos = Hiperônimo + Especificador(es)

Elaborou-se, dessa forma, a seguinte estrutura definidora de substantivos que designam emoções/sentimentos⁴⁸⁶:

<i>definiens</i> (palavra-entrada)	Estrutura da definição de substantivos que designam emoções/sentimentos					
	Hiperônimo			Especificadores		
	Termo genérico		(Avaliação)			
	Emoção	Natureza da emoção		(Duração)	(Estímulo)	(Expressão)
substantivo que designa emoção	sentimento	[tipo de emoção]	([juízo de valor acerca da emoção])	([transitório/duradouro])	([causa do sentimento])	([signos prototípicos do sentimento])

Quadro 16: Estrutura da definição de substantivos que designam emoções/sentimentos

A fim de ilustrar nossa proposta, apresentamos dois modelos de paráfrases definidoras formuladas *ad hoc* a partir da estrutura de definição de substantivos que designam emoções/sentimentos apresentada *ad supra*⁴⁸⁷:

ira “sentimento de exaltação intenso e violento, provocado por [uma contrariedade] (que pode levar à privação do uso da razão)”

medo “sentimento de apreensão provocado por [algo] arriscado/perigoso/prejudicial / [algo] que se acredita ser arriscado/perigoso/prejudicial”

Na definição de *ira*, a expressão “sentimento de exaltação intenso e violento” corresponde à categorização da unidade léxica, que se decompõe, nesse caso, em termo genérico (“sentimento de exaltação”) e avaliação (“intenso e violento”). O conjunto de informações “provocado por [uma contrariedade] (que pode levar à privação do uso da razão)” corresponde *grosso modo* à *differentia specifica*. A expressão “provocada por [uma contrariedade]” indica o estímulo, ao passo que a expressão “(que pode levar à privação do uso da razão)” indica a expressão.

⁴⁸⁶ Os parênteses são empregados para representar a condição facultativa de determinados traços na redação das paráfrases definidoras.

⁴⁸⁷ Os elementos semióticos empregados na redação da paráfrase definidora – os colchetes, os parênteses e a barra – indicam, respectivamente, a restrição de atribuição (que deve ser preenchida pelo consulente, com base no contexto do qual foi extraída a unidade léxica que o levou a buscar o dicionário), a não obrigatoriedade de um determinado traço, e a possível alternância entre duas opções. Tais elementos foram empregados, tendo em vista as disposições acerca da apresentação formal das paráfrases definidoras, propostas em Beneduzi; Bugueño Miranda; Farias (2005).

A definição de *medo*, por outro lado, seleciona um número menor de elementos para a sua composição. A categorização corresponde, aqui, ao termo genérico, expresso como “sentimento de apreensão”, ao passo que a *differentia specifica* indica apenas o estímulo “provocado por [algo] arriscado/perigoso/prejudicial / [algo] que se acredita ser arriscado/perigoso/prejudicial”.

6.2.4 Considerações finais

A proposta do esquema de definição de substantivos que designam emoções/sentimentos, apresentada na seção anterior, serviu como base para a discussão dos fundamentos de uma metodologia para a seleção das informações veiculadas pelas paráfrases definidoras. Abstraindo-se os aspectos específicos concernentes à elaboração desse modelo – por exemplo, em relação à natureza do significado da categoria de unidades léxicas que designam emoções/sentimentos –, acreditamos que seja possível, assumindo como ponto de partida a metodologia exposta, elaborar *type templates* e, conseqüentemente, esquemas definidores, para outras classes de unidades léxicas – mormente, nomes abstratos, e, eventualmente, também nomes concretos, como animais, plantas, artefatos etc. Entretanto, há duas ressalvas que devem ser feitas. Essas ressalvas, evidentemente, não desabonam a proposta apresentada, mas restringem sua aplicabilidade:

- a) A metodologia de seleção das informações veiculadas pelas paráfrases definidoras, provavelmente, deixa-se aplicar de forma exitosa à elaboração de esquemas definidores de um número relativamente extenso de unidades léxicas – mormente às classes de palavras avessas a um modelo de condições necessárias e suficientes e, concomitantemente, propensas a inserir elementos enciclopédicos/extralinguísticos na descrição do significado (cf., p.ex., BENEDUZI; BUGUEÑO MIRANDA 2005; BENEDUZI; BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2005; FARIAS 2009b; 2009c). Sem embargo, não se pode perder de vista que há unidades léxicas perfeitamente definíveis mediante um modelo de condições necessárias e suficientes (como demonstra, por exemplo, o contraste dos lexemas *homem*, *mulher* e *criança*). Além disso, deve-se aludir também às unidades léxicas cuja paráfrase seleciona elementos de natureza extralinguística, que podem, no entanto, adequar-se perfeitamente ao modelo prototípico, sem necessidade de recorrer a *frames*. É o caso das definições ostensivas de nomes de cores, animais, plantas etc. Dessa forma, remontamo-nos, uma vez mais, a Herbst; Klotz (2003), que justificam – e legitimam – o variado espectro de modelos

semânticos que, aparentemente, subjazem à descrição do significado nos dicionários semasiológicos, tendo em vista a natureza diversa do significado das unidades léxicas arroladas.

- b) A metodologia proposta representa uma tentativa de propor critérios tão sistemáticos – e, portanto, objetivos – quanto possível para a seleção das informações veiculadas pelas paráfrases definidoras. Entretanto – e como as considerações acerca da facultatividade inerente à inserção de determinados elementos nas paráfrases definidoras acabaram por evidenciar –, a erradicação absoluta da subjetividade na elaboração das definições continua sendo um *desideratum*, cuja exequibilidade ainda não se vislumbra no atual cenário (meta)lexicográfico. Isso se deve, ao menos em parte, à inexistência de um modelo de descrição do significado, diretamente aplicável à práxis dicionarística (cf. HARRAS 1991: 30; HERBST; KLOTZ 2003: 33).

PARTE III

**PARA UMA TEORIA GERAL DOS MECANISMOS EXPLANATÓRIOS:
ILUSTRAÇÕES, EXEMPLOS E PÓS-COMENTÁRIOS**

7 FUNDAMENTOS PARA UMA TEORIA GERAL DOS MECANISMOS EXPLANATÓRIOS

O principal objetivo da tese é ultrapassar os limites de uma teoria exclusiva da definição lexicográfica – contrariando, portanto, a tendência da (meta)lexicografia à centralização do problema da explicitação do significado na geração de paráfrases definidoras –, e propor um modelo mais abrangente, que considere, além da definição, outros recursos explanatórios. Para tanto, devemos:

- a) demarcar os limites da (teoria da) definição lexicográfica em relação à explanação do significado;
- b) elencar mecanismos explanatórios, tanto complementares como alternativos às paráfrases, passíveis de emprego nos dicionários semasiológicos;
- c) propor parâmetros que os tornem elementos funcionais nessas obras.

7.1 A necessidade de ultrapassar os limites de uma teoria da definição lexicográfica

Uma “teoria da definição lexicográfica” é parte integrante – e substancial – de uma “teoria geral dos mecanismos explanatórios”. Sua ausência acarreta os problemas elencados em 3.1.1. Não obstante, elaborar um modelo teórico capaz de solucionar *todos* os problemas intrínsecos à definição – considerada, neste caso específico, como “ato de definir” – é, na prática, inexequível.

Em 3.2.3, discutimos *in extenso* as dificuldades que permeiam a elaboração de uma “teoria da definição lexicográfica”:

- a) a impossibilidade de se determinar o que se deve entender sob o rótulo de “definição elucidativa”;
- b) a ausência de instrumentos metodológicos que permitam determinar com precisão as necessidades do usuário em relação à elucidação do significado;
- c) a intangibilidade do significado.

Estabelecer o que se deve entender por “definição elucidativa” é, neste momento, uma questão insolúvel – considerando que esse problema está fortemente conectado à dificuldade de se lidar com a variável usuário (cf. 3.2.3.1 e 3.2.3.2). Diante disso, limitamo-nos a distinguir “paráfrases elucidativas” de “paráfrases não elucidativas” com base em três critérios:

- a) a adequação da metalinguagem utilizada na redação da paráfrase definidora ao tipo de signo-lema;

- b) a atenção dispensada aos princípios redacionais básicos⁴⁸⁸;
- c) a natureza do significado da unidade léxica definida.

Dessa forma, atribuímos à natureza, até certo ponto, intangível do significado a impossibilidade de se gerar definições completamente elucidativas em determinados casos. A solução apontada, entretanto, não pode ser considerada definitiva, uma vez que ainda está – pelo menos em parte – baseada numa apreensão meramente impressionista do objeto.

Neste ponto da discussão, deve-se retomar a classificação das paráfrases definidoras com base na oposição transparência/opacidade (cf. FARIAS 2008a):

Definições	Transparentes		marmita “Vasilha ger. metálica em que se transporta a própria refeição para o local de trabalho” (CAe 2007: s.v., ac.2)
	Opacas	Deficitárias	opiniaticidade “qualidade, caráter do que é opiniático” (HouE 2009: s.v.)
		Propriamente ditas	piranha “Nome de vários peixes fluviais, serrassalmídeos, dos gêneros Serrassalmo e Pigocentro, que se caracterizam pelos dentes anavlhados, mordedura perigosa e temível voracidade. Atacam homens e animais, causando-lhes graves ferimentos. Constituem verdadeira praga dos rios do Brasil” (MiE 1998: s.v., ac.1)

Quadro 17: Classificação das paráfrases definidoras com base na oposição transparência/opacidade

Assumimos que a “teoria da definição” cujos fundamentos propusemos ao longo da Parte II da tese está apta a contribuir para a resolução dos (possíveis) problemas formais de redação das “paráfrases transparentes”, bem como das inadequações das “paráfrases opacas deficitárias”, na medida em que propõe parâmetros de uniformização tanto da forma como do conteúdo das paráfrases. Sem embargo, ainda que possa contribuir de alguma forma também para o aprimoramento das “paráfrases opacas propriamente ditas”, o modelo tem sua eficácia restringida nesses casos: as “paráfrases opacas propriamente ditas” correspondem às unidades léxicas cujo conteúdo semântico não pode ser convenientemente acessado e/ou expresso, tendo em vista os subsídios metodológicos disponibilizados pelas teorias semânticas.

A seguir, apresentamos, sumariamente, os principais problemas concernentes ao acesso/à expressão do conteúdo semântico das unidades léxicas:

⁴⁸⁸ A exceção seriam as *whole-sentences definitions*, cuja formulação – como sabemos – passa à margem do problema da metalinguagem da definição, e às quais os critérios tradicionais descritos em 2.2.2.2 não se aplicam.

- (1) Grupo A: Palavras/expressões “que não significam”
- a) Unidades léxicas para as quais é possível apresentar uma definição em metalinguagem de conteúdo:
 - i. parte das conjunções;
 - ii. parte das preposições.
 - b) Unidades léxicas para as quais não é possível apresentar uma definição em metalinguagem de conteúdo:
 - i. artigos;
 - ii. pronomes (com exceção de alguns pronomes indefinidos);
 - iii. interjeições;
 - iv. parte das conjunções;
 - v. parte das preposições;
 - vi. verbos de ligação/verbos-suporte.
- (2) Grupo B: Palavras/expressões “que significam”
- a) Unidades léxicas definidas em metalinguagem de conteúdo:
 - i. nomes que designam classes naturais;
 - ii. nomes que designam artefatos;
 - iii. nomes que designam cores;
 - iv. nomes que designam *realia* próprios de uma cultura;
 - v. nomes que designam emoções/sentimentos;
 - vi. nomes pertinentes aos campos semânticos da política/da religião/dos esportes/das festas populares/etc.
 - b) Unidades léxicas definidas em metalinguagem de signo:
 - i. substantivos que designam uma categoria superordenada dentro de uma hierarquia;
 - ii. substantivos que designam uma única entidade extralinguística particular (p.ex., *Altíssimo* e *Senhor*, aplicados a Deus);
 - iii. substantivos que podem designar uma série de referentes, dada a existência de uma coincidência parcial do ponto de vista sememático (p.ex., *zona*, aplicado a qualquer ambiente desordenado/tumultuado);
 - iv. adjetivos relacionais;
 - v. parte dos advérbios.

Os parâmetros que fundamentam a classificação dos problemas relacionados ao acesso/à expressão do conteúdo semântico das unidades léxicas são:

- a) A distinção estabelecida no âmbito das teorias lexicológicas tradicionais entre lexemas e categoremas (cf. COSERIU 1978) – reinterpretada em termos de “palavras/expressões que significam” *versus* “palavras/expressões que não significam” (cf. BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2011b).
- b) A reavaliação da necessidade de emprego das metalinguagens de conteúdo e de signo, desvinculando-as, respectivamente, da oposição entre “palavras/expressões que significam” e “palavras/expressões que não significam” (cf. BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2011a)⁴⁸⁹.

O problema das “palavras/expressões que não significam” para as quais é possível apresentar uma paráfrase em metalinguagem de conteúdo – que, nesse caso, corresponderá a uma definição por meio de sinônimos – resolve-se, assim, incruentemente⁴⁹⁰. A dificuldade,

⁴⁸⁹ Uma discussão das questões pertinentes a ambos os parâmetros adotados é realizada em 4.2.2.

⁴⁹⁰ Comparem-se, por exemplo, as definições, respectivamente, das conjunções *mas* e *ou*:

em relação às “palavras/expressões que não significam”, concerne ao emprego de paráfrases em metalinguagem de signo. A necessidade de geração de *patterns* sintáticos complexos, na tentativa de oferecer ao usuário uma instrução sobre o uso da unidade léxica, como no caso das interjeições e das conjunções e preposições (cf. 5.2.2.6 e 5.2.2.4, respectivamente), pode tornar a paráfrase pouco clara para o consultante. De forma similar, no caso de artigos e pronomes, oscila-se, frequentemente, entre a apresentação de um verbete mínimo, cujo comentário sobre o “conteúdo semântico” não ultrapassa a indicação da categoria morfológica, ou, por outro lado, de um verbete com uma extensa descrição gramatical. Nenhuma das situações, entretanto, apresenta-se como ótima em termos de elucidação do significado. Assim, pois, o grupo de “palavras/expressões que não significam”, para as quais não é possível formular uma paráfrase em metalinguagem de conteúdo, revela-se potencialmente propenso à formulação de “paráfrases opacas propriamente ditas”.

O panorama das “palavras/expressões que significam” é um pouco mais complexo. As classes arroladas entre as unidades léxicas que podem/devem ser definidas em metalinguagem de conteúdo apresentam, via de regra, problemas relacionados à seleção das informações para a composição das paráfrases – questão discutida *in extenso* no Capítulo 6. Para a definição de substantivos que designam emoções/sentimentos, propusemos uma metodologia para a geração de *type templates*, que, se não erradica, ao menos minimiza os problemas relacionados à seleção das informações veiculadas pelas paráfrases – tornando-as potencialmente mais elucidativas. A mesma metodologia pode ser aplicada à elaboração de *type templates* específicos para a definição de designações pertinentes aos campos semânticos da política/da religião/dos esportes/das festas populares/etc.⁴⁹¹

(3) **mas conj.** porém, contudo, todavia [...] (DILP 2010: s.v.)

(4) **ou conj.** une palavras ou orações entre si, com a ideia de: a) alternativa *vamos ou não vamos?*; b) equivalência *uma hora ou sessenta minutos* (DILP 2010: s.v.)

No primeiro caso, a possibilidade de apresentar sinônimos como recursos explanatórios torna a formulação do comentário semântico mais simples e, portanto, potencialmente mais elucidativa. Já no segundo caso, é flagrante a indisponibilidade de sinônimos para a unidade léxica em questão na língua portuguesa, de tal forma que a paráfrase gerada deve dar conta de explicar o valor da conjunção em cada contexto.

Por fim, chamamos a atenção sobre o emprego do advérbio *potencialmente* sempre que nos referimos ao poder elucidativo das paráfrases definidoras. Os problemas concernentes ao tratamento da variável usuário (cf. 3.2.3.2), e, conseqüentemente, a impossibilidade de se determinar o que se deve entender por “definição elucidativa” (cf. 3.2.3.1), conferem, em cada caso, certo grau de subjetividade à avaliação, inviabilizando, portanto, a emissão de juízos categóricos acerca do poder elucidativo das paráfrases.

⁴⁹¹ Especificamente em relação aos nomes abstratos (emoções/sentimentos, conceitos políticos/religiosos/etc.), a elaboração de exemplos e notas de uso como mecanismos auxiliares de elucidação do significado confrontaria o lexicógrafo com problemas similares aos encontrados na redação das paráfrases, em outras palavras, confrontaria o lexicógrafo com o problema da seleção de informações pertinentes à elucidação do significado dessas unidades léxicas. O emprego de ilustrações, por sua vez, é descartado *a priori* nesses casos, se se pensa objetivamente na elucidação do significado.

Os nomes que designam classes naturais, artefatos, cores e *realia* próprios de uma cultura, por outro lado, exigem, geralmente, definições ostensivas – que, em sentido amplo, abrange tanto as paráfrases que apontam diretamente para entidade extralinguística, mencionando-a, como as paráfrases que fazem uma referência indireta à realidade extralinguística, por meio da indicação de traços típicos da categoria. Em casos extremos, porém, quando não existe a possibilidade de referência direta à entidade extralinguística, e a enumeração de traços típicos não é suficiente para elucidar o significado, é possível recorrer a um recurso extremo de ostensão: a ilustração, empregada como recurso explanatório complementar ou alternativo.

O problema nuclear da elaboração das paráfrases dos substantivos em metalinguagem de signo consiste em precisar o(s) referente(s) extralinguístico(s) ao(s) qual(is) o nome em questão se aplica. O *pattern* sintático que formulamos para a definição dessa classe de substantivos (cf. 5.2.2.1), no entanto, permite resolver esse problema, sem afetar a inteligibilidade da paráfrase. Outro tanto pode ser dito acerca do *pattern* sintático proposto para a definição de adjetivos relacionais. A exceção, no subconjunto das “palavras/expressões que significam” definidas em metalinguagem de signo, é, pois, os advérbios. Constatando-se a inviabilidade de se formular uma definição em metalinguagem de conteúdo para um dado advérbio (ausência de um sinônimo não marcado mais frequente; dificuldade de adaptação do conteúdo semântico que deve ser expresso ao *pattern* sintático de uma definição em metalinguagem de conteúdo etc.), deve-se recorrer a uma instrução sobre o emprego do signo-*lema* – similar à que se emprega no caso das conjunções e preposições.

Diante do panorama brevemente esboçado, delimitamos o seguinte grupo de unidades léxicas propensas – em maior ou menor grau – à formulação de “paráfrases opacas propriamente ditas”:

- a) nomes que designam classes naturais;
- b) nomes que designam artefatos;
- c) nomes que designam *realia* próprios de uma cultura;
- d) parte dos advérbios;
- e) parte das conjunções;
- f) parte das preposições;
- g) interjeições;
- h) artigos;
- i) parte dos pronomes;
- j) verbos de ligação/verbos-suporte.

A possibilidade de predição do conjunto de unidades léxicas às quais corresponderá, via de regra, uma “paráfrase opaca propriamente dita” é, justamente, o ponto de partida para a elaboração de uma “teoria geral dos mecanismos explanatórios”. Quando a teoria da definição “falha”, por assim dizer, e a paráfrase, ainda que esteja bem formulada do ponto de vista formal, mostra-se potencialmente pouco elucidativa, faz-se necessário recorrer a outros mecanismos de explanação do significado, utilizados para complementar as informações disponibilizadas pela paráfrase, ou mesmo, em casos muito específicos, para substituí-las⁴⁹². Amplia-se, portanto, o modelo inicial proposto, integrando-o a um modelo geral para a explanação do significado nos dicionários semasiológicos.

7.2 Elaboração de uma teoria geral dos mecanismos explanatórios

Uma “teoria geral dos mecanismos explanatórios” deve cumprir três objetivos:

- a) determinar em que situações devem ser empregados mecanismos explanatórios complementares/alternativos às paráfrases definidoras;
- b) determinar que tipo de mecanismo explanatório é mais apropriado em cada caso;
- c) formular parâmetros para a apresentação de mecanismos explanatórios complementares/alternativos nos dicionários semasiológicos.

O primeiro objetivo foi cumprido, ao identificar-se, no âmbito de uma “teoria da definição lexicográfica”, as classes de palavras propensas à formulação de “paráfrases opacas propriamente ditas”. O segundo objetivo será cumprido nas seções subsequentes, a partir da delimitação dos mecanismos explanatórios complementares dos quais nos ocuparemos ao longo desta pesquisa. O cumprimento do terceiro objetivo incumbe aos Capítulos 8 e 9.

7.2.1 Esquema básico de uma teoria geral dos mecanismos explanatórios

Os dois componentes fundamentais de uma “teoria geral dos mecanismos explanatórios” são:

⁴⁹² A respeito do emprego de outros mecanismos explanatórios em substituição à “definição tradicional”, mencionamos, a título de ilustração, a apresentação de exemplos nas subentradas dos verbetes de CDAE (2006):

- (5) **abdicate** [...] *verb* [I/T] to give up (something, esp. a position) formally, or to fail to take responsibility for something: *King Edward VIII abdicated the British throne in 1936.* [T] **abdication** [...] *noun* [C/U] *I think it's an abdication of your responsibility if you don't vote.* [U] (CDAE 2006: s.v.)
- (6) **abhor** [...] *verb* [T] **-rr-** to hate (something or someone): *His opponent abhors the death penalty.* **abhorrent** [...] *adjective* *His attitude of superiority is abhorrent.* **abhorrence** [...] *noun* [U] *She has an abhorrence of violence.* (CDAE 2006: s.v.)

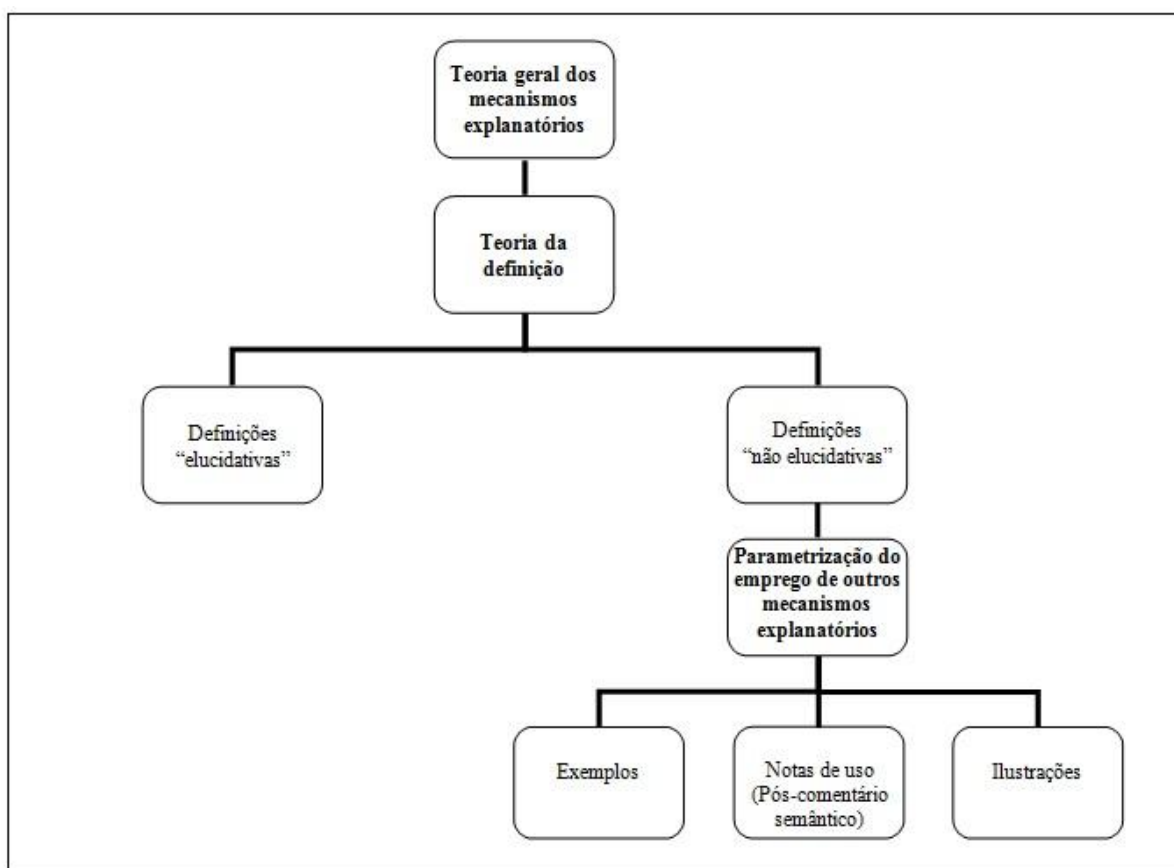
Há autores, a exemplo de Hausmann (1990), que sustentam uma postura radical, advogando em favor da abolição de paráfrases definidoras dos verbetes de unidades léxicas como conjunções e preposições, nos quais as indicações sintagmáticas poderiam ser mais importantes.

- a) uma “teoria da definição lexicográfica”;
- b) uma parametrização do emprego de mecanismos explanatórios complementares/alternativos.

Cabe-nos, pois, antes de tudo, delimitar o conjunto de mecanismos explanatórios complementares/alternativos passíveis de emprego em dicionários semasiológicos. Na Introdução, mencionamos seis distintos mecanismos explanatórios – além da definição – arrolados em Malmkjær (2010: s.v. *Lexicography*). Como explicamos na ocasião, no âmbito do nosso modelo teórico, apenas três mecanismos interessam como recursos explanatórios:

- a) as ilustrações;
- b) os exemplos;
- c) as notas de uso – ou pós-comentários – de caráter semântico.

A “teoria geral dos mecanismos explanatórios” é esquematizada da seguinte forma:



Esquema 6: Modelo de uma “teoria geral dos mecanismos explanatórios”

Incumbe-nos, pois, a tarefa de relacionar cada um dos mecanismos explanatórios complementares/alternativos elencados *ad supra* às classes de unidades léxicas cuja definição será potencialmente pouco elucidativa. Tendo em vista as considerações tecidas na seção anterior, estabelecemos as seguintes correspondências:

- (7) Grupo A: Mecanismo complementar/alternativo: Ilustração
- a. nomes que designam classes naturais;
 - b. nomes que designam artefatos;
 - c. nomes que designam *realia* próprios de uma cultura.
- (8) Grupo B: Mecanismo complementar/alternativo: Exemplo
- d. advérbios (definidos em metalinguagem de signo);
 - e. conjunções (definidas em metalinguagem de signo);
 - f. preposições (definidas em metalinguagem de signo);
 - g. interjeições.
- (9) Grupo C: Mecanismo complementar: Nota de uso
- h. artigos;
 - i. pronomes (especialmente quando definidos em metalinguagem de conteúdo);
 - j. verbos de ligação/verbos-suporte.

O recurso da nota de uso apresenta uma particularidade em relação aos demais. A ilustração e o exemplo podem, em casos específicos, substituir a definição. DIELE (2003), por exemplo, prescinde de uma paráfrase definidora nos casos em que apresenta ilustrações; já CDAE (2006), como vimos, costuma apresentar apenas exemplos nas subentradas. A decisão, pois, está pendente do projeto lexicográfico. A nota de uso de caráter semântico, no entanto, nunca poderá substituir uma paráfrase, devendo, em todos os casos, ser apresentada em combinação com esta.

No que concerne aos exemplos, defendemos que seu emprego será mais produtivo – ao menos nos verbetes relativos às classes de palavras que associamos a esse mecanismo explanatório – em conjunto com uma paráfrase definidora. O projeto lexicográfico de nDFAEP (2014)⁴⁹³, por exemplo, adotou essa concepção:

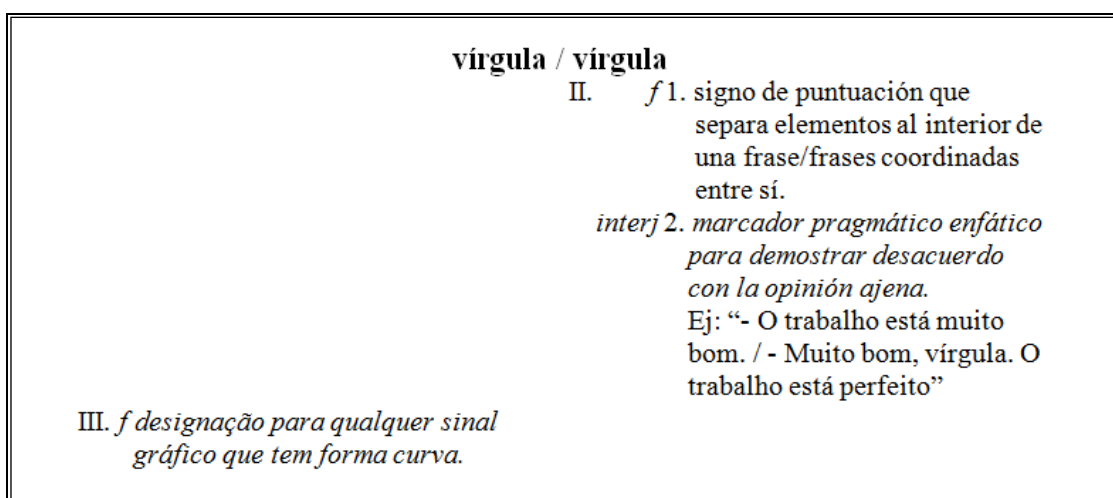


Figura 9: Verbe *vírgula/vírgula* em nDFAEP (2014)

Fonte: nDFAEP (2014: s.p.)

⁴⁹³ O projeto do nDFAEP – *Novo Dicionário de Falsos Amigos Espanhol-Português* – foi desenvolvido no Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, entre os anos de 2002 e 2007, sob a tutela do Prof. Dr. Félix Valentín Bugueño Miranda. O dicionário deverá ser publicado em breve.

A respeito de artigos, pronomes – mormente os pessoais, de tratamento, possessivos, demonstrativos, relativos e interrogativos, em geral, definíveis apenas por meio de metalinguagem de signo –, verbos de ligação e verbos-suporte, é preciso considerar que um exemplo associado a uma paráfrase definidora que dificilmente ultrapassa os limites da descrição morfossintática do signo-lema, provavelmente, não será muito útil na tarefa de auxílio à elucidação do significado. Nesses casos, portanto, uma nota de uso – assumindo a forma de um compêndio gramatical condensado – será mais proveitosa na tentativa de, ao menos, descrever os valores assumidos pelas unidades léxicas em questão em cada contexto.

Além de constar como mecanismos explanatórios complementares em verbetes de artigos, pronomes, verbos de ligação e verbos-suporte, as notas também podem ser usadas em situações pontuais, que não possam ser previstas na concepção original do modelo teórico proposto. Em DUEAe (2003: s.v. *aquel, aquella*), é possível encontrar um exemplo adequado de emprego de nota de uso para indicar uma especificidade do signo-lema:

- (10) **aquel, aquella** determinante demonstrativo | pronombre demonstrativo **1** Indica una persona o cosa que está lejos, pero a la vista de la persona que habla y de la persona que escucha: **ej** este árbol es más pequeño que aquél; esta pluma no me gusta, prefiero aquella; la oficina está en aquel edificio que se ve al final de la calle. **NOTA** Cuando va detrás del nombre, suele ser enfático o despectivo: *no me puedo sacar de la cabeza al hombre aquel [...]* (DUEAe 2003: s.v.)

7.2.2 Variáveis que sustentam uma teoria geral dos mecanismos explanatórios

As variáveis que devem sustentar uma “teoria dos mecanismos explanatórios” são:

- a) um modelo funcional de microestrutura;
- b) uma concepção de funcionalidade em termos de informações discretas e discriminantes;
- c) o usuário ao qual se destina a obra lexicográfica.

A elaboração de critérios tanto para a apresentação como para a formulação dos segmentos micro e medioestruturais – estes últimos, no caso específico das ilustrações – destinados às paráfrases ou aos demais mecanismos explanatórios deverá fundamentar-se na articulação dos três aspectos mencionados.

7.2.2.1 A concepção da microestrutura

O modelo microestrutural ao qual nos referimos é, evidentemente, o de Wiegand (1989b; 1989c) (cf. 1.2.2.2). A ausência de um modelo como base para a concepção da microestrutura traz como consequência a geração de segmentos informativos pouco

funcionais. O modelo de Wiegand (1989b; 1989c), como vimos, prevê, além do comentário de forma e do comentário semântico, a possibilidade de ampliação externa da microestrutura, por meio da geração de pós-comentários.

A definição dos segmentos que devem conformar os verbetes do dicionário – em outras palavras, a definição do seu PCI – deve levar em conta princípios como as oposições microestrutura abstrata/microestrutura concreta e comentário de forma/comentário semântico. Dessa forma, mesmo o “grau zero de informação” – nesse caso, a supressão de determinado segmento microestrutural, dedicado tanto à paráfrase como aos demais mecanismos explanatórios de natureza linguística⁴⁹⁴ – deverá ser entendido como funcional.

7.2.2.2 A funcionalidade das informações na microestrutura

Um determinado segmento microestrutural torna-se funcional, na medida em que:

- a) oferece informações discretas e discriminantes;
- b) articula-se com os demais segmentos microestruturais, colocando-se em relação de complementaridade frente a eles.

Em Bugueño Miranda; Farias (2006; 2008a), definiu-se que a funcionalidade da informação baseia-se na observância de dois princípios:

- a) toda a informação deve ser discreta;
- b) toda a informação deve ser discriminante.

Uma informação discreta é aquela que corresponde efetivamente a um fato de norma, tendo em vista que um dicionário é sempre posterior à linguagem, cabendo a ele, pois, registrá-la e não fixá-la (cf. RABANALES 1984). Como exemplos de informações não discretas, mencionamos a indicação de parônimos de baixa frequência, como *destinto* em MiHou (2004: s.v. *distinto*), bem como a indicação “[Em alemão, com inicial maiúsc.]” no pós-comentário de MiCA (2004: s.v. *blitz*). Uma informação discriminante, por outro lado, é a que permite ao leitor obter algum proveito com relação ao uso e/ou conhecimento da língua, o que significa que o segmento informativo deverá ser bem estruturado linguística e representacionalmente para o usuário. Como exemplo de informação não discriminante, mencionamos a definição de *morango* “Infrutescência carnosa (e, não, fruto), edule, do morangueiro” (MiAu 2008: s.v.).

A funcionalidade das informações é determinada em face de duas variáveis:


⁴⁹⁴ A primeira variável descrita, evidentemente, não está em relação direta com a apresentação dos mecanismos explanatórios de natureza não linguística – as ilustrações –, uma vez que esse mecanismo é parte do *middle matter*. A esse respeito, cf. Capítulo 8.

- a) o tipo de dicionário;
- b) o usuário ao qual o dicionário se destina⁴⁹⁵.

A articulação entre os diversos segmentos no interior do verbete é conferida, justamente, pela concepção funcional da microestrutura – entra em jogo, portanto, a primeira variável. O segmento nuclear do comentário semântico é a definição, de tal forma que sua presença *per se* já é um fato funcional. A funcionalidade dos segmentos dedicados à apresentação de mecanismos explanatórios complementares/alternativos, em contrapartida, é auferida mediante a conjunção de dois fatores:

- a) A capacidade de integração com a definição – nesse caso “opaca propriamente dita” –, oferecendo ao usuário a informação de caráter semântico que a paráfrase definidora não contém – e, claro está, não por uma falha metodológica, mas por uma limitação intrínseca à sua natureza.
- b) A própria formulação do segmento, tanto do ponto de vista formal (o segmento como tal) como do ponto de vista do conteúdo (informações discretas e discriminantes).

Apresentamos, a seguir, dois exemplos bem sucedidos de formulação de segmentos dedicados a oferecer mecanismos explanatórios complementares/alternativos na microestrutura de dicionários semasiológicos:

- (11) **e** [...] 3. Adversativa: e no entanto, e contudo; e apesar disso: “O pior é que era coxa. Uns olhos tão lúcidos, uma boca tão fresca, uma compostura tão senhoril; e coxa!” (Machado de Assis, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, p. 105.) [...] (AuE 2009: s.v.)
- (12) **donoso, -sa** adjetivo **formal** Que tiene gracia o donaire **ej** de donde, donosa, el lindo lunar que sobre tus senos se vino a posar?; idonosa ocurrencia!  **NOTA** Antepuesto al sustantivo, se usa con valor irónico. (DUEAe 2003: s.v.)

O exemplo apresentado no verbete transcrito em (11) complementa a informação veiculada pela paráfrase, que é “opaca propriamente dita”. O exemplo – no caso, uma abonação – apresenta um contexto que possibilita ao consulente entender esse matiz de significação da conjunção *e* (cf. FARIAS 2008a). O segmento informativo dedicado à apresentação dos exemplos, portanto, articula-se com o segmento informativo dedicado à apresentação da paráfrase e está bem formulado tanto do ponto de vista formal como do ponto de vista do conteúdo.

A nota de uso apresentada no verbete transcrito em (12) – que identificamos, aqui, como pós-comentário semântico – corresponde, novamente, a um segmento funcional no

⁴⁹⁵ Propostas de adequação das informações nos planos macro, micro e medioestrutural em função do tipo de dicionário e do usuário são apresentadas em Farias (2006a; 2009a), Bugueño Miranda; Farias (2008a) e Selistre (2012).

interior da microestrutura⁴⁹⁶. Ainda que, nesse caso, a paráfrase seja “transparente”, a informação apresentada no pós-comentário, de ordem pragmática, não poderia ser fornecida mediante uma paráfrase – ou, ao menos, não por meio de uma paráfrase em metalinguagem de conteúdo⁴⁹⁷. Além disso, o segmento está igualmente bem formulado do ponto de vista tanto da forma⁴⁹⁸ como do conteúdo.

7.2.2.3 A relação entre o potencial elucidativo dos mecanismos explanatórios complementares/alternativos e o usuário

À discussão geral acerca do *status* do usuário no âmbito (meta)lexicográfico apresentada em 3.2.3.2, acrescentamos algumas considerações pontuais, tendo em vista a apresentação de mecanismos explanatórios complementares/alternativos nos dicionários semasiológicos.

Os exemplos e as ilustrações são frequentemente mencionados nos textos publicitários de obras lexicográficas (cf. FARIAS 2009a: 60-66), além de não raramente constarem como reivindicações dos próprios usuários (cf. CRYSTAL 2006). A nosso ver, no entanto, a

⁴⁹⁶ A necessidade de se definir o tipo mais adequado de mecanismo explanatório complementar/alternativo em função do signo-lemma fica evidente a partir da comparação do verbete *donoso, -sa* em DUEAe (2003) com o mesmo verbete em DUEe (2001):

- (13) **donoso, -a** (del sup. lat. «donösus», de «donum», regalo, don; lit.) adj. Aplicado a las personas y a lo que dicen o hacen, *gracioso o con donaire. ☉ Se emplea también en tono irónico: ‘¡Donosa ocurrencia!’ (DUEe 2001: s.v.)

O efeito produzido pelo emprego de uma paráfrase em metalinguagem de signo, acrescida de um exemplo, nesse caso específico, não se equipara ao da nota de uso apresentada em DUEAe (2003: s.v. *donoso, -sa*). A nota de uso é bastante mais clara; o exemplo, ainda que ilustre apropriadamente uma construção com o adjetivo anteposto ao substantivo, não evidencia a obrigatoriedade da anteposição do adjetivo para a obtenção do efeito de sentido em questão.

⁴⁹⁷ Uma paráfrase em metalinguagem de signo, efetivamente, pode conter determinadas informações de ordem pragmática. Compare-se, por exemplo, os verbetes transcritos em (14) e (15), onde a mesma informação é apresentada, respectivamente, em nota de uso e na própria paráfrase:

- (14) **bicha** nombre femenino **1 Esp coloquial** Culebra (reptil): **ej** ¡no me mentes la bicha! **📌 NOTA** Lo usan especialmente algunas personas supersticiosas para no pronunciar la palabra *culebra*, que consideran de mal agüero. [...] (DUEAe 2003: s.v.)
- (15) **bicha** [...] **2** Entre personas supersticiosas, especialmente en Andalucía, se llama así a la *serpiente para evitar pronunciar este nombre o el de «culebra», lo cual se tiene como de mala suerte. [...] (DUEe 2001: s.v.)

⁴⁹⁸ Em relação à apresentação de informações adicionais ao final do verbete, abundam exemplos de segmentos mal formulados do ponto de vista formal, que não permitem ao leitor identificar se se trata de um “pós-comentário”, ou de alguma outra informação pertinente ao (suposto) PCI da obra, deslocada de sua posição habitual no interior do verbete:

- (16) **déficit** [Aport. do lat. *deficit*.] Substantivo masculino. Econ. 1. O que falta para completar uma quantidade (esp. soma em dinheiro) necessária ou prevista. 2. Excesso de despesas sobre receitas: *A queda na arrecadação de impostos causou um déficit nas contas do governo.* [Pl.: *déficits*. Antôn.: *superávit*.] [O Volp registra apenas a f. lat.] (AuE 2009: s.v.)
- (17) **doblo** [...] 1. m. desus. **duplo**. U. en leng. jurídico. (DRAEe, 2001: s.v.)

Em ambos os casos, verifica-se a ausência de uma concepção funcional da microestrutura, a carência de um PCI claramente definido, bem como (provavelmente) o desconhecimento de uma doutrina acerca das possibilidades de ampliação da microestrutura simples.

presença dessas informações, bem como das notas de uso, nos dicionários semasiológicos deve estar ancorada em uma perspectiva funcional (cf. BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2006; 2008a). Assim, pois, duas questões devem ser consideradas:

- a) a função que o mecanismo explanatório complementar/alternativo deve cumprir;
- b) o ônus que o acréscimo de segmentos informativos à microestrutura concreta dos dicionários acarreta em termos de legibilidade e inteligibilidade do verbete.

A função que um recurso explanatório complementar/alternativo deve cumprir é, em princípio, clara: complementar (ou substituir) as “paráfrases opacas propriamente ditas”. Determinar, contudo, a eficácia desses recursos em relação à explanação do significado, conduz-nos a problemas similares aos que encontramos em relação ao potencial elucidativo das paráfrases definidoras, como demonstraremos a seguir:

- (18) **ameixa-amarela** Substantivo feminino. Bras. 1. Bot. Pequena árvore da família das rosáceas (*Eryobotrya japonica*), originária da China e do Japão, de frutos comestíveis, e cujas flores encerram óleo do qual se fabricam essências, sendo as folhas tidas por antidiarreicas e estomáquicas; ameixa-americana, ameixa-do-canadá, ameixa-japonesa, ameixa-do-japão. 2. Nespereira (1). [...] (AuE 2009: s.v.)
- (19) **ameixa-amarela** s.f. ANGIOS 1 m.q. *nespereira* (*Eriobotrya japonica*) 2 m.q. *nêspira* □ GRAM pl.: *ameixas-amarelas* (HouE 2009: s.v.)
nêspira [...] Substantivo feminino. Bot. 1. Fruto da nespereira. [...] (AuE 2009: s.v.)
nêspira s.f. (sXV) ANGIOS fruto da nespereira; ameixa-amarela, nêspiro [...] (HouE 2009: s.v.)
nêspira s. f. 1. [Botânica] Fruto da nespereira. 2. [Botânica] O mesmo que *nespereira*. (DPLP 2013: s.v.)

As designações de classes naturais – entre as quais, encontram-se as frutas – são, como sabemos, unidades léxicas propensas à geração de “paráfrases opacas propriamente ditas”. Dessa forma, ainda que as paráfrases em (18) e (19) estivessem isentas dos problemas metodológicos que apresentam, provavelmente, requereriam um mecanismo explanatório complementar – nominalmente, uma ilustração. Propomos comparar as definições de *ameixa-amarela* e *nêspira* – em princípio, designações para a mesma fruta – transcritas *ad supra*, com as ilustrações apresentadas na página seguinte (cf. Figuras 10 e 11).

Por um lado – mesmo que de um ponto de vista meramente impressionista –, é possível considerar que ambas as ilustrações (tanto a figura como a foto) apresentam um potencial elucidativo mais elevado do que as definições em (18) e (19). Isso se deve ao fato de que as ilustrações proveem indicações básicas no âmbito do “psicologicamente apreensível” [*wahrnehmungpsychologisch*], ou seja, “coisas, que podem ser vistas no mundo”⁴⁹⁹ (cf.

⁴⁹⁹ [Dinge, die in der Welt gesehen werden können]

LANGENBACHER-LIEBGOTT 1995: 198), como a forma e a cor, que não são providas pelas paráfrases transcritas *ad supra*.

Por outro lado, se consideramos, por exemplo, um usuário que desconhece completamente o *realia* – em termos mais simples, um usuário que nunca viu uma ameixa-amarela, ou nêspira –, deve-se questionar se uma ilustração será efetivamente mais elucidativa que uma paráfrase, seja ela complexa ou vaga, na medida em que a informação principal resgatada pelo consulente é a de que o substantivo em questão designa uma fruta.



Figura 10: Ilustração de *nêspira* em AuI (2008)
 Fonte: AuI (2008: 343)



Figura 11: Ilustração de *nêspira* em DPLP (2013)
 Fonte: <http://www.priberam.pt/DLPO/n%C3%AAspera>

A fim de discutir as consequências da inclusão de segmentos informativos na microestrutura para a sua legibilidade/inteligibilidade, é preciso retomar a questão da extensão (número de segmentos informativos definidos no nível da microestrutura abstrata) e da densidade (modo de preenchimento de cada segmento informativo no nível da microestrutura concreta) do PCI (cf. 1.2.2.2.2 e 3.2.3.2).

O emprego de recursos explanatórios complementares às paráfrases, evidentemente, contribui para o aumento não somente da extensão como também da densidade do verbete – contar-se-ia, nesses casos, com dois segmentos informativos dedicados à explanação do significado. Entretanto, em vista da discussão levada ao cabo ao longo do capítulo, essa redundância constitui um fato funcional. É preciso, no entanto, alcançar um equilíbrio entre a exaustividade descritiva em cada caso e a capacidade de compreensão dessa informação pelo usuário, tanto no que diz respeito ao fato linguístico em si, quanto no que diz respeito à habilidade de consulta a uma obra de referência.

Nos próximos capítulos, os parâmetros definidos aqui serão aplicados à formulação de uma proposta para a apresentação, respectivamente, de mecanismos explanatórios complementares não linguísticos e mecanismos explanatórios complementares linguísticos nos dicionários semasiológicos.

8 MECANISMOS COMPLEMENTARES E/OU ALTERNATIVOS DE ELUCIDAÇÃO DO SIGNIFICADO DE CARÁTER NÃO LINGUÍSTICO: ILUSTRAÇÕES

Neste capítulo, tratar-se-á exclusivamente do mecanismo explanatório de natureza extralinguística mais utilizado nos dicionários semasiológicos: a ilustração⁵⁰⁰. Embora questões acerca do emprego desse mecanismo com verbos e preposições, por exemplo, sejam tratadas tangencialmente, a atenção deverá voltar-se para a geração de critérios que tornem a ilustração um fato funcional em relação à explanação do significado das classes de nomes elencadas em 7.2.1 – tendo em vista sua integração no âmbito de uma “teoria geral dos mecanismos explanatórios”.

8.1 Considerações iniciais acerca das ilustrações nos dicionários semasiológicos

A monografia de Hupka (1989a) – apresentada dois anos antes como sua *Habilitationsschrift* – representa um marco no âmbito da (meta)lexicografia, na medida em que coloca no centro da discussão, pela primeira vez, a relação entre a definição e as ilustrações nos dicionários semasiológicos. O autor descreve, a partir de uma perspectiva histórica, o desenvolvimento da apresentação de ilustrações em obras lexicográficas pertencentes às tradições germânica, anglo-saxônica, hispânica, francesa e italiana. Em seguida, apresenta um panorama da práxis da ilustração em dicionários publicados entre as décadas de 1970 e 1980, considerando aspectos como o tipo de imagem, as técnicas empregadas e o rendimento em relação à explanação do significado⁵⁰¹.

Ilson (1987: 71) acredita que a “definição é curiosamente análoga à ilustração. Porém, enquanto a ilustração é um dispositivo essencialmente não linear [...] que emprega meios extralinguísticos, a definição é essencialmente linear e intralinguística”⁵⁰². Em dicionários pela imagem, por exemplo, que não contêm informação sobre o significado, a ilustração assume a função da definição lexicográfica (cf. SCHOLZE-STUBENRECHT 1989: 1103).

⁵⁰⁰ Existe a possibilidade de emprego de outros mecanismos explanatórios de natureza não linguística nos dicionários de língua, como arquivos de som e imagem. Esses recursos, evidentemente, podem ser disponibilizados tão somente em dicionários de tipo eletrônico – constituindo, dessa forma, um de seus principais diferenciais em relação às obras em formato impresso (cf. HERBST; KLOTZ 2003: 252-254). Apenas para dar um exemplo, a partir do verbete *koel* [vacas] em ANW, é possível acessar um arquivo de som com a gravação do mugido de vacas. Em relação aos arquivos de vídeo, Herbst; Klotz (2003) opinam que os vídeos poderiam converter-se em ferramentas valiosas no que diz respeito à explanação do significado de verbos como *pular* ou *saltar*, ou ainda de substantivos como *flamenco* (música e dança). A esse respeito, é preciso notar que mesmo dicionários impressos procuram, esporadicamente, ilustrar o transcurso de um movimento; entretanto, as representações iconográficas resultantes nem sempre são fáceis de entender e, muitas vezes, não é possível sequer perceber o que realmente significam (cf. HERBST; KLOTZ 2003: 254).

⁵⁰¹ Uma breve resenha de Hupka (1989a) é apresentada em Stein (2002b).

⁵⁰² [definition is curiously analogous to illustration. But whereas illustration is essentially a non-linear display [...] that uses extra-linguistic means, definition is essentially linear and intra-linguistic]

Pressupondo a existência de um paralelismo entre definição e ilustração nos dicionários semasiológicos, o emprego de elementos pictóricos pode ser entendido como uma técnica explanatória denominada, como vimos, “definição ostensiva” (cf. SCHLAEFER 2009: 95), ou ainda “substituição ostensiva” (cf. BUGUEÑO MIRANDA 2009a: 251).

Não obstante, o uso de ilustrações como um recurso de elucidação do significado análogo ao parafrástico não é um consenso entre os estudiosos. Para Zgusta (1971: 256-257), por exemplo, as imagens, embora realmente possam contribuir para aumentar o poder informativo do dicionário, deveriam ser tratadas apenas como um elemento acessório. Landau (2001: 143-147), seguindo o raciocínio de Zgusta (1971), hesita em atribuir às imagens o mesmo peso de uma descrição verbal. Há, por outro lado, autores que defendem o uso pródigo de ilustrações em dicionários de língua, mas não (ou não somente) como um recurso de elucidação do significado, e sim como uma forma de proporcionar aos consulentes informações enciclopédicas. É o caso de Gangla (2001), que analisa a utilidade das ilustrações para a aprendizagem e memorização das chamadas “palavras culturalmente específicas” [*culture-specific words*]⁵⁰³ em dicionários de línguas africanas.

Conforme Farias (2010b), entendemos as ilustrações em obras lexicográficas estritamente como mecanismos de elucidação do significado. Uma imagem torna-se uma informação funcional em um dicionário semasiológico, na medida em que, consoante Kammerer (2002: 271), permite identificar um determinado objeto de forma mais rápida e mais simples do que uma descrição linguística permitiria na mesma situação.

Os subsídios teóricos que a (meta)lexicografia dispõe acerca das ilustrações são muito escassos. Consequentemente, problemas básicos relacionados com a inclusão de elementos pictóricos nos dicionários de língua ainda não foram resolvidos (cf. BUGUEÑO MIRANDA 2008a: 101-103).

Um estudo propositivo acerca do uso de ilustrações como um mecanismo funcional de elucidação do significado em dicionários semasiológicos deve responder, no mínimo, a duas questões fundamentais:

- a) Qual é a pertinência da ilustração em um dicionário de língua?
- b) Qual é o real poder elucidativo da ilustração em cada caso?

O problema da pertinência da ilustração é solucionado no âmbito da “teoria geral dos mecanismos explanatórios” que estamos esboçando. Admite-se, pois, como pressuposto, que

⁵⁰³ São também chamadas “palavras culturalmente limitadas” [*culture-bound words*] (cf. ZGUSTA 1971: 294). Gangla (2001) oferece como exemplos as designações para diversos tipos de cestos na língua luo, bem como as designações para diferentes raças bovinas em Botsuana.

uma ilustração é funcional quando complementa ou substitui uma “paráfrase opaca propriamente dita”.

A segundo questão requer um desdobramento. Em primeiro lugar, é preciso analisar o problema da ilustração, levando em consideração (i) o tipo de dicionário em que está inserida e (ii) o público-alvo ao que se destina a obra lexicográfica.

Em segundo lugar, é preciso gerar critérios que possam converter a ilustração em um segmento funcional. Assumimos como pressupostos para que uma ilustração constitua um mecanismo explanatório elucidativo os seguintes critérios:

- a) a representação iconográfica deve permitir ao usuário estabelecer uma relação direta com o referente ao qual a designação em questão se aplica;
- b) a ilustração deve ser de boa qualidade, o que implica uma boa resolução da imagem e, em muitos casos, o uso de cores;
- c) a medioestrutura do dicionário deve estabelecer uma rede de referências entre as ilustrações e a microestrutura, por um lado, e entre as ilustrações e o *front matter*, por outro, a fim de agilizar o acesso aos elementos iconográficos na obra.

8.2 A relação entre o tipo de dicionário e o uso de ilustrações

O emprego de ilustrações nos dicionários semasiológicos precisa levar em conta dois fatores:

- a) os tipos de unidades léxicas que se deixam representar por meio de imagens;
- b) o tipo de dicionário em que a ilustração está inserida e, conseqüentemente, seu público-alvo.

Stein (2002a: 127; 2002b: 178) elenca os principais tipos de ilustrações em obras lexicográficas, com base na lista detalhada no prefácio de *Longman Dictionary of Contemporary English*:

- a) imagens que representam animais, plantas e objetos;
- b) imagens que mostram formas, ações e detalhes sutis que são difíceis de explicar por meio de palavras;
- c) imagens que representam grupos de objetos relacionados, a fim de destacar as diferenças entre eles;
- d) imagens que mostram o significado básico ou físico de palavras que são comumente usadas em um sentido abstrato ou figurado.

É evidente que nem todas as unidades léxicas são passíveis de representação por meio de ilustrações nos dicionários. Em princípio, apenas os substantivos concretos – como, aliás, a lista apresentada acima sugere – seriam, de forma incontroversa, passíveis de representação por meio de uma imagem. Entretanto – e os resultados preliminares obtidos em Farias (2010b) permitem antever –, há determinados verbos e substantivos que designam ações que são igualmente passíveis de representação por meio de uma ilustração. Além disso, em situações muito específicas, até mesmo preposições que indicam localização espacial e que expressam movimento poderiam ser representadas por meio de figuras.

Exatamente nesse ponto da discussão entra em jogo a segunda variável mencionada: o tipo de dicionário e seu usuário. Deve-se considerar, essencialmente, se a obra destina-se a falantes nativos ou, pelo contrário, a aprendizes de uma dada língua. Assim, pois, ilustrações relativas a substantivos concretos, complementando ou substituindo as definições de nomes que designam classes naturais e artefatos, por exemplo, podem converter-se em elementos funcionais tanto em dicionários para falantes nativos como em dicionários para aprendizes. Por outro lado, ilustrações relativas a verbos, por exemplo, somente adquirem valor funcional em dicionários para aprendizes, complementando a paráfrase definidora – jamais a substituindo – como procuramos evidenciar com o exemplo a seguir:

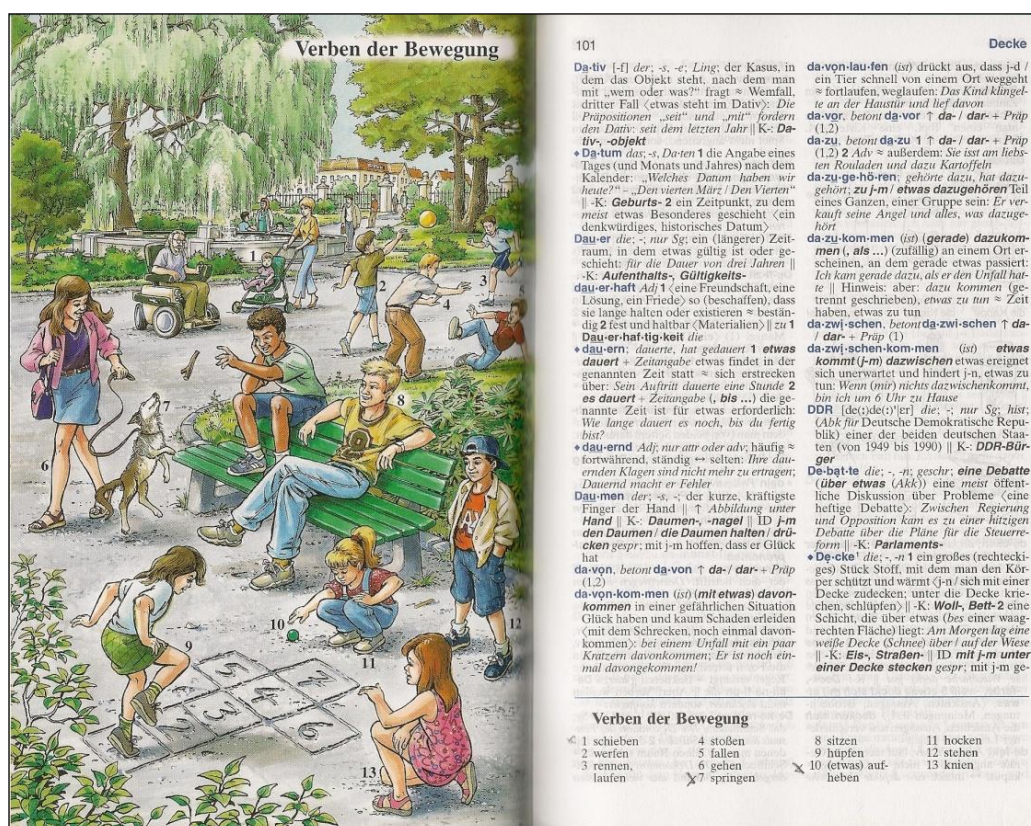


Figura 12: Ilustração de “verbos de movimento” em LaTWDaF (2003)

Fonte: LaTWDaF (2003: 100-101)

A definição “*etwas meist relativ langsam durch Drücken irgendwohin bewegen, mit Kontakt zum Boden*” (LaTWDaF 2003: s.v. *schieben*) pode ser melhor compreendida quando associada à imagem indicada pelo número 1. Destaca-se, no entanto, que a presença da ilustração justifica-se, nesse caso, na medida em que LaTWDaF (2003) é um dicionário destinado a aprendizes de alemão como língua estrangeira, que ainda podem encontrar alguma dificuldade para compreender a definição apresentada – o que, evidentemente, não ocorreria em um dicionário destinado a falantes nativos.

De forma similar, as preposições que indicam localização espacial e as que expressam movimento somente poderiam cobrar funcionalidade em dicionários para aprendizes de uma língua estrangeira – sejam eles bilíngues ou monolíngues. Assim, pois, é possível encontrar intentos bem sucedidos de representação, por meio de ilustrações, de preposições do inglês em DOPI (2005: 286-287) e do alemão em LaTWDaF (2003: 442-443).

8.2.1 Ilustrações em dicionários para falantes nativos

Bugueño Miranda (2014) propõe as bases para a classificação de obras lexicográficas a partir do cruzamento de critérios funcionais e linguísticos. No âmbito dos critérios funcionais, preconiza-se uma oposição entre falantes nativos e não nativos.

Engelberg; Lemnitzer (2009) apresentam uma tipologia de obras lexicográficas que se apoia em quatro oposições fundamentais (cf. 1.2.1). Com base na oposição dicionário geral/dicionários didáticos, a análise do emprego de ilustrações em obras destinadas a falantes nativos parte de uma subdivisão bastante genérica dos dicionários entre gerais e escolares.

8.2.1.1 *As ilustrações nos dicionários gerais*

De acordo com Landau (2001: 143), nenhum dos principais dicionários para falantes nativos publicados pela Oxford, Collins ou Chambers é ilustrado. De modo similar, no âmbito da tradição lexicográfica de língua alemã, o emprego de ilustrações em dicionários gerais constitui a exceção (cf. HUPKA 1989b: 704-705).

Entre as línguas românicas, a situação não difere muito. Nenhum dos quatro dicionários que Welker (2004) inclui no G4 – AuE (2009), HouE (2001; 2009), MiE (1998) e DUPB (2002) – apresenta ilustrações. Outro tanto pode ser dito acerca da tradição lexicográfica hispânica. DRAEe (2001), DUEe (2001), DUEAe (2003) e DEA (2011) simplesmente prescindem de ilustrações. Uma notável exceção, porém, é DILE (1997), que apresenta numerosos quadros ilustrativos, organizados em torno de vinte eixos temáticos. A

sua concepção de ilustração como recurso de elucidação do significado é semelhante à que defendemos neste trabalho:

Quando entramos no mundo das coisas concretas, seres naturais, ou produtos da atividade humana, com frequência, não é pertinente uma definição [...] Frequentemente, a explicação verbal é insuficiente para dar a imagem de uma coisa ao leitor que não a tem de antemão. Então, é necessário apelar para o desenho, não como simples ilustração decorativa do livro, mas como explicação gráfica da palavra.⁵⁰⁴ (DILE 1997: XXXIII)

Curiosamente, as obras lexicográficas de língua italiana parecem ir na direção inversa, já que uma das principais características de expoentes da lexicografia italiana, como ZVLI (2011), é a presença abundante de elementos pictóricos.

8.2.1.2 As ilustrações nos dicionários escolares

O emprego de ilustrações em dicionários para aprendizes de língua materna costuma ser apontado como um traço distintivo dessas obras em relação às demais (cf., p.ex., HARTMANN; JAMES 2001: s.v. *children's dictionary*; s.v. *school dictionary*). Com efeito, ainda que nem sempre funcionais, as ilustrações são parte integrante de dicionários que, abertamente, destinem-se a crianças em idade de alfabetização:

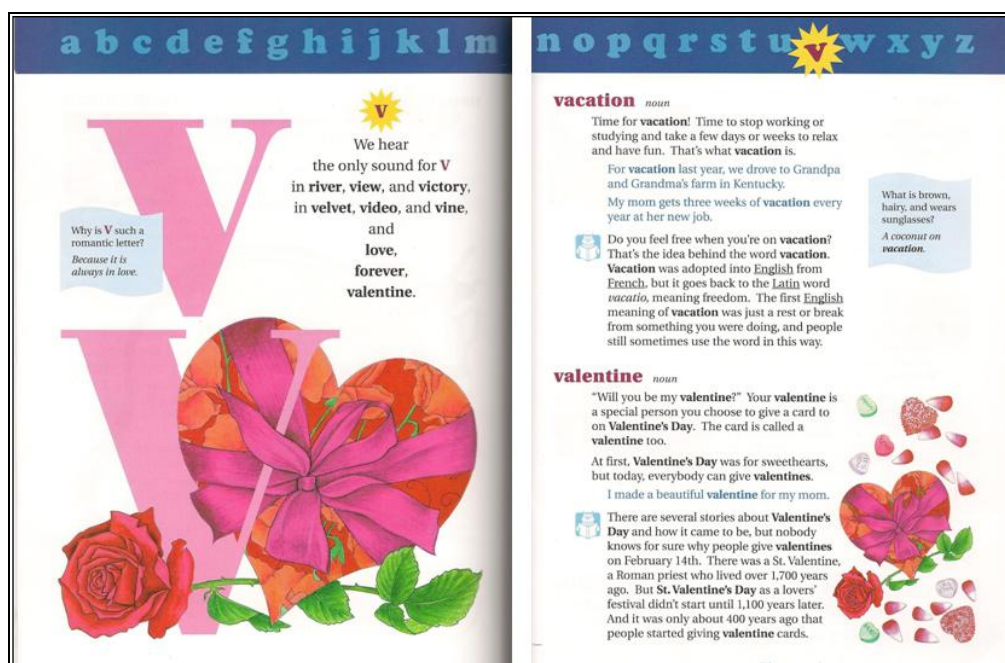


Figura 13: Exemplo de páginas ilustradas em MWPD (2005)

Fonte: MWPD (2005: 396-397)

⁵⁰⁴ [Cuando entramos en el mundo de las cosas concretas, seres naturales, o productos de la actividad humana, con frecuencia no cabe definición [...] A menudo la explicación verbal es insuficiente para dar la imagen de una cosa al lector que no la tiene de antemano. Entonces es necesario apelar al dibujo, no como simple ilustración decorativa del libro, sino como explicación gráfica de la palabra]

Em relação à lexicografia brasileira, a tipologia elaborada no âmbito do PNLD reflete a assunção geral acerca do emprego de ilustrações em obras de cunho escolar. De acordo com o mais recente edital do PNLD, relativo ao ano de 2012, os dicionários destinados ao público escolar são classificados em quatro tipos, tendo em vista dois parâmetros:

- a) a etapa de ensino à qual se destinam;
- b) seu porte (em outras palavras, o volume da nomenclatura e a quantidade de informações arroladas na microestrutura) (cf. BRASIL 2012: 19).

Tipos de dicionários	Etapa de ensino	Caracterização
Dicionários de Tipo 1	1º ano do Ensino Fundamental	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mínimo de 500 e máximo de 1.000 verbetes; ▪ Proposta lexicográfica adequada às demandas do processo de alfabetização inicial.
Dicionários de Tipo 2	2º ao 5º ano do Ensino Fundamental	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mínimo de 3.000 e máximo de 15.000 verbetes; ▪ Proposta lexicográfica adequada a alunos em fase de consolidação do domínio tanto da escrita quanto da organização e da linguagem típicas do gênero dicionário.
Dicionários de Tipo 3	6º ao 9º ano do Ensino Fundamental	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mínimo de 19.000 e máximo de 35.000 verbetes; ▪ Proposta lexicográfica orientada pelas características de um dicionário padrão de uso escolar, porém adequada a alunos dos últimos anos do ensino fundamental.
Dicionário de Tipo 4	1º ao 3º ano do Ensino Médio	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mínimo de 40.000 e máximo de 100.000 verbetes; ▪ Proposta lexicográfica própria de um dicionário padrão, porém adequada às demandas escolares do ensino médio, inclusive o profissionalizante.

Figura 14: Tipologia de dicionários escolares do PNLD 2012
Fonte: BRASIL (2012: 19)

A tipologia apresentada faz corresponder a cada etapa específica da educação básica um tipo de dicionário. Os critérios de classificação das obras, baseados nos dois parâmetros anteriormente mencionados, dão origem a caracterizações extremamente imprecisas de cada um dos quatro tipos de dicionários:

1. A elasticidade na descrição do volume da nomenclatura: Principalmente nos três últimos casos, há uma expressiva variação entre a quantidade mínima e máxima de lemas que cada tipo de obra pode comportar. Esse fato evidencia que a classificação apresentada

prescinde de critérios – ou, pelo menos, de critérios rigorosos – que devem subsidiar a definição macroestrutural quantitativa das obras escolares. Além disso, a classificação dos dicionários com base no número de entradas mostra-se sempre bastante frágil, uma vez que fundamenta-se em critérios meramente impressionistas (cf. 1.2.1). No caso da classificação proposta pelo PNLD, a elasticidade na definição do volume da nomenclatura dos dicionários parece atender ao propósito de “acomodar” aos critérios de avaliação os dicionários disponibilizados pelo mercado editorial brasileiro, ao invés de buscar a formulação de parâmetros macroestruturais que possam subsidiar a elaboração dessas obras.

2. A imprecisão na descrição da proposta lexicográfica: Em relação à proposta lexicográfica, a classificação apresentada pelo PNLD restringe-se, em cada caso, a recalcar que as informações dispostas nos dicionários devem adequar-se às demandas pertinentes ao processo de ensino-aprendizagem de cada uma das etapas definidas. Nesse sentido, a presença (ou não) de ilustrações parece constituir um dos fundamentos da distinção estabelecida no PNLD entre os quatro tipos de dicionários, uma vez que os dicionários de Tipo 1 e 2 devem conter um número expressivo de ilustrações, sejam elas ficcionais ou funcionais⁵⁰⁵; os dicionários de Tipo 3, por sua vez, devem conter – ainda que seu uso não seja uma obrigatoriedade – apenas ilustrações funcionais; e, finalmente, os dicionários de Tipo 4, não costumam apresentar ilustrações (cf. BRASIL 2012: 21-36).

Não somente a frequência do uso de elementos pictóricos difere em função do tipo de dicionário, mas também o estilo das ilustrações (cf. tb. LANDAU 2001: 389). Em dicionários de Tipos 1 e 2, por exemplo, nota-se uma predileção por imagens coloridas. A seguir, reproduzimos duas páginas de AuI (2008), considerado um dicionário de Tipo 2 de acordo com a última avaliação do PNLD:

⁵⁰⁵ Afirma-se expressamente que “[N]o caso dos dicionários de Tipo 1, a obra poderá organizar-se em campos temáticos ilustrados, (*sic*) – como “o corpo humano”, “a casa”, “a escola”, “a cidade”, “os animais domésticos”, “os alimentos” etc. Esta opção, entretanto, não isentará o dicionário de apresentar definições; e no interior de cada campo, a sequência dos verbetes deve observar a ordem alfabética. Seja qual for o princípio adotado para a organização geral da obra, as ilustrações farão parte, obrigatoriamente, da explicação dos sentidos (*sic*) da palavra” (BRASIL 2012: 95).



Figura 15: Exemplo de páginas ilustradas em AuI (2008)

Fonte: AuI (2008: 144-145)

É evidente que nem todas as ilustrações em AuI (2008) constituem elementos funcionais em relação à elucidação do significando, limitando-se, muitas vezes, à função de elementos decorativos para atrair a atenção da criança. Segundo Castillo; García (2003: 337), é o que ocorre na maioria dos dicionários infantis ilustrados, como PDELP (2008), DIP (2009) e SJDI (2005), além do já mencionado AuI (2008). Frisamos, ainda, que as ilustrações são, muitas vezes, utilizadas também como estratégia de *marketing* (cf. FARIAS 2009a: 60-66).

Em dicionários de Tipo 3 e 4, por outro lado, não há uma regularidade no emprego de ilustrações. Alguns dicionários com títulos tradicionais, como MiHou (2004) e MiAu (2008), seguindo a tendência majoritária dos dicionários gerais, não incluem ilustrações. Os dicionários escolares que optam pelo uso de elementos pictóricos, preferem desenhos pequenos e em preto e branco. O padrão e a forma de apresentação das ilustrações em MiCA (2004) (cf. Figura 16) é seguido também em outras obras de Tipos 3 e 4 que adotam ilustrações, como DPC (2004):

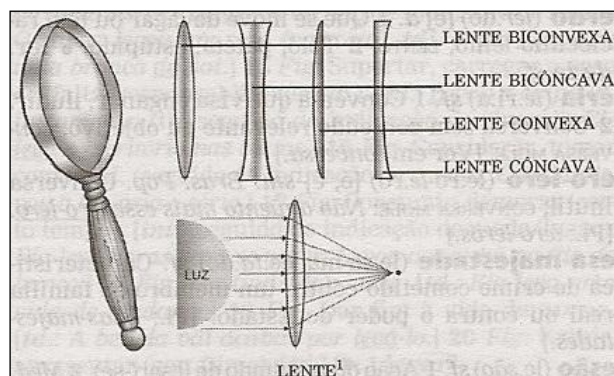


Figura 16: Ilustração de *lente*¹ em MiCA (2004)
 Fonte: MiCA (2004: 489)

8.2.2 Ilustrações em dicionários para falantes não nativos

De acordo com a proposta classificatória de Buguño Miranda (2014), na esfera dos dicionários destinados a falantes não nativos, estabelece-se uma oposição de caráter linguístico entre dicionários monolíngues e bilíngues. O foco desta tese são, justamente, os dicionários semasiológicos (cf. 1.2.1), de forma que consideraremos apenas os dicionários monolíngues destinados a falantes não nativos – nominalmente, os *learner's dictionaries*⁵⁰⁶.

8.2.2.1 *As ilustrações nos learner's dictionaries*

Os dicionários destinados a aprendizes de uma língua estrangeira – por exemplo, OALD (2005), CDAE (2006), DDaFSWtb (2002), LaGWDaF (2008), LaTWDaF (2003) e DPELE (2002) – apresentam, via de regra, um número razoável de ilustrações como recursos complementares de elucidação do significado. Há, contudo, exceções notáveis nesse âmbito, como CCLDe (2003), PGWDaF (2011), DSLE (2006) e PCDIt (2009), que prescindem de ilustrações.

Em comparação com os dicionários gerais destinados a falantes nativos, verifica-se um aumento considerável no número de obras que recorrem a ilustrações como mecanismos explanatórios. Stein (2002a) explica a necessidade de emprego de ilustrações nos dicionários de inglês como língua estrangeira com base no seguinte argumento:

⁵⁰⁶ Svensén (2009: 299) destaca que o emprego de ilustrações é um elemento típico de dicionários monolíngues. Com efeito, a principal função da ilustração é auxiliar na tarefa de compreensão linguística, oferecendo “uma representação visual do conteúdo semântico de um item lexical” [*a visual representation of the semantic content of a lexical item*]. A principal tarefa de um dicionário bilíngue, no entanto, não é propriamente apresentar o conteúdo semântico da unidade léxica da língua de partida, mas oferecer uma (ou mais) possibilidade(s) de equivalentes na língua de chegada; justifica-se, pois, que a ilustração não seja um elemento primordial em dicionários bilíngues.

Para compiladores de dicionários monolíngues de inglês como língua estrangeira, a tarefa [de explanação do significado] torna-se ainda mais complicada, porque suas descrições lexicográficas têm de ser expressas em linguagem simples, que aprendizes estrangeiros entenderão. Para algumas classes de palavras e referentes, ilustrações pictóricas poderiam ser uma ponte bem-vinda, realizando aquilo que o equivalente de tradução faz em um dicionário bilíngue. Assim como nós, como usuários da língua comum, na comunicação oral recorremos a gestos e exemplos quando sentimos que podemos não ser claros, lexicógrafos usam ilustrações pictóricas na esperança de que elas propiciarão a compreensão dos usuários.⁵⁰⁷ (126)

Fica evidente, a partir do excerto transcrito *ad supra*, que o uso de ilustrações em *learner's dictionaries* – de modo similar ao que ocorre em dicionários escolares, mormente os de Tipo 1 e 2 – não responde (somente) a uma tentativa de tornar mais claro o significado de unidades léxicas às quais corresponde uma “paráfrase opaca propriamente dita” (cf. Capítulo 7), mas (também) a uma necessidade de suprir um domínio supostamente ainda deficitário do código linguístico por parte do usuário.

Os *learner's dictionaries*, no entanto, diferem dos dicionários para aprendizes de língua materna, em relação tanto ao tipo de ilustração utilizada como à forma de apresentação.

Primeiramente, os dicionários destinados a aprendizes de uma língua estrangeira tendem ao uso de gravuras em preto e branco⁵⁰⁸:

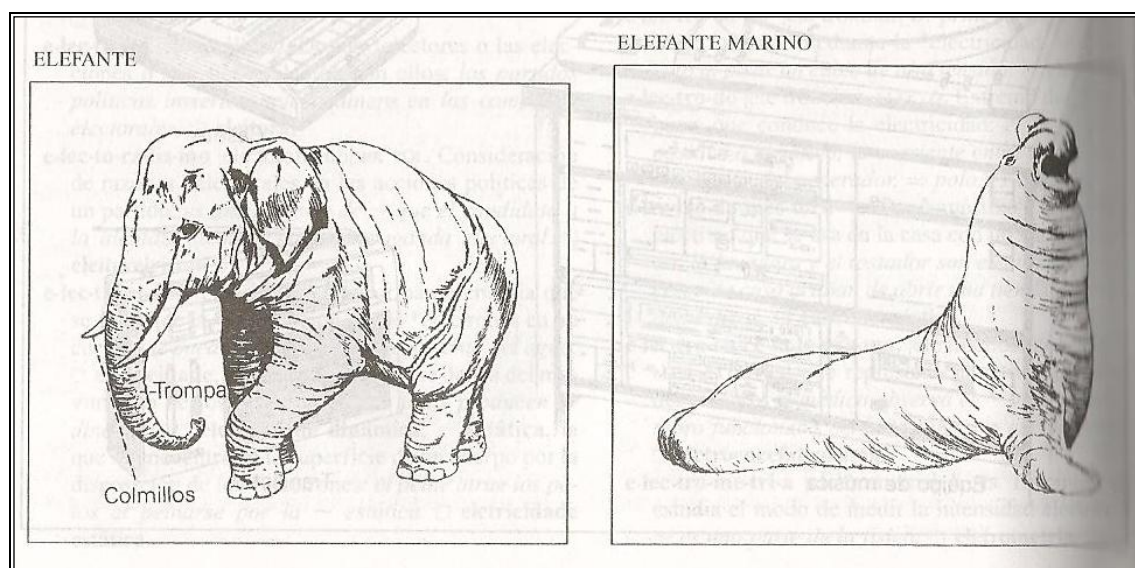


Figura 17: Ilustrações de *elefante* e *elefante marino* em DPELE (2002)
Fonte: DPELE (2002: 478)

⁵⁰⁷ [For compilers of monolingual EFL dictionaries, the task [de explanação do significado] becomes still more complicated because their lexicographical descriptions have to be couched in simple language which foreign learners will understand. For some classes of words and referents, pictorial illustrations might be a welcome bridge, achieving what the translation equivalent does in a bilingual dictionary. Just as we as ordinary language users in oral communication have recourse to gestures and examples when we feel we may not be clear, lexicographers use pictorial illustrations in the hope that they will further the users' understanding]

⁵⁰⁸ Uma exceção é LaTWDaF (2003), que, além de alguns desenhos pequenos em preto e branco, oferece também várias ilustrações coloridas, que ocupam uma página inteira (cf., p.ex., Figura 12).

Ademais, também é comum, em *learner's dictionaries*, mais que em outras obras, a apresentação de quadros temáticos, que proporcionam uma série de designações relacionadas a um determinado campo do conhecimento – ordenação onomasiológica –, de forma similar aos dicionários pela imagem, ou, mesmo, às enciclopédias:

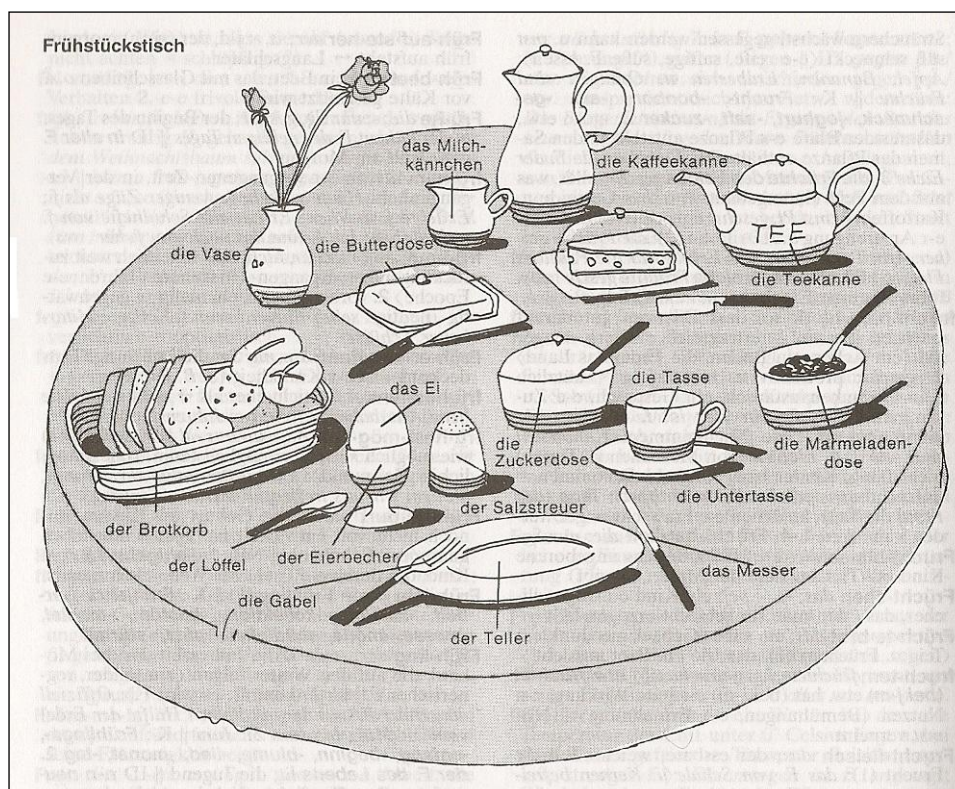


Figura 18: Ilustração do campo temático “café da manhã” em LaGWDaF (2008)
Fonte: LaGWDaF (2008: 414)

8.2.3 Síntese da análise do uso de ilustrações em dicionários semasiológicos

A análise da presença de ilustrações em dicionários gerais, escolares e para aprendizes estrangeiros permitiu-nos constatar uma disparidade enorme em relação à quantidade de figuras apresentadas em cada categoria de obras lexicográficas – com uma vantagem apreciável dos dicionários infantis sobre os demais –, que, por hipótese, atribuímos a dois fatores:

- a) A visão da ilustração preponderantemente como um dispositivo auxiliar para aprendizes de uma língua estrangeira ou crianças em processo de alfabetização, e não como um recurso explanatório complementar a uma “paráfrase opaca propriamente dita”.
- b) A ênfase dada ao apelo comercial da ilustração na obra lexicográfica (cf. FARIAS 2009a: 60-66), bem como ao seu pretense caráter didático, como estratégia de

motivação da leitura, em especial nos dicionários escolares para falantes nativos de Tipo 1 e 2 (cf. BRASIL 2012: 22-28), relegando, desse modo, a um segundo plano sua funcionalidade como mecanismo explanatório.

Em dicionários para aprendizes, seja da língua materna, seja de uma língua estrangeira, o emprego de mecanismos explanatórios complementares/alternativos às paráfrases definidoras – mormente a ilustração – costuma levar em conta não somente a impossibilidade de se gerar uma paráfrase completamente satisfatória, mas também uma (presumida) inaptidão do consulente para compreendê-la (cf. tb. STEIN 2002a; GAO 2013). Tal assunção endossa a ideia de que a importância das ilustrações varia conforme o tipo de dicionário: “Quanto mais elementar ou pedagógica a obra é, mais úteis são as ilustrações”⁵⁰⁹ (LANDAU 2001: 147)⁵¹⁰.

Em dicionários escolares e *learner’s dictionaries*, o emprego de ilustrações não deve restringir-se, pois, ao grupo de unidades léxicas que definimos como potencialmente propensas a definições “opacas propriamente ditas”, cujo mecanismo explanatório complementar mais adequado seria a ilustração (cf. 7.2.1). Dessa forma, também seriam funcionais, por exemplo, em dicionários para aprendizes de uma língua estrangeira, as ilustrações para determinados verbos (cf., p.ex., Figura 12), bem como preposições (cf., p.ex., Figura 38). Essa constatação, no entanto, não invalida nossa proposta original.

Em primeiro lugar, nosso principal objetivo é propor as bases de uma teoria geral, que permita estabelecer as condições sob as quais cada indicação relativa à explanação do significado em dicionários semasiológicos converte-se em um fato funcional. Para tanto, isolar grupos de unidades léxicas potencialmente propensas à geração de “paráfrases opacas propriamente ditas” e associá-los, posteriormente, a distintos mecanismos explanatórios complementares/alternativos já representa um passo importante. Além disso, ao menos no que concerne aos dicionários gerais, essa proposta pode ser aplicada de forma irrestrita.

Em segundo lugar, avaliar a necessidade de emprego de ilustrações em casos não previstos no âmbito do modelo geral de explanação do significado que vimos propondo, no caso dos dicionários escolares e dos *learner’s dictionaries*, passa, obrigatoriamente, pela delimitação precisa de um perfil de usuário. Sem embargo, a variável usuário constitui, justamente, uma das principais restrições em relação à elaboração de uma “teoria geral dos mecanismos explanatórios” (cf. 3.2.3.2 e 7.2.2.3).

⁵⁰⁹ [The more elementary or pedagogical the work is, the more useful are illustrations]

⁵¹⁰ A esse respeito, cf. tb. Svensén (2009: 299-300).

8.3 A funcionalidade da ilustração nos dicionários semasiológicos

As definições ostensivas, em todas as suas modalidades, consistem em referências diretas a (determinados aspectos de) entidades extralinguísticas (cf. 5.1.1.2.1). A substituição ostensiva é, como sabemos, um caso extremo de ostensão. Nesse sentido, Hupka (1989b: 711) destaca que “[I]lustrações, entendidas como signos icônicos, estão em relação tanto com as coisas da realidade como também com os signos linguísticos”⁵¹¹. Trata-se, portanto, de avaliar como a relação realidade-ilustração-língua é estabelecida no dicionário e, conseqüentemente, gerar critérios (meta)lexicográficos que permitam tornar as ilustrações fatos funcionais, integrados à megaestrutura da obra.

As considerações que seguem limitar-se-ão às classes de palavras definidas em 7.2.1:

- a) nomes que designam classes naturais;
- b) nomes que designam artefatos;
- c) nomes que designam *realia* próprios de uma cultura.

A formulação de critérios que permitam tornar a ilustração um fato funcional na obra lexicográfica em relação à sua megaestrutura deve levar em conta três aspectos:

- a) o potencial de representação da imagem em relação à categoria que ilustra;
- b) a qualidade da imagem apresentada no dicionário;
- c) a articulação da ilustração com os demais componentes do dicionário.

8.3.1 A relação entre funcionalidade e poder de representação da ilustração

Anteriormente, apresentamos uma lista de unidades léxicas passíveis de representação mediante uma ilustração em dicionários semasiológicos segundo Stein (2002a; 2002b). A esse respeito, aliás, não há muitas divergências, assumindo-se, de modo mais ou menos consensual, que nomes concretos em geral, nomes abstratos que denotam ações, determinados verbos e preposições que indicam relações espaciais seriam, em princípio, representáveis por meio de imagens (cf. tb. LANDAU 2001; BURKE 2003; SVENSÉN 2009).

A identificação das unidades léxicas que podem ser representadas por meio de imagens em dicionários semasiológicos, contudo, é apenas o primeiro passo, não garantindo *per se* a funcionalidade da ilustração. A análise dos dicionários demonstra que o poder elucidativo das ilustrações não é sempre igual, mesmo nas ocasiões em que elas constituem um mecanismo lícito de explanação do significado (cf. FARIAS 2010b).

⁵¹¹ [Illustrationen, als ikonische Zeichen verstanden, stehen in Relation sowohl mit den Dingen der Realität als auch mit den sprachlichen Zeichen]

No âmbito do uma “teoria geral dos mecanismos explanatórios”, tal como a concebemos, a ilustração é considerada, via de regra, um mecanismo complementar de elucidação do significado, devendo ser empregada em conjunto com a paráfrase definidora. Em relação à interdependência língua-imagem, recordamos as palavras de Hupka (1989b):

Língua e imagem, contrariamente à visão mais generalizada (descrição da imagem), não são perfeitamente traduzíveis uma pela outra. Imagens não representam o mundo como ele é, mas como o ser humano o percebe e estrutura [...] O mesmo referente é, portanto, mentalmente assimilado de diferentes maneiras, isto é, codificado linguística ou iconicamente [...] Por conseguinte, imagem e língua são “potenciais diversificados, mas semelhantes, de representação da mente humana” [...], que se completam, evidentemente, em diferentes aspectos, de modo que sua relação deveria conduzir a uma otimização da recepção da informação.⁵¹² (716)

Santaella; Nöth (2008: 54-55) descrevem quatro formas distintas de relação imagem-texto:

- a) Informatividade: A imagem é mais importante que o texto, uma vez que transmite mais informações que ele; por exemplo, as ilustrações enciclopédicas, considerando que é muito difícil elaborar uma concepção de determinados objetos sem uma imagem.
- b) Equivalência/complementaridade: A imagem e o texto têm a mesma importância, complementando-se entre si.
- c) Redundância: A imagem é menos importante que o texto, cumprindo a mera função de complementá-lo; por exemplo, as ilustrações nos livros (considerando que pode haver diferentes edições de um mesmo livro, respectivamente, com e sem ilustrações).
- d) Discrepância/contradição: A imagem e o texto encontram-se, incoerentemente, colocados lado a lado.

As distinções estabelecidas em Santaella; Nöth (2008) deixam-se aplicar perfeitamente à análise das ilustrações de dicionários de língua.

Em relação aos “verbos de movimento” em LaTWDaF (2003: 100-101) (cf. Figura 12), as ilustrações têm uma importância equiparável à do texto – especialmente se se considera o tipo de obra em que estão inseridas. Conforme explicamos anteriormente, as

⁵¹² [Sprache und Bild sind entgegen weit verbreiteter Ansicht (Bildbeschreibung) nicht restlos ineinander übersetzbar. Bilder stellen die Welt nicht dar, wie sie ist, sondern wie die Mensch sie wahrnimmt und strukturiert [...] Der gleiche Referent wird also auf unterschiedliche Weise geistig verarbeitet, d. h. sprachlich oder ikonisch kodiert [...] Demnach sind Bild und Sprache „verschiedenartige, aber gleichrangige Repräsentationsleistungen des menschlichen Geistes“ [...], die sich offensichtlich in verschiedener Hinsicht ergänzen, so daß ihre Verbindung zu einer Optimierung der Informationsaufnahme führen müßte]. A esse respeito, cf. tb. Joly (2009: 115-133).

definições podem ser mais bem compreendidas quando associadas às imagens correspondentes; estabelece-se, assim, uma relação de equivalência/complementaridade.

A fotografia apresentada a seguir ilustra o verbete *núpcias* em AuI (2008):



núpcias *núp.ci:as* substantivo feminino plural
O mesmo que *casamento*.

nutrição *nu.tri.ção* substantivo feminino Ação de nutrir, ou o resultado desta ação. [Plural: *nutrições*.]

nutriente *nu.tri.en.te* adjetivo de dois gêneros
1. O mesmo que *nutritivo*. ✓ substantivo masculino 2. Elemento necessário para o metabolismo de um ser vivo:
As vitaminas são nutrientes muito importantes.

nutrir *nu.trir* verbo Alimentar(-se): O leite materno *nutre* o bebê e o protege de doenças; Vegetariano é a pessoa que *se nutre* somente de vegetais.

nutritivo *nu.tri.ti.vo* adjetivo Que nutre, que tem nutriente; nutriente:
Peixe é um alimento nutritivo.

Figura 19: Ilustração de *núpcias* em AuI (2008)

Fonte: AuI (2008: 347)

Primeiramente, deve-se considerar que a definição – realizada, nesse caso, mediante a apresentação de um sinônimo – é elucidativa⁵¹³; por essa única razão, a ilustração já seria supérflua. A definição, portanto, é menos importante que o texto, não passando de mero elemento decorativo; estabelece-se, assim, uma relação de redundância entre imagem e texto.

Por último, discutimos um caso de discrepância/contradição na relação imagem-texto:

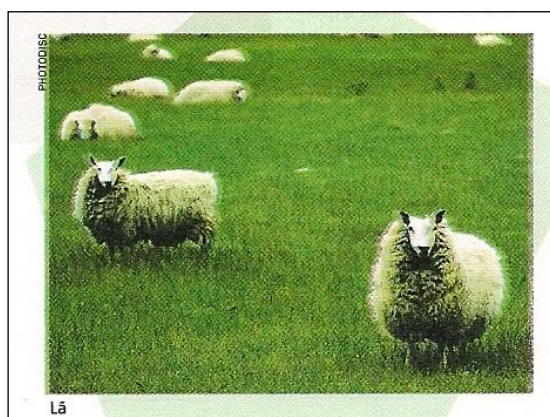


Figura 20: Ilustração de *lã* em SJDI (2005)

Fonte: SJDI (2005: 192)

⁵¹³ A respeito dos critérios que legitimam a apresentação de definições por sinônimos, cf. 5.1.1.1.2.

Em SJDI (2005), apresenta-se, para o substantivo *lã*, a fotografia de ovelhas em um campo. É flagrante, pois, a incoerência entre o verbete e a ilustração que lhe cabe. Acreditamos que essa imagem estaria mais corretamente localizada ao lado do verbete *ovelha*, que, aliás, não aparece ilustrado no referido dicionário.

É, pois, com base no primeiro tipo de relação descrito – em que a imagem é mais informativa que o texto – que se estabelece, ao menos parcialmente, a funcionalidade da ilustração em uma obra lexicográfica.

A funcionalidade de uma informação, como sabemos, é determinada a partir de dois princípios: a discricionariedade e a discriminância (cf. BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2006). Uma ilustração será um fato discreto sempre que for mais informativa que o texto, ou, nos termos do modelo teórico que desenvolvemos, sempre que acompanhar – ou, ocasionalmente, substituir – uma “paráfrase opaca propriamente dita”. Nesse sentido, a ilustração de *elefante marino* apresentada anteriormente (cf. Figura 17) constitui uma informação efetivamente discreta.

O caráter de fato discriminante, contudo, somente será conferido a uma ilustração, tendo em vista seu poder de representação. O poder de representação de uma ilustração revela-se, portanto, na medida em que ela permite identificar o referente de forma mais simples e rápida do que uma paráfrase (cf. tb. KAMMERER 2002). Retomando o exemplo apresentado no parágrafo anterior, a ilustração de *elefante marino* não constitui uma informação discriminante, já que não permite estabelecer uma oposição direta e efetiva entre o animal representado e outros mamíferos aquáticos – pelo menos do ponto de vista do leigo, semelhantes entre si –, como os que se designam como *foca*, *león marino* e *oso marino*.

Um exemplo de ilustração discreta e discriminante – ou seja, uma ilustração que é informativa em relação ao texto, ao mesmo tempo em que apresenta um alto potencial de representatividade – é a que se oferece junto ao verbete *romã* em DPLP (2013):



Figura 21: Ilustração de *romã* em DPLP (2013)
 Fonte: <http://www.priberam.pt/dlpo/rom%C3%A3>

O dicionário pode, ainda, potencializar a capacidade de representação da ilustração oferecendo ao leitor quadros com imagens de entidades pertencentes à mesma classe, a fim de ressaltar as diferenças – muitas vezes, sutis – entre elas (cf. SVENSÉN 2009: 299). Esse é um recurso, como sabemos, frequentemente empregado em *learner's dictionaries*:

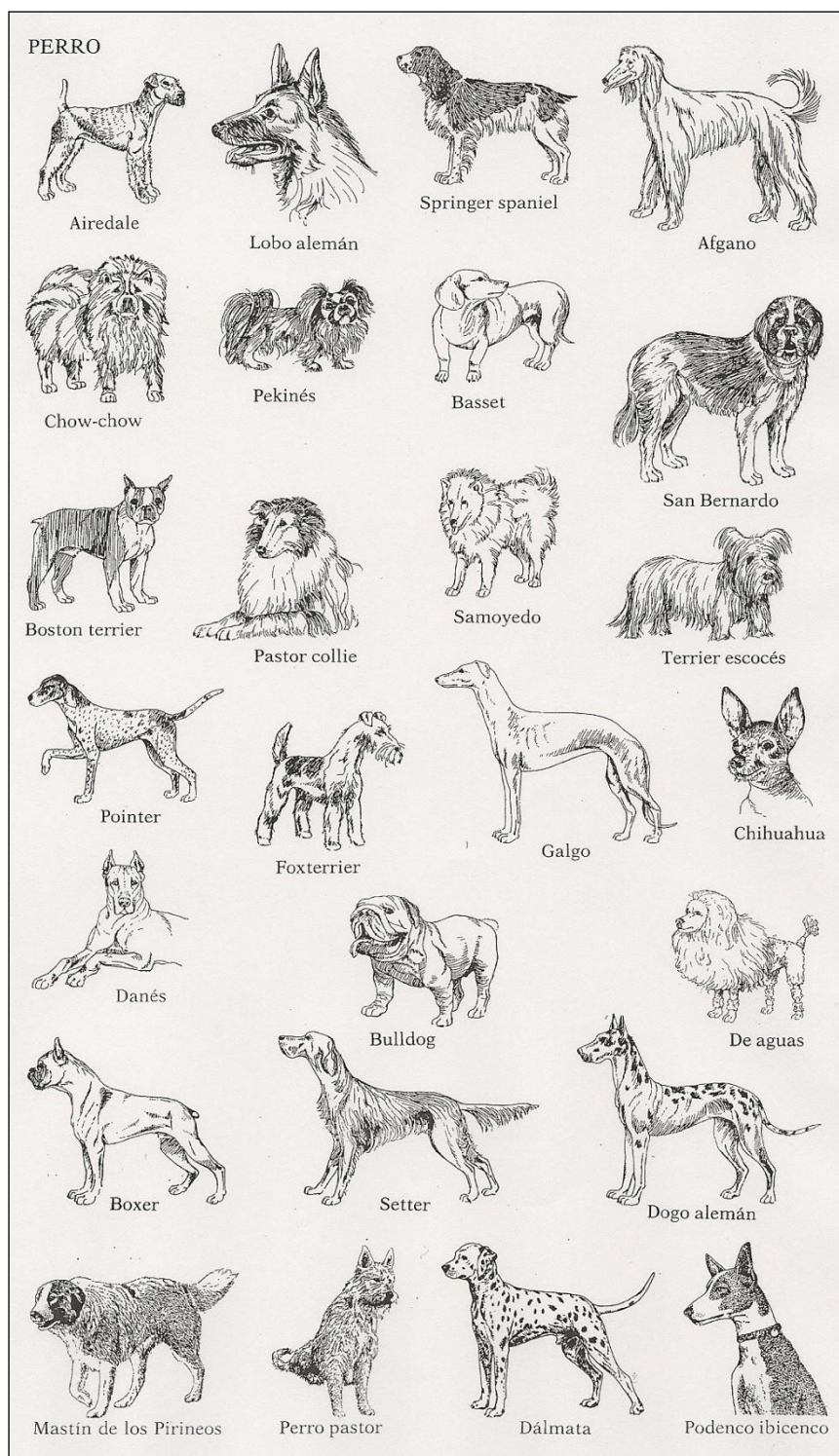


Figura 22: Ilustração do campo temático “cachorro” em DILE (1997)
 Fonte: DILE (1997: 841)

Nesse caso específico, as definições de cada uma das raças de cachorros poderiam, inclusive, ser preteridas em favor das ilustrações, na medida em que estabelecer uma diferença, por exemplo, entre *dogo alemán* e *pointer* através de uma imagem é bem mais prático e econômico do que seria por meio de uma descrição linguística exaustiva⁵¹⁴. A apresentação de ilustrações em quadros temáticos revela-se, dessa forma, um recurso bastante útil para dirimir problemas similares aos encontrados na representação de *elefante marino* em DPELE (2002).

8.3.1.1 Tipos de ilustrações

Os dicionários semasiológicos apresentam ilustrações de diversos tipos, que servem a propósitos distintos. Conforme Svensén (2009: 303), uma tipologia de ilustrações pode ser estabelecida, basicamente, a partir de dois pontos de vista:

- a) Unidade léxica → Ilustração: Delimitam-se os tipos de unidades léxicas que podem ser explicadas por meio de imagens, e definem-se os tipos de ilustrações que podem ser usados em cada caso; trata-se da perspectiva empregada na tipologia de Stein (2002b).
- b) Ilustração → Unidade léxica: Descrevem-se os tipos de ilustrações passíveis de emprego nos dicionários e os tipos de unidades léxicas que elas podem ajudar a explicar; este é o ponto de partida das tipologias propostas, respectivamente, por Hupka (1989a; 1989b) e por Svensén (2009).

A tipologia que proporemos a seguir assume o primeiro ponto de vista e fundamenta-se na distinção dos dois empregos básicos de ilustrações em dicionários semasiológicos, sintetizados em Herbst; Klotz (2003: 161-162):

- a) Auxiliar a explanação do significado por meio da indicação de exemplares mais ou menos prototípicos do denotado; por exemplo, as ilustrações de *elefante* e *elefante marino* em DPELE (2002: 478) (cf. Figura 17).
- b) Representar campos temáticos, remetendo, a partir de uma dada palavra-entrada, a uma série de unidades léxicas a ela relacionadas; por exemplo, a ilustração referente ao campo temático “café da manhã” em LaGWDaF (2008: 414) (cf. Figura 18).

O objetivo da elaboração dessa tipologia é avaliar os recursos disponíveis de elucidação do significado por meio de imagens para as classes de unidades léxicas

⁵¹⁴ Evidentemente, o poder de representação da ilustração depende também da qualidade da imagem, fator que discutiremos em 8.3.2.

previamente definidas (cf. 7.2.1), e, dessa forma, otimizar os resultados obtidos em relação ao poder de representação da ilustração em cada caso⁵¹⁵.

a) *Ilustração de um objeto:*

Neste grupo, encontram-se as ilustrações de um objeto isolado, esteja ele inserido ou não em um contexto. Esse tipo de ilustração é apropriado nos seguintes casos:

1. Nomes que designam entidades concretas que não constituem parte de algo e cuja forma é claramente delimitada:

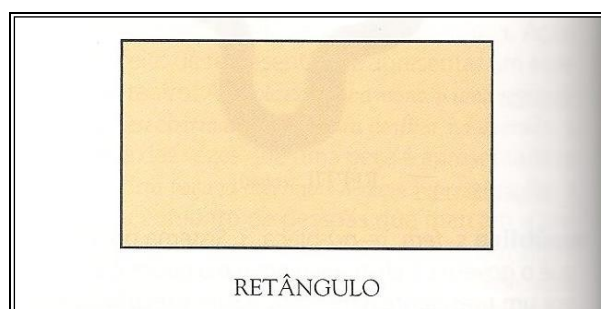


Figura 23: Ilustração de *retângulo* em DIP (2009)
Fonte: DIP (2009: 268)

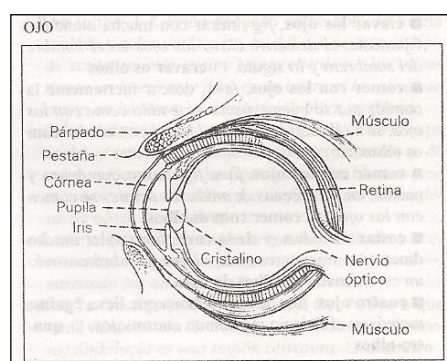


Figura 24: Ilustração de *ojo* em DPELE (2002)
Fonte: DPELE (2002: 905)

2. Nomes que designam entidades concretas que são partes constituintes de algo, mas cuja forma é claramente delimitada. Entretanto, é sempre mais eficaz representar o todo, identificando as partes:



Figura 25: Ilustração de *gomo* em AuI (2008)
Fonte: AuI (2008: 253)



Figura 26: Ilustração de *Nagel* em LaGWDaF (2008)
Fonte: LaGWDaF (2008: 763)

⁵¹⁵ A classificação que esboçamos a seguir representa uma tentativa de simplificação da tipologia apresentada em Stein (2002b), e considera apenas as classes de nomes que definimos como passíveis de representação por ilustrações em dicionários semasiológicos, no âmbito do modelo teórico que vimos propondo (cf. 7.2.1).

3. Nomes que designam entidades concretas que, no entanto, podem ser delimitadas apenas em relação ao objeto do qual são parte constituinte – sendo, portanto, impossível representar, na ilustração, apenas a entidade descrita:

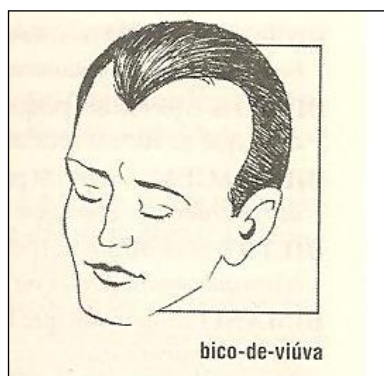


Figura 27: Ilustração de *bico-de-viúva* em DPC (2004) Fonte: DPC (2004: 179)



Figura 28: Ilustração de *jowls* em CDAE (2006) Fonte: CDAE (2006: 472)

4. Nomes que designam entidades concretas que possuem uma função específica; esta deve, pois, ser representada na ilustração:

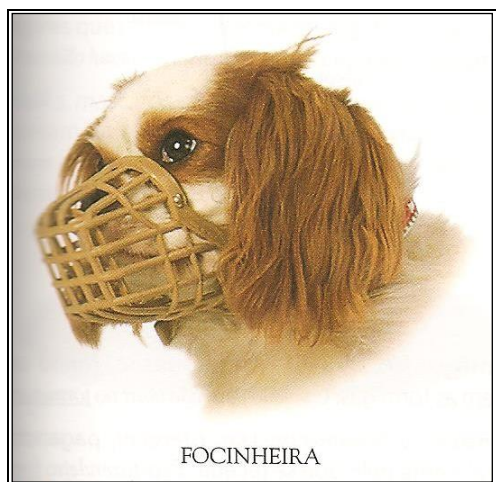


Figura 29: Ilustração de *focinheira* em DIP (2009) Fonte: DIP (2009: 139)



Figura 30: Ilustração de *parachute* em CDAE (2006) Fonte: CDAE (2006: 615)

5. Nomes que designam entidades concretas que podem ser descritas de forma mais eficaz em relação com o ambiente do qual fazem parte:



Figura 31: Ilustração de *fiorde* em DILP (2010)
Fonte: DILP (2010: 360)

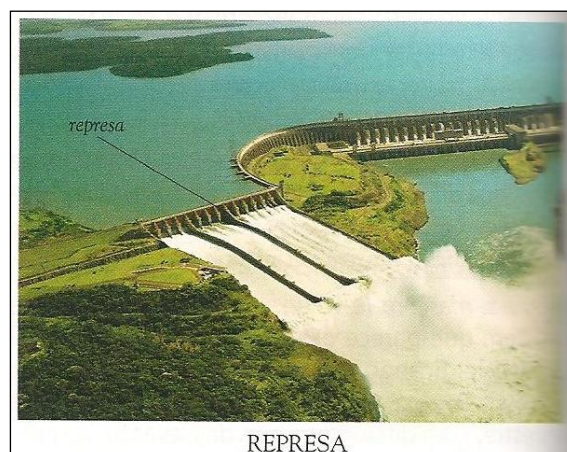


Figura 32: Ilustração de *represa* em DIP (2009)
Fonte: DIP (2009: 266)

b) Ilustração de um grupo de objetos:

A este grupo, pertencem as ilustrações que representam conjuntos de objetos, relacionando-os entre si. Neste trabalho, para fins de simplificação, designamos as ilustrações de grupos de objetos como “ilustrações de campos temáticos”:

1. Nomes que designam entidades diversas, porém percebidas como muito semelhantes entre si. As ilustrações de cada uma das entidades são, portanto, contrastivas, e, em conjunto, permitem observar as diferenças (às vezes, sutis) entre as entidades representadas, em geral, difíceis de serem expressas linguisticamente:

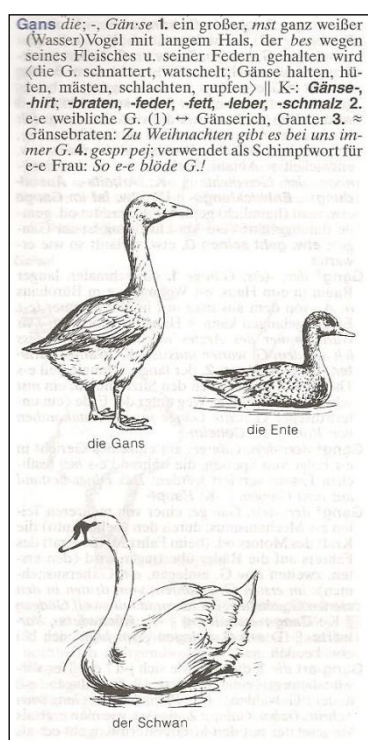


Figura 33: Ilustrações de *Gans*, *Ente* e *Schwan* em LaGWDaF (2008)
Fonte: LaGWDaF (2008: 424)

2. Nomes que designam entidades pertencentes à mesma classe, mas que podem apresentar-se de formas bastante diversas. A ilustração, lado a lado, de objetos de diferentes formas permite obter uma visão mais “realista” da entidade definida, permitindo representar aspectos que, em geral, não podem ser descritos por meio de uma definição linguística – exceto por meio de definições enciclopédicas muito longas, que não seriam pertinentes em dicionários de língua:



Figura 34: Ilustração de *pans* em CDAE (2006)
Fonte: CDAE (2006: 614)

3. Nomes que designam entidades que, no mundo extralinguístico, encontram-se, de alguma forma, relacionadas entre si. A este subgrupo correspondem as ilustrações de campos temáticos *stricto sensu*; a seu agrupamento subjaz uma concepção onomasiológica da ordenação do vocabulário, com todas as dificuldades que isso implica (cf. 1.1). Podem ser de vários tipos:

3.1. Nomes que designam entidades hierarquicamente subordinadas de uma categoria; por exemplo, a ilustração de mamíferos carnívoros em ZMiVLI (2007) (cf. Figura 35)⁵¹⁶.

3.2. Nomes relacionados a um mesmo campo semântico; por exemplo, a ilustração intitulada “*elettricità*” [eletricidade] em ZVLI (2011) (cf. Figura 36).

3.3. Nomes que designam entidades que participam de uma mesma situação/interação extralinguística – ou, em outras palavras, de um *cenário* específico, entendendo-se esse termo no âmbito da semântica de *frames* (cf. 6.2.2.1). Um exemplo é a ilustração do campo temático “equipagens de acampamento” em ZMiVLI (2007) (cf. Figura 37)⁵¹⁷.

⁵¹⁶ A esse subgrupo, pertence também a ilustração do campo temático “cachorro” em DILE (1997) (cf. Figura 22).

⁵¹⁷ A esse subgrupo, pertence também a ilustração do campo temático “café da manhã” em LaGWDaF (2008) (cf. Figura 18).

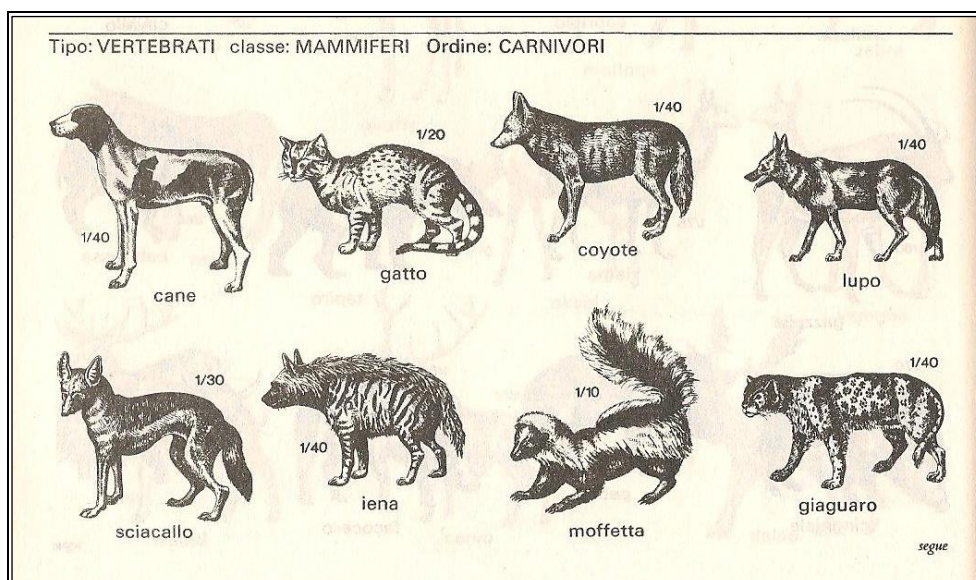


Figura 35: Ilustração do campo temático “mamíferos carnívoros” em ZMiVLI (2007)
Fonte: ZMiVLI (2007: 80)⁵¹⁸

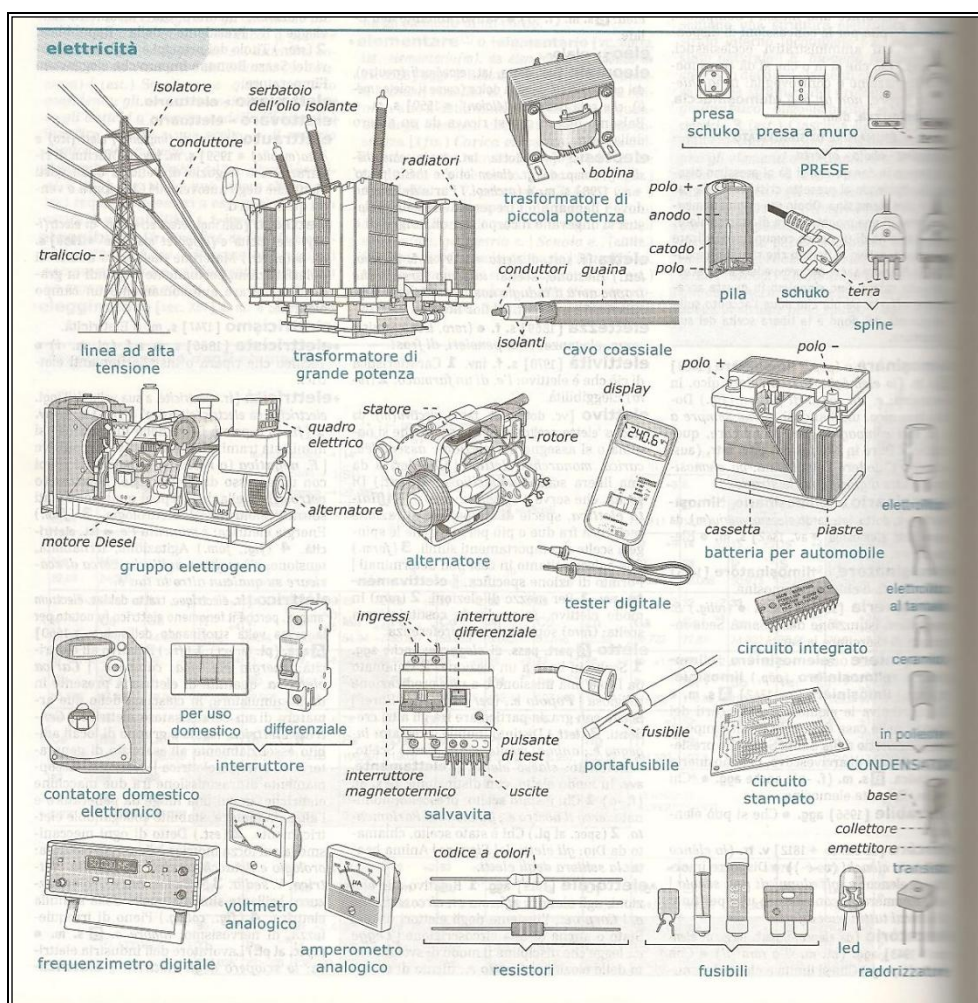


Figura 36: Ilustração do campo temático “eletricidade” em ZVLI (2011)
Fonte: ZVLI (2011: 772)

⁵¹⁸ A ilustração reproduzida forma parte de um atlas que representa uma taxonomia completa de animais (cf. ZMiVLI 2007: 62-82).

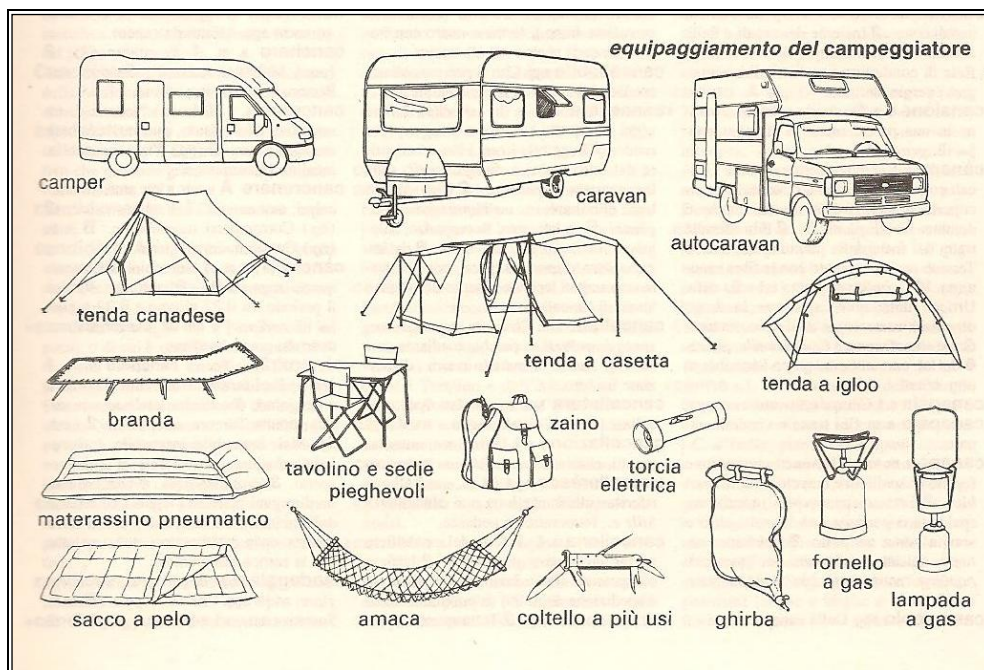


Figura 37: Ilustração do campo temático “equipagens de acampamento” em ZMiVLI (2007)
 Fonte: ZMiVLI (2007: 187)

8.3.1.2 *Uso de legendas nas ilustrações*

A ilustração é, em rigor, parte do *middle matter* do dicionário, e sua funcionalidade deve-se, ao menos parcialmente, à integração perfeita com os demais componentes (cf. 8.3.3). Nesta subsecção, concentrar-nos-emos na relação estabelecida entre a ilustração e o verbete ao qual corresponde.

Como é possível observar em algumas das figuras apresentadas anteriormente, o dicionário, muitas vezes, necessita recorrer a elementos verbais para identificar um determinado objeto em uma ilustração. Esse elemento verbal é denominado legenda [*legend*] (cf. STEIN 2002b: 178-179). Stein (2002b: 178) chama a atenção sobre a relação que se estabelece entre lema, definição, ilustração e legenda. Tãmanha é a importância atribuída pela autora a esses elementos verbais, que um dos critérios que fundamentam sua tipologia é, justamente, a necessidade ou não de incorporá-los nas ilustrações.

Stein (2002b) subdivide os elementos verbais em quatro tipos: (a) legendas *stricto sensu*, (b) rótulos identificadores [*identifying labels*], (c) rótulos diferenciadores [*differentiating labels*] e (d) subtítulos [*captions*].

1. Legendas: A legenda corresponde ao nome, geralmente destacado em negrito ou caixa-alta, que intitula as ilustrações de um objeto único, como em *retângulo* (cf. Figura 23) e *ojo* (cf. Figura 24), ou de um conjunto de objetos, como nos campos temáticos “cachorro” (cf. Figura 22) e “eletricidade” (cf. Figura 36). Hupka (1989b: 708) destaca que um dicionário que

apresenta ilustrações pode ser consultado ao menos de duas maneiras distintas. O usuário pode proceder à consulta indo do lema à definição, e então, por meio da legenda, chegar à ilustração. Por outro lado, o usuário pode chegar ao lema por meio da legenda que acompanha a figura, e, assim, obter as informações disponibilizadas pela definição. Em ambos os casos, no entanto, a legenda cumpre um papel importante de mediadora entre a ilustração (parte integrante do *middle matter* da obra) e a definição (núcleo do verbete, que, por sua vez, constitui a unidade de referência da microestrutura) – principalmente considerando que nem sempre a ilustração é alocada junto ao verbete correspondente no dicionário (cf. tb. SVENSÉN 2009: 300).

2. Rótulos identificadores: Os rótulos identificadores apontam a entidade que a ilustração procura representar em fotografias ou desenhos que apresentam um contexto, como em *jowls* (cf. Figura 28) e *represa* (cf. Figura 32). Nesse caso, são essenciais, já que sua ausência impossibilita a identificação do objeto descrito. Entretanto, também servem para identificar as partes em que se decompõe um objeto particular, como na ilustração de *ojo* (cf. Figura 24) (cf. STEIN 2002b: 186-190).

3. Rótulos diferenciadores: Em ilustrações que contrastam objetos diferentes, os rótulos diferenciadores servem como uma espécie de “sublegenda”, identificando cada uma das entidades. É possível encontrar rótulos diferenciadores, por exemplo, na ilustração referente ao campo temático “mamíferos carnívoros” (cf. Figura 35) (cf. STEIN 2002b: 191-199).

4. Subtítulos: Os subtítulos são breves descrições, que ajudam o consulente a “entender” uma ilustração que seja “ou tão complexa, ou tão vaga, que necessita contextualização”⁵¹⁹ (STEIN 2002b: 199). Segundo Stein (2002b), são comumente empregados em ilustrações de nomes abstratos, verbos, adjetivos, advérbios, preposições, pronomes e *idioms* – justificando-se, assim, o fato de não terem sido contemplados na tipologia que apresentamos em 8.3.1.1. Apresentamos, a seguir, um exemplo de emprego de subtítulos em ilustrações de dicionários de língua:

⁵¹⁹ [either so complex or so vague that it needs contextualization]

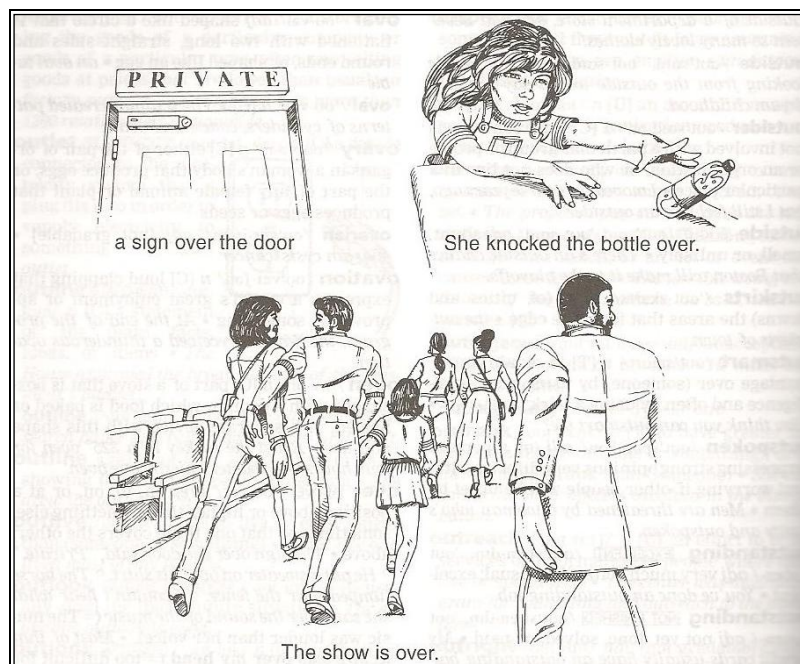


Figura 38: Ilustrações de *over* em CDAE (2006)
 Fonte: CDAE (2006: 606)

8.3.2 A qualidade da ilustração

A qualidade da ilustração é uma questão crucial, uma vez que afeta diretamente o poder de representação da imagem. Os problemas mais importantes atinentes à qualidade da ilustração são⁵²⁰:

- a) a técnica de produção empregada;
- b) o uso ou não de cores;
- c) as proporções da imagem.

Essas questões, por sua vez, se inter-relacionam, como demonstraremos a seguir.

8.3.2.1 *Desenhos versus fotografias*

No que diz respeito à técnica de produção, discute-se se seria mais útil apresentar desenhos ou fotografias. São considerados os seguintes aspectos:

- a) As fotografias reproduzem um objeto específico, constituindo, portanto, representações individualizadas; os desenhos, por outro lado, ao combinarem traços de muitos indivíduos, constituem uma representação arquetípica (cf. SCHOLZE-

⁵²⁰ Embora este problema atinja, felizmente, poucas ilustrações em poucas obras, não poderíamos deixar de mencionar também a falta de qualidade gráfica de algumas imagens. As gravuras de *tarântula* e *vitória-régia* apresentadas em MiRR (2005), bem como as de *astrolábio* e *vagem* em MiCA (2004), devido à sua má qualidade, não permitem que o consultante possa ter uma ideia clara dos referentes extralinguísticos aos quais as unidades léxicas em questão se aplicam.

STUBENRECHT 1989: 1105; HUPKA 1989b: 708; LANDAU 2001: 144-145; HERBST; KLOTZ 2003: 163; SVENSÉN 2009: 301-302). Desenhos seriam, portanto, recursos mais apropriados em dicionários de língua.

- b) As fotografias são mais “realísticas” [*realistic*] do que desenhos (cf. SVENSÉN 2009: 301). Sem embargo, as fotografias são, em geral, tomadas casualmente e contêm, amiúde, uma série de informações pertencentes ao entorno do objeto, que, em termos (meta)lexicográficos, são irrelevantes. Além disso, os contornos do objeto, em uma fotografia, somente podem ser definidos em contraste com o plano de fundo, e nem sempre se deixam perceber nitidamente (cf. HUPKA 1989b: 708; SVENSÉN 2009: 302). Desenhos, por outro lado, delimitam as linhas de contorno do objeto de modo preciso, além do que, são capazes de reproduzir claramente as características distintivas da entidade representada, e, em casos específicos, esquematizar sua estrutura interna, sua constituição e seu funcionamento (cf. HUPKA 1989b: 708). Diante disso, Landau (2001: 145) é categórico, ao afirmar que “se um desenho é bem feito, é, normalmente, mais informativo, com seus detalhes nitidamente mais aparentes, do que qualquer fotografia”⁵²¹.
- c) Uma fotografia precisa ser muito maior do que um desenho para dar a ideia de perspectiva. Uma fotografia tem de ser suficientemente grande para poder mostrar o entorno do objeto, com todos os detalhes necessários para que seja possível dar uma ideia exata das suas dimensões. Um desenho, por outro lado, pode sofrer ajustes tanto em relação às posições relativas dos objetos, como aos tamanhos dos elementos que compõem a figura, a fim de economizar espaço (cf. LANDAU 2001: 145; SVENSÉN 2009: 302). Ademais, há outros recursos, como representar uma figura humana ao lado do objeto que se deseja descrever, a fim de se oferecer uma ideia, ao menos aproximada, das dimensões (cf. STEIN 2002b: 176).
- d) Herbst; Klotz (2003: 163) destacam, por fim, que as fotografias são, por natureza, mais propensas a tornarem-se datadas, ao contrário dos desenhos, que, nesse sentido, seriam menos marcados.

Não obstante as considerações precedentes, a análise dos dicionários prova que o fato de se trabalhar com desenhos ou com fotografias não interfere, de modo decisivo, no poder elucidativo da imagem. No âmbito das obras destinadas ao público escolar, uma avaliação de dicionários como AuI (2008), que utiliza exclusivamente fotografias – embora,

⁵²¹ [If a drawing is done well, it is usually more informative, with its details more readily apparent, than any photograph]

frequentemente, modificadas digitalmente –, e DCR (2005) e MDHou (2005), que oferecem apenas desenhos, demonstra não haver diferença em relação aos resultados finais obtidos. Tampouco a combinação das duas técnicas – fotografia e desenho – feita em SJDI (2005) e DIP (2009) evidencia uma escolha criteriosa do método a ser empregado em cada caso (cf. FARIAS 2010b). Para exemplificar, comparamos as ilustrações de *joaninha* em DIP (2009) e SJDI (2005), respectivamente, um desenho e uma fotografia:

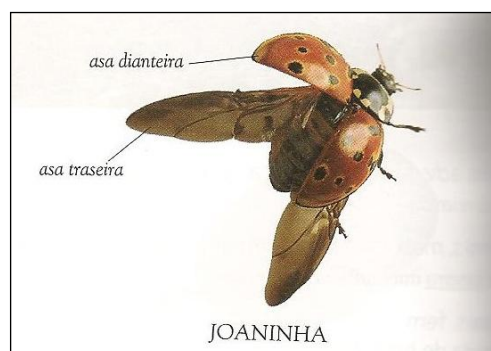


Figura 39: Ilustração de *joaninha* em DIP (2009)
Fonte: DIP (2009: 174)



Figura 40: Ilustração de *joaninha* em SJDI (2005)
Fonte: SJDI (2005: 187)

8.3.2.2 *Imagens coloridas versus imagens em preto e branco*

Mais importante do que o problema da técnica de produção da ilustração é, do nosso ponto de vista, a questão do uso ou não de cores. Landau (2001: 145) duvida que o uso de cores poderia acrescentar muito em termos de poder elucidativo da ilustração. Svensén (2009: 302), por seu turno, recomenda o emprego de cores apenas quando sejam absolutamente necessárias. Isso se daria, obrigatoriamente, em três circunstâncias:

- a) quando a cor é decisiva na distinção de classes de objetos, mormente no caso de plantas, flores, frutas, animais etc.;
- b) quando a cor é decisiva na explicitação de detalhes que ajudam na descrição do objeto (um exemplo é a ilustração de *represa* em DIP (2009) (cf. Figura 32));
- c) quando a cor serve à definição da própria cor.

A impressão colorida é um fator crucial para que se possa diferenciar, em uma fotografia ou desenho, frutas como, por exemplo, *cereja* e *jabuticaba*, ou ainda *amora* e *framboesa*. Observemos o seguinte quadro ilustrativo extraído de OALD (2005):

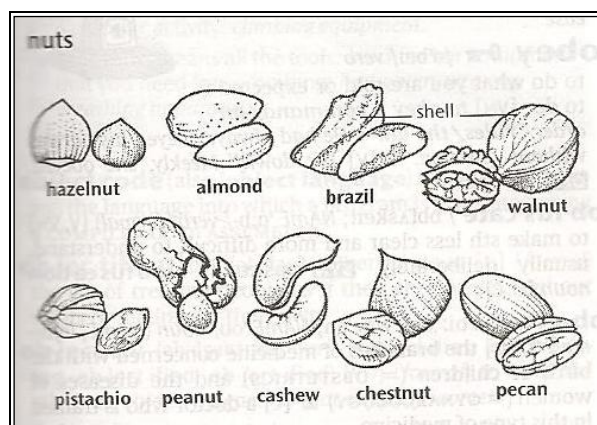


Figura 41: Ilustração do campo temático “frutas secas” em OALD (2005)
Fonte: OALD (2005: 1043)

Imagens coloridas, nesta situação, ajudariam o consulente a identificar as diferenças entre os frutos. Nesse aspecto, a ilustração de *cereja* apresentada em AuI (2008) é exemplar.



Figura 42: Ilustração de *cereja* em AuI (2008)
Fonte: AuI (2008: 98)

A respeito da necessidade do uso de cores, compartilhamos nossa opinião com Burke (2003), que menciona, entre outros, as designações para cores, as raças de cachorros, as espécies de árvores e os tipos de frutos, como casos em que o uso de ilustrações coloridas é um imperativo. O autor, no entanto, não perde de vista que a impressão colorida é um processo caro, que deveria ser considerado apenas quando fosse absolutamente necessário. Nesse sentido, dicionários eletrônicos poderiam representar um avanço em relação aos dicionários impressos, já que disponibilizam muito mais espaço, e a um custo bastante reduzido (cf. BURKE 2003: 248-249).

8.3.2.3 Dimensões da imagem

No que concerne às dimensões da imagem, Kammerer (2002) salienta que, muitas vezes, a proporção de tamanho dos objetos não é resguardada. Em PDELP (2008), por exemplo, as ilustrações apresentadas no quadro temático “meios de transporte” têm aproximadamente as mesmas dimensões:

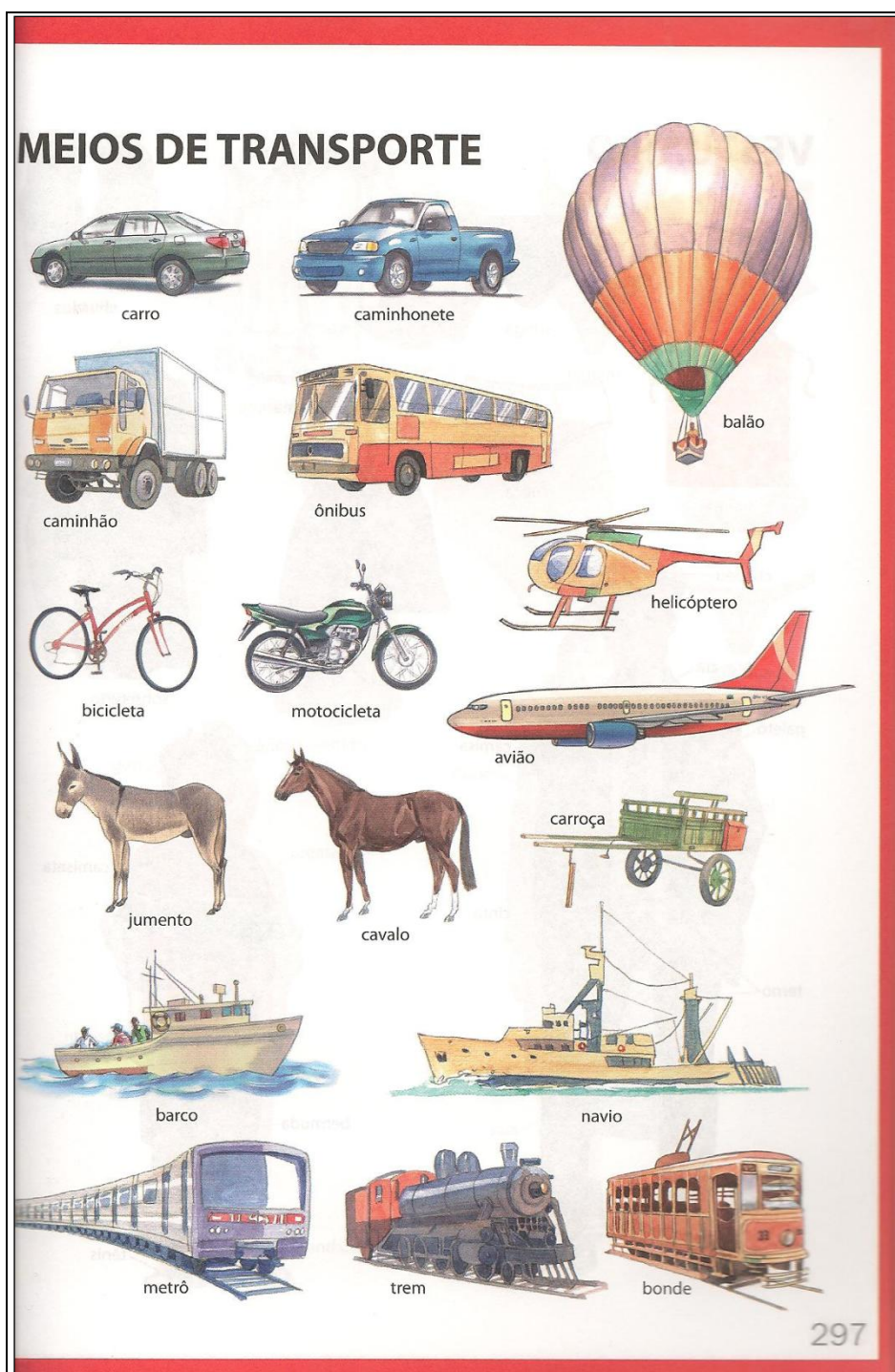


Figura 43: Ilustração do campo temático “meios de transporte” em PDELP (2008)
Fonte: PDELP (2008: 297)

Em casos de referentes extralinguísticos desconhecidos do consulente, a desproporção das imagens pode transmitir uma ideia falsa acerca do objeto ilustrado. Um exemplo disso é a representação de alguns animais polares em DMJE (1998):



Figura 44: Ilustração do campo temático “animais polares” em DMJE (1998)
Fonte: DMJE (1998: 778)

8.3.3 A articulação das ilustrações com outros componentes do dicionário

A ilustração, como vimos, deve integrar-se à megaestrutura da obra lexicográfica. Para tanto, é necessário construir um sistema medioestrutural que estabeleça uma conexão adequada entre o *middle matter* (ilustrações) e a microestrutura (verbetes), por um lado, e entre o *middle matter* (ilustrações) e o *front matter*, por outro.

Hartmann; James (2001: s.v. *illustration*) afirmam que a relação entre uma ilustração apresentada e o verbete ao qual ela corresponde nem sempre é claramente estabelecida. A relação *middle matter*-microestrutura já foi parcialmente tratada em 8.3.1.2, ocasião na qual discutimos a necessidade do uso de legendas para ajudar o consulente a recobrar informações no dicionário, tanto na direção lema-definição-ilustração, como na direção ilustração-lema-definição. Além disso, deve-se levar em conta também a localização da ilustração no dicionário (cf. SVENSÉN 2009: 301).

No que diz respeito às ilustrações de um objeto isolado, estas deveriam ser apresentadas na mesma página do verbete ao qual correspondem; dessa forma, “a interação entre explanação verbal e visual, que é a real finalidade de ilustrações de dicionários, é atingida”⁵²² (SVENSÉN 2009: 301). Esse procedimento, aliás, é adotado na maioria dos dicionários analisados.

No entanto, quando as ilustrações são muito grandes, ou quando a entidade representada aparece junto a outras da mesma espécie em um quadro comparativo, não é

⁵²² [the interaction between verbal and visual explanation, which is the actual purpose of dictionary illustrations, is achieved]

possível apresentá-las próximas ao verbete correspondente. Svensén (2009: 301) menciona três possibilidades de alocação de ilustrações correspondentes a conjuntos de objetos:

- a) localização da ilustração junto ao verbete relativo à unidade léxica que corresponde ao superordenado da categoria em questão;
- b) localização da ilustração junto ao verbete relativo ao signo-lema considerado como mais importante ou mais frequente;
- c) localização da ilustração em uma seção específica do *middle matter* ou no *back matter* da obra.

Em qualquer uma dessas circunstâncias, o verbete ao qual corresponde a ilustração (ou uma das ilustrações apresentadas no campo temático) deve conter um índice remissivo, que indique ao consulente a localização exata da ilustração, como ocorre em LaGWDaF (2008). O dicionário apresenta os verbetes *Ente¹* e *Schwan*, respectivamente, nas páginas 330 e 956, enquanto as ilustrações aparecem na página 424, logo abaixo do verbete *Gans*. Existem, entretanto, indicações precisas, tanto no interior do verbete *Ente¹* como no interior do verbete *Schwan*, acerca da localização do elemento iconográfico correspondente: “Ente¹ *die*; -, -*n* 1. ein (Schwimm)Vogel mit breitem Schnabel u. kurzem Hals <die E. quakt, schnattert> || ↑ *Abb. unter Gans [...]*” (LaGWDaF 2008: s.v. *Ente¹*) e “Schwan *der*; -(*e*)s, Schwä•ne; ein grosser weisser Vogel mit e-m langen Hals, der auf Seen u. Flüssen lebt || ↑ *Abb. unter Gans [...]*” (LaGWDaF 2008: s.v. *Schwan*).

A ausência de um índice remissivo na microestrutura constitui uma falha grave. DPELE (2002: s.v. *pavo*), por exemplo, apresenta, como subentrada, *pavo real*. Abaixo desse verbete, encontramos, muito bem localizada, a ilustração de *pavo común*. A ilustração de *pavo real*, no entanto, é apresentada somente na página seguinte, sem que seja feita nenhuma remissão a partir do verbete correspondente a *pavo*.

Por fim, deve-se tratar da relação *middle matter-front matter*. Um dicionário com ilustrações deve apresentar, no *front matter*, uma lista, ou índice, das ilustrações contidas na obra, a fim de que estas possam ser acessadas diretamente. A ausência dessa lista constitui uma falha do dicionário (cf. KAMMERER 2002: 260-263). O sistema mediostrutural, nesse caso, deve relacionar o *front matter* (índice de ilustrações) com o *middle matter* (ilustrações interpoladas na microestrutura). A maioria dos dicionários analisados, sem embargo, não apresenta um índice de ilustrações. DILE (1997) é uma exceção. O dicionário inclui um “índice de ilustrações por matérias” [*índice de ilustraciones por materias*], que agrupa as ilustrações segundo a área de conhecimento à qual correspondem (cf. DILE 1997: XIII-XIV), e um “índice alfabético de ilustrações” [*índice alfabético de ilustraciones*], que lista todos os

quadros ilustrativos apresentados a partir da legenda, indicando a página onde podem ser encontrados (cf. DILE 1997: XV-XVI).

8.3.4 Síntese da discussão sobre a funcionalidade da ilustração

A discussão acerca da funcionalidade da ilustração em dicionários semasiológicos encontra-se claramente segmentada.

A primeira parte da problemática concerne à delimitação das classes de unidades léxicas propensas a uma “definição opaca propriamente dita”, cuja descrição pode ser auxiliada por uma imagem. Ao delimitarmos esse grupo de unidades léxicas (cf. Capítulo 7), contribuímos, simultaneamente, para imputar à ilustração um papel específico no âmbito de uma “teoria geral dos mecanismos explanatórios”.

A integração da ilustração ao modelo proposto já assegura, ao menos em parte, a funcionalidade desse mecanismo explanatório. Contudo, é necessário, adicionalmente, formular critérios que permitam a apresentação de ilustrações que constituam fatos discretos e discriminantes em relação à megaestrutura da obra dicionarística – tarefa que corresponde à segunda parte da problemática. Em conformidade com a nossa proposta, uma ilustração deve:

- a) apresentar um alto potencial de representação do objeto que ajuda a descrever, necessitando, para tanto, (i) ser mais informativa que o texto que complementa – equivalente, em todos os casos, obrigatoriamente a uma “paráfrase opaca propriamente dita” – e (ii) permitir identificar a entidade que representa de forma rápida e precisa;
- b) apresentar um alto padrão de qualidade, o que implica (i) o uso de cores nos casos definidos como imprescindíveis e (ii) a indicação precisa das proporções do objeto; a técnica de produção da ilustração – fotografia ou desenho –, no entanto, como procuramos demonstrar, não desempenha, em geral, um papel preponderante no que concerne ao quesito qualidade;
- c) estar articulada com outros componentes da obra lexicográfica – em especial, a microestrutura e o *front matter* – por meio da medioestrutura.

A elaboração de uma “teoria da ilustração” no âmbito (meta)lexicográfico, subordinada, por sua vez, a uma “teoria geral dos mecanismos explanatórios”, ainda requer que se ofereça respostas satisfatórias para uma série de questões, entre as quais:

1. A relação entre o emprego de ilustrações e o tipo de dicionário/usuário ao qual se destina: Dicionários para aprendizes, tanto da língua materna como de uma língua estrangeira, contam com um número maior de ilustrações do que os dicionários gerais. Nosso modelo

teórico para o emprego de mecanismos explanatórios em dicionários semasiológicos considera apenas os problemas concernentes ao método (restrições relacionadas à técnica de redação das paráfrases definidoras) e ao objeto (restrições pertinentes à natureza do significado de determinadas unidades léxicas) na delimitação das classes de palavras propensas à geração de “paráfrases opacas propriamente ditas”. Contudo, como evidencia a discussão realizada em 8.2, é preciso considerar também a variável usuário, mais especificamente, suas habilidades de consulta à obra lexicográfica, por um lado, e seus conhecimentos linguísticos, por outro, a fim de que se possa calcular em que situações ele terá problemas para compreender as paráfrases definidoras – independentemente de serem “opacas propriamente ditas” ou não. Na literatura (meta)lexicográfica disponibilizada, entretanto, ainda não é possível encontrar subsídios que permitam responder a essa questão.

2. A prototipicidade da ilustração e seu potencial de representação: A tipologia elaborada permite predizer que tipos de ilustrações são pertinentes em cada caso, tendo em vista as classes de unidades léxicas que necessitam de um recurso complementar de elucidação do significado, para as quais uma ilustração seria mais apropriada. Ademais, o poder de representação da imagem está ligado, entre outros fatores, à legibilidade da figura apresentada, à necessidade do uso de cores em determinadas circunstâncias, bem como ao resguardo das proporções entre objeto real e ilustração. Entretanto, ao menos duas questões ainda precisam ser respondidas.

Em primeiro lugar, é preciso definir o que torna uma imagem prototípica na representação de uma categoria. Em outras palavras, que propriedades tornariam qualquer outra imagem mais apropriada para a representação da categoria *elefante marino* do que a ilustração apresentada em DPELE (2002). Nesse sentido, deve-se recordar que, no âmbito da semiótica, uma imagem pode ser interpretada em termos de “ícones que mantêm uma relação de analogia qualitativa entre o significante e o referente”, de modo que “[U]m desenho, uma foto, uma pintura figurativa retomam as qualidades formais de seu referente: formas, cores, proporções, que permitem reconhecê-los” (JOLY 2009: 37). Como “signo analógico”, pois, a imagem funciona sobre o princípio da semelhança; entretanto, e paradoxalmente, deve-se ter em mente que:

o problema da imagem é, de fato, o da semelhança, tanto que os temores que suscita provêm precisamente de suas variações: a imagem pode se tornar perigosa tanto por excesso quanto por falta de semelhança. Semelhança demais provocaria confusão entre imagem e objeto representado. Semelhança de menos, uma ilegibilidade perturbadora e inútil. (JOLY 2009: 39)⁵²³

⁵²³ A esse respeito, cf. tb. Joly (2005: 36-53).

Para dar apenas um exemplo concreto, remontamo-nos às ilustrações de *joaninha* apresentadas anteriormente. A imagem de DIP (2009: 174) representa um inseto de cor avermelhada (cf. Figura 39), ao passo que a imagem de SJDI (2005: 187) apresenta um inseto de coloração amarelada (cf. Figura 40). Diante disso, perguntamo-nos qual das duas ilustrações seria a mais prototípica na representação da categoria *joaninha*. Ou ainda, se não seria necessário, finalmente, ilustrar o inseto nas duas colorações em cada uma das obras, a fim de dar uma visão mais realista do objeto.

Em segundo lugar, ainda que seja possível definir as propriedades que tornam uma dada imagem prototípica na representação de uma categoria, ainda é preciso considerar se uma dada ilustração será, efetivamente, mais elucidativa que uma descrição verbal do ponto de vista do usuário (cf. 7.2.2.3).

Finalmente, acreditamos que a contribuição deste capítulo à discussão acerca da ilustração em dicionários semasiológicos – ou, em última instância, à discussão acerca da elaboração de uma teoria da ilustração como mecanismo explanatório – reside em haver delimitado as questões que concernem a essa problemática e, conseqüentemente, em haver isolado as restrições que a (meta)lexicografia encontra no seu tratamento.

9 MECANISMOS COMPLEMENTARES E/OU ALTERNATIVOS DE ELUCIDAÇÃO DO SIGNIFICADO DE CARÁTER LINGUÍSTICO: EXEMPLOS E PÓS-COMENTÁRIOS

O último capítulo da tese está dedicado ao tratamento dos mecanismos explanatórios/alternativos de elucidação do significado de natureza linguística – nominalmente, exemplos e pós-comentários. A discussão em torno de cada um desses tópicos visa parametrizar o emprego e, conseqüentemente, auferir a funcionalidade de ambos os mecanismos nos dicionários semasiológicos no marco de uma “teoria geral dos mecanismos explanatórios”.

9.1 Exemplos

Existe um consenso entre os estudiosos sobre o inegável valor lexicográfico dos exemplos no cumprimento de diversas funções, tais como complementar a definição, apresentar contextos sintáticos, introduzir informações culturais, ou, simplesmente, atestar a ocorrência de uma palavra ou acepção. Há uma quantidade considerável de estudos que abordam a questão da exemplificação nos dicionários de língua, tais como Martin (1989), Minaeva (1992), Harras (1989), Calderón Campos (1994: 65-71), Toope (1996), Humblé (1996; 1998; 2001: 55-96), Garriga Escribano (2001; 2003: 119-123), Stein (2002c), Fourment-Berni Canani (2002) e Simpson (2003); além disso, os exemplos constituem um tópico constante em manuais de lexicografia, como em Dubois; Dubois (1971: 90-93), Zgusta (1971: 263-268), Merzagora (1987: 122-124), Landau (2001: 207-210; 305-308), Herbst; Klotz (2003: 55-61), Welker (2004: 149-162) e Svensén (2009: 281-288). Não obstante, em sua maioria, esses trabalhos preocupam-se com o estabelecimento de tipologias, com base na distinção entre exemplo e abonação⁵²⁴, sem que os problemas da funcionalidade e da técnica de geração do exemplo⁵²⁵, que consideramos nucleares, tenham sido encarados com a devida atenção. A lexicografia, portanto, resente-se da ausência de uma metodologia que possibilite converter o exemplo em um fato efetivamente funcional na microestrutura dos dicionários.

A título de ilustração, propomos a análise do seguinte verbete:

- (1) **morder** [...] **1 tr.-prnl.** [algo, a alguien] Sujetar y apretar clavando los dientes: *el niño muerde la manzana; un perro le mordió en la pierna.* [...] (DPELE 2002: s.v.)

⁵²⁴ Sobre a distinção entre exemplo e abonação, cf. 9.1.2.

⁵²⁵ Uma notável exceção é Fourment-Berni Canani (2002), que apresenta e discute técnicas para o fornecimento de exemplos que sirvam à função ativa (produção) nos dicionários bilíngües, com ênfase na relação entre o francês e o italiano. A autora demonstra que, muitas vezes, os consulentes têm dificuldades no momento de transpor as informações apresentadas nos exemplos para as suas produções.

Em espanhol, o verbo *morder* exige complemento acusativo, como nos informa o próprio dicionário. Entretanto, o segundo exemplo apresenta uma construção com o pronome *le*, forma correspondente ao complemento dativo, em lugar do pronome *lo*, forma correspondente ao complemento acusativo. É evidente que o chamado *leísmo* é um fenômeno bastante relevante em algumas comunidades de língua espanhola. Contudo, levando em consideração as dificuldades que um falante nativo de português – aliás, justamente o público-alvo do dicionário em questão – encontra para distinguir entre o emprego do acusativo e do dativo em língua espanhola⁵²⁶, os exemplos apresentados deveriam preocupar-se em facilitar essa distinção, fato que não ocorre no verbete transcrito em (1). A carência de parâmetros para a apresentação dos exemplos restringe ou, mesmo, anula o valor funcional dessa informação na microestrutura do dicionário.

Harras (1989) alerta a respeito da urgência de se elaborar uma “teoria do exemplo lexicográfico”. Segundo a autora, uma teoria assim deve agregar dois componentes:

- a) Um componente descritivo: Consiste na descrição das relações sistemáticas estabelecidas entre os exemplos lexicográficos e os demais segmentos do verbete.
- b) Um componente normativo: Consiste na apresentação e discussão de critérios que permitam auferir a qualidade de um exemplo lexicográfico.

Nossa concepção de funcionalidade do exemplo no dicionário semasiológico, baseada em duas variáveis, ajusta-se perfeitamente à proposta de Harras (1989).

A primeira variável – equivalente ao componente descritivo – consiste em determinar a necessidade do exemplo como elemento complementar de elucidação do significado; estabelece-se, dessa forma, sua relação com o segmento microestrutural destinado à definição. A discussão acerca dessa primeira variável conclui-se com a delimitação das classes de palavras cuja descrição do significado deve ser complementada por um exemplo (cf. 7.2.1)⁵²⁷.

A segunda variável – que fazemos corresponder ao componente normativo – requer considerar dois aspectos. O primeiro aspecto concerne à própria concepção de exemplo na

⁵²⁶ Sobre os complementos direto e indireto em língua espanhola, cf. Campos (1999).

⁵²⁷ Similarmente à discussão em torno à geração de critérios que garantam a funcionalidade da ilustração, a discussão a respeito do exemplo lexicográfico também traz à baila o problema do usuário. Nosso modelo propõe que sejam empregados recursos complementares/alternativos de elucidação do significado nos casos em que a paráfrase apresenta-se, irremediavelmente, como “opaca propriamente dita”. Entretanto, Welker (2004: 157), por exemplo, recorda que, para o usuário cuja língua do dicionário não é sua língua materna, as definições, independentemente do fato de estarem bem formuladas ou não, podem tornar-se incompreensíveis. Dessa forma, exemplos converter-se-iam em informações indispensáveis em *learner's dictionaries* mais que em outras obras, e não somente como complementos de “paráfrases opacas propriamente ditas”. Todavia, a questão do usuário – como recalamos diversas vezes ao longo do trabalho – ainda não pode ser tratada de maneira completamente conveniente em termos (meta)lexicográficos, razão pela qual não consideraremos essa variável ao longo da discussão subsequente.

microestrutura da obra lexicográfica, que nem sempre é completamente clara. Converte-se, portanto, em um imperativo a definição precisa de “exemplo lexicográfico”, que permita opô-lo a outros segmentos informativos. O segundo aspecto envolve a atribuição de funções específicas ao segmento dedicado à exemplificação, atrelando-as a distintos tipos de exemplos (autênticos, construídos ou adaptados). A conjugação de ambos os fatores determina a qualidade do exemplo lexicográfico. É, pois, desses dois aspectos que trataremos nos tópicos subsequentes.

9.1.1 Exemplos lexicográficos: sentenças, sintagmas, colocações?

Humblé (1996: s.p.) postula que “[U]m exemplo é uma espécie de contexto miniaturizado”⁵²⁸ cuja função é deslindar “uma acepção particular de uma palavra e seu comportamento em contextos linguísticos específicos”⁵²⁹. Não obstante, a pretensa objetividade da definição de exemplo lexicográfico apresentada em Humblé (1996) – e assumida igualmente em Humblé (1998; 2001) – não reflete o verdadeiro *patchwork* em que consiste o panorama referente ao tema.

Com efeito, Welker (2004: 150) destaca que o conceito de *exemplo* não é uma unanimidade entre os estudiosos. Garriga Escribano (2001) considera como exemplos na microestrutura do dicionário quaisquer excertos linguísticos – quer sejam sentenças completas, quer sejam apenas sintagmas – em que o signo-lemma ocorra. Harras (1989) e Martin (1989), por sua vez, incluem também as colocações entre os exemplos.

Esse desacordo em relação ao conceito de exemplo reflete-se, igualmente, nas obras lexicográficas. Os dicionários da linha *Collins COBUILD*, por exemplo, utilizam majoritariamente sentenças completas para respaldar as informações linguísticas apresentadas nos verbetes. Essa forma de atuar, evidentemente, conforma-se à concepção de prática lexicográfica baseada em *corpora* que subjaz à elaboração dessas obras (cf. HUMBLÉ 2001: 78-84). Todavia, não é incomum encontrar uma miscelânea de informações no segmento microestrutural correspondente à exemplificação, não só (embora principalmente) em dicionários bilíngues, mas também em dicionários monolíngues:

- (2) **mísero** *adj.* (sXIV) **1** muito pobre; miserável, paupérrimo <no m. barraco viviam duas famílias> **2** *fig.* pobre de ideias ou desprovido de inteligência <uns m. poemas> <escreveu um m. artigo para o jornal> **3** muito reduzido; miserável, ínfimo, insignificante <um m. ordenado> <uma m. ajuda> **4** sem valor ou importância; desprezível, insignificante, reles <não lhe deu um m. tostão de ajuda> <por uns m. dez reais você pode ter a revista em sua casa> [...] (HouE 2009: s.v.)

⁵²⁸ [An example is a kind of miniaturised context]

⁵²⁹ [a particular meaning of a word and its behaviour in specific linguistic surroundings]

- (3) **mòrte** s. f. **1** Cessazione della vita, nell'uomo e in ogni organismo vivente: *affrontare la m.*; *essere fra la vita e la m.* | *Darsi la m.*, uccidersi | *Scherzare con la m.*, esporsi avventatamente ai pericoli | *Sino alla m.*, per tutto il resto della vita | *In caso di m.*, nell'eventualità che uno muoia | *Questione di vita o di m.*, gravíssima, decisiva | *Avere la m. nel cuore, nell'anima*, essere molto addolorato | *Silenzio di m.*, profondo e terribile | *Avercela a m. con qlcu.*, odiarlo profondamente; **SIN.** Decesso; **CONTR.** Vita. **2** Personificazione della morte | (*est.*) Ciò che uccide. **3** Pena capitale: *sentenza di m.*; *condannare a m.* **4** (*fig.*) Rovina, distruzione, fine: *la m. di una industria.* [...] (ZMiVLI 2007: s.v.)

Em HouE (2009: s.v. *mísero*), apresentam-se sentenças completas e sintagmas no segmento reservado à exemplificação. No caso dos sintagmas, não fica claro se o dicionário pretende ressaltar uma particularidade referente ao emprego do signo-lemma (o adjetivo *mísero* é usado preferencialmente anteposto ao substantivo), ou ilustrar colocações. De qualquer forma, o efeito obtido com a apresentação de sintagmas e de sentenças completas é similar.

Outro tanto pode ser dito acerca de ZMiVLI (2007: s.v. *morte*). O segmento dedicado à exemplificação nesse dicionário comporta indicações diversas, como colocações (*affrontare la morte*; *condannare a morte*), locuções substantivas (*sentenza di morte*) e *idioms* (*essere fra la vita e la morte*). Não obstante, o PCI do dicionário abriga um segmento próprio dedicado à apresentação de unidades fraseológicas. Diante disso, é legítimo questionar os critérios que levaram os compiladores da obra a apresentar determinados frasemas como exemplos.

Welker (2004) declara-se abertamente contra a prática de registrar colocações e frasemas como exemplos, tendo em vista que ambos os tipos de sintagmas podem ser designados como tais. O autor define exemplos lexicográficos como “enunciados (que podem ser abreviados) [...] tipograficamente distinguidos de outros elementos” (WELKER 2004: 150).

Toope (1996), por seu turno, defende que a apresentação de exemplos em forma de sintagma ou de sentença depende do propósito almejado. Nos casos em que se deseja ressaltar tendências de combinatórias léxicas, os sintagmas são mais apropriados, uma vez que “a natureza restrita da colocação pode ser obscurecida por informações extrínsecas, se ela é oferecida dentro de uma sentença completa”⁵³⁰ (TOOPE 1996: 34). Por outro lado, informações semânticas, estilísticas e gramaticais podem ser apresentadas de forma mais apropriada por meio de sentenças completas (cf. TOOPE 1996: 34). De nossa parte, endossamos a opinião do autor; é necessário, contudo, considerar dois aspectos. Em primeiro lugar, a proposta de Toope (1996) restringe-se à lexicografia bilíngue, âmbito no qual, aliás, a indicação de colocações é um tema de importância capital⁵³¹. Em segundo lugar, tanto a indicação de colocações como a apresentação de informações gramaticais e estilísticas servem

⁵³⁰ [the restricted nature of the collocation may be obscured by extraneous information if it is given within a complete sentence]

⁵³¹ Sobre o problema das colocações e sua apresentação em dicionários bilíngues, cf. tb. Beneduzi (2008).

à produção linguística. Nossa proposta, no entanto, concentra-se na questão da compreensão linguística. Nesse âmbito, a apresentação de sentenças completas revela-se mais produtiva (cf. 9.1.3).

9.1.2. Exemplos autênticos, inventados e adaptados

Svensén (2009: 283) classifica os exemplos lexicográficos em dois grupos: os exemplos autênticos [*authentic examples*] – que Welker (2004) denomina abonações⁵³² – e os exemplos não autênticos [*non-authentic examples*] ou editoriais [*editorial examples*], que se subdividem em exemplos adaptados [*adapted examples*] e exemplos inventados [*invented examples*]. As três categorias de exemplos distinguidas em Svensén (2009) e Welker (2004) são identificadas em Humblé (1998), respectivamente, como exemplos autênticos [*authentic examples*], exemplos inventados [*made-up examples*] e exemplos controlados [*controlled examples*].

Martin (1989) atribui aos exemplos inventados o estatuto de “frases”, uma vez que não remetem ao mundo real, assumindo a função única de ilustrar a palavra-entrada. Por outro lado, aos exemplos autênticos é conferido o estatuto de “enunciados”, que, remetendo a situações reais, encontram-se marcados histórica e ideologicamente. Segundo o autor, a partir dos exemplos autênticos, é possível obter exemplos construídos, mediante um processo de simplificações sucessivas, denominado “neutralização” [*neutralisation*]:

- (4) Brénugat passa deux longues journées à déménager ses meubles.
 Il déménagea ses meubles.
 Il déménage ses meubles.
 déménager ses meubles
 déménager qqc.
 (cf. MARTIN 1989: 600)⁵³³

Especificamente em relação à oposição exemplos inventados/exemplos adaptados, Welker (2004: 156) postula que “exemplos inventados e exemplos adaptados deveriam constituir uma única categoria”, posto que “são inaceitáveis aqueles exemplos inventados que não poderiam ser exemplos adaptados, ou seja, tais que não se encontram no discurso real nem de forma parecida, frases que mostram um uso que só existe na cabeça do lexicógrafo”.

⁵³² No âmbito da tradição lexicográfica de língua inglesa, as evidências autênticas extraídas de *corpora* – cuja função é documentar o uso de uma acepção específica ou construção – são, em geral, denominadas *quotations* [citações] – ou *citations*, na América do Norte. Estas opõem-se diametralmente aos *examples* [exemplos], aos quais se atribui a função de ilustrar um dado uso. A esse respeito, cf. Landau (2001: 207-211), Stein (2002c: 205) e Simpson (2003: 267-272).

⁵³³ Welker (2004: 156, nota 76) faz notar que o processo de neutralização parte de “enunciados”, passando a “frases”, e culmina com a apresentação de colocações e coligações.

O embate entre defensores de exemplos autênticos, por um lado, e de exemplos inventados/adaptados, por outro, é uma constante no âmbito (meta)lexicográfico.

J. Sinclair e seus colaboradores defendem ferrenhamente a autenticidade dos exemplos nos dicionários da linha *Collins COBUILD*. Humblé (2001) conclui, a esse respeito, que:

De acordo com John Sinclair, cada sentença carrega consigo as características do texto a partir do qual ela foi extraída. [...] Consequentemente, exemplos construídos são falaciosos, visto que as escolhas gramaticais ou lexicais feitas neles não dependem de qualquer texto em absoluto. Eles podem ser ‘gramaticais’, mas não são ‘naturais’, e não é suficiente para aprendizes estar aptos a produzir sentenças que sejam gramaticalmente bem formadas. Eles devem também ser reconhecidos como ‘naturais’ pelos falantes nativos [...]. De acordo com a equipe do *Cobuild*, lexicógrafos tradicionais, sendo falantes nativos, inventam exemplos que são gramaticalmente aceitáveis, mas dado que sua intenção não é comunicar outra coisa além de alguma informação sobre o item lexical, essa informação é, estritamente falando, incorreta. Por isso, nesses exemplos inventados, há uma possibilidade de que as palavras carreguem conotações negativas injustificadas, que os parceiros colocacionais estejam errados e que a construção sintática seja correta, porém não usual. Em outras palavras, exemplos inventados não têm validade como um modelo.⁵³⁴ (79)

Em relação à posição extrema assumida pela equipe do *Collins COBUILD*, Welker (2004) objeta que o próprio J. Sinclair cai em contradição ao afirmar que um exemplo só é completo quando corresponde a um texto inteiro. Todavia, a frase na qual o signo-lemma ocorre – que corresponde, em geral, à abonação apresentada nos dicionários – não constitui um texto inteiro; um texto inteiro deve corresponder a um parágrafo ou mais. Os exemplos abonados, portanto, estão descontextualizados (cf. WELKER 2004: 155).

A crítica acerca da presumida falta de naturalidade – ou, em outras palavras, “atipicidade” – dos exemplos inventados/adaptados também merece ser rebatida. Svensén (2009: 284) sublinha que “exemplos editoriais são melhores do que, ou tão bons quanto, um autêntico, particularmente na produção: a informação necessária é expressa clara e nitidamente, sem quaisquer elementos de distração”⁵³⁵. Humblé (2001: 81) relata seu experimento com aprendizes brasileiros de inglês, constatando que exemplos

⁵³⁴ [According to John Sinclair, each sentence carries with it the characteristics of the text from which it was extracted. [...] Consequently, made-up examples are deceptive since the lexical or grammatical choices made in them do not depend on any text whatsoever. They can be ‘grammatical,’ but they are not ‘natural’ and it is not enough for learners to be able to produce sentences that are grammatically well formed. They must also be recognised as ‘natural’ by native speakers [...]. According to the *Cobuild* team, traditional lexicographers, being native speakers, make up examples that are grammatically acceptable, but because their intention is not to communicate anything other than information on a lexical item, this information is, strictly speaking, incorrect. Therefore, in these made-up examples, there is a chance that the words carry unwarranted negative connotations, that the collocates are wrong, and that the syntactic construction is correct yet unusual. In other words, a made-up example has no validity as a model]. A esse respeito, cf. tb. Calderón Campos (1994: 66-68) e Svensén (2009: 283-284).

⁵³⁵ [editorial examples are better than, or as good as, authentic ones, particularly in production: the necessary information is conveyed clearly and distinctly, without any distracting elements]

inventados/adaptados podem ser tão úteis quanto exemplos autênticos, e confirmando que os usuários dos dicionários, na maioria das vezes, sequer atentam para a distinção entre ambos.

Welker (2004) acrescenta que:

É justamente a forma do exemplo que está no cerne da problemática da eficácia. Se opormos exemplos inventados ou adaptados, de um lado, e exemplos autênticos, do outro, ainda não está esclarecido se a forma dada aos primeiros é boa, mas podemos generalizar dizendo que, via de regra, as frases são sintaticamente mais simples e, muitas vezes mais breves. Assim, contrastam os exemplos autênticos, normalmente mais complexos, com os exemplos inventados/adaptados, menos complexos. (157)

Diante disso, Calderón Campos (1994: 67) questiona se “naturalidade” e “clareza” não seriam, efetivamente, conceitos inconciliáveis. A esse respeito, no entanto, objetamos que uma correspondência entre exemplos inventados/adaptados e simplicidade, por um lado, e exemplos autênticos e complexidade, por outro, embora se verifique, efetivamente, em boa parte dos casos, não tem validade universal. A título de ilustração, propomos comparar os excertos transcritos em (5) e (6):

- (5) e [...] 3. Adversativa: e no entanto, e contudo; e apesar disso: “O pior é que era coxa. Uns olhos tão lúcidos, uma boca tão fresca, uma compostura tão senhoril; e coxa!” (Machado de Assis, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, p. 105.) [...] (AuE 2009: s.v.)
- (6) e [...] 2 Conjunção adversativa, quando liga idéias que não se coadunam e equivale a *mas, contudo*: *Difamou o outro e bancou o ofendido. Fez mal e queixa-se.* [...] (MiE 1998: s.v.)

AuE (2009: s.v. *e*, ac.3) apresenta uma abonação que é muito mais útil para o consulente do que o exemplo apresentado em MiE (1998: s.v. *e*, ac.2). À margem da discussão a respeito da preponderância de exemplos ou abonações, a exemplificação em AuE (2009: s.v. *e*, ac.3) contextualiza o emprego da conjunção, com uma construção sintática simples, permitindo que o consulente compreenda seu emprego adversativo.

Por fim, em relação à “autoridade” conferida às abonações, é preciso considerar dois aspectos. Em primeiro lugar, Welker (2004: 153) pondera que não há garantias de que uma abonação possa refletir, verdadeiramente, o uso real; é possível que se trate de um *hapax legomenon*, ou mesmo de um uso encontrado várias vezes em um único autor, ou uma vez em poucos autores. Essa, aliás, é a impressão que se tem, muitas vezes, ao manusear o DUPB (2002):

- (7) **esfiapar** [...] ★ [Estado] [Compl: nome concreto não-animado] 3 mostrar-se ou apresentar-se em fiapos ou flocos: *só na barra sul do horizonte estacionavam cúmulos, esfiapando sorvete de coco* (SA) (DUPB 2002: s.v.)
- (8) **estrupiz** Nm (Coloq) estrupício: *Rebentava esse estrupiz (sangue animal e de gente) no mundo correndo, irosos, cavalos com feias faces* (COB) (DUPB 2002: s.v.)

A acepção 3 em DUPB (2002: s.v. *esfiapar*) aparece documentada com um excerto extraído do romance *Sagarana* de João Guimarães Rosa (sigla SA). Entretanto, não há registros dessa acepção de *esfiapar* nem em AuE (2009: s.v. *esfiapar*), nem em HouE (2009: s.v. *esfiapar*); ademais, as tentativas de recuperação de registros dessa acepção por meio de sites de busca na Internet mostram-se improfícuas⁵³⁶.

O registro de *estrupiz*, por sua vez, é abonado com uma citação do romance *Corpo de Baile*, também de João Guimarães Rosa (sigla COB). Nesse caso, além de não estar arrolada na nomenclatura nem de AuE (2009), nem de HouE (2009), a busca por ocorrências dessa unidade léxica em sites de busca da Internet retorna apenas 4 resultados, todos remetendo ao mesmo trecho do romance de João Guimarães Rosa citado no dicionário⁵³⁷. Há, portanto, fortes indícios de que se trate de um *hapax legomenon*.

Em segundo lugar, a indicação de abonações extremamente banais não acrescenta nada ao usuário, nem em relação à produção, muito menos em relação à compreensão linguística (cf. MARTIN 1989; CALDERÓN CAMPOS 1994; WELKER 2004). A esse respeito, Welker (2004: 154) indaga: “Por que trazer uma citação – gastando espaço com a indicação do autor ou da fonte – quando se trata de frases triviais [...]? Nem os mais ferrenhos defensores do exemplo autêntico, como, por exemplo, John Sinclair, têm argumentos para defender a inclusão de tais enunciados”. Com o fito de endossar essa crítica, tomamos alguns excertos de verbetes relativos a compostos com a base *love* em CCLDe (2003):

- (9) **love child** [...] *also* love-child If journalists refer to someone as a **love child**, they mean that the person was born as a result of a love affair between two people who have never been married to each other. *Eric has a secret love child.* [...] (CCLDe 2003: s.v.)
tug-of-love [...] Journalists sometimes use **tug-of-love** to refer to a situation in which the parents of a child are divorced and one of the parents tries to get the child from the other, for example by taking him or her illegally. (BRIT) *A mother yesterday won a tug-of-love battle for custody of her twin daughters.* [...] (CCLDe 2003: s.v.)
- (10) **love life** [...] Someone’s **love life** is the part of their life that consists of their romantic and sexual relationships. *His love life was complicated, and involved intense relationships.* [...] (CCLDe 2003: s.v.)
lovemaking [...] *also* love-making **Lovemaking** refers to sexual activities that take place between two people who love each other. *Their love-making became less and less frequent.* [...] (CCLDe 2003: s.v.)

Os exemplos apresentados nos verbetes transcritos em (9) não servem, evidentemente, à função de compreensão, posto que, em ambos os casos, as paráfrases podem ser consideradas “transparentes”, de acordo com a terminologia adotada neste trabalho (cf. 3.1.1.1). Entretanto, as citações selecionadas podem contribuir para a tarefa de produção

⁵³⁶ Consultas realizadas por meio do site de busca *Google* (domínio .br), em 16.11.2013.

⁵³⁷ Consulta realizada por meio do site de busca *Google* (domínio .br), em 16.11.2013.

linguística, uma vez que indicam tendências colocacionais (p.ex., *secret love child*⁵³⁸, *tug-of-love battle*⁵³⁹). Os exemplos apresentados nos verbetes transcritos em (10), por outro lado, não são úteis nem para a compreensão – uma vez mais estamos diante de “paráfrases transparentes” –, nem para a produção, pois não oferecem informações acerca de construções sintáticas específicas com o signo-lema, tampouco padrões colocacionais⁵⁴⁰.

Diante do panorama sucintamente exposto, fazemos eco às palavras de Calderón Campos (1994: 68): “a polêmica em torno da autenticidade dos exemplos me parece um problema secundário. O que importa verdadeiramente é que os exemplos sejam representativos, naturais, imitáveis [...] Se conseguem fazer tudo isso, pouco importará que sejam inventados ou reais”⁵⁴¹. Martin (1989), tomando como ponto de partida os distintos estatutos atribuídos, respectivamente, aos exemplos construídos e citados, complementa, de certa forma, a asserção anterior:

o exemplo construído e o exemplo citado tampouco objetivam cumprir exatamente as mesmas funções: o primeiro, por sua própria simplicidade, em geral, é mais apropriado para as exigências linguísticas. O outro, como enunciado efetivo, tem, sobretudo, valor filológico como atestação.”⁵⁴² (601)

9.1.3 Funções do exemplo nos dicionários semasiológicos

Um exame superficial de dicionários de língua – independentemente da classe ou tradição lexicográfica à qual pertencem – evidencia uma tendência massiva das obras lexicográficas a reservar um segmento no interior da microestrutura para a apresentação de exemplos – sejam eles autênticos ou inventados/adaptados. Todavia, esse tipo de informação,

⁵³⁸ Encontramos aproximadamente 150.000 ocorrências da expressão *secret love child* em uma consulta realizada por meio do site de busca *Google* (domínio .uk) em 16.11.2013.

⁵³⁹ Encontramos aproximadamente 8.000 ocorrências da expressão *tug-of-love battle* em uma consulta realizada por meio do site de busca *Google* (domínio .uk) em 16.11.2013. Salientamos, no entanto, que é possível observar uma preferência acentuada pela expressão *tug-of-love dispute* (mais de 50.000 ocorrências em uma consulta realizada por meio da ferramenta de busca *Google* (domínio .uk) em 16.11.2013), de modo que uma abonação em que ocorresse essa forma seria mais útil para o consulente.

⁵⁴⁰ Em relação à produção linguística, o exemplo apresentado em CCLDe (2003: s.v. *lovemaking*) é, ademais problemático: a abonação contradiz a indicação ortográfica, já que o signo-lema ocorre justamente na forma considerada variante, portanto, provavelmente, de menos prestígio.

⁵⁴¹ [la polémica en torno a la autenticidad de los ejemplos me parece un problema secundario. Lo verdaderamente importante es que los ejemplos sean representativos, naturales, imitables [...] Si consiguen hacer todo esto, poco importará que sean inventados o reales]

⁵⁴² [l'exemple construit et l'exemple cité tendent aussi à ne pas remplir exactement les mêmes fonctions: l'un, par son dépouillement même se prête mieux, en général, aux exigences linguistiques. L'autre, comme énoncé effectif, a plutôt valeur philologique de témoignage]

muitas vezes, não passa de um mero adereço dentro do verbete, usado apenas como apelo comercial pelas editoras e livrarias⁵⁴³ (cf. FARIAS 2006a: 89-92; 2006b: 199-201).

A análise dos exemplos oferecidos em dicionários gerais de língua portuguesa, para mencionar apenas um caso, revela uma fragilidade (ou mesmo ausência) de critérios tanto na escolha das acepções que devem ser complementadas por essa informação como na própria formulação do segmento (cf. FARIAS 2008a). Essa afirmação baseia-se no fato de que, à exceção de DUPB (2002) – neste caso, as abonações servem, em primeira instância, para atestar a ocorrência da unidade léxica registrada –, as demais obras – nominalmente, AuE (2009), HouE (2001; 2009), CAe (2007) e MiE (1998) – apresentam exemplos somente para parte das acepções. Concluimos, pois, que as obras citadas não consideram que todas as definições apresentadas necessitam de exemplificação.

Deslindam-se ao menos três problemas atinentes à apresentação de exemplos em dicionários gerais de língua portuguesa:

- a) Ausência de critérios coerentes que fundamentem a seleção das acepções que realmente necessitam ser complementadas por um exemplo; como consequência, é frequente a apresentação de exemplos junto a acepções que não necessitariam de complementação, prescindindo-se de exemplificação em casos nos quais essa informação poderia ser útil para o consulente.
- b) Fornecimento de exemplos triviais, ou sem um contexto adequado; a utilidade da exemplificação como mecanismo explanatório complementar vê-se comprometida.
- c) Fornecimento de exemplos que não apresentam a unidade léxica em contextos sintáticos típicos, ou que não explicitam particularidades estilísticas/sintáticas/colocacionais do signo-lema; nesse caso, o exemplo é inócuo em relação à tarefa de produção linguística.

O exemplo deve constituir uma informação funcional no interior da microestrutura. Isso significa dizer que (a) deve ser empregado apenas quando desempenhe uma tarefa específica – tendo em vista a tríade tipo de dicionário/usuário/função da obra –, e (b) apresentar-se linguisticamente bem formulado.

Tratamos, primeiramente, da atribuição de tarefas específicas ao exemplo. Em Farias (2008a), os exemplos são classificados em dois grupos: (a) exemplos para a compreensão e (b) exemplos para a produção. O exemplo para a compreensão cumpre o papel de ajudar na elucidação do significado, sendo que sua apresentação e formulação estão intimamente

⁵⁴³ Uma análise da relação entre os tipos de informações macro e microestruturais de dicionários semasiológicos e seu apelo comercial é apresentada em Farias (2009a: 60-69).

relacionadas com a definição à qual acompanha – que será, obrigatoriamente, uma “paráfrase opaca propriamente dita”. O exemplo para a produção, por outro lado, deve indicar o contexto sintático adequado da unidade léxica definida, levando em conta as possíveis dificuldades do consulente. Os exemplos para a produção são extremamente úteis no caso dos verbos (apresentação da valência verbal), dos adjetivos relacionais (indicação dos substantivos com os quais o adjetivo em questão pode combinar-se), bem como nos casos em que se deseja destacar uma colocação, especialmente nos dicionários destinados a aprendizes de uma língua estrangeira.

Além dessas duas funções básicas, o exemplo – ou, neste caso, uma abonação – também pode servir exclusivamente para atestar a ocorrência do signo-lemma. Em dicionários gerais de língua, a apresentação de abonações para atestar a ocorrência das unidades léxicas registradas não constitui uma informação funcional. A esse respeito, Welker (2004) sustenta que:

Uma coisa é o lexicógrafo encontrar o lexema – na respectiva acepção – em textos (num *corpus*), uma outra é incluir uma ou várias citações no dicionário. [...] o material encontrado num *corpus* não precisa ser mostrado ao usuário. Por exemplo, um dicionário volumoso como o chamado “*Großer Duden*”, dicionário alemão em dez volumes, dispõe de bastante espaço para incluir várias citações para cada acepção; já os autores da versão abreviada, o DUW, dicionário em um único volume que não contém abonações, simplesmente afirma que o trabalho lexicográfico se baseou num imenso *corpus* – afirmação na qual o usuário tem que confiar. Na verdade, ao usuário sempre resta apenas confiar em que os lexemas e seus empregos registrados existem e são comuns. Isso vale também para as abonações [...]. (152-153)

Não obstante, em determinadas obras, tendo em vista sua própria definição taxonômica, é obrigatória a inclusão de abonações. É o caso, por exemplo, do dicionário histórico, cuja função é descrever o processo de desenvolvimento de cada palavra, desde seu aparecimento na língua, mediante recolha e citação de fontes literárias ou não literárias (cf. MARTÍNEZ DE SOUZA 1995: s.v. *diccionario histórico*; WELKER 2004: 52-54).

O quadro apresentado *ad infra* sintetiza as funções que podem ser atribuídas aos exemplos, relacionando-as às possíveis formas que podem adotar e aos diferentes tipos aos quais podem corresponder:

	Funções da exemplificação lexicográfica		
	Atestação da aceção	Ilustração da aceção	
	Abonações	Exemplos	
		Para a compreensão	Para a produção
Formas da exemplificação	Sentenças completas (preferencialmente)	Sentenças completas	Sentenças completas e sintagmas
Tipos de exemplificação	Exemplos autênticos	Exemplos autênticos, exemplos inventados e exemplos adaptados	Exemplos inventados e exemplos adaptados (preferencialmente)

Quadro 18: Funções da exemplificação lexicográfica

A formulação linguística do exemplo – nesse caso, referimo-nos especificamente aos exemplos para a compreensão e para a produção – deve levar em conta a tarefa que deve ser executada, por um lado, e o tipo de obra no qual a exemplificação se insere, por outro. Assumimos, portanto, que a formulação de exemplos para a compreensão e para a produção deve estar atrelada a pressupostos distintos, por um lado, e levar em conta o público ao qual o dicionário se destina, por outro. A seguir, trataremos especificamente da geração de critérios para a apresentação de exemplos para a compreensão em dicionários gerais de língua portuguesa⁵⁴⁴.

9.1.3.1 Exemplos para a compreensão nos dicionários semasiológicos

Os exemplos para a compreensão correspondem, de acordo com a nossa concepção, a um dos tipos de mecanismos explanatórios complementares de natureza linguística.

O primeiro passo consiste na definição das classes de unidades léxicas às quais um exemplo para a compreensão se aplica. Estas, por sua vez, já haviam sido definidas em 7.2.1:

- a) advérbios (definidos em metalinguagem de signo);
- b) conjunções (definidas em metalinguagem de signo);
- c) preposições (definidas em metalinguagem de signo);
- d) interjeições.

O segundo passo consiste no estabelecimento de critérios que permitam a geração de exemplos bem formulados – inclusive linguisticamente – tendo em vista a função que almejam cumprir. Os critérios que propomos são os seguintes:

⁵⁴⁴ A propósito da elaboração de critérios para a apresentação e formulação de exemplos para a produção, cf. Farias (2008a).

1. Os exemplos para a compreensão são mecanismos explanatórios *complementares*, de modo que devem, em todas as circunstâncias, acompanhar a “paráfrase opaca propriamente dita”, jamais substituí-la. As paráfrases, em forma de instruções de uso, indicam ao usuário o(s) tipo(s) de relação estabelecido(s) pela conjunção/preposição em questão, ou o(s) contexto(s) em que o advérbio/a interjeição são empregados (cf. 5.2.2.3, 5.2.2.4 e 5.2.2.6); os exemplos complementares são imprescindíveis, na medida em que mostram ao consulente como o signo-lema funciona em um contexto determinado. A funcionalidade do exemplo é garantida pela relação de complementaridade estabelecida entre definição e exemplificação.

2. Os exemplos para a compreensão podem ser autênticos, inventados ou adaptados, uma vez que a forma terá uma incidência muito maior do que o tipo de exemplificação no resultado final obtido: há tanto abonações como exemplos inventados capazes de cumprir satisfatoriamente a função de auxiliar a compreensão linguística⁵⁴⁵.

3. Os exemplos para a compreensão – principalmente tendo em vista as classes de palavras cujas definições ajudam a complementar – devem sempre ser apresentados sob a forma de sentenças completas, jamais de sintagmas. A sentença de exemplificação deve apresentar um contexto adequado, que permita ao usuário identificar a função que a paráfrase atribui à conjunção/à preposição/ao advérbio/à interjeição em questão. Além disso, deve, preferencialmente, apresentar-se sob a forma de um período simples ou composto, com orações, sempre que possível, na ordem direta (sujeito-verbo-objeto), e desprovido de elementos acessórios (adjuntos adverbiais etc.) desnecessários à compreensão da sentença.

Independentemente de serem autênticos, inventados ou adaptados, os exemplos auxiliares à tarefa de compreensão precisam atender a esses requisitos, a fim de garantir sua funcionalidade. Em vista das exigências de ordem sintática, haveria uma maior propensão à apresentação de exemplos inventados/adaptados.

A seguir, ilustramos alguns dos problemas concernentes à formulação de exemplos para a compreensão. Seleccionamos, para tanto, a conjunção *ou*:

- (12) **ou** [...] Conj. **1.** Designa alternativa ou exclusão: vencer ou perecer; sim ou não. **2.** Indica dúvida, incerteza ou hesitação: “o hipopótamo não me entendeu ou não me ouviu, se é que não fingiu uma dessas coisas” (Machado de Assis, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, p. 19); “Existe [Deus] ou não existe?” (Guimarães Passos, *Versos de um Simples*, p. 177). **3.** De outro modo; por outra forma; por outra(s) palavra(s): mil metros, ou um quilômetro; tendência ou disposição de espírito; arte de fazer

⁵⁴⁵ Um exemplo claro de abonação que cumpre a função de compreensão linguística satisfatoriamente é apresentado, como vimos, em AuE (2009: s.v. *e*, ac.3). De modo similar, um exemplo adaptado – ou, no mínimo, levemente inspirado em uma citação –, igualmente satisfatório em relação ao cumprimento da função de compreensão, é apresentado em HouE (2009) (referimo-nos, especificamente, ao segundo exemplo):

- (11) **e** [...] **1.2** *conj.advrs.* uma ideia contrária à que foi expressa; mas, porém; e no entanto, e contudo <ia sair, e choveu> <tão formosa, e gaga!> [...] (HouE 2009: s.v.)

versos, ou poética; “– Chama-me Natureza ou Pandora” (Machado de Assis, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, p. 21). [...] (AuE 2009: s.v.)

Em relação às definições, destacamos o fato de que AuE (2009: s.v. *ou*) alterna as técnicas empregadas. Na primeira e na segunda acepções, encontramos uma paráfrase em metalinguagem de signo, ou uma instrução de uso, de acordo com Fornari (2009). Já na terceira acepção, o dicionário oferece uma reescrita em metalinguagem de conteúdo que não cumpre de forma completamente satisfatória o seu objetivo, já que a substituição não apresentaria como resultado orações aceitáveis, além do que o significado não seria exatamente o mesmo. O ideal seria, pois, que o dicionário mantivesse a solução oferecida nos dois primeiros casos.

Por sua vez, no que tange aos exemplos, alguns deles não apresentam um contexto suficiente para que o leitor possa compreender com exatidão a noção expressa pela conjunção *ou* em uma situação determinada, como no caso do excerto “tendência ou disposição de espírito”, que ilustra a terceira acepção.

De acordo com Bechara (2006: 321), a conjunção *ou*, considerada “a conjunção alternativa por excelência”, pode exprimir tanto uma noção de incompatibilidade, quanto uma noção de equivalência. Assim, pois, a partir da descrição apresentada em Bechara (2006), elaboramos a nossa proposta para a redação do verbete relativo à conjunção *ou*:

ou conj 1. expressa uma relação de incompatibilidade entre dois sintagmas / dois enunciados: *Susana precisava decidir se continuava casada com Ramiro ou se fugia com Otávio. Ou fazes bem o trabalho ou não o fazes.* **2.** expressa uma relação de equivalência entre dois sintagmas / dois enunciados: *O espanhol ou castelhano é língua oficial em 21 países.*

9.2 Pós-comentários

O modelo microestrutural de Wiegand (1989b; 1989c) prevê a ampliação externa da microestrutura simples, que, tradicionalmente, encontra-se segmentada em comentário de forma e comentário semântico. Dessa forma, a microestrutura ampliada comportaria dois tipos de comentários externos: o pré-comentário e o pós-comentário (cf. 1.2.2.2.3). Aqui, portanto, fazemos corresponder as “notas de uso” à ampliação externa da microestrutura com vistas a oferecer informação de caráter semântico.

Em Farias (2011b), procedeu-se a um exame minucioso do emprego de notas de uso em dicionários de língua. A análise realizada permitiu constatar uma absoluta falta de critérios no emprego desse recurso, decorrente, por sua vez, da carência de subsídios teórico-

metodológicos disponibilizados pela (meta)lexicografia. A seguir, reproduzimos, parcialmente, a análise realizada e os resultados obtidos em Farias (2011b).

9.2.1 O pós-comentário na microestrutura dos dicionários semasiológicos

A análise contempla três aspectos atinentes ao emprego do pós-comentário em dicionários semasiológicos:

- a) a frequência de aparição do pós-comentário e sua possível relação com o tipo de dicionário;
- b) a funcionalidade do segmento dedicado ao pós-comentário;
- c) os sistemas semióticos empregados na apresentação do pós-comentário.

9.2.1.1 O pós-comentário na microestrutura dos dicionários gerais

Selecionamos, nesta primeira etapa, nove dicionários gerais de língua, de quatro tradições lexicográficas distintas: AuE (2009), HouE (2009), MiE (1998), DUPB (2002), DRAEe (2001), DUEe (2001), DUEAe (2003), PRobE (2001) e ZVLI (2011). Demos preferência aos dicionários mais representativos de cada tradição lexicográfica, com o intuito de contrastá-las entre si.

Dentre os dicionários de língua portuguesa postos sob análise, HouE (2009) é o mais sistemático no que diz respeito à apresentação do pós-comentário. Essa obra reserva campos específicos no final de cada verbete para a apresentação de variados tipos de informação. Assim, em acréscimo ao PCI previamente estabelecido (que comporta cerca de dez segmentos informativos), o dicionário prevê um campo dedicado à gramática, um campo dedicado ao uso, um campo dedicado à etimologia – que, em geral, e na contramão da maior parte das obras brasileiras, obedece à doutrina “etimologia-história da palavra (cf. BUGUEÑO MIRANDA 1995; 2004) –, um campo dedicado à sinonímia, um campo dedicado à antonímia, um campo dedicado à apresentação de coletivos, um campo dedicado à homonímia, um campo dedicado à paronímia e um campo dedicado à indicação das vozes de animais (em verbetes de substantivos que designam animais). O pós-comentário é, além disso, empregado com muita frequência. Para ilustrar, selecionamos os seguintes verbetes:

- (13) **decompor** v. (1789) **1** *t.d. e pron.* isolar(-se) em elementos formadores ou constitutivos; dividir(-se) em partes; analisar(-se), desmontar(-se), desfazer(-se) <d.(-se) o sangue> <d.(-se) um pensamento, um movimento, uma palavra, uma obra> [...] **4** *pron. p.metf.* entrar em colapso; desarticular-se, esfacelar-se, desmontar-se <aquela é uma sociedade que tende a se d.> □ GRAM a respeito da conj. deste verbo, ver gram no verbete *pôr* □ ETIM *de-* + *compor* □ SIN/VAR ver sinonímia de *separar* e antonímia de *organizar* □ ANT *compor, organizar* (HouE 2009: s.v.)

- (14) **tua** *pron.* **1** *pron.pos.* indica um ser (coisa ou pessoa) do gên. fem. que pertence, é parte de, está relacionado à segunda pessoa do singular (tu) <t. filha> <t. casa> <t. mão> □ *s.f.* **2** tua opinião, tua posição <qual é a t.??> □ ver USO a seguir □ **estar** ou **ficar na t.** *B infrm.* **1** permanecer (o interlocutor) com a sua opinião, teoria etc. <não te deixes convencer: fica na t.> **2** não se envolver (o interlocutor) em (alguma coisa); ficar (o interlocutor) de fora <é melhor ficar na t. e deixar que eles resolvam sozinhos o problema> □ GRAM fem. de *teu* □ USO como subst. empr. apenas nas locuções *estar na t., ficar na t.* □ ETIM lat. *tua*, f.fem. do lat. *tuus,a,um* 'teu', pron.pos. (HouE 2009: s.v.)

No final do verbete, o dicionário disponibiliza uma série de informações, tanto de forma (como nos campos “gramática” e “uso”) quanto de conteúdo (como nos campos “uso”, “sinonímia/variantes” e “antonímia”). Além disso, também existe um segmento dedicado ao comentário etimológico. Cada um desses campos aparece precedido de um símbolo (□).

Cabe-nos, no entanto, tecer algumas críticas em relação à presença de determinadas indicações e ao modo como são apresentadas. Em primeiro lugar, no campo “gramática”, HouE (2009) fornece indicações relativas à conjugação verbal (p.ex., s.v. *decompor*), bem como à formação de femininos e plurais irregulares, em outros verbetes. Indicações como essas poderiam formar parte do PCI estipulado para o comentário de forma, reservando-se, dessa forma, o pós-comentário para informações “extraordinárias”, ou seja, que não se deixam prever pelo PCI, por constituírem uma peculiaridade de determinado signo-lemma⁵⁴⁶. Recordamos, no entanto, que a consultabilidade [*consultabilité*] e a legibilidade [*lisibilité*] do verbete são fatores essenciais a serem considerados no momento de definir o PCI de uma obra lexicográfica (cf. BRAY 1989). As observações que fazemos são, nesse sentido, meramente impressionistas, uma vez que ainda não dispomos de um algoritmo que nos permita calcular a relação entre a extensão/densidade do PCI e a consultabilidade/legibilidade do verbete.

Em segundo lugar, o campo “sinonímia/variantes” oferece indicações de natureza distinta. A sinonímia, bem como a antonímia, são indicações relativas ao conteúdo semântico do signo-lemma, ao passo que as variantes gráficas/(morfo)fonológicas constituem indicações de forma, relacionadas com a ortografia. Desse modo, não somente a natureza de tais indicações, mas também o seu objetivo é bem diverso (cf. BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2011c).

Por fim, a última crítica recai sobre a forma como algumas indicações são feitas. Em *decompor*, a indicação da conjugação no campo “gramática” é fornecida de maneira indireta, por meio de remissão a outro verbete. O mesmo acontece no campo “sinonímia/variantes”. Isso obriga o consulente a sucessivas consultas ao dicionário, a fim de chegar à informação desejada, o que é, no mínimo, bastante incômodo.

⁵⁴⁶ Remetemo-nos, com isso, à proposta de emprego do pós-comentário como um recurso complementar de explanação do significado efetivada no Capítulo 7.

Em AuE (2009), por sua vez, corresponde ao pós-comentário o segmento intitulado “achega”, que, na introdução dessa obra, é definido como “uma informação adicional à definição e [que] pode ser de natureza explicativa, comparativa [Cf., sinônimos, antônimos, etc.], gramatical [flexões, conjugação verbal, etc.]” (AuE 2009: s.p.). Analisemos os seguintes verbetes:

- (15) **déficit** [Aport. do lat. *deficit*.] Substantivo masculino. Econ. 1. O que falta para completar uma quantidade (esp. soma em dinheiro) necessária ou prevista. 2. Excesso de despesas sobre receitas: *A queda na arrecadação de impostos causou um déficit nas contas do governo.* [Pl.: *déficits*. Antôn.: *superávit*.] [O Volp registra apenas a f. lat.] (AuE 2009: s.v.)
- (16) **degredo** (ê). [Do lat. *decretu*.] Substantivo masculino. 1. Pena de desterro que a justiça impõe a criminosos. 2. P. ext. Exílio, banimento. 3. Lugar no qual se cumpre a pena de degredo (1); desterro. [Pl.: *degredos* (ê). Cf. *degredo*, do v. *degredar*.] (AuE 2009: s.v.)

A exemplo de HouE (2009), AuE (2009) também emprega o pós-comentário com relativa frequência. Além disso, repetem-se, nesta obra, alguns dos problemas apontados anteriormente, como confusão entre indicações de forma e semânticas, fornecimento de informações no pós-comentário que poderiam pertencer ao comentário de forma, e apresentação de informações essenciais sob a forma de remissões.

MiE (1998), em seu *front matter*, informa que, ao final do verbete, no espaço que identificamos como pós-comentário, são indicados os plurais irregulares, os plurais de nomes compostos, os femininos de formação irregular, os aumentativos e diminutivos irregulares, os superlativos absolutos sintéticos, os sinônimos, os antônimos e as formas variantes. As mesmas críticas feitas à AuE (2009) no que tange ao tipo de informação oferecida, bem como à forma de apresentação, poder-se-iam aplicar à MiE (1998). Apresentamos alguns exemplos:

- (17) **ob-repção** *sf* (lat *obreptione*) **1** Ato de obter qualquer coisa arditosamente ou por surpresa. **2** Astúcia, dolo. Pl: *ob-repções*. (MiE 1998: s.v.)
- (18) **obliquar** (lat *obliquare*) *vint* **1** Caminhar obliquamente, de través. **2** Proceder maliciosamente, com dissimulação. Conjugação, *pres ind: obliquo (ú), obliquas (ú) etc. pres subj: obliqué, obliques etc.* (MiE 1998: s.v.)

Por fim, DUPB (2002) reserva um campo específico no interior do verbete para observações. No *front matter* do dicionário, salienta-se que “[A] observação é alguma informação adicional sobre uma determinada acepção ou sobre todo um verbete” (DUPB 2002: XIII). Isso nos permite supor que, nesse segmento, são fornecidas apenas indicações relativas a especificidades de determinados signos-lemma, que não estão previstas no PCI. Não surpreende, pois, que DUPB (2002) seja bastante parcimonioso no emprego do pós-comentário, principalmente se o comparamos às três obras anteriores.

A “informação adicional”, que identificamos como pós-comentário, pode relacionar-se tanto à forma quanto ao significado do signo-lemma, e encontra-se formalmente separada dos comentários fundamentais por meio de barras duplas (//), como vemos nos exemplos a seguir:

- (19) **babel** *Nf* ★ [Abstrato de estado] 1 Confusão de línguas: *com a transformação do mundo numa colossal aldeia, foram necessários os veículos de comunicação sofisticados [...], sem os quais seria a volta a Babel* (OV); *O amontoado de convidados [...] acabou transformando Gytoku na Babel de sempre: os estrangeiros presentes falavam japonês o suficiente apenas para entrar em discussões, nunca para sair delas* (FH) // Nesta acepção, costuma-se escrever com inicial maiúscula // [...] (DUPB 2002: s.v.)
- (20) **cão** *Nm* ★ [Concreto. Animado. Não-humano] 1 animal doméstico quadrúpede, carnívoro, de porte médio ou pequeno, pelagem macia em cores diversas: *o cão acredita em seu focinho* (FOT); *um cão preso por uma coleira* (TEG) // É mais formal ou técnico do que cachorro. Quando não se refere ao animal doméstico, o contexto esclarece: *sim, um cão selvagem, um lobo* // (CCA) [...] (DUPB 2002: s.v.)

Passamos, agora, à análise dos dicionários de língua espanhola. O primeiro caso a ser discutido é o de DRAEe (2001). Essa obra apresenta um pós-comentário bastante reduzido, que aparece sob a forma de “Notas de uso”, e, segundo consta na introdução, limita-se a completar ou reforçar determinada informação expressa mediante marcas que encabeçam a acepção (cf. DRAEe 2001: s.p.). De uma forma geral, trata-se de indicações relativas à forma (p.ex., s.v. *perezoso*, *sa*), mas há, também, indicações relativas ao significado do signo-lemma (indicações diatécnicas, diafásicas etc.). Na maioria dos casos, porém, o emprego do pós-comentário não se justifica, na medida em que constitui um sistema tático deficiente de marcação diassistêmica. DRAEe (2001: s.v. *doblo*), por exemplo, utiliza dois segmentos, um anterior e outro posterior ao comentário semântico, para apresentar marcas diassistêmicas:

- (21) **doblo** [...] 1. m. desus. **duplo**. U. en leng. jurídico. (DRAEe 2001: s.v.)
- (22) **dramón**. 1. m. Drama de tintes muy cargados. U. m. en sent. despect. (DRAEe 2001: s.v.)
- (23) **perezoso, sa**. 1. adj. Negligente, descuidado o flojo en hacer lo que debe o necesita ejecutar. U. t. c. s. [...] (DRAEe 2001: s.v.)

DUEe (2001) é bastante sistemático ao definir os tipos de “informações adicionais” que devem ser oferecidas em segmentos específicos no final do verbete. São três os segmentos identificados como pós-comentário nessa obra: (a) “notas de uso”, (b) “formas de expressão” e (c) “conjugação”⁵⁴⁷. Transcrevemos um verbete a seguir:

⁵⁴⁷ Além disso, DUEe (2001) também apresenta, ao final de alguns verbetes selecionados, um segmento de caráter onomasiológico denominado “catálogo”, com indicações de sinônimos, hiperônimos, hipônimos e outras palavras e expressões afins (cf., p.ex., s.v. *coger*, s.v. *cosmético* e s.v. *dinero*). Ressaltamos que o sistema

- (24) **rogar** (del lat. «rogāre»; «a, por») tr. Pedir a alguien, como favor o gracia, que haga cierta cosa: ‘Le rogué que viniera lo más pronto posible. Ruega a Dios que no llegue tarde’. ≈ Suplicar. □ tr. o abs. Pedir con humildad: ‘No le gusta rogar cuando puede exigir’. ⇨ Deprecar, exhortar, exorar, impetrar, implorar, obsecración, pordiosear, hincarse [o ponerse] de *rodillas*, solicitar, suplicar. [...]
- **Formas de expresión**
 Para rogar se emplea, en primer lugar, el mismo verbo: ‘Le ruego que me escuche’. Se emplean también para hacer formulariamente una petición expresiones como «dígnese, tenga a bien, sea servido...», generalmente usadas como complemento de «rogar»: ‘Le ruego se digne aceptar mis excusas’. Véase, además, en «favor», el uso de esta expresión.
- **Conjug.** como «contar». (DUEe 2001: s.v.)

Por fim, DUEAe (2001: s.p.) alerta que “a informação sobre questões ortográficas, de pronúncia, gramaticais e de uso é introduzida nas observações e nas notas de certas acepções”⁵⁴⁸. A exemplo do que ocorre nos dicionários brasileiros analisados, a obra em questão apresenta uma gama bastante variada de informações nos dois segmentos que corresponderiam ao pós-comentário, muitas das quais poderiam estar repartidas em segmentos microestruturais específicos previstos pelo PCI, como nos exemplos a seguir:

- (25) **long play** nombre masculino Elepê. ! **OBSERVACIÓN** Se pronuncia aproximadamente ‘lon plei’. El plural es *long plays*. (DUEAe 2003: s.v.)
- (26) **luna** nombre femenino 1 Astro, satélite natural de la Tierra, que gira alrededor de ella y refleja la luz del Sol; tiene una superficie de aspecto volcánico y carece de atmósfera: **ej** la Luna tarda 28 días en dar la vuelta a la Tierra. □ **NOTA** En esta acepción suele escribirse con mayúscula. [...] (DUEAe 2003: s.v.)

Há situações, porém, em especial no caso das notas de uso, em que o pós-comentário é usado para explicar determinados empregos do signo-lema que implicam uma alteração de significado, bem como para exemplificar construções particulares:

- (27) **marrón**¹ nombre masculino | adjetivo 1 Color como el del barro, el chocolate, el café o la cáscara de la castaña: **ej** el marrón se puede obtener mezclando verde y rojo. □ **NOTA** Se utiliza con un nombre en aposición para indicar una tonalidad parecida a la de la cosa que este nombre designa: *marrón chocolate* [...] (DUEA 2003: s.v.)

No âmbito da tradição lexicográfica de língua francesa, examinamos o PRobE (2001). O segmento de pós-comentário não é empregado com muita frequência nessa obra. Entretanto, a extensão do seu PCI, em comparação com os demais dicionários analisados, já *de per se* nos fornece indícios que permitem compreender porque o segmento em questão não é utilizado de forma tão insistente, como em HouE (2009), AuE (2009), ou, mesmo, em

semiótico empregado na apresentação desse segmento é idêntico ao utilizado na apresentação dos demais segmentos que identificamos como pós-comentário em DUEe (2001), o que reforça a hipótese de que os dicionários, de fato, não têm consciência sobre o uso dessa estrutura.

⁵⁴⁸ [La información sobre cuestiones ortográficas, de pronunciación, gramaticales y de uso va introducida en las observaciones y en las notas a ciertas acepciones]

DUEAe (2001). Na medida em que a extensão de informações dispostas na microestrutura aumenta, torna-se cada vez menos necessário recorrer ao pós-comentário. O segmento de pós-comentário em PRobE (2001), desse modo, fica reservado apenas para os casos em que existe a necessidade de fornecer indicações normativas (como s.v. *gros-porteur*), ou, ainda, indicações sintáticas e pragmáticas específicas (como s.v. *je*)⁵⁴⁹:

- (28) **gros-porteur** [...] **n. m.** • 1969; de *gros* et *porteur* ♦ Avion de transport de grande capacité. *Des gros-porteurs*. Recomm. offic. pour *jumbo-jet*. (PRobE 2001: s.v.)
- (29) **je** [...] **pron. pers.** • *eo* 842, puis *jo* et *je*; *lat. ego* 1♦ Pronom personnel de la première personne du singulier, sans distinction de genre, en fonction de sujet. ⇨ me, moi. *Je parle. J'entends. J'habille. Je hais. Je me décide. Je ne viens pas. Je ne sais combien, pourquoi.* ⇨ je ne sais quoi. *Je ne sais où.* « *Je puis dire des jours entiers je-t'aime sans pouvoir peut-être jamais passer à "je l'aime" » (Barthes). Je soussigné* Untel certifie que... (Renforcé par moi) Moi, je viens. REM. En cas d'inversion, le e devient muet: *Irαι-je [iYDF]; Dis-je; Puis-je ?; Que vois-je ?; Puissé-je vous convaincre. Je est parfois remplacé par un nous* de majesté ou de modestie. [...]* (PRobE 2001: s.v.)*

Finalmente, avaliamos ZVLI (2011), um dos principais expoentes da tradição lexicográfica italiana. Essa obra é a que elabora de forma mais sistemática a ampliação da microestrutura simples, tanto em relação à seleção das informações, como em relação à sua apresentação. Na introdução, são descritas as três situações em que se opta pela ampliação externa da microestrutura por meio do pós-comentário:

- indicações gramaticais e notas de uso (englobam acento, elisão e truncamento, erros comuns, feminino, uso de maiúscula, plural, pontuação, separação silábica);
- indicações de nuances de significado (examina-se famílias de palavras análogas, definindo o significado de cada uma, o emprego adequado e o contexto de uso mais apropriado);
- inserção de nomenclatura (fornece-se uma série de palavras relacionadas ao signolema, com o objetivo de atribuir à obra a função de dicionário analógico) (cf. ZVLI 2011: 11).

Transcrevemos, a seguir, dois verbetes:

- (30) **gli**² [...] **A** pron. pers. atono m. di terza pers. sing. [...] **B** pron. pers. atono f. di terza pers. sing. • (*pop.; fam.; evit.*) [...] **ATTENZIONE!** Va rispettata la distinzione fra *gli*, maschile, e *le*, femminile: *gli* (= a lui) *ho promesso di venire*; *le* (= a lei) *ho affidato un incarico*. [...] (ZVLI 2011: s.v.)
- (31) **guazzabùglio** [...] s. m. **1** Miscuglio confuso di cose diverse (*anche fig.*): *g. di ingredienti, di colori, di idee; questo g. del cuore umano* (A. Manzoni). **2** (*disus.*) Acqua mescolata a neve.

SFUMATURE DI SIGNIFICATO

⁵⁴⁹ Além disso, PRobE (2001), cumprindo com sua função analógica, apresenta, no final de alguns verbetes, um segmento de caráter onomasiológico semelhante ao de DUEe (2001), com uma série de sinônimos, hiperônimos, hipônimos e merônimos (p.ex., s.v. *maison*).

guazzabuglio - farragine - accozzaglia

Guazzabuglio e farragine descrivono entrambe un miscuglio di cose eterogenee, ammassate in maniera confusa, disordinata, ma *farragine* è termine di uso più elevato. *Accozzaglia* ha lo stesso significato, ma suggerisce l'idea di un insieme di cose che cozzano fra loro, contrastano, non stanno bene insieme.

(ZVLI 2011: s.v.)

9.2.1.2 O pós-comentário na microestrutura dos dicionários escolares

Restringimo-nos à análise dos dicionários escolares de língua portuguesa, tomando, como ponto de partida, a classificação proposta pelo PNLD em sua edição de 2012, já comentada anteriormente (cf. 8.2.1.2).

Analisamos, primeiramente, dicionários correspondentes aos Tipos 1 e 2. Seleccionamos seis obras entre as mais difundidas no âmbito escolar: DIP (2009), AuI (2008), DILP (2005), MDHou (2005), DCR (2005) e SJDI (2005). Apenas uma delas – DCR (2005) – não apresenta pós-comentário. Quanto às demais, a análise não indica resultados significativamente diferentes daqueles encontrados em relação aos dicionários gerais. Em outras palavras, os dicionários infantis costumam fornecer o mesmo tipo de informação que os dicionários gerais (p.ex., plurais e femininos irregulares, homônimos, parônimos, formas variantes, sinônimos etc.), utilizando, inclusive, sistemas semióticos bastante parecidos. A expansão microestrutural, nessas obras, é, ademais, tão frequente como nos dicionários gerais. Nesse sentido, destacamos AuI (2008), que, seguindo o padrão de AuE (2009), apresenta o pós-comentário sob a forma de “achegas”:

- (32) **espírito-santense** es.pí.ri.to-san.ten.se *adjetivo de dois gêneros*. **1.** Do estado do Espírito Santo. ■ *substantivo de dois gêneros* **2.** O natural ou habitante desse estado. [Sinônimo: *capixaba*; plural: *espírito-santenses*] (AuI 2008: s.v.)

DILP (2005) assemelha-se muito a AuI (2008) no concernente à apresentação do pós-comentário. As informações oferecidas são, novamente, os plurais e femininos de formação irregular, mas também há espaço para outros tipos de informações, inclusive de cunho enciclopédico:

- (33) **idoso** /ô/ [i.do.so] *s.m.* **1** Indivíduo com muitos anos de idade, velho. *Os idosos cada vez mais têm feito ginástica.* • *adj.* **2** Que tem muitos anos de idade, velho. *Professora, quem é esse senhor mais idoso nessa fotografia?* (Essa palavra é mais usada para pessoas. Para coisas, usamos *velho*.) (Fem.: *idosa* /ó/. Pl.: *idosos* /ó/.) (DILP 2005: s.v.)
- (34) **quilograma** [qui.lo.gra.ma] *s.m.* Medida de peso equivalente a mil gramas. O mesmo que quilo. *Essa geléia leva um quilograma de morangos e um quilograma de açúcar.* (O símbolo de quilograma é kg, com letras minúsculas e sem plural) (DILP 2005: s.v.)

DIP (2009: 7) expressa abertamente a existência de um segmento externo à microestrutura, denominado “Observações”, que objetiva oferecer “informações adicionais sobre as palavras”. Esse segmento comporta informações como categoria morfológica, formas variantes, pronúncia etc.:

- (35) **japonês** *s. masc.* ja-po-nês. Quem nasceu no Japão. *Milhares de japoneses vieram para o Brasil.* ■
pl.: japoneses. ♦ **fem.:** japonesa(s).
Obs.: pode ser usado como adjetivo: comida *japonesa*.
 (DIP 2009: s.v.)

MDHou (2005) atua de maneira um pouco diferente das demais obras. Esse dicionário oferece, no segmento identificado como pós-comentário, informações relacionadas exclusivamente com a pronúncia (indicação de abertura de vogal) e ortografia (indicação de parônimos e homônimos), como vemos a seguir:

- (36) **colher** (co.lher : substantivo) A gente usa a **colher** para tomar sopa, comer mingau e mexer líquidos. *Nesta palavra, a vogal e soa como em mulher.* (MDHou 2005: s.v.)
- (37) **cozer** cozo, cozi, cozerei (co.zer : verbo) **Cozer** é o mesmo que cozinhar. **ATENÇÃO: não confundir cozer com coser.** (MDHou 2005: s.v.)

Por fim, SJDI (2005) apresenta um PCI bastante restrito para os comentários fundamentais (indicação ortográfica integrada ao signo-lema, separação silábica, indicação de sílaba tônica, categoria morfológica e definição). Todas as demais informações que o dicionário julga importantes são fornecidas no final do verbete:

- (38) **mau** (mau) *adj* **1.** Diz-se do que tem um caráter que causa incômodo ou doença [...] *Fem má. Comp super pior. Sup abs sint malíssimo, péssimo. Antôn bom. Cf. mal.* (SJDI 2005: s.v.)

A única diferença entre os dicionários gerais e os dicionários infantis, no que concerne ao emprego do pós-comentário, seja, talvez, o fato de que os últimos apresentam, nesse segmento, quase que exclusivamente, indicações de forma. Por fim, a grande crítica aplicável aos dicionários infantis, além das que já foram feitas em relação aos dicionários gerais, diz respeito à utilidade das informações apresentadas ao público em questão. Essa crítica, aliás, não deve ser feita apenas em relação ao pós-comentário, mas estende-se igualmente às demais informações apresentadas nos comentários fundamentais. É preciso, pois, considerar que o potencial usuário de um dicionário infantil, a criança que inicia o processo de alfabetização, dificilmente necessitará de mais informação, além da ortografia.

Passamos, agora, à análise do pós-comentário em verbetes de dicionários correspondentes aos Tipos 3 e 4. Selecionamos cinco obras: MiAu (2008), DDSM (2007),

MiLu (2005), MiHou (2004) e MiCA (2004). À exceção de DDSM (2007), as demais obras são todas herdeiras de nomes já consagrados no âmbito da lexicografia nacional.

Os dicionários escolares tendem a seguir o comportamento dos dicionários gerais no que concerne ao emprego do pós-comentário. Os resultados obtidos na análise de MiAu (2008), MiLu (2005), MiHou (2004) e MiCA (2004) são, nesse sentido, bastante emblemáticos:

- (39) **cachear** *v.int.* **1.** Tornar-se cacheado. *T.d.* **2.** Fazer cachos em (cabelo). [C.: 12 A. Na acepç. 1, norm., é unipessoal.] (MiAu 2008: s.v.)
- (40) **benéfico** *adj.* 1. Que faz bem. 2. Favorável; salutar; bom. Superl. abs. sint.: *beneficentíssimo*. Antôn.: *maléfico*. (MiLu 2005: s.v.)
- (41) **mouse** [ing. pl.: *mice*] *s.m.* INF dispositivo manual que controla a posição do cursor sobre a tela e é capaz de selecionar ícones, opções no menu do programa etc. □ GRAM/USO pl. corrente em port. *mouses* [☞] pronuncia-se *maus* (MiHou 2004: s.v.)
- (42) **iroso** (i.ro.so) [ô] *a.* Ver *iracundo*. [Fem. e pl.: [ô].] (MiCA 2004: s.v.)⁵⁵⁰

Uma exceção no que se refere ao emprego do pós-comentário entre os dicionários escolares é DDSM (2007). Essa obra apresenta um PCI bem definido e bastante extenso (cf. FARIAS 2008c). Assim, muito embora o pós-comentário seja empregado com relativa frequência, as informações aí dispostas complementam os comentários fundamentais e são apresentadas de uma forma bastante sistemática:

- (43) **curió** <cu.ri.ó> *s.m.* Pássaro canoro de pequeno porte, pardo quando jovem e cujo macho, quando adulto, tem plumagem preta com peito castanho-avermelhado. □ **SIN.** *avinhado*. □ **ORIGEM** É uma palavra de origem tupi. □ **GRAMÁTICA** É um substantivo epiceno: *o curió {macho/fêmea}*. (DDSM 2007: s.v.)

9.2.1.3 O pós-comentário na microestrutura dos learner's dictionaries

Os dicionários para aprendizes de língua estrangeira postos sob análise são: CCLDe (2003), OALD (2005), CDAE (2006), LaGWDaF (2008), PCDIt (2007) e DPELE (2002). No que concerne às obras lexicográficas de língua inglesa e alemã, deve-se considerar, como elemento determinante, o fato de que estas, seguramente, inclinam-se a seguir a tendência da tradição lexicográfica em que se inscrevem. Assim, pois, desempenham um papel fundamental a extensão e, no caso específico dos dicionários de alemão, a densidade do PCI

⁵⁵⁰ O diferencial dessa obra em relação às demais reside no fato de que, em determinados verbetes (p.ex., s.v. *hidrogênio*, s.v. *hipertensão* e s.v. *olimpíada*), apresenta-se um quadro, denominado “achega enciclopédica”, contendo informações adicionais, de caráter cultural, científico, político etc. A funcionalidade desse tipo de informação em um dicionário de língua é, todavia, questionável.

(cf. BUGUEÑO MIRANDA 2008a; BUGUEÑO MIRANDA; JARDIM 2010). Isso acarreta um uso bastante mais parcimonioso do pós-comentário, na medida em que, nesse segmento, são fornecidas, como vimos anteriormente, apenas indicações “extraordinárias”:

- (44) **Eskimo** [...] **Inuit** *n* [C] *pl* **Eskimos** a member of a group of people who live in the cold northern areas of North America, Russia, and Greenland • USAGE: In Canada and Greenland, the preferred name is Inuit. (CDAE 2006: s.v.)
- (45) **dass** *Konjunktion* **1.** verwendet, um e-n Nebensatz einzuleiten, der die Funktion des Subjekts des Hauptsatzes hat: *dass ich dich beleidigt habe, tut mir Leid; Stimmt es, dass sie morgen in Urlaub fährt?* [...] **7.** *gespr.*; verwendet, um (elliptische) Sätze einzuleiten, die e-n Wunsch, e-e Drohung od. Bedauern ausdrücken: *Dass du mir später ja keine Vorwürfe machst!; Dass er gerade jetzt krank werden muss, wo wir so viel Arbeit haben!* || NB: die konjugierte Verbform steht immer am Ende des Satzes (LaGWDaF 2008: s.v.)

Por fim, chama a atenção o fato de que PCDIIt (2007) e DPELE (2002) não lancem mão do pós-comentário. PCDIIt (2007), no entanto – e curiosamente –, emprega, em alguns poucos casos, o pré-comentário:

- (46) **vi** *pronome pers.* [Forma che assume il pronome personale di seconda persona plurale *voi* quando è usato come complemento oggetto o come complemento di termine; davanti a *lo, la, li, le, ne* assume la forma *ve*] **1** *Voi: chi vi ha inviato?* □ **os/vos** ◇ *A voi: vi manderò il pacco domani* □ **lhes/vos** ◇ *Si usa nella coniugazione dei verbi pronominali di ogni tipo: vi siete accorti di quel che è successo?; copritevi che fa freddo; asciugatevi i vestiti* □ **se/vos** [...] (PCDIIt 2007: s.v.)

O tamanho do pré-comentário, bem como o fato de auxiliar a produção mais do que a compreensão, são fatores que nos levam a crer que as informações aí dispostas estariam mais bem localizadas em um pós-comentário.

9.2.1.4 Síntese da análise do emprego do pós-comentário nos dicionários semasiológicos

A análise realizada permitiu-nos chegar às seguintes conclusões:

- a) não é possível assegurar que todos os dicionários cujos verbetes apresentam segmentos aqui identificados como pós-comentários tenham consciência de estarem lidando com um tipo de ampliação microestrutural;
- b) as diferenças entre os tipos de dicionários são mais quantitativas do que qualitativas: os dicionários gerais apresentam uma quantidade maior de notas do que as demais obras; entretanto, o pós-comentário não necessariamente cobra mais funcionalidade nessas obras;
- c) nota-se uma prevalência do pós-comentário de forma sobre o pós-comentário semântico, que é visivelmente menos utilizado;

- d) as informações apresentadas nos segmentos que aqui ousamos denominar “pós-comentários de forma”, na maioria dos casos, poderia ser parte integrante do PCI pertinente ao comentário de forma;
- e) as informações pertinentes ao que chamamos de “pós-comentários semânticos” restringem-se à sinonímia e antonímia, bem como a umas poucas indicações pragmáticas. Destacamos, no entanto, que o objetivo da indicação de sinonímia/antonímia difere, em boa medida, do objetivo das notas pragmáticas. Enquanto as últimas servem como um auxílio para a compreensão, as primeiras servem como um auxílio para a produção, assumindo, quando apresentadas sob a forma de catálogos ao final do verbete, uma função onomasiológica (cf. BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2008b; 2011c);
- f) os sistemas semióticos empregados na maior parte dos dicionários não contribui para explicitar a ampliação externa da microestrutura. Destaques positivos nesse quesito são, entre outros, ZVLI (2011) e MDHou (2005).

9.2.2 O pós-comentário como mecanismo complementar de explanação do significado

Wiegand (1989c) define *pós-comentário* pela sua posição no interior da microestrutura, eximindo-se de estabelecer, para esse segmento, funções específicas. Desse modo, ao analisar os verbetes dos dicionários selecionados, identificamos as estruturas de pós-comentário exclusivamente por meio da sua localização no interior da microestrutura. Reconhecemos, entretanto, que, para conferir uma real funcionalidade ao pós-comentário, é preciso (a) delimitar as classes de unidades léxicas cuja explicitação do significado necessita ser complementada por uma nota de uso e, a partir daí, (b) definir as informações passíveis de serem fornecidas nesse segmento.

9.2.2.1 Parâmetros para a obtenção da funcionalidade do pós-comentário

A fim de esboçar nossa proposta para a apresentação do pós-comentário nos dicionários semasiológicos, partimos das seguintes premissas, em parte derivadas das conclusões obtidas por meio da análise realizada:

- a) o emprego do pós-comentário deve ser consequência direta de uma concepção funcional da microestrutura;

- b) a estruturação do pós-comentário deve estar amparada em distinções como microestrutura abstrata/microestrutura concreta, comentário de forma/comentário semântico, microestrutura simples/microestrutura ampliada;
- c) o pós-comentário deve oferecer informações extraordinárias, que não estão previstas nos comentários fundamentais (p.ex., informações pragmáticas, como em DUPB (2002: s.v. *cão*); informações sobre construções sintáticas específicas, como em LaGWDaF (2008: s.v. *dass*)).

Em vista disso, uma proposta para o uso do pós-comentário semântico nos dicionários semasiológicos deve estruturar-se tendo em vista três fatores:

1. Um modelo funcional de microestrutura: Referimo-nos ao modelo de Wiegand (1989b; 1989c). A definição dos segmentos que devem conformar o pós-comentário precisa levar em conta os mesmos princípios empregados na definição dos demais segmentos (oposição microestrutura abstrata e concreta; oposição comentário de forma e comentário semântico), de tal forma que mesmo o “grau zero de informação” – nesse caso, a supressão do pós-comentário – possa ser entendida como funcional.

2. Uma concepção de funcionalidade em termos de informações discretas e discriminantes: O pós-comentário converte-se em um segmento informativo funcional quando (i) oferece informações discretas e discriminantes e (ii) articula-se com os segmentos microestruturais nucleares, colocando-se em relação de complementaridade frente a eles.

3. Uma teoria geral dos mecanismos explanatórios: A circunscrição da “teoria do pós-comentário” a uma “teoria geral dos mecanismos explanatórios” permite determinar em que situações é preciso empregar mecanismos de elucidação do significado alternativos ou complementares às paráfrases definidoras, e qual recurso é mais apropriado em cada caso.

9.2.2.2 Modelos para a apresentação do pós-comentário

Conforme definimos em 7.2.1, o pós-comentário pode ser empregado tanto para complementar o comentário semântico de verbetes correspondentes a um grupo específico de unidades léxicas, definíveis exclusivamente em metalinguagem de signo, como para apresentar informações “extraordinárias”, que não estão previstas na definição do PCI do dicionário. Dessa forma, é possível distinguir entre o pós-comentário empregado como uma espécie de compêndio gramatical, no primeiro caso, e o pós-comentário empregado como uma nota de caráter extraordinário, no segundo caso.

9.2.2.2.1 O pós-comentário como nota gramatical

As classes de palavras propensas a definições “opacas propriamente ditas”, cujo mecanismo explanatório complementar mais adequado é uma nota de uso, conforme delimitamos em 7.2.1, são os seguintes:

- a) artigos;
- b) pronomes (especialmente quando definidos em metalinguagem de conteúdo);
- c) verbos de ligação/verbos-suporte.

Uma nota de uso, nesses casos, deve assumir a forma de um compêndio gramatical condensado, oferecendo ao consulente informações de caráter semântico que não podem ser disponibilizadas por uma paráfrase definidora, ou que, sendo incluídas em uma paráfrase em forma de instrução de uso, a tornariam muito longa ou de difícil compreensão.

Comparemos os verbetes relativos a *o* em AuE (2009) e HouE (2009):

- (47) **o** [Do lat. *illu.*] **1.** Art. def. masc. sing.: *O menino dorme.* [No Brasil, costuma-se, em alguns casos, empregar esse artigo sublinhadamente, com ênfase, em geral irônica: *Julga-se o sábio; Ele é o bom* (= ‘o sábio’, ‘o bom’, entre todos, por excelência). Flex.: *a, os, as.*] **2.** Pron. pess. da 3ª pess. masc., f. oblíqua: “*O melro, eu conheci-o*” (Guerra Junqueiro, *A Velhice do Padre Eterno*, p. 153). **3.** Pron. dem. masc.: “*Lembrou-me o rouxinol de Bernardim Ribeiro, o que se deixou cair na água de cansado.*” (Almeida Garrett, *Viagens na Minha Terra*, p. 87); “*há em todas as cousas um sentido filosófico; Carlyle descobriu o dos coletes, ou mais propriamente, o do vestuário*” (Machado de Assis, *Papéis Avulsos*, p. 193); “*Mas sofre menos o que sofre em sonho.*” (Guimarães Passos, *Horas Mortas*, p. 5). [Flex.: *a, os, as.*] **4.** Pron. dem. neutro, equiv. a isto ou isso, ou aquilo: “*Ora eu filósofo seguramente não sou, já o disse*” (Almeida Garrett, *Viagens na Minha Terra*, p. 94); “*O que não tenho e desejo / É que melhor me enriquece.*” (Manuel Bandeira, *Estrela da Vida Inteira*, p. 173). [Cf. *ó, ô, oh* e *ôh*] (AuE 2009: s.v.)
- (48) **o art.** (1013 [?]) **1 art.def. masc.sing.**, indica: **1.1** gênero e número do substantivo a que se refere (ou da palavra que substantiva) <*o telefonema*> <*o cantar dos pássaros*> <*os incomodados que se mudem*> **1.2** ser esse substantivo, ou equivalente de substantivo, definido ou previamente especificado pelo contexto ou pelas circunstâncias <*tire o cão daqui!*> □ **pron.** **2 pron.dem.** de valor anafórico ou repetitivo de substantivo implícito (*os livros, os que você quer, estão ali*) ou demonstrativo absoluto (*o que você deseja é isto*); interrogativo: *o que queres?*, reputado acanônico, por *que queres?* **3 pron.p.** oblíquo objetivo direto da 3ªp.s. masc. <*quando o vir, mande-lhe minhas lembranças o carro, limpou-o e lustrou-o até que parecesse novo*> □ cf. *lo* e ²*no* □ GRAM fem.: *a*; pl.: *os, as* □ ETIM port. arc. *lo*, do lat. *illu(m)* □ HOM *o*(s.m. e apos.) □ PAR *ô*(interj.), *oh* \ô\ (interj.), *ó*(s.m.e interj.) e *oh* \ó\ (interj.) (HouE 2009: s.v.)

É flagrante que nenhum dos verbetes apresenta um *layout* amigável para o consulente. O excesso de informações concernentes a cada acepção contribui para turbar a compreensão do leitor, e impedi-lo de resgatar informações fundamentais acerca do signo-lema.

A primeira crítica a ser feita aplica-se a ambos os dicionários e refere-se ao fato de que os exemplos apresentados não são funcionais, devendo, portanto, ser preteridos, já que apenas ocupam espaço no interior da microestrutura e “poluem” a apresentação formal do verbete.

AuE (2009: s.v. *o*) não apresenta outra informação além da indicação da categoria morfológica do signo-lemma (quer seja como artigo, quer seja como pronome)⁵⁵¹; HouE (2009: s.v. *o*), por seu turno, trata de prover o usuário com informações a respeito do emprego da unidade léxica, que ultrapassam a mera categorização morfológica. Essas informações, entretanto, não são apresentadas de forma sistemática, fato que as torna pouco funcionais. Se fossem apresentadas em forma de notas de uso, ganhariam mais destaque no interior do verbete, ao mesmo tempo em que deixariam de sobrecarregar a microestrutura, tornando seu *layout* mais amigável.

Apresentamos, a seguir, nossa proposta para o verbete *o* como artigo. Em relação ao conteúdo, retomamos a proposta de descrição da categoria artigo de Bugueño Miranda (2003c) (cf. tb. 4.2.2.2). Em relação ao *layout* do verbete, consideramos que a nota deve vir graficamente separada do conteúdo principal. Adotamos, portanto, um *layout* similar ao de ZVLI (2011):

o art. def. **1** indicador de gênero masculino e número singular.

Nota 1: O art. def. refere-se: (a) a um elemento presente na situação de comunicação; (b) a um elemento cujo conhecimento da existência é compartilhado por locutor e interlocutor; (c) a um elemento mencionado anteriormente no discurso.

Nota 2: O art. def. pode ser usado para denotar ironia (geralmente, é pronunciado de forma enfática): *Ele se acha o bom.*

9.2.2.2.2 O pós-comentário como nota de caráter extraordinário

O pós-comentário pode ser aproveitado – a nosso ver, de forma muito útil – para apresentar informações de caráter extraordinário, que não podem ser previstas na definição do PCI do dicionário. A seguir, transcrevemos dois verbetes que ilustram o emprego funcional de notas de uso com informações semânticas de caráter extraordinário:

- (49) **donoso, -sa** adjetivo **formal** Que tiene gracia o donaire **ej** ¿de donde, donosa, el lindo lunar que sobre tus senos se vino a posar?; idonosa ocurrencia! **NOTA** Antepuesto al sustantivo, se usa con valor irónico. (DUEAe 2003: s.v.)
- (50) **o**² [...] **1** conj. Sirve fundamentalmente para relacionar dos posibilidades expresando que solamente una de ellas se realiza: [...]
 Notas de uso Puede <o> repetirse delante de cada término; esta repetición está particularmente indicada cuando lo que se expresa es que la no realización del primero supone forzosamente la realización del segundo: ‘O te callas o me marchó’ [...] (DUEe 2001: s.v.)

⁵⁵¹ AuE (2009: *o*), no entanto, junto à primeira acepção, apresenta uma espécie de pós-comentário, que, aqui, fazemos corresponder à nota de uso de caráter extraordinário. Essa é, seguramente, uma informação relevante para o consulente; não obstante, devido à má formulação do segmento informativo em que está inserida, não adquire, no interior do verbete, o merecido destaque.

Embora nos dicionários citados não haja, como demonstramos na seção anterior, uma proposta explícita para o emprego funcional da ampliação microestrutural, especificamente nos verbetes citados, ainda que ocorra de forma intuitiva, as informações apresentadas no pós-comentário são úteis como auxiliares à compreensão do significado. Nesse sentido, seriam bons exemplos do emprego do pós-comentário semântico como nota de caráter extralinguístico, tendo em vista os fatores arrolados anteriormente. Tanto DUEAe (2003: s.v. *donoso*) como DUEe (2001: s.v. *o*²) utilizam a nota de uso para explicitar construções específicas, nas quais o signo-lema sofre pequenas nuances de significação. Note-se ainda que, no caso de DUEe (2001), conjugam-se os dois mecanismos explanatórios de natureza linguística, uma vez que se apresenta um exemplo junto à nota de uso. Esse procedimento é altamente justificável, uma vez que facilita a compreensão, por parte do usuário, dos contextos nos quais a unidade léxica em questão adquire as nuances de significação indicadas. Dessa forma, explica-se, igualmente, a apresentação de um exemplo junto à Nota 2 do verbebo proposto na seção anterior para o artigo definido *o* – correspondente a uma nota de caráter extraordinário.

PARTE IV
BALANÇO GERAL E PERSPECTIVAS

10 CONCLUSÕES

Na Introdução da presente tese doutoral, propusemo-nos dois questionamentos que serviram de estopim para o desenvolvimento da pesquisa:

- a) A obtenção de paráfrases efetivamente elucidativas em todos os casos é um problema apenas de método (*i.e.*, atinente à explicitação do conteúdo semântico por meio de uma paráfrase), ou seria também um problema de objeto (*i.e.*, atinente à apreensão do conteúdo semântico em si)?
- b) Pressupondo que a obtenção de paráfrases elucidativas depende também de uma limitação intrínseca à natureza do objeto, em que condições seria lícito ou, até mesmo, necessário, o emprego de mecanismos de elucidação do significado complementares/alternativos (p.ex., exemplos, ilustrações, pós-comentários semânticos) às paráfrases definidoras?

As respostas a ambas perguntas – apresentadas, inicialmente, de modo meramente intuitivo – foram corroboradas ao longo da discussão.

Malgrado as limitações inerentes à atividade lexicográfica – e, em última instância, à própria língua –, é perfeitamente possível apresentar definições que podem ser consideradas elucidativas. Isso nos leva a crer que a impossibilidade de se gerar paráfrases satisfatórias em determinadas circunstâncias não se deve apenas a um problema de método, mas também de objeto. Nessas situações, a solução seria o emprego de mecanismos explanatórios complementares ou, mesmo, alternativos às paráfrases definidoras.

Assumimos, portanto, que o problema da explanação do significado não deve restringir-se a uma “teoria da definição lexicográfica”, mas precisa ser tratado no âmbito de uma “teoria geral dos mecanismos explanatórios” – um modelo teórico de maior amplitude, que abranja, além da definição, outras possibilidades de explanação do significado nos dicionários semasiológicos.

Em vista disso, propusemo-nos seis objetivos específicos:

- a) localizar o problema da elucidação do significado no âmbito da (meta)lexicografia;
- b) identificar e descrever os problemas atinentes à elucidação do significado nos dicionários semasiológicos;
- c) identificar os limites da definição em relação à explanação do significado;
- d) propor os princípios para uma “teoria da definição lexicográfica”;
- e) relacionar o problema ontológico do significado à apreensão e explicitação do significado por meio de uma paráfrase;

- f) desenvolver uma metodologia para a elaboração de mecanismos explanatórios complementares/alternativos às paráfrases pouco elucidativas.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa apresentou dois momentos claramente diferenciados. A primeira parte referiu-se à elaboração de uma “teoria da definição lexicográfica”. O primeiro aspecto considerado foi o problema ontológico do significado e sua relação com a definição. O significado foi tomado, primeiramente, do ponto de vista estritamente linguístico, e, em seguida, do ponto de vista (meta)lexicográfico. No âmbito linguístico, analisou-se a perspectiva – intensional ou extensional – a partir da qual o significado é entendido, de acordo com três modelos teóricos: a semântica das condições de verdade, a análise componencial e a semântica cognitiva. Já no âmbito (meta)lexicográfico, procuramos analisar as noções de “categorização”, “intensão” e “extensão” no interior de cada um dos modelos, e reconsiderar a relação entre tipo de significado e metalinguagem da definição, comprovando a sua insustentabilidade. O segundo aspecto tratado foram os princípios que deveriam fundamentar uma teoria da definição. O ponto de partida é a identificação dos dois processos envolvidos no ato de definir: apreender o significado da unidade léxica e explicitá-lo por meio de uma formulação linguística (cf. FARIAS 2012). Em relação ao segundo processo, deve-se observar a paráfrase do ponto de vista tanto do conteúdo como da forma (cf. ATKINS; RUNDELL 2008: 407). Por fim, levamos em conta as três variáveis propostas em Bugueño Miranda (2009): a teoria semântica, o padrão sintático e o tipo de definição. A teoria semântica é útil tanto em relação ao primeiro processo envolvido no ato de definir como em relação ao segundo processo. O tipo de paráfrase e os problemas atinentes à sua formulação sintática estão relacionados ao segundo processo do ato de definir, especificamente no que concerne à forma da definição. A discussão acerca da elaboração de uma “teoria da definição lexicográfica” foi concluída com uma exposição sucinta dos modelos semânticos pós-estruturais, tendo em vista seu rendimento em relação à redação das paráfrases definidoras nos dicionários semasiológicos.

A segunda parte da pesquisa referiu-se à ampliação do escopo do projeto, com vistas à elaboração de uma “teoria geral dos mecanismos explanatórios”. Os mecanismos complementares passíveis de emprego considerados foram as ilustrações, os exemplos e os pós-comentários de caráter semântico. A necessidade de emprego de um mecanismo complementar/alternativo deve ser determinada com base nas limitações intrínsecas à natureza da definição lexicográfica – evidenciadas na primeira parte da pesquisa. Já a adequação de um dado mecanismo a uma dada situação, bem como sua eficácia deve ser determinada em função das seguintes variáveis: (a) um modelo funcional de microestrutura,

fundamentado em Wiegand (1989a; 1989b); (b) uma concepção de funcionalidade em termos de informações discretas e discriminantes (cf. BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2006; 2008a), e (c) o perfil do usuário do dicionário.

Os seis objetivos propostos foram rigorosamente cumpridos, e os resultados obtidos – ainda que não sejam ótimos em todos os casos – permitiram-nos, por um lado, fazer um mapeamento dos problemas atinentes à explanação do significado em dicionários semasiológicos, e, por outro, apresentar os fundamentos para o desenvolvimento de um modelo teórico abrangente, que possibilite “calcular” o emprego de mecanismos explanatórios complementares/alternativos às paráfrases definidoras.

A tese defendida, portanto, é que uma “teoria geral dos mecanismos explanatórios” deve ser entendida como um modelo que integra diversos outros – nominalmente, uma teoria da definição lexicográfica, uma teoria da ilustração em dicionários de língua, uma teoria do exemplo como recurso (meta)lexicográfico e, finalmente, uma teoria do pós-comentário. Há uma tendência no âmbito da (meta)lexicografia a concebê-los – quando é o caso⁵⁵² – de forma isolada, sem procurar relacioná-los entre si. A concepção de cada um dos modelos isoladamente tem seu mérito, na medida em que visa propor critérios para a formulação e apresentação de cada um dos mecanismos mencionados. Entretanto, calcular o seu emprego, visando convertê-los em fatos absolutamente funcionais em uma obra lexicográfica, somente é possível a partir do momento em que se busca articulá-los em torno de um eixo comum – ou seja, de um modelo integral dos mecanismos explanatórios. Nossa proposta é a geração de uma espécie de fluxograma, baseado no modelo de uma “teoria geral dos mecanismos explanatórios” apresentado no Capítulo 7 (cf. Esquema 6), que permita predizer em que casos a definição “falha”, e qual mecanismo complementar/alternativo é mais apropriado em cada circunstância.

10.1 Avaliação das hipóteses de pesquisa

Na Introdução do trabalho, propusemos, ainda, as seguintes hipóteses de pesquisa:

⁵⁵² Em relação ao pós-comentário, não há estudos de nosso conhecimento que tenham objetivado sistematizar o emprego dessa estrutura nos dicionários de língua – excetuando-se, claro está, o trabalho basilar de Wiegand (1989c), que, na verdade, identifica essa estrutura microestrutural, mas não se preocupa com o estabelecimento de critérios para sua apresentação. Outro tanto pode ser dito acerca das ilustrações e dos exemplos. Hupka (1989a) é uma figura de destaque no âmbito metalexigráfico, em vista de seu pioneirismo em relação ao tratamento (meta)lexicográfico da ilustração. Entretanto, a teoria da ilustração no âmbito (meta)lexicográfico para a qual o trabalho de Hupka (1989a) aponta ainda está por ser elaborada. O exemplo, por outro lado, é frequentemente tema de discussão dos teóricos da lexicografia; contudo, tampouco nesse caso é possível dizer que há resultados minimamente conclusivos, momernte no que diz respeito ao emprego desse mecanismo como recurso de elucidação do significado.

- a) A eficácia de uma “teoria da definição lexicográfica” está restringida pela natureza do significado das unidades léxicas, tendo em vista que o ato de definir engloba dois processos distintos – acessar o significado e explicitá-lo por meios linguísticos–; assim, pois, ainda que a (meta)lexicografia pudesse contar com uma “teoria da definição”, não seria possível assegurar resultados completamente satisfatórios em todos os casos.
- b) O emprego de mecanismos complementares e/ou alternativos de elucidação do significado em dicionários de língua – referimo-nos, de modo especial, aos exemplos, às ilustrações e às notas de uso, já analisados anteriormente (cf., respectivamente, FARIAS 2008a; 2010b; 2011b) – não obedece ao princípio de funcionalidade das informações (cf. BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2006; 2008a); sua apresentação não é sistemática e sua eficácia é discutível.

As discussões realizadas permitem comprovar as hipóteses propostas inicialmente. A esse respeito, contudo, ainda são necessárias duas breves considerações.

Com relação à primeira hipótese, uma “teoria da definição” elaborada nos moldes propostos permite, seguramente, (a) minimizar os problemas decorrentes do desrespeito aos princípios básicos de formulação das paráfrases, e (b) aperfeiçoar os resultados obtidos na formulação das paráfrases que, em razão da natureza do significado da unidade definida, não são elucidativas. Todavia, sempre haverá casos em que o modelo apresentará “falhas”, por assim dizer. Os limites de uma “teoria da definição” elaborada nos moldes propostos são determinados em função: (a) da natureza do significado, que não se deixa apreender em sua totalidade e (b) do próprio conceito de “definição elucidativa” – que depende da variável “usuário”, um tema sempre espinhoso no âmbito (meta)lexicográfico.

No que diz respeito à segunda hipótese, as análises realizadas comprovaram que, efetivamente, os recursos explanatórios complementares/alternativos são mal empregados, ou subaproveitados nos dicionários de língua. Não obstante, a geração de critérios que permitam torná-los elementos funcionais em todos os casos também esbarra em restrições, entre as quais, uma vez mais, a impossibilidade de se definir com exatidão o perfil de usuário.

10.2 Limites do estudo e perspectivas

Esta tese prova que, de fato, é possível propor uma teoria geral da explanação do significado em dicionários semasiológicos, não somente de aplicação imediata à prática lexicográfica, como também apta a otimizar os resultados obtidos na formulação do

comentário semântico da microestrutura dessas obras. Entretanto, o estudo apontou, também, uma série de limitações. Destacamos duas importantes restrições, que permearam a discussão em todas as suas etapas:

1. O cerne das discussões realizadas é, indubitavelmente, o significado e sua natureza intangível. Diante disso, resta-nos recorrer a expedientes metodológicos que permitam acessá-lo de maneira indireta (cf. BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2011b; 2013a; 2013b). Do ponto de vista estritamente semântico, é preciso conviver com a realidade inexorável de que não há um modelo que tenha sido concebido para aplicação direta na prática lexicográfica (cf. HARRAS 1991; HERBST; KLOTZ 2003). Os modelos formal e estrutural, no entanto, disponibilizam um método para a “descrição do significado” – com todas as limitações que possam ser apontadas. Por outro lado, os modelos orientados cognitivamente – e aqui nos referimos especificamente à semântica dos protótipos e à semântica de *frames* – oferecem uma concepção de significado, que, acreditamos, pode ser útil para ajudar a entender muitos dos problemas com os quais o lexicógrafo se depara, mas não dispõe de um método para acessar essa magnitude objetivamente. Além disso, as ferramentas elaboradas com base em alguns desses modelos – como a FrameNet e a WordNet – são, de fato, orientadas lexicograficamente (cf. STEINER 2004); contudo, parecem estar concebidas, preferencialmente, como instrumentos lexicográficos *per se*, para serem utilizados em conjunto, ou mesmo como alternativa às obras lexicográficas “tradicionais”, e não tanto como instrumentos de auxílio na teorização acerca da prática dicionarística.

2. Todas as decisões que o lexicógrafo precisa tomar – como recalamos várias vezes ao longo do trabalho – dependem da variável usuário. Para cada obra lexicográfica, é preciso estabelecer um perfil de usuário específico, que, por sua vez, deve nortear todas as decisões relacionadas com o projeto lexicográfico. A (meta)lexicografia, contudo, ainda não disponibiliza subsídios que permitam calcular o perfil de usuário em cada caso, nem ao menos no caso do consulente do dicionário geral de língua, vagamente denominado “usuário médio”. No que concerne à pesquisa que apresentamos, essa lacuna no âmbito dos estudos (meta)lexicográficos reflete-se, por exemplo, na impossibilidade de responder a questões tão básicas como “o que se deve entender por ‘definição elucidativa?’” (cf. Capítulo 3).

Finalmente, esta tese representa uma modesta contribuição aos estudos (meta)lexicográficos no Brasil – em especial no que concerne à sua interface com a semântica. Além disso, esperamos que os resultados aqui apresentados possam ser igualmente úteis em relação à prática dicionarística no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DICIONÁRIOS

ANW. INSTITUUT VOOR NEDERLANDSE LEXICOLOGIE. *Algemeen Nederlands Woordenboek*. (Disponível em: <http://anw.inl.nl/search>)

AuE. FERREIRA, A.B. de H (coord.). *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 4.ed. Curitiba: Positivo, 2009. (1 CD-ROM)

AuI. FERREIRA, A.B. de H; FERREIRA; M.B.; ANJOS, M. dos. *Dicionário Aurélio ilustrado*. Curitiba: Positivo, 2008.

AUTORIDADES. REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de Autoridades*. Edición Facsímil D-Ñ. Madrid: Gredos, 1979.

CAe. AULETE, F.J.C.; VALENTE, A.L. *Dicionário contemporâneo de língua portuguesa Caldas Aulete*. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

CASARES, J. *Diccionario ideológico de la lengua española*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2007.

CcLD. *Collins Cobuild Compact English Learner's Dictionary*. Glasgow; São Paulo: HarperCollins; Disal, 2004.

CCLDe. SINCLAIR, J. (ed.). *Collins COBUILD Advanced Learner's Dictionary*. Glasgow: HarperCollins, 2003. (1 CD-ROM)

CDAE. LANDAU, S. (ed.). *Cambridge Dictionary of American English*. 7.ed. Cambridge: CUP, 2006.

CDAEP. LANDAU, S. (ed.). *Cambridge Dictionary of American English: for speakers of Portuguese*. Tradução Claudia Berliner et.al. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

COVARRUBIAS OROZCO, S. de. *Tesoro de la Lengua Castellana o Española*. Madrid: Ediciones Turner, 1984.

DCR. SALAMANDRA EDITORIAL. *Dicionário do Castelo Rá-Tim-Bum*. 2.ed. Guarulhos: Salamandra, 2005.

DDaFSWtb. WERMKE, M.; KUNKEL-RAZUM, K.; SCHOLZE-STUBENRECHT, W. (Hrsgn.). *Duden Deutsche als Fremdsprache Standardwörterbuch*. Mannheim: Dudenverlag, 2002.

DDSM. *Dicionário didático*. São Paulo: Edições SM, 2007.

DEA. SECO, M.; ANDRÉS, O.; RAMOS, G. *Diccionario del Español Actual*. Vol. 1, 2. 2.ed. Madrid: Santillana Ediciones Generales, S. L., 2011.

DEABL. ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Dicionário escolar da língua portuguesa*. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

DEC. MEL'ČUK, I. et. al. *Dictionnaire explicatif et combinatoire du français contemporain. Recherches lexico-sémantiques IV*. Montréal: Les Presses de l'Université de Montréal, 1999.

DGLI. PATOTA, G. *Il Garzantino della Lingua Italiana*. Lavis: Garzanti Linguistica, 2012.

DGW. DUDEN. *Das große Wörterbuch der deutschen Sprache: in zehn Bänden*. 3.Aufl. Berlin: Duden Verlag, 1999.

DHaLF. MÉVEL, J-P.; GAILLARD, B. (dir.). *Dictionnaire Hachette*. Paris: Hachette, 2012.

- DIELE. ELIZALDE, M.I.; LEPE, M.S. *Diccionario Ilustrado de la Lengua Española*. 3.ed. Santiago de Chile: Zig-Zag, 2003.
- DILE. ALVAR EZQUERRA, M.; GILI GAYA, S. *Vox Diccionario General Ilustrado de la Lengua Española*. Barcelona: Bibliograf, 1997.
- DILP. *Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 2010.
- DIP. BIDERMAN, M.T.C. *Dicionário Ilustrado de Português*. 2.ed. São Paulo: Ática, 2009.
- DJLP. MATTOS, G. *Dicionário Júnior da língua portuguesa*. 3.ed. São Paulo: FTD, 2001.
- DMJE. LAROUSSE. *Diccionario Maxi Júnior de la lengua española*. 10.ed. Barcelona: Larousse, 1998.
- DOPI. *Dicionário Oxford Escolar para estudantes brasileiros de inglês*. Oxford: OUP, 2005.
- DPELE. UNIVERSIDAD DE ALCALÁ DE HENARES. *Señas: diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- DPC. BORBA, F. da S. *Dicionário UNESP do português contemporâneo*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 2004.
- DPLP. PRIBERAM INFORMÁTICA. *Dicionário Priberam da língua portuguesa* (em linha). Porto: Lello Editores, 2013. (Disponível em: <http://www.priberam.pt/DLPO/Default.aspx>)
- DPRAE. REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario práctico del estudiante*. Madrid: Santillana Ediciones Generales, 2007.
- DRAE. REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de la lengua española*. 19.ed. Madrid: Espasa-Calpe, 1970.
- DRAEe. REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de la lengua española*. 22.ed. Madrid: Espasa-Calpe, 2001. (Disponível em: www.rae.es)
- DSLE. GUTIÉRREZ CUADRADO, J. (dir.). *Diccionario Salamanca de la Lengua Española*. Madrid: Santillana, 2006.
- DUEAe. VOX. *Diccionario de uso del español de América y España*. Barcelona: SPES Editorial, 2003. (1 CD-ROM)
- DUEe. MOLINER, M. *Diccionario de uso del español*. Madrid: Gredos, 2001. (1 CD-ROM)
- DUPB. BORBA, F. da S. *Dicionário de usos do português do Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.
- DUWtb. KUNKEL-RAZUM, K.; SCHOLZE-STUBENRECHT, W.; WERMKE, M. (Hrsgn.). *Duden Deutsches Universalwörterbuch*. 5.Aufl. Mannheim: Dudenverlag, 2003.
- GDLEe. LAROUSSE. *Gran diccionario de la lengua española*. Barcelona: Spes Editorial, 2001. (1 CD-ROM)
- HouE. HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. (1 CD-ROM)
- HouE. HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. (1 CD-ROM)
- HouSi. *Dicionário Houaiss de sinônimos e antônimos da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- LaGWDaF. GÖTZ, D.; HAENSCH, G.; WELLMANN, H. *Langenscheidt Großwörterbuch Deutsch als Fremdsprache*. Berlin; München: Langenscheidt, 2008.
- LaTWDaF. GÖTZ, D.; WELLMANN, H. *Taschenwörterbuch Deutsch als Fremdsprache*. Berlin; München: Langenscheidt, 2003.

- LDEL. LONGMAN. *Dictionary of English Language and Culture*. 3.ed. Essex: Pearson; Longman, 2006.
- LLiDF. LITTRÉ, E. *Dictionnaire de la langue française* (en ligne). 1863-1877. (Disponível em: www.littre.reverso.net/dictionnaire-francais/)
- MDHou. INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. *Meu primeiro dicionário Houaiss*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- MiAu. FERREIRA, A.B. de H. *Miniaurélio: o dicionário da língua portuguesa*. 7.ed. Curitiba: Positivo, 2008.
- MiCA. CALDAS AULETE, F. *Minidicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.
- MiE. MICHAELIS. *Moderno dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1998.
- MiHou. HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- MiLP. SCOTTINI, A. *Minidicionário escolar da língua portuguesa*. Blumenau: Edições TodoLivro, 1998.
- MiLu. LUFT, C.P. *Dicionário escolar Luft da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 2005.
- MiMe. MELHORAMENTOS. *Minidicionário Escolar da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 2000.
- MiRR. ROCHA, R; PIRES, H. *Minidicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione, 2005.
- MWPD. HELLER, R. *Merriam-Webster's Primary Dictionary*. Springfield; Massachusetts: Merriam-Webster, 2005.
- nDFAEP. BUGUEÑO MIRANDA, F.V. (dir.). *Novo Dicionário de Falsos Amigos Espanhol-Português*. 2014. [no prelo]
- NDW. GÖTTERT, K.-H. *Neues deutsches Wörterbuch*. Köln: Helmut Lingen, 2006.
- OALD. HORNBY, A.S. *Oxford Advanced Learner's Dictionary*. 7.ed. Oxford: OUP, 2005.
- OWID. INSTITUT FÜR DEUTSCHE SPRACHE. *Online Wortschatz-Informationssystem Deutsch*. (Disponível em: <http://www.owid.de/elexiko/index.html>)
- PCDI. MARTINS FONTES. *Parola chiave: dizionario di italiano per brasiliani*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- PDELP. COELHO, N.N. *Primeiro dicionário escolar de língua portuguesa*. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- PEDSP. KERNERMAN, L. *Password English Dictionary for Speakers of Portuguese*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- PGWDaF. WOLSKI, W. *Großwörterbuch Deutsch als Fremdsprache*. Stuttgart: Pons, 2011.
- PRobE. LE ROBERT. *Le Nouveau Petit Robert: Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française*. Paris: Le Robert, 2001. (1 CD-ROM)
- REDES. BOSQUE, I. (dir.). *Redes. Diccionario combinatorio del español contemporáneo*. Madrid: Ediciones SM, 2004.
- SJDI. Saraiva Júnior: *dicionário de língua portuguesa ilustrado*. São Paulo: Saraiva, 2005.

TERREROS Y PANDO, E. de. *Diccionario Castellano con las voces de ciencias y artes y sus correspondientes de las tres lenguas francesa, latina é italiana. Tomo II.* Madrid: Arco/Libros, 1987.

VTIe. ISTITUTO DELLA ENCICLOPEDIA ITALIANA. *Vocabolario Treccani della lingua italiana.* Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 1998. (Disponível em: www.treccani.it/vocabolario/)

WdW. WAHRIG, G. *Das grosse deutsche Wörterbuch.* Gütersloh; München: C. Bertelsmann Verlag, 1966.

ZMiVLI. ZINGARELLI, N. *Lo Zingarelli Minore. Vocabolario della lingua italiana.* Bologna: Zanichelli, 2007.

ZVLI. ZINGARELLI, N. *Vocabolario della lingua italiana.* Bologna: Zanichelli, 2011.

LITERATURA SECUNDÁRIA

ALBRECHT, E.; ASSER, G. (Hrsgn.). *Wörterbuch der Logik.* Westberlin: Verlag das europäische Buch, 1978.

ALBRECHT, J. Fünf Thesen zur Kognitiven Semantik. In: HOINKES, U.; DIETRICH, W. (eds.). *Kaleidoskop der lexikalischen Semantik.* Tübingen: Narr, 1997. p.19-39.

ALCARAZ VARÓ, E.; MARTÍNEZ LINARES, M.A. *Diccionario de lingüística moderna.* Barcelona: Ariel, 1997.

ALLWOOD, J.; ANDERSSON, L-G.; DAHL, Ö. *Logic in linguistics.* Cambridge: CUP, 2001.

APRESJAN, J.D. Systematic lexicography. In: TOMMOLA, H. et al. (eds.). *Euralex'92 Proceedings I-II: Papers submitted to the 5th EURALEX International Congress on Lexicography.* Tampere: Tampereen yliopisto, 1992. p.3-16.

_____. Principles of Systematic Lexicography. In: FONTENELLE, Th. (ed.). *Practical Lexicography: a reader.* Oxford: OUP, 2008. p.51-60

ARENS, H. *Aristotle's theory of language and its tradition. Texts from 500 to 1750.* Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1984.

ARISTOTLE. *Categories.* In: BARNES, J. (ed.). *The Complete Works of Aristotle.* Translation by J. L. Ackrill. Vol. 1. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1984. p. 3-24.

ARMANI, D.C. O comentário de forma em dicionários monolíngues do espanhol. *Linguasagem*, v.19, 2012. p.1-16 (Disponível em: www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao19/artigosic/artigo_ic_004.pdf; acesso em: 01.03.2013)

ATKINS, B.T.S. Theoretical Lexicography and its Relation to Dictionary-making. In: FONTENELLE, Th. (ed.). *Practical Lexicography: a reader.* Oxford: OUP, 2008. p.31-50

ATKINS, B.T.S.; RUNDELL, M. *The Oxford Guide to Practical Lexicography.* Oxford: OUP, 2008.

AUSTIN, J.L. *How to do things with words.* 2.ed. Oxford; New York: OUP, 1986.

AYTO, J.R. Semantic analysis and dictionary definitions. In: HARTMANN, R.R.K. (ed.). *Lexicography: Principles and practice.* London: Academic Press, 1983. p.89-98

BALDINGER, K. Semasiologia e onomasiologia. Tradução de A. de Castilho. *Alfa*, v.9, 1966. p.7-36

_____. Alfabético ou conceitualmente organizado? In: ZGUSTA, L. (Org.). *Problemas do Dicionário*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1985a. p.40-57

_____. Semasiologia e Onomasiologia no dicionário bilingue. In: ZGUSTA, L. (Org.). *Problemas do Dicionário*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1985b. p.136-149

BALLMER, T.; BRENNENSTUHL, W. An Empirical Approach to Frametheory: Verb Thesaurus Organization. EIKMEYER, H-J.; RIESER, H. (ed.). *Words, worlds, and contexts: new approaches in word semantics*. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1981. p.297-319

BÄRENFÄNGER, O. Empirische Untersuchungen zur Repräsentation von Bedeutung: Die Prototypensemantik. In: MÜLLER, H.M. (Org.). *Arbeitsbuch Linguistik. Eine Einführung in die Sprachwissenschaft*. 2.Aufl. Paderborn: Ferdinand Schöningh, 2009. p.199-209

BATIUKOVA, O. Aplicaciones lexicográficas de la teoría del Lexicón Generativo. In: DE MIGUEL, E. et al. (ed.). *Fronteras de un diccionario. Las palabras en movimiento*. San Millán de la Cogolla: Cilengua, 2009. p.233-270

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

BENEDUZI, R. Análise das definições em quatro dicionários semasiológicos da língua portuguesa e propostas de emendas. *Ao Pé da Letra*, v.6, n.2, p.187-195, 2004. (Disponível em: http://www.revistaopedaleta.net/volumes/vol%206.2/Renata_Beneduzi--Analise_das_definicoes_em_quatro_dicionarios_semasiologicos_da_lingua_portuguesa_e_propostas_de_emendas.pdf; acesso em: 15.11.2010)

_____. *Colocações substantivo + adjetivo: propostas para sua identificação e tratamento lexicográfico em dicionários ativos português-espanhol*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

BENEDUZI, R.; BUGUEÑO MIRANDA, F. Aprendendo a ler um dicionário: análise de verbetes substantivos. *Revista Língua & Literatura*, v.6/7, n.10/11, 2005. p.113-122

BENEDUZI, R.; BUGUEÑO MIRANDA, F.; FARIAS, V. Avanços na redação de um dicionário de falsos amigos espanhol-português. *Lusorama*, n.61/62, 2005. p.195-219

BENVENISTE, E. *Problèmes de linguistique générale II*. Paris: Gallimard, 1974.

BERGENHOLTZ, H.; TARP, S. Two opposing theories: On H. E. Wiegand's recent discovery of lexicographic functions. *Hermes Journal of Linguistics*, n.31, 2003. p.171-196

BEUCHOT, M. *La filosofía del lenguaje en la Edad Media*. 2.ed. México, D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México, 1991.

BIDERMAN, M.T.C. A ciência da lexicografia. *Alfa*, v.28 (supl.), 1984. p.1.26.

_____. Os dicionários na contemporaneidade: arquitetura, métodos e técnicas. In: OLIVEIRA, A.M.P.P.; ISQUERDO, A.N. (org.). *As Ciências do Léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia*. 2.ed. Campo Grande: UFMS, 2001. p.131-144

_____. A formação e a consolidação da norma lexical e lexicográfica no português do Brasil. In: NUNES, J.H.; PETTER, M. (org.). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas; FFLCH; USP, 2002. p.65-82

_____. Análise de dois dicionários gerais do português brasileiro contemporâneo: o Aurélio e o Houaiss. In: ISQUERDO, A.N.; KRIEGER, M. da G. (org.). *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia*. Campo Grande: UFMS, 2004. p.185-200

_____. Um dicionário para o português do Brasil. In: SEABRA, M.C. (org.). *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p.173-183

- BLACKBURN, S. *The Oxford Dictionary of Philosophy*. 2.ed. Oxford: OUP, 2008.
- BLOOMFIELD, L. *Language*. London: George Allen & Unwin Ltd., 1973.
- BOAS, H.C. Frame Semantics as a framework for describing polysemy and syntactic structures of English and German motion verbs in contrastive computational lexicography. In: RAYSON, P. et al. (eds.). *Proceedings of Corpus Linguistics*. Lancaster, 2001. p. 64-73 (Disponível em: http://sites.la.utexas.edu/hcb/files/2011/02/Frame_Semantics_Motion_Verbs_Computational-Lexicography_2001.pdf; acesso em: 09.11.2012)
- _____. Bilingual FrameNet Dictionaries for Machine Translation. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON LANGUAGE RESOURCES AND EVALUATION, 3., 2002, Las Palmas. *Proceedings...* Vol.IV. Las Palmas: Facultad de Informática/Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, 2002. p.1364-1371 (Disponível em: <http://www.icsi.bekery.edu/pubs/ai/bilingualframenet02.pdf>; acesso em: 09.11.2012)
- _____. Semantic frames as interlingual representations for multilingual lexical databases. In: _____ (ed.). *Multilingual FrameNets in computational lexicography: methods and applications*. Berlin: Walter de Gruyter, 2009. p.59-100
- BOLINGER, D. Defining the indefinable. In: FONTENELLE, Th. (ed.). *Practical lexicography: a reader*. Oxford: OUP, 2008. p.193-196
- BORBA, F. da S. *Organização de dicionários. Uma introdução à lexicografia*. São Paulo: UNESP, 2003.
- BOSQUE, I. Sobre la teoría de la definición lexicográfica. *Verba*, v.9, 1982. p.105-123
- BOSSE, T.; JONKER, C.M.; TREUR, J. Formalisation of Damasio's Theory of Emotion, Feeling, and Core Consciousness. *Consciousness and Cognition*, v.17, n.1, 2008. p.94-113 (Disponível em: <http://www.few.vu.nl/~T.Bosse/papers/CC-damasio.pdf>; acesso em 06.11.2013)
- BRANGEL, L. *O tratamento lexicográfico de vocábulos de cores na perspectiva da semântica cognitiva*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Com direito à palavra: dicionários em sala de aula*. Elaboração Egon de Oliveira Rangel. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria da Educação Básica, 2012. (Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16841&Itemid=1131; acesso em 15.08.2013)
- BRASIL melhora em avaliação internacional, mas continua um dos piores do mundo. *O Estado de São Paulo – On line*, São Paulo, 07.12.2010. (Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,brasil-melhora-em-avaliacao-internacional-mas-continua-um-dos-piores-do-mundo,650526,0.htm>; acesso em: 16.12.2010)
- BRAY, L. Consultabilité et lisibilité du dictionnaire: aspects formels. In: HAUSMANN, F.J. et al. (Hrsgn.). *Wörterbücher, Dictionaries, Dictionnaires. Ein internationales Handbuch zur Lexicographie*. Band 1. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989. p.135-146
- BUGUEÑO MIRANDA, F.V. El FEW de Walther von Wartburg y el LEI de Max Pfister. *Signos: Estudios de Lengua y Literatura*, v.29, 1995. p.81-95
- _____. Sobre el español del siglo XVI: evolución, renovación y revolución en el léxico. *Caligrama*, v.5, 2000a. p.73-99

- _____. Reseña a: Pereira, Helena B.C. y Signer, Rena. *Dicionário Michaelis: espanhol-português/português-espanhol*. São Paulo: Companhia Melhoramentos/Publifolha, 1998. *Anuario Brasileño de Estudios Hispánicos*, n.10, 2000b. p.325-330
- _____. Problemas macroestruturais em dicionários de falsos amigos. *Expressão*, v.5, n.1, 2001. p.89-93
- _____. Como leer y qué esperar de un diccionario monolingüe (con especial atención a los diccionarios del español). *Revista Língua & Literatura*, v.4/5, n.8/9, 2003a. p.97-114
- _____. Problemas medioestruturais em um dicionário de falsos amigos. In: COLÓQUIO NACIONAL LETRAS EM DIÁLOGO E EM CONTEXTO: Rumos e Desafios, 1., 2003, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2003b. p.1-16
- _____. El artículo como determinante en una gramática del texto del español. *Caligrama*, v.8, 2003c. p.7-20
- _____. La etimología en el diccionario de la lengua. *Revista Letras*, n.64, 2004. p.173-188 (Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/letras/article/viewArticle/2976>; acesso em: 22.07.2011)
- _____. O que o professor deve saber sobre a nominata do dicionário da língua. *Revista Língua & Literatura*, v.6/7, n.10/11, 2005a. p.17-31
- _____. Os dicionários de falsos amigos no Brasil. *Lusorama*, v.61/62, 2005b. p.181-194
- _____. Léxico e ensino: *Señas* (2000), um dicionário para aprendizes do espanhol? In: MARTINS, E.S.; CANO, W.M.; MORAES FILHO, W.B. (org.). *Léxico e morfofonologia: perspectivas e análises*. Uberlândia: EDUFU, 2006. p.213-227
- _____. O que é macroestrutura no dicionário de língua? In: ISQUERDO, A.N.; ALVES, I.M. (org.). *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia*. Campo Grande: Humanitas, 2007a. p.261-272
- _____. A lexicografia de falsos amigos frente à bilíngüe: desenho de um novo dicionário de falsos amigos espanhol-português. *Voz das Letras*, n.8, 2007b. p.1-19 (Disponível em: <http://www.nead.uncnet.br/2009/revistas/letras/8/86.pdf>; acesso em: 15.01.2008)
- _____. A definição do perfil de usuário e a função da obra lexicográfica em um dicionário de aprendizes. *Expressão*, v.11, n.2, 2007c. p.89-101
- _____. Panorama da lexicografia alemã. *Contingentia*, v.3, n.2, 2008a. p.89-110 (Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/contingentia/article/view/6508/4241>; acesso em: 22.07.2011)
- _____. Os dicionários de falsos amigos. In: ENCONTRO DO CELSUL, 8., 2008, Porto Alegre. *Anais...* Pelotas: EDUCAT, 2008b. p.1-17
- _____. Para uma taxonomia de paráfrases explanatórias. *Alfa*, v.53, n.1, 2009a. p.243-260 (Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1686/1367>; acesso em: 22.07.2011)
- _____. Sobre a microestrutura em dicionários semasiológicos do alemão. *Contingentia*, v.4, n.2, 2009b. p.60-72 (Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/20868/000726263.pdf?sequence=1>; acesso em: 30.04.2011)
- _____. Panorama da lexicografia brasileira de orientação semasiológica. In: BATTISTI, E.; COLLISCHONN, G. (org.). *Língua e Linguagem: perspectivas de investigação*. Pelotas: EDUCAT, 2011. p.173-206.
- _____. Balanço e perspectivas da lexicografia. *Cadernos de Tradução*, n.32, v.2, 2013. (Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/27761/25491>; acesso em: 30.09.2013)

_____. Da classificação de obras lexicográficas e seus problemas: proposta de uma taxonomia. *Alfa*, 2014. [no prelo]

BUGUEÑO MIRANDA, F.V.; DAMIM, C.P. Elementos para uma escolha fundamentada de dicionários bilíngües português/inglês. *Entrelinhas*, n.3, 2005. (Disponível em: <http://www.entrelinhas.unisinos.br/index.php?e=3&s=9&a=18>; acesso em: 20.10.2008)

BUGUEÑO MIRANDA, F.V.; FARIAS, V.S. Informações discretas e discriminantes no artigo léxico. *Cadernos de Tradução*, n.18, p.115-135, 2006.

_____. Desenho da macroestrutura de um dicionário escolar de língua portuguesa. In: BEVILACQUA, C.R.; HUMBLÉ, Ph.; XATARA, C.M. *Lexicografia Pedagógica: Pesquisas e perspectivas*. Florianópolis: UFSC; NUT, 2008a. p.129-167 (Disponível em: <http://www.cilp.ufsc.br/LEXICOPEd.pdf>; acesso em: 25.10.2008)

_____. O ensino de português e os dicionários escolares: Um segmento informativo da microestrutura para fins de produção textual. *Polifonia*, n.15, 2008b. p.1-14

_____. Panorama crítico dos dicionários escolares brasileiros. *Lusorama*, v.77/78, 2009. p.29-78

_____. Princípios para o desenvolvimento de uma teoria da definição lexicográfica. *Alfa*, v.55, n.1, 2011a. p.31-61 (Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4167/3765>; acesso em: 22.07.2011)

_____. Sobre las palabras y su clasificación según su contenido. Los problemas para el lexicógrafo. *Revista de Filología de la Universidad de La Laguna*, n.29, 2011b. p.9-19

_____. Da microestrutura em dicionários semasiológicos do português e seus problemas. *Estudos da Lingua(gem)*, v.9, 2011c. p.36-69

_____. Demandas curriculares e lexicografia: Os dicionários escolares são adequados para a produção textual? *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, v.9, n.17, 2011d. p.167-190 (Disponível em: http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_17_demandas_curriculares_e_lexicografia.pdf; acesso em: 07.01.2013)

_____. Los subsidios de tres teorías semánticas para la generación de definiciones lexicográficas. *Revista de Filología de la Universidad de La Laguna*, n.31, 2013a. p.19-34

_____. Teorías semánticas y definición lexicográfica. Análisis de las paráfrasis explicativas de los diccionarios generales de lengua española. *Cadernos de Tradução*, n.32, v.2, p.183-225, 2013b. (Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/30315/25500>; acesso em: 30.09.2013)

_____. Proposta de um modelo de avaliação de dicionários escolares de língua portuguesa. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE LETRAS E LINGÜÍSTICA, 14., SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE LETRAS E LINGÜÍSTICA, 9., 2013, Uberlândia. *Anais...* 2013c. [no prelo]

BUGUEÑO MIRANDA, F.V.; JARDIM, C.R. Os *learner's dictionaries* do inglês e os *Lernwörterbücher* do alemão: uma simples transposição de nomes? *Contingentia*, v.5, n.1, 2010. p.41-67 (Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/contingentia/article/view/13319/7614>; acesso em: 22.07.2011)

BUGUEÑO MIRANDA, F.V.; SELISTRE, I.C.T. O comentário de forma em dicionários bilíngües escolares passivos inglês/português. *Polifonia*, n.15, 2008. p.15-36

BÜHLER, K. *Teoría del lenguaje*. Madrid: Revista de Occidente, 1950.

- BURKE, S.M. The design of online lexicons. In: STERKENBURG, P. van (ed.). *A practical guide to Lexicography*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2003. p.240-249
- BURKHANOV, I. Pragmatic specifications: Usage indications, labels, examples; dictionaries of style, dictionaries of collocations. In: STERKENBURG, P. van (ed.). *A practical guide to Lexicography*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2003. p.102-113.
- BUSSE, D. *Frame-Semantik. Ein Kompendium*. Berlin; Boston: Walter de Gruyter, 2012.
- BUßMANN, H. *Lexikon der Sprachwissenschaft*. 4.Aufl. Stuttgart: Alfred Kröner, 2008.
- BYNON, T. *Historical Linguistics*. Cambridge: CUP, 1978.
- CABRÉ, M.T. *La terminología: la teoria, els mètodes, les aplicacions*. Barcelona: Ed. Empúries, 1992.
- CALDERÓN CAMPOS, M. *Sobre la elaboración de diccionarios monolingües de producción. Las definiciones, los ejemplos y las colocaciones léxicas*. Granada: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Granada, 1994.
- CAMARA Jr., J.M. *Dicionário de linguística e gramática: referente à língua portuguesa*. 27.ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- CAMBRIDGE *Dictionary of American English Student Activity Book*. Cambridge: CUP, 2000.
- CAMPOS, H. Transitividad e intransitividad. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (eds.). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe, 1999. p.1519-1574
- CANELLADA, M.J. Problemas de los diccionarios. *NRFH*, v.36, n.1, 1988. p.123-130
- CARDONA, G.R. *Dizionario di linguistica*. Roma: Armando Editore, 1988.
- CARNAP, R. *Meaning and Necessity. A Study in Semantics and Modal Logic*. 2.ed. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1988.
- CASARES, J. *Introducción a la lexicografía moderna*. 3.ed. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1992.
- CASAS GÓMEZ, M. Implicaciones léxicas de los niveles del significar. In: HOINKES, U. (Hrsg.). *Panorama der lexikalischen Semantik*. Tübingen: Narr, 1995. p.101-112
- CASAS, M.; MUÑOZ, M.D. La polisemia y la homonimia en el marco de las relaciones léxicas. In: WOTJAK, G. (ed.). *Estudios de lexicología y metalexigrafía del español actual*. Tübingen: Max Niemeyer, 1992. p.134-158
- CASTILLO, M.A.; GARCÍA, J.M. La lexicografía didáctica. In: MEDINA GUERRA, A.M. (coord.). *Lexicografía española*. Barcelona: Editorial Ariel, 2003. p.333-351
- ČERNÝ, J. *Historia de la lingüística*. Cáceres: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Extremadura, 1998.
- CHIERCHIA, G.; McCONNELL-GENET, S. *Meaning and grammar*. 2.ed. Cambridge: MIT Press, 2000.
- CHO, D.-H. Art und Gattung. In: RAPP, Ch.; CORCILIUS, K. (Hrsgn.). *Aristoteles Handbuch. Leben – Werk – Wirkung*. Stuttgart; Weimar: J.B. Metzler, 2011. p.183-188
- CHOMSKY, N. *Syntactic structures*. 's-Gravenhage: Mouton, 1962.
- CIENKI, A. Frames, Idealized Cognitive Models, and Domains. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (eds.). *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford; New York: OUP, 2007. p.170-187

- CIFUENTES, J.L. Polisemia y lexicografía. In: EURALEX'90 INTERNATIONAL CONGRESS ON LEXICOGRAPHY, 4., 1990, Málaga. *Euralex'90 Proceedings*. Barcelona: Bibliograf, 1992. p.265-272
- COSERIU, E. Sistema, norma y habla. In: COSERIU, E. *Teoría del lenguaje y lingüística general. Cinco estudios*. 2.ed. Madrid: Gredos, 1967. p.11-113.
- _____. El estudio funcional del vocabulario (compendio de lexemática). In: _____. *Gramática, semántica, universales. Estudios de lingüística funcional*. Madrid: Gredos, 1978. p.206-239
- _____. *Principios de semántica estructural*. Madrid: Gredos, 1991.
- _____. Lo acertado y lo erróneo en las discusiones acerca de la semántica estructural en España. In: HOINKES, U. (Hrsg.). *Panorama der lexikalischen Semantik*. Thematische Festschrift aus Anlaß des 60. Geburtstags von Horst Geckeler. Tübingen: Narr, 1995. p.113-124
- _____. Criatividade e técnica lingüística. Os três níveis da linguagem. In: _____. *Lições de lingüística geral*. Tradução de E. Bechara. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 2004a. p.91-100
- _____. A língua funcional. In: _____. *Lições de lingüística geral*. Tradução de E. Bechara. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 2004b. p.101-117
- _____. Sistema, norma e falar concreto. In: _____. *Lições de lingüística geral*. Tradução de E. Bechara. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 2004c. p.119-125
- CRUSE, D.A. Word meaning and encyclopedic knowledge. In: HÜLLEN, W.; SCHULZE, R. (eds.). *Understanding the lexicon. Meaning, sense and word knowledge in lexical semantics*. Tübingen: Niemeyer, 1988. p.73-83.
- CRYSTAL, D. *The Cambridge Encyclopedia of Language*. 2.ed. Cambridge: CUP, 1997.
- _____. *A dictionary of language*. 2.ed. Chicago: The University of Chicago Press, 2001.
- _____. The ideal dictionary, lexicographer and user. In: HARTMANN, R.R.K. (ed.). *Lexicography. Critical concepts*. Vol. III. Lexicography, Metalexigraphy and Reference Science. London; New York: Routledge, 2006. p.319-327
- CUENCA, M.J.; HILFERTY, J. *Introducción a la lingüística cognitiva*. Barcelona: Ariel, 2011.
- DAMIM, C.P. *Parâmetros para uma avaliação do dicionário escolar*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.
- DAMIM, C.P.; PERUZZO, M.S. Uma descrição dos dicionários escolares no Brasil. *Cadernos de Tradução*, n.18, 2006. p.93-113
- DEBAERE, V. *Lexicographie pédagogique et français sur objectifs spécifiques. Le traitement des informations pragmatiques dans les dictionnaires d'apprentissage. Étude du champ sémantique de la GASTRONOMIE*. Mémoire de licence. Leuven: Faculté Letteren, 2000. (Disponível em: <http://www.vlrom.br/pdf/023debaere.pdf>; acesso em: 28.09.2010)
- DEMONTÉ, V. El adjetivo: Clases y usos. La posición del adjetivo en el sintagma nominal. In: BOSQUE, I.; DEMONTÉ, V. (eds.). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe, 1999. p.129-215
- DUBOIS, J. (ed.). *Dictionnaire de linguistique*. Paris: Larousse, 1973.
- DUBOIS, J.; DUBOIS, C. *Introduction à la lexicographie: le dictionnaire*. Paris: Librairie Larousse, 1971.

- DUBOIS, J. et al. *Grand dictionnaire Linguistique & Sciences du Langage*. Paris: Larousse, 2007.
- DUPUY-ENGELHARDT, H. Zur Beschreibung lexikalischer Bedeutung. In: HOINKES, U. (Hrsg.). *Panorama der lexikalischen Semantik*. Tübingen: Narr, 1995. p.151-157
- DURÃO, A.B. de A.B. Lembremos das velhas obras lexicográficas para redimensionar o papel da lexicografia e dos novos dicionários. *Cadernos de Tradução*, v.1, n.27, 2011. p.11-27 (Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2011v1n27p11>; acesso em: 30.05.2013)
- DURÃO, A.B. de A.B; WERNER, R. Caminhos para a seleção da *nominata* de um dicionário de falsos amigos. *Working Papers em Linguística*, v.12, n.esp., 2011. p.43-54 (Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-8420.2011v12nespp43>; acesso em: 30.05.2013)
- EKMAN, P. Are the basic emotions? *Psychological Review*, v.99, n.3, 1992. p.550-553
- ENGELBERG, S.; LEMNITZER, L. *Lexikographie und Wörterbuchbenutzung*. 4.Aufl. Tübingen: Stauffenburg, 2009.
- ESPARZA TORRES, M.A. Los inicios de la lexicografía en España. In: DORTA, J.; CORRALES, C.; CORBELLA, D. (eds.). *Historiografía de la lingüística en el ámbito hispánico: Fundamentos epistemológicos y metodológicos*. Madrid: Arco/Libros, 2007. p.231-267
- EVANS, V.; GREEN, M. *Cognitive Linguistics. An introduction*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2011.
- FARIAS, V.S. *Dicionários escolares: análise e algumas propostas de emendas*. Trabalho de Conclusão de Curso. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006a.
- _____. La presentación del comentario semántico en los diccionarios escolares. *Revista Letras*, n.70, 2006b. p.183-205
- _____. A microestrutura dos dicionários escolares: análise e algumas propostas para reformulações. In: ENCONTRO NACIONAL DE LÍNGUAS E LITERATURA: Ensino, Língua, Literatura e Cultura, 2., 2006, Novo Hamburgo. *Anais...* Novo Hamburgo: Feevale, 2006c. p.1-15
- _____. Dicionários escolares de língua portuguesa: uma breve análise de aspectos macroestruturais. *Lusorama*, n.71/72, 2007. p.160-206
- _____. O exemplo como informação discreta e discriminante em dicionários semasiológicos de língua portuguesa. *Alfa*, v.52, n.1, 2008a. p.101-122 (Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1469/1174>; acesso em: 15.09.2013)
- _____. Avanços no desenho de um dicionário escolar de língua portuguesa. In: ENCONTRO DO CELSUL, 8., 2008, Porto Alegre. *Anais...* Pelotas: EDUCAT, 2008b. p.1-15
- _____. Resenha: 'Dicionário didático'. São Paulo: Edições SM, 2007. 1119 p. *Expressão*, ano 12, n.1, 2008c. p.199-201
- _____. A concepção sincrônica de língua e sua limitação em relação ao tratamento da neologia. *Cadernos do IL*, n.36, 2008d. p.46-58 (Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/cadernosdoil/>; acesso em: 26.10.2013)
- _____. *Desenho de um dicionário escolar de língua portuguesa*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009a.

_____. *Whole-sentence definition versus definição por genus proximum + differentiae specifica*: Um contraste entre duas técnicas definatórias. *Estudos da Linguagem*, v.17, n.1, 2009b. p.73-100

_____. Considerações sobre a redação das glosas em um dicionário de falsos amigos espanhol-português. *Voz das Letras*, n.11, 2009c. p.1-18 (Disponível em: <http://www.nead.uncnet.br/2009/revistas/letras/11/2.pdf>; acesso em: 30.01.2009)

_____. Análise de alguns aspectos microestruturais em quatro dicionários bilíngües espanhol-português/português-espanhol. *Anuario Brasileño de Estudios Hispánicos*, n.19, 2009d. p.175-192

_____. Resenha de: *PONS Standardwörterbuch Portugiesisch-Deutsch/Deutsch-Portugiesisch*. Stuttgart/Porto: Ernst Klett Verlag/Porto Editora, 2006. *Contingentia*, v.4, n.1, 2009e. p.119-124 (Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/contingentia/article/view/7560/5044>; acesso em: 18.09.2010)

_____. Análise da macro e da microestrutura de dicionários bilíngües português-alemão/alemão-português. *Contingentia*, v.5, n.1, 2010a. p.76-98 (Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/contingentia/article/viewPDFInterstitial/13322/7623>; acesso em: 30.07.2010)

_____. O emprego de ilustrações como mecanismos de elucidação do significado das unidades léxicas nos dicionários semasiológicos. In: ENCONTRO DO CELSUL, 9., 2010. *Anais...* Palhoça: Editora da Unisul, 2010b. p.1-19. (Disponível em: <http://www.celsul.org.br/Encontros/09/artigos/Virginia%20Farias.pdf> acesso em: 22.07.2011)

_____. Fundamentos para uma teoria geral dos mecanismos explanatórios: Objetivos, metodologia e primeiros resultados da pesquisa. *Cadernos do IL (UFRGS)*, v.40, 2010c. p.45-65 (Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/cadernosdoil/article/view/24900>; acesso em: 17.08.2012)

_____. Subsidios lexicográficos para la enseñanza de lenguas extranjeras: Qué diccionarios tienen a su disposición los aprendices brasileños de español? *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v.11, 2011a. p.47-71

_____. Considerações preliminares sobre o pós-comentário na microestrutura de dicionários semasiológicos. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, v.9, n.17, 2011b. p.109-139 (Disponível em: http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_17_consideracoes_preliminares.pdf; acesso em: 07.01.2013)

_____. A questão da variação diatópica, diafásica e diastrática no português brasileiro e sua representação nos dicionários semasiológicos. *Lusorama*, v. 87/88, 2011c. p.100-155

_____. Aplicação da semântica das condições de verdade à redação das definições nos dicionários semasiológicos. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v.12, n.1, 2012. p.181-204

FILLMORE, C.J. Frame semantics. In: The Linguistic Society of Korea (ed.). *Linguistics in the morning calm*. Seoul: Hanshin, 1982. p.111-137

FILLMORE, C.J.; ATKINS, B.T.S. Starting where the dictionaries stop: The challenge of Corpus Lexicography. In: ATKINS, B.T.S.; ZAMPOLLI, A. (eds.). *Computational Approaches to the Lexicon*. Oxford; New York: OUP, 1994. p.349-393

FILLMORE, C.J.; JOHNSON, C.R.; PETRUCK, M.R.L. Background to FrameNet. *International Journal of Lexicography*, v.16, n.3, 2003. p.235-250

FINATTO, M.J.B. *Da lexicografia brasileira (1813-1991): Tipologia microestrutural de verbetes substantivos*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993.

_____. Elementos lexicográficos e enciclopédicos da definição terminológica: questões de partida. In: KRIEGER, M. da G.; MACIEL, A.M.B. (orgs.). *Temas de Terminologia*. Porto Alegre; São Paulo: EDUFRGS; Humanitas, 2001. p.118-129

_____. A definição de termos técnico-científicos no âmbito dos estudos de terminologia. *Estudos da Linguagem*, v.11, n.1, 2003. p.197-222

FONTAINE, J.R.J. et al. The world of emotions is not two-dimensional. *Psychological Science*, v.18, n.12, 2007. p.1050-1057

FONTENELLE, Th. WordNet, FrameNet and other semantic networks in the *International Journal of Lexicography* – The net result? *International Journal of Lexicography*, v.25, n.4, 2012. p.437-449

FORNARI, M.K. A problemática dos americanismos: teorias de divisão dialetal, análise de dados e uma proposta para a marcação diatópica do dicionário de falsos amigos espanhol-português. *Revista Letras*, v.70, 2006. p.223-246

_____. Concepção e desenho do *front matter* do dicionário de falsos amigos espanhol-português. *Voz das Letras*, n.9, 2008. p.1-15 (Disponível em: <http://www.nead.uncnet.br/2009/revistas/letras/9/95.pdf>; acesso em: 03.06.2008)

_____. O tratamento lexicográfico das palavras gramaticais: discussão teórica e análise de verbetes. *Revista Travessias*, v.3, n.3, 2009. p.167-199 (Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3463/2757>; acesso em: 15.02.2013)

FOURMENT-BERNI CANANI, M. Neutralisation, cumul et généralisation en lexicographie bilingue (domaine Français-Italien). In: FERRARIO, E.; POLCINI, V. (eds.). *La lessicografia bilingue tra presente e avvenire*. Vercelli: Mercurio, 2002. p.49-63

FREGE, G. *Grundgesetze der Arithmetik*. Band 1. Hildesheim: Georg Olms Verlagsbuchhandlung, 1962.

_____. Über Sinn und Bedeutung. In: PATZIG, G. (Hrsg.). *Funktion, Begriff, Bedeutung. Fünf logische Studien*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2008. p.23-46

GANGLA, L.A. *Pictorial illustrations in dictionaries*. Dissertation (Magister Artium). Pretoria: University of Pretoria, 2001. (Disponível em: <http://upetd.up.ac.za/thesis/available/etd-02272003-142207/>; acesso em: 25.07.2010)

GAO, J. Basic cognitive experiences and definitions in the *Longman Dictionary of Contemporary English*. *International Journal of Lexicography*, v.26, n.1, 2013. p.58-89

GARCÍA MARQUEZ, G. La vaina de los diccionarios. *El país*, Madrid, 19.05.1982. (Disponível em: http://elpais.com/diario/1982/05/19/opinion/390607204_850215.html; acesso em: 23.02.2013)

GARRIGA ESCRIBANO, C. Los ejemplos en los diccionarios didácticos del español. In: AYALA CASTRO, M. (ed.). *Diccionarios y enseñanza*. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá de Henares, 2001. p.127-149.

_____. La microestructura del diccionario: las informaciones lexicográficas. In: MEDINA GUERRA, A.M. (Coord.). *Lexicografía española*. Barcelona: Ariel, 2003. p.103-126

GECKELER, H. Structural Semantics. In: EIKMEYER, H.-J.; RIESER, H. (eds.). *Words, worlds, and contexts: new approaches in word semantics*. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1981. p.381-413

_____. Major aspects of the lexematics of the Tübingen School of semantics. In: HÜLLEN, W.; SCHOLZE, R. (eds.). *Understanding the lexicon. Meaning, sense, and word knowledge in lexical semantics*. Tübingen: Niemeyer, 1988. p.11-22

GEERAERTS, D. Types of Semantic Information in Dictionaries. In: ILSON, R. (ed.). *A spectrum of lexicography*. Amsterdam: John Benjamins, 1987. p.1-9.

_____. The lexicographical treatment of prototypical polysemy. In: TSOHATZIDIS, S.L. (ed.). *Meanings and prototypes. Studies in linguistic categorization*. London; New York: Routledge, 1990. p.195-210

_____. The definitional practice of dictionaries and the Cognitive Semantic conception of polysemy. *Lexicographica*, v.17, 2001. p.6-21

_____. *Meaning and definition*. In: STERKENBURG, P. van (ed.). *A practical guide to Lexicography*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2003. p.83-93

_____. Lexicography. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (eds.). *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford; New York: OUP, 2007. p.1160-1174

_____. *Theories of lexical semantics*. New York: OUP, 2010.

GLÜCK, H. (Hrsg.). *Metzler Lexikon Sprache*. 4.Aufl. Stuttgart: Metzler, 2010.

GODDARD, C. *Semantic analysis. A practical introduction*. 2.ed. Oxford: OUP, 2011.

GONZALEZ, A.R. Competências lingüísticas e sua representação como segmentos canônicos de um dicionário. *Voz das Letras*, n.11, 2009. p.1-13 (Disponível em: <http://www.nead.uncnet.br/2009/revistas/letras/11/3.pdf>; Acesso em: 30.01.2009)

GORCY, G. Différenciation des significations dans le dictionnaire monolingue: problèmes et methodes. In: HAUSMANN, F.J. et al. (Hrsgn.). *Wörterbücher, Dictionaries, Dictionnaires. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie*. Band 1. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989. p.905-917

GOUWS, R. Types of articles, their structure and different types of lemmata. In: STERKENBURG, P. van (ed.). *A practical guide to Lexicography*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2003. p.34-43

GREIMAS, A.J. *Sémantique structurale*. 3.ed. Paris: PUF, 2007.

GREIMAS, A.J.; COURTÉS, J. *Sémiotique. Dictionnaire Raisoné de la Théorie du Langage*. Paris: Hachette, 1979.

GRICE, H.P. Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J.L. (eds.). *Syntax and Semantics 3: Speech acts*. New York: Academic Press, 1975. p.41-58

GUTIÉRREZ CUADRADO, J. Desafíos de la definición. In: BERNAL, E.; DECESARIS, J. (ed.). *Proceedings of the XIII EURALEX International Congress*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada/Universitat Pompeu Fabra; Documenta Universitaria, 2008. p.525-533 (Disponível em: http://www.euralex.org/elx_proceedings/Euralex2008/150_Euralex_2008_Juan%20Gutierrez%20Cuadrado_Desafios%20de%20la%20definicion.pdf; acesso em: 24.05.2013)

HAENSCH, G. et al. *La lexicografía. De la lingüística teórica a la lexicografía práctica*. Madrid: Gredos, 1982.

HANKS, P. Definitions and Explanations. In: HARTMANN, R.R.K. (ed.). *Lexicography. Critical concepts*. Vol. III. Lexicography, Metalexigraphy and Reference Science. London; New York: Routledge, 2003. p.191-206

_____. Do Word Meanings Exist? In: FONTENELLE, Th. (ed). *Practical Lexicography: a reader*. Oxford: OUP, 2008. p.125-134

HARRAS, G. Zu einer Theorie des lexikographischen Beispiels. In: HAUSMANN, F.J. et al. (Hrsgn.). *Wörterbücher, Dictionaries, Dictionnaires. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie*. Band 1. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989. p.607-614

_____. Zugänge zu Wortbedeutung. In: HARRAS, G.; STICKEL, G.; STRECKER, B. (Hrsgn.). *Wortbedeutung und ihre Darstellung im Wörterbuch*. Band 3. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1991. p.3-96

HARTMANN, R.R.K. Theory and practice in dictionary-making. In: HARTMANN, R.R.K. (ed.). *Lexicography: Principles and Practice*. London: Academic Press, 1983. p.3-11

_____. *Teaching and Researching Lexicography*. London: Longman, 2001.

HARTMANN, R.R.K.; JAMES, G. *Dictionary of lexicography*. London; New York: Routledge, 2001.

HAUSMANN, F.J. Lexikographie. In: SCHWARZE, Ch.; WUNDERLICH, D. (Hrsg.). *Handbuch der Lexikologie*. Königstein, Ts.: Athenäum, 1985. p.367-411

_____. Wörterbuchtypologie. In: HAUSMANN, F.J. et al. (Hrsgn.). *Wörterbücher, Dictionaries, Dictionnaires. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie*. Band 1. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989a. p.968-981

_____. Das Definitionswörterbuch. In: HAUSMANN, F.J. et al. (Hrsgn.). *Wörterbücher, Dictionaries, Dictionnaires. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie*. Band 1. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989b. p.981-988

_____. Pour une histoire de la métalexigraphie. In: HAUSMANN, F.J. et al. (Hrsgn.). *Wörterbücher, Dictionaries, Dictionnaires. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie*. Band 1. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989c. p.216-224

_____. La définition est-elle utile? Regard sur les dictionnaires allemands, anglais et français. In: CHAURAND, J.; MAZIÈRE, F. (eds.). *La définition*. Paris: Larousse, 1990. p.225-233

_____. Von der Unmöglichkeit der kontrastiven Lexikologie. In: KROMANN, H.-P.; KJÆR, A.L. (Hrsg.). *Von der Allgegenwart der Lexikologie: kontrastive Lexikologie als Vorstufe zur zweisprachigen Lexikographie; Akten des internationalen Werkstattgesprächs zur kontrastiven Lexikologie, 29.-30.10.1994 in Kopenhagen*. Tübingen: Max Niemeyer, 1995.

HAUSMANN, F.J.; WIEGAND, H.E. Component Parts and Structures of General Monolingual Dictionaries: A survey. In: HAUSMANN, F.J. et al. (Hrsgn.). *Wörterbücher, Dictionaries, Dictionnaires. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie*. Band 1. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989. p.328-360

HERBST, Th.; KLOTZ, M. *Lexikografie*. Paderborn: Ferdinand Schöningh, 2003.

HERNÁNDEZ, H. *Los diccionarios de orientación escolar. Contribución al estudio de la lexicografía monolingüe española* (Lexicographica. Series Maior). Tübingen: Max Niemeyer, 1989.

_____. El diccionario entre la semántica y las necesidades de los usuarios. In: _____. (coord.). *Aspectos de lexicografía contemporánea*. Barcelona: Bibliograf, 1994. p.107-118

_____. La lexicografía didáctica del español: aspectos históricos y críticos. In: FUENTES, M.T.; WERNER, R. (ed.). *Lexicografías iberorrománicas: problemas, propuestas y proyecto*. Frankfurt am Main: Vervuert, 1998. p.49-79

HILTY, G. Lexikologie und Semantik. In: SNELL-HORNBY, M. (ed.). *ZüriLEX '86 Proceedings. Papers read at the EURALEX International Congress*. Tübingen: Francke Verlag, 1988. p.3-15

_____. Die Bedeutung von spanisch *silla*. In: HOINKES, U. (Hrsg.). *Panorama der lexikalischen Semantik*. Thematische Festschrift aus Anlaß des 60. Geburtstags von Horst Geckeler. Tübingen: Narr, 1995. p.293-302

_____. Komponentenanalyse und Prototypensemantik. In: HOINKES, U.; DIETRICH, W. (Hrsgn.). *Kaleidoskop der lexikalischen Semantik*. Tübingen: Narr, 1997. p.63-69

HOINKES, U. Immer wieder 'Stuhl'... Zur Kontinuität eines Beispiels in der Lexikalischen Semantik. In: HOINKES, U. (Hrsg.). *Panorama der lexikalischen Semantik*. Thematische Festschrift aus Anlaß des 60. Geburtstags von Horst Geckeler. Tübingen: Narr, 1995. p.307-328

HOOF, H. van. *Petite histoire des dictionnaires*. Leuven; Louvain-la-Neuve: Peeters; Publications Linguistiques de Louvain, 1994.

HUMBLÉ, Ph. Examples in bilingual dictionaries. In: AILA CONFERENCE, 1996, Yvaskula. *AILA Conference Proceedings*. Yvaskula: s.n., 1996. (Disponível em: <http://www.pget.-ufsc.br/publicacoes/professores>; acesso em: 08.09.2006)

_____. The use of authentic, made-up and controlled examples in foreign language dictionaries. In: EURALEX'98 INTERNATIONAL CONGRESS ON LEXICOGRAPHY, 8., 1998, Liège. *Euralex'98 Proceedings*. Liège: Université de Liège, 1998. p.593-600 (Disponível em: <http://www.pget.ufsc.br/publicacoes/professores>; acesso em: 08.09.2006)

_____. *Dictionaries and language learners*. Frankfurt am Main: Haag und Herchen, 2001. (Disponível em: http://www.pget.ufsc.br/publicacoes/professores/PhilippeHumble/Philippe_R.M.Humble_-_A_New_Model_For_A_Foreign_Language_Learner_s_Dictionary.pdf; acesso em: 15.11.2013)

_____. Melhor do que muitos pensam. Quatro dicionários bilíngües português-inglês de uso escolar. *Cadernos de Tradução*, n.18, 2006. p.253-273

_____. Dictionaries on the Periphery. The Case of Brazil. In: BERGENHOLTZ, H.; NIELSEN, S.; TARP, S. (eds.). *Lexicography at a crossroads. Dictionaries and Encyclopedias Today, Lexicographical Tools Tomorrow*. Bern: Peter Lang, 2009. p.215-235

HUPKA, W. *Wort und Bild. Die Illustrationen in Wörterbüchern und Enzyklopädien*. Tübingen: Max Niemeyer, 1989a.

_____. Die Bebilderung und sonstige Formen der Veranschaulichung im allgemeinen einsprachigen Wörterbuch. In: HAUSMANN, F.J. et al. (Hrsgn.). *Wörterbücher, Dictionaries, Dictionnaires. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie*. Band 1. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989b. p.704-726

IBARRETXE-ANTUÑANO, I. Lexicografía y lingüística cognitiva. *Revista Española de Lingüística Aplicada*, v.23, 2010. p.195-213

ILSON, R.F. Towards a taxonomy of dictionary definitions. In: _____. (ed.). *A spectrum of lexicography*. Amsterdam: John Benjamins, 1987. p.61-73

JACKSON, H. *Lexicography. An introduction*. London; New York: Routledge, 2002.

JÄGER, L.; PLUM, S. Probleme der Beschreibung von Gefühlswörtern im allgemeinen einsprachigen Wörterbuch. In: HAUSMANN, F.J. et al. (Hrsgn.). *Wörterbücher, Dictionaries, Dictionnaires. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie*. Band 1. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989. p.849-855

JAKOBSON, R. Linguistics and poetics. In: _____. *Selected writings III*. The Hague: Mouton, 1981. p.18-51.

_____. El signo y el sistema de la lengua: una reafirmación de la doctrina de Saussure. In: _____. *Arte verbal, signo verbal, tiempo verbal*. Traducción de M. Mansour. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1992. p.49-55

JOLY, M. *A imagem e os signos*. Tradução de L.C. Costa. Lisboa: Edições 70, 2005.

_____. *Introdução à análise da imagem*. 13.ed. Tradução de M. Appenzeller. Campinas: Papirus, 2009.

KAMMERER, M. Zur framebasierten lexikographischen Bedeutungsbeschreibung von substantivischen Lemmazeichen. *Lexicographica*, v.15, 1999. p.229-263

_____. Die Abbildungen im *De Gruyter Wörterbuch Deutsch als Fremdsprache*. In: WIEGAND, H.E. (Hrsg.). *Perspektiven der Pädagogischen Lexikographie des Deutschen II*. Untersuchungen anhand des *De Gruyter Wörterbuchs Deutsch als Fremdsprache*. Tübingen: Max Niemeyer, 2002. p.257-279 (Disponível em: <http://www.matthias-kammerer.de/content/MS2002AbbildungDeGruyter.pdf>; acesso em: 27.07.2010)

KELLER, A. *Allgemeine Erkenntnistheorie. Grundkurs Philosophie 2*. 3.Aufl. Stuttgart: Verlag W. Kohlhammer, 2006.

KILGARRIFF, A. I don't believe in word senses. *Computers and the Humanities*, v.31, 1997. p.91-113

_____. Word senses. In: AGIRRE, E.; EDMONDS, P. (eds.). *Word Sense Disambiguation: Algorithms and Applications*. Dordrecht, T.N.: Springer, 2007. p.29-46

KILGARRIFF, A.; GREFENSTETTE, G. Introduction to the Special Issue on the *Web as Corpus*. In: FONTENELLE, T. (ed.). *Practical Lexicography: a reader*. Oxford: OUP, 2008. p.89-101

KIPFER, B.A. Methods of ordering senses within entries. In: HARTMANN, R.R.K. (ed.). *Lexicography: Critical concepts III*. London; New York: Routledge, 2003. p.182-190

KLEIBER, G. *La sémantique du prototype. Catégories et sens lexical*. 2.ed. Paris: PUF, 2004.

KLOSA, A.; KOPLINIG, A.; TÖPEL, A. *Benutzerwünsche und Meinungen zu einer optimierten Wörterbuchpräsentation – Ergebnisse einer Onlinebefragung zu elexiko*. Mannheim: Institut für deutsche Sprache/OPAL – Online publizierte Arbeiten zur Linguistik, 2011. (Disponível em: <http://pub.ids-mannheim.de/laufend/opal/pdf/opal2011-3.pdf>; acesso em: 01.11.2013)

KNOBLOCH, J. (Hrsg.). *Sprachwissenschaftliches Wörterbuch*. Band 1. Heidelberg: Carl Winter Universitätsverlag, 1986.

KOEVA, S. Lexicon and Grammar in Bulgarian FrameNet. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON LANGUAGE RESOURCES AND EVALUATION, 7., 2010, Valletta. *Proceedings...* Valletta: European Language Resources Association, 2012. p.324-330 (Disponível em: http://hnk.ffzg.hr/bibl/lrec2010/pdf/705_Paper.pdf; acesso em 24.06.2012)

KONERDING, K.-P. *Frames und lexikalisches Bedeutungswissen. Untersuchungen zur linguistischen Grundlegung einer Frametheorie und zur ihrer Anwendung in der Lexikographie*. Tübingen: Max Niemeyer, 1993.

KÖVECSES, Z. The conceptual structure of happiness. In: TISSARI, H.; PESSI, A.B.; SALMELA, M. (eds.). *Happiness: Cognition, Experience, Language. Studies across Disciplines in the Humanities and Social Sciences*. Vol.3. Helsinki: Helsinki Collegium for Advanced Studies, 2008. p.131-143 (Disponível em: http://www.helsinki.fi/collegium/e-series/volumes/volume_3/09_Kovecses_2008_3.pdf; acesso em: 06.11.2013)

KRIEGER, M. da G.; FINATTO, M.J.B. *Introdução à Terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2004.

KROMANN, H.-P.; RIIBER, T.; ROSBACH, P. Principles of Bilingual Lexicography. In: HAUSMANN, F.J. et al. (Hrsgn.). *Wörterbücher, Dictionaries, Dictionnaires. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie*. Band 3. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1991. p.2711-2728

KÜHN, P. Typologie der Wörterbücher nach Benutzungsmöglichkeiten. In: HAUSMANN, F.J. et al. (Hrsgn.). *Wörterbücher, Dictionaries, Dictionnaires. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie*. Band 1. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989. p.111-127

KUTSCHERA, F. von. *Elementare Logik*. Wien; New York: Springer, 1967.

KUTSCHERA, F. von; BREITKOPF, A. *Einführung in die moderne Logik*. 3.Aufl. München: Karl Alber Freiburg, 1974.

LAKOFF, G. *Women, fire, and dangerous things. What categories reveal about the mind*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1990.

LANDAU, S. *Dictionaries. The art and craft of lexicography*. 2.ed. Cambridge: CUP, 2001.

LANG, E. Probleme der Beschreibung von Konjunktionen im allgemeinen einsprachigen Wörterbuch. In: HAUSMANN, F.J. et al. (Hrsgn.). *Wörterbücher, dictionaries, dictionnaires. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie*. Band I. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989. p.862-868

LANGENBACHER-LIEBGOTT, J. Wortdefinitionen in der französischen und spanischen Lexikographie. In: SCHMITT, Ch.; SCHWEICKARD, W. (Hrsgn.). *Die romanischen Sprachen im Vergleich*. Akten der gleichnamigen Sektion des Postdamer Romanistentages. (27.-30.9.1993). Bonn: Romanistischer Verlag, 1995. p.191-213

_____. *Léxico e ideología*. In: ARNOLD, R.; LANGENBACHER-LIEBGOTT, J. (eds.). *Cosmos Léxico. Contribuciones a la lexicología y a la lexicografía hispánicas*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2006. p.77-90

LARA, L.F. Dictionnaire de langue, encyclopédie et dictionnaire encyclopédique: le sens de leur distinction. In: HAUSMANN, F.J. et al. (Hrsgn.). *Wörterbücher, Dictionaries, Dictionnaires. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie*. Band 1. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989. p.280-287

_____. *Teoría del diccionario monolingüe*. México, D.F.: El Colegio de México; Centro de Estudios Lingüísticos y Literarios, 1996.

_____. El sentido de la definición lexicográfica. In: MARTÍN ZORRAQUINO, M.A.; ALIAGA JIMÉNEZ, J.L. (eds.). *La lexicografía hispánica ante el siglo XXI: balance y perspectivas*. Zaragoza: Departamento de Educación, Cultura y Deporte; Institución Fernando el Católico, 2003. p.99-113

LE ROY DES BARRES, A. *Utiliser dictionnaires et encyclopédies*. Paris: Hachette Éducation, 1993.

LEW, R. Questionnaires in Dictionary Use Research: A Reexamination. In: EURALEX'02 INTERNATIONAL CONGRESS ON LEXICOGRAPHY, 10., 2002, Copenhagen. *Euralex'02 Proceedings*. Copenhagen: Center for Sprogteknologi, 2002. p.267-271

_____. Towards variable function-dependent sense ordering in future dictionaries. In: BERGENHOLTZ, H.; NIELSEN, S.; TARP, S. (eds.). *Lexicography at a crossroads: Dictionaries and encyclopedias today, lexicographical tools tomorrow*. Bern: Peter Lang, 2009. p.237-264 (Disponível em: http://www.staff.amu.edu.pl/~rlew/pub/Lew_Towards_variable_function-dependent_sense_ordering_in_future_dictionaries.pdf; acesso em 13.10.2013)

_____. New ways of indicating meaning in electronic dictionaries: hope or hype? In: ZHANG, Y. (ed.). *Learner's Lexicography and Second Language Teaching*. Shanghai: Shanghai Foreign Language Education Press, 2010. p.387-404 (Disponível em: http://www.staff.amu.edu.pl/~rlew/pub/Lew_New_ways_of_indicating_meaning.pdf; acesso em: 27.07.2010)

LEW, R.; DZIEMIANKO, A. Non-standard dictionary definitions: what they cannot tell native speakers of polish. *Cadernos de Tradução*, n.18, 2006a. p.275-294

_____. A new type of folk-inspired definition in English monolingual learner's dictionaries and its usefulness for conveying syntactic information. *International Journal of Lexicography*, v.19, n.3, 2006b. p.225-242

LEWANDOWSKA-TOMASZCZYK, B. Polysemy, prototypes, and radial categories. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (eds.). *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford; New York: OUP, 2007. p.139-169

LEWANDOWSKI, Th. *Linguistisches Wörterbuch*. Band 1. 5.Aufl. Heidelberg; Wiesbaden: Quelle und Meyer, 1990.

LINDQUIST, K.A. et al. Language and the Perception of Emotion. *Emotion*, v.6, n.1, 2006. p.125-138

LIPKA, L. Semantic features and prototype theory in English lexicology. In: KASTOVSKY, D.; SZWEDEK, A (eds.). *Linguistics across historical and geographical boundaries*. Vol.1. Berlin; New York; Amsterdam: Mouton; Walter de Gruyter, 1986. p.85-94

LOHR, C.H. The medieval interpretation of Aristotle. In: KRETZMANN, N.; KENNY, A.; PINBORG, J. (eds.). *The Cambridge History of Later Medieval Philosophy. From the rediscovery of Aristotle to the disintegration of Scholasticism 1100-1600*. Cambridge: CUP, 1988. p.80-98

LUTZEIER, P.R. *Linguistische Semantik*. Stuttgart: Metzler, 1985.

LYONS, J. *Semantics*. Vol. 1. Cambridge: CUP, 1989.

_____. Bedeutungstheorien. In: STECHOW, A. von; WUNDERLICH, D. (Hrgs.). *Ein internationales Handbuch der zeitgenössischen Forschung*. Band 6. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1991. p.1-24

MALINK, M. Logik. In: RAPP, Ch.; CORCILIUS, K. (Hrsgn.). *Aristoteles Handbuch. Leben – Werk – Wirkung*. Stuttgart; Weimar: J.B. Metzler, 2011. p.480-484

MALMKJÆR, K. (ed.). *The Routledge Linguistics Encyclopedia*. 3.ed. London; New York: Routledge, 2010.

- MANKEL, D. *Onomasiologische und semasiologische Betrachtungen in der Lexikologie unter Berücksichtigung der kognitiven Aspekte*. München; Ravensburg: GRIN Verlag, 2001.
- MARANDIN, J.-M. Le lexique mis à nu par ses célibataires. Stéréotype et théorie du lexique. In: CHAURAND, J.; MAZIÈRE, F. (eds.). *La définition*. Paris: Larousse, 1990. p.284-291
- MARETTO, N.S.C. Análise do Dicionário Aurélio Infantil da Língua Portuguesa Ilustrado. *Anuário das Faculdades Claretianas*, n.5, 1996. p.341-346
- MARTIN, R. L'exemple lexicographique dans le dictionnaire monolingue. In: HAUSMANN, F.J. et al. (Hrsgn.). *Wörterbücher, Dictionaries, Dictionnaires. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie*. Band 1. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989. p.599-607
- MARTÍN MINGORANCE, L. La lexicografía onomasiológica. In: HERNÁNDEZ, H. (coord.). *Aspectos de lexicografía contemporánea*. Barcelona: Bibliograf, 1994. p.15-27
- MARTÍNEZ DE SOUZA, J. *Diccionario de lexicografía práctica*. Barcelona: Bibliograf, 1995.
- _____. *Manual básico de lexicografía*. Gijón: Ediciones Trea, S.L., 2009.
- MATTHEWS, P. *The Concise Oxford Dictionary of Linguistics*. Oxford; New York: OUP, 1997.
- _____. *A Short History of Structural Linguistics*. Cambridge: CUP, 2001.
- MEDEROS, H. A propósito de la definición lexicográfica. In: HERNÁNDEZ, H. (coord.). *Aspectos de lexicografía contemporánea*. Barcelona: Bibliograf, 1994. p.95-106
- MEDINA GUERRA, A.M. La microestructura del diccionario: la definición. In: _____. (coord.). *Lexicografía española*. Barcelona: Ariel, 2003. p.127-150
- MEIER, H.H. Lexicography as Applied Linguistics. In: HARTMANN, R.R.K. (ed.). *Lexicography. Critical concepts. Vol. III. Lexicography, Metalexigraphy and Reference Science*. London; New York: Routledge, 2006. p. 307-318.
- MERZAGORA, G. M. *La lessicografia*. Bologna: Zanichelli, 1987.
- MILLER, G.A. et al. Introduction to WordNet: An On-line Lexical Database. In: FONTENELLE, Th. (ed.). *Practical lexicography: A reader*. Oxford: OUP, 2008. p.327-334
- MINAEVA, L. Dictionary examples: friends or foes? In: EURALEX'92 INTERNATIONAL CONGRESS ON LEXICOGRAPHY, 5., 1992, Tampere. *Euralex'92 Proceedings*. Tampere: s.n., 1992. p.77-80
- MITTELSTRAß, J. (Hrsg.). *Enzyklopädie Philosophie und Wissenschaftstheorie*. Band 1: A-G. Stuttgart; Weimar: J.B. Metzler, 1995.
- MOERDIJK, F. Frames and Semagrams. Meaning Description in the General Dutch Dictionary. In: BERNAL, E.; DECESARIS, J. (ed.). *Proceedings of the XIII EURALEX International Congress*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada/Universitat Pompeu Fabra; Documenta Universitaria, 2008. p.561-569 (Disponível em: http://www.euralex.org/elx_proceedings/Euralex2008/042_Euralex_2008_Fons%20Moerdijk_Frames%20and%20Semagrams_Meaning%20Description%20in%20the%20General%20Dutch%20Dictionary.pdf; acesso em: 27.05.2013)
- MOERDIJK, F.; TIBERIUS, C.; NIESTADT, J. Accessing the ANW dictionary. ZOCK, M.; HUANG, C.-R. (ed.). *Proceedings of the workshop on Cognitive Aspects on the Lexicon (COGALEX 2008)*. Manchester: Association for Computational Linguistics, 2008. p.18-24 (Disponível em: <http://www.aclweb.org/anthology/W/W08/W08-19.pdf>; acesso em: 01.11.2013)

- MÜLLER-SPITZER, C.; MÖHRS, Ch. First ideas of users-adapted views of lexicographic data exemplified on OWID and *lexiko*. In: ZOCK, M.; HUANG, C.-R. (ed.). *Proceedings of the workshop on Cognitive Aspects on the Lexicon (COGALEX 2008)*. Manchester: Association for Computational Linguistics, 2008. p.39-46 (Disponível em: <http://www.aclweb.org/anthology/W/W08/W08-19.pdf>; acesso em: 01.11.2013)
- MURAKAWA, C. de A.A. Dicionário histórico do português do Brasil: um modelo de dicionário histórico. *Filologia e Linguística Portuguesa*, n.12(2), 2010. p.329-349
- NESI, H. Defining a Shoehorn: the Success of Learners' Dictionary Entries for Concrete Nouns. In: ATKINS, B.T.S. (ed.). *Using Dictionaries. Studies of Dictionary Use by Language Learners and Translators*. Tübingen: Max Niemeyer, 1998. p.159-178
- NEVES, M.H. de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- NORMORE, C.G. Accidents and modes. In: PASNAU, R. (ed.). *The Cambridge History of Medieval Philosophy*. Vol. II. Cambridge: CUP, 2010. p.674-685
- OCKHAM, W. de. *Summa logicae*. (Disponível em: http://home.riise.hiroshima-u.ac.jp/~akyah59/ock.sl_1index.html; acesso em: 06.02.2013)
- OGDEN, C.K.; RICHARDS, I.A. *The meaning of meaning*. 8.ed. New York; London: Routledge; Kegan Paul Ltd., 1956.
- OHARA, K.H. Semantic annotations in Japanese FrameNet: Comparing Frames in Japanese and English. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON LANGUAGE RESOURCES AND EVALUATION, 8., 2012, Istambul. *Proceedings...* Istambul: European Language Resources Association, 2012. p.1559-1562 (Disponível em: http://www.lrec-conf.org/proceedings/lrec2012/pdf/1053_Paper.pdf; acesso em: 24.06.2013).
- OLIVEIRA, A.F.S. de. Resenha de: Geeraerts, Dirk. *Theories of lexical semantics*. New York: OUP, 2010. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, v.9, n.17, 2011. p.417-429 (Disponível em: http://www.revel.inf.br/files/resenhas/revel_17_resenha_theories_of_lexical_semantics.pdf; acesso em: 27.10.2013)
- OLIVEIRA, A.F.S. de; BUGUEÑO MIRANDA, F.V.; SIQUEIRA, M. O tratamento da polissemia e da homonímia nos *learner's dictionaries*: subsídios da semântica cognitiva para a disposição das acepções. *Alfa*, v.57, n.1, p.163-197, 2013. (Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4638/4545>; acesso em: 30.07.2013)
- OSTERMANN, C. Cognitive lexicography of emotion terms. In: FJELD, R.V.; TORJUSEN, J.M. (eds.). *Proceedings of the 15th EURALEX International Congress*. Oslo: Department of Linguistics and Scandinavian Studies/University of Oslo, 2012. p.493-501 (Disponível em: http://www.euralex.org/proceedings-toc/euralex_2012; acesso em: 24.05.2013)
- PALMER, F.R. *Semantics*. 2.ed. Cambridge: CUP, 2001.
- PARRY, W.T.; HACKER, E.A. *Aristotelian logic*. Albany, N.Y.: University of New York Press, 1991.
- PETRI, V. A constituição do sujeito e dos sentidos na e pela língua: o funcionamento do dicionário. *Expressão*, v.11, n.2, 2007. p.79-87
- PÉREZ LAGOS, M.F. Los diccionarios escolares de los últimos años: ¿una nueva lexicografía didáctica? In: ALVAR EZQUERRA, M.; CORPAS PASTOR, G. (coord.). *Diccionarios, frases, palabras*. Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga, 1998. p.115-125

- _____. A propósito del *Diccionario Ideológico de la Lengua Española VOX*. Su didactismo. In: AYALA CASTRO, M.C. (coord.). *Diccionarios y enseñanza*. Alcalá de Henares: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Alcalá de Henares, 2001. p.179-192
- PIOTROWSKI, T. Defining natural-kind words. In: SNELL-HORNBY, M. (ed.). *ZüriLEX '86 Proceedings. Papers read at the EURALEX International Congress*. Tübingen: Francke, 1988. p.55-62
- PLUM, S. Gefühlswörter im Wörterbuch. Überlegungen zur lexikographischen Bedeutungserläuterung des emotionalen Wortschatzes. In: MEDER, G.; DÖRNER, A. (Hrsgn.). *Worte, Wörter, Wörterbücher. Lexikographische Beiträge zum Essener Linguistischen Kolloquium* (Lexicographica. Series Maior). Tübingen: Max Niemeyer, 1992. p.169-182
- POINCARÉ, H. *Wissenschaft und Methode*. [Tradução: sem indicação]. Stuttgart: B.G. Teubner, 1973.
- PÖLL, B. *Portugiesische Kollokationen im Wörterbuch: Ein Beitrag zur Lexikographie und Metalexikographie*. Bonn: Romanistischer Verlag, 1996.
- _____. *Spanische Lexikologie: Eine Einführung*. Tübingen: Narr, 2002.
- POTTIER, B. *Linguistique générale. Théorie et description*. Paris: Klincksieck, 1974.
- _____. A definição semântica nos dicionários. Tradução de M.A.B. Pereira. In: LOBATO, L.M.P. (ed.). *A semântica na lingüística moderna: o léxico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. p.21-31
- PORTO DAPENA, J.-A. Metalenguaje y lexicografía. *Revista de Lexicografía*, n.6, 2000. p.127-151
- _____. *Manual de técnica lexicográfica*. Madrid: Arco/Libros, 2002.
- PRADO ARAGONÉS, J. Algunos usos lingüísticos discriminatorios en la última edición del DRAE y la transmisión de valores. In: CAMPOS SOUTO, M.; PÉREZ PASCUAL, J.I. (eds.). *El diccionario de la Real Academia Española: Ayer y hoy*. A Coruña: Servizo de Publicacións Universidade da Coruña, 2006. p. 199-210
- PRECHTL, P.; BURKARD, F.-P. *Metzler Lexikon Philosophie*. 3.Aufl. Stuttgart: Metzler, 2008.
- PRIETO, S. Inclusión de los papeles semánticos de FrameNet en DiCE. ZOCK, M.; HUANG, C-R. (ed.). *Proceedings of the workshop on Cognitive Aspects on the Lexicon (COGALEX 2008)*. Manchester: Association for Computational Linguistics, 2008. p.1393-1399 (Disponível em: http://www.euralex.org/elx_proceedings/Euralex2008/144_Euralex_2008_Sabela%20Prieto%20Gonzalez_Inclusion%20de%20los%20papeles%20semanticos%20de%20FrameNet%20en%20DiCE.pdf; acesso em: 24.05.2013)
- PTASZYNSKI, M.O. Theoretical considerations for the improvement of usage labelling in dictionaries: A combined formal-functional approach. *International Journal of Lexicography*, v.23, n.4, 2010. p.1-32
- PUSTEJOVSKI, J. The generative lexicon. *Computational linguistics*, v.17(4), 1991. p.409-441
- PUSTEJOVSKI, J.; BOGURAEV, B. A richer characterization of dictionary entries: The role of knowledge representation. In: ATKINS, B.T.S.; ZAMPOLLI, A. (eds.). *Computational Approaches to the Lexicon*. Oxford; New York: OUP, 1994.

- PUTNAM, H. La sémantique est-elle possible? In: CHAURAND, J.; MAZIÈRE, F. (eds.). *La définition*. Paris: Larousse, 1990. p.292-304
- RABANALES, A. ¿Qué es hablar correctamente? *Revista de Educación*, v.119, 1984. p.49-58
- RANGEL, E. de O.; BAGNO, M. *Dicionários em sala de aula*. Brasília: MEC; SEB, 2006. (Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Avalmat/polleidicio.pdf>; acesso em: 12.12.2007)
- RAPP, Ch. Substanz. In: RAPP, Ch.; CORCILIUS, K. (Hrsgn.). *Aristoteles Handbuch. Leben – Werk – Wirkung*. Stuttgart; Weimar: J.B. Metzler, 2011. p.335-342
- REY, A. *Théories du signe et du sens*. Paris: Klincksieck, 1973.
- _____. *Le lexique: images et modèles du dictionnaire à la lexicologie*. Paris: Armand Colin, 1977.
- _____. Polysémie du terme *définition*. In: CHAURAND, J.; MAZIÈRE, F. (eds.). *La définition*. Paris: Larousse, 1990. p.13-22
- REY-DEBOVE, J. La définition lexicographique: recherches sur l'équation sémique. *Cahiers de Lexicologie*, v.8(1), 1966. p.71-94.
- _____. *Étude linguistique et sémiotique des dictionnaires français contemporains*. The Hague; Paris: Mouton, 1971.
- _____. La métalangue lexicographique: formes et fonctions en lexicographie monolingue. In: HAUSMANN, F.J. et al. (Hrsgn.). *Wörterbücher, Dictionaries, Dictionnaires. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie*. Band 1. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989. p.305-312
- RICHARDS, J.; SCHMIDT, R. *Longman Dictionary of Language Teaching and Applied Linguistics*. 3.ed. Essex: Longman, 2002.
- RIVAROLA, J.L. *Signos y significados. Ensayos de semántica lingüística*. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú; Fondo Editorial, 1991.
- ROBINS, R.H. *A short history of linguistics*. London; New York: Longman, 1994.
- RODRÍGUEZ MARÍN, R. El diccionario de la Real Academia Española en la actualidad. In: MARTÍN ZORRAQUINO, M.A.; ALIAGA JIMÉNEZ, J.L. (eds.). *La lexicografía hispánica ante el siglo XXI: balance y perspectivas*. Zaragoza: Departamento de Educación, Cultura y Deporte; Institución Fernando el Católico, 2003. p.193-208
- ROSCH, E. Principles of categorization. In: ROSCH, E.; LLOYD, B.B. (eds.). *Cognition and categorization*. Hillsdale, N.J.: Lawrence Erlbaum, 1978. p.27-48.
- RUNDELL, M. More than one way to skin a cat: Why full-sentence definitions have not been universally adopted. In: FONTENELLE, Th. (ed.). *Practical lexicography: a reader*. Oxford: OUP, 2008. p.197-209
- RUPPENHOFER, J. et al. *FrameNet II: Extended Theory and Practice*. Berkeley, 2010. (Disponível em: <https://framenet2.icsi.berkeley.edu/docs/r1.5/book.pdf>; acesso em 03.11.2013)
- SALOMÃO, M.M.M. FrameNet Brasil: um trabalho em progresso. *Calidoscópio*, v.7, n.3, 2009. p.171-182 (Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/4870>; acesso em: 03.11.2013)

SALOMÃO, M.M.M.; TORRENT, T.T.; SAMPAIO, T.F. A linguística cognitiva encontra a linguística computacional: notícias do projeto FrameNet Brasil. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v.55, n.1, 2013. p.7-32 (Disponível em: <http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/cel/article/view/4112/3428>; acesso em 03.11.2013)

SANTAELLA, L.; NÖTH, W. *Imagem: cognição, semiótica, mídia*. São Paulo: Iluminuras, 2008.

SARDINHA, A.P.B. Linguística de *Corpus*: Histórico e Problemática. *DELTA*, v.16, n.2, 2000. p.323-367 (Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/delta/v16n2/a05v16n2.pdf>; acesso em: 15.08.2007)

_____. Que tipo de *corpus* é a *Web*? *Revista da ANPOLL*, n.15, 2003. p.191-220 (Disponível em: http://www2.lael.pucsp.br/~tony/temp/publications/2003_Que_tipo_corpus_web.pdf; acesso em: 03.07.2008)

SAUSSURE, F. de. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, 2005.

SCHIFKO, P. Lexicología y semántica. In: HOLTUS, G.; METZELTIN, M.; SCHMITT, C. (Hrsgn.). *Lexikon der romanistischen Linguistik*. Band 6/1. Tübingen: Max Niemeyer, 1992. p.132-148

SCHLAEFER, M. *Lexikologie und Lexikographie. Eine Einführung am Beispiel deutscher Wörterbücher*. 2.Aufl. Berlin: Erich Schmidt, 2009.

SCHOLZE-STUBENRECHT, W. Das Bildwörterbuch. In: HAUSMANN, F.J. et al. (Hrsg.). *Wörterbücher, dictionaries, dictionnaires. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie*. Band I. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989. p.1103-1112

SCHUMACHER, F.; STEINER, P. Aspekte der Bedeutung: Semantik. In: MÜLLER, H.M. (Hrsg.). *Arbeitsbuch Linguistik. Eine Einführung in die Sprachwissenschaft*. 2.Aufl. Paderborn: Ferdinand Schöningh, 2009. p.170-198

SEARLE, J.R. *Speech acts. An essay in the philosophy of language*. Cambridge: CUP, 1980.

SECO, M. *Estudios de Lexicografía Española*. 2.ed. Madrid: Gredos, 2003.

SELISTRE, I.C.T. Dicionários disponíveis *on-line* para aprendizes de inglês: estruturação e recursos. *Ciência da Informação*, v.39, n.3, 2010. p.61-72 (Disponível em: <http://revista.ibict.br/cienciainformacao/index.php/ciinf/article/view/1831/1379>; acesso em: 30.09.2013)

_____. *Desenho de um dicionário passivo inglês-português para estudantes do ensino médio*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

SHANNON, C.; WEAVER, W. *The Mathematical Theory of Communication*. Urbana; Champaign: University of Illinois Press, 1949.

SIMPSON, J. The production and use of occurrence examples. In: STERKENBURG, P. van (ed.). *A practical guide to Lexicography*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2003. p.260-272

SINCLAIR, J. Meaning in the framework of Corpus Linguistics. *Lexicographica*, v.20, 2004. p.20-32.

SOLOMONICK, A. Towards a Comprehensive Theory of Lexicographic Definitions. In: EURALEX'96 INTERNATIONAL CONGRESS ON LEXICOGRAPHY, 4., 1996, Gothenburg. *Euralex'96 Proceedings*. Gothenburg: Gothenburg University Department of Swedish, 1996. p.481-488

- SPADE, P.V. *Thoughts, words and things: An Introduction to Late Mediaeval Logic and Semantic Theory*. Version 1.1., 2002. (Disponível em: <http://ebookbrowse.com/spade-p-v-introduction-to-late-mediaeval-logic-and-semant-pdf-d454899845>; acesso em: 30.09.2011)
- SPERBER, D.; WILSON, D. *Relevância: Comunicação e cognição*. Tradução de H.S. Alves. 2.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- STATI, S. Le definizioni lessicografiche. In: PANTEALONI, L.; KOWARSKI, L.S. (ed.). *Sapere linguistico e sapere enciclopedico*. Bologna: Cooperativa Libreria Universitaria Editrice Bologna, 1995. p.159-164
- STEIN, G. EFL Dictionaries: Meaning, Culture, Illustrations. In: _____. *Better Words. Evaluation EFL Dictionaries*. Exeter: University of Exeter Press, 2002a. p.125-158
- _____. Illustrations in Dictionaries. In: _____. *Better Words. Evaluation EFL Dictionaries*. Exeter: University of Exeter Press, 2002b. p.169-203
- _____. Exemplification in EFL Dictionaries. In: _____. *Better Words. Evaluation EFL Dictionaries*. Exeter: University of Exeter Press, 2002b. p.204-229
- STEINER, P. FrameNet und WordNet. Perspektiven für die Verknüpfung zweier lexikalisch-semantischer Netze. *LDV-Forum*, v.19, n.1/2, 2004. p.143-154 (Disponível em: http://www.jlcl.org/2004_Doppelheft/143-154_Steiner.pdf; acesso em: 09.11.2012)
- STERKENBURG, P. van. Onomasiological specifications and a concise history of onomasiological dictionaries. In: STERKENBURG, P. van (ed.). *A practical guide to Lexicography*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2003. p.127-143
- STOCK, P. Polysemy. In: HARTMANN, R.R.K. (ed.). *LEXeter'83 Proceedings. Papers from the International Conference on Lexicography at Exeter, 9-12. September 1983*. (Lexicographica: Series Maior). Tübingen: Max Niemeyer, 1984. p.131-140
- _____. The structure and functions of definitions. In: SNELL-HORNBY, M. (ed.). *ZüriLEX'86 Proceedings. Papers read at the EURALEX International Congress*. Tübingen: Francke, 1988. p.81-89
- SVENSÉN, B. *Practical lexicography. Principles and methods of dictionary-making*. Oxford: OUP, 1993.
- _____. *A Handbook of Lexicography. The Theory and Practice of Dictionary-Making*. Cambridge: CUP, 2009.
- SWANEPOEL, P. Dictionary typologies: A pragmatic approach. In: STERKENBURG, P. van (ed.). *A practical guide to Lexicography*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2003. p.44-69
- TARP, S. Lexicografía de aprendizaje. *Cadernos de Tradução*, n.18, 2006. p.295-317
- TARSKI, A. The Semantic Conception of Truth: and the Foundations of Semantics. *Philosophy and Phenomenological Research*, v.4, n.2, 1944. p.341-376.
- _____. *Introduction to the Logic and the Methodology of Deductive Sciences*. Translation by O. Helmer. 2.ed. New York: OUP, 1995.
- TAYLOR, J.R. *Linguistic categorization*. 3.ed. Oxford: OUP, 2009.
- THUMB, J. *Dictionary look-up strategies and the bilingualised learner's dictionary*. Tübingen: Max Niemeyer, 2004.
- TOOPE, M. *Examples in the bilingual dictionary*. Ph.D Thesis. Ottawa: University of Ottawa, 1996. (Disponível em: <http://www.ruor.uottawa.ca/en/bitstream/handle/10393/9942/MM15769.PDF?sequence=1>; acesso em: 15.11.2013)

- TORRES, M. A. *La interjección*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 2000.
- TRASK, R.L. *Dicionário de linguagem e lingüística*. 2.ed. Tradução de R. Ilari. São Paulo: Contexto, 2006.
- TRAVAGLIA, L.C. *O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão*. Uberlândia: EDUFU, 1981.
- TU, T. La definición lexicográfica de los diccionarios bilingües español-chino en el aprendizaje de la cultura española. In: CASTILLO CARBALLO, M.A. et al. (coord.). *Las gramáticas y los diccionarios en la enseñanza del español como segunda lengua: deseo y realidad*. Actas del XV Congreso Internacional de ASELE. Sevilla: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 2005. p.868-874 (Disponível em: http://cvc.cervantes.es/ensenanza/biblioteca_ele/asele/pdf/15/15_0866.pdf; acesso em: 30.06.2011)
- TUNINETTI, L.F. Scholastik. In: RAPP, Ch.; CORCILIUS, K. (Hrsgn.). *Aristoteles Handbuch. Leben – Werk – Wirkung*. Stuttgart; Weimar: J.B. Metzler, 2011. p.428-436
- ULLMANN, S. *Semantics. An introduction to the science of meaning*. Oxford: Basil Blackwell, 1964.
- _____. *Lenguaje y estilo*. Traducción de J.M. Ruiz-Werner. Madrid: Aguilar, 1968.
- ULRICH, W. *Wörterbuch linguistischer Begriffe*. 5.Aufl. Berlin; Stuttgart: Gebrüder Borntraeger, 2002.
- VATER, H. *Referenz-Linguistik*. München: Wilhelm Fink, 2005.
- VERDELHO, T. Lexicografia (Portugiesisch: Lexikographie). In: HOLTUS, G.; METZELTIN, M.; SCHMITT, Ch. (Hrsgn.). *Lexikon der romanistischen Linguistik*. Band 6, 2. Tübingen: Max Niemeyer, 1994. p.673-692
- VERKUYL, H; JANSSEN, M.; JANSEN, F. The codification of usage by labels. In: STERKENBURG, P. van (ed.). *A practical guide to Lexicography*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2003. p.297-311
- WAGNER, T. Kategorien. In: RAPP, Ch.; CORCILIUS, K. (Hrsgn.). *Aristoteles Handbuch. Leben – Werk – Wirkung*. Stuttgart; Weimar: J.B. Metzler, 2011. p.247-250
- WEGNER, I. Lexikographische Definition und Frame-Theorie im allgemeinen einsprachigen Wörterbuch. In: HAUSMANN, F.J. et al. (Hrsgn.). *Wörterbücher, dictionaries, dictionnaires. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie*. Band I. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989. p.893-899
- WEINREICH, U. Lexicographic definition in descriptive semantics. IN: HOUSEHOLDER, F.W.; SAPORTA, S. *Problems in Lexicography*. Bloomington: Indiana University; Mouton & Co.: 1967. p.25-44
- WEINRICH, H. Die Wahrheit der Wörterbücher. In: ZGUSTA, L. (Hrsg.). *Probleme des Wörterbuches*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1985. p.248-276
- WELKER, H.A. *Dicionários. Uma pequena introdução à lexicografia*. 2.ed. Brasília: Thesaurus, 2004.
- _____. Pesquisas sobre o uso de dicionários para aprendizes. *Cadernos de Tradução*, n.18, 2006a. p.175-194

_____. Pesquisando o uso de dicionários. *Linguagem & Ensino*, v.9, n.2, 2006b. p.223-243 (Disponível em: <http://rle.ucpel.tche.br/php/edicoes/v9n2/09Welker.pdf>; acesso em: 30.03.2008)

_____. Breve histórico da metalexigrafia no Brasil e dos dicionários gerais brasileiros. *Matraga*, ano 13, n.19, 2006c. p.69-84

WERNER, R. Semasiologische und enzyklopädische Definition im Wörterbuch. In: GÖTZ, D.; HERBST, Th. (Hrsgn.). *Theoretische und praktische Probleme der Lexikographie*. München: Max Hueber, 1984. p.382-407

_____. Probleme der Anordnung der Definitionen im allgemeinen einsprachigen Wörterbuch. In: HAUSMANN, F.J. et al. (Hrsgn.). *Wörterbücher, Dictionaries, Dictionnaires. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie*. Band 1. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989. p.917-930

WIDMER, M. *Methods of Lexicographic Definition in the Oxford Advanced Learners Dictionary*. Norderstedt: Books on Demand GmbH; GRIN Verlag, 1998.

WIEGAND, H.E. Nachdenken über Wörterbücher: Aktuelle Probleme. In: DROSDOWSKY, G. (Hrsg.). *Nachdenken über Wörterbücher*. Mannheim: Bibliographisches Institut, 1977. p.51-102.

_____. Zur Bedeutungserläuterung von Satzadverbien in einsprachigen Wörterbüchern. Ein Beitrag zur praktischen Lexikologie. In: MENTRUP, W. (Hrsg.). *Konzepte zur Lexikographie. Studien zur Bedeutungserklärung in einsprachigen Wörterbüchern*. Tübingen: Max Niemeyer, 1982. p.103-132

_____. Aspekte der Makrostruktur im allgemeinen einsprachigen Wörterbuch: alphabetische Anordnungsformen und ihre Probleme. In: HAUSMANN, F.J. et al. (Hrsgn.). *Wörterbücher, Dictionaries, Dictionnaires. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie*. Band 1. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989a. p.371-409

_____. Der Begriff der Mikrostruktur: Geschichte, Probleme, Perspektiven. In: HAUSMANN, F.J. et al. (Hrsgn.). *Wörterbücher, Dictionaries, Dictionnaires. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie*. Band 1. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989b. p.409-462

_____. Arten von Mikrostrukturen im allgemeinen einsprachigen Wörterbuch. In: HAUSMANN, F.J. et al. (Hrsgn.). *Wörterbücher, Dictionaries, Dictionnaires. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie*. Band 1. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989c. p.462-501

_____. Der gegenwärtige Status der Lexikographie und ihr Verhältnis zu anderen Disziplinen. In: HAUSMANN, F.J. et al. (Hrsgn.). *Wörterbücher, Dictionaries, Dictionnaires. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie*. Band 1. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989d. p.246-280

_____. Die lexikographische Definition im allgemeinen einsprachigen Wörterbuch. In: HAUSMANN, F.J. et al. (Hrsgn.). *Wörterbücher, Dictionaries, Dictionnaires. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie*. Band 1. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989e. p.530-573

_____. *Wörterbuchforschung. Untersuchungen zur Wörterbuchbenutzung, zur Theorie, Geschichte, Kritik und Automatisierung der Lexikographie*. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1998.

_____. Synonymy and its Role in Monolingual Lexicography. In: IMMKEN, A.; WOLSKI, W. (ed.). *Semantics and Lexicography. Selected Studies (1976-1996)*. Tübingen: Max Niemeyer, 1999a. p.11-53

_____. A New Theory of the So-called Lexicographic Definition. In: IMMKEN, A.; WOLSKI, W. (ed.). *Semantics and Lexicography. Selected Studies (1976-1996)*. Tübingen: Max Niemeyer, 1999b. p.153-201

_____. Elements of a Theory towards a So-called Lexicographic Definition. In: IMMKEN, A.; WOLSKI, W. (ed.). *Semantics and Lexicography. Selected Studies (1976-1996)*. Tübingen: Max Niemeyer, 1999c. p.203-281

WIERZBICKA, A. *Semantics, culture, and cognition: Universal human concepts in culture-specific configurations*. New York; Oxford: OUP, 1992a.

_____. Defining emotion concepts. *Cognitive Science*, v.16, 1992b. p.539-581

WITTGENSTEIN, L. *Philosophische Untersuchungen*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 2003.

WOLSKI, W. Die Beschreibung von Modalpartikeln im allgemeinen einsprachigen Wörterbuch. In: HAUSMANN, F.J. et al. (Hrsgs.). *Wörterbücher, dictionaries, dictionnaires. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie*. Band I. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989. p.805-814

WOOD, R. The subject of the Aristotelian science of Metaphysics. In: PASNAU, R. (ed.). *The Cambridge History of Medieval Philosophy*. Vol. II. Cambridge: CUP, 2010. p.609-621

WOTJAK, G. Bedeutung und Kognition. Überlegungen im Spannungsfeld zwischen lexikalischer und kognitiver Semantik. In: HOINKES, U.; DIETRICH, W. (Hrsgsn.). *Kaleidoskop der lexikalischen Semantik*. Tübingen: Narr, 1997. p.31-59.

WÜSTER, E. *Einführung in die allgemeine Terminologielehre und terminologische Lexikographie*. 3.Aufl. Bonn: Romanistischer Verlag, 1991.

ZANATTA, F. *Análise de dicionários de uso do espanhol e do português*. Trabalho de Conclusão de Curso. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006a.

_____. La calidad de las definiciones lexicográficas de cuatro diccionarios de americanismos. *Anuario brasileño de estudios hispánicos*, n.16, 2006b. p.135-152

_____. Resenha de: *Dicionário Larousse Escolar da Língua Portuguesa*. São Paulo: Larousse do Brasil, 2004. *Voz das Letras*, n.7, 2007. p.1-5 (Disponível em: <http://www.nead.uncnet.br/2009/revistas/letras/7/77.pdf>; acesso em: 06.09.2009)

_____. A normatividade em um dicionário para estudantes brasileiros de espanhol como língua estrangeira: Um estudo de *Señas* (2001). In: ENCONTRO NACIONAL DE LÍNGUAS E LITERATURA: Ensino, Língua, Literatura e Cultura, 3., 2008, Novo Hamburgo. *Anais...* Novo Hamburgo: Feevale, 2008. p.416-428

_____. Análise de alguns aspectos macroestruturais da direção passiva de dois dicionários bilíngues italiano-português/português-italiano. *Revista de Letras*, v.12, n.1, 2010. p.1-21 (Disponível em: <http://www.dacex.ct.utfpr.edu.br/suma12.htm>; acesso em: 20.11.2010)

ZGUSTA, L. *Manual of Lexicography*. Prague; Paris: Academia; Mouton, 1971.

PÁGINAS DA INTERNET

FrameNet. Disponível em: <https://framenet.icsi.berkeley.edu/fndrupal/>

FrameNet Brasil. Disponível em: <http://www.ufjf.br/framenetbr/>

Google. Disponível em: <https://www.google.com/>

Institut für deutsche Sprache (IDS), Mannheim. Lexik. Disponível em: <http://www1.ids-mannheim.de/lexik/>

The Oxford English Dictionary (OED). Disponível em: <http://www.oed.com/>

WordNet. Disponível em: <http://wordnet.princeton.edu/>